JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Teles Pires 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 5
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 9
Prefeitura Municipal de Apiacás 112
Prefeitura Municipal de Araguaiana 113
Prefeitura Municipal de Araputanga 113
Prefeitura Municipal de Arenápolis 114
Prefeitura Municipal de Aripuanã 114
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 116
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 117
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 117
Prefeitura Municipal de Cáceres 119
Prefeitura Municipal de Campinápolis 121
Prefeitura Municipal de Campo Verde 121
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 127
Prefeitura Municipal de Canarana 127
Prefeitura Municipal de Carlinda 129
Prefeitura Municipal de Cocalinho 130
Prefeitura Municipal de Colniza 132
Prefeitura Municipal de Comodoro 133
Prefeitura Municipal de Confresa 134
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 138
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 140
Prefeitura Municipal de Cuiabá 141
Prefeitura Municipal de Curvelândia 141
Prefeitura Municipal de Diamantino 143
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 147
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 148
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 149
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 149
Prefeitura Municipal de Indiavaí 152
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 153
Prefeitura Municipal de Itanhangá 158
Prefeitura Municipal de Itaúba 162
Prefeitura Municipal de Itiquira 163
Prefeitura Municipal de Jaciara 164
Prefeitura Municipal de Jangada 164
Prefeitura Municipal de Jauru 165
Prefeitura Municipal de Juara 165
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 214
Prefeitura Municipal de Luciara 216
Prefeitura Municipal de Marcelândia 217
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 217
Prefeitura Municipal de Nobres 226
Prefeitura Municipal de Nortelândia 227
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 227
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 229
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 237
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 238

Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 239
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 239
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 241
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 242
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 243
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 243
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 244
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 248
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 249
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 249
Prefeitura Municipal de Paranatinga 252
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 257
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 259
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 265
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 265
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 266
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 266
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 270
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 277
Prefeitura Municipal de Poxoréu 278
Prefeitura Municipal de Querência 279
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 280
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 280
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 280
Prefeitura Municipal de Rio Branco 283
Prefeitura Municipal de Rondolândia 283
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 283
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 284
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 285
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 287
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 289
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 289
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 291
Prefeitura Municipal de São José do Povo 292
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 293
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 295
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 303
Prefeitura Municipal de Sapezal 311
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 315
Prefeitura Municipal de Sinop 317
Prefeitura Municipal de Tabaporã 326
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 326
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 331
Prefeitura Municipal de União do Sul 331
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 333
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 339
Prefeitura Municipal de Vila Rica 340

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
1º ADITIVO MODIFICATIVO AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016 – SRP Nº 008/2016

1º Aditivo Modificativo ao Edital do Pregão Presencial Nº 011/2016 – SRP Nº 008/2016

Aditivo Modificativo referente o Edital do Pregão Presencial Nº 011/2016 – SRP Nº 008/2016, ao Item 10.9 do Termo de Referência.

Onde se lê: 01 (um) cartão, com senhas individuais, para cada veículo

01 (um) cartão, com senha individual, para cada condutor indicado pela contratatnte;

Leia-se: 01 (um) ou 02 (dois) cartões, com senhas individuais para cada veículo e ou condutor.

Permanecendo as demais cláusulas e condições inalteradas.

Cuiabá, 04 de julho de 2016.

Fábio Albuquerque da Silva

Pregoeiro

LICITAÇÃO
RESPOSTA QUESTIONAMENTO EDITAL PREGÃO Nº 011/2016

RESPOSTA QUESTIONAMENTO EDITAL PREGÃO Nº 011/2016

A empresa B & M COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA, questiona-nos tempestivamente sobre Edital de RP 011/2016, sobre os seguinte:

1- Item 10.9 do edital, exigência de dois cartões

- Será aceito a entrega de apenas um cartão?

RESPOSTA:

Muito embora o edital tenha a previsão de dois cartões, entendemos ser mera formalidade operacional, caso a empresa licitante garanta a qualidade dos serviços com apenas um cartão SERÁ ACEITO, pelo pregoeiro, ficando dessa forma alterado o item 10.9 do edital.

Em virtude de não trazer problema para as empresas participantes, mantemos a data de abertura do processo.

2- Será permitida a participação em apenas um lote?

RESPOSTA

Perfeitamente, em se tratando de lotes distintos nada impede de a empresa participar de apenas um lote.

3- Definição de valor estimado para os lotes

RESPOSTA

Tendo em vista que no lote 01 está incluso o combustível, o valor estimado será de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), e para o lote 02 R$ 20. 000,00 (vinte mil reais).

Cuiabá (MT), 04 de julho de 2016.

Fábio Albuquerque da Silva

Pregoeiro

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 06/ 2015.

Contratante: CIDESAT DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL. Contratada: **ENGEPAR COMÉRCIO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.134.673/0001-37. **Objeto:** Prorroga prazo de execução dos serviços a vencer em 31/12/2016.

São José dos Quatro Marcos-MT, 17 de Maio 2016.

Maria Manea da Cruz – Presidente.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/ 2015.

Contratante: CIDESAT DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL. Contratada: **AGNEZINI E CIA LTDA** - CNPJ sob o número 10.470.240/ 0001-03. **Objeto:** Acréscimo de serviços necessários a execução da obra e não constantes da Planilha de Serviços contratada. Altera o Valor Contratual para **R$ 1.726.564,71** (Um milhão, setecentos e vinte e seis mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos). Prorroga prazo contratual a vencer em 23/12/2016.

São José dos Quatro Marcos-MT, 01 de junho de 2016.

Maria Manea da Cruz – Presidente.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2013.

Contratante: CIDESAT DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL. Contratada: ETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 04.176.501/0001-84. Objeto: Prorroga prazo de execução dos serviços a vencer em 31/12/2016.

São José dos Quatro Marcos, 21 de junho de 2016.

Maria Manea da Cruz - Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO TELES PIRES

RATIFICAÇÃO CREDENCIAMENTO 001 2015

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015 - CREDENCIAMENTO 001/2015 RATIFICAÇÃO

O Presidente do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, Sr. Otaviano Olavo Pivetta, torna público, que tendo concordado com a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica, no processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 001/2015 - Credenciamento Nº 001/2015, Credenciamento para prestação de serviços especializados na área de saúde, sendo consultas e exames, para atendimento da demanda dos 15 (quinze) municípios integrantes do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pelas rede Municipais de Saúde/Sistema Único de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, à pacientes encaminhados pelos Municípios, a Empresa: **ALTOMARI E DIAS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME com CNPJ nº 13.528.034/ 0001-03 ,** pelo período de 30/06/2016 a 15/01/2017, em conformidade com as disposições contratuais, onde formulou-se expediente de Inexigibilidade de Licitação com fulcro nas disposições do art. 25 da Lei 8.666/93, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a contratação referida.

Sorriso-MT, 04 de julho de 2016.

Otaviano Olavo Pivetta

Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Considerando o Requerimento de Descredenciamento de Prestação de Serviços Médicos solicitado pela Empresa **TANABE E TOGNOLA LTDA**, no qual requer a rescisão contratual em razão de ter sido credenciada apenas para consultas, tornando economicamente inviável as realizações das consultas fora do município, nos termos do artigo 79, II, c/c art. 79, §1º da

Lei 8.666/93, no uso das atribuições a mim concernentes, dou por **rescindido** o presente Contrato nº 010/2016. Notifique-se; Publique-se. Pontes e Lacerda- MT, 30 de junho de 2016.

DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé- CISVAG.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2016.

Extrato do **1º Termo Aditivo ao Contrato 02/2016.**

Contratante: **Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé**.

Contratado: **LUIZ MARCOS RANGEL & CIA LTDA-ME** Objeto: O presente termo aditivo tem por objetivo acrescer ao contrato original, a prestação de serviços suplementares, num percentual de 25% (vinte e cinco por cento), aumentando o quantitativo dos serviços médicos, consistentes em serviços médicos, consistente em consultas Cardiológicas com exame de Eletrocardiograma de acordo com as necessidades do órgão. Data: 06-06-2016.

EXTRATO DO CONTRATO 017/2016

Extrato do **Contrato 017/2016**, Contratante**: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé-CISVAG**. Contratado:**C. K. Clinica Santa Rita – Me;** Objeto: Constitui objeto do presente termo o Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de atendimento médico: realização de consultas, exames e procedimentos cirúrgicos ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé, conforme Plano de Ações 2016,com pagamento dos procedimentos a pessoas jurídicas, mediante as condições estabelecidas **no presente instrumento convocatório e seus anexos, que se subordinam às normas gerais da Lei nº 8.666/93, e suas alterações e no que couber** e de acordo com os critérios, termos e condições fundamentadas no Termo de Referência e estabelecidas no **Edital de Credenciamento nº 001/2016**, bem como no **Projeto Básico/Anexo I**, valor estimado de: **R$ 113.448,00 (cento e treze mil quatrocentos e quarenta e oito reais)**, data 22-06-2016.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

FATURAMENTO, LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº 01/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 015/2015

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - CISA.

OBJETO: Contratação de 01 (Um) **Médico Clinico Geral (plantonista)** para o atendimento no hospital regional, **05 (cinco) plantões fixos mensais**, **de 12 horas cada**, conforme escala medica do hospital regional.

ATRIBUIÇÃO: Atendimento de todas as urgências e emergências aos pacientes que procuram o hospital e seguimento dos mesmos dentro da área de atuação da especialidade definida pelo CRM; Estar em disponibilidade para cobertura da rede de urgência e emergência; Realização de triagem de pacientes de acordo com solicitação; Atendimento de intercorrências em pacientes internados nas alas e participação em auxílio de cirurgias de urgência/emergência; Acompanhamento móvel quando solicitada; Acompanhar pacientes em transferência quando solicitado pelo mesmo ou por necessidade do departamento; Cumprimento das normas técnicas, funcionais e administrativas estabelecidas pelo Consórcio Intermunicipal de saúde do Araguaia - Cisa; Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato,firmado em 30/06/2016.

FAVORECIDA: Dr. CLAUDIO OLIVEIRA DO NASCIMENTO.

CPF Nº 047.723.002-44.

VALOR GLOBAL: R$ 90.000,00 (noventa mil reais).

VIGÊNCIA: 12 Meses;

PERIODO CONTRATUAL: 01 de Julho de 2016 a 30 de Junho de 2017.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 8.666/1993 e a Lei 10.520/02.

São Félix do Araguaia - MT, em 30 de Junho de 2016.

_____

MARIA GILDENE MENDES VASCONCELOS

PRESIDENTE DO CISA

FATURAMENTO, LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE ABERTURA LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016

REGISTRO DE PREÇO

A Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - CISA torna público aos interessados que realizará Licitação na modalidade de Pregão Presencial n° 03/2016, para **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA – CISA**. Abertura de Sessão Publica para o recebimento dos envelopes de documentação e da proposta de preços será no dia 13 de Julho de 2016, às 09h00min (horário oficial de Brasília - DF). Os interessados poderão obter informações e o Edital completo na sede do CISA, no horário de 14:00 às 17:00 horas ou pelo telefone (66) 3522-2155 e email – licitacaocisa@outlook.com.Em São Félix do Araguaia - MT, 29 de Junho de 2016. Mª Solange Erthal – Pregoeira**.**

FATURAMENTO, LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº 01/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 024/2015

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - CISA.

OBJETO: Contratação de 01 (uma) **NUTRICIONISTA** para o atendimento no hospital regional, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme escala de plantão.

ATRIBUIÇÃO: Realização de consultas em nutrição, para o levantamento de informações que possibilitem o diagnóstico nutricional e o conhecimento sanitário e a prescrição dietética e orientação dos pacientes ou cliente de forma individualizada ou coletiva. Avaliar o estado nutricional do paciente a partir de diagnóstico clínico, exames laboratoriais, anamnese alimentar e exames antropométricos; estabelecer a dieta do paciente, fazendo as adequações necessárias; solicitar exames complementares para acompanhamento da evolução nutricional do paciente, quando necessário; prescrever complementos nutricionais, quando necessário; registrar em prontuário individual a prescrição dietoterápica, a evolução-nutricional, as intercorrências e alta em nutrição; promover orientação e educação alimentar e nutricional para pacientes e familiares; avaliar os hábitos e as condições alimentares da família, com vistas ao apoio dietoterápico, em função de disponibilidade de alimentos, condições, procedimentos e comportamentos em relação ao preparo, conservação, armazenamento, higiene e administração da dieta; desenvolver e fornecer receituário de preparações culinárias; elaborar e/ou controlar programas e projetos específicos de assistência alimentar a grupos vulneráveis da população; integrar equipe multidisciplinar, com participação plena na atenção prestada ao paciente; participar do planejamento e execução de treinamento, orientação, supervisão e avaliação de pessoal técnico e auxiliar; desenvolver estudos e pesquisas relacionadas à sua área de atuação; colaborar na formação de profissionais na área da saúde, orientando estágios e participando de

programas de treinamento; apoiar a Comissão de Licitação quanto às descrições específicas dos produtos a serem adquiridos; efetuar controle periódico dos trabalhos executados; Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato.

firmado em 30/06/2016.

FAVORECIDA: Dr. ERIKA ALVES SOARES.

CPF Nº 032.492.051-25.

VALOR GLOBAL: R$ 21.600,00 (vinte um mil e seissentos reais).

VIGÊNCIA: 12 Meses;

PERIODO CONTRATUAL: 01 de Julho de 2016 a 30 de Junho de 2017.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 8.666/1993 e a Lei 10.520/02.

São Félix do Araguaia - MT, em 30 de Junho de 2016.

_____

MARIA GILDENE MENDES VASCONCELOS

PRESIDENTE DO CISA

RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO DE FÉRIAS

Resolução nº. 30/2016

Em 01 de Julho de 2016.

São Félix do Araguaia–MT.

A Presidente do CISA-Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia-MT, dispõe sobre a concessão de Férias:

Art. 1º Conceder férias regulamentares ao servidor **MAGNON FERREIRA DA SILVA**, lotado nesta Instituição, no Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período de 2015/2016, a partir do dia 01 a 30 de Julho de 2016, devendo retornar suas atividades normais no dia 31 de Julho de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

MARIA GILDENE MENDES VASCONCELOS

PRESIDENTE DO CISA

RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO DE FÉRIAS

Resolução nº. 29/2016

Em 01 de Julho de 2016.

São Félix do Araguaia–MT.

A Presidente do CISA-Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia-MT, dispõe sobre a concessão de Férias:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a servidora **GISLAINE OLIVEIRA DOS SANTOS**, lotada nesta Instituição, no Cargo de Técnica de Enfermagem, referente ao período de 2015/2016, a partir do dia 01 a 30 de Julho de 2016, devendo retornar suas atividades normais no dia 31 de Julho de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

MARIA GILDENE MENDES VASCONCELOS

PRESIDENTE DO CISA

FATURAMENTO, LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº 01/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 025/2015

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - CISA.

OBJETO: Contratação de 01 (um) **FARMACEUTICA** para o atendimento no hospital regional, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

ATRIBUIÇÃO: planejamento, aquisição, análise, armazenamento, distribuição e controle de medicamentos e correlatos; • controle de estoques; • desenvolvimento e ou manipulação de fórmulas magistrais e oficinais; • produção de medicamentos e correlatos; • desenvolvimento de pesquisas; • desenvolver atividades didáticas; • adequar-se aos problemas políticos, financeiros e culturais do hospital; • estimular a implantação da farmácia no hospital Regional, Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato.

firmado em 30/06/2016.

FAVORECIDA: Dr. KAMILA GONÇALVES MACHADO.

CPF Nº 032.553.571-01.

VALOR GLOBAL: R$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais).

VIGÊNCIA: 12 Meses;

PERIODO CONTRATUAL: 01 de Julho de 2016 a 30 de Julho de 2017.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 8.666/1993 e a Lei 10.520/02.

São Félix do Araguaia - MT, em 30 de Junho de 2016.

_____

MARIA GILDENE MENDES VASCONCELOS

PRESIDENTE DO CISA

FATURAMENTO, LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº 01/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 022/2015

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - CISA.

OBJETO: Contratação de 01 (um) **Bioquímico** (plantonista) para o atendimento no hospital regional, 02 (dois) plantões fixos mensais, **em Finais de Semana de 24 horas cada**, conforme escala medica do hospital regional.

ATRIBUIÇÃO: Realizar tarefas inerentes às áreas de análises clínicas; Desenvolver e interpretar a rotina de todos os setores laboratoriais, bioquímica, imunologia, microbiologia, hematologia e urinálise, clínica, hematologia, parasitologia, bacteriologia, virologia, mitologia e outros, valendo-se de técnicas específicas para completar o diagnóstico de doenças; Manter controle de qualidade no setor laboratorial; Preparar boletins informativos com a finalidade de fornecer subsídios para a classe médica; Orientar e controlar atividades de equipes auxiliares; Dar pareceres sobre a compra de materiais e equipamentos laboratoriais, fornecendo as especificações técnicas necessárias; Preparar reagentes, soluções, vacinas, meios de cultura e outros, para aplicação em análises clínicas; Efetuar controle de qualidade de matérias primas, produtos em elaboração e produtos acabados, realizando análise de laboratório, para assegurar-se de que os mesmos atendem às especificações propostas; Preparar boletins informativos sobre medicamentos, com a finalidade de fornecer subsídios para a classe médica; Dar pareceres sobre a compra de materiais, equipamentos e medicamentos, fornecendo as especificações técnicas necessárias para a manutenção das farmácias dos postos de saúde; Efetuar controle da qualidade dos medicamentos para assegurar-se de que os mesmos atendem às especificações propostas; Executar tarefas afins e de interesse do CISA; Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato,firmado em 30/06/2016.

FAVORECIDA: Dr. ROMULO LACERDA BISPO.

CPF Nº 479.871.971-49.

VALOR GLOBAL: R$ 7.152,00 (sete mil cento cinqüenta e dois reais).

VIGÊNCIA: 12 Meses;

PERIODO CONTRATUAL: 01 de Julho de 2016 a 30 de Junho de 2017.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 8.666/1993 e a Lei 10.520/02.

São Félix do Araguaia - MT, em 30 de Junho de 2016.

_____

MARIA GILDENE MENDES VASCONCELOS

PRESIDENTE DO CISA

FATURAMENTO, LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº 01/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 020/2015

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - CISA.

OBJETO: Contratação de 01 (Um) **Médico Clinica Geral** Autorizador de AIH (Autorização de Internação de Hospitalar) e Auditor, para o atendimento no Consorcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - MT e no Hospital Regional, sendo 10 (dez) horas mensais.

ATRIBUIÇÃO: Auditoria; Preenchimento, emissão e Autorização de Internação de Hospitalar – AIH, atendendo a legislação e manual de orientação das autorizações de internações hospitalares e executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato,firmado em 30/06/2016.

FAVORECIDA: WELLINGTON MILHOMEM DE BRITO – ME.

CNPJ Nº 16.632.821/0001-80.

VALOR GLOBAL: R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

VIGÊNCIA: 12 Meses;

PERIODO CONTRATUAL: 01 de Julho de 2016 a 30 de Junho de 2017.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 8.666/1993 e a Lei 10.520/02.

São Félix do Araguaia - MT, em 30 de Junho de 2016.

_____

MARIA GILDENE MENDES VASCONCELOS

PRESIDENTE DO CISA

FATURAMENTO, LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº 01/2016

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 021/2015

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - CISA.

OBJETO: Contratação de 01 (um) **Bioquímico** (plantonista) para o atendimento no hospital regional, 03 (três) plantões fixos mensais, **em Finais de Semana de 24 horas cada**, conforme escala do hospital regional.

ATRIBUIÇÃO: Realizar tarefas inerentes às áreas de análises clínicas; Desenvolver e interpretar a rotina de todos os setores laboratoriais, bioquímica, imunologia, microbiologia, hematologia e urinálise, clínica, hematologia, parasitologia, bacteriologia, virologia, mitologia e outros, valendo-se de técnicas específicas para completar o diagnóstico de doenças; Manter controle de qualidade no setor laboratorial; Preparar boletins informativos com a finalidade de fornecer subsídios para a classe médica; Orientar e controlar atividades de equipes auxiliares; Dar pareceres sobre a compra de materiais e equipamentos laboratoriais, fornecendo as especificações técnicas necessárias; Preparar reagentes, soluções, vacinas, meios de cultura e outros, para aplicação em análises clínicas; Efetuar controle de qualidade de matérias primas, produtos em elaboração e produtos acabados, realizando análise de laboratório, para assegurar-se de que os mesmos atendem às especificações propostas; Preparar boletins informativos sobre medicamentos, com a finalidade de fornecer subsídios para a classe médica; Dar pareceres sobre a compra de materiais, equipamentos e medicamentos, fornecendo as especificações técnicas necessárias para a manutenção das farmácias dos postos de saúde; Efetuar controle da qualidade dos medicamentos para assegurar-se de que os mesmos atendem às especificações propostas; Executar tarefas afins e de interesse do CISA; Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato,firmado em 30/06/2016.

FAVORECIDA: **Dr. KATIANA SABINO MIRANDA CARVALHO**.

CPF Nº 984.039.311-15.

VALOR GLOBAL: R$ 10.728,00 (dez mil setecentos e vinte e oito reais)**VIGÊNCIA:** 12 Meses;

PERIODO CONTRATUAL: 01 de Julho de 2016 a 30 de Julho de 2017.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 8.666/1993 e a Lei 10.520/02.

São Félix do Araguaia - MT, em 30 de Julho de 2016.

_____

MARIA GILDENE MENDES VASCONCELOS

PRESIDENTE DO CISA

FATURAMENTO, LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº 01/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 018/2015

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - CISA.

OBJETO: Contratação de 01 (um) **Médico Clinico Geral** para o atendimento no Hospital Regionalcom carga horária 44 horas semanais, atendimento de urgência e emergência conforme solicitado, seguir escala medica do Hospital Regional.

ATRIBUIÇÃO: Realização de exames médicos, emissão de diagnósticos, prescrição de medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica, para promover a saúde, o bem-estar do paciente, bem com a realização de pequenos procedimentos. Atendimento de todas as urgências e emergências aos pacientes que procuram o hospital e seguimento dos mesmos dentro da área de atuação da especialidade definida pelo CRM; Estar em disponibilidade para cobertura da rede de urgência e emergência; Realização de triagem de pacientes de acordo com solicitação; Atendimento de intercorrências em pacientes internados nas alas e participação em auxílio de cirurgias de urgência/emergência; Acompanhamento móvel quando solicitada; Acompanhar pacientes em transferência quando solicitado pelo mesmo ou por necessidade do departamento; Realização de cirurgia em geral, pequena procedimentos ambulatorial, solicitação, avaliação de exames pré-operatórios, cirurgia e Executar tarefas correlatas. Cumprimento das normas técnicas, funcionais e administrativas estabelecidas pelo Consórcio Intermunicipal de saúde do Araguaia - CISA; Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato.

Firmado em 30/06/2016.

FAVORECIDA: RICHARD RAMOS CRISPIM – ME.

CNPJ Nº *22.610.302/0001-14*

VALOR GLOBAL: R$ 286.800,00 (duzentos oitenta e seis mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: 12 Meses;

PERIODO CONTRATUAL: 01 de Julho de 2016 a 30 de Junho de 2017.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 8.666/1993 e a Lei 10.520/02.

São Félix do Araguaia - MT, em 30 de Junho de 2016.

_____

MARIA GILDENE MENDES VASCONCELOS

PRESIDENTE DO CISA

RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO DE FÉRIAS

Resolução nº. 31/2016

Em 01 de Julho de 2016.

São Félix do Araguaia–MT.

A Presidente do CISA-Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia-MT, dispõe sobre a concessão de Férias:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a servidora **CRISTINA FERREIRA AGUIAR**, lotada nesta Instituição, no Cargo de Recepcionista, referente ao período de 2015/2016, a partir do dia 01 a 30 de Julho de 2016, devendo retornar suas atividades normais no dia 31 de Julho de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

MARIA GILDENE MENDES VASCONCELOS

PRESIDENTE DO CISA

FATURAMENTO, LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº 01/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 017/2015

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - CISA.

OBJETO: Contratação de 01 (um) **Médico Clinico Geral e Cirurgião Geral** para o atendimento no hospital regional, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, conforme escala medica do hospital regional.

ATRIBUIÇÃO: ATRIBUIÇÃO: Realização de exames médicos, emissão de diagnósticos, prescrição de medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica, para promover a saúde, o bem-estar do paciente, bem com a realização de pequenos procedimentos. Atendimento de todas as urgências e emergências aos pacientes que procuram o hospital e seguimento dos mesmos dentro da área de atuação da especialidade definida pelo CRM; Estar em disponibilidade para cobertura da rede de urgência e emergência e fazer cirurgias se necessária, na ausência de medico cirurgião; Realização de triagem de pacientes de acordo com solicitação; Atendimento de intercorrências em pacientes internados nas alas e participação em auxílio de cirurgias de urgência/emergência; Acompanhamento móvel quando solicitada; Acompanhar pacientes em transferência quando solicitado pelo mesmo ou por necessidade do departamento; Realização de cirurgia em geral, pequenos procedimentos ambulatorial, solicitação, avaliação de exames pré-operatório, cirurgia e Executar tarefas correlatas. Cumprimento das normas técnicas, funcionais e administrativas estabelecidas pelo Consórcio Intermunicipal de saúde do Araguaia - Cisa; Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato. Firmado em 30/06/2016.

FAVORECIDA: CECILIO BENICIO DA SILVA FILHO – ME.

CNPJ Nº *22.283.682/0001-20*

VALOR GLOBAL: R$ 286.800,00 (duzentos oitenta e seis mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: 12 Meses;

PERIODO CONTRATUAL: 01 de Julho de 2016 a 30 de Junho de 2017.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 8.666/1993 e a Lei 10.520/02.

São Félix do Araguaia - MT, em 30 de Junho de 2016.

_____

MARIA GILDENE MENDES VASCONCELOS

PRESIDENTE DO CISA

FATURAMENTO, LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO ADITIVO Nº 01/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 016/2015

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - CISA.

OBJETO: Contratação de 01 (um) **Médico Clinico Geral e Cirurgião Geral** para o atendimento no hospital regional, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, conforme escala medica do hospital regional.

ATRIBUIÇÃO: ATRIBUIÇÃO: Realização de exames médicos, emissão de diagnósticos, prescrição de medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica, para promover a saúde, o bem-estar do paciente, bem com a realização de pequenos procedimentos. Atendimento de todas as urgências e emergências aos pacientes que procuram o hospital e seguimento dos mesmos dentro da área de atuação da especialidade definida pelo CRM; Estar em disponibilidade para cobertura da rede de urgência e emergência e fazer cirurgias se necessária, na ausência de medico cirurgião; Realização de triagem de pacientes de acordo com solicitação; Atendimento de intercorrências em pacientes internados nas alas e participação em auxílio de cirurgias de urgência/emergência; Acompanhamento móvel quando solicitada; Acompanhar pacientes em transferência quando solicitado pelo mesmo ou por necessidade do departamento; Realização de cirurgia em geral, pequenos procedimentos ambulatorial, solicitação, avaliação de exames pré-operatório, cirurgia e Executar tarefas correlatas. Cumprimento das normas técnicas, funcionais e administrativas estabelecidas pelo Consórcio Intermunicipal de saúde do Araguaia - Cisa; Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato. Firmado em 30/06/2016.

FAVORECIDA: BALTAZAR CAETANO FERNANDES – ME.

CNPJ Nº *22.301.616/0001-35*

VALOR GLOBAL: R$ 286.800,00 (duzentos oitenta e seis mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: 12 Meses;

PERIODO CONTRATUAL: 01 de Julho de 2016 a 30 de Junho de 2017.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 8.666/1993 e a Lei 10.520/02.

São Félix do Araguaia - MT, em 30 de Junho de 2016.

_____

MARIA GILDENE MENDES VASCONCELOS

PRESIDENTE DO CISA

RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO DE FÉRIAS

Resolução nº. 28/2016

Em 01 de Julho de 2016.

São Félix do Araguaia–MT.

A Presidente do CISA-Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia-MT, dispõe sobre a concessão de Férias:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a servidora **CRISTHEANE RABELO DIAS**, lotada nesta Instituição, no Cargo de Técnica em Radiologia, referente ao período de 2014/2015, a partir do dia 02 a 31 de Julho de 2016, devendo retornar suas atividades normais no dia 01 de Agosto de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

MARIA GILDENE MENDES VASCONCELOS

PRESIDENTE DO CISA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA EIRELI EPP,** CNPJ 20.357.366/0001-20, com sede à Av. Isaac Povoas, nº 475, subsolo sala 1 – Centro Norte, na cidade de Cuiabá - MT, neste ato representado pelo Srº Paulo Henrique Furoni, brasileiro, portador do RG nº 1192184-6 SJ/MT e CPF nº 841.801.961-15, residente na Rua Itapua, Quadra 20, Bloco A-4, Apto 404, Jd. Aeroporto, na cidade de Várzea Grande - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de brinquedos pedagógicos, para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão Nº 045/2015.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do (s) objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA EIRELI EPP

CNPJ Nº 20.357.366/0001-20

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
3	5	UN	Alfabeto silábico - confeccionado em madeira MDF com 350 peças. Medidas das peças 4x4cm, embalagem caixa de madeira 20x20x10cm.	CIABRINK	R$ 40,93	R$ 204,65
7	150	UN	Brinquedo - bambolê, mangueira plástica, resistente e colorido, 60cm diâmetro, com selo do INMETRO.	JOTTPLAY	R$ 5,79	R$ 868,50
14	5	UN	Brinquedo - Tubo Mania - 150 peças, material plástico com borda transparente com 4 ilhos e 1 corda trancada.	CARLU	R$ 68,90	R$ 344,50
16	5	UN	Brinquedo - gangorra andador meu primeiro pônei - plástico resistente, medidas 35x78x51cm.	XALINGO	R$ 208,50	R$1. 042,50
17	5	UN	Brinquedo - moto balanço - plástico resistente, medidas 81,5x26,5x42cm.	XALINGO	R$ 198,66	R$ 993,30
18	5	UN	Brinquedo - gangorra cavalinho com som - plástico resistente, medidas 106x39,5x49cm.	XALINGO	R$ 297,13	R$1. 485,65
20	5	UN	Brinquedo - gangorra individual tigrão Disney - plástico rígido, medidas 80,7x31,5x45,5cm.	XALINGO	R$ 269,49	R$1. 347,45
21	5	UN	Brinquedo - gangorra individual pluto - plástico resistente, tem orelha moveis, medidas 83x31x48cm.	XALINGO	R$ 269,49	R$1. 347,45
22	4	UN	Brinquedo - balanço infantil - plástico resistente, acompanha 2 ganchos para fixação e cordas em plástico, medidas 38,5x28,5x27cm, cor a escolher.	XALINGO	R$ 183,11	R$ 732,44
23	4	UN	Brinquedo - balanço avião - plástico resistente, acompanha 2 ganchos para fixação e cordas em plástico super-resistentes e cinto segurança, medidas 64x38x35cm, cor a escolher.	XALINGO	R$ 222,85	R$ 891,40
24	4	UN	Brinquedo-balanço EGGS amarelo - em forma de ovo com patinha flexíveis, que se movem com o balanço, acompanha ganchos, medindo 38,5x38x31cm.	XALINGO	R$ 207,30	R$ 829,20
25	4	UN	Brinquedo-balanço biu - colorido e divertido, os olhos giram e podem criar expressões, com patinha flexíveis, que se movem com o balanço, acompanha ganchos, medidas 56x40x34cm.	XALINGO	R$ 240,12	R$ 960,48
26	4	UN	Brinquedo - balanço carros - plástico resistente, cordas em plástico super-resistente e 2 ganchos para fixação, cinto de segurança, medindo 68x33,5x27cm.	XALINGO	R$ 267,76	R$1. 071,04
46	30	UN	Bolinhas para piscina coloridas, pacote com 100 unidades.	PLAST	R$ 28,80	R$ 864,00
68	1	UN	Tabela basketball - MDF - medidas 68x54cm, aro 36,5cm reforçado com rede fio 100% polipropileno, embalagem PVC encolhível.	XALINGO	R$ 72,55	R$ 72,55
69	18	UN	Raquete para tênis de mesa - MDF e EVA.	JOTTPLAY	R$ 13,55	R$ 243,90
70	5	UN	Mesa de tênis de mesa com tampo em MDF - 274x152x76cm, acabamento com massa e primer azul com linhas demarcatórias brancas, bordas laterais em perfil de MDF, pês em tubo de aço pintados de preto dobráveis, com rodízios.	XALINGO	R$1. 418,13	R$7. 090,65
76	10	UN	Bola futebol de campo infantil oficial - 64-66cm, 360-390gr, câmara butil, material PVC, costurada a mão, 32 gomos, miolo removível e lubrificado.	PENALTY	R$ 57,77	R$ 577,70
77	10	UN	Bola vôlei de quadra - diâmetro 65-67cm, 260-280gr, câmara airbility, matrizada, material microfibra, 18 gomos, miolo slip system removível e lubrificado, aprovado pela federação oficial de vôlei (fibv).	PENALTY	R$ 81,90	R$ 819,00

Total	**R$ 21.786,36**										

VALOR POR EXTENSO: VINTE E UM MIL SETECENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Secretaria Solicitante e deverá ser entregue no **Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari – MT.**

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 – Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”;

5.1.11 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após a entrega dos materiais mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 – O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS), com o FGTS – CRF/CEF).

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.365.8020.1016.44.90.52.00 – Material de Consumo

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

10.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação;

10.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

10.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

10.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de

fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

10.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

10.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448;**

10.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 18 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA EIRELI EPP

CNPJ Nº 20.357.366/0001-20

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURÍDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **FOCO PAPELARIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA – ME,** CNPJ 22.579.608/0001-55, com sede à Av. General Mello, nº 3285 – Bairro Jardim Califórnia, na cidade de Cuiabá - MT, neste ato representado pelo Srº Douglas Edgard Correa Monteiro, brasileiro, portador do RG nº 1601190-2 SSP/MT e CPF nº 731.718.321-00, residente na Rua 29, Quadra 47, casa 28 – CPA: III Setor V, na cidade de Cuiabá - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de brinquedos pedagógicos, para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão Nº 045/2015.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do (s) objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FOCO PAPELARIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA – ME

CNPJ Nº 22.579.608/0001-55

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	5	UN	Alfabeto ilustrado - confeccionado em madeira MDF com 75 peças. Embalagem caixa de madeira medindo 18x18x6mm	CARLU	R$ 55,00	R$ 275,00
2	5	UN	Alfabeto divertido - confeccionado em madeira MDF com 60 peças. Embalagem caixa de madeira medindo 18x15x4mm	CARLU	R$ 36,00	R$ 180,00
4	5	UN	Loto gigante imagens e palavras - MDF 30 peças - embalagem caixa de madeira 44x30x5,5cm.	CARLU	R$ 90,86	R$ 454,30
5	5	UN	Loto gigante imagens e palavras - inglês - MDF 52 peças - embalagem caixa de madeira 44x30x5,5cm.	CARLU	R$ 119,98	R$ 599,90
6	5	UN	Loto leitura madeira - MDF 130 peças - embalagem caixa de madeira 18x18x5cm.	CARLU	R$ 32,51	R$ 162,55
8	20	UN	Cavalinho/brinquedo - madeira e MDF - medidas 105cm, cabo de madeira e 2 arodas em MDF.	CARLU	R$ 19,62	R$ 392,40
9	2	UN	Brinquedo - linha movimento 2 sensoriais e corporais - material EVA e MDF, madeira 65 peças.	CARLU	R$ 369,30	R$ 738,60
10	2	UN	Brinquedo - kit recreação e lazer - composto por 10 jogos.	CARLU	R$3. 028,92	R$6. 057,84
11	2	UN	Brinquedo - musicoteca - composto por 17 jogos, embalagem maleta de MDF com alça de sisal, medindo 57x41x5x17cm.	CARLU	R$ 590,35	R$1. 180,70
12	5	UN	Brinquedo - PP balde criativo monte fácil, material plástico 480 peças, embalagem balde com alça e lacre.	CARLU	R$ 95,06	R$ 475,30
13	2	UN	Brinquedo - PP balde brinque, mochila com 1000 peças, material plástico, embalagem mochila plástica com zíper.	CARLU	R$ 154,38	R$ 308,76
15	2	UN	Brinquedo: trave de gol com bolsa - medindo 116x50x98cm, plástico resistente.	EXCLUSIVA	R$ 303,60	R$ 607,20
19	5	UN	Brinquedo - gangorra - plástico resistente, medidas 120x33x52cm.	XALINGO	R$ 297,22	R$1. 486,10
47	20	UN	Bola borracha nº 12	CARLU	R$ 22,40	R$ 448,00
49	20	UN	Carro em tecido medindo 30 cm.	TOYS	R$ 27,36	R$ 547,20
50	20	UN	Carro em pelúcia pick-up medindo 45 cm	TOYS	R$ 61,76	R$1. 235,20
51	20	UN	Centopeia em tecido medindo 52 cm	TOYS	R$ 44,80	R$ 896,00
52	20	UN	Centopeia em tecido medindo 128 cm	TOYS	R$ 145,60	R$2. 912,00
53	20	UN	Leão em tecido com juba plush medindo 35 cm de altura	TOYS	R$ 30,24	R$ 604,80
54	20	UN	Boneca em tecido com roupa, cabelo e chapéu, medindo 47 cm, nas cores banca ou preta.	TOYS	R$ 55,00	R$1. 100,00
55	20	UN	Boneco em tecido com roupa e boné medindo 53 cm de altura, nas cores branco ou preto.	TOYS	R$ 50,00	R$1. 000,00
56	100	UN	Boneca 60 cm de altura, 40 cm de largura. Cabeça, perna e braço em vinil e corpo em tecido. Fala 30 frases com bateria inclusa, produto nacional e certificado pelo INMETRO	DIVER TOYS	R$ 37,50	R$3. 750,00
60	1	UN	Escorregador reto material polietileno densidade com aditivo UV, que garante a coloração original, dimensão 1,30mx0,59mx2,05m peso de 16,1 kg, composto por i rampa reta sem ondulação, 1 escada de 4 degraus mais o topo da rampa, 2 barras laterais de segurança, produto nacional.	XALINGO	R$1. 165,38	R$1. 165,38
62	5	UN	Cartaz para ditado em EVA 20 peças - medidas peças 12x6cm, embalagem plástica	CARLU	R$ 30,75	R$ 153,75
63	5	UN	Discriminação auditiva com treino de escrita - MDF 78peças - base com desenhos medindo 16x21cm, embalagem caixa de madeira 28x22x6cm.	CARLU	R$ 61,70	R$ 308,50
64	5	UN	Loto de desenhos e rimas - MDF 30 peças - medidas cartas 21x21cm e 27 peças 6x6cm, embalagem caixa de madeira 24x24x3,5cm.	CARLU	R$ 39,73	R$ 198,65
71	50	UN	Brinquedo - pula corda, cabo emborrachado, madeira, nylon e EVA.	CARLU	R$ 9,65	R$ 482,50
72	20	UN	Brinquedo - jogo xadrez e dama colegial - material estojo MDF, peças de plástico, embalagem encolhível, 56 peças, rei 5cm.	CARLU	R$ 42,64	R$ 852,80
73	5	UN	Brinquedo - jogo resta um - material MDF e 32 pinos de madeira, embalagem estojo MDF 18x18x3cm.	CARLU	R$ 36,38	R$ 181,90
75	10	UN	Bola futsal diâmetro 55-59cm, 350-380 Gr câmara airbility, matrizada, PVC, miolo silp system removível e lubrificado.	PENALTY	R$ 87,47	R$ 874,70
78	2	UN	Bomba para calibrar bola - composição: tubo: policarbonato/haste: acrilato nitrilica butadieno estireno/t handle: polipropileno/fechos: acrilato nitrilica butadieno estireno, tecnologia double action que permite enchimento nos dois sentidos, com agulha em liga de zinco com tampa de borracha, mangueira de ar em borracha com nylon e liga de zinco.	PENALTY	R$ 30,59	R$ 61,18
Total	**R$29. 691,21**					

VALOR POR EXTENSO: VINTE E NOVE MIL SEISCENTOS E NOVENTA E UM REAIS E VINTE E UM CENTAVOS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Secretaria Solicitante e deverá ser

entregue no **Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari – MT.**

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 – Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”;

5.1.11 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após a entrega dos materiais mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 – O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS), com o FGTS – CRF/CEF).

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.365.8020.1016.44.90.52.00 – Material de Consumo

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

10.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação;

10.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

10.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

10.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

10.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

10.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448;**

10.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 18 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

FOCO PAPELARIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA – ME

CNPJ Nº 22.579.608/0001-55

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURÍDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá,** brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/ 2015, RESOLVE** Registrar o Preço da empresa **SYLVIA MAIA SANTOS BERIGO - ME**, CNPJ Nº 14.010.264/0001-30, com sede à Av. Ivo de Moraes Cajango, Qd. 05, Lt.02, sala 01, Parque Industrial – Vila Esperança, na cidade de Santa Rita do Araguaia - GO, neste ato representado pela Srª Sylvia Maia Santos Berigo, brasileira, empresária, portadora do RG nº 0983039-1 SSP/MT e CPF nº 716.265.571-87, residente e domiciliada na Rua Florisvaldo Souza Porto, s/nº - Cotovelo, na cidade de Alto Araguaia – MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **-** A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TONERS, CARTUCHOS DE TINTA E PERIFÉRICOS, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 046/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

SYLVIA MAIA SANTOS BERIGO - ME

CNPJ Nº 14.010.264/0001-30

ITEM	QTDE	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	42	UN	Cartucho Brother LC 109 BK - 50ml XXL - cor preto (2.400 páginas) - original (Super alto rendimento)	BROTHER	R$ 94,00	R$ 3. 948,00

7	477	UN	Toner HP 85a compatível - capacidade 1.600 a 1.800 páginas (compatível novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 39,90	R$19.032,30
9	30	UN	Toner HP 35a compatível - capacidade 1.500 páginas (compatível novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 39,90	R$ 1.197,00
11	23	UN	Refil de tinta impressora Epson T664220 ciano (azul) 70ml (6.500 páginas) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	EPSON	R$ 50,00	R$ 1.150,00
12	23	UN	Refil de tinta impressora Epson T664320 magenta 70ml (6.500 páginas) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	EPSON	R$ 50,00	R$ 1.150,00
13	23	UN	Refil de tinta impressora Epson T664420 amarela 70ml (6.500 páginas) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	EPSON	R$ 50,00	R$ 1.150,00
28	100	UN	Cartucho HP 21 - preto - 7ml (c9352bb) - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 49,30	R$ 4.930,00
30	90	UN	Cartucho HP 662 XL preto (cz105ab) 6,5ml - capacidade 120 páginas - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 54,00	R$ 4.860,00
46	8	UN	Toner Samsung SCX 4828 FN D 209l - capacidade 5000 páginas (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	SAMSUNG	R$ 299,50	R$ 2.396,00
47	6	UN	Toner Brother TN 450 (capacidade 2.600 páginas) - compatível (novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 43,50	R$ 261,00
49	12	UN	Toner Brother TN 3392 (capacidade 12.000 copias) compatível - (novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 65,98	R$ 791,76
50	8	UN	Toner Brother TN 3392 (capacidade 12.000 copias) original - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	BROTHER	R$ 225,48	R$ 1.803,84
52	2	UN	Cilindro para impressora Brother MFC-8952DW ou MFC-7460N- cartucho DR3302 (60.000 páginas) (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	BROTHER	R$ 301,60	R$ 603,20
53	4	UN	Toner Brother TN 580 (7000 copias) - compatível - (novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 56,55	R$ 226,20
54	2	UN	Toner Brother TN 580 (7000 copias) - original - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	BROTHER	R$ 233,45	R$ 466,90
55	10	M	Fita impressora matricial FX 2190 (13x12mm) ou lq2090 (referência 8021)	P PRINT	R$ 11,60	R$ 116,00
62	38	UN	Cartucho HP 901 preto 15,5ml (Cc654ab) rende 700 páginas - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 54,52	R$ 2.071,76
66	10	UN	Cartucho 920xl - ciano (azul) - 7,5ml (cd972al) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 63,00	R$ 630,00
67	10	UN	Cartucho 920xl - magenta (rosa) - 6,5ml (cd973al) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 63,00	R$ 630,00
68	10	UN	Cartucho 920xl - amarelo - 7,5ml (cd974al) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 63,00	R$ 630,00
71	6	UN	Toner HP 12a (q2612a) compatível - capacidade 2.000 páginas (compatível novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 39,90	R$ 239,40
73	5	UN	Toner Samsung mlt-d101s - capacidade 1.500 páginas - compatível (novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 81,20	R$ 406,00
82	46	UN	Cartucho HP 60 - preto - 4,5ml (cc636wb) original - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 48,50	R$ 2.231,00
84	3	UN	Toner Samsung ML-D3050b/SEE (8000 copias) compatível - (novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 100,05	R$ 300,15
87	8	UN	Cartucho HP 122xl - colorido - 6ml (ch564hb) - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 91,00	R$ 728,00
92	150	UN	Fita para impressora nylon 13mmx12m preta Epson fx-890 ou lq-590 (matricial) - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	P PRINT	R$ 8,00	R$ 1.200,00
93	38	UN	Cartucho HP 60 - preto - 13,5ml original - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 49,30	R$ 1.873,40
94	26	UN	Cartucho HP 60 - colorido - 15,5ml original - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 82,51	R$ 2.145,26
102	10	UN	Toner Brother dr-1060 (1.000 copias) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	BROTHER	R$ 173,50	R$ 1.735,00
103	8	UN	Toner Phaser 3125 compatível - rende 2.000 páginas (impressora Phaser 3117/3122 DI) - (compatível novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	EDELTEC	R$ 68,15	R$ 545,20
105	20	UN	Toner SCX d4200 (3.000 copias) - compatível (novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 68,15	R$ 1.363,00
107	8	UN	Toner para impressora Samsung mld2851a/XAA (5.000 páginas) - compatível (novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 81,20	R$ 649,60
130	2	UN	Toner Brother TN 650 BR (8000 copias) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	BROTHER	R$ 303,00	R$ 606,00
131	6	UN	Toner Brother TN 650 (8000 copias) - compatível (novo não remanufaturado)	P PRINT	R$ 56,55	R$ 339,30
132	15	UN	Cartucho HP 21 - preto - 16ml (c9351cb) - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 49,30	R$ 739,50
133	10	UN	Cartucho HP 22XL - colorido - 16ml (c9352cb) - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora).		R$ 114,26	R$ 1.142,60
TOTAL	**R$ 64.287,37**					

VALOR POR EXTENSO: SESSENTA E QUATRO MIL DUZENTOS E OITENTA E SETE REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 **- Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal deverá ser entregues no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2 **–** A empresa Contratada deverá:

4.2.1 **-** Fornecer os materiais solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 **-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos materiais.

4.5 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 **-** São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 **-** Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 **–** O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 **–** O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 **-** A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 **-** Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **-** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 **–** A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 **–** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

02.090.0.0.04.122.9300.2058.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.13.392.8050.2046.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.100.0.0.04.122.9400.2060.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.243.6110.2177.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.30.00 - Material de Consumo;

02.140.0.0.04.122.6050.2188.33.90.00.00 – Material de Consumo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.122.7050.2108.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2187.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.30.00 - Material de Consumo;

GABINETE DO PREFEITO

02.010.0.0.04.122.2010.2004.33.90.30.00 - Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.0.0.27.812.9110.2055.33.90.30.00 - Material de Consumo;

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 **-** A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 **-** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 **-** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor da ata de registro de preços,

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 **-** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata bde registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

13.4 **–** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 **-** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 29 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

SYLVIA MAIA SANTOS BERIGO - ME

CNPJ Nº 14.010.264/0001-30

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **ENIO MARTINS DE BORBA - ME,** CNPJ Nº 33.039.140/0001-22, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 498, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pelo Srº Edu Marion de Borba, brasileiro, portador do RG nº 10814779 SSP/MT e CPF nº 918.870.111-53, residente na Av. Macário Subtil de Oliveira, s/nº, na cidade de Alto Taquari - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para aquisição de Gás liquefeito de petróleo (GLP), Botijão de vasilhame e registro, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de **microempresa e/ou empresa de pequeno porte** para fornecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP), botijão de vasilhame e registro completo para botijão, com entregas parceladas para atender diversas secretarias do município de Alto Taquari, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão Nº 048/2015.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do (s) objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ENIO MARTINS DE BORBA - ME

CNPJ Nº 33.039.140/0001-22

ITEM	QTDE	UN.	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	VALOR TOTAL
1	35	UN	BOTIJAO DE VASILHAME 13KG	R$ 150,00	R$ 5. 250,00
2	43	UN	REGISTRO COMPLETO PARA BOTIJAO DE GAS P-13 COM MANGUEIRA E ABRACADEIRA (APROVADO PELO SELO DO IMETRO)	R$ 24,95	R$ 1. 072,85
3	461	UN	GAS GLP ACONDICIONADO BOTIJAO 13 KG	R$ 61,67	R$ 28. 429,87
4	110	UN	GAS GLP ACONDICIONADO BOTIJAO 45 KG	R$ 223,33	R$ 24. 566,30
5	8	UN	BOTIJAO DE VASILHAME 45 KG	R$ 516,67	R$ 4. 133,36
TOTAL	**R$ 63. 452,38**				

VALOR POR EXTENSO: SESSENTA E TRÊS MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 – Os produtos serão solicitados de forma parcelada e diária, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 24 horas a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada emitida pela Administração Pública Municipal e deverá ser entregue diretamente na secretaria solicitante.

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

4.2.2 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa;

4.2.3 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 – Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”;

5.1.11 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após a entrega dos materiais mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 – O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS), com o FGTS – CRF/CEF).

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - A despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da Ata.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.00.12.361.8040.2029.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

02.060.00.13.392.8050.2046.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

02.060.00.12.361.8010.2032.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

02.060.00.12.361.8010.2163.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

02.060.00.12.365.8020.2043.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

02.140.00.08.244.6050.2118.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

03.110.00.08.241.6080.2169.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

03.110.00.08.244.6120.2168.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

03.110.00.08.243.6110.2177.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

03.110.00.08.244.6090.2172.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

03.110.00.08.244.6050.2072.33.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.130.00.10.302.7020.2097.33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

05.130.00.10.122.7050.2108.33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

05.130.00.10.301.7010.2091.33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

05.130.00.10.305.7040.2099.33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.00.04.122.3010.2008.33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.00.04.129.3030.2016.33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.00.04.122.9230.2048.33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COM. E TURISMO

02.050.00.04.122.5020.2027.33.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011;

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital;

10.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação:

10.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as conseqüências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

10.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

10.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

10.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

10.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

10.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

13 .0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 18 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

ENIO MARTINS DE BORBA - ME

CNPJ Nº 33.039.140/0001-22

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS 006/2016 – EDITAL RESUMIDO

A CPL comunica aos interessados que realizará processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº. 006/2016. Objeto: seleção de empresa especializada para execução de obra, sob regime de empreitada por preço global, para reforma no prédio do hospital municipal**.** Abertura às 07:30h (horário de Mato Grosso) do dia 20/07/2016. O edital e anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07:30 às 11:30 horas, junto a CPL, ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br ou através do e-mail: licitacao@altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com a Comissão Permanente de Licitação, em horário comercial, de Segunda a Sexta através do fone 066-3496-1575/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 04 de julho de 2016. Lúcia Helena do Nascimento. Presidente da CPL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2016

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2016

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS nº 009/2016, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **IMUNOTECH SISTEMAS DIAGNÓSTICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, CNPJ Nº 00. 904.728/0004-90, com sede à ADE, Lote 08, Conj. 13, Águas CLaras, na cidade de Brasília - DF, neste ato representado pelo Sr. Thiago Augusto de Medeiros Bianchi, brasileiro, diretor financeiro, portador do RG nº 27.995.241-7 SSP/SP e CPF nº 214.522.268-57, residente na cidade de São Paulo - SP, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, para aquisição de equipamentos e materiais nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 **-** A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA LABORATÓRIO DO HOSPITAL MUNICIPAL PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 009/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá validade até o dia 31 de dezembro de 2016, contados a partir da assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

IMUNOTECH SISTEMAS DIAGNÓSTICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

CNPJ Nº 00.904.728/0004-90

ITEM	QNT	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNIT.	VL TOTAL
5	25	UN	ASLOTEST REAGENTE 100 DET.	BIOSYSTEMS	R$ 61,21	R$ 1. 530,25
89	4	UN	ACIDO URICO ENZIMATICO ESPECTOFOTOMETRICA PELO METODO URICASE/PEROXIDASE - KIT COM 10X50ML MONOREAGENTE PRONTO PARA USO, **COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO A15 BIOSISTEM**	BIOSYSTEMS	R$ 170,67	R$ 682,68
90	3	UN	ALFA AMILASE DIRETA CONTINUA ESPECTOFOTOMETRICA, POR SUBSTRATO DIRETO - KIT COM 5X20ML MONOREAGENTE PRONTO PARA USO, ACONDICIONADO EM FRASCO PARA SER COLOCADO DIRETAMENTE NO EQUIPAMENTOS - **COMPATIVEL COM EQUIPAMENTOS A15 BIOSYSTEM**	BIOSYSTEMS	R$ 370,00	R$ 1. 110,00
91	10	UN	ALBUMINA MONOREAGENT PRONTO PARA USO, FRANCO 50ML PRONTO PARA COLOCAR DIRETO NO EQUIPAMENTO - REAGENTE PARA **EQUIPAMENTO RANDONICO MARCA BIOSYSTEM A-15.**	BIOSYSTEMS	R$ 50,00	R$ 500,00
92	5	UN	ALT/GTP CONTINUA ESPECTOFOTOMETRICA POR 1FCC, KIT COM 5X50ML BIREAGENTE LIQUIDO PARA PREPARACAO NA PROPORCAO DE 1+4. ACONDICIONADO EM FRASCOS 50ML, COLOCADO DIRETAMENTE NO AEQUIPAMENTO RANDONICO **COMPATIVEL COM APARELHO DA MAREA BIOSYSTEM A-15.**	BIOSYSTEMS	R$ 160,33	R$ 801,65
93	5	UN	AST/GOT CONTINUA ESPECTOFOTOMETRICA POR IFCC - KIT COM 5X50ML BIREAGENTE LIQUIDO PARA PREPARACAO NA PROPORCAODE 1+4. FRASCO COLOCADO DIRETO NO EQUIPAMENTO - **COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO A15 BIOSYSTEM.**	BIOSYSTEMS	R$ 160,33	R$ 801,65
94	4	UN	BILIRRUBINA DIRETA ESPECTOFOTOMETRIA - KIT COM 5X50ML BIRREAGENTE LIQUIDO PARA PREPARACAO NA PROPORCAO DE 1+4, FRASCO COLOCADO DIRETO NO EQUIPAMENTO, REAGENTE COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO RANDOMICO **MARCA BIOSYSTEM MODELO A15.**	BIOSYSTEMS	R$ 90,33	R$ 361,32
95	4	UN	BILIRRUBINA TOTAL ESPECTOFOTOMETRIA - KIT COM 5X50ML BIRREAGENTE LIQUIDO PARA PREPARACAO NA PROPORCAO DE 1+4, FRASCO COLOCADO DIRETO NO EQUIPAMENTO, REAGENTE COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO RANDOMICO **MARCA BIOSYSTEM MODELO A15.**	BIOSYSTEMS	R$ 76,00	R$ 304,00
96	4	UN	CK MB POR IFCC - KIT COM 3X15ML MONOREAGENTE PRONTO PARA USO, FRASCO COLOCADO DIRETO NO EQUIPAMETO - **COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO A15 BIOSYSTEM.**	BIOSYSTEMS	R$ 400,00	R$ 1. 600,00
97	4	UN	COLESTEROL ENZIMATICO ESPECTOFOTOMETRICO POR OXIDA/PEROXIDASE - KIT COM 10X50ML MONOREAGENTE PRONTO PARA USO, FRASCO PARA COLOCAR DIRETO NO EQUIPAMENTO - **COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO A15 BIOSYSTEM.**	BIOSYSTEMS	R$ 163,00	R$ 652,00
98	5	UN	COLESTEROL HDL DIRETO PELO METODO POLIMERO/DETERGENTE - KIT COM 4X20ML MONOREAGENTE PRONTO PARA USO, FRASCO PARA COLOCAR DIRETO NO EQUIPAMENTO - **COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO A15 BIOSYSTEM.**	BIOSYSTEMS	R$ 350,67	R$ 1. 753,35
99	2	UN	KIT COLESTEROL LDL DIRETO 80ML - APARELHO RANDOMICO **MARCA BIOSYSTEM MODELO A-15**	BIOSYSTEMS	R$ 370,00	R$ 740,00
100	10	UN	KIT COLINESTERASE 4X50ML - APARELHO RANDOMICO MARCA BIOSYSTEM MODELO A-15, ESTAVEL APOS PREPARADO POR 2 MESES.	BIOSYSTEMS	R$ 160,67	R$ 1. 606,70
101	3	UN	CREATININA CINETICA ESPECTOFOTOMETRICO POR PICRATO ALCALINO - KIT COM 10X50ML BIREAGENTE LIQUIDO PARA PREPARACAO NA PROPORCAO DE 1+4, FRASCO PARA COLOCAR DIRETO NO EQUIPAMENTO, DEDICADO, **COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO A15 BIOSYSTEM**.	BIOSYSTEMS	R$ 112,33	R$ 336,99
102	3	UN	FOSFATASE ALCALINA CONTINUA ESPECTOFOTOMETRICA TAMPAO DIETANOLAMINA - KIT COM 5X20ML MONOREAGENTE PRONTO PARA USO, FRASCO PARA COLOCAR DIRETAMENTE NO EQUIPAMENTO, DEDICADO, **COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO A15 BIOSYSTEM**.	BIOSYSTEMS	R$ 155,00	R$ 465,00

103	5	UN	KIT GAMA GLUTAMILTRASFERASE 5X50ML MONOREAGENTE PRONTO PARA USO, FRASCO PARA COLOCAR DIRETO NO EQUIPAMENTO - **COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO A15 BIOSYSTEM**.	BIOSYSTEMS	R$ 300,00	R$ 1. 500,00
104	5	UN	GLICOSE ENZIMATICA ESPECTOFOTOMETRICO PELO METODO DE OXIDA/PEROXIDASE - KIT COM 10X50ML MONOREAGENTE PRONTO PARA USO, FRASCO PARA COLOCAR DIRETO NO EQUIPAMENTO - **COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO A15 BIOSYSTEM.**	BIOSYSTEMS	R$ 55,00	R$ 275,00
105	12	UN	KIT HEMOGLOBINA A1C GLOCOSILADA 20ML, PARA EQUIPAMENTO RANDOMICO **MARCA BIOSYSTEM MODELO A15.**	BIOSYSTEMS	R$2. 000,00	R$24. 000,00
106	2	UN	KIT LDH LACTATO DESIDROGENASE 5X50ML - DEDICADO, COMPATIVEL COM **EQUIPAMENTO A15 BIOSYSTEM**.	BIOSYSTEMS	R$ 320,00	R$ 640,00
107	1	UN	KIT PROTEINA TOTAL 10X50ML, DEDICADO, PARA EQUIPAMENTO RANDOMICO **MARCA BIOSYSTEM MODELO A15.**	BIOSYSTEMS	R$ 60,00	R$ 60,00
108	2	UN	KIT PROTEINA URINA 5X50ML, DEDICADO, PARA EQUIPAMENTO RANDOMICO **MARCA BIOSYSTEM MODELO A15.**	BIOSYSTEMS	R$ 290,00	R$ 580,00
109	5	UN	TRIGLICERIDIOS ENZIMATICO ESPECTOFOTOMETRICO POR GLICEROL, FOSFATO OXIDASE - KIT COM 10X50ML MONOREAGENTE PRONTO PARA USO, FRASCO PARA COLOCAR DIRETO NO EQUIPAMENTO, DEDICADO, **COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO A15 BIOSYSTEM**	BIOSYSTEMS	R$ 355,00	R$ 1. 775,00
110	6	UN	UREIA ULTRAVIOLETA ENZIMATICA ESPECTOFOTOMETRICO POR UREASE/GLUTAMATO DESIDROGENASE - KIT COM 10X50ML BIREAGENTE LIQUIDOPARA PREPARACAO NA PROPORCAO DE 1+4, FRASCO PARA COLOCAR DIRETO NO EQUIPAMENTO, DEDICADO, **COMPATIVEL COM EQUIPAMENTO A15 BIOSYSTEM**.	BIOSYSTEMS	R$ 143,00	R$ 858,00
111	3	UN	LIQUIDO DE SISTEMA FRASCO COM 100ML - PARA EQUIPAMENTO RANDONICO **MARCA BIOSYSTEM A-15**	BIOSYSTEMS	R$ 400,00	R$ 1. 200,00
112	1	UN	ROTOR DE REACAO EQUIPAMENTO RANDONICO **MARCA BIOSYSTEMS A-15** - CAIXA COM 10 UNIDADES	BIOSYSTEMS	R$ 324,00	R$ 324,00
113	10	UN	SOLUCAO DE LAVAGEM EQUIPAMENTO RANDONICO **MARCA BIOSYSTEMS A-15** - 100ML	BIOSYSTEMS	R$ 339,00	R$ 3. 390,00
114	10	UN	SORO CONTROLE PARA BIOQUIMICA I 5X5ML	BIOSYSTEMS	R$ 300,00	R$ 3. 000,00
115	6	UN	SORO CONTROLE CK-MB 0,5ML	BIOSYSTEMS	R$ 50,00	R$ 300,00
116	5	UN	SORO CONTROLE PARA BIOQUIMICA II 5X5ML	BIOSYSTEMS	R$ 270,00	R$ 1. 350,00
117	20	UN	SORO CONTROLE LIPIDICO 3X1ML	BIOSYSTEMS	R$ 300,00	R$ 6. 000,00
118	2	UN	FERRITINA TURBIDIMETRIA 45ML	BIOSYSTEMS	R$ 713,00	R$ 1. 426,00
119	50	UN	M53 DILUENTE - 20LT	MINDRAY	R$ 160,00	R$ 8. 000,00
120	24	UN	M53 LH LYSE TAMPA VERDE - 500ML	MINDRAY	R$ 400,67	R$ 9. 616,08
121	36	UN	M53 LEO I TAMPA VERMELHA - 1LT	MINDRAY	R$ 400,00	R$14. 400,00
122	15	UN	M53 LEO II TAMPA PRETA - 400ML	MINDRAY	R$ 516,33	R$ 7. 744,95
123	24	UN	M53 CLEANSER TAMPA AZUL - 1LT	MINDRAY	R$ 61,00	R$ 1. 464,00
124	4	UN	M53 PROBE CLEANSER	MINDRAY	R$ 52,67	R$ 210,68
125	1	UN	AGULHA PARA APARELHO ANALISADOR BIOQUIMICO A-15**(COMPATIVEL COM APARELHO BIOSYSTEM)**	BIOSYSTEMS	R$1. 700,00	R$ 1. 700,00
126	2	UN	LAMPADA PARA APARELHO ANALISADOR BIOQUIMICO A-15 **(COMPATIVEL COM APARELHO BIOSYSTEM**)	BIOSYSTEMS	R$ 172,00	R$ 344,00
TOTAL	**R$ 103. 403,30**					

VALOR POR EXTENSO: CENTO E TRÊS MIL QUATROCENTOS E TRÊS REAIS E TRINTA CENTAVOS.

3.2 **–** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 **–** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 **–** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 **-** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:30 ÀS 11:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

4.2 **-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3- O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 **-** No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.1.12 - **As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios dispostos na legislação específica.**

5.2 - São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 – A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 – Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 – A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 – Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – A decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 **–** A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.3 **–** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30 **-** Material de Consumo

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 **-** A fiscalização da execução da Ata será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 **-** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 **-** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I – Advertência;

II – Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e,

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 **-** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 **–** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 **-** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 29 de março de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

IMUNOTECH SISTEMAS DIAGNÓSTICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

CNPJ Nº 00.904.728/0004-90

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Iran Negrão Ferreira

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2016

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2016

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS nº 009/2016, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **BRASIL CENTRAL COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA**, CNPJ Nº 05.742.378/0001-84, com sede à Av. L, Qd 13ª, Lt. 01, Setor Aeroporto, na cidade de Goiânia - GO, neste ato representado pelo Sr. Douglas Alves do Nascimento, solteiro, empresário, portador do RG nº 3.723.902 SSP/GO e CPF nº 847.105.941-04, residente na Av. Central, Casa 17-B, Residencial Malibu II, na cidade de Goiânia - GO, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, para aquisição de equipamentos e materiais nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA LABORATÓRIO DO HOSPITAL MUNICIPAL PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 009/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade até o dia 31 de dezembro de 2016, contados a partir da assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

BRASIL CENTRAL COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA

CNPJ Nº 05.742.378/0001-84

ITEM	QNT	UNI	DESCRIÇÃO	VL UNIT.	VL TOTAL
2	120	UN	AGULHA COLETA MULT 25X7 COM 100 UNIDADES - PARA COLETA A VACUO	R$ 40,00	R$ 4.800,00
3	5	UN	ANTICOAGULANTE GLIC. FLUORETO 3X20ML - LIQUIDO	R$ 16,00	R$ 80,00
4	5	UN	ANTICOAGULANTE UNIVERSAL 3X20ML EDTA - LIQUIDO	R$ 16,00	R$ 80,00
6	1	UN	BERCO EM ACO INOX 30 LAMINAS 8CMX7CMX9CM - USO EM CITOLOGIA	R$ 86,00	R$ 86,00

7	6	UN	TESTE RAPIDO PARA GLICEMIA CAPILAR BIOCHECK COM 50 TIRAS	R$ 147,00	R$ 882,00
8	6	UN	BLOOD FILM INF	R$ 17,80	R$ 106,80
9	24	UN	BLOOD FILM RET. CAIXA COM 490	R$ 16,00	R$ 384,00
10	3	UN	BRACADEIRA PARA COLETA DE SANGUE, MATERIAL EMBORRACHADO, TAMANHO REGULAVEL.	R$ 480,00	R$ 1. 440,00
11	30	UN	CAIXA PORTA LAMINAS 100 ESTRIAS 26X76MM	R$ 13,00	R$ 390,00
12	20	UN	CALICE SEDIMENTACAO FEZES 125ML, GRADUADO EM VIDRO	R$ 11,90	R$ 238,00
16	2	UN	CONJUNTO PARA COLORACAO DE GRAM - CONJUNTO 500ML (CODIGO 1265) 1 FRASCO DE 500ML DE CRISTAL VIOLETA, 1 FRASCO 500ML DE LYGOL FRACO (1%), 1 FRASCO 500ML ALCOOL ACETONA, 1 FRASCO 500ML FUCSINA FENICADA GRAN.	R$ 44,49	R$ 88,98
17	1	UN	CONJUNTO PARA COLORACAO ZIEW1 NILSEN	R$ 45,30	R$ 45,30
18	2	UN	COPO PARA ANALISADOR TECHNIKON 2ML - PCT 1000 UNIDADES - **COMPATIVEL PARA USO NO ANALISADOR MARCA BIOSYSTEM A15**	R$ 380,00	R$ 760,00
19	6	UN	CRONOMETRO COM HORAS, MINUTOS, SEGUNDOS, ALARME SONORO, RESISTENTE A AGUA - VISOR DE 1,5CMX3,5CM.	R$ 90,00	R$ 540,00
20	50	UN	TESTE RAPIDO CHIKUNGUNYA IGM, DETECCAO EM 1 DIA DE SINTONIA - CAIXA COM 20 CASSETES.	R$2. 800,00	R$140. 000,00
26	2	UN	ETER ETILICO 99,5%-FRASCO 1000ML	R$ 118,00	R$ 236,00
27	4	UN	FUCSINA CORANTE CITOLOGICO 500ML	R$ 29,50	R$ 118,00
28	2	UN	FUNIL VD ALC 500ML BOCA 15CM	R$ 28,00	R$ 56,00
29	10	UN	GESTATEST ULTRARAPID 25UL - CAIXA COM 100 UNIDADES	R$ 93,00	R$ 930,00
30	1	UN	GIENSA 1000ML - PRONTO PARA USO.	R$ 49,00	R$ 49,00
31	12	UN	HEMATOXILINA 500ML	R$ 85,00	R$ 1. 020,00
36	6	UN	KIT TEMPO DE PROTOMBINA (TP) - PRONTO PARA O USO	R$ 115,00	R$ 690,00
37	12	UN	KIT TEMPO DE TROMBOPLASTINA (TTPA) - PRONTO PARA O USO	R$ 109,90	R$ 1. 318,80
38	20	UN	LAMINA 26X76 FOSCA NAO LAPIDADA CAIXA	R$ 4,00	R$ 80,00
39	10	UN	LAMINULA 24X24 CAIXA COM 100	R$ 3,25	R$ 32,50
42	2	UN	LAMPADA PARA MICROSCOPIO BULBO ESPECIAL 120V/30W	R$ 152,00	R$ 304,00
45	5	UN	OCULOS PROTETOR ANTI EMBACANTE - ODONTOLOGICO	R$ 30,00	R$ 150,00
46	12	UN	OG 06 (SEG PAPANICOLAOU) 500ML	R$ 65,00	R$ 780,00
47	1	UN	OLEO MINERAL 1LT	R$ 85,00	R$ 85,00
48	5	UN	PAPEL DE FILTRO 5CM PEQUENO CX COM 100	R$ 23,50	R$ 117,50
49	2	UN	PAPEL DE FILTRO GRANDE PARA FUNIL GRANDE	R$ 39,00	R$ 78,00
51	10	UN	PERA 3 VIAS - EM BORRACHA PARA USO EM PIPETA DE VIDRO	R$ 13,50	R$ 135,00
53	2	UN	PIPETA MULTIUSO 3ML - PACOTE COM 500 UNIDADES (PLASTICO).	R$ 88,00	R$ 176,00
60	3	UN	PIPETA SOROLOGICA 0-200 MICROLITROS VOLUME VARIAVEL, DESCARTE AUTOMATICO COM PONTA DE METAL.	R$ 315,00	R$ 945,00
61	3	UN	PIPETA SOROLOGICA 100-1000 MICROLITROS VOLUME VARIAVEL, DESCARTE AUTOMATICO COM PONTA DE METAL.	R$ 230,00	R$ 690,00
63	5	UN	RELOGIO MODELO MINUTEIRA MARCA 60MIN COM ESCALA DE MINUTO E MINUTO	R$ 690,00	R$ 3. 450,00
65	12	UN	REUMATEST REAGENTE 100 DET	R$ 64,90	R$ 778,80
66	3	UN	SANGUE OCULTO 20 CASSETESS (SEM DIETA) - MATERIAL LABORATORIAL	R$ 100,00	R$ 300,00
71	3	UN	TAMPA PARA TUBO 12X75 PLASTICO PCT C/ 100 UNIDADES	R$ 25,00	R$ 75,00
72	2	UN	TERMOMETRO DE MERCURIO PARA BANHO MARIA TAMANHO M DE 0 A 100C	R$ 42,00	R$ 84,00
73	2	UN	TERMOMETRO DIGITAL MAX E MIN 110X70X20MM	R$ 149,00	R$ 298,00
74	2	UN	TERMOMETRO PARA USO EM ESTUFA COM GRADUACAO DE 0 A 250C	R$ 75,00	R$ 150,00
75	2	UN	TERMOMETRO DIGITAL COM FIO EXTERNO	R$ 128,00	R$ 256,00
80	1	UN	TUBO DE ENSAIO 12X75 EM VIDRO PCT C/250 UND	R$ 29,00	R$ 29,00
82	1	UN	TUBO DE ENSAIO DE VIDRO 15X100 COM 250 UNIDADES	R$ 49,00	R$ 49,00
85	100	UN	VACUN 5ML VERMELHO SEM ANT COAG COM ATIVADOR DE COAGULO - CAIXA COM 100 UNIDADES	R$ 58,00	R$ 5. 800,00
86	4	UN	VACUM 5ML AZUL COM 3.2% DE CITRATO DE SODIO PARA TP E TTPA - CAIXA COM 100 UNIDADES.	R$ 66,00	R$ 264,00

87	6	UN	VDRL 250 DET (PRONTO USO) 5,5ML	R$ 34,80	R$ 208,80
88	2	UN	VERNIZ AUTOMOTIVO PARA USO EM CITOLOGIA, SECAGEM ULTRA RAPIDA FRASCO COM 780ML	R$ 65,00	R$ 130,00
127	5	UN	CUBA PARA CORAR LAMINA DE VIDRO 10CM DE LARGURA, 9CM DE COMPRIMENTO, 9,5CM ALTURA.	R$ 90,00	R$ 450,00
128	12	UN	VACUN 5ML CINZA COM ANTICOAGULANTE PARA GLICOSE COM FLUORETO DE SODIO - CAIXA COM 100 UNIDADES.	R$ 57,00	R$ 684,00
129	120	UN	VACUN 4ML ROXA COM EDTA K3, MATERIAL ACRILICO, PARA TRANSPORTE - CAIXA COM 100 UNIDADES	R$ 57,00	R$ 6. 840,00
TOTAL	**R$ 177. 758,48**				

VALOR POR EXTENSO: CENTO E SETENTA E SETE MIL SETECENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS.

3.2 **–** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 **–** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 **–** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 **-** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:30 ÀS 11:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

4.2 **-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3- O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 **-** No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.1.12 **- As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios dispostos na legislação específica.**

5.2 **-** São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 **–** O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **–** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **–** A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **–** Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – A decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 **–** A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.3 **–** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30 **-** Material de Consumo

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 **-** A fiscalização da execução da Ata será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 **-** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 **-** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I – Advertência;

II – Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e,

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 **-** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 **–** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 **-** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 29 de março de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

BRASIL CENTRAL COMÉRCIO DE PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA

CNPJ Nº 05.742.378/0001-84

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Iran Negrão Ferreira

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2016

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2016

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3.955.143-8

SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS nº 009/2016, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **M.S. DIAGNÓSTICA LTDA**, CNPJ Nº 00.970.175/0003-93, com sede à Av. João Eugênio Gonçalves Pinheiro, nº 284, Bairro Areão, na cidade de Cuiabá - MT, neste ato representado pelo Sr. Válter Bruno, casado, empresário, portador do RG nº 14105563 SSP/SP e CPF nº 068.507.058-14, residente na Rua Antonio Correa, nº 1683, Jardim Paulista, na cidade de Campo Grande - MS, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, para aquisição de equipamentos e materiais nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 **-** A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA LABORATÓRIO DO HOSPITAL MUNICIPAL PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 009/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá validade até o dia 31 de dezembro de 2016, contados a partir da assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

M.S. DIAGNÓSTICA LTDA

CNPJ Nº 00.970.175/0003-93

ITEM	QNT	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNIT.	VL TOTAL
1	10	UN	ADAPTADOR PARA AGULHA COLETA MULT. - PARA COLETA A VACUO	BD	R$ 0,79	R$ 7,90
13	20	UN	CITOFIX 100ML SPRAY	ADLIN	R$ 10,90	R$ 218,00
14	80	UN	COLETOR 80ML EST. COM ROSCA - PACOTE COM 100 UNIDADES - TRANSPARENTE	CRAL	R$ 35,50	R$ 2.840,00
15	2	UN	COLUNA PARA APARELHO DEIONIZADOR TAMANHO DA COLUNA 70 CM 1800 50L/H	UNION	R$ 560,00	R$ 1.120,00
22	1	UN	DENSIMETRO PARA ALCOOL	INCOTERM	R$ 122,50	R$ 122,50
23	10	UN	EA 36 (SEG PAPANICOLAOU) 500ML.	NEWPROV	R$ 51,25	R$ 512,50
24	2	UN	ESCOVA PARA LAVAR TUBOS DE ENSAIO TAMANHO M N 2	GLOBAL TRADE	R$ 6,00	R$ 12,00
25	5	UN	ESCOVA PARA LAVAR TUBOS DE ENSAIO TAMANHO P	ESC. VITORIA	R$ 4,00	R$ 20,00
32	62	UN	HIV 1/2 3.0 COM 20 TIRAS - TESTE RAPIDO PRONTO PARA O USO	ALERE	R$ 119,00	R$ 7.378,00
34	50	UN	KIT HBS AG PARA DETERMINACAO QUALITATIVA COM 20 UNIDADES - TESTE RAPIDO	WAMA	R$ 174,00	R$ 8.700,00
35	96	UN	KIT PREPARO RAPIDO DE FEZES, FRASCO PRONTO PARA USO - PACOTE COM 25 UNIDADES	COPROPLUS	R$ 83,00	R$ 7.968,00
40	5	UN	LAMINULA 24X40 CX COM 100	CRAL	R$ 4,50	R$ 22,50
41	5	UN	LAMPADA PARA MICROSCOPIO HALOGENIO 6V/30W	PHILIPS	R$ 56,00	R$ 280,00
43	5	UN	LANCETA PICADORA CAIXA COM 200	CRAL	R$ 14,00	R$ 70,00
44	2	UN	LUGOL P/ GRAM 1 500ML	NEWPROV	R$ 14,20	R$ 28,40
50	25	UN	PCRTEST REAGENTE 100 DET. - LIQUIDO E PRONTO PARA USO	WAMA	R$ 62,00	R$ 1.550,00
52	15	UN	PIPETA PARA WESTERGREEN EM VIDRO.	CRAL	R$ 6,00	R$ 90,00
54	2	UN	PIPETA SOROLOGICA 10 MICROLITROS COM PONTA METALICA, DESCARTE AUTOMATICO.	KACIL	R$ 84,50	R$ 169,00
55	2	UN	PIPETA SOROLOGICA 100 MICROLITROS COM PONTA METALICA, DESCARTE AUTOMATICO.	KACIL	R$ 84,50	R$ 169,00
56	2	UN	PIPETA SOROLOGICA 20 MICROLITROS COM PONTA METALICA, DESCARTE AUTOMATICO.	KACIL	R$ 88,00	R$ 176,00
57	2	UN	PIPETA SOROLOGICA 25 MICROLITROS COM PONTA METALICA, DESCARTE AUTOMATICO.	KACIL	R$ 88,00	R$ 176,00
58	2	UN	PIPETA SOROLOGICA 50 MICROLITROS COM PONTA METALICA, DESCARTE AUTOMATICO.	KACIL	R$ 88,00	R$ 176,00
59	3	UN	PIPETA SOROLOGICA 500 MICROLITROS, DESCARTE AUTOMATICO COM PONTA DE METAL.	KACIL	R$ 88,00	R$ 264,00
62	1	UN	PONTEIRA 0-200 UL, AMARELA - PACOTE COM 1000 UNIDADES	CRAL	R$ 15,00	R$ 15,00
64	1	UN	RESPIRADOR PFF-2 CONTRA PARTICULADOS DE ORIGEM BIOLOGICA PARA USO HOSPITALAR BFE>99%, TAMANHO REGULAR, CAIXA COM 20 PECAS.	DESCARPACK	R$ 80,00	R$ 80,00
67	30	UN	SORO ANTI-A 10ML - USO EM HEMATOLOGIA	PROTHEMO	R$ 21,00	R$ 630,00
68	30	UN	SORO ANTI-AB 10ML - USO EM HEMOTOLOGIA	PROTHEMO	R$ 21,00	R$ 630,00

69	30	UN	SORO ANTI-B 10ML - USO EM HEMATOLOGIA	PROTHEMO	R$ 21,00	R$ 630,00
70	30	UN	SORO ANTI-D 10ML - USO EM HEMATOLOGIA	PROTHEMO	R$ 41,00	R$ 1. 230,00
76	62	UN	TESTE PARA HCV QUALITATIVO PARA DETECCAO DE ANTICORPOS ANTI-HCV COM 20 UNI-DADES	WAMA	R$ 107,00	R$ 6. 634,00
78	62	UN	TESTE PARA DENGUE IMUNOCROMATOGRAFICO PARA DETECCAO RAPIDA NS1, DETEC-CAO EM TRES DIAS QUALITATIVA DE ANTICORPOS IGM PARA VIRUS DA DENGUES - CAIXA COM 20 UNIDADES	WAMA	R$ 400,00	R$24. 800,00
79	2	UN	TUBO DE CENTRIFUGACAO CONICO EM PLASTICO PARA EAS 12ML GRADUADO CAIXA COM 50 UNIDADES	CRAL	R$ 25,00	R$ 50,00
81	20	UN	TUBO DE ENSAIO 12X75 PLASTICO CRISTAL - PACOTE COM 50 UNIDADES	CRAL	R$ 4,00	R$ 80,00
83	1	UN	TUBO PORTA LAMINA CAPACIDADE PARA 3 LAMINAS - PCT C/100	J. PROLAB	R$ 40,00	R$ 40,00
84	50	UN	UROFITA 10 DL - 150 TIRAS COM DENSIDADE.	GOLD ANALI-SA	R$ 32,20	R$ 1. 610,00
130	1	UN	CENTRIFUGA PARA 28 TUBOS, UTILZAVEL PARA TUBOS DE ENSAIO, TUBOS CONICOS DE URINA 15ML, COM ADAPTADOR PARA FRASCOS DE URINA, FREIO AUTOMATICO E TIMER.	CELM-LS3 PLUS	R$4. 835,00	R$ 4. 835,00
131	3	UN	CADEIRA PARA COLETA DE SANGUE COM SUPORTE DE BRACO, REGULAGEM E ACENTO ALMOFADADO E REVESTIMENTO IMPERMEAVEL	STATUS	R$1. 000,00	R$ 3. 000,00
TOTAL	**R$ 76. 333,80**					

VALOR POR EXTENSO: SETENTA E SEIS MIL TREZENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E OITENTA CENTAVOS.

3.2 **–** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 **–** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 **–** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 **-** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:30 ÀS 11:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

4.2 **-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3- O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 **-** No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.1.12 **- As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios dispostos na legislação específica.**

5.2 **-** São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 **–** O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **–** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **–** A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **–** Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – A decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 **–** A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.3 **–** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.122.7050.1045.44.90.52 **–** Equip. e Mater. Permanente

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30 **-** Material de Consumo

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 **-** A fiscalização da execução da Ata será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 **-** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 **-** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I – Advertência;

II – Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e,

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 **-** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 **–** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 **-** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 29 de março de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ M.S. DIAGNÓSTICA LTDA

Prefeito Municipal CNPJ Nº 00.970.175/0003-93

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Iran Negrão Ferreira

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2016

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2016

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/ 2016, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA - ME,** CNPJ Nº 13.851.726/0001-80, com sede à Rua 6-A, nº 36B, Bairro Machado, na cidade de Mineiros - GO, neste ato representado pela Srª Flávia de Sousa Magalhães Luciano, casada, empresária, portadora do RG nº 5.786.729 SSP/GO e CPF nº 249.086.768-79, residente e domiciliada na Rua 09 de Julho, Qd. 42, Lt. 16, Setor Boa Vista, na cidade de Mineiros – GO, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, para aquisição de equipamentos de segurança para proteção individual nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE **MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL (E.P.I), conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão nº 008/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá validade até o dia 31 de dezembro de 2016, contados a partir da assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

TOTAL SEGURANÇA EQUIPAM. DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA – ME

CNPJ Nº 13.851.726/0001-80

ITEM	QNT	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNIT.	VL TOTAL
25	2	CJ	CONJUNTO PARA COMBATE A INCENDIO, PRIMEIRA CAMADA TECIDO META-AROMIDA E SEGUNDA CAMADA METAL IMPERMEAVEL, TERCEIRA CAMADA BANEIRO TERMICO C/FELTRO E FIBRAS PRESSADAS (CALÇA E CASACO).	HERCULES	R$3.900,00	R$7.800,00
26	2	UN	LUVA ISOLANTE PARA ELETRICISTA, DE BORRACHA NATURAL, P/ ALTA TENSAO 10 KV (COR PRETA) .	ORION	R$ 345,00	R$ 690,00
TOTAL	**R$ 8.490,00**					

VALOR POR EXTENSO: OITO MIL QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS.

3.2 **-** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 **–** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.

3.4 **–** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 **-** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:30 ÀS 11:30 E 13:00 ÀS 17:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

4.2**-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3- O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra, sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 **-** No ato da entrega, os produtos passarão por conferência, de modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 – Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9- Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”;

5.1.11 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 –O pagamento será efetuado, até 20 (vinte) dias após a entrega dos materiais mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 –O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS), com o FGTS – CRF/CEF).

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.3.3.90.30.00 – Material de consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

02.090.0.0.04.122.9300.2058.3.3.90.30.00 - Material de consumo

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

10.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação;

10.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

10.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

10.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

10.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

10.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio do número: **Fone: (66) 3496-1471;**

10.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 -A fiscalização da execução da Ata será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 28 de março de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

TOTAL SEGURANÇA EQUIPAM. DE PROT. E SERV. ESPECIAL. LTDA – ME

CNPJ Nº 13.851.726/0001-80

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURÍDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2016

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2016

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2016, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME**, CNPJ Nº 04.926.894/0001-04, com sede à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 950, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pelo Sr. Adari Barbosa de Queiroz, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 017.489 SEJUSP/MS e CPF nº 230.758.211-87, residente na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 950, na cidade de Alto Taquari – MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, para aquisição de equipamentos de segurança para proteção individual nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10. 520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE **MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL (E.P.I), conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão nº 008/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá validade até o dia 31 de dezembro de 2016, contados a partir da assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ADARI BARBOSA DE QUEIROZ – ME

CNPJ Nº 04.926.894/0001-04

ITEM	QNT	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNIT.	VL TOTAL
1	5	UN	BOTINA DE SEGURANCA EM COURO COM ELASTICO, SOLADO PU (BIDENSIDADE), BIQUEIRA DE PLASTICO OU PVC, MAIS FLEXIVEL, MAIS LEVE E CONFORTAVEL, COR PRETA, Nº 36.	BRACOL	R$ 50,00	R$ 250,00
2	8	UN	BOTINA DE SEGURANCA EM COURO COM ELASTICO, SOLADO PU (BIDENSIDADE), BIQUEIRA DE PLASTICO OU PVC, MAIS FLEXIVEL, MAIS LEVE E CONFORTAVEL, COR PRETA, Nº 37.	BRACOL	R$ 43,00	R$ 344,00
3	30	UN	BOTINA DE SEGURANCA EM COURO COM ELASTICO, SOLADO PU (BIDENSIDADE), BIQUEIRA DE PLASTICO OU PVC, MAIS FLEXIVEL, MAIS LEVE E CONFORTAVEL, COR PRETA, Nº 38.	BRACOL	R$ 43,00	R$1. 290,00
4	18	UN	BOTINA DE SEGURANCA EM COURO COM ELASTICO, SOLADO PU (BIDENSIDADE), BIQUEIRA DE PLASTICO OU PVC, MAIS FLEXIVEL, MAIS LEVE E CONFORTAVEL, COR PRETA, Nº 39.	BRACOL	R$ 43,00	R$ 774,00

5	6	UN	BOTINA DE SEGURANCA EM COURO COM ELASTICO, SOLADO PU (BIDENSIDADE), BIQUEIRA DE PLASTICO OU PVC, MAIS FLEXIVEL, MAIS LEVE E CONFORTAVEL, COR PRETA, Nº 40.	BRACOL	R$ 43,00	R$ 258,00
6	6	UN	BOTINA DE SEGURANCA EM COURO COM ELASTICO, SOLADO PU (BIDENSIDADE), BIQUEIRA DE PLASTICO OU PVC, MAIS FLEXIVEL, MAIS LEVE E CONFORTAVEL, COR PRETA, Nº 41.	BRACOL	R$ 43,00	R$ 258,00
7	6	UN	BOTINA DE SEGURANCA EM COURO COM ELASTICO, SOLADO PU (BIDENSIDADE), BIQUEIRA DE PLASTICO OU PVC, MAIS FLEXIVEL, MAIS LEVE E CONFORTAVEL, COR PRETA, Nº 42.	BRACOL	R$ 43,00	R$ 258,00
8	25	UN	BOTINA DE SEGURANCA EM COURO COM ELASTICO, SOLADO PU (BIDENSIDADE), C/ BIQUEIRA DE PLASTICO OU PVC, FORRO E PALMILHA COM TRATAMENTO ANTIMICROBIANO, MAIS FLEXIVEL, MAIS LEVE E CONFORTAVEL, COR MARRON, Nº 38 E 39.37.	BRACOL	R$ 95,00	R$2.375,00
9	6	UN	BOTINA DE SEGURANCA EM COURO COM ELASTICO, SOLADO PU (BIDENSIDADE), C/ BIQUEIRA DE PLASTICO OU PVC, FORRO E PALMILHA COM TRATAMENTO ANTIMICROBIANO, MAIS FLEXIVEL, MAIS LEVE E CONFORTAVEL, COR MARRON, Nº 40 A 41.	BRACOL	R$ 55,00	R$ 330,00
10	5	UN	BOTINA DE SEGURANCA EM COURO COM ELASTICO, SOLADO PU (BIDENSIDADE), C/ BIQUEIRA DE PLASTICO OU PVC, FORRO E PALMILHA COM TRATAMENTO ANTIMICROBIANO, MAIS FLEXIVEL, MAIS LEVE E CONFORTAVEL, COR MARRON, Nº 44.	BRACOL	R$ 95,00	R$ 475,00
11	6	UN	BOTINA DE SEGURANCA EM COURO COM ELASTICO, SOLADO PU (BIDENSIDADE), COM BIQUEIRA DE ACO, MAIS FLEXIVEL, MAIS LEVE E CONFORTAVEL, COR PRETA, Nº 41.	BRACOL	R$ 53,00	R$ 318,00
12	4	UN	BOTINA DE SEGURANCA EM COURO COM ELASTICO, SOLADO PU (BIDENSIDADE), COM BIQUEIRA DE ACO, MAIS FLEXIVEL, MAIS LEVE E CONFORTAVEL, COR PRETA, Nº 42.	BRACOL	R$ 53,00	R$ 212,00
13	10	UN	BOTA BORRACHA, FORRADA, ANTIDERRAPANTE, COR PRETA, CANO MEDIO, EM PVC, NUMERACAO DO 37 AO 44 (A ESCOLHER) PAR.	BRACOL	R$ 26,30	R$ 263,00
14	29	CJ	CONJUNTO IMPERMEAVEL DE PVC AMARELO FORRADO, COMPOSTO DE BLUSA COM FECHAMENTO EM ZIPER E VELCRO E CALÇA, TAM G.	BRASCAMP	R$ 25,00	R$ 725,00
15	15	CJ	CONJUNTO IMPERMEAVEL DE PVC AMARELO FORRADO, COMPOSTO DE BLUSA COM FECHAMENTO EM ZIPER E VELCRO E CALÇA, TAM GG.	BRASCAMP	R$ 25,00	R$ 375,00
16	48	UN	CREME DE PROTECAO P/ MAOS RESISTENTE A OLEO E AGUA 200GR/ML, DERMATOLOGICAMENTE TEXTADO.	PROSAFETY	R$ 8,50	R$ 408,00
17	10	UN	PROTETOR AURICULAR, CONSTITUIDO POR 2 ABAFADORES EM FORMA DE CONCHA EM PLASTICO ABS REVESTIDA C/ TPU, MONTADOS EM UMA HASTE-SUPORTE AJUSTAVEL E ADAPTAVEL A CABECA, PERMITINDO QUE CADA ABAFADOR SE APLIQUE SOB PRESSAO (ABAFADOR DE RUIDO/FONE).	PROSAFETY	R$ 7,50	R$ 75,00
18	420	UN	PROTETOR SOLAR UVA/UVB FPS 58, LIVRE DE OLEO 120GR/ML (FILTRO OU BLOQUEADOR), DERMATOLOGICAMENTE TEXTADO, RESISTENTE A AGUA.	LUVEX	R$ 17,50	R$7.350,00
19	62	UN	COLETE REFLETIVO TIPO X S/ TELA - EQUIPAMENTO SEGURANÇA	BRASCAMP	R$ 11,00	R$ 682,00
20	650	UN	LUVA LATEX, AMARELA - TAM. G - PAR (COM FORRO DE ALGODAO, ANTIDERRAPANTE, USO GERAL).	KALIPSO	R$ 2,40	R$1.560,00
21	2	UN	MASCARA RESPIRADORA SEMI FACIAL 6200	DRAGER	R$ 98,00	R$ 196,00
22	4	UN	RETENTOR PARA FILTRO 5N11.	DRAGER	R$ 8,00	R$ 32,00
23	4	UN	FILTRO PARA MASCARA RESPIRADORAS SEMIFACIAIS, 2 FILTROS (APLICACAO: VAPORES ORGANICOS E GASES ACIDOS), 5N11.	DRAGER	R$ 9,70	R$ 38,80
24	2	UN	CARTUCHO MASCARA RESPIRADORA 6003.	DRAGER	R$ 54,00	R$ 108,00
27	2	UN	LUVA DE COBERTURA, EM VAQUETA, PARA ALTA TENSAO.	PM EQUIPAMENTOS	R$ 25,00	R$ 50,00
28	4	UN	CONJUNTO DE UNIFORME PARA ELETRICISTA, NR 10, CONTENDO CALCA E CAMISA, RISCO 2, CONFECCIONADO EM SARJA 3X1, 100% ALGODAO, RETARDANTE A CHAMA ATPV 11,3 CAL/CM², C/ FAIXA REFLETIVA - TAMANHO GRANDE.	PROTEFER	R$220,00	R$ 880,00
29	88	UN	BONE ARABE EM BRIM, COM AJUSTE DE ELASTICO.	PROTEFER	R$ 7,45	R$ 655,60
30	150	UN	LUVA DE VAQUETA, PUNHO 7CM, COM REFORCO NA PALMA, (SERVICOS GERAIS).	PROSAFETY	R$ 13,00	R$1.950,00
31	2	UN	TALABARTE DE POSICIONAMENTO PARA ELETRICISTA, EM POLIAMIDA, COM SISTEMA AUTO-BLOCANTE DE REGULAGEM EM INOX E ALUMINIO LIGA, COM PROTETOR DE CORDAS PARA CANTOS VIVOS.	PM EQUIPAMENTOS	R$115,00	R$ 230,00
32	2	UN	CINTO DE SEGURANCA PARAQUEDISTA, PADRAO ELETRICISTA, TIRAS EM POLIESTER, REGULAGEM NA CINTURA, PERNAS E SUSPENSORIOS, ARGOL EM D DORSAL PARA ANCORAGEM, ARGOLA EM D UMBILICAL PARA SUSPENSAO E RESGATE, ARGOLAS NA CINTURA PARA POSICIONAMENTO, PROTECAO ERGONOMICA NA REGIAO LOMBAR E PERNAS.	KALIPSO	R$160,00	R$ 320,00
33	6	UN	BOTINA DE SEGURANCA COM CADARCO, SOLADO BIDENSIDADE, COM BIQUEIRA DE PLASTICO, FORRO E PALMILHA ANTIMICROBIANO, NA COR MARRON (TAMANHOS 36 A 40).	BRACOL	R$ 64,00	R$ 384,00
34	1.004	UN	LUVA LATEX, AMARELA - TAM. M - PAR (COM FORRO DE ALGODAO, ANTIDERRAPANTE, USO GERAL).	BRACOL	R$ 2,40	R$2.409,60
40	6	UN	BOTINA DE SEGURANCA EM COURO HIDROFUGADO COM ELASTICO, SOLADO PU (BIDENSIDADE), BIQUEIRA DE PLASTICO OU PVC, MAIS FLEXIVEL, MAIS LEVE E CONFORTAVEL, COR PRETA, Nº 38.	BRACOL	R$ 53,00	R$ 318,00
41	12	UN	CONJUNTO DE PROTECAO PARA PULVERIZACAO, CONFECCIONADO EM TECIDO DE ALGODAO IMPERMEAVEL, BLUSA COM VELCRO NA GOLA, CALCA COM REFORCO ATE O JOELHO, CAPUZ TIPO TOUCA ARABE COM FECHO DE VELCRO, AVENTAL DE TYVEK, TAMANHO UNICO/GRANDE, COR CAQUI (EPI-EQUIPAMENTO DE PROTECAO INDIVIDUAL)	KALIPSO	R$ 26,00	R$ 312,00
42	2	UN	MASCARA RESPIRADORA SEMIFACIAL 600	DRAGER	R$ 67,00	R$ 134,00
43	6	UN	CARTUCHO MASCARA RESPIRADORA 6005.	DRAGER	R$ 62,00	R$ 372,00
44	12	UN	FILTRO PARA MASCARA RESPIRADORAS SEMIFACIAIS, 2 FILTROS (APLICACAO: COMBINADO PARA PESTICIDAS)	DRAGER	R$ 12,90	R$ 154,80
45	43	UN	AVENTAL EM LAMINADO DE PVC (FORRADO), COR BRANCA, MEDINDO: 1,20CMX0,70CM, COM ALCAS DO MESMO MATERIAL NA CINTURA E NO PESCOCO.	BRASCAMP	R$ 8,15	R$ 350,45

46	28	UN	BOTINA DE SEGURANCA COM CADARCO, SOLADO BIDENSIDADE, COM BIQUEIRA DE PLASTICO, FORRO E PALMILHA ANTIMICROBIANO, NA COR MARRON (TAMANHOS 34 A 40).	BRACOL	R$ 64,00	R$1.792,00
53	17	UN	BOLSA LATERAL TIPO CARTEIRO, EM LONA DE ALGODAO IMPERMEABILIZADA, COM ALCA DE CADARCO DE ALGODAO LARGURA 50MM DA MESMA COR, REGULAVEL, COSTURA REFORCADA , FECHAMENTO COM DUAS TIRAS DE CADARCO 25MM, DUAS DIVISOES INTERNAS MAIS UM BOLSO SEM LAPELA POR BAIXO DA TAMPA, 31(C)X37(A)X20(L)CM.	HOLLY	R$179,00	R$3.043,00
54	63	UN	BOTA BORRACHA, FORRADA, ANTIDERRAPANTE, COR BRANCA, CANO MEDIO, EM PVC, NUMERACAO DO 34 AO 44 (A ESCOLHER) PAR.	BRACOL	R$ 31,00	R$1.953,00
59	44	UN	BOTINA DE SEGURANCA EM COURO COM ELASTICO, SOLADO PU (BIDENSIDADE), C/ BIQUEIRA DE PLASTICO OU PVC, FORRO E PALMILHA COM TRATAMENTO ANTIMICROBIANO, MAIS FLEXIVEL, MAIS LEVE E CONFORTAVEL, COR MARRON, Nº 40 A 43.	BRACOL	R$ 55,00	R$2.420,00
61	6	UN	BOTINA DE SEGURANCA COM CADARCO, SOLADO BIDENSIDADE, COM BIQUEIRA DE PLASTICO, FORRO E PALMILHA ANTIMICROBIANO, NA COR MARRON (TAMANHOS 34 A 40).	BRACOL	R$ 64,00	R$ 384,00
70	2	UN	BOTINA DE SEGURANCA EM COURO POLIURETANO COM ELASTICO, SOLADO PU (BIDENSIDADE), BIQUEIRA DE PLASTICO OU PVC, MAIS FLEXIVEL, MAIS LEVE E CONFORTAVEL, COR PRETA, Nº 40.	BRACOL	R$ 51,00	R$ 102,00
110	6	UN	BOTINA DE SEGURANCA EM COURO COM ELASTICO, SOLADO PU (BIDENSIDADE), C/ BIQUEIRA DE PLASTICO OU PVC, FORRO E PALMILHA COM TRATAMENTO ANTIMICROBIANO, MAIS FLEXIVEL, MAIS LEVE E CONFORTAVEL, COR MARRON, Nº 34 A 37.	BRACOL	R$ 95,00	R$ 570,00
117	15	UN	LUVA DE VINIL, TAMANHO G - PARA USO GERAL, DESCARTAVEL (CAIXA C/ 100 UNIDADES).	DESCARPACK	R$ 13,90	R$ 208,50
119	30	UN	TOUCA DESCARTAVEL, COM ELASTICO, SANFONADA, EM TNT, CX C/ 100 UNIDADES.	DESCARPACK	R$ 6,90	R$ 207,00
TOTAL	**R$ 38.154,75**					

VALOR POR EXTENSO: TRINTA E OITO MIL CENTO E CINQUENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS.

3.2 **-** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 **–** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.

3.4 **–** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 **-** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:30 ÀS 11:30 E 13:00 ÀS 17:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

4.2**-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3- O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra, sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 **-** No ato da entrega, os produtos passarão por conferência, de modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 – Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9- Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”;

5.1.11 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 –O pagamento será efetuado, até 20 (vinte) dias após a entrega dos materiais mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 –O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS), com o FGTS – CRF/CEF).

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.3.3.90.30.00 – Material de consumo

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.305.7040.2099.3.3.90.30.00 - Material de consumo

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.301.7010.2096.3.3.90.30.00 - Material de consumo

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.301.7010.2091.3.3.90.30.00 - Material de consumo

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.122.7050.2108.3.3.90.30.00 - Material de consumo

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.3.3.90.30.00 - Material de consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

02.090.0.0.04.122.9300.2058.3.3.90.30.00 - Material de consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.3.3.90.30.00 – Material de consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS

02.040.0.0.26.782.4010.2024.3.3.90.30.00 – Material de consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.0.0.27.812.9110.2055.3.3.90.30.00 – Material de consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.3.3.90.30.00 - Material de consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.3.3.90.30.00 - Material de consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8010.2032.3.3.90.30.00 - Material de consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.3.3.90.30.00 - Material de consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.365.8020.2043.3.3.90.30.00 - Material de consumo

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

10.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação;

10.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

10.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

10.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de

fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

10.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

10.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio do número: **Fone: (66) 3496-1471;**

10.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 -A fiscalização da execução da Ata será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 28 de março de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

ADARI BARBOSA DE QUEIROZ – ME

CNPJ Nº 04.926.894/0001-04

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURÍDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá,** brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/ 2015, RESOLVE** Registrar o Preço da empresa **TRIVELATO & MAGRI LTDA,** CNPJ Nº 11.285.151/0001-50, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 1800, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pelo Sr. Silvio Celio Magri, casado, empresário, portador do RG nº 17.869. 943 SSP/SP e CPF nº 062.343.418-02, residente na Rua Alexandre de Carvalho, s/nº - Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **-** A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 050/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

TRIVELATO & MAGRI LTDA

CNPJ Nº 11.285.151/0001-50

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VL. UNIT	VL. TOTAL
2	90	UN	Agua sanitária 1lt - múltiplo uso, composição: hipoclorito de sódio, agua, teor de cloro ativo: 2,0% 2,5% p/p, produto a base de cloro, certificado pela ANVISA ou INMETRO.	R$ 2,39	R$ 215,10
7	27	UN	Avental em tecido de algodão com forro em plástico, cores diversas, medindo: 65x46cm, com alças do mesmo material na cintura e no pescoço.	R$ 18,99	R$ 512,73
9	26	UN	Borracha panela de pressão 10lt, borracha de silicone, pacote com 1 unidade, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 3,49	R$ 90,74
11	18	UN	Caixa de isopor com tampa, capacidade 18lts - com identificação do produto, data de fabricação e lote impressos na embalagem.	R$ 24,99	R$ 449,82
22	2.383	UN	Desinfetante 2lt - fragrância: vários, composição: componente ativo, isoatizolinonas, fragrância, corante e veiculo; componente ativo: cloreto de nalquil dimetil benzil amônio: 0,175%, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO.	R$ 3,97	R$ 9. 460,51
23	857	UN	Desodorizador/Odorizante vaso sanitário em pedra 35gr - composição: paradiclorobenzeno 99,5%, fragrância e corante 0,5%, com suporte plástico, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA.	R$ 1,44	R$ 1. 234,08
31	117	UN	Fosforo de segurança - pacote 10x1(cada caixa com 40 palitos), composição: fosforo, clorato de potássio e aglutinantes, com identificação do produto, data de fabricação e lote impressos na embalagem, certificado pelo INMETRO.	R$ 2,37	R$ 277,29
35	2.068	UN	Limpador multiuso 500 ml - liquido, testado dermatologicamente, composição: tensoativos aniônico, coadjuvante, alcaliniznte, solventes, sequestrante, tensoativos, não iônico e agua; componente ativo: linear alquil, benzeno sulfonato de sódio, embalado em frasco plástico, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA.	R$ 2,75	R$ 5. 687,00
38	308	UN	Odorizante de ambiente spray 360ml/265gr (bom ar) - composição: ingrediente ativo, benzoato de sódio, borato de sódio, fragrância e propelentes, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 8,45	R$ 2. 602,60
39	36	UN	Palito de dente - caixa 100 unidades (palito roliço de madeira)	R$ 0,45	R$ 16,20
42	2.355	UN	Papel higiênico branco especial, pacote c/ 8 rolos de 10cmx30mt cada, folha simples picotada de alta qualidade, com fragrância aplicada no rolo, testado dermatologicamente, componentes atóxicos, indicação de não reciclado, com identificação do produto, data de fabricação e vencimento impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 4,75	R$11. 186,25
46	526	UN	Sabão em barra glicerinado - pacote c/ 5x1 - composição: sabão de ácidos graxos de coco/babacu, ácidos graxos de sebo, ácidos graxos de soja,coadjuvante,glicerina, agente anti-redepositante e agua, com identificação do produto, data de fabricação e vencimento impressos na embalagem, certificado pela ANVISA ou INMETRO.	R$ 5,99	R$ 3. 150,74
48	118	UN	Sabão em pó 1kg removedor de manchas - lava roupas, composição: tensoativos anionicos, tamponantes, coadjuvantes/sinergista, corantes enzinas, branqueador óptico, fragrâncias, agua; contem: aquil benzeno sulfonato de sódio, laurel sulfato de sódio, embalagem de papelão, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA	R$ 8,95	R$ 1. 056,10
49	756	UN	Saco lixo - 40x58cm, 15lt, (3kg), pacote com 20 unidades, reforçado, 7 micras, cor preto, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 3,80	R$ 2. 872,80
50	1.765	UN	Saco lixo - 59x62cm, 30lt, (6kg), pacote com 10 unidades, reforçado, 7 micras, cor preto, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 3,51	R$ 6. 195,15
51	1.529	UN	Saco lixo - 63x80cm, 50lt, (10kg), pacote com 10 unidades, reforçado, 10 micras, cor preto, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 5,33	R$ 8. 149,57
55	207	UN	Vassoura caipira com cabo (palha), com 4 fios barbante de nylon, cabo de 1,20mt.	R$ 25,99	R$ 5. 379,93
56	25	UN	Lustra moveis 200 ml - composição: cera, óleo mineral, solvente, silicone, emulsificante, espessante, alcalinizante, derivados de isoliazolinonas, fragrância e agua, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.	R$ 4,13	R$ 103,25
59	1.259	UN	Cera ardósia incolor 850 ml, para todo piso de pedra, composição: parafina, carnaúba, dispersão acrílica metalizada, álcool laurilico etoxilado, alcalinizante, plastificante, agente formador de filme, agente nivelador, 1,2 benzotiazolin-3-ona, fragrância e agua, com identificação do produto, data de fabricação e vencimento impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 10,39	R$13. 081,01
60	16	UN	Espanador de pena 46cm, pena avestruz, cabo em madeira revestido em plástico e aço, com identificação do produto, data de fabricação e lote impressos na embalagem.	R$ 24,98	R$ 399,68
62	50	UN	Inseticida aerossol spray 300 ml sem cheiro - contra mosquito, mosca, barata, formiga, aranha e outros, composição: ingredientes ativos, solventes, antioxidante, emulsificante e propelentes; ingredientes ativos: imiprotrina 0,020%, permetrina 0,050%, esbriotrina 0,100%, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, com registro no ministério da saúde, data de fabricação e prazo de validade impresso na embalagem.	R$ 10,29	R$ 514,50
63	11	UN	Inseticida piretroide sc25 liquido 30ml - composição: deltametrina 25gr/veiculo q.s.p. 1000ml	R$ 5,99	R$ 65,89
64	3	UN	Limpa cerâmica e azulejo 1lt - limpa pisos, azulejos e calcadas, composição: poroxido de hidrogênio, tensoativos não ionico, sequestrante, veiculo; ingredientes ativos: nonil fenol etoxilado, alquilpoliglicosideo, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA.	R$ 3,90	R$ 11,70
67	120	UN	Papel alumínio - rolo 7,5mtx45cm (grande), com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	R$ 3,99	R$ 478,80
69	722	UN	Sabonete em barra 80gr - uso infantil, para pele delicada, composição: sodium tallowate/sodium cocoate, parfum, titanium dioxide, tetrasodium edta, etidronic acid, com identificação do produto, data de fabricação e vencimento impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 2,44	R$ 1. 761,68
71	181	UN	Saponáceo liquido cremoso 300ml - para superfícies em aço inox, esmaltado e cromados, fragrância clássico, composição: linear alquibenzeno sulfonato de sódio, coadjuvantes, espessante, alcalinizantes, abrasivo, conservante, fragrância e veiculo, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, validade e lote, certificado pela ANVISA.	R$ 5,67	R$ 1. 026,27
72	4	UN	Vassoura de piaçava com cabo (dura), cerdas em sintético, cabo de madeira revestido 1,20mt, base em plástico, com identificação do produto, data de fabricação e lote impressos na embalagem.	R$ 7,57	R$ 30,28
77	370	UN	Cera liquida incolor 750 ml, para assoalho de madeira, piso sintético de plástico ou borracha, cimentados ou lajotas cruas, emulsionada, perfumada, composição: emulsificante, agente formador de filme, tensoativos aniônico, alcalinizante, conservante, atenuador de espuma, fragrância e veiculo, com identificação do produto, data de fabricação e vencimento impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 3,41	R$ 1. 261,70
82	23	UN	Borracha panela de pressão 4,5lt, borracha de silicone, pacote com 1 unidade, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 1,99	R$ 45,77

87	125	UN	Creme hidratante corporal 200ml infantil, de baixa irritação dérmica (hipoalérgico), com proteína do leite, fragrância suave, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	R$ 17,35	R$ 2. 168,75
88	235	UN	Creme para cabelo de 1 kg - para todo tipo de cabelo, extra cremoso, anti alergico, composição: aqua, cetearyl alcohol, cetrimonium chloroisothiazolinone (and) methylisothiazolinone, citric acid, ci 16.255, ci 19.140, ci 77.019/77. 891, com registro no ministério da saúde, informações do fabricante e composição estampada na embalagem, om identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA.	R$ 7,14	R$ 1. 677,90
89	120	UN	Creme para pentear sem enxague 300gr - para todos os tipos de cabelo, testado dermatologicamente, com micas peroladas e menos volume, com marca do fabricante, data de fabricação e validade.	R$ 9,01	R$ 1. 081,20
90	140	UN	Desodorante antitranspirante em creme 30gr - natural, proteção seca, composição: não contem álcool etílico, aqua, ceteary alcohol, glyceryl stearate, cetyl alcohol, paraffinum liquidum, propylparaben, glycerin, propylene glycol, boric acid, methylparaben, triclosan, disodium edta, parfum, aluminum chlorohydrate, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 9,25	R$ 1. 295,00
91	6	UN	Diabo verde 300gr (desentupidor de pia e ralo) - hidróxido de sódio, cloreto de sódio, nitrato de sódio, barrilha e alumínio, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no ministério da saúde.	R$ 11,94	R$ 71,64
99	8	UN	Limpa carpete e tapete 500ml, sem enxague, composição: lauril sulfato de sódio, coadjuvante, conservante, corante, fragrância e veiculo, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA.	R$ 11,59	R$ 92,72
100	16	UN	Limpa forno 226ml - com aplicador interno, ingredientes: soda caustica, espessante, óleo de menta e agua, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 5,24	R$ 83,84
109	101	UN	Pilha alcalina aaa2 - palito - pacote com 2 unidades	R$ 4,34	R$ 438,34
113	535	UN	Shampoo 350 ml - neutro, para todos os tipos de cabelos, fragrância suave, com agente ativo para tratamento e proteção dos fios, embalagem com dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	R$ 6,94	R$ 3. 712,90
118	147	UN	Absorvente higiênico com abas, cobertura seca - pct 08 unidades, com três anéis de proteção, com película protetora, formato anatômico, composição: celulose, polietileno, adesivos termoplásticos, papel siliconado, petrolato, álcool berrenilico, silica, oxido de zinco, fitoconcentrol camomila, behenet-10, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 2,93	R$ 430,71
122	100	UN	Creme dental infantil 100gr (gel), sem flúor e corante.	R$ 7,11	R$ 711,00
129	29	UN	Soda caustica 1kg - desincrustante alcalino, concentração 96-99%, composição: hidróxido de sódio nãoh+h2o (agua), com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 13,50	R$ 391,50
131	13	UN	Borracha panela de pressão 7lt, borracha de silicone, pacote com 1 unidade, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 2,99	R$ 38,87
137	24	UN	Pilha alcalina 1,5v aa2 - pequena - pacote com 2 unidades	R$ 4,19	R$ 100,56
146	50	UN	Ração para cão adulto 25kg - uso veterinário	R$ 80,00	R$ 4. 000,00
147	60	UN	Ração para cão filhote 25kg - uso veterinário	R$ 62,00	R$ 3. 720,00
156	3	UN	Lixeira plástica com tampa 60lt - em polietileno de alta densidade e resistência.	R$ 22,03	R$ 66,09
158	12	UN	Saponáceo com detergente em pó 200gr - composição: sapólio linear alquilbezeno, sulfato de sódio, alcalinizante, carga, corante e fragrância.	R$ 5,30	R$ 63,60
162	15	UN	Palha de aço nº0 25gr (fina) - composição: aço carbono, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 0,79	R$ 11,85
165	2	UN	Óleo lubrificante multiuso 100ml (óleo maquina) - composição: óleo mineral lubrificante sc25, com dados de identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 3,79	R$ 7,58
166	100	UN	Carvão vegetal 20kg	R$ 10,00	R$ 1. 000,00
167	70	UN	Gelo em pacote de 12 KGS	R$ 15,00	R$ 1. 050,00
TOTAL	**R$ 99. 531,19**				

VALOR POR EXTENSO: NOVENTA E NOVE MIL QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E DEZENOVE CENTAVOS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - **Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal; deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2 –A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os materiais solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

4.2.2 -A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos materiais.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 –O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 –O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto entregue, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2– a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3– o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.13.392.8050.2046.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo.

02.060.0.0.13.392.8050.2047.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8030.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.100.0.0.04.122.9400.2060.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.243.6110.2177.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.00.00 – Material de Consumo.

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00 – Material de Consumo.

03.110.0.0.08.244.6050.2161.33.90.00.00 – Material de Consumo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2187.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.302.7050.2159.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.30.00 - Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.0.0.27.812.9110.2055.33.90.30.00 – Material de Consumo;

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 -A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor da ata de registro de preços,

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

13.4 – As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 28 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ TRIVELATO & MAGRI LTDA

PREFEITO MUNICIPAL CNPJ Nº 11.285.151/0001-50

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 091/2016

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2016

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu **Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2016** RESOLVE Registrar o Preço da empresa **4D DESIGNER GRÁFICA E EDITORA LTDA - ME**, CNPJ Nº 13.278.238/0001-25, com sede à Trav.

Brasília, nº 30, Areão, na cidade de Cuiabá - MT, neste ato representado pelo Srº Ecir Rolim Bacani, solteiro, comerciante, portador do RG nº 1995900-1 SSP/MT e CPF nº 035.679.181-50, residente na cidade de Cuiabá - MT, doravante denominado simplesmente **FORNECEDOR**, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e as prestações indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **-** A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETÁRIAS DO MUNICIPIO, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os itens licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá validade até 31 de dezembro do corrente ano, contados a partir da data de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

4D DESIGNER GRÁFICA E EDITORA LTDA – ME

CNPJ Nº 13.278.238/0001-25

ITEM	QNT	UNI	DESCRIÇÃO	VL UNIT	VL TOTAL
14	6.000	UN	CONFECCAO DE PAPEL OFICIO TIMBRADO - 4X0 CORES - PAPEL SULFITE 75G - FORMATO A4	R$ 0,50	R$ 3.000,00
49	100	UN	CONFECCAO DE CARTAO DA CRIANCA (MENINO), 4X4 CORES, FRENTE E VERSO, PAPEL SULFITE 180GR, COM 3 DOBRAS, FORMATO 6 - 23X42CM.	R$ 1,77	R$ 177,00
50	100	UN	CONFECCAO DE CARTAO DA CRIANCA (MENINA), 4X4 CORES, FRENTE E VERSO, PAPEL SULFITE 180GR, COM 3 DOBRAS, FORMATO 6 - 23X42CM.	R$ 1,77	R$ 177,00
81	200	UN	CONFECCAO DE CARTAO DE VISITA - 4X4 CORES - PAPEL COUCHE 300G - LAMINACAO BOPP E VERNIZ LOCAL	R$ 0,18	R$ 36,00
TOTAL	**R$ 3.390,00**				

VALOR POR EXTENSO: TRÊS MIL TREZENTOS E NOVENTA REAIS.

3.2 -Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3– Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4– No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5- Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 **- Os serviços serão solicitados de forma parcelada, onde o município solicitará a quantidade necessária dos serviços, devendo a prestação ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue no almoxarifado central em dias de expediente nos seguintes horários: 08:00 às 17:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, nº 231 – Centro – Alto Taquari – MT.**

4.2 **–** A empresa Contratada deverá:

4.2.1 **–** Prestar os serviços solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 **-** Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 – Prestar os serviços somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos serviços.

4.3 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos serviços, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao serviço e procedimento de prestação, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas.

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Prestar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada.

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos serviços prestados, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 **-** São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços.

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 **–** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 15 (quinze) dias após a prestação dos serviços e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **-** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.00.12.361.8040.2029.33.90.39.00 – Outros Serv. Terceiros

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

03.110.00.08.244.6050.2072.33.90.39.00 – Outros Serv. Terceiros

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

02.140.00.08.244.6050.2118.33.90.39.00 – Outros Serv. Terceiros

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.00.10.122.7050.2108.33.90.39.00 – Outros Serv. Terceiros

05.130.00.10.301.7010.2096.33.90.39.00 – Outros Serv. Terceiros

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.00.04.122.3010.2008.33.90.39.00 – Outros Serv. Terceiros

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO

02.050.00.04.122.5020.2027.33.90.39.00 – Outros Serv. Terceiros

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

02.070.00.04.122.9230.2048.33.90.39.00 – Outros Serv. Terceiros

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 -A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n.º 8.666/93;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

d) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 **-** A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 **-** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

13.4 **-** O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1 **-** No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

13.4.2 **-** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari MT.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 30 de junho de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

4D DESIGNER GRÁFICA E EDITORA LTDA – ME

CNPJ nº 13.278.238/0001-25

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá,** brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/ 2015, RESOLVE** Registrar o Preço da empresa **ADARI BARBOSA DE QUEIROZ – ME**, CNPJ Nº 04.926.894/0001-04, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 950, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representada pelo Sr. Adari Barbosa de Queiroz, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 017.489 SEJUSP/MS e CPF nº 230.758.211-87, residente na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 950, na cidade de Alto Taquari – MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **-** A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO, em conformidade com as especificações contidas no "Termo de Referência", anexo I do Edital Pregão Nº 050/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME

CNPJ Nº 04.926.894/0001-04

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VL. UNIT	VL. TOTAL
1	24	UN	Adesivo instantâneo universal 3gr (super bonder) - composição: ester de cianoacrilato, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 3,20	R$ 76,80
6	56	UN	Avental em laminado de PVC (forrado), cor branca, medindo: 1,20cmx0,70cm, com alças do mesmo material na cintura e no pescoço.	R$ 11,10	R$ 621,60
8	95	UN	Balde plástico 15lts confeccionado polipropileno de alta densidade (PEAD) - 17 LTS - alta resistência a impacto, paredes e fundo reforçados, reforço no encaixe da alça, alça em aço 1010/20 zincado.	R$ 4,99	R$ 474,05
13	115	UN	Cesto para lixo telado 8 lt, formato cilíndrico, fundo plano com identificação do produto e marca do fabricante - pequeno.	R$ 2,20	R$ 253,00
14	16	UN	Cesto com tampa telado 60lt - para roupas.	R$ 31,80	R$ 508,80
15	29	UN	Coador de pano 25cm diâmetro - em algodão cru, formato cônico, cor branca (médio).	R$ 1,40	R$ 40,60
16	149	UN	Coador de pano 30cm diâmetro - em algodão cru, formato cônico, cor branca (grande).	R$ 1,80	R$ 268,20
17	244	UN	Colher descartável plástico transparente (cristal) p/ sobremesa - embalagem 50 unidades, de alta resistência, composição: poliestireno e pigmento de alta pureza (pequena).	R$ 3,00	R$ 732,00
18	157	UN	Colher descartável plástico transparente (cristal) p/ sopa - embalagem 50 unidades, de alta resistência, composição: poliestireno e pigmento de alta pureza (grande).	R$ 3,00	R$ 471,00
19	6.010	UN	Copo descartável 200 ml transparente - PCT c/ 100 unidades, material: poliestireno atóxico, temperatura máxima para uso 100°c, aprovado pela ABNT norma NBR 14.865, 100% reciclável, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 2,70	R$16. 227,00
20	285	UN	Copo descartável 300 ml transparente - PCT c/ 100 unidades, material: poliestireno atóxico, aprovado pela ABNT norma nbr 14.865, 100% reciclável	R$ 4,95	R$ 1. 410,75
21	788	UN	Copo descartável 50 ml transparente - PCT c/ 100 unidades, material: poliestireno atóxico, aprovado pela ABNT norma NBR 14.865, 100% reciclável	R$ 1,70	R$ 1. 339,60
25	26	UN	Embalagem de marmitex - descartável, inteiro em alumínio, tam nº 08, cxa c/ 100 unidades.	R$ 26,90	R$ 699,40
26	15	UN	Escova para lavar roupa - base plástica anatômica, com cerda de matéria sintética, pigmento e metal.	R$ 1,75	R$ 26,25
28	550	UN	Esponja para louca 3x1 - dimensões: 110x75x20cm, dupla face, sintética a base de espuma de poliuretano e fibra sintética com abrasivo, contendo o nome do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote impresso na embalagem, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 1,20	R$ 660,00
29	69	UN	Faca descartável plástico transparente para refeição - pacote c/ 50 unidades, de alta resistência, composição: poliestireno e pigmento de alta pureza (grande).	R$ 3,20	R$ 220,80
30	445	UN	Flanela limpeza laranja - tam. 30x50cm, uso geral, 100% algodão, bordas overlocadas.	R$ 1,35	R$ 600,75
32	273	UN	Guardanapo papel grande 33x30 - pct c/ 50 unidades, cor branco, 100% de fibras naturais, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 2,90	R$ 791,70
33	255	UN	Guardanapo papel pequeno 24x22 - pct c/ 50 unidades, cor branco, 100% de fibras naturais, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 1,35	R$ 344,25
36	22	UN	Lixeira plástica com tampa e pedal 15lt - cor branca, em polietileno de alta densidade e resistência.	R$ 16,45	R$ 361,90
40	75	UN	Pano para limpeza geral alvejado 70x42cm - 100% em algodão, alta absorção, fácil enxague, alta resistência, cor branca.	R$ 3,40	R$ 255,00
41	105	UN	Papel filme - em película de PVC, dimensões aproximadas: 28cmx30 m, filme de PVC flexível (esticável), espessura mínima de 10 micras, transparente, resistente, impermeável, atóxico e inodoro, próprio para acondicionamento de alimentos, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem: rolo de 30 metros.	R$ 3,70	R$ 388,50
43	305	UN	Papel toalha 20x22cm - pacote de 2 rolos com 60 toalhas cada, folha dupla e picotada, com círculo de absorção, composição: 100% fibras naturais, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 2,98	R$ 908,90
44	177	UN	Prato descartável em plástico para sobremesa 15cm (150mm), cor branco - pacote 10 unidades	R$ 1,10	R$ 194,70
53	86	UN	Touca descartável - pacote 100 unidades, em tnt, 100% polipropileno, cor branco/sem estampa, com elástico, alvejado, bordas com acabamento em overlock, alta absorção, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 6,30	R$ 541,80
57	4	UN	Acendedor automático (para acender fogão) - tubo de gas interno, pequeno porte 220gr.	R$ 11,70	R$ 46,80
58	28	UN	Band-aid (curativo) - caixa com 10 unidades, transparente, formato anatômico, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no ministério da saúde.	R$ 2,00	R$ 56,00
61	48	UN	Garfo descartável plástico transparente p/ sobremesa (pequeno) - pct 50 unidades, de alta resistência.	R$ 3,20	R$ 153,60
68	32	UN	Papel manteiga - rolo 0,30cmx4mt, cor branco, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 3,65	R$ 116,80
73	31	UN	Tapete para porta 46x70cm - 300g/m², 100% algodão, material de toalha.	R$ 7,95	R$ 246,45
74	113	UN	Tapete para porta 45x70cm - em tecido, de fácil absorção.	R$ 7,95	R$ 898,35
75	25	UN	Saco plástico em polietileno para alimento - capacidade 1kg 20x30cm - pacote 1kg.	R$ 18,90	R$ 472,50
76	19	UN	Saco plástico em polietileno para alimento - capacidade 3kg 30x40cm - pacote 1kg.	R$ 18,90	R$ 359,10
78	117	UN	Saco para cachorro quente (lanche) de plástico, 20x15cm - pacote 100 unidades, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem	R$ 3,81	R$ 445,77
79	36	UN	Corda de varal, pacote 15mt- produzida em aço revestido em pvc/pp, resistente e durável, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 2,18	R$ 78,48
80	50	UN	Toalha de banho felpuda (dimensões 0,70x1,40cm) - 100% algodão. (cor a escolher).	R$ 14,90	R$ 745,00

81	150	UN	Balão de festa nº7 - pct com 50 unidades, liso, cor a escolher, em látex natural e pigmentos, com identificação do produto, data de fabricação e lote impressos na embalagem, certificado pelo INMETRO.	R$ 5,98	R$ 897,00
83	5	UN	Chinelo de dedo (bebe) - modelo tradicional, cor liso/ sem estampa, tira e solado em borracha, cinta elástica, origem nacional, peso aprox. 80gr - numeração: 17/18, 19/20, 21/22, 23/24, 25/26 a escolher.	R$ 15,99	R$ 79,95
84	7	UN	Chinelo de dedo (infantil) - modelo tradicional, cor liso/ sem estampa, tira e solado em borracha, origem nacional, peso aprox. 80gr - numeração: 23/24, 25/26, 27/28, 29/30, 31/32, 33/34 a escolher.	R$ 10,14	R$ 70,98
85	12	UN	Chinelo de dedo (adulto) - modelo tradicional, cor liso/ sem estampa, tira e solado em borracha, origem nacional, peso aprox. 131gr - numeração: 33/34, 35/36, 37/38, 39/40, 41/42 a escolher.	R$ 14,95	R$ 179,40
92	27	UN	Escova cabelo, com cerdas de nylon, ventilada, modelo retangular, tamanho media/uso adulto; composição: matéria sintética, pigmentos, metal e madeira.	R$ 11,28	R$ 304,56
93	280	UN	Escova dental adulto - tamanho media (nº35), cerdas arredondadas e macia/suave, composição: cerdas de nylon, ancora metálica, resina termoplástica e pigmento, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, registro no ministério da saúde.	R$ 2,00	R$ 560,00
94	2.115	UN	Escova dental infantil com protetor (tampa) - tamanho médio, cerdas arredondadas e macia/suave, cabo anatômico; composição: cerdas de nylon, ancora metálica, resina termoplástica e pigmento, com identificação do produto.	R$ 3,60	R$ 7.614,00
95	14	UN	Escova para unha (pé), com cerdas macias em matéria sintética, pigmento e metal, cabo de base em plástica, alça dupla para encaixe perfeitos dos dedos.	R$ 1,95	R$ 27,30
96	72	UN	Escova para vaso sanitário com suporte - material: cabo: polipropileno cerdas: sintética.	R$ 4,30	R$ 309,60
97	170	UN	Esponja de banho - dimensões: 110x75x20mm.uso diário, colorido, anatômica, dermatologicamente testado, hipoalérgica, composição: espuma de poliuretano, fibra sintética, resina sintética e mineral, embalagem plástica individual, com nome do fabricante, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 1,60	R$ 272,00
98	26	UN	Haste flexível (cotonete) - caixa 75 unidades, com ponta arredondadas, flexível, 100% algodão, composição: polipropileno, algodão e solução antigerme, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 1,47	R$ 38,22
101	24	UN	Mangueira jardim 30mt com esguicho - em PVC flexível, com bico e união, com redução para torneira 3/4 e 1/2, com 3 camadas: interna em PVC, a intermediaria em poliestertrancado e externa em PVC.	R$ 43,90	R$ 1.053,60
103	15	UN	Palito de sorvete de madeira - pacote 50 unidades	R$ 2,64	R$ 39,60
104	10	UN	Palito para churrasco de madeira com ponta (roliço) - pacote 50 unidades	R$ 3,49	R$ 34,90
105	229	UN	Pano de prato em tecido atoalhado 45x70cm - 100% algodão, 300g/m², fio tinto, estampado.	R$ 4,19	R$ 959,51
106	5	UN	Pente para cabelo em plástico polipropileno e pigmento, cabo anatômico, cores variadas.	R$ 1,86	R$ 9,30
110	66	UN	Prendedor de roupa madeira - pacote 12 unidades.	R$ 1,00	R$ 66,00
112	118	UN	Saco para pipoca de papel, 7,5x14cm - pacote 50 unidades, composição: papel de seda e pigmentos coloridos atóxicos, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 2,68	R$ 316,24
114	94	UN	Toalha de rosto felpuda 45x80cm - 100% algodão, 400g/m², cores variadas.	R$ 8,26	R$ 776,44
115	12	UN	Algodão em bolas 50gr (uso pessoal) - composição: 100% algodão, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 2,38	R$ 28,56
116	70	UN	Aparelho de barbear descartável com 2 laminas, móvel.	R$ 2,82	R$ 197,40
117	19	UN	Balão de festa tipo espaguete - pct com 50 unidades - liso, cor a escolher, em látex natural e pigmentos, com identificação do produto, data de fabricação e lote impressos na embalagem, certificado pelo INMETRO.	R$ 8,76	R$ 166,44
119	12	UN	Acetona removedora de esmalte 95ml, perfumada, com camomila e vitamina e, composição: acetone, alcohol, cl-42045, fragance chamomila recutita extract tocopherol, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA.	R$ 1,98	R$ 23,76
120	2	UN	Bico para mamadeira (tamanho 1 / 0-6 meses) silicone ortodôntico, embalagem com 2 unidades, furo de ventilação/ macia, transparente, inodoro, indeformável, resistente a fervura, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no ministério da saúde.	R$ 13,28	R$ 26,56
121	2	UN	Chupeta (tamanho 2 / maior 6 meses) bico ortodôntico de silicone, corpo polipropileno, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no ministério da saúde.	R$ 10,98	R$ 21,96
123	150	UN	Fralda pediátrica descartável m - (criança de 4 a 9kg), pacote com 24 unidades, com gel, formato anatômico de cintura ajustável e numerada, com barreira anti-vazamento, anti-alergenica ou toxica, dupla camada de proteção, composição: polpa de celulose, polímetro super. Absorvente (gel), adesivo termoplástico, filme de polietileno, fios de elastano, não-tecido de fibra de polipropileno (com aloe vera) e fitas adesivas, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 14,80	R$ 2.220,00
124	100	UN	Fralda pediátrica descartável p - (criança até 4kg), pacote 30 unidades, com gel, formato anatômico de cintura ajustável e numerada, com barreira anti-vazamento, anti-alergenica ou toxica, dupla camada de proteção, composição: polpa de celulose, polimetro super absorvente (gel), adesivo termoplástico, filme de polietileno, fios de elastano, não-tecido de fibra de polipropileno (com aloe vera) e fitas adesivas, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 14,80	R$ 1.480,00
125	34	UN	Isqueiro a gás - grande	R$ 3,98	R$ 135,32
126	23	UN	Mamadeira de plástico 240 ml (tamanho universal/orto silicone) - cristal, gargalo higiênico, inodoro, cor atóxico, bico em silicone, com capuz e frasco em policarbonato, tampa e disco em polipropileno, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no ministério da saúde.	R$ 24,88	R$ 572,24
128	2	UN	Vassoura de espuma com cabo 1,20mt, base plástico, cabo em madeira revestido em plástico, (para encerar e outros).	R$ 7,82	R$ 15,64
132	77	UN	Escova para lavar roupa - base de madeira e cerdas matéria sintética, macia, metal.	R$ 1,40	R$ 107,80
133	100	UN	Garfo descartável plástico transparente (cristal) p/ refeição (grande) - pct 50 unidades, de alta resistência, composição: poliestireno e pigmento de alta pureza.	R$ 3,20	R$ 320,00
134	4	UN	Lixeira plástica com tampa 93lt - em plástico de alta resistência, fundo plano, com identificação do produto e marca do fabricante.	R$ 73,98	R$ 295,92
135	302	UN	Luva para limpeza forrada multiuso - com látex 100 % natural, com forro de floco 100% algodão, flexível, resistente e c/ bordas ajustadas, aprovada no ministério do trabalho (tamanho a escolher).	R$ 2,30	R$ 694,60
136	553	M	Pano para limpeza geral 40x65cm - saco colorido especial (azul/xadrez) - chão	R$ 5,33	R$ 2.947,49
138	327	UN	Prato descartável em plástico para refeição 21cm (210mm), raso, cor branco - pacote 10 unidades	R$ 1,98	R$ 647,46
140	45	UN	Saco plástico em polietileno para alimento - capacidade 10kg 40x60cm - pacote 1kg.	R$ 21,28	R$ 957,60

141	2	UN	Saco plástico em polietileno para alimento - capacidade 500gr 15x30cm - pacote 1kg.	R$ 21,28	R$ 42,56
142	32	UN	Saco plástico em polietileno para alimento - capacidade 5kg 35x45cm - pacote 1kg.	R$ 21,28	R$ 680,96
143	12	UN	Saco plástico em polietileno para alimento - capacidade 2kg 25x35cm - pacote 1kg.	R$ 21,28	R$ 255,36
144	17	UN	Suporte suspenso p/ copo descartável de 200 ml - porta copo de parede, em inox.	R$ 24,88	R$ 422,96
145	7	UN	Suporte suspenso p/ copo descartável 50 ml - porta copo de parede, inox.	R$ 16,02	R$ 112,14
149	3	UN	Rodo para pia - borracha em eva, corpo plástico, cabo madeira, medidas: 15cm de largura, cabo de 18cm comprimento.	R$ 2,20	R$ 6,60
150	65	UN	Coador de pano 45cm diâmetro - em algodão cru, formato cônico, cor branca (gg).	R$ 2,60	R$ 169,00
151	2	UN	Lixeira plástica com tampa e pedal 30lt- em polietileno de alta densidade e resistência.	R$ 22,03	R$ 44,06
152	151	UN	Papel toalha interfolha 20,5x22,5cm, folha simples, 2 dobras, branco luxo, pacote com 1000 unidades - composição: 100% fibras naturais, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 8,40	R$ 1. 268,40
153	30	UN	Saco plástico (big-bem/geladinho, acondicionar talheres), tam. 4x230cm - pacote 100 unidades, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	R$ 2,12	R$ 63,60
154	6	UN	Lixeira plástica com tampa e pedal 72lt, com alça - em polietileno de alta densidade e resistência.	R$ 63,78	R$ 382,68
155	306	UN	Papel filme - em película de PVC, dimensões aproximadas: 45cmx7,5mt, filme de PVC flexível (esticável), espessura mínima de 10 micras, transparente, resistente, impermeável, atóxico e inodoro, próprio para acondicionamento de alimentos, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem: rolo de 100 metros.	R$ 10,60	R$ 3. 243,60
157	13	UN	Balde plástico 7lts - confeccionado polietileno de alta densidade (PEAD), alta resistência a impacto, paredes e fundo reforçados, reforço no encaixe da alça, alça em aço 1010/20 zincado.	R$ 2,80	R$ 36,40
159	3	UN	Lixeira plástica com tampa e pedal 36lt - em polietileno de alta densidade e resistência.	R$ 31,50	R$ 94,50
160	460	UN	Fralda pediátrica descartável g - (criança de 9 a 13kg), pacote com 20 unidades, com gel, formato anatômico de cintura ajustável e numerada, com barreira anti-vazamento, anti-alergenica ou toxica, dupla camada de proteção, composição: polpa de celulose, polimetro super absorvente (gel), adesivo termoplástico, filme de polietileno, fios de elastano, não-tecido de fibra de polipropileno (com aloe vera) e fitas adesivas, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 14,80	R$ 6. 808,00
161	760	UN	Fralda pediátrica descartável xg - (criança de até 15 kg), pacote com 20 unidades, com gel, formato anatômico de cintura ajustável e numerada, com barreira anti-vazamento, anti-alergenica ou toxica, dupla camada de proteção, composição: polpa de celulose, polimetro super absorvente (gel), adesivo termoplástico, filme de polietileno, fios de elastano, não-tecido de fibra de polipropileno (com aloe vera) e fitas adesivas, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	R$ 14,80	R$11. 248,00
163	6	UN	Escova cabelo para bebe, corpo em polipropileno, cerdas em nylon macia, tamanho pequena/uso infantil, modelo oval, cor atóxica.	R$ 11,92	R$ 71,52
164	20	UN	Pente fino (para tirar piolho)	R$ 1,24	R$ 24,80
TOTAL	**R$ 81. 478,69**				

VALOR POR EXTENSO: OITENTA E UM MIL QUATROCENTOS E SETENTA E OITO REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - **Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal; deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2 –A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os materiais solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

4.2.2 -A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos materiais.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 –O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 –O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto entregue, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2– a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3– o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.13.392.8050.2046.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo.

02.060.0.0.13.392.8050.2047.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8030.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.100.0.0.04.122.9400.2060.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.243.6110.2177.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.00.00 – Material de Consumo.

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00 – Material de Consumo.

03.110.0.0.08.244.6050.2161.33.90.00.00 – Material de Consumo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2187.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.302.7050.2159.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.30.00 - Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.0.0.27.812.9110.2055.33.90.30.00 – Material de Consumo;

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 -A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor da ata de registro de preços,

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

13.4 – As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 28 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME

PREFEITO MUNICIPAL CNPJ Nº 04.926.894/0001-04

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá,** brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/ 2015, RESOLVE** Registrar o Preço da empresa **TRIVELATO & MAGRI LTDA,** CNPJ Nº 11.285.151/0001-50, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 1800, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pelo Sr. Silvio Celio Magri, casado, empresário, portador do RG nº 17.869. 943 SSP/SP e CPF nº 062.343.418-02, residente na Rua Alexandre de Carvalho, s/nº - Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 -A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 049/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 –Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

TRIVELATO & MAGRI LTDA

CNPJ Nº 11.285.151/0001-50

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VL. UNIT	VL. TOTAL
1	1.618	UN	Açúcar cristalizado 2kg - sacarose de cana-de-açúcar, na cor branca. Embalagem em polietileno, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, de acordo com a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - CNNPA.	R$ 4,34	R$ 7.022,12
2	46	UN	Adoçante dietético liquido 100 ml	R$ 3,77	R$ 173,42
3	5.184	UN	Agua mineral 500 ml	R$ 0,99	R$ 5.132,16
4	300	UN	Bala Doce macia 700g - Sabores sortidas	R$ 5,99	R$ 1.797,00
5	1.353	UN	Bolacha cream cracker 800gr	R$ 6,39	R$ 8.645,67
6	1.767	UN	Bolacha de leite 400gr	R$ 3,57	R$ 6.308,19
7	5.042	UN	Café torrado e moído 250gr - grãos selecionados de 1ª qualidade, embalagem a vácuo, contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, resolução RDC nº360 de dezembro/2003.	R$ 4,84	R$ 24.403,28
8	545	UN	Camomila 5gr - florais inteiros; de espécimes vegetais genuínos dessecados; de cor amarela pardacenta; com aspecto cor cheiro e sabor próprios; isento de sujidades, parasitas e larvas.	R$ 0,99	R$ 539,55
9	1.450	UN	Canela em casca 10gr - identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 0,99	R$ 1.435,50
10	1.103	UN	Chá erva mate tostado 250gr - o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e ou ministério da saúde, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	R$ 7,29	R$ 8.040,87
11	597	UN	Cravo 8gr - em botão floral maduro e dessecado, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.	R$ 1,99	R$ 1.188,03
12	1.039	UN	Erva doce 10gr - em grãos limpos e dessecados, de coloração verde, com aspecto cor, cheiro, aromático e sabor levemente adocicado, isento de materiais estranhos a sua espécie, acondicionada em saco plástico, identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 0,99	R$ 1.028,61
13	38.780	UN	Leite integral UAT (UHT) 1lt - em embalagem original cartonada asséptica.	R$ 3,14	R$121.769,20
14	1.456	UN	Margarina cremosa c/ sal 65% lipídios 1kg - com identificação do produto. Identificação de fabricante, data de fabricação. O produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 9,14	R$ 13.307,84
15	1.158	UN	Refrigerante de cola 2 LT - 1º linha, ingredientes: agua carbonatada, açúcar, cafeína, extrato de noz de cola, aroma de cola, axidulante e corante.	R$ 5,47	R$ 6.334,26
16	347	UN	Suco liquido pronto 1lt - caju	R$ 5,99	R$ 2.078,53
17	372	UN	Suco liquido pronto 1lt - maracujá	R$ 5,99	R$ 2.228,28
18	397	UN	Suco liquido pronto 1lt - pêssego	R$ 5,90	R$ 2.342,30
19	157	UN	Açúcar refinado 1kg	R$ 3,44	R$ 540,08
20	25	UN	Galão 20lt para agua mineral - vazio	R$ 16,00	R$ 400,00
21	139	UN	Agua mineral - galão 20 litros, embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	R$ 12,00	R$ 1.668,00
22	600	UN	Agua mineral sem gás 200ml - copo	R$ 0,85	R$ 510,00
23	80	UN	Ameixa em calda inteira 810gr	R$ 12,49	R$ 999,20
24	2.602	UN	Arroz 5 kg - tipo I, classe longo fino, subgrupo polido, beneficiado, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.	R$ 12,34	R$ 32.108,68
25	56	UN	Aveia flocos finos 250 Gr	R$ 3,15	R$ 176,40
26	34	UN	Azeite de oliva 500 Gr - extra virgem	R$ 11,69	R$ 397,46
27	59	UN	Azeitona preta com caroço 330g	R$ 4,99	R$ 294,41
28	92	UN	Azeitona verde com caroço 500gr - em conserva, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	R$ 7,29	R$ 670,68
29	164	UN	Azeitona verde sem caroço 330gr (280gr drenado)	R$ 6,49	R$ 1.064,36
30	122	UN	Batata frita palha 400gr - o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	R$ 9,35	R$ 1.140,70
31	156	UN	Bolacha integral original de sal 126gr com 6 unidades de 21gr cada - ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, farinha de trigo integral, açúcar, açúcar invertido, sal, fermento químico: fosfato monocálcico e bicarbonato de sódio e amônio e melhorador de farinha: enzima protease, contem glúten.	R$ 3,65	R$ 569,40
32	1.352	UN	Bolacha de maizena 400gr	R$ 3,59	R$ 4.853,68
33	1.717	UN	Bolacha doce tipo rosca de coco 800gr	R$ 6,99	R$ 12.001,83

34	109	UN	Bombom bis - caixa 140gr 20 unidades - ingredientes: açúcar, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, massa de cacau, manteiga de cacau, cacau em pó, farinha de soja, soro de leite em pó, amendoim, sal, amido de milho, leite em pó integral, gema de ovo, óleo de soja, castanha de caju, leite em pó desnatado; informações nutricionais: porção de 7gr (1 unidade), valor calórico 35kcal, carboidratos 4gr, gorduras totais 1,5gr, gorduras saturadas 0,5gr, ferro 0,5gr; embalagem em polipropileno.	R$ 6,21	R$ 676,89
35	93	UN	Bombom de chocolate - 1º linha, recheio: creme de castanha de caju coberto com chocolate, com peso mínimo 20g (cada), embalagem de boa qualidade, acondicionada em saco com peso mínimo de 1kg, onde deve constar impresso todos os dados do fabricante, data de fabricação, validade do produto.	R$ 36,49	R$ 3. 393,57
36	82	UN	Catchup 390gr - condimento a base de tomate.	R$ 2,99	R$ 245,18
37	35	UN	Cebolinha cristal em conserva 175gr	R$ 4,95	R$ 173,25
38	59	UN	Cereja em calda 100gr - tipo marrachino	R$ 6,95	R$ 410,05
39	42	UN	Champignon em conserva 300gr - inteiro	R$ 10,30	R$ 432,60
40	28	UN	Chantilly spray 250gr - ingredientes: creme de leite, açúcar, emulsificantemono e diglicerideos, estabilizante goma carragena, propelente: oxido nitroso.	R$ 18,95	R$ 530,60
41	15	UN	Chocolate blend 1kg - cobertura de chocolate ao leite (80%) + meio amargo (20%) - (linha profissional) - ingredientes: açúcar, cacau, gordura vegetal, gordura anidra de leite, leite em pó integral, emulsificante, lecitina de soja e ricinoleato de glicerila, aromatizante. Contem glúten.	R$ 19,99	R$ 299,85
42	14	UN	Chocolate marfim cobertura (branco) 1kg (linha profissional) - ingredientes: açúcar, gordura vegetal hidrogenada, leite em pó integral, emulsificante lecitina de soja e riconoleato de glicerila, aromatizante e corantes naturais urucum e curcuma. Contem glúten.	R$ 19,99	R$ 279,86
43	582	UN	Coco ralado 100gr - com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 2,99	R$ 1. 740,18
44	205	UN	Creme de leite 300gr - lata, esterilizado 25% de gordura, 1º linha.	R$ 4,29	R$ 879,45
45	36	UN	Creme de leite tradicional 1kg - (caixa) apresentando teor de matéria gorda mínima de 25%, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 14,15	R$ 509,40
46	21	UN	Emulsificante e estabilizante neutro para sorvete 200gr	R$ 6,25	R$ 131,25
47	99	UN	Extrato de tomate 340gr - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou Ministério da Saúde. Unidade.	R$ 3,27	R$ 323,73
48	324	UN	Fermento biológico instantâneo seco 500gr (pão) - instantâneo. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso liquido.	R$ 12,85	R$ 4. 163,40
49	336	UN	Fermento químico em pó 250gr (bolo) - com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso liquido.	R$ 5,74	R$ 1. 928,64
50	1.140	UN	Gelatina em pó 30gr - produto composto de açúcar, sal, acidulante ácido fumarico, regulador de acidez citrato de sódio e corante artificial. Com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.	R$ 0,99	R$ 1. 128,60
51	125	UN	Iogurte com polpa de fruta 200gr - ingredientes: leite integral sem soro, açúcar, fermentos lácteos, polpa e aroma artificial de morango, mamão e maca, corante de urucum e cochinilha conservante: sorbato de potássio, não contem glúten, sem espessantes e acidulantes, resfriado, com identificação do produto, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 3,75	R$ 468,75
52	86	UN	Iogurte integral natural 200gr - resfriado, com identificação do produto, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 1,79	R$ 153,94
53	350	UN	Leite condensado tradicional 395gr - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 3,14	R$ 1. 099,00
54	52	UN	Leite condensado tradicional 1kg - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 8,49	R$ 441,48
55	83	UN	Leite de coco 200gr - com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, o produto deverá ter o registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 3,29	R$ 273,07
56	692	UN	Leite em pó integral instantâneo 400gr tradicional - ingredientes: leite integral, fortificado com ferro e vitaminas c, a, e d, pirofosfato férrico, não contem glúten.	R$ 13,29	R$ 9. 196,68
57	26	UN	Licor de cacau 720ml (creme de cacau)	R$ 26,95	R$ 700,70
58	166	UN	Maionese tradicional 1,2kg - com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso liquido	R$ 8,29	R$ 1. 376,14
59	41	UN	Manteiga 1kg - ingredientes: gordura suína, antioxidante, bha (ins 320) e bht (ins 321) não contem glúten.	R$ 21,29	R$ 872,89
60	108	UN	Massa para pastel 400gr - rolo, massa pronta, fresca, macia e saborosa.	R$ 4,99	R$ 538,92
61	178	UN	Massa pronta para bolo 450gr - sabor baunilha	R$ 3,70	R$ 658,60
62	443	UN	Milho para canjica branca 500gr - de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades, parasitas e larvas, admitindo umidade máxima de 14% por peso, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico.	R$ 2,29	R$ 1. 014,47
63	112	UN	Milho verde conserva 200gr - com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso liquido.	R$ 1,59	R$ 178,08
64	96	UN	Molho de tomate pronto tradicional 340 gr	R$ 1,94	R$ 186,24
65	41	UN	Óleo de milho 900ml	R$ 7,84	R$ 321,44
66	2.980	UN	Óleo de soja 900ml	R$ 3,43	R$ 10. 221,40
67	277	UN	Pão de forma integral 500gr - ingredientes: farinha de trigo integral enriquecida com ferro e ácido fólico, fibra de trigo 15%, sal, açúcar cristal, açúcar mascavo, conservante, propionato de cálcio, ácido ascórbico, emulsificante, gordura vegetal de palma, livre de gordura trans. e fermento biológico.	R$ 4,59	R$ 1. 271,43
68	114	UN	Pêssego em calda 850g - com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.	R$ 8,53	R$ 972,42
69	409	UN	Polvilho doce 500gr - amilaceo de mandioca, fécula.	R$ 3,83	R$ 1. 566,47
70	107	KG	Queijo fresco - caipira	R$ 17,89	R$ 1. 914,23
71	85	UN	Queijo parmesão ralado original 50gr - de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 4,04	R$ 343,40
72	22	KG	Queijo provolone defumado	R$ 39,03	R$ 858,66

73	888	UN	Refrigerante de guaraná 2 lt - 1º linha, ingredientes: agua gaseificada, açúcar, semente de guaraná, aroma natural do guaraná, acidulante, ácido cítrico, conservadores sorpato de potássio, benzoato de sódio, corante caramelo tipo IV.	R$ 3,93	R$ 3.489,84
74	778	UN	Refrigerante de laranja 2 lt - 1º linha, ingredientes: agua gaseificada, açúcar, suco de laranja 10%, aroma sintético artificial, acidulante INS 330, conservador INS 211, estabilizantes INS 444 e INS 480, corante artificial INS 110.	R$ 4,90	R$ 3.812,20
75	120	UN	Requeijão cremoso 200gr	R$ 5,84	R$ 700,80
76	36	UN	Sabor em pó para sorvete e picolé 150 gr - sabor diversos	R$ 4,03	R$ 145,08
77	710	UN	Sal refinado 1kg - iodado, para consumo doméstico, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. O produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	R$ 1,29	R$ 915,90
78	201	UN	Suco de fruta concentrado 500ml sabor caju - com conservantes e sem adição de açúcar, e rendimento mínimo de 4,5 litros. Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. O produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 6,99	R$ 1.404,99
79	216	UN	Suco de fruta concentrado 500ml sabor maracujá - com conservantes e sem adição de açúcar, e rendimento mínimo de 4,5 litros. Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 6,99	R$ 1.509,84
80	271	UN	Suco de fruta concentrado 500ml sabor laranja - com conservantes e sem adição de açúcar, e rendimento mínimo de 2 litros. Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. o produto deverá ter registro no ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 1.623,29
81	190	UN	Suco em pó 30gr	R$ 0,90	R$ 171,00
82	236	UN	Suco em pó diet 30gr	R$ 1,19	R$ 280,84
83	318	UN	Suco liquido pronto 1lt - goiaba	R$ 5,92	R$ 1.882,56
84	297	UN	Suco liquido pronto 1lt - laranja	R$ 5,92	R$ 1.758,24
85	325	UN	Suco liquido pronto 1lt - uva	R$ 5,92	R$ 1.924,00
86	117	UN	Tomate seco em conserva 175gr	R$ 7,54	R$ 882,18
87	498	UN	Açafrão em pó 30gr - com ausência de sujidades, parasitas e larvas, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 0,99	R$ 493,02
88	71	UN	Abacaxi em calda 400gr - embalado em lata ou vidro, resistente, que garanta a integridade do produto, conter dados de identificação, informações nutricionais.	R$ 7,59	R$ 538,89
89	1.851	UN	Achocolatado em pó 500gr - solúvel, tradicional, a base de açúcar, cacau em pó, e maltodextrina, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 3,99	R$ 7.385,49
90	47	UN	Achocolatado em pó 800gr - composição: açúcar, cacau, extrato de malte, sal, soro de leite em pó, leite desnatado em pó, vitaminas (c, b3, b2, b6, b1, a e d), estabilizante lecitina de soja e aromatizantes, contem glúten.	R$ 13,90	R$ 653,30
91	61	UN	Alho descascado e processado 400gr, sem sal	R$ 9,19	R$ 560,59
92	60	UN	Ameixa seca inteira 150gr	R$ 4,99	R$ 299,40
93	207	UN	Amendoim cru 500 gr - com pele; constituído de grãos inteiros de primeira qualidade; sem fermentação e mofo, isento de sujidades, parasitas e larvas; acondicionado em saco plástico transparente, atóxico.	R$ 5,95	R$ 1.231,65
94	26	UN	Amendoim torrado com pele salgado 70 gr	R$ 3,65	R$ 94,90
95	623	UN	Amido de milho 500 gr - com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.	R$ 3,99	R$ 2.485,77
96	5	UN	Aroma de abacaxi 30ml (essência artificial) acondicionado em embalagem original, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 29,95
97	19	UN	Aroma de baunilha 30ml (essência artificial) acondicionado em embalagem original, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 113,81
98	14	UN	Aroma de coco 30ml (essência artificial) acondicionado em embalagem original, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 83,86
99	3	UN	Aroma de morango 30ml (essência artificial) acondicionado em embalagem original, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 17,97
100	3	UN	Aroma de pêssego 30ml (essência artificial) acondicionado em embalagem original, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 17,97
101	3	UN	Aroma de salada de fruta 30ml (essência artificial) acondicionado em embalagem original, de primeira qualidade, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,99	R$ 17,97
102	4	UN	Arroz integral 1kg - tipo 2 - classe longo - agulhinha - não contem glúten	R$ 6,48	R$ 25,92
103	75	UN	Batata frita palha 140 gr - o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 3,95	R$ 296,25
104	48	UN	Bicarbonato de sódio 30gr	R$ 1,29	R$ 61,92
105	116	UN	Biscoito salgado original, agua e sal, sem recheio, rica em cálcio, 156gr, ingredientes: farinha de trigo, sal, açúcar, rico em fibras; contem glúten.	R$ 3,65	R$ 423,40
106	102	UN	Bolacha tipo Wafer 115gr, recheio sabor limão - ingredientes: açúcar refinado, gordura vegetal, farinha de trigo (enriquecida com ferro e ácido fólico) amido, sal refinado, fermento químico, bicarbonato de sódio (ins 500ii), estabilizante lecitina de soja (ins 500ii), acidulante ácido cítrico (ins 330) e aromatizante, pôde conter traços de leite; contem glúten; embalagem em polipropileno.	R$ 1,39	R$ 141,78
107	61	UN	Caldo de carne em tablete 57gr - composto de sal, amido, glutamato monossódico, açúcar, alho, cebola, gordura vegetal, extrato de carne de frango, em tablete.	R$ 1,49	R$ 90,89
108	76	UN	Caldo de galinha em tablete 57gr - composto de sal, amido, glutamato monossódico, açúcar, alho, cebola, gordura vegetal, extrato de carne de frango, em tablete.	R$ 1,49	R$ 113,24
109	36	UN	Caldo de legumes em tablete 57gr - composto de sal, amido, glutamato monossódico, açúcar, alho, cebola, gordura vegetal, extrato de carne de legumes, em tablete.	R$ 1,49	R$ 53,64
110	26	UN	Caldo de carne em pó 45gr (com 5 saches 9gr cada)	R$ 2,15	R$ 55,90

111	24	UN	Caldo de galinha em pó 45gr (com 5 saches 9gr cada)	R$ 2,15	R$ 51,60
112	23	UN	Caldo de legumes em pó 45gr (com 5 saches 9gr cada)	R$ 2,15	R$ 49,45
113	428	UN	Canela em pó 10gr	R$ 0,99	R$ 423,72
114	9	UN	Chocolate ao leite 1k - cobertura de chocolate ao leite (linha profissional) - ingredientes: açúcar, leite, licor de cacau, manteiga de cacau, gordura vegetal, lactose, emulfificantelecitina de soja e ricioleato de glicerila e aromatizante. Contém glúten.	R$ 21,93	R$ 197,37
115	41	UN	Chocolate granulado 500 gr	R$ 10,20	R$ 418,20
116	444	UN	Colorau (colorífico) 500gr - com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, o produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde.	R$ 3,59	R$ 1. 593,96
117	9	UN	Conhaque 1lt - bebida de gengibre alcoólica	R$ 13,29	R$ 119,61
118	347	UN	Creme de leite tradicional 200gr - (caixinha) apresentando teor de matéria gorda mínima de 25%, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 1,59	R$ 551,73
119	97	UN	Ervilha conserva 200gr	R$ 1,49	R$ 144,53
120	177	UN	Extrato tomate concentrado 850gr - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Unidade.	R$ 8,99	R$ 1. 591,23
121	526	KG	Farinha de mandioca torrada caseira 1kg - grupo seca, subgrupo fina, prazo de validade e peso liquido.	R$ 5,17	R$ 2. 719,42
122	45	UN	Farinha de milho 500gr - torrada, rica em fibras.	R$ 2,49	R$ 112,05
123	54	UN	Farinha de quibe 500gr	R$ 3,45	R$ 186,30
124	19	UN	Farinha de rosca 500gr - seca, fina, ligeiramente torrada, de cor amarelada, isenta de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico.	R$ 3,63	R$ 68,97
125	3.370	KG	Farinha de trigo 1kg - tipo 1 - com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido.	R$ 3,58	R$ 12. 064,60
126	2.448	KG	Feijão 1kg comum - tipo 1 - constituído de grãos inteiros, com teor de umidade máxima de 15%, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies. Acondicionado em saco plástico, validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega.	R$ 4,37	R$ 10. 697,76
127	625	KG	Feijão preto 1kg - tipo 1 - novo, constituído de grãos inteiros, com teor de umidade máxima de 15%, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies. Acondicionado em saco plástico, validade mínima de 04 meses a contar da data da entrega.	R$ 4,04	R$ 2. 525,00
128	28	UN	Floco milho pré-cozido enriquecidos com ferro e ácido fólico 500gr (milharina) - de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades, parasitas e larvas, admitindo umidade máxima de 14% por peso, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico.	R$ 3,79	R$ 106,12
129	26	UN	Frutas cristalizadas 150gr	R$ 2,99	R$ 77,74
130	465	UN	Fubá 500gr - simples, do grão de milho moído, de cor amarela, com aspecto cor, cheiro e sabor próprios, com ausência de umidade, fermentação, ranço, isento de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado saco plástico transparente, atóxico.	R$ 1,65	R$ 767,25
131	27	UN	Goiabada 400gr - pacote	R$ 3,30	R$ 89,10
132	10	UN	Gordura vegetal hidrogenado 500 gr - ingredientes: gordura vegetal e antioxidante ácido cítrico e BHT. Não contem glúten.	R$ 8,19	R$ 81,90
133	4	UN	Linhaça 200gr - inteira	R$ 2,99	R$ 11,96
134	10	UN	Louro em folha 5gr	R$ 0,99	R$ 9,90
135	108	UN	Macarrão concha 500gr (pequeno)	R$ 3,53	R$ 381,24
136	1.316	UN	Macarrão espaguete nº8 especial sêmola tipo I - 500gr - a base de farinha, com ovos, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, com registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 3,44	R$ 4. 527,04
137	848	UN	Macarrão tipo ave maria sêmola 500gr - a base de farinha, massa com ovos. Embalagem com no mínimo 500g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	R$ 3,53	R$ 2. 993,44
138	33	UN	Macarrão integral espaguete 500gr, sêmola de trigo clurum e farelo de trigo.	R$ 3,53	R$ 116,49
139	75	UN	Massa para lasanha 500gr - base com ovos, e farinha de trigo. Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. Produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 4,85	R$ 363,75
140	128	UN	Massa pronta para bolo 450gr - sabor chocolate	R$ 3,70	R$ 473,60
141	26	UN	Milho para canjica amarela 500gr - de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades, parasitas e larvas, admitindo umidade máxima de 14% por peso, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico.	R$ 2,29	R$ 59,54
142	286	UN	Milho para pipoca 500gr - de 1ª qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades, parasitas e larvas, admitindo umidade máxima de 14% por peso adicionado em embalagem plástica.	R$ 2,20	R$ 629,20
143	47	UN	Milho verde conserva 1,5kg - com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso liquido.	R$ 14,03	R$ 659,41
144	14	UN	Molho de soja 150ml - shoyo	R$ 2,95	R$ 41,30
145	18	UN	Mostarda 200gr - condimento a base de mostarda.	R$ 2,77	R$ 49,86
146	11	UN	Noz moscada 3gr - inteira	R$ 1,54	R$ 16,94
147	248	UN	Orégano 5gr - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade, o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e ou Ministério da Saúde.	R$ 1,19	R$ 295,12
148	31	UN	Paçoca de amendoim - pote c/ 50 unidades de 22gr cada, embalada individualmente	R$ 13,33	R$ 413,23
149	20	UN	Pimenta do reino moída 30gr	R$ 2,99	R$ 59,80
150	23	UN	Pipoca doce 90gr - saco com 40 unidades	R$ 51,64	R$ 1. 187,72

151	238	UN	Pirulito 800gr - sabor variados - com os seguintes ingredientes: açúcar, xarope de glicose, goma base, acidulantes, ácido cítrico, corante vermelho, amarelo crepúsculo e indigotina, antioxidante, aromatizante, com vários sabores. Embalagem contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	R$ 9,99	R$ 2. 377,62
152	306	UN	Polvilho azedo 500gr - fécula de mandioca, modificado pôr processo de fermentação e secagem. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde e/ou Agricultura.	R$ 4,93	R$ 1. 508,58
153	678	UN	Refrigerante de limão 2 lt - 2º linha	R$ 3,93	R$ 2. 664,54
154	225	UN	Refrigerante zero açúcar 2 lt - guaraná (dietético)	R$ 5,03	R$ 1. 131,75
155	38	UN	Sardinha com óleo de soja 125gr, com ômega 3.	R$ 3,64	R$ 138,32
156	197	UN	Suco em pó 1 kg - sabor variados	R$ 5,73	R$ 1. 128,81
157	36	UN	Uva passa branca 200gr - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 6,17	R$ 222,12
158	43	UN	Uva passa escura 200gr - embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido, o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	R$ 5,67	R$ 243,81
159	64	UN	Vinagre vinho branco 750ml	R$ 4,24	R$ 271,36
160	4	UN	Vinho tinto seco 750ml	R$ 8,59	R$ 34,36
161	4	UN	Vinho tinto suave 750ml	R$ 8,64	R$ 34,56
163	3	UN	Açúcar em sache 5gr - caixa com 400 unidades	R$ 43,29	R$ 129,87
164	5	UN	Margarina em sache c/ sal 10gr - caixa com 192 unidades	R$ 36,29	R$ 181,45
165	5	UN	Geleia em sache 15gr - sabor variado - caixa com 144 unidades	R$ 26,34	R$ 131,70
166	20	UN	Alimento nutritivo infantil 400gr rico em cálcio + proteína - sabor chocolate - ingredientes: leite em pó desnatado instantâneo (leite em pó desnatado e emulsificante lecitina de soja), sacarose, leite em pó integral, maltodextrina, cacau, fosfato de magnésio, ascorbato de sódio, sulfato ferroso, inositol, acetato de dl-alfa tocoferill, sulfato de zinco, niacinamida, sulfato de manganês, vitamina k1, pantotenato de cálcio, sulfato cuprico, acetato de retinil, vitamina b12, cloridrato de piridoxina, cloridrato de tiamina, riboflavina, colecalciferol, ácido fólico, iodeto de potássio, cloreto de cromo, bitina, estabilizante carregena e aromatizantes. Não contém glúten. Contem lactose.	R$ 40,49	R$ 809,80
167	30	UN	Leite em pó formula hipoalérgica infantil com ferro para lactantes 400gr (h.a, DHA e ara) 0 a 12 meses- ingredientes: proteína hidrolisada de soro de leite, lactose, maltodextrina, oleina de palma, óleo de coco, óleo de canola, sais minerais, (citrato de cálcio, ácido fosfórico, cloreto de cálcio, citrato de sódio, cloreto de magnésio, cloreto de sódio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, ácido hidro clorídrico, sulfato de cobre, iodeto de potássio, citrato de potássio, sulfato de manganês, selenato de sódio), óleo de girassol, vitaminas (vitamina c, niacina, vitamina e, p0antotenato de cálcio, vitamina a, vitamina b2, vitamina b6, vitamina b1, ácido fólico, vitamina k, botina, vitamina d, vitamina b12), óleo de peixe**, ácido graxo araquidonico, birtatarato de colina, nucleotideos, taurina, l-arginina, inositol, l-histidina, l-carnitina. Não contem glúten.	R$ 34,65	R$ 1. 039,50
168	40	UN	Leite em pó prebio fase 1+ com prebio 1 400gr (a partir de 1 ano) - ingredientes: leite parcialmente desnatado, açúcar, xarope de milho, lactose, óleo de canola, oleina de palma, frutooligossacarideos, inulina, sais minerais, vitaminas e emulsificante lecitina de soja, não contem glúten, além de se composto pôr leite, contem fibras solúveis e e enriquecido em vitaminas e minerais.	R$ 19,89	R$ 795,60
169	80	UN	Leite em pó formula infantil sem lactose 350gr - a base de proteína isolada de soja com ferro para lactentes (sem leite, sem lactose e sem sacarose), contem vitamina a, b12 e d, fosforo e zinco, fonte cálcio, ferro e iodo, tem qualidade nutricional de 100% em relação a caseína e contém todos os aminoácidos essenciais não produzidos pelo o organismo humano (para quem tem intolerância total a lactose (o açúcar do leite).	R$ 29,85	R$ 2. 388,00
170	1.700	UN	Açúcar cristalizado 5kg - sacarose de cana-de-açúcar, na cor branca. Embalagem em polietileno, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, de acordo com a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - CNNPA.	R$ 10,79	R$ 18. 343,00
171	125	UN	Cereal para alimentação infantil de arroz 400gr - ingredientes: farinha de arroz, açúcar, amido, sais minerais (carbonato de cálcio, fosfato de sódio dibasico, fumarato ferroso, sulfato de zinco), vitaminas (vitamina c, niacina, vitamina e, ácido pantotenico, vitamina a, vitamina b1, vitamina b6, ácido fólico, vitamina d) e aromatizante vanilina. Contem glúten. Contem traços de leite.	R$ 8,95	R$ 1. 118,75
172	330	UN	Refrigerante de guaraná 2 lt - 2º linha	R$ 3,82	R$ 1. 260,60
173	270	UN	Refrigerante de laranja 2 lt - 2º linha	R$ 3,93	R$ 1. 061,10
174	90	UN	Cereal para alimentação infantil de milho 400gr - ingredientes: farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sais minerais (fosfato de sódio dibasico, carbonato de cálcio, fumarato ferroso, sulfato de zinco), vitaminas (vitamina c, niacina, vitamina e, ácido pantotenico, vitamina a, vitamina b1, vitamina b6, ácido fólico, vitamina d) e aromatizante vanilina. Contem glúten. Contem traços de leite.	R$ 8,95	R$ 805,50
TOTAL	**R$ 443. 580,69**				

VALOR POR EXTENSO: QUATROCENTOS E QUARENTA E TRÊS MIL QUINHENTOS E OITENTA REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - **Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal; deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2 –A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os materiais solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

4.2.2 -A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos materiais.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 –O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 –O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto entregue, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2– a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3– o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.13.392.8050.2046.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.306.8020.2110.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo.

02.060.0.0.13.392.8050.2047.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.306.8040.2039.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.100.0.0.04.122.9400.2060.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.140.0.0.04.122.6050.2188.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.243.6110.2177.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6130.2171.33.90.30.00 - Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.00.00 – Material de Consumo.

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00 – Material de Consumo.

03.110.0.0.08.244.6050.2161.33.90.00.00 – Material de Consumo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2187.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.302.7050.2159.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.30.00 - Material de Consumo;

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 -A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor da ata de registro de preços,

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

13.4 – As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 23 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ TRIVELATO & MAGRI LTDA

PREFEITO MUNICIPAL CNPJ Nº 11.285.151/0001-50

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 090/2016

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2016

O **Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu **Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2016** RESOLVE Registrar o Preço da empresa **VRS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME**, CNPJ Nº 19.167.966/0001-46, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 309, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pelo Srº Victor Henrique Ribeiro dos Santos, solteiro, empresário, portador do RG nº 49.610.227-8 SSP/SP e CPF nº 996.270.601-78, residente na cidade de Alto Taquari - MT, doravante denominado simplesmente **FORNECEDOR**, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e as prestações indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **-** A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETÁRIAS DO MUNICIPIO, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os itens licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá validade até 31 de dezembro do corrente ano, contados a partir da data de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

VRS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA – ME

CNPJ Nº 19.167.966/0001-46

ITEM	QNT	UNI	DESCRIÇÃO	VL UNIT	VL TOTAL
1	37	UN	CONFECCAO DE CARIMBO AUTOMATICO - CAIXA Nº20 - 38X14MM - EM PLASTICO REFORCADO	R$ 37,00	R$ 1.369,00
2	7.000	UN	CONFECCAO DE PLANFETOS - 4X4 CORES - PAPEL COUCHE 115G FORMATO 16 - 15X21CM.	R$ 0,46	R$ 3.220,00
3	35	UN	CONFECCAO DE BANNER 1,20X0,90CM, EM LONA, IMPRESSAO DIGITAL, 4 CORES.	R$ 79,50	R$ 2.782,50
4	25	UN	CONFECCAO DE CARIMBO MADEIRA - 2X5CM - SIMPLES - ASSINATURAE OUTROS	R$ 17,00	R$ 425,00
5	7.000	UN	CONFECCAO DE CONVITE EM POLICROMIA - 4X0 CORES - PAPEL COUCHE 230G - FORMATO 8 - 21X31CM - VINCADO	R$ 0,73	R$ 5.110,00
6	9.000	UN	CONFECCAO DE FOLDERS - 4X4 CORES, FRENTE E VERSO, PAPEL COUCHE 115GR, COM 2 DOBRAS, FORMATO 08 - 21X30CM.	R$ 0,59	R$ 5.310,00
7	6.000	UN	CONFECCAO DE CAPA TIMBRADA - 4X0 CORES - PAPEL SULFITE 180G - FORMATO 4 - 31X46CM	R$ 0,88	R$ 5.280,00
8	1.100	UN	CONFECCAO DE ENVELOPE OFICIO TIMBRADO - 4 CORES - PAPEL SULFITE 90G - 11,5X23,5CM - BRANCO	R$ 0,48	R$ 528,00
9	22	UN	CONFECCAO DE BORRACHA PARA CARIMBO 2X5CM	R$ 9,50	R$ 209,00
10	200	UN	BLOCO DE FICHA DE VISITA - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - 4X1 CORES - 11X1 VIAS - PAPEL SULFITE 75GR - FORMATO 8 (21X31CM).	R$ 3,10	R$ 620,00
11	500	UN	CONFECCAO DE CARTAZ - POLICROMIA - 4X0 CORES - PAPEL COUCHE 115 G - FORMATO 2 - 45X65CM	R$ 6,00	R$ 3.000,00
12	1.000	UN	CONFECCAO DE ENVELOPE SACO TIMBRADO - 4 CORES - PAPEL SULFITE 90G - 26X36CM - BRANCO	R$ 0,78	R$ 780,00
13	3.000	UN	CONFECCAO DE INFORMATIVOS - 4X4 CORES - 4 PAGINAS - PAPEL COUCHE 115G - FORMATO A4	R$ 0,97	R$ 2.910,00
15	7	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE TERMO DE ATENDIMENTO (CONSELHO TUTELAR), 1 COR, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 21,00	R$ 147,00
16	300	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE ATESTADO MEDICO, 1 COR, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 16 - 15X21CM.	R$ 11,50	R$ 3.450,00
17	3	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE BOLETIM DIARIO DE DOSES APLICADAS BCG COMUNICANTES (HANSENIASE), 1 COR, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 22,00	R$ 66,00
18	3	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE BOLETIM DIARIO DE DOSES APLICADAS BCG - 1 COR - 100X1 VIAS - PAPEL SULFITE 75G - FORMATO 8 - 21X31CM	R$ 22,00	R$ 66,00
19	3	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE BOLETIM DIARIO DE DOSES APLICADAS ROTAVIRUS ORAL, 1 COR, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FROMATO 8 - 21X31CM.	R$ 22,00	R$ 66,00
20	3	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE BOLETIM DIARIO DE DOSES APLICADAS CONTRA HEPATITE B - 1 COR - 100X1 VIAS - PAPEL SULFITE 75G - FORMATO 8 - 21X31CM	R$ 22,00	R$ 66,00
21	3	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE BOLETIM DIARIO DE DOSES APLICADAS CONTRA RAIVA EM CULTURA DE CELULAS VERO - 1 COR - 100X1 VIAS - PAPEL SULFITE 75G - FORMATO 8 - 21X31CM	R$ 22,00	R$ 66,00
22	3	UN	CONFECCAO BLOCO DE BOLETIM DIARIO DE DOSES APLICADAS DUPLA ADULTO, 1 COR, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO8 - 21X31CM.	R$ 22,00	R$ 66,00

23	3	UN	CONFECCAO BLOCO DE BOLETIM DIARIO DE DOSES APLICADAS FEBRE AMARELA ZONA URBANA, FEBRE AMARELA ZONA RURAL - 1 COR - 100X1 VIAS - PAPEL SULFITE 75G - FORMATO 8 - 21X31CM	R$ 22,00	R$ 66,00
24	3	UN	CONFECCAO BLOCO DE BOLETIM DIARIO DE DOSES APLICADAS MENINGOCOCICA C (CONJUGADA), 1 COR, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 8 - 21X312CM.	R$ 22,00	R$ 66,00
25	3	UN	CONFECCAO BLOCO DE BOLETIM DIARIO DE DOSES APLICADAS PNEUMOCOCICA - 1 COR - 100X1 VIAS - PAPEL SULFITE 75G - FORMATO 8 - 21X31CM	R$ 22,00	R$ 66,00
26	3	UN	CONFECCAO BLOCO DE BOLETIM DIARIO DE DOSES APLICADAS TRIPECE DTP CONTRA DIFTERIA, TETANO E COQUELOUCHE - 1 COR - 100X1 VIAS - PAPEL SULFITE 75G - FORMATO 8 - 21X31CM	R$ 22,00	R$ 66,00
27	3	UN	CONFECCAO BLOCO DE BOLETIM DIARIO DE DOSES APLICADAS TRIPLICE VIRAL CONTRA SARAMPO CAXUMBA E RUBEOLA, 1 COR, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 22,00	R$ 66,00
28	3	UN	CONFECCAO BLOCO DE BOLETIM MENSAL DE DOSES APLICADAS (ROTINA) , 1 COR, 100X1 VIAS, 2 PAGINAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 40,00	R$ 120,00
29	3	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE FICHA DE BOLETIM DIARIO DE DOSES APLICADAS PENTAVALENTE DTP/HB/HIB - 1 COR - 100X1 VIAS - PAPEL SULFITEN 75GR - FORMATO 8 (21X31CM)	R$ 22,00	R$ 66,00
30	3	UN	CONFECCAO BLOCO DE BOLETIM MENSAL DE MOVIMENTO DE IMUNOBIOLOGICOS, 4 PAGINAS JUNTAS, 1 COR, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 25,00	R$ 75,00
31	3	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE FICHA DE PLANILHA PARA ANOTACOES DOS OBITOS (PACS/PSF), 1 COR, 50X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75 GR, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 12,30	R$ 36,90
32	3	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE FICHA DE NOTIFICACAO DE NASCIDOS VIVOS - 1 COR - 100X1 VIAS - PAPEL SULFITE 75 GR - FORMATO 8 (21X31CM).	R$ 30,00	R$ 90,00
33	18	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE RELATORIO DIARIO DE VISITA/PSF, 1 COR, 100X1 VIAS, FRENTE E VERSO, PAPEL SULFITE 75GE, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 22,00	R$ 396,00
34	8	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE FORMULARIO DE SOLICITACAO DE EXAME, 1 COR, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 22,00	R$ 176,00
35	8	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE LAUDO PARA SOLICITACAO DE AUTORIZACAO DE PROCEDIMENTO AMBULATORIAL, 1 COR, 100X1 VIA, FRENTE E VERSO, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 35,00	R$ 280,00
36	3	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE MAPA PARA O CONTROLE DIARIO DE TEMPERATURA - 1 COR - 100X1 VIAS - PAPEL SULFITE 75G - FORMATO 8 -21X31CM	R$ 24,00	R$ 72,00
37	12	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE MS HIPERDIA 1º VIA, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 21,00	R$ 252,00
38	12	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE MS HIPERDIA 2º VIA, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 21,00	R$ 252,00
39	30	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE NOTIFICACAO RECEITA B AZUL - 1 COR - 100X1 VIAS - PAPEL SUPERBOND AZUL 56GR - FORMATO 18 - 14X20CM	R$ 16,00	R$ 480,00
40	30	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE PROTOCOLO DE ENCAMINHAMENTO PARA ESPECIALISTA, 1 COR, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75G, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 18,00	R$ 540,00
41	60	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE RECEITUARIO DE CONTROLE ESPECIAL, 1 COR, 50X2 VIAS, PAPEL COPYATIVO, FORMATO 16 - 15X21CM.	R$ 22,00	R$ 1.320,00
42	300	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE RECEITUARIO MEDICO, 1 COR, 100X1 VIA, FORMATO 16 - 15X21CM.	R$ 12,00	R$ 3.600,00
43	12	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE RELATORIO PMA2, RELATORIO DE PRODUCAO DE MARCADORES PARA AVALIACAO, 1 COR, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 8 - 21X31CM	R$ 21,00	R$ 252,00
44	12	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE RELATORIO PMA2-C, RELATORIO DE PRODUCAO DE MARCADORES PARA AVALIACAO COMPLEMENTAR, 1 COR, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 21,00	R$ 252,00
45	18	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE REQUISICAO DE EXAME CITOPATOLOGICO COLO DO UTERO, 1 COR, 100X1 VIAS, FRENTE E VERSO, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 21,00	R$ 378,00
46	3	UN	CONFECCAO DE BLOCO SISCOLO SISTEMA DE INFORMACAO DO COLO DO UTERO - 1 COR - 100X1 VIAS - PAPEL SULFITE 75G - FORMATO 8 - 21X31CM	R$ 21,00	R$ 63,00
47	42	UN	CONFECCAO DE BLOCO SSA2 RELATORIO DE SITUACAO DE SAUDE E ACOMPANHAMENTO DAS FAMILIAS NA AREA/EQUIPE - 1 COR - 100X1 VIAS - PAPEL SULFITE 75G - FORMATO 8 - 21X31CM	R$ 21,00	R$ 882,00
48	5.000	UN	CONFECCAO DE CAPA DE PRONTUARIO DE IDENTIFICACAO - 4X0 CORES - PAPEL SULFITE 180G - VINCADA - FORMATO 4 - 31X46CM - TIMBRADA	R$ 1,00	R$ 5.000,00
51	3.000	UN	CONFECCAO DE CARTAO DE VACINACAO DO ADULTO, 1 COR, PAPEL SULFITE 180GR, FORMATO 32 - 11X15CM, FRENTE E VERSO.	R$ 0,40	R$ 1.200,00
52	600	UN	CONFECCAO DE CARTAO SOMBRA DA CRIANCA 10X23CM, 1 COR, FRENTE E VERSO, PAPEL SULFITE 180-GR, FORMATO 10X23CM.	R$ 0,50	R$ 300,00
53	18	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE REQUISICAO DE MAMOGRAFIA, 100X1,OFICIO TRIMBRADO,SULFITE 75G,FORMATO A4.	R$ 55,00	R$ 990,00
54	24	UN	CONFECCAO BLOCO DE DECLARACAO DE COMPARECIMENTO, 1 COR, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 16 - 15X21CM.	R$ 14,00	R$ 336,00
55	15	UN	CONFECCAO BLOCO DE FICHA B DIABETES, 1 COR, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 22,00	R$ 330,00
56	6	UN	CONFECCAO BLOCO DE FICHA B GESTANTES, 1 COR, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 22,00	R$ 132,00
57	18	UN	CONFECCAO BLOCO DE FICHA B HANSENIASE, 1 COR, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 22,00	R$ 396,00
58	72	UN	CONFECCAO BLOCO DE FICHA B HIPERTENSOS, 1 COR, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 21,00	R$ 1.512,00
59	3	UN	CONFECCAO BLOCO DE FICHA B TUBERCULOSE, 1 COR, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 22,00	R$ 66,00
60	3	UN	CONFECCAO BLOCO DE FICHA D REGISTRO DE ATIVIDADES PROCEDIMENTOS E NOTIFICACOES, 1 COR, 100X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 22,00	R$ 66,00
61	9	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE FICHA DE ACOMPANHAMENTO DA GESTANTE (SISTEMA DE MONIT. E AVALIACAO DO PRE-NATAL, PARTO, PUERPERIO E CRIANCA V-1.0.0), 1 COR, 50X1 VIAS, PAPEL SULFITE 75GR, FORMATO 8 - 21X31CM.	R$ 19,00	R$ 171,00
62	60	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE FICHA DE ANOTACOES DE CONSULTAS MEDICAS E DE ENFERMAGEM - 1 COR - 100X1 VIAS - PAPEL SULFITE 75G - FORMATO 8 - 21X31CM, FRENTE E VERSO (COM LOGA DA PREFEITURA E DA GESTAO).	R$ 21,00	R$ 1.260,00
63	8	UN	CONFECCAO DE BANNER EM LONA COM IMPRESSA DIGITAL 1X0,70MT	R$ 67,00	R$ 536,00
64	2	UN	CONFECCAO DE BORRACHA PARA CARIMBO 4X6CM	R$ 14,90	R$ 29,80
65	2	UN	CONFECCAO DE CARIMBO MADEIRA - 4X6CM - SIMPLES - CNPJ E OUTROS	R$ 25,00	R$ 50,00
66	3	UN	CONFECCAO DE CARIMBO AUTOMATICO - CAIXA Nº50 - 70X30MM - EM PLASTICO REFORCAD5	R$ 61,99	R$ 185,97
67	300	UN	CONFECCAO DE ENVELOPE SACO TIMBRADO - 4 CORES- PAPEL SULFITE 90G - 20X28CM - BRANCO	R$ 0,64	R$ 192,00

68	200	UN	CONFECCAO DE ENVELOPE SACO TIMBRADO - 4 CORES - PAPEL SULFITE 90G - 31X41CM - BRANCO	R$ 0,94	R$ 188,00
69	3.000	UN	CONFECCAO DE CAPA DE PROCESSO/COMPRAS/CONTABILIDADE - 1X0 COR - 1 PAPEL SULFITE 120G - VINCADA E PERFURADA (3 DOBRAS E FURO NO MEIO DO VINCO) - FORMATO 3 -32,5X50,5CM.	R$ 0,69	R$ 2. 070,00
70	1.000	UN	CONFECCAO DE CAPA DE PROCESSO/PROCON-1COR-PAPEL SULFITE 120G-VINCADA E PERFURADA-FORMATO16-15X21	R$ 0,69	R$ 690,00
71	12	UN	CONFECCAO DE FAIXA 3X0,70CM, EM LONA COM IMPRESSAO DIGITAL, 4 CORES. (CBO 7686)	R$ 91,90	R$ 1. 102,80
72	500	UN	CONFECCAO DE ADESIVO EM IMPRESSAO DIGITAL (PEQUENO) - MATERIAL PLASTIFICADO - 4 CORES - 10X30CM	R$ 2,80	R$ 1. 400,00
73	6	UN	SERVICO DE CONFECCAO DE PLACA INDICATIVA EM ACO COM ADESIVOS REFLETIVO 60X60CM - FORMATO A ESCOLHER.	R$ 83,32	R$ 499,92
74	200	UN	CONFECCAO DE CARTAZ - 4X0 CORES - PAPEL MONOLUCIDO 120GR - FORMATO A3	R$ 5,90	R$ 1. 180,00
75	5	UN	CONFECCAO DE BLOCO DE COPIA DE CHEQUE - 1 COR - 50X2 VIAS - PAPEL COPIATIVO - FORMATO 16 - 15X21CM	R$ 22,00	R$ 110,00
76	8	UN	CONFECCAO BLOCO DE NOTIFICACAO DE OBRA - 1COR - 50X3 VIAS - PAPEL COPYATIVO 75G - FORMATO 8 - 21X31CM	R$ 58,00	R$ 464,00
77	600	UN	CONFECCAO DE CARTILHA EDUCATIVA - FORMATO DE GIBI, CAPA 30X21CM, 4X4 CORES, PAPEL COUCHE BRILHO 115G, 12 PAGINAS, 15X21CM	R$ 1,67	R$ 1. 002,00
78	10	UN	BLOCO REQUISICAO DE MATERIAL 50X2 VIAS FORMATO 16	R$ 14,90	R$ 149,00
79	1.250	UN	CONFECCAO DE ADESIVO EM IMPRESSAO DIGITAL (PEQUENO) - PAPEL 120GR - 4 CORES - 10X30CM	R$ 1,17	R$ 1. 462,50
80	1.000	UN	CONFECCAO DE ADESIVO DE PAPEL COM IMPRESSAO DIGITAL - 4 CORES - 10X7CM	R$ 0,67	R$ 670,00
82	1	UN	CONFECCAO DE OUTDOOR 6X3MT - EM ACO COM IMPRESSAO DIGITAL E ESTRUTURA DE METALON E QUATRO PES DE EUCALIPTO TRATADO, COM INSTALACAO.	R$3. 600,00	R$ 3. 600,00
83	1	UN	CONFECCAO DE OUTDOOR 9X3MT - EM ACO COM IMPRESSAO DIGITAL E ESTRUTURA DE METALON E QUATRO PES DE EUCALIPTO TRATADO, COM INSTALACAO.	R$4. 990,00	R$ 4. 990,00
TOTAL	**R$ 77. 780,39**				

VALOR POR EXTENSO: SETENTA E SETE MIL SETECENTOS E OITENTA REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS.

3.2 -Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3– Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4– No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5- Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 **- Os serviços serão solicitados de forma parcelada, onde o município solicitará a quantidade necessária dos serviços, devendo a prestação ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da requisição de compras, devidamente assinada, emitida pela secretaria solicitante e deverá ser entregue no almoxarifado central em dias de expediente nos seguintes horários: 08:00 às 17:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, nº 231 – Centro – Alto Taquari – MT.**

4.2 **–** A empresa Contratada deverá:

4.2.1 **–** Prestar os serviços solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 **-** Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 – Prestar os serviços somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos serviços.

4.3 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos serviços, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao serviço e procedimento de prestação, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas.

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Prestar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada.

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos serviços prestados, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 - Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos serviços.

5.2.2 - Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 15 (quinze) dias após a prestação dos serviços e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2 – A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3 - Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas deste Contrato;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.00.12.361.8040.2029.33.90.39.00 – Outros Serv Terceiros

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

03.110.00.08.244.6130.2180.33.90.39.00 – Outros Serv Terceiros

03.110.00.08.241.6080.2169.33.90.39.00 – Outros Serv Terceiros

03.110.00.08.244.6130.2171.33.90.39.00 – Outros Serv Terceiros

03.110.00.08.244.6110.2177.33.90.39.00 – Outros Serv Terceiros

03.110.00.08.244.6120.2168.33.90.39.00 – Outros Serv Terceiros

03.110.00.08.244.6050.2072.33.90.39.00 – Outros Serv Terceiros

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

02.140.00.08.244.6050.2118.33.90.39.00 – Outros Serv Terceiros

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.00.10.122.7050.2108.33.90.39.00 – Outros Serv Terceiros

05.130.00.10.304.7040.2098.33.90.39.00 – Outros Serv Terceiros

05.130.00.10.301.7010.2096.33.90.39.00 – Outros Serv Terceiros

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.00.04.122.3010.2008.33.90.39.00 – Outros Serv Terceiros

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.00.04.129.3030.2016.33.90.39.00 – Outros Serv Terceiros

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO

02.050.00.04.122.5020.2027.33.90.39.00 – Outros Serv Terceiros

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

02.070.00.04.122.9230.2048.33.90.39.00 – Outros Serv Terceiros

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.00.27.812.9110.2055.33.90.39.00 – Outros Serv Terceiros

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 -A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n.º 8.666/93;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

d) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 **-** Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 **-** A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 **-** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

13.4 **-** O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1 **-** No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448.**

13.4.2 **-** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os serviços que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari MT.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 30 de Junho de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁVRS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME

PREFEITO MUNICIPAL CNPJ 19.167.966/0001-46

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2016

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2016

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal**, Sr. Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2016**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **ROSILENE DA SILVA – MERCEARIA - ME**, CNPJ Nº 04.018.514/0001-25, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 183, Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pela Srª Rosilene da Silva, brasileira, casada, empresária, portadora do RG nº 60310572 SESP/PR e CPF nº 021.230.739-89, residente na cidade de Alto Taquari - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para aquisição de carnes e afins, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **-** A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CARNES E AFINS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ROSILENE DA SILVA – MERCEARIA - ME

CNPJ Nº 04.018.514/0001-25

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNT.	VL TOTAL
1	250	KG	Filé de peito frango sem osso - congelado, embalagem original: contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	CASA DE CARNE CENTRAL	R$14,30	R$3.575,00
2	450	KG	Presunto cozido - fatiado - com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio, embalado em saco plástico transparente atóxico, contendo peso e data que o produto foi embalado.	SEARA	R$22,73	R$10.228,50
3	460	KG	Queijo tipo muçarela - fatiado - com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio, embalado em saco plástico transparente atóxico, contendo peso e data que o produto foi embalado.	NATAN	R$26,94	R$12.392,40
4	645	KG	Salsicha, para hot dog, resfriada, a granel, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, embalado em saco plástico transparente atóxico, contendo peso e data que o produto foi embalado.	REZENDE	R$ 6,51	R$ 4.198,95
5	440	KG	Carne 1º moída (patinho) - bovina - resfriada, com no máximo 0% de sebo e gordura, com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio, embalado em saco plástico transparente atóxico, contendo peso e data que o produto foi embalado.	FRIBOI	R$17,49	R$ 7.695,60
6	124	KG	Bacon - pedaço - resfriado, embalado em saco plástico transparente atóxico, contendo data que o produto foi embalado; a embalagem original deverá ser em: embalagem plástica, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	REZENDE	R$17,01	R$ 2.109,24
7	310	KG	Carne bovina, tipo costela, subdividida, sem excesso de sebo e gordura, resfriada, com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio, embalado em saco plástico transparente atóxico, contendo peso e data que o produto foi embalado.	FRIBOI	R$10,21	R$ 3.165,10
8	740	KG	Carne bovina 1º em bife (colchão mole) - com no máximo 5% de sebo e gordura, resfriada, com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio, embalado em saco plástico transparente atóxico, informando peso e data que foi embalado.	FRIBOI	R$18,26	R$13.512,40
9	140	KG	Carne bovina 1º file Mion - com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio, embalado em saco plástico transparente atóxico, contendo peso e data que o produto foi embalado.	FRIBOI	R$23,64	R$ 3.309,60
10	195	KG	Carne bovina 1º inteiro (colcha mole) - com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio, embalado em saco plástico transparente atóxico, contendo peso e data que o produto foi embalado.	FRIBOI	R$18,76	R$ 3.658,20
11	3.435	KG	Carne bovina 2º em pedaço sem osso (assem ou paleta) - com no máximo 5% de sebo e gordura, resfriada, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, embalada em saco plástico transparente atóxico, informando peso e data que o produto foi embalado.	FRIBOI	R$12,83	R$44.071,05
12	190	KG	Carne bovina lagarto (peça inteira) - com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio, embalado em saco plástico transparente atóxico, contendo peso e data que o produto foi embalado.	FRIBOI	R$17,09	R$ 3.247,10
13	100	KG	Carne bovina seca - com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio, embalado em saco plástico transparente atóxico, contendo peso e data que o produto foi embalado.	FRIBOI	R$22,50	R$ 2.250,00
14	150	KG	Carne suína com osso 1º - com no máximo 10% de gordura, resfriada, embalada em saco plástico transparente atóxico, informando peso e data que foi embalado.	CASA DE CARNE CENTRAL	R$13,80	R$ 2.070,00
15	325	KG	Carne suína sem osso 1º (lombo ou pernil), com no máximo 10% de gordura, resfriada, com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio, embalada em saco plástico transparente atóxico, informando peso e data que foi embalada.	CASA DE CARNE CENTRAL	R$15,96	R$ 5.187,00
16	130	KG	Carne suína, tipo costela, subdividida, sem excesso de sebo e gordura, resfriada, com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio, embalado em saco plástico transparente atóxico, contendo peso e data que o produto foi embalado.	CASA DE CARNE CENTRAL	R$13,99	R$ 1.818,70
17	95	UN	Carne bovina lagarto recheado - recheio: presunto, mussarela, carne moída, bacon, linguiça calabresa, temperos diversos, com ou sem legumes: cenoura, pimentão e outros a escolher; com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio, embalado em saco plástico transparente atóxico, contendo peso e data que o produto foi embalado.	FRIBOI	R$22,99	R$ 2.184,05
18	240	KG	Coxa e sobrecoxa de frango - congelado - embalado em saco plástico transparente atóxico, contendo peso e data que o produto foi embalado.	COPACOL	R$10,23	R$ 2.455,20
19	45	KG	Coxinha da asa - corte de frango - resfriado, embalado em saco plástico transparente atóxico, contendo peso e data que o produto foi embalado.	SADIA	R$13,29	R$ 598,05
20	110	KG	Fígado bovino, fatiado, fresco, embalado em saco plástico transparente, contendo peso e data que o produto foi embalado.	FRIBOI	R$ 9,95	R$ 1.094,50
21	270	KG	Frango inteiro sem miúdo - congelado, acondicionado em embalagem plástica original, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, o produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	SADIA	R$ 7,22	R$ 1.949,40
22	165	KG	Linguiça de frango - resfriada, com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio embalado em saco plástico transparente atóxico, contendo peso e data que o produto foi embalado.	OURO	R$13,60	R$ 2.244,00
23	15	KG	Linguiça, suína calabresa, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, embalado em saco plástico transparente atóxico, contendo peso e data que o produto foi embalado.	CASA DE CARNE CENTRAL	R$16,88	R$ 253,20
24	230	KG	Linguiça suína toscana - resfriada, com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio embalado em saco plástico transparente atóxico, contendo peso e data que o produto foi embalado.	PERDIGÃO	R$15,68	R$ 3.606,40
25	130	KG	Linguiça mista s/ pimenta caseira (carne 2º assem, pescoço e carne de porco) - resfriada, com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio, embalado em saco plástico transparente atóxico, informando peso e data que o produto foi embalado.	CASA DE CARNE CENTRAL	R$11,96	R$ 1.554,80
26	500	KG	Peito de frango com osso - congelado, embalagem original: contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	COPACOL	R$11,66	R$ 5.830,00
27	50	KG	Pernil suíno com osso - com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio, embalado em saco plástico transparente atóxico, contendo peso e data que o produto foi embalado.	CASA DE CARNE CENTRAL	R$13,13	R$ 656,50
28	4.905	KG	Sobrecoxa de frango - congelado - com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, acondicionadas em saco plástico transparente atóxico, contendo peso e data que o produto foi embalado.	OURO	R$10,20	R$50.031,00

29	165	KG	Apresuntado de carne bovino - fatiado - resfriado, com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio, embalado em saco plástico transparente atóxico, contendo peso e data que o produto foi embalado.	SEARA	R$17,98	R$ 2.966,70
30	4.180	KG	Carne 2º moída (assem/musculo) - bovina - resfriada, com no máximo 5% de sebo e gordura, com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio, embalado em saco plástico transparente atóxico, contendo peso e data que o produto foi embalado.	FRIBOI	R$12,83	R$53.629,40
TOTAL	**R$ 251.542,04**					

VALOR POR EXTENSO: DUZENTOS E CINQUENTA E UM MIL QUINHENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E QUATRO CENTAVOS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 **- Os produtos serão solicitados de forma parcelada e semanal, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 48 horas a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada emitida pela Administração Pública Municipal e deverá ser entregues diretamente na secretaria solicitante.**

4.2 **–** A empresa Contratada deverá:

4.2.1 **-** Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

4.2.2 **-** Arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.3 – Entregar o produto somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.3 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 **-** São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 **–** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.13.392.8050.2047.33.90.30.00–Material de consumo

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00–Material de consumo

02.060.0.0.12.306.8020.2110.33.90.30.00–Material de consumo

02.060.0.0.12.306.8040.2039.33.90.30.00–Material de consumo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00-Material de consumo

05.130.0.0.10.302.7050.2159.33.90.30.00-Material de consumo

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00-Material de consumo

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00-Material de consumo

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00-Material de consumo

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.30.00-Material de consumo

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2072.33.90.30.00-Material de consumo

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00-Material de consumo

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 **-** A fiscalização da execução da Ata será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 **-** Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 **-** Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 **-** A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 **-** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4 **-** O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1 **-** No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471.**

13.4.2 **-** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 31 de março de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ ROSILENE DA SILVA – MERCEARIA - ME

Prefeito Municipal CNPJ Nº 04.018.514/0001-25

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Iran Negrão Ferreira

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá,** brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/ 2015, RESOLVE** Registrar o Preço da empresa **TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA - ME,** CNPJ Nº 13.851.726/0001-80, com sede à Rua 6-A, nº 36B, Bairro Machado, na cidade de Mineiros - GO, neste ato representado pela Srª Flávia de Sousa Magalhães Luciano, casada, empresária, portadora do RG nº 5.786.729 SSP/GO e CPF nº 249.086.768-79, residente e domiciliada na Rua 09 de Julho, Qd. 42, Lt. 16, Setor Boa Vista, na cidade de Mineiros - GO, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10. 520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **-** A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 050/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

TOTAL SEGURANÇA EQUIP. DE PROT. E SERV. ESPEC. LTDA - ME

CNPJ Nº 13.851.726/0001-80

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT	VL. TOTAL
3	1.836	UN	Agua sanitária 2lt - múltiplo uso, composição: hipoclorito de sódio, agua, teor de cloro ativo: 2,0% 2,5% p/p, produto a base de cloro, certificado pela ANVISA ou INMETRO.	UZZI	R$ 4,50	R$ 8. 262,00
10	82	UN	Bota borracha, forrada, antiderrapante, cor branca, cano médio, em PVC, numeração do 34 ao 44 (a escolher) par.	BRACOL	R$ 33,90	R$ 2. 779,80
12	22	UN	Caixa de Isopor com tampa, capacidade 21lts - com identificação do produto, data de fabricação e lote impressos na embalagem.	JC	R$ 17,30	R$ 380,60
24	3.295	UN	Detergente líquido 500ml - composição: tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e agua; componente ativo: lineat aquil benzeno sulfonato de sódio, contem tensoativos biodegradável, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA ou INMETRO.	START	R$ 1,60	R$ 5. 272,00
27	813	UN	Esponja de aço - PCT c/ 8 unidades - em aço carbono, abrasividade fina, para limpeza e brilho, peso liquido não inferior a 50g, com dados de identificação do produto, do fabricante, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	SHOWBRIL	R$ 1,11	R$ 902,43
34	400	UN	Limpa alumínio 500ml - liquido, composição: linear alquil benzeno sulfônico, tensoativo aniônico, tesoatico não ionico sequestrante abrasivo, fragrância e veiculo; componente ativo: linear aquil benzeno sulfônico, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA.	START	R$ 1,60	R$ 640,00
37	43	UN	Luva descartável - pacote 100 unidades, em plástico transparente, multiuso, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	DESCARPACK	R$ 2,50	R$ 107,50
45	200	UN	Rodo grande 60cm madeira, borracha em EVA, dupla e reforçada, base e cabo em madeira reforçado.	RODOBEM	R$ 5,85	R$ 1. 170,00
47	1.531	UN	Sabão em po 1kg - lava roupas, fragrância: diversas, composição: tensoativo anionico, alcalinizante, sequestrante, carga, coadjuvante, branqueador optico, corante, enzimas, agente anti-redepositante, fragrância e agua; componente ativo: linear aquil sulfonato de sódio, contem tensoativo biodegradavel, reduzido teor de fosfato, embalagem plástica, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA.	START	R$ 5,55	R$ 8. 497,05
52	1.980	UN	Saco lixo - 75x95cm, 100lt, (20kg), pacote com 5 unidades, reforçado, 10 micras, cor preto, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	GELPLAST	R$ 4,65	R$ 9. 207,00
54	147	UN	Vassoura nylon com cabo, corpo em plástico, cabo em madeira revestido em plástico 1,20mt, com identificação do produto, data de fabricação e lote impressos na embalagem.	RODOBEM	R$ 5,90	R$ 867,30
65	94	UN	Limpa vidro 500 ml, composição: butilglicol, álcool asopropilico, sequestrante, tensoativos aniônico, alcalinizante, asotiazolinonas, corante e veiculo, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem, certificado pela ANVISA.	UZZI	R$ 2,65	R$ 249,10
66	783	UN	Limpador limpeza pesada 500ml - composição: alquill benzeno, sulfato de sódio, coadjuvantes, conservante, sequestrante, corante, fragrância e agua.	START	R$ 3,50	R$ 2. 740,50
70	122	UN	Sabonete líquido 2lt - ph equilibrado, composição: aqua/water, sodium laureth sulfate, cocamide dea, ethylenr gycol diestearate, disodium edta, citric acid, perfum/fragrance patchouli, peg-150 distearate, sodium chloride, methychloroisothiazolinone/methylisothiazolinone, cl42090, cl16255ci 19140/42090, com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.	UZZI	R$ 14,90	R$ 1. 817,80
86	178	UN	Creme dental com fluor+calcio 90gr - com micro partículas polidoras, composição: calcium carbonate, aqua, glycerin, sodium lauryl sulfate, aroma, sodium monoflurophosphate, cellulose gum, tetras-	CLOSE UP	R$ 2,63	R$ 468,14

			sodium, pyrophosphate, sodium bicarbonate, benzyl alchol, sodium saccharin, sodium hydroxide, contem monofluorfosfato de sódio (1450ppm de flúor), com identificação do produto, data de fabricação, vencimento e lote impressos na embalagem.			
102	56	UN	Pá para lixo - em aço zincado, cabo em madeira (longo)	RODOBEM	R$ 3,55	R$ 198,80
107	13	UN	Pilha alcalina 1,5v c2 - media - pacote com 2 unidades	PANASONIC	R$ 5,24	R$ 68,12
111	7	UN	Protetor solar FPS UVA 30, livre de óleo 120gr/ml (filtro ou bloqueador), dermatologicamente textado. preferencialmente as marcas: luvex, sundown, red apple ou similar	LUVEX	R$ 15,50	R$ 108,50
127	416	UN	Sabonete em barra 90gr - uso adulto, fragrância de creme de baunilha e aveia, formato anatômico, composição: sodium tallowate/sodium cocoate, aqua, parfum (com notas olfativas de creme de baunilha e aveia), coconut acid, titanium dioxide, pentaerythityl tetra-di-t-butyl, com identificação do produto, data de fabricação e vencimento impressos na embalagem, certificado pela ANVISA, INMETRO e ISO.	ALBANY	R$ 1,17	R$ 486,72
130	89	UN	Vassoura de pelo com cabo, cerdas em pelo sintético, corpo em plástico, cabo em madeira revestido em plástico 1,20mt, com identificação do produto, data de fabricação e lote impressos na embalagem.	RODOBEM	R$ 5,90	R$ 525,10
139	29	UN	Rodo pequeno 30cm madeira, borracha colorida em eva, dupla e reforçada, base e cabo em madeira.	RODOBEM	R$ 4,35	R$ 126,15
148	95	UN	Rodo médio 40cm madeira, borracha em eva, dupla e reforçada, base e cabo em madeira.	RODOBEM	R$ 4,55	R$ 432,25
TOTAL	**R$ 45. 306,86**					

VALOR POR EXTENSO: QUARENTA E CINCO MIL TREZENTOS E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - **Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal; deverá ser entregue no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2 –A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os materiais solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

4.2.2 -A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos materiais.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 - Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 –O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 –O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto entregue, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2– a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3– o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 – A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.13.392.8050.2046.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo.

02.060.0.0.13.392.8050.2047.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8030.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.100.0.0.04.122.9400.2060.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.243.6110.2177.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.00.00 – Material de Consumo.

03.110.0.0.08.244.6090.2172.33.90.00.00 – Material de Consumo.

03.110.0.0.08.244.6050.2161.33.90.00.00 – Material de Consumo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2187.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.302.7050.2159.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.304.7040.2098.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.30.00 - Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

02.080.0.0.27.812.9110.2055.33.90.30.00 – Material de Consumo;

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 -A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei n. 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor da ata de registro de preços,

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na

execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

13.4 – As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 28 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

TOTAL SEGURANÇA EQUIP. DE PROT. E SERV. ESPEC. LTDA - ME

CNPJ Nº 13.851.726/0001-80

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

PREFEITURA/LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 047/2016 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: contratação de **microempresa e/ou empresa de pequeno porte** para prestação de serviços de manutenção no lago municipal. Abertura às 08h00min (Horário de Mato Grosso) dia 14/07/2016. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min, junto a Pregoeira ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br, ou solicitado pelo email: licitacao@altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com a Pregoeira, em horário comercial, de Segunda a Sexta através dos fones 066-3496-1448/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 04 de julho de 2016 – Fernanda Mara de Freitas - Pregoeira.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá,** brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/ 2015, RESOLVE** Registrar o Preço da empresa **ALEXANDRE DA SILVA SANTOS 05127710145**, CNPJ Nº 22.944.015/0001-40, com sede à Rua Peru, nº 7, Mapim, na cidade de Várzea Grande - MT, neste ato representado pelo Sr. Alexandre da Silva Santos, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 2506629-3 SSP/MT e CPF nº 051.277.101-45, residente e domiciliado na cidade de Várzea Grande – MT, doravante denominado simplesmente FORNECEDOR, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8. 666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **-** A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TONERS, CARTUCHOS DE TINTA E PERIFÉRICOS, em conformidade com as especificações contidas no “Termo de Referência”, anexo I do Edital Pregão Nº 046/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ALEXANDRE DA SILVA SANTOS 05127710145

CNPJ Nº 22.944.015/0001-40

ITEM	QTDE	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
2	42	UN	Cartucho Brother LC 105 C - 12ml XXL - cor azul/ciano (1.200 páginas) - original (Super alto rendimento)	BROTHER	R$ 85,00	R$3.570,00
3	41	UN	Cartucho Brother LC 105 Y - 12ml XXL - cor amarela (1.200 páginas) - original (Super alto rendimento	BROTHER	R$ 85,00	R$3.485,00
4	41	UN	Cartucho Brother LC 105 m - 12ml XXL - cor magenta/rosa (1.200 páginas) - original (super alto rendimento)	BROTHER	R$ 85,00	R$3.485,00
6	40	UN	Toner HP 85a original - capacidade 1.600 páginas (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 205,00	R$8.200,00
8	10	UN	Toner HP 35a - capacidade 1.500 páginas - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 205,00	R$2.050,00
10	25	UN	Refil de tinta impressora Epson T664120 preto 70ml (6.500 páginas) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	EPSON	R$ 58,00	R$1.450,00
36	20	UN	Cartucho HP 27a - preto - 10ml (c8727bb) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 49,00	R$ 980,00
56	10	UN	Fita (s 015631) para impressora matricial Epson FX 350 - original	EPSON	R$ 15,63	R$ 156,30
58	8	UN	Cartucho HP 28 - colorido - 8ml C8728AB - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 78,75	R$ 630,00
63	31	UN	Cartucho HP 901 colorido 13ml (cc656ab) rende 360 páginas - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 108,00	R$3.348,00
65	12	UN	Cartucho 920xl - preto - 29ml (cd975al) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 110,00	R$1.320,00
72	1	UN	Toner Samsung mlt-d101s - capacidade 1.500 páginas - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	SAMSUNG	R$ 215,63	R$ 215,63
78	15	UN	Toner Brother TN 3332 ou tn3382 (8.000 páginas) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	BROTHER	R$ 220,00	R$3.300,00
85	1	UN	Toner Samsung ML-D3050B/SEE (8000 copias) original - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	SAMSUNG	R$ 344,38	R$ 344,38
86	10	UN	Cartucho HP 122xl - preto - 8,5ml (ch563hb) - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 85,00	R$ 850,00
96	1	UN	Cilindro/tambor Panasonic KX-FAD 414a - original	PANASONIC	R$ 406,25	R$ 406,25
104	2	UN	Toner Phaser 3125 original - rende 2.000 páginas (impressora Phaser 3117/3122 DI) - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	XEROX	R$ 328,13	R$ 656,26
106	5	UN	Toner SCX d4200 (3.000 copias) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	SAMSUNG	R$ 235,00	R$1.175,00
108	2	UN	Toner para impressora Samsung mld2851a/XAA (5.000 páginas) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	SAMSUNG	R$ 260,00	R$ 520,00
TOTAL	**R$ 36.141,82**					

VALOR POR EXTENSO: TRINTA E SEIS MIL CENTO E QUARENTA E UM REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 **- Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal deverá ser entregues no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2 **–** A empresa Contratada deverá:

4.2.1 **-** Fornecer os materiais solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 **-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos materiais.

4.5 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 **-** São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 **-** Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 **–** O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 **–** O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 **-** A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 **-** Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **-** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 **–** A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 **–** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

02.090.0.0.04.122.9300.2058.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8040.2029.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA COMERCIO E TURISMO

02.050.0.0.04.122.5020.2027.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.244.6130.2180.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.30.00 - Material de Consumo;

02.140.0.0.04.122.6050.2188.33.90.00.00 – Material de Consumo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.122.7050.2108.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.30.00 - Material de Consumo.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 **-** A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 **-** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 **-** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor da ata de registro de preços,

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 **-** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata bde registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

13.4 **–** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 **-** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 29 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

ALEXANDRE DA SILVA SANTOS 05127710145

CNPJ Nº 22.944.015/0001-40

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

FUNDAÇÃO HOSPITALAR
ATA DA 5ª REUNIAO DO ANO DE 2016 – REUNIAO ORDINÁRIA – COMPOSIÇAO DE NOVA DIRETORIA

ATA DA 5ª REUNIAO DO ANO DE 2016 – REUNIAO ORDINÁRIA – COMPOSIÇAO DE NOVA DIRETORIA

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, às dezessete horas, na sede da Fundação Municipal, sito a Avenida Antonio Inácio, n. 827, centro, Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, reuniram-se os senhores membros do Conselho Diretor da Fundação Municipal de Saúde de Alto Taquari, a saber: **ROADAM JHONEI DE PAULA LEAL, CARLOS CUNHA JUNIOR**, **JUSINEIA MENEZES DE CARVALHO**, **LUCIA HELENA DO NASCIMENTO, CARLOS EDUARDO DE PAULO, RUDIMAR JOSÉ LANG, CELIA CRISTINA FERREIRA, ERCILIA MARIA CORTEZ, ADHA KEROLAINE DE SOUZA MACIEL e RENATA POLESSI BOSCHINI TURCHETTI ,** para reunião para tratar de assuntos relacionados à Fundação, a Presidente inicia a reunião, explicando o pedido de sua retirada do cargo de Presidente, devido a motivos particulares e pessoais, conforme documento anexo, expõe os trabalhos desenvolvidos durantes estes vinte e dois dias enquanto Presidente, expõe também os eventuais problemas da Fundação junto ao Tribunal de Contas, que conta de administrações passadas, e , que o mesmo deve ser regularizado com a maior brevidade possível, e informa que em uma conversa com o Controlador Interno da Prefeitura Municipal, senhor Robison Junio Alves dos Santos, o mesmo informa que o Tribunal de contas tem um prazo de aproximadamente noventa dias para responder os questionamentos e que foram protocoladas alguns documentos para resolver esta pendência, e está aguardando o prazo legal. A Presidente expõe ainda a questão financeira dos salários dos médicos em atraso, que não faz grande diferença no financeiro da Fundação, visto que não está muito tempo em atraso, mas, somente este mês, diz que fez uma reunião com as enfermeiras e propôs um treinamento contínuo com toda a equipe, tanto no atendimento ao público, quanto no trabalho desenvolvido pelas enfermeiras. Propõe ainda um treinamento para as recepcionistas, e diz que poderia ser feito uma distribuição de funções entre as pessoas envolvidas. O senhor Rudimar diz que o papel da Assistente Social que atua junto a recepção do Hospital não está bem definido, e que a mesma não está desempenhando a função com a devida qualidade esperada, em seguida a senhora Celia, diz que a mesma não está desempenhando o seu papel de Assistente Social como deve ser feito, e a senhora Lúcia questiona se a mesma foi orientada quanto a função que deve desempenhar naquele Hospital. Os membros cobram o papal do Secretário de Saúde junto a Fundação e quanto a interferência da Prefeitura junto a mesma. O senhor Carlos Cunha informa que a Assistente Social está ajudando no desenvolvimento dos trabalhos realizados pelo Hospital na triagem de pacientes junto a recepção. Em seguida o Senhor Carlos Eduardo diz que a mesma está realizando um trabalho de humanização e o senhor Rudimar cobra a produção da mesma, visto que não tem conhecimento do que ela desempenha junto a Fundação. A Presidente informa que não existe um bom relacionamento entre a Fundação e a Prefeitura e que deveria ter mais afinidade entre estes dois órgãos para que os mesmos possam distribuir os trabalhos com mais qua-

lidade, e a mesma ainda enfatiza que deve estreitar o relacionamento entre si para que não ocorra problemas maiores no futuro. O senhor Roadam diz que este relacionamento está comprometido pela falta do Secretário de Saúde para fazer este elo de ligação entre os órgãos, a Presidente informa que a Prefeitura deve anunciar um substituto para o Secretário de Saúde e que o mesmo fará representar junto a Prefeitura no que for necessário atuar com a Fundação, em seguida questiona a permanência de alguns funcionários e a necessidade dos mesmos na Fundação, e alega que por falta de tempo, não teve como reunir-se com todos, e por isso, não pode realizar uma opinião destes, mas, que o Presidente a assumir, deve estar distribuindo funções entres os membros da diretoria para que possa aproveitar cada funcionário da Fundação visando mais produtividade na distribuição de serviços, questiona também o fato da sede da Funsat não estar dentro do Hospital, e o senhor Roadam diz que não tem espaço para o funcionamento da sede, vez que é necessário aproximadamente umas quatro salas, e que, a Prefeitura estará realizando uma reforma no Hospital e com isso, o aumento do espaço físico, em seguida a Presidente diz que alguma enfermeiras foram devolvidas para a Prefeitura a fim de prestarem serviços junto ao novo PSF e que o Hospital não teria como realizar os trabalhos com qualidade, sem a presença destas profissionais e que será necessário a contratação de novos funcionários para substituírem, e que a Fundação deverá arcar com esta responsabilidade, expõe a problemática da cozinha do hospital, onde as cozinheiros são responsáveis pela elaboração dos cardápios e na preparação destes alimentos, sem, no entanto, a supervisão de uma nutricionista, e diz ser necessário urgente esta supervisão, vez que é de responsabilidade da mesma a elaboração de cardápios para os usuários internos deste Hospital. Diz ainda que é necessário rever a associação dos servidores da Prefeitura (ASPAT) para realizar convenio entre os servidores municipais e a Fundação, o senhor Carlos Eduardo se prontifica para realizar uma busca junto ao Presidente da ASPAT para verificar esta questão, em seguida a Presidente informa da abertura das urnas de reclamações do hospital na reunião do Conselho e que estas reclamações serão atendidas, mas, dentre elas, a liberação de exames (entrega) no horário de almoço foi a que mais chamou a atenção, o senhor Roadam informa que antes não tinha funcionário neste horário dentro do hospital que poderia ficar responsável por esta entrega, mas, que agora existe uma rotatividade de funcionários na recepção e que poderá ser feito esta entrega em horário pré-fixado durante o horário de funcionamento do Hospital. Em seguida a Presidente diz que verifica a necessidade de contratar uma empresa para estar realizando treinamento contínuo junto as recepcionistas na prestação dos serviços desenvolvido pelas mesmas. Em seguida convida o senhor Roadam para marcar uma reunião junto ao Prefeito para disponibilizar uma Nutricionista e uma Psicóloga para realizar treinamento junto as funcionarias da Fundação, vez que o horário para esta prestação de serviços seria pouco para deixar estas profissionais totalmente a disposição da Fundação, informa que existem algumas reclamações de problemas como vazamento do bebedouro, copos descartáveis em cima da mesa e que estes pequenos problemas deverão ser sanados muito em breve, e o senhor Carlos Cunha se dispõe a estar realizando estas reparações junto ao Hospital, em seguida a Presidente diz que a responsável pelas recepcionistas deve estar mais atenta para que as mesma tenham mais eficiência. A Presidente enfatiza a necessidade do bom relacionamento entre a Fundação e a Prefeitura e em seguida, faz a leitura da sua carta de renuncia. Logo após, o senhor Roadam diz agradecido pela participação da senhor Renata junto a Presidência neste breve período de tempo e agradece pelas orientações e pelo brilhante trabalho desempenhados junto a Fundação, sendo assim, segundo o Estatuto, o senhor Roadam diz que o vice-presidente deve assumir a vaga de Presidência, o mesmo informa que não tem disponibilidade de tempo para assumir esta responsabilidade neste momento, e que não poderia desempenhar os serviços com qualidade, devido as responsabilidade já assumidas em outros conselhos, em seguida solicita se algum membro tem interesse em candidatar ao cargo de Presidente, ninguém se manifesta, o senhor Rudimar, justifica que não tem interesse porque está desempenhando outros trabalhos particulares e que não tem disposição para desempenhar os trabalhos junto a Presidência, em seguida, faz-se nova eleição para compor a nova diretoria, diante do afastamento da Presidente e da não disponibilidade dos demais membros para candidatar ao cargo ora vago. Neste instante, iniciam-se os trabalhos para compor uma nova diretoria para a FUNSAT, sendo assim, através de voto secreto os membros presentes votam e elegem uma nova diretoria, que fica da seguinte forma constituída: **PRESIDENTE** - **ROADAM JHONEI DE PAULA LEAL**, brasileiro, casado, advogado, devidamente inscrito no CPF sob o n 005.599.311-74, portador da Cédula de Identidade RG n 709067 SSP/MS, residente e domiciliado a Rua Ondino Rodrigues de Lima, 455, Parque Taquari, na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, CEP: 78.785-000, telefone n (66) 99648-5914, e-mail: roadamleal@hotmail.com; **VICE-PRESIDENTE - CARLOS EDUARDO DE PAULO,** brasileiro, casado, fisioterapeuta, devidamente inscrito no CPF sob o n 183.536.378-73, portador da Cédula de Identidade RG n 24.313.743-6 SSP/SP, residente e domiciliado a Rua Rinaldo Adolfo Salter, 696, Parque Taquari, na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, CEP: 78.785-000, telefone n (66) 99643-0972, e-mail: fisio_rio@hotmail.com; **SECRETÁRIA - CELIA CRISTINA FERREIRA,** brasileira, solteira, assistente social, devidamente inscrita no CPF sob o n 519.268.141-34, portadora da Cédula de Identidade RG n 607388 SSP/MS, residente e domiciliada a Avenida Antônio Inácio, 300, centro, na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, CEP: 78.785-000, telefone n (66) 99635-6715, e-mail: euamiga10@hotmail.com; **VICE-SECRETÁRIA – JUSINEIA MENEZES DE CARVALHO,** brasileira, solteira, funcionária pública, devidamente inscrita no CPF sob o n 834.265.821-04, portadora da Cédula de Identidade RG n 103.1987-5 SJ/MT, residente e domiciliada a Rua Francisco Mendes de Moraes, 466, centro, na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, CEP: 78.785-000, telefone n (66) 99629-4924, e-mail: jupedagoga@hotmail.com; **TESOUREIRA - LUCIA HELENA DO NASCIMENTO,** brasileira, casada, funcionária pública, devidamente inscrita no CPF sob o n 536.005.681-91, portadora da Cédula de Identidade RG n 942061 SSP/MT, residente e domiciliada a Rua Alexandre de Carvalho, 530, centro na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, CEP: 78.785-000, telefone n (66) 99653-1215, e-mail: luciataquari@hotmail.com; **VICE-TESOUREIRO - CARLOS CUNHA JUNIOR,** brasileiro, solteiro, bioquímico, devidamente inscrito no CPF sob o n 590.251.741-91, portador da Cédula de Identidade RG n 2115352 SSP/GO, residente e domiciliado a Rua Rinaldo Adolfo Sauter, 710, Parque Taquari, na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, CEP: 78.785-000, telefone n (66) 99962-6087, e-mail: ccjmt@hotmail.com. Sendo assim, após a eleição, fica desde já empossados a nova diretoria acima composta, em seguida, ficam eleitos, através de voto secreto pelos membros os **MEMBROS DO CONSELHO FISCAL**, a saber: **Membros Titulares**: **RUDIMAR JOSÉ LANG**, brasileiro, divorciado, Funcionário Público, devidamente inscrito no CPF sob o n 371.152.869-49, portador da Cédula de Identidade RG n 1.467.916-2 - SSP/PR, residente e domiciliado a Rua 7, nº 75, Loteamento Gabriela, na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, CEP: 78.785-000, telefone n (66) 99649-9577, e-mail: rudimar_lang61@hotmail.com; **RENATA POLESSI BOSCHINI TURCHETTI**, brasileira, casada, nutricionista, devidamente inscrita no CPF sob o n 026.226.219-30, portadora da Cédula de Identidade RG n 6.334.031-6 SSP/PR, residente e domiciliada a Rua Marçal Batista, 277, loteamento Gabriela, na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, CEP: 78.785-000, telefone n (66) 9965-5368, e-mail: renatapolessi@hotmail.com e **RICARDO ALEXANDRE TORTORELLI**, brasileiro casado advogado, devidamente inscrito no CPF sob o n 248.242.058-08, portador da Cédula de Identidade RG n 27686479-7 SSP/SP, residente e domiciliado a Rua Alexandre de Carvalho, 390, centro, na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, CEP: 78.785-000, telefone n (66) 99911-6242, e-mail: ricardotortorelli@yahoo.com.br, e para **Suplentes**: **ERCÍLIA MARIA CORTEZ**, brasileira, casada, funcionaria pública, devidamente inscrita no CPF sob o n 460.161.711-15, portadora da Cédula de Identidade RG n 452.473 SSP/MT, residente e domiciliada a Rua Joao Mendes de Souza, 445, centro,

na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, CEP: 78.785-000, telefone n (66) 99612-8183, e-mail: ercilia68@hotmail.com; **ANNA PATRÍCIA DANIELIDES DE ARRUDA DELIBERADOR LOPES**, brasileira, casada, advogada, devidamente inscrita no CPF sob o n 054.013.879-70, portadora da Cédula de Identidade RG n 923.7210-3 SESP/MT, residente e domiciliada a Rua Orozino Carrijo dos Santos, 365, centro, na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, CEP: 78.785-000, telefone n (66) 99921-1708, e-mail: anna_danielides@hotmail.com e **EUDS EUCLY MEDEIROS DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, juiz de paz, devidamente inscrito no CPF sob o n 785.402.671-87, portador da Cédula de Identidade RG 103.205.6-3 SSP/MT, residente e domiciliado a Rua Ondino Rodrigues de Lima, 219, Parque Taquari, na cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, CEP: 78.785-000, telefone n (66) 99954-5345, e-mail: Euds_eucly@hotmail.com. Em seguida, nada mais havendo, ficando livre a palavra para que alguém se manifestasse. Ato contínuo o Presidente encerrou a reunião, agradeceu a presença de todos e eu, Célia Cristina Ferreira, lavrei esta ata, que após lida e aprovada por todos vai assinada por mim e demais presentes.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR
PORTARIA Nº 01/2016

PORTARIA Nº 01/2016

"Cria os cargos de superintendência na estrutura organizacional superior do Organograma da Fundação Municipal de Saúde de Alto Taquari e dá outras providencias"

O Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a necessidade de integração dos membros do Conselho Diretor da Fundação Municipal de Saúde de Alto Taquari com os diversos setores do Hospital Municipal; e

Considerando a necessidade de um acompanhamento mais próximo dos setores do Hospital Municipal para um desenvolvimento dos trabalhos executados pela Fundação Municipal de Saúde de Alto Taquari e equilíbrio econômico-financeiro.

RESOLVE BAIXAR A SEGUINTE PORTARIA:

Artigo 1º - Ficam criados os cargos de superintendência na estrutura organizacional superior do Organograma da Fundação Municipal de Saúde de Alto Taquari – FUNSAT, a ser ocupados pelos membros do Conselho Diretor da entidade, a fim de integrar os respectivos membros com os diversos setores de trabalho do Hospital Municipal, sendo:

I – Superintendência do Setor de Enfermagem;

II - Superintendência do Setor de Laboratório;

III - Superintendência do Setor de Farmácia;

IV - Superintendência do Setor de Cozinha;

V - Superintendência do Setor de Convênios;

VI - Superintendência do Setor de Compras;

VII - Superintendência do Setor de Eventos;

VIII - Superintendência do Setor de Recepção;

IX - Superintendência do Setor de Assistência Social;

X - Superintendência do Setor de Raio – X;

XI - Superintendência do Setor de Limpeza; e

XII - Superintendência do Setor de Ultrassonografia e Eletrocardiograma.

Artigo 2º. – Serão funções dos superintendentes:

I - Reunir com o representante do Setor respectivamente designado para fins de avaliar os serviços executados, no sentido de promover o desenvolvimento do setor de forma equilibrada;

II – Avaliar o responsável pelo Setor quanto ao atendimento das metas, interesses e diretrizes da Administração da Fundação;

III – Promover juntamente com o responsável pelo Setor projetos e planos para gerenciamento de custos e desenvolvimento financeiro dos serviços executados;

IV – Instruir os servidores do Setor para um atendimento de forma humanizada, porém, atendendo aos interesses da Fundação Municipal de Saúde de Alto Taquari;

V – Realizar apontamentos e levar às reuniões mensais a ser realizadas pelo Conselho Diretor para aprovação quanto a viabilidade e efeitos práticos, para posterior mudanças na rotina do Setor;

VI - Solicitar junto à Contabilidade e Assessoria Jurídica pareceres sobre a legalidade e impacto financeiros de eventuais alterações na rotina Hospitalar e dos servidores, para melhor avaliação pelo Conselho Diretor, e

VII – Providenciar junto ao Setor, sistema de ouvidoria para oitiva de reclamações, críticas e sugestões da população, para, após aprovação pelo Conselho Diretor, realizar as melhorias e adequações que se fizerem necessárias.

Artigo 3º - Ficam designados os membros do Conselho Diretor abaixo para a função de Superintendência do respetivo setor:

I – A Sra. Anna Patricia Danielides de Arruda Deliberador Lopes para a Superintendência do Setor de Enfermagem;

II – O Sr. Ricardo Alexandre Tortorelli para Superintendência do Setor de Laboratório;

III – A Sra. Adha Kerolaine de Souza Maciel para a Superintendência do Setor de Farmácia;

IV - A Sra. Renata Polessi Boschini Turchetti para a Superintendência do Setor de Cozinha;

V – A Sra. Jusineia Menezes de Carvalho para a Superintendência do Setor de Convênios;

VI – A Sra. Lucia Helena do Nascimento para a Superintendência do Setor de Compras;

VII – O Sr. Carlos Eduardo de Paulo para a Superintendência do Setor de Eventos;

VIII – A Sra. Ercilia Maria Cortez para a Superintendência do Setor de Recepção;

IX – A Sra. Celia Cristina Ferreira para a Superintendência do Setor de Assistência Social;

X – O Sr. Rudimar José Lang para a Superintendência do Setor de Raio – X;

XI – O Sr. Carlos Cunha Junior para a Superintendência do Setor de Limpeza; e

XII – o Sr. Euds Eucly Medeiros de Oliveira para a Superintendência do Setor de Ultrassonografia e Eletrocadiograma.

Artigo 4 º - Os mandatos dos superintendentes serão de dois anos, preferencialmente, deverão coincidir com o mandato da diretoria administrativa, podendo haver recondução ou mudanças a pedido dos membros ou por decisão da maioria dos Membros do Conselho Diretor.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Alto Taquari, 01 de julho de 2016.

ROADAM JHONEI DE PAULA LEAL

Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Alto Taquari

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal; Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro; residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira; nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/ 2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **ROBERTO VIEIRA RODRIGUES & CIA LTDA – ME**, CNPJ Nº 07.508.603/0001-48, com sede à Av. Bandeirantes, nº 1565, Quadra 037, Lote 02 A – Centro, na cidade de Rondonópolis - MT, neste ato representado pelo Sr Roberto Vieira Rodrigues, brasileiro, portador do RG nº 1229547-7 SJ/MT e CPF nº 568.174.441-87, residente na Av. João Ponce de Arruda, nº 5860 – Jardim Padre Rodolfo, na cidade de Rondonópolis - MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de conjuntos e bombas submersas e a prestação de serviços de retirar e instalar bombas submersas, recondicionamento de motor e bombeador de moto bomba, nos termos do edital de licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CONJUNTOS E BOMBAS SUBMERSAS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RETIRAR E INSTALAR BOMBAS SUBMERSAS, RECONDICIONAMENTO DE MOTOR E BOMBEADOR DE MOTO BOMBA, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão Nº 043/ 2015.

1.2 –Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do (s) objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ROBERTO VIEIRA RODRIGUES & CIA LTDA – ME

CNPJ Nº 07.508.603/0001-48

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	1	UN	Moto bomba submersa com potência de 9 HP, 9 estágios, 220/380vt	R$ 6. 469,00	R$ 6. 469,00
2	2	UN	Moto bomba submersa com potência de 8 HP, 12 estágios, 220/380vt	R$ 6. 651,00	R$ 13. 302,00
3	2	UN	Moto bomba submersa com potência de 13 HP, 13 estágios, 220/380vt	R$ 7. 721,00	R$ 15. 442,00
4	1	UN	Moto bomba submersa com potência de 6 HP, 9 estágios, 220/380vt	R$ 5. 782,00	R$ 5. 782,00
5	1	UN	Moto bomba submersa com potência de 4,5 HP, 7 estágios, 220/380vt	R$ 5. 025,00	R$ 5. 025,00
6	2	UN	Moto bomba submersa com potência de 15 HP, 14 estágios, 220/380vt	R$ 9. 562,00	R$ 19. 124,00
7	1	UN	Moto bomba submersa com potência de 6,5 HP, 10 estágios, 220/380vt	R$ 5. 900,00	R$ 5. 900,00
8	1	UN	Moto bomba submersa com potência de 11 HP, 11 estágios, 220/380vt	R$ 7. 145,00	R$ 7. 145,00
9	1	UN	Moto bomba submersa com potência de 8 HP, 8 estágios	R$ 6. 223,00	R$ 6. 223,00
10	3	UN	Conjunto moto bomba submersa com potência de 2,5hp, 9 estágios, 230 VT trifásica	R$ 2. 628,00	R$ 7. 884,00
11	3	UN	Conjunto moto bomba submersa com potência de 1,5hp, 8 estágios, 230 VT trifásica	R$ 2. 448,00	R$ 7. 344,00
12	1	UN	Serviço de recondicionamento de motor e bombeador de moto bomba submersa 9 HP, 9 estágios 220/ 380vt	R$ 2. 900,00	R$ 2. 900,00
13	2	UN	Serviço de recondicionamento de motor e bombeador de moto bomba submersa 8 HP, 12 estágios 220/ 380vt	R$ 3. 100,00	R$ 6. 200,00
14	2	UN	Serviço de recondicionamento de motor e bombeador de moto bomba submersa 13 HP, 13 estágios 220/380vt	R$ 3. 800,00	R$ 7. 600,00
15	1	UN	Serviço de recondicionamento de motor e bombeador de moto bomba submersa 6 HP, 9 estágios 220/ 380vt	R$ 2. 400,00	R$ 2. 400,00
16	3	UN	Serviço de recondicionamento de motor e bombeador de moto bomba submersa 15 HP, 14 estágios 220/380vt	R$ 2. 150,00	R$ 6. 450,00
18	1	UN	Serviço de recondicionamento de motor e bombeador de moto bomba submersa 6,5 HP, 10 estágios 220/380vt	R$ 2. 500,00	R$ 2. 500,00
19	1	UN	Serviço de recondicionamento de motor e bombeador de moto bomba submersa 11 HP, 11 estágios 220/380vt	R$ 3. 400,00	R$ 3. 400,00
20	1	UN	Serviço de recondicionamento de motor e bombeador de moto bomba submersa 8 HP, 8 estágios	R$ 2. 900,00	R$ 2. 900,00

21	1	UN	Serviço de recondicionamento de motor e bombeador de conjunto moto bomba submersa 2,5 HP, 9 estágios 230 VT trifásica	R$ 1.280,00	R$ 1.280,00
22	1	UN	Serviço de recondicionamento de motor e bombeador de conjunto moto bomba submersa 1,5 HP, 8 estágios 230 VT trifásica	R$ 1.100,00	R$ 1.100,00
23	6	UN	Serviço de retirar e instalar bomba submersa até 90 metros	R$ 1.700,00	R$ 10.200,00
24	6	UN	Serviço de retirar e instalar bomba submersa de 95 a 140 metros	R$ 2.200,00	R$ 13.200,00
TOTAL	**R$ 159.770,00**				

VALOR POR EXTENSO: CENTO E CINQUENTA E NOVE MIL SETECENTOS E SETENTA REAIS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 -Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Secretaria Solicitante e deverá ser entregue no **Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari – MT.**

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

4.2.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa;

4.2.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA 5.1 – São obrigações da Contratada:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 – Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”;

5.1.11 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 –O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após a entrega dos materiais mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 –O contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS), com o FGTS – CRF/CEF).

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - A despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária, indicada no momento oportuno, nos processos administrativos de utilização da Ata.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

02.070.00.17.512.92.40.2054.33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 -A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

11.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação:

11.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

11.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

11.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

11.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

11.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448;**

11.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari – MT, 22 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO VIEIRA RODRIGUES & CIA LTDA – ME

CNPJ Nº 07.508.603/0001-48

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3.955. 143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **ADARI BARBOSA DE QUEIROZ - ME**, CNPJ 04.926.894/0001-04, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 950 - Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pela Srª Fernanda Mara de Freitas, inscrita no CPF nº 217.160.428-01 e RG nº 26.638.048-7 SSP/SP, residente e domiciliada na Rua Orozino Carrijo dos Santos, s/nº - Centro, na cidade de Alto Taquari – MT, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de brinquedos pedagógicos, para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão Nº 045/2015.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do (s) objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ADARI BARBOSA DE QUEIROZ – ME

CNPJ Nº 04.926.894/0001-04

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
57	100	UN	Brinquedo pedagógico carro triciclo com medidas de caixa 73cmx20cmx16cm, fabricado no brasil e certificado pelo INMETRO	SILMAR	R$ 50,00	R$ 5.000,00
74	2	UN	Brinquedo - kit praia/jardim simples - sacola com 12 peças, em polietileno, atóxico, medindo 15x4x53cm.	CALESITA	R$ 185,50	R$ 371,00
Total	**R$ 5.371,00**					

VALOR POR EXTENSO: CINCO MIL TREZENTOS E SETENTA E UM REAIS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Secretaria Solicitante e deverá ser entregue no **Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari – MT.**

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 – Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”;

5.1.11 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após a entrega dos materiais mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 – O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS), com o FGTS – CRF/CEF).

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.365.8020.1016.44.90.52.00 – Material de Consumo

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

10.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação;

10.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

10.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

10.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

10.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

10.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448;**

10.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 18 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

ADARI BARBOSA DE QUEIROZ – ME

CNPJ Nº 04.926.894/0001-04

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURÍDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2015**, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **ELIANE CLEMENTINO CARNAÚBA – ME,** CNPJ 12.248.430/0001-06, com sede à Av. Coronel Escolástico, nº 691 – Bairro Areão, na cidade de Cuiabá - MT, neste ato representado pela Srª Eliane Clementino Carnaúba, brasileira, portadora do RG nº 10756540 SJ/MT e CPF nº 700.697.781-91, residente na Av. Coronel Escolástico, nº 519, Bairro Areão, na cidade de Cuiabá - MT, doravante

denominada simplesmente **FORNECEDORA**, para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de brinquedos pedagógicos, para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital do Pregão Nº 045/2015.

1.2 – Este instrumento não obriga a PREFEITURA a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do (s) objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ELIANE CLEMENTINO CARNAÚBA – ME

CNPJ Nº 12.248.430/0001-06

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
27	4	UN	Brinquedo - truca baby - caixa com 4, em polipropileno, atóxico, medindo 38,3x16,19,5cm.	CALESITA	R$ 191,80	R$ 767,20
28	4	UN	Brinquedo - falafone - caixa com 4, em polietileno, atóxico, medindo 21,3x29,8x20cm.	CALESITA	R$ 302,30	R$1. 209,20
29	2	UN	Brinquedo - torre maluca - caixa com 8, em polietileno, atóxico, medindo 12,5x8,5x27cm.	CALESITA	R$ 134,60	R$ 269,20
30	2	UN	Brinquedo - locomotiva animada - caixa com 8, em polietileno, atóxico, medindo 34x12x10,5cm.	CALESITA	R$ 131,00	R$ 262,00
31	2	UN	Brinquedo - animabichos - caixa com 6, em polietileno, atóxico, medindo 33x22,3x3,7cm.	CALESITA	R$ 150,00	R$ 300,00
32	2	UN	Brinquedo - bicharada animada - caixa com 4, em polietileno, atóxico, medindo 34x19,5x17cm.	CALESITA	R$ 176,00	R$ 352,00
33	4	UN	Brinquedo - bondinho - caixa com 4, em polietileno, atóxico, medindo 29x19x23cm.	CALESITA	R$ 259,00	R$1. 036,00
34	2	UN	Brinquedo - mesinha encantada - caixa com3, em polietileno, atóxico, medindo 42x42x35cm.	CALESITA	R$ 194,00	R$ 388,00
35	4	UN	Brinquedo - Smart Table - caixa com 3, em polietileno, atóxico, medindo 42x50x31cm.	CALESITA	R$ 297,00	R$1. 188,00
36	2	UN	Brinquedo - casinha alegre - caixa com 3, em polietileno, atóxico, medindo 27,5x27,5x27cm.	CALESITA	R$ 137,00	R$ 274,00
37	4	UN	Brinquedo Donka trem com som - caixa com 6, em polietileno, atóxico, medindo 25,5x17,5x19,5cm.	CALESITA	R$ 188,00	R$ 752,00
38	2	UN	Brinquedo - centopeia - caixa com 6 peças, em polietileno, atóxico, medindo 14x49x13cm.	CALESITA	R$ 239,00	R$ 478,00
39	2	UN	Brinquedo - duo baby puzzle - caixa com 4 peças, em polietileno, atóxico, medindo 29x38x9,5cm.	CALESITA	R$ 138,00	R$ 276,00
40	2	UN	Brinquedo - puzzle mania letras - caixa com 4 peças, em polietileno, atóxico, medindo 40x40x9,5cm.	CALESITA	R$ 192,80	R$ 385,60
41	2	UN	Brinquedo - puzzle mania fazenda - caixa com 4 peças, em polietileno, atóxico, medindo 36x33,5x7,5cm.	CALESITA	R$ 154,00	R$ 308,00
42	2	UN	Brinquedo - jacaré didático - caixa com 3 peças, em polietileno, atóxico, medindo 58x22,3x15cm.	CALESITA	R$ 119,00	R$ 238,00
43	2	UN	Brinquedo - Rivaphone - caixa com 4 peças, em polietileno, atóxico, medindo 32x24x20cm.	CALESITA	R$ 151,00	R$ 302,00
44	2	UN	Brinquedo - pás e moldes de praia - caixa com 24 peças, em polietileno, atóxico, medindo 11x17x21cm.	CALESITA	R$ 202,00	R$ 404,00
45	4	UN	Brinquedo - balde com pás e moldes de praia - caixa com 6 peças, em polietileno, atóxico, medindo 23x28x23cm.	CALESITA	R$ 139,00	R$ 556,00
48	20	UN	Sapo com tênis em tecido com 56 cm de altura	TOYS	R$ 60,70	R$1. 214,00
58	1	UN	Piscina de bolinha king cobertura de rede de 1,80mtx2,00mtx2,00mt peso 77 kg. Produzida em plástico rotomoldado em formato quadrado (2mx2m) 4 paredes em plástico remoldado com 2 aberturas cada uma, 4 postes en plástico com encaixe que fazem a junção de 2 paredes cada um, 4 conectores superiores com duas saídas cada um, 1 única rede que faz a cobertura da piscina e fecha as laterais, 4 tirantes plásticos colorido para sustentação da rede em formato de 4 réguas, montagem totalmente por encaixe sem necessidade de parafusos, não incluso bolinhas. Produto nacional.	FRESO	R$4. 200,00	R$4. 200,00
59	50	UN	Tatame em EVA com encaixe 1,00mx1,00mx30mm,2kg, dupla face nas cores azul Royal e vermelho	EVAMAX	R$ 95,96	R$4. 798,00
Total	**R$ 19. 957,20**					

VALOR POR EXTENSO: DEZENOVE MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E VINTE CENTAVOS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 - Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Secretaria Solicitante e deverá ser

entregue no **Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 às 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari – MT.**

4.2 – A empresa Contratada deverá:

4.2.1 - Fornecer os produtos solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.3 - Caso não haja a confirmação do recebimento dos produtos, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.4 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 – Substituir, as suas expensas, no prazo de 02(dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.1.4 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.5 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.1.6 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.7 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.8 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.9 - Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.10 - Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a situação de regularidade relativa aos seguintes documentos: “Certidão Negativa de Débito (INSS/CND)”, “Certificado de Regularidade do FGTS (CEF/CRF)”;

5.1.11 - Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.12 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.13 - Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata.

5.2 - São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 - Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 - Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 - Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 – O pagamento será efetuado, até 10 (dez) dias após a entrega dos materiais mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 – O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 - A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS), com o FGTS – CRF/CEF).

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 - Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 - O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 - Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

8.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

8.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo

02.060.0.0.12.365.8020.1016.44.90.52.00 – Material de Consumo

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa licitante, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço desta fundação;

b) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93;

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

10.2 - Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação;

10.2.1 - A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

10.3 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

10.4 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o instrumento do contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta escrita ou a decorrente da fase dos lances verbais ou da negociação direta, ou as enviadas por e-mail ou fac-símile, conforme for o caso, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciado, do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

10.5 - O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

10.5.1 - No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471/ Fax: (066) 3496-1448;**

10.5.2 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A fiscalização da execução do contrato será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

12.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 18 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

ELIANE CLEMENTINO CARNAÚBA – ME

CNPJ Nº 12.248.430/0001-06

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURÍDICO

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/2016

O Prefeito Municipal, Senhor Maurício Joel de Sá, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no **§ X**, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total de R$ 19.018,26 (dezenove mil dezoito reais e vinte e seis centavos), tendo como objeto a locação de um imóvel para atender o setor de tributos e a superintendência de fiscalização. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de espólio de ADÃO ALVES DE ABREU representado legalmente por sua inventariante, **MARIA RIBEIRO DE ABREU** e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal. Alto Taquari – MT, 04 de julho de 2016. **Maurício Joel de Sá. Prefeito Municipal.**

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2016

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei 8.666/93 e 10.520/2002, informa a quem interessar possa que foi **PRORROGADA** a licitação referente a contratação de empresa para prestação de serviço de capina, manutenção e conservação em vias públicas, poda de arvores, aplicação de herbicida e pintura de meio fio, para o dia 12/07/2016 as 15h00 (horário de Mato Grosso). Alto Taquari – MT, 04 de julho de 2016. Fernanda Mara de Freitas - Pregoeira

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2015

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Maurício Joel de Sá,** brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, Nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o Nº 604.771.489-72 em face do **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2015, RESOLVE** Registrar o Preço da empresa **MASSON FERNANDES E VITORINO LTDA - ME**, CNPJ Nº 11.261.116/0001-09, com sede à Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 910, Sala 8 e 9 - Centro, na cidade de Alto Taquari - MT, neste ato representado pelo Sr. João Paulo Masson Fernandes, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 7408357-9 SSP/PR e CPF nº 043.948.829-07, residente e domiciliado na Rua João Mendes de Souza, nº 411 - Centro, na cidade de Alto Taquari – MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **-** A presente ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TONERS, CARTUCHOS DE TINTA E PERIFÉRICOS, em conformidade com as especificações contidas no "Termo de Referência", anexo I do Edital Pregão Nº 046/2015, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

MASSON FERNANDES E VITORINO LTDA - ME

CNPJ Nº11.261.116/0001-09

ITEM	QTDE	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
5	42	UN	Toner Brother TN 450 (capacidade 2.600 páginas) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	BROTHER	R$ 215,00	R$9.030,00
29	60	UN	Cartucho HP 22 - colorido - 6ml (c9352ab) - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 86,00	R$5.160,00
31	48	UN	Cartucho HP 662 colorido (cz104al) capacidade 100 páginas - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 37,50	R$1.800,00
51	1	UN	Cilindro para impressora Brother DCP-8157DN - cartucho DR3392 (60.000 páginas) - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	BROTHER	R$ 650,00	R$ 650,00
81	38	UN	Cartucho HP 60 - colorido - 6,5ml (cc643wb) original - (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	HP	R$ 81,00	R$3.078,00
95	15	UN	Toner Panasonic kxmb1900 kx-fat413a - capacidade 2.000 páginas - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	PANASONIC	R$ 236,00	R$3.540,00
97	15	UN	Toner HRD 104c - capacidade 1.500 páginas (impressora Samsung laser ml1665) - original (novo não remanufaturado e original do fabricante da impressora)	D&A	R$ 235,00	R$3.525,00
TOTAL	**R$ 26.783,00**					

VALOR POR EXTENSO: VINTE E SEIS MIL SETECENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1 **- Os produtos serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a entrega ser no prazo máximo de 15 (quinze) dias uteis, a contar do recebimento da Requisição de Compras, devidamente assinada, emitida pela Administração Pública Municipal deverá ser entregues no Almoxarifado Central em dias de expediente nos seguintes horários: 07:00 ás 13:00 horas, sito à Rua Teófilo Joaquim de Melo, 231 – Centro – Alto Taquari - MT.**

4.2 **–** A empresa Contratada deverá:

4.2.1 **-** Fornecer os materiais solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados.

4.2.2 **-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal.

4.2.3 - O objeto do presente certame deverá ser entregues somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos materiais.

4.5 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO ÓRGÃO GERENCIADOR

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) duas úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos materiais e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Fornecer os materiais, conforme estipulado no edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 **-** São obrigações do Órgão Gerenciador:

5.2.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da ordem de fornecimento dos materiais;

5.2.2 **-** Fornecer à empresa a ser contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento a empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 **–** O pagamento será efetuado, 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada.

6.2 **–** O contratado devera indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto entregue, o numero e o nome do banco, agência e numero da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

6.3 **-** A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação e serão acrescentados, nos prazos anteriormente fixados, os dias que passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.4 **-** Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá comprovar sua adimplência com a seguridade social (Certidão Negativa de Débito – CND/INSS) e com o FGTS – CRF/CEF) anexa a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **-** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere a ata de registro de preços;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n. 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 **–** A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 **–** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.13.392.8050.2046.33.90.30.00 – Material de Consumo;

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.30.00 – Material de Consumo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02.100.0.0.04.122.9400.2060.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.30.00 – Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.30.00 – Material de Consumo;

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03.110.0.0.08.241.6080.2169.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6120.2168.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.243.6110.2177.33.90.30.00 – Material de Consumo;

03.110.0.0.08.244.6050.2072.33.90.30.00 - Material de Consumo;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30.00 – Material de Consumo;

05.130.0.0.10.301.7010.2091.33.90.30.00 – Material de Consumo;

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 **-** A fiscalização da execução da ata de registro de preços será exercida pelo fiscal de contrato **DAVID BARBOSA DOS SANTOS**, de acordo com a portaria municipal nº 57/2014**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 **-** Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 **-** Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) do valor da ata de registro de preços,

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e,

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 **-** Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata bde registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e na ata de registro de preços e das demais cominações legais.

13.4 **–** As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 **-** As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 29 de dezembro de 2015.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

MASSON FERNANDES & VITORINO LTDA

CNPJ 11.261.116/0001-09

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

IRAN NEGRÃO FERREIRA

ASSESSOR JURIDICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2016

ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2015

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ Nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal**, Sr. Maurício Joel de Sá**, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 943 – centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3. 955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **IMPACTO COMÉRCIO E SERVIÇOS URBANOS E RURAIS LTDA - ME**, CNPJ Nº 10.315.247/0001-50, com sede à Av. Binário Norte, n° 3123, Lt 38, Qd 96, Parque Sagrada Família, Rondonópolis – MT, neste ato representado pelo Sr. Jean Cassio Rodrigues, solteiro, comerciante, inscrito no CPF nº 632.834.176-87 e RG nº M6181695 SSP/MG, residente e domiciliado na Av. Binário Norte, n° 3123, Fundos, Parque Sagrada Família, Rondonópolis – MT, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO,** resolvem celebrar a Adesão da presente Ata n° 01/2016, oriundo do Pregão Presencial nº 047/2015, do Município de Campo Novo do Parecis - MT, que reger-se-á pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e pelas Cláusulas seguintes:

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **-** A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO E CONTROLE DE MORCEGOS, PARA ATENDER AS SECRETARAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS, conforme discriminação disposta no anexo I do Edital, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá validade até **14 de junho de 2016**.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO FORNECEDOR

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

IMPACTO COMÉRCIO E SERVIÇOS URBANOS E RURAIS LTDA - ME

CNPJ Nº 10.315.247/0001-50

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VL UNT.	VL TOTAL
03	SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO E DESINSETIZAÇÃO – POR METRO QUADRADO	M²	19.400	R$ 0,75	R$ 14.550,00

VALOR POR EXTENSO: QUATORZE MIL QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 **- Os serviços serão solicitados de forma parcelada, onde o Município solicitará a quantidade necessitada, devendo a prestação dos serviços ocorrer no prazo máximo de 24 horas a contar do recebimento da Requisição de compras devidamente assinada emitida pela Administração Pública Municipal e deverá ser executados no local indicado pela Secretaria solicitante.**

4.2 **–** A empresa Contratada deverá:

4.2.1 **–** Executar os serviços de desratização e desinsetização nos locais solicitados por cada Secretaria requerente, devendo fornecer serviços de monitoramento e assistência técnica até o término do contrato, prestando a manutenção devida mensalmente e substituindo isca, portas iscas e armadilhas sempre que necessário;

4.2.2 - Executar os serviços solicitados, de acordo com os quantitativos solicitados;

4.2.3 **–** Após a aplicação dos produtos (venenos) a contratada deverá realizar mensalmente vistorias, reposição de iscas e/ou veneno, substituição de porta iscas (se necessário) e a emissão de laudo até o término do contrato;

4.2.4 – Todo material utilizado na prestação dos serviços correrá por conta da contratada;

4.2.5 – Os produtos químicos a serem aplicados deverão ter as seguintes características:

I – Ingrediente ativo;

II – Efeito residual prolongado superior a 90 dias após aplicação;

III – Baixo teor toxicológico para os seres humanos;

IV – Sem cheiro e sem odor;

V – Pressão de vapor maior que 200nPa a 20°C;

VI – Foto estável e não corrosivo;

VII – Não apresentar índice mutagênico.

4.2.6 – A forma de apresentação e aplicação do produto poderá ser qualquer uma abaixo, conforme a necessidade do local:

I – Aerosóis;

II – Líquido;

III – Pastoso;

IV – Pó;

V – Gelatinoso;

VI – Encapsulado;

VII – Livre.

4.2.7 – As iscas deverão ser devidamente acondicionadas em porta iscas, os quais deverão ser acomodadas e fixadas em locais adequados;

4.2.8 - A contratada deverá arcar com todas as despesas de transporte para fornecimento do objeto, sem ônus para a administração Municipal;

4.2.9 – Deverá prestar os serviços somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos serviços.

4.3 **–** O serviço licitado será avaliado em relação à conformidade, especificação, bem como quantidade e qualidade , de acordo com o Edital, após, a nota fiscal será atestada e encaminhada para pagamento.

4.4 – A adjudicatária ficará obrigada a corrigir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificar vícios ou incorreções resultantes dos serviços prestados.

4.5 – A Prefeitura rejeitará, no todo ou em parte, o objeto realizado em desacordo com a ordem de serviço e com as normas do Edital.

4.6 – Nos termos do art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

4.7 - Caso não haja a confirmação da prestação dos serviços, no prazo do item 4.1, será aplicada **a multa de 15% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

4.8 - Poderá ocorrer acréscimo ou decréscimo nos pedidos, de acordo com a necessidade e/ou conveniência do Contratante.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida;

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto aos serviços e procedimento de execução, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço;

5.1.6 – Prestar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos serviços executados, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido;

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal;

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari;

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari;

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.2 **-** São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos;

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata;

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital;

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 **–** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, até 10 (dez) dias após a entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, devidamente atestada pelo Agente Público competente.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **-** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **-** O Município de Alto Taquari, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **-** Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – o descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – a subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – o comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – a decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - a dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 **-** O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal Nº 011/2011.

10.3 **-** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02.060.0.0.12.361.8010.2163.33.90.39.00–Outros S. Terc.–P. Juríd.

02.060.0.0.12.365.8020.2043.33.90.39.00–Outros S. Terc.–P. Juríd.

02.060.0.0.12.361.8010.2032.33.90.39.00–Outros S. Terc.–P. Juríd.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.301.7010.2187.33.90.39.00-Outros S. Terc.–P. Juríd.

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.39.00-Outros S. Terc.–P. Juríd.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.020.0.0.04.122.3010.2008.33.90.39.00-Outros S. Terc.–P. Juríd.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

02.030.0.0.04.129.3030.2016.33.90.39.00-Outros S. Terc.–P. Juríd.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

02.070.0.0.04.122.9230.2048.33.90.39.00-Outros S. Terc.–P. Juríd.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.140.0.0.08.244.6050.2118.33.90.39.00-Outros S. Terc.–P. Juríd.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 **-** A fiscalização da execução da Ata será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016**.**

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 **-** Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 011/2011.

a) Aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, nas hipóteses de inexecução total da contratação, e de 10% (dez por cento) se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos do Município de Alto Taquari, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Alto Taquari, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

e) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Alto Taquari pelo prazo de até 05 (cinco) anos, à licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste edital.

13.2 **-** Expirados os prazos propostos para o início dos serviços sem que a contratada o faça, ou ocorrendo atraso na entrega do objeto contratado, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração do Município de Alto Taquari, incidente sobre o valor total desta contratação.

13.2.1 **-** A multa prevista será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias, decorrido esse prazo, poderá, a administração, sob seu critério, não mais aceitar o objeto licitado, configurando-se a inexecução total do contratado, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e nesta Ata de Registro de Preços, a qual consta as obrigações contratuais para cada uma das partes.

13.3 **-** As sanções previstas nas alíneas "a", "c", “d” e “e” do item 11.1, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido;

13.4 **-** O licitante vencedor terá o **prazo máximo de 01 (um) dia útil**, após regular notificação por escrito, para confirmar o recebimento da **Ordem de Fornecimento**.

13.4.1 **-** No caso de encaminhamento da Ordem de Fornecimento por meio de fac-símile, o licitante vencedor deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números: **Fone: (66) 3496-1471.**

13.4.2 **-** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 **-** O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 **-** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 **-** Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 31 de março de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

IMPACTO COMÉRCIO E SERVIÇOS URBANOS E RURAIS LTDA - ME

CNPJ Nº 10.315.247/0001-50

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Iran Negrão Ferreira

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2016

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2016

O Município de Alto Taquari - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Macário Subtil de Oliveira, nº 848, Centro, Alto Taquari - MT, inscrito no CNPJ nº 01.362.680/0001-56, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Maurício Joel de Sá, brasileiro, casado, engenheiro, residente à Avenida Macário Subtil de Oliveira, nº 943 – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº 3.955.143-8 SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 604.771.489-72 em face do PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS nº 009/2016, RESOLVE Registrar o Preço da empresa **DIHOL – DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - EPP**, CNPJ Nº 26.792.580/0001-90, com sede à Av. Oito de Abril, nº 1.610, Loteamento Jardim Independência, Região Oeste, na cidade de Cuiabá - MT, neste ato representado pelo Sr. Claudemir Duarte da Silva, casado, empresário, portador do RG nº 5.469.350 SSP/SP e CPF nº 415.287.868-15, residente na Av. São Sebastião, nº 2.232, Apto 1701, Ed. Real Plaza, Bairro Goiabeiras, na cidade de Cuiabá - MT, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, para aquisição de equipamentos e materiais nos termos do Edital de Licitação respectivo e do Termo de Referência anexo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011/2011, e, sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

1.0 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 **-** A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA LABORATÓRIO DO HOSPITAL MUNICIPAL PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, nas características e quantitativos descritas no Anexo I do Edital Pregão Nº 009/2016, que fica fazendo parte desta Ata.

1.2 **–** Este instrumento não obriga a PREFEITURA a adquirir todos os objetos licitados, facultando, portanto, à administração que adquira conforme sua necessidade.

2.0 – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 **–** A presente Ata terá validade até o dia 31 de dezembro de 2016, contados a partir da assinatura deste instrumento.

3.0 – CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

3.1 **-** O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

DIHOL – DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - EPP

CNPJ Nº 26.792.580/0001-90

ITEM	QNT	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNIT.	VL TOTAL
21	30	UN	DENGUE IGG/IGM COM 20 CASSETES, DETECCAO EM 3 DIAS.	ALERE	R$ 353,60	R$10.608,00

77	20	UN	TESTE PARA CHAGAS IMUNOCROMATOGRAFICO QUALITATIVO PARA DETECCAO DE ANTICORPOS IGG, IGM E IGA ANTI TRYPASONOMA CRUZI COM 25 UNIDADES - TESTE RAPIDO	SDI	R$ 217,58	R$ 4. 351,60
TOTAL	**R$ 14. 959,60**					

VALOR POR EXTENSO: QUATORZE MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS.

3.2 **–** Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 7.1 do edital, fixo e irreajustável.

3.3 **–** Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 65, alínea “d” da Lei 8.666/93.

3.4 **–** No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá solicitar formalmente ao Município de Alto Taquari - MT, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à Assessoria Jurídica do Município para o devido parecer.

3.5 **-** Em caso de redução nos preços, a contratada fica obrigada a repassar ao município o mesmo percentual de desconto.

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 - **OS PRODUTOS SERÃO SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA, DEVENDO A ENTREGA OCORRER NO PRAZO MÁXIMO DE 10 (DEZ) DIAS A CONTAR DO RECEBIMENTO DA REQUISIÇÃO DE COMPRAS, DEVIDAMENTE ASSINADA, EMITIDA PELA SECRETARIA SOLICITANTE E DEVERÁ SER ENTREGUE NO ALMOXARIFADO CENTRAL EM DIAS DE EXPEDIENTE NOS SEGUINTES HORÁRIOS: 07:30 ÀS 11:00 HORAS, SITO À RUA TEÓFILO JOAQUIM DE MELO, 231 – CENTRO – ALTO TAQUARI - MT.**

4.2 **-** A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte para entrega do objeto, quando necessário, sem ônus para a administração municipal.

4.3- O objeto do presente certame deverá ser entregue somente mediante requisição de compra sob pena de não pagamento dos produtos.

4.4 **-** No ato da entrega os produtos passarão por conferência, do modo que aqueles que não estiverem em conformidade com o pedido, não serão recebidos, devendo a empresa vencedora, no prazo de 5 dias contadas da comunicação do não recebimento, promover a entrega dos produtos de acordo com o solicitado, recolhendo os rejeitados, sob pena de inadimplemento do contrato.

4.5 **-** Caso não haja a confirmação do recebimento dos materiais, no prazo do item 15.1, será aplicada **a multa de 0,2% sobre o valor total da contratação**, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

5.0 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 - São obrigações da CONTRATADA:

5.1.1 – Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, sob pena de multa de 2% ao dia. Ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil a Ata de Registro de preço poderá ser rescindida.

5.1.2 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.3 - Prestar esclarecimentos e orientações que forem solicitadas pelo Município de Alto Taquari, quanto ao produto e procedimento de entrega, obrigando-se a corrigir prontamente às falhas detectadas;

5.1.4 – Aceitar, nas mesmas condições desta ata, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes.

5.1.5 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.1.6 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.1.7 **-** Protocolar a Nota Fiscal dos produtos fornecidos, para posterior encaminhamento à Secretaria de Administração e Orçamento do Município de Alto Taquari a fim de efetivação do pagamento devido.

5.1.8 **-** Como condição para o pagamento, a contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexa a Nota Fiscal.

5.1.9 **-** Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do Município de Alto Taquari.

5.1.10 **-** Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto desta Ata, sem a devida anuência do Município de Alto Taquari.

5.1.11 **-** Não cobrar, qualquer serviço ou produto adicional que não conste da proposta apresentada, referente à entrega parcelada do objeto constante desta Ata;

5.1.12 **- As empresas também deverão fornecer os produtos dentro das especificações das normas da ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE, atendendo aos critérios dispostos na legislação específica.**

5.2 **-** São obrigações do CONTRATANTE:

5.2.1 – Convocar a contratada para a retirada da ordem de fornecimento dos produtos.

5.2.2 **-** Fornecer a contratada, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Ata.

5.2.3 **-** Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste edital.

5.2.4 **-** Notificar por escrito, à empresa fornecedora, toda e qualquer irregularidade constatada no fornecimento do objeto licitado.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1 **–** O pagamento será efetuado, até 15 (quinze) dias após emissão da nota fiscal, mediante a apresentação da requisição de compra e entrega dos produtos.

6.2 **–** A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento em papel timbrado da empresa informando a Agência Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas;

6.3 **-** Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

6.4 **-** Como condição para o pagamento, a Contratada deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada e comprovar situação regular perante a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), anexando cópia destes documentos a Nota Fiscal.

6.5 **-** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, não gerando isso para ela direito de atualização monetária.

6.6 **–** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

6.7 **–** A Contratante, ao pagar a fatura, procederá à retenção de tributos de conformidade com a legislação vigente.

6.8 **–** Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à nota fiscal documento que comprove a opção, para que não incida a retenção na forma acima.

7.0 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação de no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

7.2 - Constituem motivos para rescisão sem indenização:

7.2.1 – O descumprimento de qualquer das cláusulas desta ata;

7.2.2 – A subcontratação total ou parcial do seu objeto;

7.2.3 – O comprometimento reiterado de falta na sua execução;

7.2.4 – A decretação de falência ou insolvência civil;

7.2.5 - A dissolução da sociedade ou falecimento de todos os sócios;

7.2.6 – Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificadas pela máxima autoridade da Administração e exarada no processo administrativo a que se refere o Contrato;

7.2.7 – Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução da ata.

7.3 – É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

7.4 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão prevista nos itens 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3.

8.0 – CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E AOS CASOS OMISSOS

8.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a esta ata, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

9.0 – CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 **-** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e, artigos 50 a 52 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 **–** A contratada terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) tiver presentes razões de interesse público.

10.2 **-** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Município de Alto Taquari, conforme o artigo 53 do Decreto Municipal nº 011/2011.

10.3 **–** A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual decorrente de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovado.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1– As despesas decorrentes com a contratação do objeto desta licitação correrão por conta das seguintes dotações:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.130.0.0.10.302.7020.2097.33.90.30 **-** Material de Consumo

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 - A fiscalização da execução da Ata será exercida pelos membros da Comissão para Gestão, Gerenciamento, Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos Públicos Municipais, conforme designação da portaria municipal nº 085/2016.

13.0 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de 0,5% (meio por cento) sobre o valor inadimplido, a título de multa de mora, por dia de atraso injustificado na entrega dos produtos deste pregão, até o limite de 10% (dez por cento) do valor empenhado.

13.2 - Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93, podendo ser aplicado qualquer uma delas independentemente da ordem abaixo:

I – Advertência;

II – Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato,

III – Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e,

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 - Quem convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de fornecer os produtos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.4 – As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentados em fatos reais e comprovados, desde que formuladas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for oficiada a pretensão da Administração no sentido da aplicação da pena.

13.5 - As multas de que trata este capítulo, deverão ser recolhidas pelas adjudicatárias em conta corrente em agência bancária devidamente credenciada pelo município no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador a obrigação de solicitar os produtos que dele poderão advir, independentemente da quantidade indicada no respectivo Edital de Licitação.

14.2 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, desde que previamente autorizada pelo Órgão Gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que não tenha participado do certame licitatório.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para dirimir questões derivadas desta Ata fica nomeado o foro do Município de Alto Taquari.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata lavrada em 03 (três) cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Alto Taquari - MT, 29 de março de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

PREFEITO MUNICIPAL

DIHOL – DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - EPP

CNPJ Nº 26.792.580/0001-90

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Iran Negrão Ferreira

ASSESSOR JURIDICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE RECEBIMENTO DE OBRA

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

Apiacás – MT, dia 27 de junho de 2016

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Objeto: **EXECUÇÃO CONVENIO 700915/2008/MINISTÉRIO INTEGRAÇÃO NACIONAL.** Contratação de pessoa jurídica para execução de obra de pavimentação asfáltica da av. Jonas Pinheiro pista esquerda, com 3. 843 m² de asfalto e 1098 metros de drenagem superficial com sarjetas e meio fio., com inicio da **Ordem de serviço**: dia 09 de dezembro de 2013, município de Apiacás – MT.

Órgão: Prefeitura Municipal de Apiacás – MT.

Responsável Fiscal: Eng. Civil Renato Michael Zanella – CREA MT/ 022474

Eu, **Renato Michael Zanella**, Engenheiro Civil CREA **MT/022474**, contratado da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT, verificando a execução dos serviços do **CONTRATO Nº 086/2013**, contrato celebrado entre a **Prefeitura Municipal de Apiacás - MT** e a empresa CONSTRUTORA LINEAR LTDA, CNPJ n.º 17.420.526/0001-23 referente à execução dos serviços de PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM SUPERFICIAL, passamos este ter-

mo de **recebimento Definitivo** a supracitada obra, por estar totalmente executada e de acordo com os projetos, do processo licitatório.

Sem mais para o momento.

_____ _____

Renato Michael Zanella Adalto José Zago

Engenheiro Civil Prefeito Municipal

Crea: MT/022474

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE RECEBIMENTO DE OBRA

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

Apiacás – MT, dia 27 de junho de 2016

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

OBJETO: CONSTRUÇÃO DO PSF I, COM 249,42 m².

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Apiacás – MT.

ORDEM DE SERVIÇO- 18 de junho de 2012.

Responsável Fiscal: Eng. Civil Renato Michael Zanella – CREA MT/ 022474

Eu, **Renato Michael Zanella**, Engenheiro Civil CREA **MT/022474**, contratado da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT, verificando a execução dos serviços do **CONTRATO Nº 069/2012**, contrato celebrado entre a **Prefeitura Municipal de Apiacás - MT** e a empresa Buritis Comércio e Construções Ltda - ME, CNPJ n.º 09.101.297/0001-56, referente à execução construção do PSF I, passamos este termo de **recebimento Definitivo** a supracitada obra, por estar totalmente executada e de acordo com os projetos, do processo licitatório.

Sem mais para o momento.

_____ _____

Renato Michael Zanella Adalto José Zago

Engenheiro Civil Prefeito Municipal

Crea: MT/022474

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2016

Aviso de Resultado de Licitação

Pregão Presencial nº 005/2016 de 14/06/2016

A Pregoeira de Licitação da Prefeitura Municipal de Araguaiana - MT torna – se publica que no Pregão Presencial n° 005/2016 do tipo **Maior Desconto Por Item**, cujo objeto foi: **"AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE A a Z, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA E OUTROS MEDICAMENTOS QUE NÃO COMPÕE O ELENCO BÁSICO, PORÉM COM PARECER DA ASSISTENTE SOCIAL A POPULAÇÃO DE ARAGUAIANA – MT",** sagrou-se vencedora a empresa, DENTAL CENTRO OESTE LTDA CNPJ nº 36.900.926/0001-80. Márcia Cristina Fernandes Corrêa Pregoeira de Licitação, 30/06/2016.

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 47/2016 DE 30 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 47/2016

De 30 de junho de 2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES

O Senhor **JOSÉ MARRA NERY,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

Art. 1° Concender férias regulamentares de 30 (Trinta) dias, computados a partir do dia 01 de julho de 2016, aos servidores abaixo nominados, relativo aos períodos aquisitivos que menciona:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	LOTAÇÃO
Alaor Neto Gomes Reis	2015/2016	Secr. Municipal de Educação
Silvania Pereira Ferreira	2014/2015	Secr. Mun. de Administração
Thaynan Thalita T. de Souza	2015/2016	Secr. Municipal de Saúde
Joanice Ramalho de Oliveira	2015/2016	Secr. Municipal de Saúde
Sueleny de Oliveira	2015/2016	Secr. Municipal de Saúde
Alexandre Rodrigues Sousa	2014/2015	Secr. Municipal de Saúde
Alice Maria da C. Gonçalves	2015/2016	Secr. Municipal de Saúde
Valdemar Lopes da C. Valdo	2015/2016	Secr. Municipal de Saúde
Solange Dias Siqueira	2014/2015	Secr. Municipal de Saúde
Dyulliane Carla C. Diniz	2015/2016	Secr. Municipal de Saúde
Ursulina Rodrigues Correa	2014/2015	Secr. Municipal de Saúde
Thaysa Martins dos Santos	2015/2016	Secr. Municipal de Saúde
Leosmar Pereira do Rosaria	2013/2014	Secr. Municipal de Saúde
Lidiana Elias Cesar Santos	2015/2016	Secr. Municipal de Saúde
Gercina Rodrigues Correa	2014/2015	Secr. Municipal de Obras
Benedito Marques Moraes	2015/2016	Secr. Municipal de Obras
Paulo Henrique de Almeida	2015/2016	Secr. Municipal de Obras
Joao Bosco G. Ferreira	2015/2016	Secr. Municipal de Obras
Thaiz Augusta Nery	2015/2016	Secr. Mun. de Administração
Weder Fabio C. Santos	2015/2016	Secr. Municipal de Educação
Gerayne Aquino Correa	2015/2016	Secr. Mun. Ação Social
Gisele Cardoso Duarte	2014/2015	Secr. Mun. Ação Social
Mauricio Antonio Mazzeto	2014/2015	Secr. Mun. Ação Social
Anelice Correa Filho	2015/2016	Secr. Mun. Ação Social
Edilene Ferraz Nascimento	2015/2016	Secr. Mun. De Educação
Deusalene Lopes de Sousa	2014/2015	Secr. Mun. De Educação

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 30 de junho de 2016

José Marra Nery

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

LICITAÇÕES
ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2016 CONVITE Nº 001/2016 CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 116/2016

INTERESSADA: NADIA F. M. ESSI CONSTRUÇÕES-ME

CNPJ: 19.948.145/0001-47

END: Rua Presidente Castelo Branco Nº 510 – Bairro Quilombo

Cuiabá - MT

CEP: 78.043-430

Representante Legal: Sr. ALA ASSUNÇÃO CHARANEK, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 795.160 SSP/MT e CPF nº 513.421.381-04.

O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Antenor Mamedes, Nº. 911, Centro, ARAPUTANGA-MT, inscrito no CNPJ 15.023.914/0001-45, neste ato representado pelo Prefeito Sr. SIDNEY PIRES SALOMÉ, brasileiro, casado, portador do RG sob nº 413.622 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob n.º 378.584.241-49, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com o contrato acima citado, a empresa NADIA F. M. ESSI CONSTRUÇÕES-ME, inscrita no CNPJ/MF n.º 19.948.145/0001-47, estabelecida à Rua Presidente Castelo Branco, Nº 510, Bairro Quilombo, Cuiabá, Mato Grosso, CEP: 78.043-430, que inicie dentro do prazo legal na data da expedição desta Ordem de Serviço (O.S.) os serviços referentes ao contrato acima citado.

Araputanga/MT, 01 de Julho de 2016.

SIDNEY PIRES SALOMÉ

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente em 01/07/2016

NADIA F. M. ESSI CONSTRUÇÕES-ME

CNPJ: 19.948.145/0001-47

ALA ASSUNÇÃO CHARANEK

RG nº 795.160 SSP/MT e CPF nº 513.421.381-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
DECRETO 022.2016

DECRETO Nº 022/2016

"*Dispõe sobre Luto oficial de 03 (três) dias, e dá outras providências*."

O Prefeito Municipal de Arenápolis – MT, Senhor**JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso e gozo de suas atribuições legais, e com fulcro na Lei Orgânica Municipal, e demais legislações em vigor, e, considerando o falecimento de **PAULO RAMOS**, Pai do Servidor Público Municipal de Arenápolis/MT Niwton Ramos, ocorrido em 04/07/2016, sendo uma perda inestimável ao ilustre funcionário público,

DECRETA:

Art. 1º - Luto Oficial de 03 (três) dias, a partir do dia 04 de julho de 2016, pelo falecimento do Pai do Servidor Público Municipal, Niwton Ramos.

Art. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE–SE, PUBLIQUE–SE, COMUNIQUE–SE E CUMPRA–SE.

PAÇO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS–MT, EM 04 DE JULHO DE 2016.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS–MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº. 056/2016

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Registro de Preço que trata o Edital nº. 056/2016, levado a efeito às **10h00min** do dia **28/06/2016** sagrou-se vencedora a empresa: **EMAM – EMULSOES E TRANSPORTES LTDA.**

Aripuanã – MT, 04 de Julho de 2016.

Ana Cristina da Silva

Pregoeira

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 031/2016 AO CONTRATO Nº 089/2016

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: MARINETT RUFINO BATISTA; REFERENTE À CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015; RESCINDIDO A PEDIDO DA SEMEC; EM 1º/07/2016.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 032/2016 AO CONTRATO Nº 058/2016

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: WILLIAN DE OLIVEIRA BORGES; REFERENTE À CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015; RESCINDIDO A PEDIDO DO CONTRATADO; EM 1º/07/2016.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 033/2016 AO CONTRATO Nº 045/2016

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: GREICE KELLEN DE SOUZA FORTUNATO; REFERENTE À CADASTRO DE RESERVA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015; RESCINDIDO A PEDIDO DA CONTRATADA; EM 1º/07/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2016

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 8.781/2016, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93. **Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços, no periodo de 40 horas semanais, referente a configuração e manutenção do servidor de internet, agili, cachê, dados, instalações e manutenção dos computadores, rede cabeada, rede wireless desta Prefeitura Municipal de Aripuanã.** Início da Sessão: **Dia 15/07/2016, às 08h30min (Oito Horas e Trinta Minutos),** horário local, na sala de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 8h às 12h ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 04 de Julho de 2016.

ANA CRISTINA DA SILVA

Pregoeira

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2016

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 056/2016

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **quatro dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezesseis**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. EDNILSON LUIZ FAITTA, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **EMAM – EMULSOES E TRANSPORTES LTDA** inscrita no **CNPJ (MF) Nº 04.420.916/0003-13**, Inscrição Estadual Nº 13.235.993-6, com sede na Rodovia dos Imigrantes s/n, KM 8,6 - Bairro: Capela do Pissarrão, município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso - CEP Nº. 78.132-400 Telefone: (65) 3692. 2374 representada pelo **Srº. Durval Eduardo Duarte Barbosa**, portador do **RG nº 1436522-7 SSP/MT** e **CPF nº 019.222.961-39**, nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da **Lei Federal nº. 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/ 2006, Decreto nº. 7.892/2013 e Decreto Municipal nº. 1.392/2008 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 e com suas alterações posteriores**, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO PRODUTO – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES, MARCA E QUANTITATIVOS

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	52066	RL-1C TONELADA	UNIDADE	500	2.228,00	1.114.000,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Publica, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta.

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos serviços fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 04 de Julho de 2016.

Ednilson Luiz Faitta

Prefeito Municipal

EMAM – EMULSOES E TRANSPORTES LTDA

CNPJ (MF) Nº. 04.420.916/0003-13

Durval Eduardo Duarte Barbosa

CPF nº 019.222.961-39

Testemunhas:

Geslane Silva dos Anjos Lindalva Cruz Cabral

CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 605.888.531-00

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº. 004/2016

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra na construção de agroindústria de farinha com 147,73m² de área no Município de Aripuanã, conforme o projeto memorial descritivo em anexo.

Contratante: Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT

Contratado: J V DE OLIVEIRA SILVA ME inscrito no **CNPJ Nº. 22.394. 136/0001-66.**

Valor Global: R$ 149.673,56 (Cento e Quarenta e Nove Mil Seiscentos e Setenta e Três Reais e Cinqüenta e Seis Centavos)

Data: 04 de Julho de 2016.

Base Legal: Com base no art. 24 inciso V da Lei nº 8.666/93 E Alterações, Com Amparo No Art. 37, Inciso XXI Da Constituição Federal.

Andreia Pereira da Silva

Presidente da CPL

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 147/2016

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: JV DE OLIVEIRA SILVA ME; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PISO E ARQUIBANCADA DE QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ ARY DA COSTA, LOCALIZADA NA COMUNIDADE DE CONSELVAN, COM ÁREA DE 772,40M², MEDINDO 32,05 X 24,10 M, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS, CONFORME PLANILHA EM ANEXO, COM BASE NO ART. 24, INCISO V DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 003/2016; VALOR GLOBAL: R$ 86.295,73 ; VIGÊNCIA: 04/07/2016 A 1°/10/2016.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº. 003/2016

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de construção de piso e arquibancada de quadra poliesportiva na Escola Municipal José Ary da Costa, localizada na Comunidade de Conselvan, com área de 772,40m², medindo 32,05 X 24,10 m, incluindo mão de obra e materiais necessários, conforme planilha em anexo.

Contratante: Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT

Contratado: J V DE OLIVEIRA SILVA ME inscrito no **CNPJ Nº. 22.394. 136/0001-66.**

Valor Global: R$ 86.295,73 (Oitenta e Seis Mil Duzentos e Noventa e Cinco Mil Setenta e Três Centavos).

Data: 04 de Julho de 2016.

Base Legal: Com base no art. 24 inciso V da Lei nº 8.666/93 E Alterações, Com Amparo No Art. 37, Inciso XXI Da Constituição Federal.

Andreia Pereira da Silva

Presidente da CPL

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 146/2016

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: JV DE OLIVEIRA SILVA ME; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO DE AGROINDÚSTRIA DE FARINHA COM 147,73M² DE ÁREA NO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ, CONFORME O PROJETO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, COM BASE NO ART. 24, INCISO V DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2016; VALOR GLOBAL: R$ 149.673,56; VIGENCIA: 04/07/2016 A 30/12/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

TERMO DE POSSE - ANDRESSA MOURA - CÂMARA MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CNPJ 00.088.714/0001-01

TERMO DE POSSE

Ao 01 (primeiro) dia do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, perante o Presidente da Câmara Municipal de Barão de Melgaço, Excelentíssimo Senhor **SALVADOR DE ARÚJO NETO** compareceu a Senhora **ANDRESSA CRISTINA DA SILVA MOURA**, **portadora do RG 0542241-8-SSP/MT, CPF 544.569.831-91** nomeada, conforme **Portaria n° 001/2016**, que será publicado no Diário Oficial dos municípios do Estado de Mato Grosso (www.diariomunicipal.com.br), para o cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, da respectiva Carreira.

Após prestar o compromisso de cumprir fielmente as atribuições do cargo e de respeitar na íntegra os respectivos deveres, foi-lhe dada **POSSE NO CARGO.**

A empossada foi submetida, previamente, a exame de saúde e julgada apta física e mentalmente para o exercício do Cargo e apresentou os documentos exigidos para sua investidura no cargo, dentre os quais:

A) Cédula de Identidade B) Certidão de Casamento ou Nascimento C) Cartão de Identificação do Contribuinte - CPF D) Cartão do Pis/Pasep E) Comprovante de Votação das Ultimas Eleições que antecedem a posse – (Certidão Quitação Eleitoral) F) 01 (uma) foto 3x4; colorida G) Comprovante de Escolaridade H) Declaração contendo endereço residencial I) Declaração de Bens J) Declaração Negativa de Acumulo de cargo publica K) Carteira Nacional de Habilitação L) Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos M) Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 anos N) Certidão de Distribuição para fins Gerais- TRF 1ª Região e demais documentos exigidos, bem como comprometeu-se na forma prevista na Constituição Federal, em acatar e observar as regras estabelecidas, para o serviço público.

Barão de Melgaço, 01de julho de 2016.

ANDRESSA CRISTINA DA SILVA MOURA

Empossada

TERMO DE POSSE - ENIR DA SILVA - CÂMARA MUNICIPAL

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CNPJ 00.088.714/0001-01

TERMO DE POSSE

Ao 01 (primeiro) dia do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, perante o Presidente da Câmara Municipal de Barão de Melgaço, Excelentíssimo Senhor **SALVADOR DE ARÚJO NETO** compareceu a Senhora **ENIR DA SILVA LEITE**, **portadora do RG 0542241-8 SSP/MT, CPF 544.569. 831-91** nomeada, conforme **Portaria n° 002/2016**, que será publicado no Diário Oficial dos municípios do Estado de Mato Grosso (www.diariomunicipal.com.br), para o cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, da respectiva Carreira.

Após prestar o compromisso de cumprir fielmente as atribuições do cargo e de respeitar na íntegra os respectivos deveres, foi-lhe dada **POSSE NO CARGO.**

A empossada foi submetida, previamente, a exame de saúde e julgada apta física e mentalmente para o exercício do Cargo e apresentou os documentos exigidos para sua investidura no cargo, dentre os quais:

A) Cédula de Identidade B) Certidão de Casamento ou Nascimento C) Cartão de Identificação do Contribuinte - CPF D) Cartão do Pis/Pasep E) Comprovante de Votação das Ultimas Eleições que antecedem a posse – (Certidão Quitação Eleitoral) F) 01 (uma) foto 3x4; colorida G) Comprovante de Escolaridade H) Declaração contendo endereço residencial I) Declaração de Bens J) Declaração Negativa de Acumulo de cargo publica K) Carteira Nacional de Habilitação L) Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos M) Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 anos N) Certidão de Distribuição para fins Gerais- TRF 1ª Região e demais documentos exigidos, bem como comprometeu-se na forma prevista na Constituição Federal, em acatar e observar as regras estabelecidas, para o serviço público.

Barão de Melgaço, 01 de Julho de 2016.

ENIR DA SILVA LEITE

Empossada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2016

O Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Sr. Júlio Cesar Florindo, Ratifica o Processo de Dispensa de Licitação 09/2016, em consonância com a justificativa apresentada pela secretaria solicitante e Parecer Jurídico constante do Processo de Dispensa 09/2016, nos termos do Art. 24 da Lei 8. 666/93 e suas atualizações, que tem por objeto a LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA continuidade salas anexas do CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRIMEIROS PASSOS, da empresa Diocese São Luis de Cáceres CNPJ: 03.192.499/0013-08 com valor mensal de R$2.061,00 (Dois mil e sessenta e um reais).

Barra do Bugres-MT, 17 de junho de 2016.

JÚLIO CESAR FLORINDO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

PORTARIA Nº 3.771 DE 27 DE JUNHO DE 2.016.

PORTARIA Nº 3.771 DE 27 DE JUNHO DE 2.016.

“Dispõe sobre a definição de atribuições da Comissão Permanente de Licitação e da Equipe Técnica das licitações na modalidade Pregão, da Prefeitura Municipal de Barra do Garças e dá outras providências”.

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) – Nº 043/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 043/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA PISCINAS. Data da sessão pública: 19/07/2016 às 14 Horas 30 minutos (horário local). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial) e equipe de apoio, 04/07/2016.

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) – Nº 042/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 042/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHA PORTATIL PARA ATENDER AS CRECHES DESTA MUNICIPALIDADE. Data da sessão pública: 19/07/2016 às 08 horas 30 minutos (horário local). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial) e equipe de apoio, 04/07/2016.

DISTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 242

DISTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 242 QUE ENTRE SI CELEBRAM:

DISTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS – MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03. 439.239/001-50, com sede e foro nesta comarca de Barra do Garças – MT, à Rua Carajás nº 522 – Centro.

DISTRATADO: PAULO CÉSAR RAYE DE AGUIAR, Brasileiro, **MÉDICO** , residente e domiciliado na Rua das Goiabeiras n° 1085 bairro Jardim das Mangueiras, na cidade de Barra do Garças, devidamente inscrito no Ca-

dastro de Pessoas Físicas CPF sob nº 415.667.347-20, portador da Cédula de Identidade RG nº 01-045055 **IFP/RJ**.

Cláusula Primeira: As partes acima qualificadas, de comum acordo e na melhor forma de Direito, estabelecem o presente Distrato do Contrato de Prestação de Serviços**, a partir do dia 30/06/2016**, o qual tinha por objeto a prestação de serviços na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de **MÉDICO**, podendo, eventualmente ou permanentemente, segundo a necessidade realizar o seu serviço em outra área de governo, desde que compatível com as atribuições para as quais foi contratado.

a de Cláusula Segunda:

Cláusula Segunda: A DISTRATANTE E O DISTRATADO, acordam que os serviços foram devidamente prestados pelo DISTRATADO até a presente data e também que todos os valores relativos aos trabalhos prestados foram devidamente quitados pela DISTRATANTE, que entre si dão plena, rasa e geral quitação a esses valores pagos e recebidos, não cabendo reclamação das partes em tempo algum.

Cláusula Terceira: O presente DISTRATO é irrevogável, e irretratável, não cabendo arrependimento das partes, obrigando-se por si seus herdeiros e sucessores.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente

Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas instrumentais, elegendo desde logo foro da comarca de Barra do Garças – MT para dirimir quaisquer dúvidas ou litígio dele decorrente.

Barra do Garças, 30 de junho de 2016

_____ -

_____

MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS PAULO CÉSAR RAYE DE AGUIAR

DISTRATANTE DISTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª_____

2ª_____

OBSERVAÇÃO DISTRATO FIRMADO NA DATA DO DIA 30 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 11.930 DE 01 DE JULHO DE 2.016.

PORTARIA Nº 11.930 DE 01 DE JULHO DE 2.016.

Dispõe sobre concessão de licença para atividade política ao servidor que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais e,

Considerando o que dispõe o Parágrafo Único do Art. 98 da Lei Complementar nº 03/1991, bem como o disposto na Lei Complementar Federal nº 64/1990;

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder Licença para Atividade Política para as Eleições 2016, a partir de 02 de julho até 02 de outubro do corrente ano, à servidora **MARIA AUXILIADORA RODRIGUES**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente de Combate a Endemias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 01 de julho de 2.016.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) – Nº 041/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº041/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA ATENDER AS UBS's E POLICLÍNICAS. Data da sessão pública: 18/07/2016 às 08 horas 30 minutos (horário local). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial) e equipe de apoio, 04/07/2016.

PORTARIA Nº 3.770 DE 27 DE JUNHO DE 2.016.

PORTARIA Nº 3.770 DE 27 DE JUNHO DE 2.016.

"Dispõe sobre a definição DO Gestor e do Fiscal de Contrato e hipóteses de responsabilização, no âmbito do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências".

DISTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 249

DISTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 249 QUE ENTRE SI CELEBRAM:

DISTRATANTE: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS – MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.439.239/001-50, com sede e foro nesta comarca de Barra do Garças – MT, à Rua Carajás nº 522 – Centro.

DISTRATADO: FLORIZAN LUIZ ESTEVES, Brasileiro, **MÉDICO** , residente e domiciliado na Rua dos Araes n° 352 bairro Cidade Velha, na cidade de Barra do Garças, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob nº 378.272.001-68, portador da Cédula de Identidade RG nº 528138 **SSP/MT**.

Cláusula Primeira: As partes acima qualificadas, de comum acordo e na melhor forma de Direito, estabelecem o presente Distrato do Contrato de Prestação de Serviços**, a partir do dia 30/06/2016**, o qual tinha por objeto a prestação de serviços na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de **MÉDICO PSF RURAL**, podendo, eventualmente ou permanentemente, segundo a necessidade realizar o seu serviço em outra área de governo, desde que compatível com as atribuições para as quais foi contratado.

a de Cláusula Segunda:

Cláusula Segunda: A DISTRATANTE E O DISTRATADO, acordam que os serviços foram devidamente prestados pelo DISTRATADO até a presente data e também que todos os valores relativos aos trabalhos prestados foram devidamente quitados pela DISTRATANTE, que entre si dão plena, rasa e geral quitação a esses valores pagos e recebidos, não cabendo reclamação das partes em tempo algum.

Cláusula Terceira: O presente DISTRATO é irrevogável, e irretratável, não cabendo arrependimento das partes, obrigando-se por si seus herdeiros e sucessores.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente

Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas instrumentais, elegendo desde logo foro da comarca de Barra do Garças – MT para dirimir quaisquer dúvidas ou litígio dele decorrente.

Barra do Garças, 30 de junho de 2016

_____ -

_____

MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS FLORIZAN LUIZ ESTEVES

DISTRATANTE DISTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª_____

2ª_____

OBSERVAÇÃO DISTRATO FIRMADO NA DATA DO DIA 30 DE JUNHO DE 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO 8° TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 060/2014-PGM

Assessoria Municipal de Convênios e Contratos de Repasse

Extrato do 8° Termo Aditivo de Alteração ao Contrato Administrativo n.º 060/2014-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: MACRO CONSTRUTORA LTDA EPP

Objeto: Alterar os serviços em conformidade com a justificativa Técnica e a Planilha Orçamentaria dos itens a serem acrescidos/ Modificados sem reflexo financeiro no valor de 1.399.753,67 (um milhão e trezentos e noventa e nove mil e setecentos e cinquenta e três reais e sessenta e sete centavos), e **excluir os serviços não executados em conformidade com a planilha orçamentaria dos itens a serem excluídos** no valor de R$ 1.399.753,67 (um milhão e trezentos e noventa e nove mil e setecentos e cinquenta e três reais e sessenta e sete centavos), ao Contrato Administrativo n° 060/2014 – PGM celebrado entre o município de Cáceres através **da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos** e a empresa **MACRO CONSTRUTORA LTDA EPP**.

Cáceres – MT, 04 de julho de 2016.

Valdeci Rodrigues da Costa

Secretaria Mun. de Obras e Serviços Urbanos

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 085/2016

PORTARIA Nº 085/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS PRERROGATIVAS LEGAIS E REGIMENTAIS.

R E S O L V E:

1. Nomear, nos termos do artigo 51 da Lei Federal n° 8.666/93 (Lei de Licitações) e Resolução nº 02, de 31/07/2015, desta Casa de Leis, os servidores **SILVIA MARA GONÇALVES**, comoPresidente, **JÔNISSON DA SILVA SOUSA** e **CHARLES FINNEY DALBEM BARBOSA**,como Membros e **JOELSON SANTANA RODRIGUES PEREIRA** como Pregoeiro Oficial, para comporem a **Comissão Permanente de Licitações** da Câmara Municipal de Cáceres, com investidura dos mesmos pelo prazo de um ano.

2. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/07/2016, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 004, de 08 de janeiro de 2016.

Registrada e Publicada, cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 04 de Julho de 2016.

Márcio Paes da Silva de Lacerda

Presidente

Valdeníria Dutra Ferreira

Vice-Presidente

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2015 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 045/2016

A Secretária Municipal de Educação de Cáceres-MT, visando atender aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Publicidade, e:

Considerando o que consta no processo nº 38796 de 03 de novembro de 2015;

Considerando as atribuições da Comissão Paritária, responsável pela condução do Processo Seletivo Simplificado, instituída pela Portaria 469 de 19 de outubro de 2015;

RESOLVE:

I. DIVULGAR o resultado Etapa II – Avaliação Psicológica para o cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, conforme anexo I; **II. CONVOCAR** os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado de Provas e Títulos nº 005/2015 para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação no dia 01 de julho de 2016 para compor o quadro de vagas apresentados por esta Secretaria, conforme Anexo II; Cáceres-MT, 30 de junho de 2016. **Eliete da Silva** Presidente da Comissão Paritária **Nelci Eliete Longhi** Secretária Municipal de Educação

Anexo I

Resultado Etapa II – Avaliação Psicológica para o cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil

Dia 23/06/2016

Clas.	Insc.	Nome	Resultado	Situação
64	3287	TAMARA CRISTINA DA SILVEIRA CUNHA	AUSENTE	ELIMINADA
65	1655	LEIDYANA DE MATOS NUNES DA SILVA	NÃO INDICADA	ELIMINADA
66	2217	LUZINETE POQUIVIQUI	INDICADA	CLASSIFICADA
67	2564	MARINA AFONSO BARBOSA	AUSENTE	ELIMINADA

Dia 24/06/2016

Clas.	Insc.	Nome	Resultado	Situação
68	1575	GISELI FABIANE PEREIRA	AUSENTE	ELIMINADA
69	2041	LETICIA TAVARES MARTINS SANTOS	AUSENTE	ELIMINADA
70	4014	VANESSA FERREIRA DE CAMPOS	NÃO INDICADA	ELIMINADA

71	1807	KASSIA HELLEN RODRIGUES DO NASCIMENTO	INDICADA	CLASSIFICADA

Dia 27/06/2016

Clas.	Insc.	Nome	Resultado	Situação
72	1841	THAYSA COSTA HURTADO	AUSENTE	ELIMINADA
73	1771	DANIELI DE SOUZA MORAIS	AUSENTE	ELIMINADA
74	3217	JOSIMEIRE LEONARDO	INDICADA	CLASSIFICADA
75	1338	GRACIELE DOS SANTOS SILVA GUAÇASSI	INDICADA	CLASSIFICADA

Anexo II

CONVOCAÇÃO PARA LOTAÇÃO/ATRIBUIÇÃO

DATA: 01/07/2016 HORÁRIO: 08:30

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Clas.	Insc.	Nome	Resultado	Situação
66	2217	LUZINETE POQUIVIQUI	INDICADA	CLASSIFICADA
71	1807	KASSIA HELLEN RODRIGUES DO NASCIMENTO	INDICADA	CLASSIFICADA
74	3217	JOSIMEIRE LEONARDO	INDICADA	CLASSIFICADA
75	1338	GRACIELE DOS SANTOS SILVA GUAÇASSI	INDICADA	CLASSIFICADA

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO 6° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 169/2014-PGM

Assessoria Municipal de Convênios e Contratos de Repasse

Extrato do 6° Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n.º 169/2014-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: GECON GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – ME

Objeto: Aditar o **PRAZO DA ViGÊNCIA E DA EXECUÇÃO** da Obra do Contrato Administrativo n° 169/2014 – PGM celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Educação** e a empresa **GECON GESTÃO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – ME** para mais **60 (sessenta) dias.**

Cáceres – MT, 04 de julho de 2016.

Nelci Eliete Longhi

Secretaria Mun. de Educação

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 082/2016

PORTARIA Nº 082/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, NO USO DE SUAS PRERROGATIVAS LEGAIS E REGIMENTAIS,

RESOLVE:

1. Designar a Comissão Permanente de Processo Administrativo e Sindicância, para apurar no prazo de 30 dias, a conduta do Sr. Ronaldo de Lima, sobre o atestado apresentado na Câmara, fora do prazo legal e já preste a expirar.

2. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 04 de julho de 2016.

Márcio Paes da Silva de Lacerda

Presidente

Valdeníria Dutra Ferreira

Vice-Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 083/2016

PORTARIA Nº 083/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, NO USO DE SUAS PRERROGATIVAS LEGAIS E REGIMENTAIS,

RESOLVE:

1. Designar a Comissão Permanente de Processo Administrativo e Sindicância, para apurar no prazo de 30 dias, a autoria e responsabilidade do servidor que recebeu o atestado médico do Sr. Ronaldo de Lima, sem obedecer os trâmites legais.

2. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 04 de julho de 2016.

Márcio Paes da Silva de Lacerda

Presidente

Valdeníria Dutra Ferreira

Vice-Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 084/2016

PORTARIA Nº 084/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, NO USO DE SUAS PRERROGATIVAS LEGAIS E REGIMENTAIS

R E S O L V E

1. Exonerar, a partir de 01/07/2016, o servidor concursado **CLÁUDIO ARVELINO SONAQUE**, matrícula nº 0545-1, do cargo em comissão de **Assessor de CPD** da Câmara Municipal de Cáceres, nível CC-03, a que alude o Anexo II da Lei nº 2.454, de 23 de outubro de 2014, presentes os termos do Artigo 9º da Resolução nº 03, de 31 de março de 2004 – PCCS e havendo o mesmo optado pela maior remuneração, a teor do que dispõe o Artigo 8º do mesmo dispositivo legal.

2. Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data da exoneração, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 04 de julho de 2016.

Márcio Paes da Silva de Lacerda

Presidente

Valdeníria Dutra Ferreira

Vice-Presidente

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2016

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, torna pública a realização de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, do tipo **MENOR PREÇO - GLOBAL** objetivando a contratação de empresa especializada em engenharia visando a construção do CIE - Centro de Iniciação ao Esporte – modelo III, com área de 1.815,29 metros quadrados, nesta cidade de Cáceres-MT, de acordo com, Projetos, Memorial Descritivo, Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e pelas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Despesas: R$ 3.859.063,71 (três milhões oitocentos e cinquenta e nove mil, sessenta e três reais e setenta e um centavos), sendo: R$ 3. 464.658,02 (três milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e dois centavos) - (Convênio n.º 0425. 821-22/2014/MESPORTE/CAIXA) e R$ 394.405,69 (trezentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e nove centavos) - (Contrapartida).

Realização: 05 de maio de 2016 às **08:00 horas,** Horário de Cuiabá-MT

Resultado: A Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 6º, inciso XVI da Lei nº 8.666/93, declara a empresa TIRANTE CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ: 04.603.651/0001-27, que apresentou o valor de R$ 3.717.852,46 (três milhões, setecentos e dezessete mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e seis centavos)**, vencedora da licitação.** Abre-se, então, prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos.

Prefeitura de Cáceres, 04 de julho de 2016.

Alice de Fátima Gonzaga Araujo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº.6854 DE 01 DE JULHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DA SERVIDORA **BRUNA KAROLINE BORGES DE ALMEIDA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do

CONSIDERANDO o teor da Portaria Nº 6850 de 01 de julho de 2016, que dispõe sobre a Licença premio da servidora Valdene de Paula Oliveira de 90 dias,

CONSIDERANDO o processo Seletivo Simplificado 001/2016 e o Edital Convocação Nº 024/2016 de 23 de junho de 2016.

RESOLVE: I – Contratar a servidora BRUNA KAROLINE BORGES DE ALMEIDA para exercer o cargo de AAE- NUTRIÇÃO junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, desta Prefeitura Municipal.

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 01 de Julho de 2016.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 061/2016.

Adjudicado: ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO EIRELI.

CNPJ: 07.489.111/0001-52. **Objeto:** Registro de Preços para aquisição de Material Betuminoso (Emulsão Asfáltica RL 1C).

Valor Total: R$ 104.448,51 (cento e quatro mil quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e um centavos).

Dotação: Código 09.010.15.452.1150.2055.339030 Red. 0304 e Convênio Nº 0496/2016 – Secretaria de Estado de Cidades – SECID e Prefeitura Municipal de Campinápolis**.**

Vigência: 12 (doze) meses. **Assinam:** Jeovan Faria – por parte da CONTRATANTE e Alair José Camara – por parte da CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 041/ 2016

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 041/2016.

Pregão nº. 124/2015

Processo nº. 501/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: **LAURINDO & LAURINDO LTDA ME, CNPJ: 04.152. 828/0001-16.**

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam reajustados, como forma de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, os valores registrados dos lotes 02, 04, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 20 conforme abaixo:

Lote	Item	Valor unitário atual (R$)	Valor unitário com o reequilíbrio econômico financeiro (R$)
02	CARDIZEM 180 mg, cx c/ 16 cps.	**R$ 46,27**	**R$ 50,98**
04	GLIFAGE XR 500 mg, cx c/ 30 cpr.	**R$ 13,77**	**R$ 13,80**
06	LOSEC MUPS 10 mg, cx c/ 14 cpr.	**R$ 75,48**	**R$ 83,53**
07	NUTRIDRINK MAX, lata 350g, sem sabor	**R$ 46,26**	**R$ 50,88**
09	PRESSAT 5 mg, cx c/ 30 cpr.	**R$ 39,64**	**R$ 45,71**
10	RIVOTRIL 2 mg, cx c/ 30 cpr.	**R$ 16,01**	**R$ 17,55**
11	ROSUCOR 20 mg, cx c/ 30cpr.	**R$ 56,02**	**R$ 66,17**
12	SABRIL 500 mg, cx c/ 60 cpr.	**R$ 216,70**	**R$ 241,18**
13	SELOZOK 50 mg, cx c/ 30 cpr.	**R$ 36,48**	**R$ 44,00**
14	SPIRIVA pó p/ inalação, cx c/ 30 cps	**R$ 269,75**	**R$ 342,76**
15	TRILEPTAL 300 mg, cx c/ 20 cpr	**R$ 36,95**	**R$ 44,00**
16	VENLAXIN 150 mg, cx c/ 28 cps	**R$ 79,00**	**R$ 88,02**
18	CYMBALTA 60 mg, cx c/ 28 cps	**R$ 287,23**	**R$ 329,56**
19	NOVANLO 2,5 mg, cx c/ 30 cpr	**R$ 38,90**	**R$ 43,22**
20	ROSUCOR 10 mg, cx c/ 30 cpr	**R$ 32,77**	**R$ 35,94**

CLÁUSULA SEGUNDA

Para atender às despesas oriundas do presente aditivo o Município de Campo Verde valer-se-á de dotação orçamentária específica, indicada no momento de utilização da Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço originária.

Campo Verde – MT, 04 de julho de 2016.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 144/2016

Pregão nº. 056/2016.

Processo nº. 583/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE -MT

CONTRATADO: **COMERCIAL PAMEX LTDA - ME,** inscrito no CNPJ sob n°. 16.903.044/0001-61.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam reajustados, como forma de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, os valores registrados no lote 26, conforme abaixo:

LOTE 26

Descrição	Valor unitário atual	Valor unitário com o reequilíbrio econômico financeiro
Feijão carioca tipo 01, embalagem de 1 kg	R$ 5,38	R$ 11,20

CLÁUSULA SEGUNDA

Para atender às despesas oriundas do presente aditivo o Município de Campo Verde valer-se-á de dotação orçamentária específica, indicada no momento de utilização da Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço originária.

Campo Verde – MT, 04 de julho de 2016.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

HENRY DA SILVA FREITAS

Comercial Pamex Ltda. ME

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 446/2016

PORTARIA Nº 446/2016, DE 01 DE JULHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL YARA ALECRIM ANDRADE PRATI PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO 068/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO Nº 068/2016 – REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, ANTENAS, SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E DISPOSITIVO DE ARMAZENAMENTO DE DADOS (NAS NETWORK STORAGE): a empresa APIS COMÉRCIO INFORMÁTICA EIRELI, CNPJ 13.979.479/0001-00, foi vencedora dos lotes 01, 03 e 04 totalizando R$ 49.469,95 (quarenta e nove mil, quatrocentos sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos); AUSEC AUTOMAÇÃO E SEGURANÇA LTDA, CNPJ 05.775.314/0001-80, vencedora do lote 02 com o valor de R$ 112.999,95 (cento e doze mil, novecentos noventa e nove reais e noventa e cinco centavos) e CARLOS GEOVANE FERREIRA BARBOSA – ME, CNPJ 12.467.040/0001-27, a vencedora dos lotes 05 e 07 totalizando R$ 47.900,00 (quarenta e sete mil e novecentos reais). Campo Verde, 04 de julho de 2016. Ana Carolina S. Braga Blume – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, ANTENAS, SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E DISPOSITIVO DE ARMAZENAMENTO DE DADOS (NAS NETWORK STORAGE) – PREGÃO 068/2016.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: ÁPIS COMÉRCIO INFORMÁTICA EIRELI, CNPJ 13.979.479/0001-00

DATA: 04/07/2016 – VIGÊNCIA: 12 MESES

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

Lote	Descrição	Marca	Quant.	V.Unitário	V. Total
01	ANTENA DIRECIONAL DISCO COM RADIO INTEGRADO DE NO MÍNIMO DE 25DBI DE GANHO, DUPLA POLARIZAÇÃO (VERTICAL E HORIZONTAL). DEVENDO CONTER AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: processador atheros mips 74kc 560mhz, memoria 64 mb ddr2 e 8 mb flash, interface de rede 10/100/1000 base-tx cat5 rj45, com aprovações sem fio: fcc, ic, ce. operando na frequência 5.8ghz padrão 802.11 a/n ofdm (frequência de 5.170 a 5.875mhz), ajustável de frequência de canais entre 5/8/10/20/30/40 mhz, conformidade com a rohs. dimensão: 420 x 420 x 275 mm. acessórios incluso na embalagem: rádio, antena disco; acessórios para montagem, ponteira, proteção traseiro do rádio, suportes; fonte poe gige adpater (24v, 0.5a) com cabo power, manual. produto homologado pela Anatel.	UBIQUITI PBE-M5-400	15 und	R$ 813,33	R$ 12.199,95
03	ANTENA BRIDGE CPE DEVENDO CONTER AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: processador atheros mips 74kc 560mhz, memoria 64 mb ddr2 e 8 mb flash, interface de rede 10/100 base-tx cat 5 rj45, com aprovações sem fio: fcc, ic, ce. frequência 5.8ghz padrão 802.11 a/n ofdm (frequência de 5.170 a 5.875mhz) com polarização vertical e horizontal, com ganho de 19dbi, ajustável de frequência de canais entre 5/8/10/20/30/40 mhz, com throughput de 150+mbps tcp/ip, conformidade com a rohs. dimensão: 189 x 189 x 125 mm. acessórios incluso na embalagem: rádio; acessórios para montagem e alça de metal; fonte poe adpater (24v, 0.5a) com cabo power, manual. produto homologado pela anatel.	UBIQUITI NBE-M5-19	25 und	R$ 757,60	R$ 18.940,00
04	NOBREAK 700 VA BIVOLT DEVENDO CONTER AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: rendimento: 95 % (operação rede) e 85 % com a bateria; bateria interna: 1 bateria 12 vdc / 7ah;	SMS MANAGER III	20 und	R$ 916,50	R$ 18.330,00

	cabo de força do nobreak: 1,40 m- cabo usb: 1,75 m dimensões: 41,5/10,6/17,5 cm (prof/larg/alt) peso líquido (com bateria): 8,9 kg; entrada: - tensão nominal 115/127/220 v (automática) variação máxima de tensão para regulação de + 6 % para -10%: 89 a 138 (rede 115 v), 175 a 254 (rede 220 v) variação máxima de tensão em modo de rede: 89 a 140 (rede 115 v), 175 a 260 (rede 220 v) freqüência de rede: 60 +/- 5 hz. saída: - potência máxima: 700 va (490w) fator de potência: 0,7 tensão nominal: 115 v - regulação: +/- 5 % (para operação bateria), + 6 % - 10 % (para operação rede) freqüência: 60 hz +/- 1 % (bateria) forma de onda do inversor: senoidal pura.				

Valor total da ata de registro de preços: R$ 49.469,95 (quarenta e nove mil, quatrocentos sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos).

A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, ANTENAS, SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E DISPOSITIVO DE ARMAZENAMENTO DE DADOS (NAS NETWORK STORAGE) – PREGÃO 068/2016.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: AUSEC AUTOMAÇÃO E SEGURANÇA LTDA, CNPJ 05.775.314/0001-80

DATA: 04/07/2016 – VIGÊNCIA: 12 MESES

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

Lote	Descrição	Marca	Quant.	V.Unitário	Valor Total
02	CÂMERA FIXA EXTERNA DEVENDO CONTER AS ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: Sensor de imagem do tipo cmos ou ccd com varredura progressiva; Lente auto-íris varifocal de no mínimo 4 a 10 mm com correção de ir; Resolução mínima de 2560 x 1920 pixels e hdtv 1080p; Sensibilidade mínima igual ou inferior 0,5 lux em modo colorido e 0,08 lux em modo pb; O recurso de back foco remoto; A transmissão de pelo menos 1 streaming de vídeo em h.264 na resolução de hdtv 1080p na máxima taxa de frames (30fps); Compensação automática para tomada de imagem contra luz de fundo; Recurso de wdr - wide dynamic range; deve possuir largura de banda configurável (cbr e vbr); Saída utp para conexão em rede tcp/ip rj-45 100base-tx conector rj-45; Protocolos internet: rtp, udp, tcp, ip, http, igmp, snmp, smtp e dns; Os protocolos de segurança https, ssl e iee-e802.1x; A câmera deve permitir alimentação poe conforme padrão ieee 802.3af sem uso de equipamentos adicionais; A atualização do firmware através de software do fabricante da câmera; Fornecida com capacidade embarcada para a configuração de máscaras de privacidade na própria câmera; Deve ser fornecida com capacidade instalada para detectar movimentos; Deve ser fornecida com capacidade instalada	AXIS P1357-E	15 und	R$ 7.533,33	R$ 112.999,95

	para alarmar em caso de violação da câmera; Arquitetura aberta para integração com outros sistemas; Capacidade de armazenamento local através de sd card, vir acompanhada de cartao sd de 32gb compatível com a câmera, compact flash ou usb memory card. Deve ser fornecida com capacidade instalada para conectar-se a sistema amplificador de áudio permitindo a comunicação bidirecional; A câmera deve possuir entrada (mic) e saída (line out) de áudio; Deve ser fornecida com capacidade instalada para transportar áudio; Caixa de proteção à prova de chuva, poeira, umidade e altas temperaturas; (com grau de proteção ip66) e resistente a impacto no grau de proteção ik10. A caixa de proteção, bem como seus acessórios, deverá ser do mesmo fabricante da câmera ou homologado pela mesma garantindo a qualidade da solução; Caixa de proteção com dispositivo para o controle de condensação; Suporte para fixação em postes do mesmo fabricante da caixa de proteção; Vir acompanhado de injetor poe do mesmo fabricante da câmera ou homologado pela mesma garantindo a qualidade da solução deve possuir certificação: fcc e ce; obs.: não será aceito conversor ip externo. O mesmo deve ser parte integrante da câmera				

Valor total da ata de registro de preços: R$ 112.999,95 (cento e doze mil, novecentos noventa e nove reais e noventa e cinco centavos).

A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 192/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, ANTENAS, SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E DISPOSITIVO DE ARMAZENAMENTO DE DADOS (NAS NETWORK STORAGE) – PREGÃO 068/2016.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: CARLOS GEOVANE FERREIRA BARBOSA ME, CNPJ 12.467.040/0001-27

DATA: 04/07/2016 – VIGÊNCIA: 12 MESES

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

Lote	Descrição	Marca	Quant	Valor Unit.	V.Total
05	NAS NETWORK STORAGE DE 32TB DEVENDO CONTER AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: NAS network storage array, montage em rack, hot swap, iscsi, suporta active directory, quad core 3.3ghz intel core i3 ivy bridge, com 4gb de memória, capacidade até 48tb (até 12 hds de 4tb), com no mínimo 32tb de discos instalados, três portas usb 2.0: uma dianteira, duas traseiras, raid (0, 1, 10, 5 e 6 (pré- configurado	TERA STATION 7120R	01 und	R$29.000,00	R$29.000,00

	com raid 6), media, backup e print server, suporte a câmera de vigilância, nics quad gbe, deverá, ser apresentado folder e documentação técnica que comprove com exatidão que o produto ofertado está compatível com as especificações mínimas solicitadas. conteúdo na embalagem: servidor nas montado em rack, kit deslizante para rack padrão de 19 polegadas, cabo ethernet, cabos de alimentação (suporte para distribuição mundial), guia de início rápido impresso.				
07	SOFTWARE DE GERENCIAMENTO: SISTEMA BASE PARA GERENCIAMENTO DE 20 CÂMERAS E LICENÇA DE USO POR PRAZO INDETERMINADO, conforme especificações constantes no termo de referência do edital.	DIGIFORT EDIÇÃO ENTERPRISE V7	01	R$18.900,00	R$18.900,00

Valor total da ata de registro de preços: R$ 47.900,00 (quarenta e sete mil e novecentos reais).

A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

ASSUNTO: CONTRATO Nº 018/2016

Vimos através da presente **NOTIFICAR** a Empresa: **RP CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP, CNPJ Nº 36.927.515/0001-89, ENDEREÇO: RUA: 51, QUADRA 97, LOTE 10, Sala 01, BAIRRO BOA ESPERANÇA, CUIABÁ -MT, para** cumprir com o cronograma da obra, referente ao Processo Licitatório de Concorrência Nº 001/2016 e Contrato Nº 018/2016, considerando a informação oficializada pelo engenheiro fiscal da obra Sr. Igor Eduardo Grande.

Tendo em vista o atraso do cronograma de execução da obra, fica estipulado a partir desta data o prazo de **30 (trinta) dias corridos** para que referida empresa recupere os serviços atrasados, e retome os trabalhos respeitando os prazos do cronograma de execução.

Decorrido o prazo de trinta dias e não cumprindo com as obrigações acima estabelecidas, fica a empresa desde já, querendo, apresente defesa no prazo de **05 (cinco) dias úteis, pelo não cumprimento de suas obrigações**, sob pena de aplicabilidades das penalidades cabíveis.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir da data de publicação.

Sem mais para o momento aguardamos providências.

Atenciosamente,

Campo Verde, 04 de julho de 2016.

Ana Carolina Sant'Ana Braga Blume

Presidente CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 06/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE 006/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **PALLADIUM SHOW E EVENTOS CULTURAIS - ME, CNPJ N° 19.452. 314/0001-53,** modalidade **INEXIGIBILIDADE Nº 006/2016** – **CONTRATAÇÃO DA BANDA PALLADIUM QUE ESTARÁ SE APRESENTANDO TODOS OS DIAS NA EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE CAMPO VERDE - EXPOVERDE**, no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), Processo nº 616/2016. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde – MT, 04 de julho de 2016.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente da CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇAO PUBLICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

LUIS ALBERTO AGUILERA , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 10 da QUADRA 05, LOCALIZADO NA AVENIDA MATO GROSSO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTOS E DE PERFUROCORTANTES – PREGÃO 101/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: JM REPRESENTAÇÕES DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 05.198.234/0001-09

DATA: 01/07/2016 – VIGÊNCIA: 13/10/2016.

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

LOTE 24 – LUVAS

ITEM	MATERIAL	UND	*QTDE	MARCA	V.UNITÁRIO	V. TOTAL
01	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO G - CX COM 100 UNIDADES – REGISTRO NA ANVISA	CX	370	NUGARD	R$ 16,10	R$5.957,00
02	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO M - CX COM 100 UNIDADES – REGISTRO NA ANVISA	CX	1.355	NUGARD	R$ 16,60	R$22.493,00
03	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO P - CX COM 100 UNIDADES – REGISTRO NA ANVISA	CX	2.793	NUGARD	R$ 17,40	R$48.598,20
04	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO PP - CX COM 100 UNIDADES – REGISTRO NA ANVISA	CX	2.430	NUGARD	R$ 16,90	R$41.067,00
05	LUVA DE VINIL COM AMIDO- CX COM 100 UNIDADES	CX	96	DESCARPACK	R$ 14,00	R$ 1.344,00

*Quantidades referentes ao saldo remanescente da ata de registro de preços nº 235/2015.

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 119.459,20 (cento e dezenove mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos).

A íntegra da ata de registro de preços está disponível no site da Prefeitura www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 440/2016

PORTARIA Nº 440/2016, DE 01 DE JULHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL CLEBERSON RODRIGUES GONÇALVES DE OLIVEIRA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 441/2016

PORTARIA Nº 441/2016, DE 01 DE JULHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL EDGARD DA SILVA MAIA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 443/2016

PORTARIA Nº 443/2016, DE 01 DE JULHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL JOVANIA CRISTINA DIAS DA CRUZ PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 444/2016

PORTARIA Nº 444/2016, DE 01 DE JULHO DE 2016.

EXONERA A SENHORA VANIA CHRISTINA SANCHEZ FRANCESCHI DO CARGO DE CHEFE DE ENFERMAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 155/2015

Pregão nº. 078/2015.

Processo nº. 445/2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE -MT

CONTRATADO: **E.MANTOANI COMÉRCIO DE FRIOAS LTDA - EPP,** inscrito no CNPJ sob n°. 14.242.422/0001-88.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam reajustados, como forma de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, os valores registrados no lote 41, conforme abaixo:

LOTE 41

Descrição	**Valor unitário atual**	**Valor unitário com o reequilí-**

		brio econômico financeiro
LEITE LONGA VIDA UHT INTEGRAL, 1000 ml, embalagem resistente, contendo as informações da composição nutricional, data de fabricação e prazo de validade.	R$ 2,62	R$ 3,80

CLÁUSULA SEGUNDA

Para atender às despesas oriundas do presente aditivo o Município de Campo Verde valer-se-á de dotação orçamentária específica, indicada no momento de utilização da Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço originária.

Campo Verde – MT, 04 de julho de 2016.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

JAIME MANTOANI

E.MANTOANI COM. DE FRIOS LTDA.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA PORTARIA Nº 445/2016

PORTARIA Nº 445/2016, DE 01 DE JULHO DE 2016.

NOMEIA A SENHORA VANIA CHRISTINA SANCHEZ FRANCESCHI PARA EXERCER O CARGO DE GERENTE DE ATENÇÃO A SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 50/2016

EXTRATO DO CONTRATO N° 50/2016.

DA ESPÉCIE: Locação de Imóvel.

DO OBJETO: Locação de imóvel comercial para desenvolvimento das atividades do Centro de Reabilitação Bom Jesus.

DO VALOR: Valor global de R$ 24.000,00; Valor mensal de R$ 2.000,00.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Saúde; Unidade: 1 – Fundo Municipal de Saúde; Centro de Custo: 61149 – Centro de Reabilitação Bom Jesus; Despesa: 341 – 06.01.2.064.3.3.90.39.10.00.00.00 – Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica.

DA VIGÊNCIA: 15/06/2016 até 14/06/2017.

ASSINAM: DIRCEU MARTINS COMIRAN – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e WAGNER GIONGO ACADEMIA EIRELI – ME / CONTRATADO.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 48/2016

EXTRATO DO CONTRATO N° 48/2016.

DA ESPÉCIE: Prestação de serviços.

DO OBJETO: Serviços de locação de máquina mini carregadeira com motorista.

DO VALOR: Valor Mensal de R$ 3.200,00. Valor global de R$ 19.200,00.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 5 - Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos; Unidade: 2 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos; Centro de Custo: 5200 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos; Despesa: 147 – 05.02.2.015.3.3.90.39.99.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

VIGÊNCIA: 15/06/2016 até 14/12/2016.

ASSINAM: DIRCEU MARTINS COMIRAN – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e R C DA MOTA EIRELI – ME / CONTRATADO.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 49/2016

EXTRATO DO CONTRATO N° 49/2016.

DA ESPÉCIE: Locação de Imóvel.

DO OBJETO: Locação de imóvel comercial para desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

DO VALOR: Valor global de R$ 5.950,00; Valor mensal de R$ 850,00.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 7 - Secretaria Municipal de Assistência Social; Unidade: 1 – Fundo Municipal de Assistência Social;

Centro de Custo: 7100 – Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social; Despesa: 403 – 07.01.2.034.3.3.90.36.15.00.00.00 – Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Física.

DA VIGÊNCIA: 15/06/2016 até 14/01/2016.

ASSINAM: DIRCEU MARTINS COMIRAN – Prefeito Municipal / CONTRATANTE e RUBENS ROBERTO ROSSI / CONTRATADO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 293/2016

Portaria n° 293/2016

De 29 de junho de 2016.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MILTON PARODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor MILTON PARODE por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 04/07/2016 a 03/08/2016.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 20/03/2012 a 19/03/2013.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 29 de junho de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº297/2016

PORTARIA Nº297/2016

De 29 de junho de 2016.

Dispõe sobre licença Política.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 74-VII,Art.100 da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para atividade politica ao servidor público ILDO SCAPINI no cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS, da Lei Complementar nº 125/2014, de 02 de setembro de 2014, a partir de 02/07/2016 .

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 29 de junho de 2016.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal de Canarana

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 295/2016

Portaria n° 295/2016

De 29 de junho de 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSIRENE NORONHA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora ROSIRENE NORONHA DA SILVA por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 04/07/2016 a 03/08/2016 .

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 26/08/2013 a 25/08/2014.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 29 de junho de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal .

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 294/2016

Portaria n° 294/2016

De 29 de junho de 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA LUCIA NUMERIANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora MARIA LUCIA NUMERIANO por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 18/07/2016 a 16/08/2016.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 10/07/2011 a 09/07/2012.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 29 de junho de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 291/2016

Portaria n° 291/2016

De 29 de junho de 2016.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELEMAR HEBERHART E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor ELEMAR HEBERHART por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 04/07/2016 a 03/08/2016.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 22/01/2014 a 21/01/2015.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 29 de junho de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 290/2016

Portaria n° 290/2016

De 29 de junho de 2016.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL IVAN LOCH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor IVAN LOCH por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 01/07/2016 a 30/07/2016 .

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 16/02/2013 a 15/02/2014.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 29 de junho de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº2694/2016

DECRETO Nº2694/2016

De 04 de julho de 2016.

Decreta Luto Oficial

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os serviços prestado ao município como Secretária Municipal de Educação no mandato do Sr. Luiz Cancian;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado luto oficial por três dias no Município de Canarana em sinal de pesar em virtude do falecimento do Sra. MARIA REYS PALACIOS DA SILVA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, 04 de julho de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2692/ 2016

Decreto nº 2692/ 2016

De 29 de junho de 2016

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados em concurso público.

Evaldo Osvaldo Diehl, prefeito municipal de Canarana ,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando o resultado final do concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital nº 001/2012 considerando a necessidade de suprir as vagas existentes no seu quadro de pessoal,

DECRETA:

Art. 1º fica convocada a candidata abaixo relacionada a comparecer ao edifício sede desta Prefeitura Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste decreto, de acordo com o Art.14 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana , para tratarem de assunto de seu interesse.

Parágrafo único. O não comparecimento da candidata no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerada desistente da vaga.

Art. 2° A candidata convocada e a seguinte:

Nome do candidato	Cargo	Classificação	Edital/Concurso
KARINE MARAFON	PSICÓLOGA	APROVADA	EDITAL 001/2012

Art. 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 29 de junho de 2016.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 296/2016

Portaria n° 296/2016

De 29 de junho de 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ILENA GRESPAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora ILENA GRESPAN por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 17/07/2016 a 15/08/2016 .

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 01/06/2015 a 31/05/2016.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 29 de junho de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 267/2016.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - **A PEDIDO** fica **CONCEDIDO** o Senhor **JOSÉ MARIO DA SILVA,** efetivo no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL TEMPORARIO lotado na Secretaria Municipal de Educação, licença para atividades políticas no período de 02 de julho de 2016 a 07 de outubro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 02 de julho de 2016.

GERALDO RIBEIRO DE SOUZA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2016

OBJETO DA LICITAÇÃO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SÁUDE MUNICIPAIS DE CARLINDA /MT.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 15/07/2016

HORÁRIO: 08:00 HORAS.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA.

ENDEREÇO:AV. TANCREDO NEVES S/Nº - CENTRO – CARLINDA /MT.

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78. 587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 13:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000

Carlinda/MT, em 04 de Julho de 2016.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 009/2016 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 035/2015

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 009/2016

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 035/2015

Termo aditivo de Contrato de locação de máquinas e caminhões que entre si celebram o Município de Cocalinho, e a empresa H.M.G. Mesquita-ME.

O **MUNICÍPIO DE COCALINHO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Araguaia nº 676 – Centro – Cocalinho-MT, inscrita no CNPJ sob o nº 00.965.145/0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Luiz Henrique do Amaral, portador da CIRG nº 2.262.069 SSP-GO e CPF nº 588.210.151-49, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa **H.M.G. MESQUITA-ME**, com endereço Avenida Hermano Ribeiro da Silva, s/nº, Qd 07, Lt 06, Cocalinho-MT, CEP: 78680-000 CNPJ: 21.768.052/0001-82, Representante Legal: Hegel Marx Gabriel Mesquita portador da CIRG nº 5634450 SSP-MT e CPF nº 442.469.191-87, doravante denominada **CONRADATA**, resolvem celebrar o presente termo aditivo de prorrogação de vigência e de supressão de equipamentos ao Contrato primitivo nº 035/2015 nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato original por mais 12 (doze) meses, cuja vigência se dará pelo período de 22 de junho de 2016 a 22 de junho de 2017.

1.2 – Fica acordado entre as partes que durante a vigência do presente termo de prorrogação de contrato será suprimido em 02 (dois) caminhões ajustado no contrato primitivo (mencionados no anexo I deste termo), reduzindo em R$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) do valor mensal acordado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - O presente aditivo encontra fundamento legal no art. 57, inciso II e art. 65 § 2º inciso II da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Décima do contrato original.

2.1.1 – A prorrogação promovida por este termo é motivada pelos seguintes fatores:

2.1.1.1 – A Administração Municipal se sentiu na obrigação de promover a prorrogação do prazo do contrato em epígrafe por razões econômicas e financeiras, haja visto que esta trará vantajosidade para Administração Pública, uma vez que se trata de serviços são de execução continuada, e a Contratada tem prestado serviço de qualidade superior e tem atendido a contento as necessidades da Contratante.

2.2 – Faz-se necessário manter os trabalhos com solução de continuidade, visto que tratam de serviços qualificados indispensáveis para que a Administração logre sucesso nos seus trabalhos, além de ser economicamente viável para a Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E PRAZO E ORÇAMENTO

3.1 – O valor global do presente Aditivo é de R$ 1.128.000,00 (um milhão cento e vinte e oito mil reais).

3.1.1 – O valor mensal será de R$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais), devendo ser pagos pela Contratada até o ultimo dia útil de cada mês, após a apresentação da nota fiscal.

3.2 – O presente Aditivo tem vigência por 12 (doze) meses, contados a partir do dia 22 de junho de 2016 com término em 22 de junho de 2017.

3.3 – Os pagamentos deverão ser realizadas por ordem bancaria ou deposito por meio do Banco do SICREDI (748), Agencia 0806-0, conta corrente 68.079-6, ou cheque nominal a contratada, vedada qualquer antecipação de pagamento sem à correspondente prestação do serviço.

3.4 – Em obediência ao regime de competência das despesas previsto no artigo 35, II da Lei Federal 4.320/64, as parcelas deste contrato que ocorrem no ano de 2016 serão empenhadas neste exercício, e as que ocorrerão na competência do ano de 2017, deverão obrigatoriamente onerar o orçamento daquele ano**.**

CLÁUSULA QUARTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

4.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Água Boa - MT, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos vinte dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezesseis.

Luiz Henrique do Amaral

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CONTRATADA

H. M.G. MESQUITA-ME

TESTEMUNHAS

1) _____ CPF:

2) _____ CPF:

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

O presente pregão tem como finalidade a Locação de Máquinas e Caminhões, ano de fabricação não inferior a 2007, em bom estado de conservação, com motorista e combustível as expensas da contratada:

2- CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO:

Item	Unidade	Qtde.	Descrição
01	Caminhão/ mês	03	Caminhão caçamba trucado e traçado (três eixos/ 6X4), com caçamba com capacidade mínima de 14,0 M³, com ano de fabricação não inferior a 1995.
02	Caminhão/ mês	01	Caminhão pipa trucado (três eixos/6X2), tanque de

			no mínimo 15.000,00 litros e bomba acoplada e equipamento para ejetar água por aspersão e barra traseira, com ano de fabricação não inferior a 1995, em bom estado de Conservação.
03	Máquina/ mês	01	Pá carregadeira igual ou equivalente Komatsu WA180, com ano de fabricação não inferior a 1995, em bom estado de conservação.
04	Máquina/ mês	01	Motoniveladora igual o equivalente a Carterpilar 120 B, com ano de fabricação não inferior a 1995, em bom estado de conservação.

3-OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

A CONTRATADAOBRIGA-SE A:

? Disponibilizar os veículos/máquinas em bom estado de conservação, à disposição exclusiva da Prefeitura, de segunda-feira a sábado, no horário das 07h00m às 17h00m.

? Os veículos/máquinas deverão estar plenamente adequados à prestação dos serviços, pelo que serão periodicamente vistoriados por equipe técnica da Prefeitura Municipal de Cocalinho.

? Substituir os veículos/máquinas no prazo máximo de 02 (duas) horas no caso de acidente ou defeitos mecânicos, que demandem um tempo maior para sua manutenção.

? Os veículos/máquinas substituídos deverão possuir as mesmas características, incluindo o ano de fabricação.

? Realizar manutenção mecânica corretiva e preventiva dos veículos/máquinas, sem ônus para a CONTRATANTE.

? Responsabilizar por todas as despesas com motorista/operador, manutenção, lubrificantes, deslocamentos.

? Providenciar motoristas/operadores devidamente capacitados/habilitados para conduzir os veículos/máquinas locados.

? Manter os veículos/máquinas conforme determinação do Código Brasileiro de Trânsito, bem como toda a legislação pertinente.

? Manter os veículos/máquinas conforme legislação vigente referente a utilização e obrigatoriedade do uso dos equipamentos de segurança e condições dos mesmos.

O MUNICÍPIO OBRIGA-SE A:

? Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

? Assegurar, respeitadas suas normas internas, o acesso do pessoal da CONTRATADA aos locais de trabalho, desde que devidamente identificados;

? Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;

? Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a vigência deste Contrato;

? Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato e dos termos aditivos que venham a ser firmados;

? Notificar, por escrito, a CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção;

? Credenciar servidores autorizados a emitir as requisições de fornecimento ou ordens de serviço, fiscalizando e atestando as notas fiscais apresentadas pela CONTRATADA para o pagamento dos serviços prestados;

? Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal/fatura no setor competente;

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 010/2016. 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PRIMITIVO Nº 036/2015.

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 010/2016.

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO PRIMITIVO Nº 036/2015.

Pelo presente Contrato de Prestação de Serviços, de um lado o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº. 676, Centro, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº. 00.965.145/0001-27**, neste ato representado pelo seu titular, o Prefeito Municipal, Sr. **LUIZ HENRIQUE DO AMARAL**, brasileiro, casado, mecânico, portador da **CI nº. 2.262.068 SSP GO** e inscrito no **CPF-MF sob o nº. 588.210.151-49**, residente e domiciliado à Avenida Araguaia, nº. 1075, Setor Terra Firme, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado o Senhor **ADEMIR JOSÉ DA CONCEIÇÃO,** brasileiro, solteiro, piloto, portador da CI nº. 4065903 2ª via SSP-GO, CPF nº 987.520.571-00, residente e domiciliada na cidade de Cocalinho, doravante denominado **CONTRATADO,** resolvem celebrar o presente aditivo conforme cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto do presente termo a prorrogação do tempo de vigência do contrato nº 036/2015, pelo período de um ano, com vigência de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

CLAUSULA SEGUNDA – Da Fundamentação Legal

2.1. Este Termo Aditivo se fundamenta na Clausula Terceira do Contrato nº 036/2015 e na Lei Federal nº. 8666/93 Art. 57, Inciso II e IV e suas alterações posteriores.

2.2 Este contrato está sendo celebrado com base no Processo Licitatório – Carta Convite nº 006/2015.

CLAÚSULA TERCEIRA – Da Dotação Orçamentária

3.1. As despesas decorrentes com o presente contrato correrão por conta do orçamento em vigor, Lei Municipal 758, de 09 de dezembro de 2015, na seguinte dotação orçamentária:

(49) 05.002.08.243.0091.2012.33.90.36.00.00

CLAÚSULA QUARTA – Das Disposições Finais

4.1 – As demais Cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

4.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Água Boa - MT, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

4.3. Este Contrato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

E, por assim estarem ambas as partes de comum acordo, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Cocalinho – MT, 29 de junho de 2016.

_____

CONTRATANTE: Município de Cocalinho - MT

Luiz Henrique do Amaral

Prefeito Municipal

CONTRATADO: _____

Ademir José da Conceição

Contratado

Testemunhas: 1._____

CPF:

2. _____

CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SRP Nº 023/2016

Procedimento nº 12.794/2016

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 023/2016 VALIDADE: 07 (sete) meses contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial, podendo ser prorrogada na forma da lei. OBJETO: *Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo, materiais permanentes e prestação de serviços em confecção para atender o Plano de Aplicação dos recursos da Vigilância em saúde conforme resolução CIB/MT Ad Referendum nº 11 de 16/12/2015 Portaria 009/2016/GBSES de 15/01/2016.* Os fornecedores vencedores encontram-se indicados conforme segue*Empresa Alessandro Donato Martins – ME* com valor total de R$ 12. 322,90 (doze mil trezentos e vinte e dois reais e noventa centavos) e a E*mpresa Luvermed Distribuidora de medicamentos Ltda – ME* com valor total de R$ 17.850,00 (dezessete mil oitocentos e cinqüenta reais) e a *Empresa Cyan Papelaria e Materiais de Informática Eirelli – EPP* com valor total de R$ 30.189,80 (trinta mil cento e oitenta e nove reais e oitenta centavos). Foram frustrados os itens nº 03, 04, 05, 09, 10, 18, 19, 23, 24, 25, 26 e 28 *por estarem cotado muito abaixo do ofertado pelas empresas participantes e estas não conseguiram ofertar lances. Os itens nº 01 e 29 foram declarados desertos, não houve proposta.*

Colniza - MT, 04 de Julho de 2016.

Antônio Apolinário

Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº 183/GP/2016

PORTARIA Nº 183/GP/2016, DE 04 DE JULHO DE 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Exonera o Senhor **Pedro Andrade Filho,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 094795 SSP/MS e do CPF n° 273.237.731-72, do cargo de **Assessor de Comunicação,** vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº. 151/GP/2016, e demais disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 04 de julho de 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

ADRIANA MARIA NEIS BOURSCHAIDT

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 003/GP/2016

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 04/07/2016 a 04/08/2016

PORTARIA Nº 186/GP/2016, DE 04 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº 186/GP/2016, DE 04 DE JULHO DE 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - **Nomeia** a Senhora ***Jaqueline Martins Souza,*** *matricula nº. 000982, efetiva no cargo de Agente de Saúde Ambiental, 40 horas, para exercer o Cargo de* ***Secretária Municipal de Saúde****, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.*

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 04 de julho de 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

ADRIANA MARIA NEIS BOURSCHAIDT

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 003/GP/2016

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 04/07/2016 a 04/08/2016

PORTARIA Nº 184/GP/2016

PORTARIA Nº 184/GP/2016, DE 04 DE JULHO DE 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomeia o Senhor **Anderson Jose da Silva Azevedo,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 2283848-1 SSP/MT e do CPF n° 039.545. 131-02, para exercer o cargo de **Assessor de Comunicação,** vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 04 de julho de 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

ADRIANA MARIA NEIS BOURSCHAIDT

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 003/GP/2016

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 04/07/2016 a 04/08/2016

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2016

Procedimento de licitação nº 13.031/2016

A Comissão Permanente de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 020/GP/2016 de 13/04/201 torna público para conhecimento de todos os interessados, que com amparo no art. 25, da Lei 8.666/93, realiza a *Inexigibilidade de licitação nº. 003/2016, para prestação de serviços na contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Hidroginástica para atender o Grupo de Idosos "Alegria de Viver"*, para atender as necessidades desta Municipalidade.

Colniza/MT, 04 de julho de 2016.

Leandro Moraes de Melo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PORTARIA Nº 185/GP/2016

PORTARIA Nº 185/GP/2016, DE 04 DE JULHO DE 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Exonera a pedido o Senhor **Antonio Jose da Silva**, portador do RG n.º 472148 SSP/RO e CPF nº 390.189.622-87, do cargo de**Secretário Municipal de Saúde,** vinculado à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº. 050/GP/2016, e demais disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 04 de julho de 2016.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

ADRIANA MARIA NEIS BOURSCHAIDT

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 003/GP/2016

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 04/07/2016 a 04/08/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

TERMO DE ERRATA ADITIVO 142/2016

Foi publicado no dia 13 de junho de 2016, na página 123, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, o extrato de aditivo nº. 142/2016

Onde se lê:

DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº 142/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 095/2013 E ADITIVOS NºS. 114/2013, 010, 130, 269/2014, 027, 177/2015, 255 E 294/2015, 074/2016

DATA:10/06/2016

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADO:ÉLIO RANGEL FILHO – ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR DO CONTRATO ORIGINAL N. º 095/2013 E ADITIVOS NºS. 114/2013, 010, 130, 269/2014, 027, 177, 255, 294 E 074/2016, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, PARA ATENDER AS FESTIVIDADES E DIVULGAÇÕES SOBRE EVENTOS QUE SERÃO REALIZADOS PELO MUNICÍPIO, ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E CULTURA E SAÚDE, NO VALOR DE R$ 46.750,00 (QUARENTA E SEIS MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS), VIGORANDO DE 18/06/2016 À 18/12/2016.

DOTAÇÃO: 03.03.2.011.3.3.90.39 (91) – 06.02.2.019.3.3.90.39 (219) – 07.06.2.210.3.3.90.39 (368)

Leia-se:

DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº 145/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 095/2013 E ADITIVOS NºS. 114/2013, 010, 130, 269/2014, 027, 177/2015, 255 E 294/2015, 074/2016

DATA:10/06/2016

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADO:ÉLIO RANGEL FILHO – ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR DO CONTRATO ORIGINAL N. º 095/2013 E ADITIVOS NºS. 114/2013, 010, 130, 269/2014, 027, 177, 255, 294 E 074/2016, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, PARA ATENDER AS FESTIVIDADES E DIVULGAÇÕES SOBRE EVENTOS QUE SERÃO REALIZADOS PELO MUNICÍPIO, ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E CULTURA E SAÚDE, NO VALOR DE R$ 46.750,00 (QUARENTA E SEIS MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS), VIGORANDO DE 18/06/2016 À 18/12/2016.

DOTAÇÃO: 03.03.2.011.3.3.90.39 (91) – 06.02.2.019.3.3.90.39 (219) – 07.06.2.210.3.3.90.39 (368)

EXTRATO DE TERMO DE ERRATA 056/2016

Foi publicado no dia 18 de Maio de 2016, na página 113, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, o extrato de aditivo nº. 056/2016

Onde se lê:

ADITIVO 056/2016- CANCELADO

Leia-se:

OITAVO TERMO ADITIVO Nº. 056/2016 AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 061/2014 E ADITIVOS NºS 200, 251, 267/2014, 116, 146, 229 E 292/2015

DATA: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADO: ABSOLUTA CONSTRUTORA LTDA - ME

OBJETO: prorrogação de prazo do Contrato de Execução de Obras nº 061/2014 e aditivos, para recuperação de danos causados por desastres/ Execução de drenagem de águas pluviais para contenção de erosão urbana no Município de Comodoro, em atendimento ao Contrato de Repasse nº. 0240.157-57/2007/MI/CAIXA, pelo período de mais 90 (noventa) dias, vigorando de 10/03/2016 à 08/06/2016.

TERMO DE ERRATA ADITIVO 152/2016

Foi publicado no dia 28 de junho de 2016, na página 85, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, o extrato de aditivo nº. 152/2016

Onde se lê:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 152/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 135/2015

DATA:27/06/2016

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA:ETCA – CONSULTORIA E ASSESSORIA S/C LTDA

OBJETO: a prorrogação de prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº 135/2015 referente execução de serviços de de auditoria, consultoria técnica/administrativa e assessoramento jurídico relacionado à área do gênero tributos (ISSQN), e área de gestão (previdenciário), para a execução de auditorias em notificações fiscais lançadas contra a municipalidade em datas pretéritas, recuperação administrativa ou judicial de créditos tributários devidos ao município e retidos indevidamente pela Receita Federal do Brasil e outros órgãos governamentais. Efetuar auditoria previdenciária indicando valores passíveis de compensação, pagos de forma indevida à Receita Federal, procedendo ainda à Retificação da GFIP e ainda a organização da sistemática de arrecadação municipal de tributos, com o concomitante fornecimento dos recursos humanos necessários à execução dos serviços, bem como da metodologia técnica para a racionalização da fis-

calização, cobrança, implantação de mecanismos de aferição e acompanhamento da arrecadação municipal de ISSQN, além da recuperação de tributos Municipais (ISSQN), incidentes em obras e serviços contratados nos últimos 5 (cinco) anos com o Município, o Estado e a União ou terceiros nos limites do Município, pelo período de mais 06 (seis) meses, vigorando de 30/06/2016 até 30/12/2016,

Leia-se:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 156/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 135/2015

DATA:27/06/2016

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA:ETCA – CONSULTORIA E ASSESSORIA S/C LTDA

OBJETO: a prorrogação de prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº 135/2015 referente execução de serviços de de auditoria, consultoria técnica/administrativa e assessoramento jurídico relacionado à área do gênero tributos (ISSQN), e área de gestão (previdenciário), para a execução de auditorias em notificações fiscais lançadas contra a municipalidade em datas pretéritas, recuperação administrativa ou judicial de créditos tributários devidos ao município e retidos indevidamente pela Receita Federal do Brasil e outros órgãos governamentais. Efetuar auditoria previdenciária indicando valores passíveis de compensação, pagos de forma indevida à Receita Federal, procedendo ainda à Retificação da GFIP e ainda a organização da sistemática de arrecadação municipal de tributos, com o concomitante fornecimento dos recursos humanos necessários à execução dos serviços, bem como da metodologia técnica para a racionalização da fiscalização, cobrança, implantação de mecanismos de aferição e acompanhamento da arrecadação municipal de ISSQN, além da recuperação de tributos Municipais (ISSQN), incidentes em obras e serviços contratados nos últimos 5 (cinco) anos com o Município, o Estado e a União ou terceiros nos limites do Município, pelo período de mais 06 (seis) meses, vigorando de 30/06/2016 até 30/12/2016,

TERMO DE ERRATA ADITIVO 145/2016

Foi publicado no dia 23 de junho de 2016, na página 67, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, o extrato de aditivo nº. 145/2016

Onde se lê:

SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 145/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 028/2013 E ADITIVOS nºs. 139/2013, 020, 235/2014 e 017, 217/2015, 042/2016

DATA:20/06/2016

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADO:TV PONTAL OESTE LTDA - ME,

OBJETO: o aditivo de valor do contrato original n.º 028/2013 e aditivos nºs. 139/2013, 020, 235/2014 e 017/2015, 217/2015 e 042/2016 que tem como objeto prestação de serviço de comunicação visual, vigorando de 24/06/2016 à 31/12/2016, no valor de r$42.300,00 (quarenta e dois mil e trezentos reais), sendo o valor de r$1.800,00 (hum mil e oitocentos reais) referente a 08 (oito) dias e o valor de r$40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais) referente a 06 (seis) parcelas.

DOTAÇÃO: 02.07.2.005.3.3.90.39 (44)

Leia-se:

SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 152/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 028/2013 E ADITIVOS nºs. 139/2013, 020, 235/2014 e 017, 217/2015, 042/2016

DATA:20/06/2016

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADO:TV PONTAL OESTE LTDA - ME,

OBJETO: o aditivo de valor do contrato original n.º 028/2013 e aditivos nºs. 139/2013, 020, 235/2014 e 017/2015, 217/2015 e 042/2016 que tem como objeto prestação de serviço de comunicação visual, vigorando de 24/06/2016 à 31/12/2016, no valor de r$42.300,00 (quarenta e dois mil e trezentos reais), sendo o valor de r$1.800,00 (hum mil e oitocentos reais) referente a 08 (oito) dias e o valor de r$40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais) referente a 06 (seis) parcelas.

DOTAÇÃO: 02.07.2.005.3.3.90.39 (44)

TERMO DE ERRATA ADITIVO 142/2016

Foi publicado no dia 13 de junho de 2016, na página 123, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, o extrato de aditivo nº. 142/2016

Onde se lê:

DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº 142/2016 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 095/2013 E ADITIVOS NºS. 114/2013, 010, 130, 269/2014, 027, 177/2015, 255 E 294/2015, 074/2016

DATA:10/06/2016

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADO:ÉLIO RANGEL FILHO – ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO E VALOR DO CONTRATO ORIGINAL N. º 095/2013 E ADITIVOS NºS. 114/2013, 010, 130, 269/2014, 027, 177, 255, 294 E 074/2016, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, PARA ATENDER AS FESTIVIDADES E DIVULGAÇÕES SOBRE EVENTOS QUE SERÃO REALIZADOS PELO MUNICÍPIO, ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E CULTURA E SAÚDE, NO VALOR DE R$ 46.750,00 (QUARENTA E SEIS MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS), VIGORANDO DE 18/06/2016 À 18/12/2016.

DOTAÇÃO: 03.03.2.011.3.3.90.39 (91) – 06.02.2.019.3.3.90.39 (219) – 07.06.2.210.3.3.90.39 (368)

Leia-se:

NONO TERMO ADITIVO Nº. 142/2016 AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 061/2014 E ADITIVOS NºS 200, 251, 267/2014, 116, 146, 229, 292/2015 E 056/2016

DATA:07/06/2016

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: ABSOLUTA CONSTRUTORA LTDA - ME

OBJETO: prorrogação de prazo do Contrato de Execução de Obras nº 061/2014 e aditivos, para recuperação de danos causados por desastres/ Execução de drenagem de águas pluviais para contenção de erosão urbana no Município de Comodoro, em atendimento ao Contrato de Repasse nº. 0240.157-57/2007/MI/CAIXA, pelo período de mais 90 (noventa) dias, vigorando de 07/06/2016 à 06/09/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 302/2016 DE 24 DE JUNHO DE 2016 - DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO - NILDA CLAUDIO GOMES SILVA

Portaria nº 302/2016 de 24 de Junho de 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 020/2005.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal Sra. NILDA CLAUDIO GOMES SILVA, matricula 001162, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SAUDE - ACS lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE/PSF INDEPENDENTE.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO DA LICENÇA
13/06/2008 A 11/06/2013	01/07/2016 A 28/09/2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 24 de Junho de 2016.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 303/2016 DE 28 DE JUNHO DE 2016 - LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO - DALVA GOMES FIGUEIREDO

Portaria nº 303/2016 de 28 de Junho de 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 020/2005.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal a Sra. DALVA GOMES FIGUEIREDO, matricula 010588, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVICOS GERAIS/LIMPEZA PREDIAL lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO DA LICENÇA
02/04/2007 A 30/03/2012	01/07/2016 A 28/09/2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 28 de Junho de 2016.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO CPL 41/2014

REF: Prorrogação do prazo de EXECUÇÃO do contrato original por mais 180 dias;

VIGÊNCIA: 07/07/2016 a 03/01/2017;

CONTRATADO: VIA APPIA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA;

DATA: 04/07/2016;

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 303/2016 DE 15 DE JUNHO DE 2016 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO

Portaria nº 303/2016 de 15 de Junho de 2016

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 058/2014.

RESOLVE;

Art. 1º - Designar para ocupar cargo comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ESPORTES o servidor efetivo no cargo de TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL o Sr. GELSON DE SOUZA E SILVA, matricula 000054, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/ESCOLA MUNICIPAL CENTRAL.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 15 de Junho de 2016.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 58/2016

O OBJETO: Registro de preços para aquisição futura de medicamentos;

VIGÊNCIA: 08/06/2016 a 08/06/2017;

DO VALOR: 210.509,00;

DATA: 08/06/2016;

ASSINANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT, Gaspar Domingos Lazari;

Contratado: RECMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI;

EXTRATO DE ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2016

A Prefeitura de Confresa, através de seu Pregoeiro, comunica o **ACATAMENTO** do recurso apresentado pela empresa Central Veículos Comércio e Participações Ltda. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.467.819/0001-75. O Senhor Pregoeiro **ACATA** o Recurso apresentado, nos termos descritos e decide pelo **CANCELAMENTO DA FASE DE LANCES** do Procedimento Licitatório nº 74/2016, Pregão Presencial nº 50/2016 e o cancelamento do resultado do mesmo procedimento. Será remarcada a data para a realização dos lances do processo para o dia 19/07/2016 às 16:00hs.

É a Nossa decisão.

Confresa, 01 de Julho de 2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

EXTRATO DE RECURSO APRESENTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2016

A Prefeitura de Confresa, através de seu Pregoeiro, comunica que a empresa Central Veículos Comércio e Participação Ltda. - ME, inscrita no

CNPJ sob o nº 08.467.819/0001-75, interpôs, tempestivamente, recurso na Licitação de Pregão Presencial nº 050/2016, que tem como objeto o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de veículos, pelo motivo de ser desclassificada na apresentação da proposta, uma vez que a empresa apresentou sua proposta com o valor acima do cotado pela Comissão de Licitações. A empresa recorrente requereu o reconhecimento do seu recurso, e a reconsideração da decisão da Comissão de Licitações.

É o que se apresentou.

Confresa, 16 de Junho de 2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2016

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Pregoeira, torna público que fará realizar no dia 20 de Julho de 2016, às 08:00hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, sito à Rua 13 de Maio, nº 279, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2016 do tipo Menor Preço por Item**, de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala da Comissão Pregoeira, endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 ramal 33.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS.

Confresa-MT, 04 de Julho de 2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro

EXTRATO DE ANÁLISE DO RECURSO APRESENTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2016

A Prefeitura de Confresa, através de seu Pregoeiro, comunica o **ACATAMENTO** em parte do recurso apresentado pela empresa Batista de Souza e Cia Ltda. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.062.376/0001-72. O Senhor Pregoeiro decide acatar o recurso apresentado pela falta de marcas nos produtos ofertados pela empresa Divino Marciano Lopes – ME, e pela falta da Inscrição Estadual, no entanto, os motivos de falta do RG, CPF e Contrato Social não procede uma vez que a empresa apresentou tais documentos no Credenciamento. O Senhor Pregoeiro **ACATA** o Recurso apresentado, nos termos descritos e decide pelo **CANCELAMENTO** do Procedimento Licitatório nº 64/2016, Pregão Presencial nº 42/2016.

É a Nossa decisão.

Confresa, 01 de Julho de 2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

EXTRATO DE RECURSO APRESENTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2016

A Prefeitura de Confresa, através de seu Pregoeiro, comunica que a empresa Batista de Souza e Cia Ltda. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.062.376/0001-72, interpôs, tempestivamente, recurso na Licitação de Pregão Presencial nº 042/2016, que tem como objeto o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de peças, filtros, baterias e acessórios, em desfavor da empresa Divino Marciano Lopes - ME. Dentre as razões apresentadas no recurso, é que a empresa não apresentou marca dos produtos ofertados, e deixou de apresentar Cédula de Identidade, Contrato Social e CPF dos Sócios nos documentos de habilitação, bem como o cartão de Inscrição Estadual. Onde a empresa requereu a Inabilitação da Divino Marciano Lopes – ME. O Senhor Pregoeiro irá analisar o recurso dentro do prazo legal e proferir decisão.

Confresa, 29 de Junho de 2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2016

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Pregoeira, torna público que fará realizar no dia 19 de Julho de 2016, às 08:00hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, sito à Rua 13 de Maio, nº 279, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2016 do tipo Menor Preço por Item**, de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala da Comissão Pregoeira, endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 ramal 33.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE HORAS MAQUINAS.

Confresa-MT, 04 de Julho de 2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 80/2016

DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de refeições;

VIGÊNCIA: 12 meses;

DO VALOR: 313.425,00;

DATA: 28/06/2016;

ASSINANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-Gaspar Domingos Lazari;

Contratado: Churrascaria Boi na Brasa Ltda-ME;

ADVERTÊNCIA À EMPRESA MR CAMINHÕES LTDA. - ME

Assunto: **ADVERTÊNCIA** – descumprimento de obrigações inerente à entrega do objeto solicitado.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016.

A COMISSÃOPERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICIPIO DE CONFRESA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei de Licitações nº 8. 666/1993, estatuídas no Edital do Pregão Presencial nº 16/2016 e na respectiva ATA nº 31/2016.

Resolve:

ADVERTIR a empresa MR Caminhões Ltda. - ME, CNPJ. nº 0.719.737/0001-12, representada pelo Senhor Rogério Pires Galvão RG sob o nº 3932786 DGPC/GO, CPF 709.029.681-49, por NÃO CUMPRIR o prazo de entrega do objeto solicitado pelo Município de Confresa, proveniente da ATA Registro de Preço nº 31/2016, pelos fatos e fundamentos:

No dia 25/04/2016 foi realizado o pedido através da do e-mail rogerio@mrcaminhoes.com (email informado na documentação da licitação), conforme a clausula 6 – **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATA** no item 6. 5. Entrega mediante requisição da Unidade solicitante, após requisição da

unidade solicitante o prazo para entrega equipamento é de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias, no local indicado pelo Órgão/Entidade. E até o presente momento, passados 62 (sessenta e dois) dias a entrega não foi realizada.

Destacando a necessidade da Administração requer essa medida visando o cumprimento das obrigações assumidas pela referida empresa, pois a inércia ou mesmo o descumprimento motivará as sanções cabíveis dispostas no instrumento convocatório e no registro de preço.

Assim conforme o Edital do Pregão Presencial nº 16/2016 item 01 único, ADVERTIMOS inicialmente a empresa MR Caminhões Ltda. - ME, pela não entrega do objeto.

Por fim esclarecemos que o não cumprimento integral das obrigações, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo vencimento será 05/07/2016, ensejará a aplicação de sanções expressas no Edital e na ATA de Registro de Preço entre elas o cancelamento do registro da empresa MR Caminhões Ltda. - ME da condição de contratada, bem como abertura de processo administrativo visando a Declaração de Idoneidade e Suspensão do Direito de Licitar com a Administração Publica.

Confresa-MT, 27 de Junho de 2016

Notifique e Publique – se

JOSE CARNEIRO DA SILVA

Pregoeiro e Presidente da CPL do Município de Confresa.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 307/2016 DE 30 DE JUNHO DE 2016

Portaria nº 307/2016 de 30 de Junho de 2016.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 020/2005.

RESOLVE;

CONSIDERANDO;

OFICIO 043/2016 DE 29/06/2016 DA PREVICON

Art. 1º - Exonerar do cargo efetivo de PROFESSORA DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO a Sra. OLINDINA GONCALVES DOS SANTOS, matricula 010578 lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE LAZER E CULTURA/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 30 de Junho de 2016.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 324/2016 DE 04 DE JULHO DE 2016 - • REQUERIMENTO DO SERVIDOR DE 01/07/2016

Portaria nº 324/2016 de 04 de Julho de 2016

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 020/2005, conforme Art. 128, in ver bis,

"Ao servidor municipal que se afastar do cargo e/ou especialidade ou função que estiver exercendo, para concorrer a cargo eletivo, fica assegurado o direito à percepção de sua remuneração integral".

CONSIDERANDO:

REQUERIMENTO DO SERVIDOR DE 01/07/2016.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder licença no período de 01/07/2016 a 02/10/2016 para concorrer ao cargo eletivo de vereador no pleito eleitoral de 2016 a servidor o Sr. ROMILDO ALVES DOS SANTOS, matricula 010107, efetivo no cargo de AGENTE DE VIGILANCIA PATRIMONIAL, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 04 de Julho de 2016.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 323/2016 DE 04 DE JULHO DE 2016 - LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO -

Portaria nº 323/2016 de 04 de Julho de 2016

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 020/2005, conforme Art. 128, in ver bis,

"Ao servidor municipal que se afastar do cargo e/ou especialidade ou função que estiver exercendo, para concorrer a cargo eletivo, fica assegurado o direito à percepção de sua remuneração integral".

CONSIDERANDO:

REQUERIMENTO DO SERVIDOR DE 01/07/2016.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder licença no período de 01/07/2016 a 02/10/2016 para concorrer ao cargo eletivo de vereador no pleito eleitoral de 2016 a servidor o Sr. GILSON LOPES DE ALMEIDA, matricula 000913, efetivo no cargo de PROFESSOR DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/ESCOLA MUNICIPAL PAU BRASIL.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 04 de Julho de 2016.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 89/2016

O OBJETO: Registro de Preços para aquisição futura de material de limpeza hospitalar;

VIGÊNCIA: 04/07/2016 a 04/07/2017;

DO VALOR: 31.248,00;

DATA: 04/07/2016;

ASSINANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT, Gaspar Domingos Lazari;

Contratado: JW DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME;

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2016

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Pregoeira, torna público que fará realizar no dia 25 de Julho de 2016, às 08:00hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, sito à Rua 13 de Maio, nº 279, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2016 do tipo Menor Preço por Item**, de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala da Comissão Pregoeira, endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 ramal 33.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL E EVENTUAL LOCAÇÃO DE TENDAS.

Confresa-MT, 04 de Julho de 2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 178/2016

"Dispõe sobre Afastamento para fins de atividade política, de servidor que menciona."

Walmir Guse, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, no uso de competência que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Complementar 64/90,

RESOLVE:

Art. 1° AFASTAR a servidora **MARLENE APARECIDA DA SILVA**, portadora do RG nº 335.443 SSP/MT, matrícula nº 265, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentado, regime estatutário, das atividades do Conselho de Inspeção Sanitária, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, do Conselho do FETHAB, do Conselho Municipal de Assistência Social, do Conselho Municipal do Trabalho e do Conselho Municipal de Saúde, a partir de 02/07/2016, e se estenderá até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito, para concorrer ao cargo eletivo de vereador.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de julho de 2016.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de julho de 2016.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 177/2016

"Dispõe sobre Afastamento para fins de atividade política, de servidor que menciona."

Walmir Guse, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, no uso de competência que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Complementar 64/90,

RESOLVE:

Art. 1° AFASTAR o servidor **EDSON MARCOS RODRIGUES**, portador do RG nº 14524430 SSP/MT, matrícula nº 490, Técnico em Radiologia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, regime estatutário, das atividades do Conselho Municipal de Saúde, a partir de 02/07/2016, e se estenderá até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito, para concorrer ao cargo eletivo de vereador.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de julho de 2016.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de julho de 2016.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 176/2016

"Dispõe sobre Afastamento para fins de atividade política, de servidor que menciona."

Walmir Guse, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, no uso de competência que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Complementar 64/90,

RESOLVE:

Art. 1° AFASTAR o servidor **ODAIR JOSE VARGAS**, portadora do RG nº 17/R-2.873.142 SSP/SC, matrícula nº 204, Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, regime estatutário, das atividades do Conselho Municipal de Alimentação Escolar e do Conselho da Previdência, a partir de 02/07/2016, e se estenderá até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito, para concorrer ao cargo eletivo de vereador.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de julho de 2016.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de julho de 2016.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 175/2016

"Dispõe sobre Afastamento para fins de atividade política, de servidor que menciona."

Walmir Guse, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, no uso de competência que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Complementar 64/90,

RESOLVE:

Art. 1° AFASTAR o servidor **ALOISIO DA CHAGAS BEZERRA**, portador do RG nº 2675053-8 SSP/MT, matrícula nº 242, Técnico em Agropecuária, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentado, regime estatutário, das atividades do Conselho Municipal de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Municipal do Idoso, a partir

de 02/07/2016, e se estenderá até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito, para concorrer ao cargo eletivo de vereador.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de julho de 2016.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de julho de 2016.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 174/2016

"Dispõe sobre Afastamento para fins de atividade política, de servidor que menciona."

Walmir Guse, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, no uso de competência que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Complementar 64/90,

RESOLVE:

Art. 1° AFASTAR do servidor **ALDEIR FARIAS SIMOES**, portador do RG nº 12368555 SSP/MT, matrícula nº 245, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, regime estatutário, das atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, a partir de 02/07/2016, e se estenderá até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito, para concorrer ao cargo eletivo de vereador.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de julho de 2016.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de julho de 2016.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 173/2016

"Dispõe sobre Afastamento para fins de atividade política, de servidor que menciona."

Walmir Guse, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, no uso de competência que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Complementar 64/90,

RESOLVE:

Art. 1° AFASTAR o servidor **JACI RODRIGUES MAGALHAES**, portador do RG nº 2.210.086 SSP/MG, matrícula nº 996, Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Obras, regime estatutário, das atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, a partir de 02/07/2016, e se estenderá até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito, para concorrer ao cargo eletivo de vereador.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de julho de 2016.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de julho de 2016.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 172/2016

"Dispõe sobre Afastamento para fins de atividade política, de servidor que menciona."

Walmir Guse, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, no uso de competência que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Complementar 64/90,

RESOLVE:

Art. 1° AFASTAR a servidora **IVANILDA MATIAS CACERES**, portadora do RG nº 1558509-3 SSP/MT, matrícula nº 165, ocupante do cargo de Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, regime estatutário, das atividades do Conselho de Alimentação Escolar, do FUNDEB e do Conselho Municipal de Educação, a partir de 02/07/2016, e se estenderá até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito, para concorrer ao cargo eletivo de vereador.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de julho de 2016.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de julho de 2016.

Walmir Guse

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 171/2016

"Nomeia o Corpo Técnico do Serviço de Inspeção Municipal – SIM."

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições conferidas pelo artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando as disposições contidas na Lei 456/2014, regulamentada pelo Decreto nº 019/2016,

RESOLVE

Art. 1° - Nomear para compor o Corpo Técnico do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, os seguintes membros:

Supervisor: Fabrício Rui Bianco (Nutricionista)

Fiscal: Dansley Alves Brás (Técnico em Agropecuária)

Coordenadora: Geovana Maria de Almeida (Técnico em Agropecuária)

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Cumpra-se.

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

Gabinete do Prefeito, em 1 de Julho de 2016.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Conquista D' Oeste , Senhor Walmir Guse, no uso das suas atribuições legais , invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, amparado no **art. 48** e no seu **Parágrafo Único** da Lei Complementar n° **101/2000,** vem por meio deste convidar a população à participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, no dia 11 de julho de 2016 (segunda-feira), com início às 15:00 horas, na **Câmara Municipal,** onde tratará da Elaboração da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2017.

Conquista D' Oeste-MT, 27 de Junho de 2016.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 059/2016

"Nomeia representantes para compor a Equipe Técnica de Acompanhamento ao PME"

WALMIR GUSE, Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear para compor a Equipe Técnica de Acompanhamento ao PME os seguintes membros:

Representantes da Secretaria de Educação

Mirne Maria Romualdo Ogleice Lorraine Gonçalves Paes Vargas

Representantes do Conselho Municipal de Educação

Dalvani Ferreira Dias

Representantes do Poder Legislativo

Odair Jose Vargas

Representante da Rede Municipal de Educação

Marilsa de Mello Almeida

Representantes da Rede Estadual de Educação

Rilane Silva Reverdito Geminiano

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Cumpra-se.

Certifico que este ato foi publicado mediante afixação no mural desta Prefeitura Orgânica do Município e no site www.conquistadoeste.mt.gov.br

Gabinete do Prefeito, em 29 de Junho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL - SRP N° 023/2016 PROCESSO N° 037/2016

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS n° 023/2016 – OBJETO**: "SOFTWARE DE GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS; COM EXECUÇÃO LOCAL; COM IMPORTAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS EM USO NA ENTIDADE; COM MECANISMO PARA LOCALIZAÇÃO FÍSICA DOS ORIGINAIS E BUSCA NOS HISTÓRICOS; COM FERRAMENTAS PARA AUDITAGEM DE AÇÕES (INCLUSÕES, CONSULTAS, ALTERAÇÕES ANTES E DEPOIS E EXCLUSÕES) REALIZADAS INDIVIDUALMENTE PELOS USUÁRIOS; COM OPÇÃO PARA EXTRAÇÃO/EXPORTAÇÃO EM LOTE DOS ARQUIVOS INSERIDOS NA BASE DE DADOS PARA PENDRIVES, UNIDADES EXTERNAS OU OUTRA MÍDIA QUE SE FIZER NECESSÁRIA, SENDO QUE A NOMENCLATURA FINAL DEVE ESTAR DE ACORDO COM A PADRONIZAÇÃO E EXIGÊNCIAS PARA ATENDIMENTO AO APLIC-TCE/MT; ATUALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ACORDO COM A ELABORAÇÃO DO PLANO ORGANIZACIONAL PARA ARQUIVOS E TREINAMENTO DA EQUIPE E DOS SETORES AFINS. DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO (TRATAMENTO DOS DOCUMENTOS), DIGITALIZAÇÃO (ESCANEAMENTO), COM CONTROLE DE QUALIDADE DAS IMAGENS, INDEXAÇÃO (INSERÇÃO NO SOFTWARE GED) E DISPONIBILIZAÇÃO DOS PROCESSOS DIGITALIZADOS PARA CONSULTA E/OU EXPORTAÇÃO, ETIQUETAMENTO E ACONDICIONAMENTO".**Validade da proposta são de: 60 dias. PRAZO: 6 MESES. MENOR PREÇO GLOBAL, CONFORME DESCRITO ABAIXO:

A empresa**GUARÁ ASSESSORIA E SERVIÇOS EM GESTÃO EIRELI-ME, CNPJ: 05.976.090/0001-74,** foi vencedora no item abaixo relacionados:

SERVIÇO PROPOSTO: IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS; COM EXECUÇÃO LOCAL; COM IMPORTAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS EM USO NA ENTIDADE; COM MECANISMO PARA LOCALIZAÇÃO FÍSICA DOS ORIGINAIS E BUSCA NOS HISTÓRICOS; COM FERRAMENTAS PARA AUDITAGEM DE AÇÕES (INCLUSÕES, CONSULTAS, ALTERAÇÕES ANTES E DEPOIS E EXCLUSÕES) REALIZADAS INDIVIDUALMENTE PELOS USUÁRIOS; COM OPÇÃO PARA EXTRAÇÃO/EXPORTAÇÃO EM LOTE DOS ARQUIVOS INSERIDOS NA BASE DE DADOS PARA PENDRIVES, UNIDADES EXTERNAS OU OUTRA MÍDIA QUE SE FIZER NECESSÁRIA, SENDO QUE A NOMENCLATURA FINAL DEVE ESTAR DE ACORDO COM A PADRONIZAÇÃO E EXIGÊNCIAS PARA ATENDIMENTO AO APLIC-TCE/MT; ATUALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ACORDO COM A ELABORAÇÃO DO PLANO ORGANIZACIONAL PARA ARQUIVOS E TREINAMENTO DA EQUIPE E DOS SETORES AFINS. DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO (TRATAMENTO DOS DOCUMENTOS), DIGITALIZAÇÃO (ESCANEAMENTO), COM CONTROLE DE QUALIDADE DAS IMAGENS, INDEXAÇÃO (INSERÇÃO NO SOFTWARE GED) E DISPONIBILIZAÇÃO DOS PROCESSOS DIGITALIZADOS PARA CONSULTA E/OU EXPORTAÇÃO, ETIQUETAMENTO E ACONDICIONAMENTO			
DESCRIÇÃO	**QUANT**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
IMPLANTAÇÃO ENVOLVENDO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA BASE DE DADOS E SOFTWARE GERENCIADOR NO SERVIDOR DA APLICAÇÃO BEM COMO NAS MAQUINAS (TERMINAIS) QUE SERÃO UTILIZADAS PARA ACESSO AS INFORMAÇÕES CATALOGADAS; TREINAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS QUE FARÃO A DIGITALIZAÇÃO, INSERÇÃO OU EDIÇÃO DOS DOCUMENTOS CONTEMPLANDO NOÇÕES BÁSICAS DE TÉCNICAS E SEGURANÇA PARA MANUSEIO DOS DOCUMENTOS, ARQUIVISTICA, E PADRÕES DIGITAIS; TREINAMENTO DE DEMAIS FUNCIONÁRIOS DA ENTIDADE QUE TERÃO NIVEL DE ACESSO PARA CONSULTA/COMPARTILHAMENTO.	**1**	**R$ 35. 000,00**	**R$ 35. 000,00**
LICENÇA MENSAL DO SOFTWARES, COM SUPORTE TÉCNICO, CORREÇÃO DE ERROS E IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS	**6**	**R$ 3. 533,33**	**R$ 21. 199,98**
TRATAMENTO DOS DOCUMENTOS PARA DIGITALIZAÇÃO COM A RETIRADA DE GRAMPOS, CLIPS, TRILHOS, TACHINHAS, FITAS ADESIVAS, ASSIM COMO DESAMASSAR/ALISAR O PAPEL PARA SER POSSÍVEL SUA MANIPULAÇÃO NOS SCANNERS	**400. 000**	**R$ 0,05**	**R$ 20. 000,00**
FASE DE DIGITALIZAÇÃO E CONTROLE DE QUALIDADE DAS IMAGENS EVITANDO EXCESSOS DE CLAROS/ESCUROS, IMAGENS VIRADAS, ILEGIVEIS, FORA DOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELO APLIC TCE/MT NO TOCANTE AO FORMATO FINAL (PDF) AO LIMITE DE TAMANHO E A NOMENCLATURA	**400.00**	**R$ 0. 06**	**R$ 24. 000,00**
INDEXAÇÃO (INSERÇÃO DOS ARQUIVOS) EM SISTEMA DE GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS; IMPRESSÃO DE ETIQUETAS PARA ENDEREÇAMENTO FISICO DOS PROCESSOS; ACONDICIONAMENTO EM CAIXAS PLÁSTICAS CONSIDERANDO ESTÁGIOS DE EVOLUÇÃO E COM ETIQUETAS PARA IDENTIFICAÇÃO DO SEU CONTEÚDO.	**400.00**	**R$ 0. 15**	**R$ 60. 000,00**
TOTAL GERAL			**R$ 160. 199,98**

Cotriguaçu/MT, 04 de Julho de 2016

Rosangela Aparecida Nervis

Prefeita Municipal de Cotriguaçu/MT

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 029/2016

EMENTA: Concede afastamento por prazo determinado a funcionário Srº **FLORENTINO APARECIDO MARTINS.**

O Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Considerando requerimento do servidor e seus direitos adquiridos;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder afastamento **a Srº FLORENTINO APARECIDO MARTINS,** Servidor Efetivo no Cargo de Assessor Jurídico, no período de 02 de Julho de 2016 a 02 de Outubro de 2016, em razão de que o mesmo concorrerá a cargo Eletivo de Vereador/Prefeito neste Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cotriguaçu, 04 de julho de 2.016.

Valdivino Mendes dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

Registra-se, Publique-se,

Marineide Krieser Vieira

Agente Administrativo

CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2016 PROCESSO 045/2016

Encontra-se aberta, na Comissão Permanente de Licitação, situada à AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CHAMADA PÚBLICA, com a finalidade de**"AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA MUNICIPAL NOVA ESTRELA",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital. Regem a presente chamada pública, atendendo a Lei nº. 11.947 / 2009, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta chamada pública ocorrerá **no dia 25 (vinte e cinco) de Julho de 2016, às 09:00 (nove) horas,** na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação.

Cotriguaçu, 04 de Julho de 2016.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICONº. 045/2016

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43.311/2016)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano - SMASDH

Objeto: Contratação de empresas para aquisição de material de consumo (de expediente/ escritório) e permanente (mobiliários para escritório, equipamentos eletrônicos e de informática), serviços gráficos, de locação de auditório e de fornecimento de almoço visando a capacitação e estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD, conforme Convênio SICONV nº 785200/2013, firmado entre o Município de Cuiabá e a SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano- SMASDH, conforme especificações descritas no Termo de Referência e demais condições contidas neste Edital e seus Anexos.

Data/Horário: 20/07/2016 às 10h00min (dez horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações: Tal prorrogação se dá para readequações no edital devido a impugnações.

Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2016

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

José Dias de Oliveira

Diretor Especial de Licitações e Compras

Eroaldo de Oliveira

Secretário Adjunto de Gestão

Cuiabá/MT, 04 de julho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 024/2016

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADA: J. G. DE OLIVEIRA TRANSPORTES - ME

CNPJ Nº 10.553.423/0001-92

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 (QUARENTA E CINCO) PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, NAS EVENTUAIS SUBSTITUIÇÕES DA FROTA MUNICIPAL

VALOR: R$ 166.470,60 (Cento e Sessenta e Seis Mil, Quatrocentos e Setenta Reais e Sessenta Centavos).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 31/12/2016.

DATA DE ASSINATURA: 10/06/2016.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sr. JUVENIL GOMES DE OLIVEIRA - Proprietário.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 025/2016

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADA: D. DOS SANTOS BASTOS - ME

CNPJ Nº 19.938.196/0001-98

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA NO ENVIO DAS INFORMAÇÕES DO APLIC A SEREM ENVIADAS AO TCE/MT PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA – MT.

VALOR: R$ 34.283,31 (Trinta e Quatro Mil, Duzentos e Oitenta e Três Reais e Trinta e Um Centavos).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 31/12/2016.

DATA DE ASSINATURA: 23/06/2016.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sr. DANILO DOS SANTOS BASTOS - Proprietário.

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO DISTRATO/RESCISÃO DO CONTRATO N°. 017/2015

Contratado(a): **WILZA SOARES DOS SANTOS TEIXEIRA**; Objeto: Prestação de serviços no cargo de **TECNICO EM ENFERMAGEM** Motivo: Rescisão sem justa causa por iniciativa do Empregador; Vigência: 05/01/2015 a 29/07/2016; Vencimento: R$ 1.537,87 mensal; Distrato em 01/07/2016.

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO DISTRATO/RESCISÃO DO CONTRATO N°. 030/2016

Contratado(a): **LUCIANA MESSIAS DE AGUIAR**; Objeto: Prestação de serviços no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO** Motivo: Rescisão sem justa causa por iniciativa do Empregador; Vigência: 01/04/2016 a 31/07/2016; Vencimento: R$ 943,61 mensal; Distrato em 01/07/2016.

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO DISTRATO/RESCISÃO DO CONTRATO N°. 022/2016

Contratado(a): **SOLANGE MARTINS DOS SANTOS**; Objeto: Prestação de serviços no cargo de **MEDICO CLINICO GERAL** Motivo: Rescisão sem justa causa por iniciativa do Empregador; Vigência: 01/03/2016 a 31/08/2016; Vencimento: R$ 7.414,07 mensal; Distrato em 01/07/2016.

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO DISTRATO/RESCISÃO DO CONTRATO N°. 028/2016

Contratado(a): **MIRELA RAMOS**; Objeto: Prestação de serviços no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** Motivo: Rescisão sem justa causa por iniciativa do Empregador; Vigência: 01/04/2016 a 31/07/2016; Vencimento: R$ 880,00 mensal; Distrato em 01/07/2016.

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO DISTRATO/RESCISÃO DO CONTRATO N°. 031/2016

Contratado(a): **DIRCEU ANTONIO VELOZO**; Objeto: Prestação de serviços no cargo de **VIGIA** Motivo: Rescisão sem justa causa por iniciativa do Empregador; Vigência: 08/04/2016 a 08/08/2016; Vencimento: R$ 880,00 mensal; Distrato em 30/06/2016.

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO DISTRATO/RESCISÃO DO CONTRATO N°. 029/2016

Contratado(a): **MARCOS MACENA DE CARVALHO**; Objeto: Prestação de serviços no cargo de **VIGIA** Motivo: Rescisão sem justa causa por iniciativa do Empregador; Vigência: 01/04/2016 a 31/07/2016; Vencimento: R$ 880,00 mensal; Distrato em 30/06/2016.

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO DISTRATO/RESCISÃO DO CONTRATO N°. 020/2015

Contratado(a): **CLAUDINA RAMOS DA CRUZ**; Objeto: Prestação de serviços no cargo de **TECNICO EM ENFERMAGEM** Motivo: Rescisão sem justa causa por iniciativa do Empregador; Vigência: 05/01/2015 a 29/07/2016; Vencimento: R$ 1.537,87 mensal; Distrato em 01/07/2016.

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO DISTRATO/RESCISÃO DO CONTRATO N°. 006/2016

Contratado(a): **LUIZA DE OLIVEIRA**; Objeto: Prestação de serviços no cargo de **TECNICO EM ENFERMAGEM** Motivo: Rescisão sem justa causa por iniciativa do Empregador; Vigência: 18/01/2016 a 17/07/2016; Vencimento: R$ 1.537,87 mensal; Distrato em 01/07/2016.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 023/2016

CONTRATANTE: Município de Curvelândia

CONTRATADA: L. P. FRADE - ME

CNPJ Nº 19.398.081/0001-58

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 45 (QUARENTA E CINCO) PASSAGEIROS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, NAS EVENTUAIS SUBSTITUIÇÕES DA FROTA MUNICIPAL

VALOR: R$ 59.262,00 (CINQUENTA E NOVE MIL, DUZENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 31/12/2016.

DATA DE ASSINATURA: 10/06/2016.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sr. LUIZ PEREIRA FRADE - Proprietário.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 022/2016

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADA: MONTREAL COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES EIRELLI - ME

CNPJ Nº 22.580.606/0001-86

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FATURAMENTO COM LEITURA DE CONSUMO DE ÁGUA ATRAVÉS DE HIDRÔMETROS E SERVIÇOS DE SUSPENÇÃO DE FORNECIMENTO POR DÉBITO, POR PEDIDO, RESTABELECIMENTO DE FORNECIMENTO DE AGUA, INSTALAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE HIDRÔMETROS, SERVIÇOS TÉCNICOS DE GERENCIAMENTO COMERCIAL E OPERACIONAL, MIGRAÇÃO DE DADOS, CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES INICIAIS, FATURAMENTO DOS MESES EM ATRASO, DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO CURVELÂNDIA –MT

VALOR: R$ 65.000,00 (SESSENTA E CINCO MIL REAIS).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 31/12/2016.

DATA DE ASSINATURA: 13/06/2016.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sr. THIAGO WAGNER ZAGO - Representante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 014/2016

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, RATIFICA a presente Dispensa de Licitação enquadrada no Inciso II do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e, ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda a contratação da empresa **LUAN HENRIQUE PEREIRA DA SILVA,** CNPJ: 24.484.803/0001-27, no valor previsto de **R$ 7.400,00** (Sete mil e quatrocentos Reais), Objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E REPARO DO TELHADO E INTURA DA SALA QUE OCUPA O BOLSA FAMILIA E SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT.** Correndo tal despesa à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2016.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Diamantino - MT, 04 de Julho de 2016.

_____

JUVIANO LINCOLN

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR JURÍDICO
TERMO DE COMODATO N.º 173/2016

TERMO DE COMODATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT E INSTITUTO MATO–GROSSENSE DO ALGODÃO – IMA/MT.

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO,** pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MT sob nº 03.648.540/0001-74, com sede administrativa na cidade de Diamantino, na Av. Des. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2341, Bairro Jardim Eldorado, Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, neste ato representado por seu Prefeito Senhor **JUVIANO LINCOLN**,brasileiro, Separado Judicialmente, Engenheiro Florestal, portador da Carteira de Identidade RG. nº. 378.465 - SSP/MT e do CPF. nº. 304. 779.991-15, com endereço na Chácara Ribanceira, s/nº, no Jardim Guaraná, residente e domiciliado neste Município, doravante **COMODATÁRIO**, e o **INSTITUTO MATO-GROSSENSE DO ALGODÃO**, inscrito no CNPJ sob o nº. 08.706.600/0001-81 com endereço na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, N.º 157, Cuiabá – MT, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo **Sr. ALVARO LORENÇO ORTOLAN SALLES**, brasileiro, divorciado, portador da CPF 358 389 149 04 e portador do RG nº. 2066 664-SSP-PR, residente e domiciliado na Rua Joaquim de Oliveira n.º 982, Rondonópolis-MT**,** neste ato denominado simplesmente **COMODANTE**, RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COMODATO Nº. 173/2016**, em conformidade às exigências da Lei Federal 8.666/93, e princípios que regem a Administração Pública e demais normatizações pertinentes, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Comodato de Máquinas Industriais, que se regerá pelas cláusulas seguintes, sendo completado pela anexa relação das máquinas entregues que deve ser considerada parte integrante do contrato e, no que for omisso, pelo que está disposto no Código Civil.

DO OBJETO DO CONTRATO:

Cláusula 1ª – O objeto do presente contrato é a cessão, pelo COMODANTE ao COMODATÁRIO, para uso e gozo, das máquinas industriais relacionadas, descritas e valoradas na anexa relação.

DO USO:

Cláusula 2ª – As máquinas industriais cedidas pelo presente contrato serão utilizadas com a finalidade de produzir peças de vestuário para o COMODATÁRIO e /ou facção para outras empresas caso o COMODATÁRIO ache necessário.

Parágrafo Único – É vedado o uso das máquinas objeto do presente contrato por terceiros que não sejam cooperados do COMODATÁRIO, ou empregados desses ou da próprio COMODATÁRIO, como para fins diversos dos objetos da empreso COMODATÁRIO ou para fins a que as máquinas cedidas não se destinam.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO:

Cláusula 3ª – O COMODATÁRIO deve zelar e cuidar dos equipamentos cedidos através do presente contrato como se seus fossem, conservando-os em perfeito estado de funcionamento, realizando a sua manutenção e respectivos consertos.

Parágrafo 1º - Independentemente da realização de eventuais consertos, o COMODATÁRIO se obriga a efetuar, a cada 03 (três) meses, uma revisão de manutenção técnica nas máquinas cedidas pelo presente contrato;

Parágrafo 2º - O COMODATÁRIO se obriga a comunicar à **COMODANTE** eventuais defeitos encontrados nos equipamentos cedidos, como eventual perda, providenciando o devido conserto ou reposição, conforme o caso;

Parágrafo 3º - Quando da devolução das máquinas cedidas, deverão estar os equipamentos nas mesmas condições de uso que estava à época da cessão, salvo o desgaste pelo uso regular, que não será considerado;

Parágrafo 4º - O COMODATÁRIO não pode escusar-se reparos, substituição ou indenização das máquinas, alegando que seu cooperado / sócio, que deu causa à perda ou dano, é o responsável pelo fato, cabendo a ela a total responsabilidade, perante **COMODANTE**, nada impede que ele (comodatário) venha a demandar contra o cooperado / sócio para o eventual ressarcimento do prejuízo.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMODANTE:

Cláusula 4ª – A COMODANTE se obriga a ceder às máquinas industriais relacionadas no anexo em perfeita condição de uso, para que assim possam ser devolvidas, devendo fazer os consertos e reparos, se for verificado que os equipamentos estejam com defeito, mesmo ocultos, quando da entrega, ou ressarcir o COMODATÁRIO pelos defeitos que assim tiver de reparar, caso a própria **COMODANTE** não o faça.

DO PRAZO E RESCISÃO:

Cláusula 5ª – O presente contrato terá a vigência de 01 (um) ano, a iniciar-se na data da assinatura do contrato, findo qual prazo o COMODATÁRIO se obriga a devolver imediatamente as máquinas cedidas, salvo o caso de renovação contratual expressa, firmada entre as partes.

Cláusula 6ª – A parte que for prejudicada apela outra pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato poderá considerá-lo rescindido de pleno direito, mediante notificação à outra parte.

Parágrafo 1º - A rescisão do contrato, seja pelo vencimento, seja por infração contratual ou, mesmo, por deliberação consensual das partes, implica na obrigação do COMODATÁRIO de devolver imediatamente as máquinas cedidas, salvo se a **COMODANTE** conceder prazo especial para essa devolução.

Parágrafo 2º - Se o COMODATÁRIO não restituir as máquinas objeto do presente contrato na data estipulada, deverá pagar, enquanto as detiver em seu poder, o aluguel que a **COMODANTE** arbitrar.

Parágrafo 3º - A **COMODANTE** não se obriga a indenizar ao COMODATÁRIO as despesas de conservação e manutenção dos equipamentos, bem como os reparos de danos causados pelo uso dos equipamentos cedidos.

DA SUBSTITUIÇÃO, NO CASO DE PERDA OU DANO:

Cláusula 7ª - No caso de perda, roubo ou dano em equipamento ou equipamentos cedidos por este contrato, a COMODANTÁRIA se obriga a pagar à COMODANTE o valor da máquina, estipulado na relação de máquinas, em anexo, podendo, porém, se lhe aprouver, entregar outro equipamento similar e em iguais condições daquele extraviado, roubado ou inutilizado.

DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Cláusula 8ª – O uso das máquinas industriais cedidas por este contrato pelos cooperados, ou, sócios do COMODATÁRIO, mesmo na confecção de roupas para a **COMODATANTE**, não implica em qualquer vínculo empregatício daqueles com esta.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas da execução e interpretação deste termo, as partes elegem o Foro da Comarca de Diamantino/MT, por mais privilegiado que seja outro.

E assim, por estarem ajustadas e acordes, lavrou-se o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelos partícipes, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que surta os legais e jurídicos efeitos.

Diamantino/MT, 01º de junho de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

ALVARO LORENÇO ORTOLAN SALLES

Instituto Mato-Grossense do Algodão

TESTEMUNHAS:

Nome: EDEMAR ROSAS DOS SANTOS JÚNIOR

RG: 4532479 SSP/PA

CPF: 860.387.292-91

Nome: OSMAR RODRIGUES DE SOUZA

RG: 255.797 SSP/MT

CPF: 206.658.491-68

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DECRETO Nº 101/GAB/2016

Dispõe sobre exoneração da servidora efetiva, e dá outras providências.

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino-Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.67, VI da Lei Orgânica do Município e,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, conforme a Carta de Concessão, protocolada no dia 30/06/2016, pelo motivo de aposentadoria por Idade, no cargo de Professora, sob o numero do beneficio nº 162.862.431-8, requerido junto ao INSS, no dia 18/04/2016, pela servidora efetiva **DIRCE FRANCISCA DA SILVA ARRUDA**, **portadora CPF nº 535.239.031-49 e RG nº 275937,lotada na Escola Municipal Castro Alves**, em que foi concebido o beneficio, ficando assim exonerada das suas funções a partir do dia 01 de Julho de 2016.

Art. 2° – Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrario.

Diamantino/MT, 01 de Julho de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

SETOR JURÍDICO
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 172/2016

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT E INSTITUTO MATO–GROSSENSE DO ALGODÃO – IMA/MT.

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO,** pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MT sob nº 03.648.540/0001-74, com sede administrativa na cidade de Diamantino, na Av. Des. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2341, Bairro Jardim Eldorado, Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, neste ato representado por seu Prefeito Senhor **JUVIANO LINCOLN**,brasileiro, Separado Judicialmente, Engenheiro Florestal, portador da Carteira de Identidade RG. nº. 378.465 - SSP/MT e do CPF. nº. 304.779.991-15, com endereço na Chácara Ribanceira, s/nº, no Jardim Guaraná, residente e domiciliado neste Município, e o **INSTITUTO MATO-GROSSENSE DO ALGODÃO**, inscrito no CNPJ sob o nº. 08.706.600/0001-81 com endereço na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, N.º 157, Cuiabá – MT, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo **Sr. ALVARO LORENÇO ORTOLAN SALLES**, brasileiro, divorciado, portador da CPF 358 389 149 04 e portador do RG nº. 2066 664-SSP-PR, residente e domiciliado na Rua Joaquim de Oliveira n.º 982, Rondonópolis-MT**,** neste ato denominado simplesmente IMA-MT, RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 172/2016**, em conformidade às exigências da Lei Federal 8.666/93, e princípios que regem a Administração Pública e demais normatizações pertinentes, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo de cooperação tem por objeto a formalização de cooperação mútua, visando a integração institucional entre o **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT e o INSTITUTO MATO-GROSSENSE DO ALGODÃO - IMA**, para a **implantação de um Centro de Treinamento para qualificação de mão de obra em confecção e desenvolvimento da indústria têxtil** e a **preparação de corpo discente de Costura Industrial**, propiciando aos alunos, o desenvolvimento pessoal e profissional, complementando o ensino de aprendizagem em termos de atividades, aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e de relacionamento humano.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas das obrigações firmadas pelos partícipes correrão por conta de seus respectivos orçamentos vigentes.

Parágrafo Único – O presente instrumento não envolve transferência de recursos entre os partícipes.

CLÁUSULA TERÇEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

Compete ao IMA-MT:

Disponibilizar os equipamentos necessários para a realização dos cursos no período do presente convênio;Disponibilizar de instrutores, mecânicos de máquinas de costura e administrativo, qualificados para a execução do programa;Responsabilizar-se pelo pagamento dos salários e encargos trabalhistas e assistenciais dos instrutores, do mecânico e de seu administrativo lotados no programa; Fornecer os materiais de consumo necessário ao período específico do Treinamento, ou seja, nos primeiros 45 dias de treinamentos.Responsabilizar-se pelo seguro e serviços de manutenção das máquinas de costura durante o convênio;Disponibilizar consultoria independente para orientação de treinamento e produção durante a vigência do convênio.Responsabilizar pela certificação dos treinandos, pela AMPA e IMA-MT;Responsabilizar-se pelas despesas de transportes para as instrutoras e mecânicos durante a permanência do convênio.Responsabilizar pela aquisição de todo material de consumo, durante os primeiros 45 dias de treinamento, sendo que, após, todo material de treinamento, pelo mesmo período de 45 dias, ficará por conta do Município;Responsabilizar-se pela provisão de insumos e materiais específicos dos treinamentos;Responsabilizar-se pela Emissão de relatórios bi-

mestrais sobre o uso dos equipamentos e insumos cedidos, e o acompanhamento de seus objetivos;Auxiliar durante a vigência deste convênio na criação, modelagem, corte e montagem de peças piloto, fichas técnicas, e orientação no treinamento de pessoas.

Compete ao MUNICÍPIO:

1. Disponibilizar local com segurança para o funcionamento da Escola;

2. Responsabilizar-se pelo pagamento das despesas com limpeza, impostos, energia, água e esgoto;

3. Disponibilizar suas instalações para eventuais reuniões, treinamentos e cerimônias de conclusão de curso;

4. Responsabilizar-se pela guarda da produção realizada durante os treinamentos;

5. Fazer a seleção das pessoas que participarão do treinamento;

6. Responsabilizar-se pela administração do local onde serão realizados os cursos;

7. Responsabilizar-se pelas despesas de alimentação e hospedagem dos instrutores, mecânicos e dos coordenadores em suas visitas ao município durante a vigência do projeto;

8. Responsabilizar-se pelo pagamento das despesas com vigilância, garantindo a segurança do local onde se darão os cursos;

9. Responsabilizar pela confecção das mesas que compõe o Layout, ou seja, mesa de layout, mesa de suporte e mesa de corte;

10. Após os 45 dias de treinamentos, providenciar aquisição de todo material de consumo, sendo a compra de tecidos, linhas, fios, agulhas e aparelhos, pelo mesmo período de 45 dias, até completar 90 dias de curso.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRODUÇÃO

Durante os 45 dias iniciais de curso, todo o material produzido será destinado ao IMA-MT, enquanto que, àqueles produzidos nos 45 dias subsequentes, serão exclusivos do Município, para atender suas demandas, tais como, com uniformes escolares.

Parágrafo Único – Após 90 dias de curso, a equipe em treinamento será responsável pela aquisição de todo o material de consumo (tecidos, linhas, fios, agulhas e aparelhos), cuja destinação da produção ficará a seu critério.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

A vigência deste instrumento é por prazo determinado, iniciando-se a partir da data de sua assinatura e vigorando por **01 (um) ano**, período em que se dará a perfeita execução do objeto do presente Termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO

O presente termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as Cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ADITAMENTO

Por mútua concordância dos partícipes as disposições do presente Termo de Cooperação poderão ser alteradas a qualquer tempo, no todo ou em parte, através de termos aditivos desde que não altere o seu objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O Presente Termo poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ou rescindido de comum acordo entre os partícipes, ou ainda, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido.

Parágrafo Único - A rescisão somente não abrangerá as turmas já iniciadas e em andamento, as quais deverão concluir o curso, conforme previsão do cronograma do Curso.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas da execução e interpretação deste termo, as partes elegem o Foro da Comarca de Diamantino/MT, por mais privilegiado que seja outro.

E assim, por estarem ajustadas e acordes, lavrou-se o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma que depois de lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelos partícipes, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que surta os legais e jurídicos efeitos.

Diamantino/MT, 01º de junho de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

ALVARO LORENÇO ORTOLAN SALLES

Instituto Mato-Grossense do Algodão

TESTEMUNHAS:

Nome: EDEMAR ROSAS DOS SANTOS JÚNIOR

RG: 4532479 SSP/PA

CPF: 860.387.292-91

Nome: OSMAR RODRIGUES DE SOUZA

RG: 255.797 SSP/MT

CPF: 206.658.491-68

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DE MATO GROSSO - DIAMANTINO/MT
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO 023/2016 - CISCN/MT

Edital de Convocação do Processo Seletivo 023/2016 – CISCN/MT

O Presidente do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte de Mato Grosso – CISCN/MT, Sr. Juviano Lincoln, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de dar continuidade aos serviços de utilidade pública prestados por este Consorcio, vem CONVOCAR as seguintes pessoas aprovadas no Processo Seletivo nº 001/2015.

CARGO/FUNÇÃO:

TECNICO EM RADIOLOGIA

NOME COMPLETO	CARGA HORÁRIA 30 HS/SEMANAL	SALÁRIO 1.296,56	CLASSIFICAÇÃO
RODRIGO DA SILVA MOCHEUTI			4.º

Os convocados deveram apresentar-se no Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte de Mato Grosso – CISCN/MT em até 05 (cinco) dias úteis após a publicação deste edital com a documentação que comprove as condições de contratação, para efetivação da contratação, sob pena de ser declarada sem efeito esta convocação.

Diamantino, 04 de julho de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Presidente do Consorcio

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 096/2016

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

ART. 1º -Conceder Licença para Atividade Política, na forma do art. 72 e parágrafo único do Estatuto do Servidor Municipal (Lei Municipal nº 06/1990), aos servidores abaixo relacionados:

Abides de Oliveira Pires

Adilson Almeida do Nascimento

Cristina Carmelita da Silva

Edevaldo Alves Teixeira

Gerson Vidal de Souza

Gislene Aparecida de Souza

Jacildo de Siqueira Pinho

Jamil Rodrigues Barroso

Márcia Regina Barbacovi Oliveira

Mariluza Nunes Canavarros

Reinaldo Almeida Gil

§1º - A licença será **SEM** remuneração, a contar do dia 01º de julho de 2016 até o efetivo registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§2º - Após o devido registro da candidatura até o décimo quinto dia seguinte ao da eleição (17.10.2016), a licença passará a ser remunerada, conforme prevê o parágrafo único, art. 72, do Estatuto do Servidor.

ART. 2º - O servidor licenciado deverá apresentar para o Setor de Recursos Humanos, mediante protocolo junto à recepção desta Prefeitura Municipal, cópia da Ata da Convenção Partidária demonstrando que seu nome estava cotado como pré-candidato ao pleito eleitoral.

§1º -Ao servidor licenciado escolhido em convenção partidária, bastará a apresentação do respectivo registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral, sendo que, só a contar da apresentação desse registro é que a licença passará a ser remunerada.

§2º - Caso o servidor licenciado descumpra os dispositivos anteriores, serão lançadas faltas injustificadas em seus registros, pelo período da licença, a contar de seu início (01º.07.2016) e, por derradeiro, apurada a responsabilidade disciplinar do mesmo, mediante abertura do respectivo processo administrativo.

ART. 3º - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as deposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,REGISTRE-SE, CUMPRA-SE

Diamantino/MT, 30 de junho de 2016

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal de Diamantino

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 051 /2016

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso das funções legais que são conferias pelo art.67,VI da Lei Orgânica do Município e,

Concede Férias Regulamentar aos Servidores e da outras providências.

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias aos Servidores abaixo relacionados,

com seus períodos, aquisitivos, períodos de férias e lotação.

268	Rubin Tadeu da Silva	01/12/2014 a 01/12/2015	13/06/2016 a 02/07/2016	SMOVSP	Abono Pecuniario
3073	Marcela Nunes R Batista	12/03/2015 a 12/03/2016	01/06/2016 a 20/06/2016	SMSVS	Abono
549	Maria Jose de Moraes	04/03/2015 a 04/03/2016	13/06/2016 a 02/07/2016	SMAS	Abono
3866	Tayane Ferreira Alves	14/03/2015 a 14/03/2016	13/06/2016 a 02/07/2016	SMAD	Abono
3958	Odario Teogenes da Silva	16/01/2015 a 16/01/2016	01/06/2016 a 20/06/2016	SMOVSP	Abono
522	Edimilson Freitas Almeida	02/02/2015 a 02/02/2016	01/06/2016 a 20/06/2016	SMSVS	Abono
1119	Ana Cristina dos Santos	16/01/2015 a 16/01/2016	01/06/2016 a 20/06/2016	SMAS	Abono
3672	Itala Samara Silva Sampaio	01/06/2015 a 01/06/2016	01/06/2016 a 30/06/2016	SMELT	
4224	Maiara Martinez da Silva	25/05/2015 a 25/05/2016	01/06/2016 a 30/06/2016	SMELT	
699	Regina Santana Sampaio	01/03/2015 a 01/03/2016	13/06/2015 a 13/07/2016	SMAS	
105	Eurindo Pedroso de Barros	01/08/2014 a 01/08/2015	02/06/2016 a 02/07/2016	SMOVSP	
4036	Aline Andrade Borges	01/03/2015 a 01/03/2016	10/06/2016 a 10/072016	SMOVSP	
2359	Benute Faria S. Junior	08/03/2015 a 08/03/2016	01/06/2016 a 30/06/2016	SMSVS	
2347	Elzimara Graciele Almeida	08/03/2015 a 08/03/2016	01/06/2015 a 30/06/2016	SMSVS	
4225	Silvana Pires	15/05/2015 a 15/05/2016	09/06/2016 a 07/06/2016	SMSVS	
4202	Janete Lopes Flor	20/04/2015 a 20/04/2016	01/06/2016 a 30/06/2016	SMSVS	
4156	Dannielle Priscila S Saturnino	06/03/2015 a 06/03/2016	01/06/2016 a 30/06/2016	SMSVS	
2345	Raul Diogo Silva Almeida	02/03/2015 a 02/03/2016	01/06/2016 a 30/06/2016	SMSVS	
4070	Thymele Cristina Couto	02/03/2015 a 02/03/2016	01/06/2016 a 30/06/2016	SMSVS	
3205	Izadora Ferrer dos Santos	12/03/2013 a 12/03/2014	01/06/2013 a 30/06/2016	SMSVS	
2425	Rita Martins Silva	14/06/2015 a 14/06/2016	01/06/2015 a 30/06/2016	SMAS	
3217	Katiane Magna Rosário	12/06/2015 a 12/06/2016	01/06/2016 a 30/06/2016	SMSVS	
2340	Nerly Eleodora Santos	08/03/2015 a 08/03/2016	06/06/2016 a 06/07/2016	SMSVS	
2327	Iraci Pinheiro Gomes	08/03/2014 a 08/03/2015	13/06/2016 a 13/07/2016	SMSVS	
4047	Leticya Campos Almeida	02/03/2015 a 02/03/2016	07/06/2016 a 06/07/2016	SMF	
3167	Andreia Ciotta	02/04/2014 a 02/04/2015	16/06/2016 a 16/07/2016	SMSVS	
970	Miguelina Lucinda Almeida	01/06/2015 a 01/06/2016	09/06/2015 a 09/07/2016	SMSVS	
1120	Lilian Cibele Barbieri	04/08/2014 a 04/08/2015	01/06/2015 a 30/06/2015	SMSVS	
118	Gisele Alves Lupges	01/05/2015 a 01/05/2016	20/06/2016 a 20/07/2016	SMSVS	

ART. 2º - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua assinatura, revogada as deposições em contrário.

Diamantino-MT, 28 de Junho de 2016

PUBLIQUE-SE REGISTRE-SE, CUMPRE-SE

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal de Diamantino

JOÃO GONÇALVES LOPES

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE DECRETO Nº 098/2016

Retificação do Ato publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - ANO XI / Nº 2.511 - Pag. 164 do dia 04 de Julho de 2016.

ONDE: LÊ-SE

Cargo: APOIO - NUTRIÇÃO ESCOLAR

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
29º	JANE DE CAMPOS SILVA

LÊ-SE:

Cargo: APOIO - NUTRIÇÃO ESCOLAR

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
30º	MARIA AUXILIADORA DE OLIVEIRA

Diamantino, 04 de Julho de 2016

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 228/2016

PORTARIA Nº 228/2016 DE 04 DE JULHO DE 2016

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA JOELMA SANTOS FARIAS DA SILVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e em especial o Artigo 26, Inciso II da Lei 854/2003.

R E S O L V E

ART. 1º - Exonerar do cargo de **AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** a servidora **JOELMA SANTOS FARIAS DA SILVA** a pedido.

ART. 2º - A Exoneração concedida no art. 1º será a partir desta data.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 04 de Julho de 2016.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

ALDIRENE SANTANA DO MONTE STEVANATO

Chefe de Gabinete

CONTRATOS
ERRATA DO CONTRATO Nº 017/2016.

ERRATA CONTRATO ORIGINAL 017/2016.

ONDE SE LE:

EXTRATO DE CONTRATONº 017/2016

CONTRATADO (A): JEOVA RODRIGUES DE SOUSA – ME

CNPJ: 08.603.673/0001-48

DO OBJETO: contratação de Pessoa Jurídica para a prestação de serviços **continuados com a finalidade de TRANSPORTE ESCOLAR, em linhas que transporta alunos da zona rural para o município**, para atender a Secretária Municipal de Educação,nos termos do presente instrumento contratual e edital de PREGÃO Nº 001/2016.

DATA DO CONTRATO: 07/03/2016

VALOR: O valor total deste contrato é de R$ 142.800,00 (cento e quarenta e dois mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogada na forma da lei.

DOM AQUINO - MT, 08 de MARÇO 2016..

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal.

LEA – SE:

EXTRATO DE CONTRATONº 017/2016

CONTRATADO (A): JEOVA RODRIGUES DE SOUSA – ME

CNPJ: 08.603.673/0001-48

DO OBJETO: contratação de Pessoa Jurídica para a prestação de serviços **continuados com a finalidade de TRANSPORTE ESCOLAR, em linhas que transporta alunos da zona rural para o município**, para atender a Secretária Municipal de Educação,nos termos do presente instrumento contratual e edital de PREGÃO Nº 001/2016.

DATA DO CONTRATO: 07/03/2016

VALOR: O valor total deste contrato é de R$ 142.380,00 (cento e quarenta e dois mil e trezentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogada na forma da lei.

DOM AQUINO - MT, 04 de Julho 2016.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 226/2016

PORTARIA Nº 226/2016 DE 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA GUARACY SALES RIBEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando a Lei Municipal nº 854 de 10 de Junho de 2003, considerando o pedido de Afastamento do Servidor, para fins eleitorais e de acordo com Lei Complementar nº 64/1990,

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder 03 (três) meses de Licença para Atividade Política a servidora **GUARACY SALES RIBEIRO.**

ART. 2º - A Licença concedida no artigo anterior compreenderá o período de **02 de Julho de 2016 a 02 de Outubro de 2016**.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 01 de Julho de 2016.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e Publicada no Diário oficial da AMM e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

ALDIRENE SANTANA DO MONTE STEVANATO

Chefe de Gabinete

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 009/2016

Portaria n.º 009/2016 Dom Aquino – MT, 01 de julho de 2016.

MARIA JOSÉ BORGES, Presidente da Câmara Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder licença remunerada, baseado na Lei Complementar n.º 64/1990, art. 1º, II, L e Resolução do TSE n.º 23.450/2015 ao funcionário abaixo relacionado:

Nome	Período em Descanso
Jucimar Oliveira Campos	02/07/2016 a 03/10/2016

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 01 de junho de 2016.

Retângulo de cantos arredondados: Certifico para todos os fins de direito e efeitos que a presente Portaria foi publicada na data _____/_____/_____. Dom Aquino - MT, 01 de maio de 2016 _____ Lourival Soares de Oliveira Filho Técnico Legislativo

MARIA JOSÉ BORGES

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO 008_2016

CONTRATO N.º 008/2016

CONTRATANTE: FELIZ PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Feliz Natal.

CONTRATADO: **AGILI SOFTWARE PARA AREA PUBLICA**

DATA ASSINATURA: **27/06/2016**

VIGENCIA: **31/12/2016**

VALOR: R$ 5.610,00 (Cinco mil seiscentos e dez reais) divididos em 06 (seis) parcelas mensais no valor de R$ 935,00 (Novecentos e trinta e cinco reais), pagos mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente.

OBJETO: Prestação de Serviços no Fornecimento de Licenças de uso, manutenção e suporte técnico em sistemas de informática na ordem legal dos seguintes softwares: **Portal Transparência** e software de Controle das contribuições previdenciárias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PEDIDO DE EXONERAÇÃO

Eu, **ANDRE ARAUJO MASCARDO,** solteiro**,** portador do **RG nº. 1822145-9 SSP/MT e CPF 027.461.781-17** aprovado em Processo Seletivo nº. 001/2015 no cargo de **MONITOR DE LABORATORIO DE INFORMATICA - 40 horas** conforme matricula nº. 1840, venho por meio desta, nos termos do Art. 41 da Lei Complementar nº. 003/2007, requerer a **Exoneração do Cargo** junto a Prefeitura de Feliz Natal – MT.

Feliz Natal – MT, 04 de Julho de 2016

_____

ANDRE ARAUJO MASCARDO

RG nº. 1822145-9 SSP/MT

CPF 027.461.781-17

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º221/2016

DATA: 04 DE JULHO DE 2016.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2015 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso Público nº001/2015, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2015;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 024/2016 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº014/2016 e;

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** O Sr. **JOSÉ AMARILDO DOS SANTOS** para exercer o cargo de **Vigia - 40 HORAS/SEMANAIS**, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO AOS QUATRO DIAS DO MÊS de JULHO DE 2016.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº223/2016

DATA: 04 DE JULHO DE 2016.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei.

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear interinamente a Sra. **PATRICIA DEVETAK PEREIRA COLEONE,** para responder pelo cargo de Diretora da Escola Municipal Princesa Isabelpelo período de 04 de Julho a 02 de Outubro de 2016, em substituição do Sr. Mauro Riboldi; Diretor eleito que se encontra em Licença para Atividades Politicas.

Artigo 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2016.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 002/2016

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 002/2016

CONVENENTE: MUNICIPIO DE FELIZ NATAL-MT

CONVENIADA: APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FELIZ NATAL

OBJETO: AUXÍLIO FINANCEIRO PARA CUSTEIO PARCIAL DAS DESPESAS DA ENTIDADE, RELATIVAS À MATERIAL DE CONSUMO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS.

VALOR:R$38.400,00(TRINTA E OITO MIL E QUATROCENTOS REAIS).

VIGÊNCIA:12 (DOZE) MESES, COM EFEITOS RETROATIVOS À 02 DE JANEIRO DE 2016, ENCERRANDO-SE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 001/2016

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 001/2016

CONVENENTE: MUNICIPIO DE FELIZ NATAL-MT

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE FELIZ NATAL–MT

OBJETO: CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO, SOB FORMA DE CONTRIBUIÇÃO, À PROPONENTE, PARA CUSTEIO DO TRANSPORTE DOS ACADÊMICOS, NO TRAJETO COMPREENDIDO DA CIDADE DE FELIZ NATAL– MT ÀS UNIVERSIDADES E OU FACULDADES SEDIADAS NA CIDADE DE SINOP – MT,PELO PERÍODO DE MARÇO À DEZEMBRO DE 2016.

VALOR:R$150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).

VIGÊNCIA: DE 01 DE MARÇO DE 2016, ENCERRANDO-SE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º222/2016

DATA: 04 DE JULHO DE 2016.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2015 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso Público nº001/2015, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2015;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 024/2016 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº015/2016 e;

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** O Sr. **JOELSON ALVARENGA BATISTA** para exercer o cargo de **Técnico em Informática - 40 HORAS/SEMANAIS**, lotado na Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15(quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO AOS QUATRO DIAS DO MÊS de JULHO DE 2016.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 224/2016.

DATA: 04 de JULHO de 2016.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas em lei;

RESOLVE:

A**rt. 1.º** - Prorrogar prazo de conclusão de Sindicância nº 001/2016, para 30(trinta) dias a partir de 05/07/2016 conforme art. 171 §1º da Lei Complementar nº 03/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Art. 2.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE JULHO de 2016.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº018/2016

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 018/2016

CONTRATADO: GESIANE ANTUNES SILVA DE ANDRADE

Objeto do Contrato: Prestação de serviços, na função de Facilitador Social ao Curso de Pintura em tecido com os participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Objeto do Aditivo: Prorrogar a vigência do contrato por mais 03 (três) meses, com início em 04/07/2016 e término em 04/10/2010.

Figueirópolis D'Oeste – MT, 04 de julho de 2016.

Lino Cupertino Teixeira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

EDITAL COMPLEMENTAR 003/2016 - CONSELHO TUTELAR

EDITAL COMPLEMENTAR 003/2016

EDITAL COMPLEMENTAR que divulga o resultado das eleições que ocorreram em 02/07/2016 na Escola Municipal Bem Me Quer.

CLEUSA PETREKIC, presidente da Comissão Especial para realizar o processo de escolha suplementar de Gaúcha do Norte – CMDCA, no uso da atribuição, faz publicar o Edital Complementar com as seguintes orientações:

1 – Resultado Final da Eleição realizada em 02/07/2016:

Nome do Candidato	Votos
JANE CIELE DA SILVA SCHERPINSKI	21
VALÉRIA OLIVIA DA SILVA SPESIA	7

2- A Candidata mais votada inicia suas atividades no dia 04 de Julho do corrente ano.

Gaúcha do Norte, 03 de Julho de 2016.

_____

CLEUSA PETREKIC

Presidente da Comissão Especial

PORTARIA MUNICIPAL Nº172/2016 - CONCESSÃO DE LICENÇA

PORTARIA MUNICIPAL Nº172/2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AOS SERVIDORES MUNICIPAIS CANDIDATOS A MANDATO ELETIVO NO PLEITO A SER REALIZADO EM 02 DE OUTUBRO 2016, E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei Municipal, e em conformidade com a Lei Complementar Federal Nº 64,de 18 de maio 1990,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença para concorrer a cargo eletivo, a titulo de desincompatibilização, ao Servidor Publico Municipal Sr. **FRANCISCA PEREIRA DA SILVA**, brasileira, filha de Maria Das Graça Pereira Da Silva e Raimundo Nonato Pereira Da silva, nascida em 26/08/1977, portadora da carteira de identidade RG 119443699-1 SSP/MT, CPF 031.097.271-02, residente e domiciliado neste município de Gaúcha do Norte-MT, entre o período de 01 de julho a 02 de outubro de 2016.

Art. 2º - Considerandoo previsto na legislação federal, ao servidor municipal fica assegurada a percepção de sua remuneração integral.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gaúcha do Norte-MT, 01 de julho de 2016.

_____

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº156/2016 -CONCESSÃO DE LICENÇA

PORTARIA MUNICIPAL Nº156/2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AOS SERVIDORES MUNICIPAIS CANDIDATOS A MANDATO ELETIVO NO PLEITO A SER REALIZADO EM 02 DE OUTUBRO 2016, E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei Municipal, e em conformidade com a Lei Complementar Federal Nº 64,de 18 de maio 1990,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença para concorrer a cargo eletivo, a titulo de desincompatibilização, ao Servidor Publico Municipal Sr. **Valdecir Botini**, brasileiro, filho Maria Conti Botini e Pedro Botini, nascido em 14/06/1968, portador da carteira de identidade RG 10970860 SSP/MT, CPF 550.547.571-04, residente e domiciliado neste município de Gaúcha do Norte-MT, entre o período de 01 de julho a 02 de outubro de 2016.

Art. 2º - Considerandoo previsto na legislação federal, ao servidor municipal fica assegurada a percepção de sua remuneração integral.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gaúcha do Norte-MT, 01 de julho de 2016.

_____

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 173/2016 - PM REVOGAÇÃO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 173/2016

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE PORTARIA MUNICIPAL N° 122/2014 E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILSON FFRANCISCO ALESSIO, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei Municipal;

RESOLVE,

Art. 1º - Fica revogada a partir de 01/07/2016, a Portaria Municipal 122/2014, que dispõe sobre designação de Vistoriador Veicular Do Detran de Gaucha Do Norte, o servidor **Valdecir Botini**, brasileiro, nascido em14/07/1968, filho de: Maria Conti Botini e Pedro Botini, portador do RG 10970860 SSP/MT e CPF: 550.547.571-04, Lotado na Secretaria Municipal Administração.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT., 01 de Julho de 2016

_____

NILSON FRANCISCO ALESSIO

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº179/2016 - NOMEAÇÃO VISTORIADOR

PORTARIA MUNICIPAL Nº179/2016.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE VISTORIADOR VEICULAR, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei Municipal,

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear a Sr. **SIRLENE PINHO DA SILVA**, brasileira, filha de Ana Espirito Santo Pinho e Zeferino Pereira Da Silva, nascida em 29/09/1979, portadora da carteira de identidade RG 16778103 SSP/MT, CPF 007.840.151-80, residente e domiciliado neste município de Gaúcha do Norte-MT, para ocupar o cargo de Vistoriador Veicular , a partir de 04 de Julho 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 04 de julho de 2016.

_____

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo: 002/2016 ao Contrato nº 065/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte.

Contratado: Inovatus Sistema de Informática LTDA-ME

Objeto do Aditivo: Prorrogação apenas dos serviços contínuos, itens 01,02 e 03 do Contrato de Prestação de Serviços nº. 065/2014, pelo prazo de 12 (doze) meses, ficando sua vigência prorrogada até o dia 05/06/2017.

Valor (+) R$ 68.400,00(sessenta e oito mil e quatrocentos reais)

Fundamentação Legal: Clausula 15ª, item 15.3 do contrato originário e no artigo 57,§ 1º, Inciso II da Lei nº8. 666/93.

Assinatura: 30/05/2016

Termo Aditivo: 004/2016 ao Contrato nº 064/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte.

Contratado: Só Águas Construções Saneamento e Pavimentações LTDA-EPP

Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do contrato e da execução da obra por mais 340 (trezentos e quarenta) dias

Fundamentação Legal: Clausula 15ª, item 15.3 do contrato originário e no artigo 57,§ 1º, Inciso II da Lei nº8. 666/93.

Assinatura: 30/06/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: 045/2016

Modalidade: Pregão Presencial nº 020/2016

Contratante: Prefeitura Municipal De Gaúcha Do Norte.

Contratado: Evandro Pivetta-ME

Objeto:Fornecimento de materiais de expediente para entrega diária e fracionada de acordo com as necessidades das secretarias municipais de Gaúcha do Norte-MT

Valor Global: R$ 126.014,95 (cento e vinte e seis mil quatorze reais e noventa e cinco centavos)

Assinatura: 24/06/2016

Contrato: 046/2016

Modalidade: Chamada Pública nº 001/2016

Contratante: Prefeitura Municipal De Gaúcha Do Norte.

Contratado: Soili Aparecida Rogoshi Pereira

Objeto:aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar

Valor Global: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Assinatura: 24/06/2016

Contrato: 047/2016

Modalidade: Chamada Pública nº 001/2016

Contratante: Prefeitura Municipal De Gaúcha Do Norte.

Contratado: Daniel Lisboa

Objeto:aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar

Valor Global: R$ 8.650,00 (oito mil seiscentos e cinquenta reais)

Assinatura: 24/06/2016

Contrato: 048/2016

Modalidade: Chamada Pública nº 001/2016

Contratante: Prefeitura Municipal De Gaúcha Do Norte.

Contratado: Angelo Carlos Alievi

Objeto:aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar

Valor Global: R$19.700,00 (dezenove mil e setecentos reais)

Assinatura: 24/06/2016

Contrato: 049/2016

Modalidade: Pregão Presencial nº 016/2016

Contratante: Prefeitura Municipal De Gaúcha Do Norte.

Contratado: GAUMAT- Gaúcha Materiais de Construção LTDA-ME

Objeto:Fornecimento de diversos materiais de construção para entrega diária e fracionada de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT

Valor Global: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Assinatura: 24/06/2016

PARECER FINAL CONCLUSIVO DA COMISSÃO PROCESSANTE ESPECIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO 02/2016

PARECER FINAL CONCLUSIVO DA COMISSÃO PROCESSANTE ESPECIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO 02/2016

Interessado: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT

Assunto: Procedimento Administrativo Disciplinar para averiguação de suposto pagamento indevido a empresa Só Águas Construções, Saneamento e Pavimentação AsfálticaLtda-ME.

Trata-se de Processo Administrativo de nº. 02/2016 instaurado através da Portaria nº. 161 de 09 de Junho de 2016, para averiguar supostos pagamentos em desconformidades com as planilhas de medições da obra de ampliação e reforma do sistema de abastecimento de água do município executada pela Construtora Só Águas Construção e Pavimentação Asfáltica Ltda-ME, devidamente inscrita sob o CNPJ nº. 11.987.819/0001-00representada por seu proprietário Sr. GERALDO PAVAN, vencedor do Certame Licitatório modalidade Concorrência nº. 02/2012, originando o Contrato Administrativo nº. 064/2012.

A motivação para a instauração do Processo Administrativo funda-se no pagamento indevido no montante de R$ 363.311.81 (trezentos e sessenta e três mil e trezentos e onze reais) em desfavor da empresa supra.

Devidamente instaurado, fora dado ciência ao Investigado, para interrogatório que ocorreu no dia treze de junho do presente ano. Este por sua vez, aduz que de fato na época houve um pagamento errôneo do devido em detrimento de erros na elaboração das planilhas confeccionadas pelo arquiteto e engenheiro à época. Contudo, esses itens foram executados. Que mesmo diante disso, a empresa também executou itens e não recebeu pelos mesmos num valor aproximado de R$180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Fora expedida intimação para os responsáveis técnicos Diego Chamma, engenheiro civil e Mario Lenza Lana, arquiteto, sendo que aquele recebera a intimação conforme comprovante em anexo, entretanto abstera-se de comparecer. Quanto ao arquiteto Mario Lenza Lana, fora expedida citação por edital, devidamente publicado em mural público diante do desconhecimento do atual paradeiro do mesmo.

Comumente, fora ouvido o atual engenheiro Mauro Sergio Olarrwchea Abreu ao qual fora taxativo ao aduzir que trata-se de erro na confecção das planilhas, seja por erro técnico, seja por falta de fiscalização *in locu.* Aprestou as planilhas onde caracterizou o erro e parecer técnico

Por fim, fora ouvido o então gestor municipal, Nilson Francisco Aléssio.

Não foram arroladas testemunhas bem como a Comissão Processante também as dispensou por entender que tal ato é irrelevante ante os documentos presentes.

Assim sendo, torna-se dispensável a apresentação de defesa prévia bem como alegações finais bem como toda fase probatória, tendo em vista que ficou pacificado por todos os depoentes o mesmo entendimento. Ademais, o Processo Administrativo Disciplinar visa averiguação de fatos, e não a existência de uma conduta propriamente dita.

Portanto, passa-se pelo julgamento antecipado da lide em perfeita harmonia ao Código de Processo Civil.

Eis o relatório

Da fundamentação e Decisão

Cuida-se de Processo Administrativo, instaurado pela Portaria 161 de 09 de Julho de 2016, em face de Construtora Só Águas Construção e Pavimentação Asfáltica Ltda-ME, responsável pela execução da obra de ampliação e reforma do sistema de abastecimento de águas do município, conforme contrato nº. 064/2012.

Pois bem, aduz o Departamento de Engenharia e Arquitetura do Município de Gaúcha do Norte que haviam erros quanto ao pagamento dos valores, isto porque, estes eram oriundos de cálculos proferidos de forma errônea, onde foram pagos itens que na época não haviam sido executados e em contra partida deixado de pagar itens executados.

Os valores pagos a mais correspondem a importância aproximada de R$363.311.81 (trezentos e sessenta e três mil e trezentos e onze reais),

e os faltantes de pagamento o *quantum* de R$180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Contudo, conforme se dessume dos autos, de fato houve um erro técnico de medições onde os responsáveis, ora, Diego Chama e Mario Lenza Lana calcularam de forma indevida itens que se quer haviam sido feitos. Portanto, vislumbra-se que ambos não deslocavam-se até a obra, ou não faziam uma analise pormenorizada para então elaborar as planilhas, havendo desídia na conduta.

Ademais, conforme explanação do engenheiro Mauro, as planilhas também eram feitas de forma errada pois existia erro de truncamento, senão vejamos:

"...existia erro de truncamento, pois existiam mais de duas casas decimais nos valores, e a mais gera um valor relevante quando é multiplicado"

Continua:

"ainda em relação as planilhas,observou-se que as medições foram feitas de forma isolada, e não de forma subsequente(...)"

De fato, não poderiam as planilhas serem formuladas de forma isolada, visto que toda vez iniciar-se-ia seu calculo como se a obra não estivesse em andamento.

Outrossim, mesmo concretizado pagamento indevido, as obras foram realizadas, tendo a empresa Só Águas Construção e Pavimentação Ltda-ME o valor de R$180.000,00 (cento e oitenta mil reais) de itens executados há mais de dois anos e pendentes de pagamento.

No mesmo giro, insta salientar que esta Comissão Processante entende que não houve dolo seja direto ou eventual, seja por parte da empresa através de seu sócio proprietário,seja por parte do gestor municipal, mas sim erro técnico oriundo dos responsáveis pelas medições e confecção de planilhas.

Ademais, mesmo tendo a empresa Só Águas Construções Pavimentação Asfáltica recebido valores a mais, a mesma ainda possui crédito que deverá ser compensado na 17

ª (décima sétima) medição, conforme aludido pelo engenheiro Mauro, não acarretando prejuízo ao erário.

Ainda quanto ao dolo, o mesmo fica afastado pois caso houvesse, a empresa teria manifestado o recebimento dos itens que foram executados e não pagos.

Sofismado nisso, grande parte dos itens pagos em momento anterior já foram executados, descaracterizando prejuízo à administração e enriquecimento ilícito à empresa Só Águas Construções Pavimentação Asfáltica Ltda-ME.

Neste sentido, o enriquecimento ilícito é, de modo geral, todo aumento patrimonial que ocorre sem causa jurídica, mas também tudo o que se deixa de perder sem causa legítima, podendo ser dividido em causa eficiente e causa final.

A causa eficiente é aquilo que enseja o ato. *In casu*, seria em primeiro momento o pagamento sem a devida execução, sendo o ato propriamente dito. De outra banda, a causa final seria a caracterização do enriquecimento ilícito. Contudo, não há como atribuir enriquecimento ilícito se posteriormente a obra fora executada, bem como a empresa possui um valor relevante par receber da Fazenda Pública Municipal de obras executadas e não recebidas.

Observa-se, que houve um desgaste patrimonial de ambas as partes,o Município de Gaúcha do Norte por ter pago à época valores onde os itens não estavam finalizados/executados, e em prol da empresa Só Águas Construções a Pavimentação Asfáltica Ltda ao passo que teve custo para pagamento com a execução, servidores, e até mesmo com os itens executados há mais de dois anos e não foram pagos.

Comumente, para caracterização do enriquecimento ilícito faz-se necessário a presença de quatro pressupostos, sendo eles: Diminuição patrimonial do lesado; aumento patrimonial do beneficiado sem causa jurídica que o justifique; relação de causalidade entre o enriquecimento de um e o empobrecimento de outro; dispensa-se o elemento subjetivo para a caracterização do enriquecimento ilícito.

Quanto ao segundo itens, a falta de causa se equipara à causa que deixa de existir. Se, num primeiro momento, houve causa justa, mas esta deixou de existir não há o que falar-se em enriquecimento ilícito, fato este que vislumbra-se nos fatos *in questio.*

Portanto, fica descaracterizado qualquer hipótese de enriquecimento ilícito, seja por ausência de dolo, seja por de fato não haver perca patrimonial.

De mais a mais, levando em consideração que a empresa Só Águas Construções e Pavimentação Asfáltica possui relevante valor a receber, esta comissão entende que deve ser realizado encontro de contas na próxima medição (17ª), devendo a mesma continuar a execução da obra.

Por fim, fica afastada qualquer hipótese de dolo ou enriquecimento ilícito tanto do Gestor Municipal, como da empresa Só Águas Construções e Pavimentação Asfáltica, mas sim imperícia por parte dos responsáveis técnicos Diego Chamma e Mario Lenza Lana.

Deturpado nisso, não há como penalizar os servidores administrativamente ao passo que os mesmos não prestam mais serviços a Administração, tornando-se inviável a instauração de novo processo administrativo ao passo que cumprido o principio do contraditório e ampla defesa, restou configurado os erros por estes praticados.

A fim de selar quaisquer arrestas, urge asseverar que esta Comissão Processante entende não haver dolo na conduta dos servidores *suso* elencados quanto a desvio de dinheiro ou intuito de lesar os cofres públicos, até mesmo porque não iriam auferir nenhuma vantagem, sendo que o valor iria direto para a empresa Só Águas Construções e Pavimentação Asfáltica, e ao final os valores de planilha não iriam coadunar com os previstos para o pagamento; mas sim se tratar de imperícia, erro técnico ou até mesmo falta de conhecimento e pratica na confecção das planilhas.

É o parecer.

Publique-se, registre-se, intime-se.

Após, encaminhe o Parecer Final Conclusivo a Autoridade solicitante.

Gaúcha do Norte-MT, 04 de Julho de 2016.

Wilian Henrique de Almeida Cardoso

Presidente

Marta Eleusa Ramos da Silva

Secretaria

Cleusa Petrekic

Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

RESULTADO CARONA PREGÃO SRP Nº 010-2016

A Prefeitura Municipal de Indiavaí/MT, através do Pregoeiro Senhor Cleber Pereira dos Santos, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu Adesão a Ata de Registro de Preço 036/2015, referente ao Pregão Presencial nº. 040/2015 da Prefeitura de Nova Lacerda, para confecção de material gráfico para atender a **Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Saúde**, cujo Fornecedor é a empresa S.J.ART'S GRÁFICA LTDA-ME .

Indiavaí - MT, 27 de junho de 2016.

Cleber Pereira Santos

Pregoeiro Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 029/2016

"Concede Férias a Recepcionista da Câmara Municipal e dá outras providências".

O Senhor **Sérgio Medeiros de Araújo,** Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas férias à Servidora **Ariany Caetano Andrade**, nomeada pela Portaria nº 021/2013 ao cargo de **Recepcionista** da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT.

Art. 2º - As Férias ora concedidas referem-se ao período aquisitivo do Exercício de 2015, que serão gozadas de 04 de julho de 2016 a 02 de agosto de 2016.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, aos 04 de julho de 2016.

_____

Sérgio Medeiros de Araújo

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 05 AO EDITAL Nº 001/2016

CONCURSO PÚBLICO 001/2016

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 05 AO EDITAL Nº 001/2016

Divulgação do Resultado Preliminar

O Presidente do Poder Legislativo de Ipiranga do Norte - MT, Sr. **Sergio Medeiros de Araujo,** através da Comissão Organizadora do Concurso Público, nomeada pela Portaria 20/2016, torna público o edital complementar do Concurso Público 001/2016.

Art. 1º - Torna público as respostas dos recursos protocolados no **ANEXO I,** bem como divulga o **Gabarito Definitivo Oficial no ANEXO II,** das provas realizadas no dia **26 de Junho de 2016,** do **Concurso Público 001/2016** da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte - MT.

Art. 2º - Torna público o **Resultado Preliminar no ANEXO III,** do Concurso Público 001/2016 da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte - MT, e fica aberto o prazo de recurso contra a divulgação do resultado preliminar de até **2 (dois)** dias úteis.

Art. 3º - O Candidato que desejar protocolar um recurso solicitando revisão do seu cartão de respostas deverá formalizar um requerimento por escrito, fundamentado e com justificativa plausível. O mesmo deverá protocolar junto à comissão organizadora do Concurso Público na Câmara Municipal de Ipiranga do Norte - MT, ou digitalizar o mesmo e enviar para o *e-mail* "contato@consultoriaatos.com", sendo que o prazo para o candidato protocolar o recurso se estende até o dia **06 de Julho de 2016.**

Art. 4º - O edital completo contendo os **ANEXOS I, II e III** está disponível para consulta no site da empresa organizadora **http://concursos.consultoriaatos.com/,** no mural e no site da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte – MT **http://www.ipirangadonorte.mt.leg.br**

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, permanecendo inalteradas as demais disposições do **EDITAL n. º 001/2016**. Este Edital Complementar 05 do Concurso Público 001/2016 da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte - MT entra em vigor na data de 04 de Julho de 2016.

Ipiranga do Norte – MT, 04 de Julho de 2016

Sergio Medeiros de Araujo Umberto Ademir Muller

Presidente do Legislativo Presidente da Comissão Conc. Público 001/2016

ANEXO I

CÂMARA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE – MT

Concurso Público 001/2016

RESPOSTAS AOS RECURSOS IMPETRADOS CONTRA

A PROVA OBJETIVA E GABARITO PRELIMINAR

A Atos Consultoria Pública e Empresarial, através da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte - MT, no uso de suas atribuições legais, torna público os pareceres dos recursos, de acordo com o **Item 11.1 c)** do Edital de abertura do Concurso Público 001/2016, interposto contra as questões da prova objetiva e do gabarito preliminar.

RECORRENTES: Elisângela Alegrance, Caroline Rutkauskis de Siqueira, Rejane Grabovski, Cleyton Duda Macedo, Rhayza Alves de Arruda, Adisonir Schneiders de Paula, Jéssica de Almeida Santana, Graciele Angélica Ferreira dos Santos, Jekson da Silva Santos Monteiro.

QUESTÃO: 13

RECURSOS Nº: 000746, 000752, 000755.

CARGO: Técnico Legislativo

DECISÃO: Recurso improcedente, gabarito mantido.

Segundo o site da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte (*http://www.ipirangadonorte.mt.gov.br/A-Cidade/*), Sorriso, Sinop, Itaúba, Tabaporã, Porto dos Gaúchos, Itanhangá e Tapurah são os limites de Ipiranga.

Portanto, a alternativa "B" – Lucas do Rio Verde é a alternativa correta, **não** fazendo divisa com o município.

QUESTÃO: 13

RECURSOS Nº: 000756.

CARGO: Técnico Legislativo

DECISÃO: Recurso improcedente, gabarito mantido.

JUSTIFICATIVA Site Wikipédia citado pelo candidato como fonte de consulta não é considerado uma fonte de dados oficial. Uma vez que o mesmo possui seu "código aberto", ou seja, é um modelo de sistema desenvolvimento para promover um licenciamento livre, dando a possibilidade para que qualquer um consulte, examine ou modifique o conteúdo das informações contidas e publicadas a qualquer momento, sem restrição alguma.

Segundo o site da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte (*http://www.ipirangadonorte.mt.gov.br/A-Cidade/*), Sorriso, Sinop, Itaúba, Tabaporã, Porto dos Gaúchos, Itanhangá e Tapurah são os limites de Ipiranga do Norte.

Portanto, a alternativa "B" – Lucas do Rio Verde é a alternativa correta, **não** fazendo divisa com o município.

QUESTÃO: 04

RECURSOS Nº: 000747.

CARGO: Técnico Legislativo

DECISÃO: Recurso improcedente, gabarito mantido.

JUSTIFICATIVA: Recurso em desacordo com o **"Item 11.1" c) I.**Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, **desde que devidamente fundamentado**. **Não serão aceitos os recursos sem argumentação plausível;**

As alegações apresentadas carecem de fonte para verificação, sendo considerado o recurso improcedente, o candidato não apresentou fontes para verificação ou fundamentação para embasar a alegação, portando mantêm-se o gabarito.

QUESTÃO: 04

RECURSOS Nº: 000748.

CARGO: Técnico Legislativo

DECISÃO: Recurso improcedente, gabarito mantido.

A questão 04 pedia a alternativa incorreta, sendo a alternativa "D".

Quanto à alternativa B, não há crase quando a palavra terra significa o oposto de mar, ar ou bordo, como era o caso, por exemplo: "Os marinheiros ficaram felizes, pois resolveram ir a terra", "Os astronautas desceram a terra na hora prevista".

Há crase, quando a palavra significa solo, planeta ou lugar onde a pessoa nasceu, por exemplo: "O colono dedicou à terra os melhores anos de sua vida", "Voltei à terra onde nasci", "Viriam à Terra os marcianos?".

Fonte disponível no Livro:

MARTINS, Dileta Silveira: ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português Instrumental. 29. São Paulo: Atlas, 2010. Pág. 318.

QUESTÃO: 06

RECURSOS Nº: 000749, 000751, 000754, 000757

CARGO: Técnico Legislativo

DECISÃO: Recurso procedente, anula-se a questão.

A assertiva "Chegou Pedro e seu irmão" trata-se de exemplo de concordância irregular por atração, estando correta a concordância apresentada. Porém, o sujeito, sendo composto e posposto ao verbo, esse poderá ir para o plural ou singular, estando a assertiva "Chegaram Pedro e seu irmão" também correta, não tendo alternativa correta.

MARTINS, Dileta Silveira: ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português Instrumental. 29. São Paulo: Atlas, 2010. Pág. 412.

QUESTÃO: 29

RECURSOS Nº: 000750

CARGO: Técnico Legislativo

DECISÃO: Recurso improcedente, gabarito mantido.

A questão 29 encontra-se na parte de Conhecimentos Específicos, sendo que no Edital do Concurso Público, página 13, consta o tema de "Noções de Direito Constitucional", portanto, a questão encontra respaldo na ementa prevista para a prova.

Específicos para o cargo de Técnico Legislativo:

Ética profissional. Lei de Improbidade Administrativa. Lei Orgânica do Município de Ipiranga do Norte, Estatuto do Servidor Público do Município de Ipiranga do Norte. Regimento Interno da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte. Noções de Direito Administrativo. ***Noções de Direito Constitucional.*** *Noções de Atendimento ao Público. Técnicas Legislativas. Redação e correspondência oficial. Elaboração de Ofícios, memorandos, atos administrativos, cartas, telegramas, atas. Noções de Informática e internet.*

QUESTÃO: 11

RECURSOS Nº: 000753, 000758

CARGO: Técnico Legislativo

DECISÃO: Recurso improcedente, gabarito mantido.

A alternativa “C” está correta, afirmando que a assertiva “As Olimpíadas serão realizadas somente no Rio de Janeiro” é **Falsa**, pois além do Maracanã, receberão partidas de futebol o Estádio Mané Garrincha em Brasília; Mineirão em Belo Horizonte; Fonte Nova em Salvador; e mais um estádio em São Paulo.

Fonte disponível em:< http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2014/08/1495766-saiba-as-datas-e-os-locais-de-cada-evento-da-olimpiada-do-rio-2016.shtml>

ANEXO II

GABARITO DEFINITIVO

NÍVEL MÉDIO	
QUESTÕES	TÉCNICO LEGISLATIVO
01	C
02	D
03	B
04	D
05	C
06	NULA
07	B
08	D
09	B
10	D
11	C
12	A
13	B
14	C
15	D
16	D
17	B
18	D
19	B
20	A
21	C
22	C
23	D
24	D
25	B
26	A
27	D
28	D
29	B
30	D

NÍVEL SUPERIOR	
QUESTÕES	ADVOGADO
01	C
02	D
03	B
04	D
05	C
06	NULA
07	B
08	D
09	B
10	D
11	C
12	A
13	B
14	C
15	D
16	D
17	B
18	D
19	B
20	A
21	C
22	A
23	D
24	B
25	A
26	C
27	C
28	C

29	**A**
30	**D**
31	**C**
32	**B**
33	**D**
34	**C**
35	**B**
36	**C**
37	**D**
38	**A**
39	**D**
40	**D**

ANEXO III

RESULTADO PRELIMINAR

Cargo : 001 - Advogado

Inscrição	Nome	PORT.	GERAIS	ESPEC.	Pont	Class	Aprovado
0208	LíVIA GIMENEZ FERNANDES	8	9	18	88.00	1	SIM
0281	ALISSON CESAR DE CARVALHO	8	9	17	85.00	2	CLASS
0282	GIAN CARLOS FRANCHINI DO AMARAL	8	9	13	73.00	3	CLASS
0100	MARCOS WINíCIUS PALUDO	7	7	14	70.00	4	CLASS
0222	RONY PETERSON BIFON	8	7	13	69.00	5	CLASS
0093	LAUDICILVA DA SILVA DO CARMO	7	7	12	64.00	6	CLASS
0176	WILLIAM MACEDO FRANçA	6	6	12	60.00	7	CLASS
0192	GUSTAVO MIGUEL PEREIRA	7	9	9	59.00	8	CLASS
0286	SANDY DE PAULA ALVES	7	7	10	58.00	9	CLASS
0200	ROBERTO CARLOS DAMBROS	7	5	11	57.00	10	CLASS
0050	ANNYE CRHISTINE LEIMANN	5	5	11	53.00	11	CLASS
0283	EDSON BATISTA DE SOUZA	6	6	9	51.00	12	CLASS
0184	JONAS EDU GRUEN	5	7	9	51.00	13	CLASS
0045	JEKSON DA SILVA SANTOS MONTEIRO	5	5	10	50.00	14	CLASS
0201	PRISCILA BRESSIANI NICOLAU DOS SANT	4	6	10	50.00	15	CLASS
0226	EDILSON DEGE JUNIOR	5	4	9	45.00	16	NÃO
0263	KIMBERLY YARA FERREIRA MORAES	5	7	7	45.00	17	NÃO
0165	MICHELI DA ROSA	3	4	10	44.00	18	NÃO
0256	BRUNA NATALI GUARNIERI	7	7	5	43.00	19	NÃO
0091	BRUNA ORTIZ PEREIRA	6	5	6	40.00	20	NÃO
0276	FABIANO PAULO CONSTANTINI	4	8	5	39.00	21	NÃO
0040	DAIANA LODI DALL AQUA	4	4	4	28.00	22	NÃO
0121	ROSEMEIRE AMARAL DE LIMA GARCIA	0	0	0	0	23	AUSENTE
0020	JUSSANIA ANSELMO DE OLIVEIRA	0	0	0	0	24	AUSENTE
0095	LEANDRO GOUVEIA DE ASSIS	0	0	0	0	25	AUSENTE
0131	MARíLIA LACERDA DE FREITAS	0	0	0	0	26	AUSENTE
0163	MAYRA CORADI BRAGA	0	0	0	0	27	AUSENTE
0224	LEANDRO WILHELM	0	0	0	0	28	AUSENTE
0023	FERNANDA CRISTINA BOTON	0	0	0	0	29	AUSENTE
0061	JESSIKA SHEYENNE FLORIANO CARDOSO	0	0	0	0	30	AUSENTE
0164	LETíCIA DASSI	0	0	0	0	31	AUSENTE
0104	EDMUNDO LEITE XAVIER NETO	0	0	0	0	32	AUSENTE

Candidatos: 32

Cargo : 002 - Técnico Legislativo

Inscrição	Nome	PORT.	GERAIS	ESPEC.	Pont	Class	Aprovado
0109	DANIELA GUTIERRES MOREIRA	8	9	10	94.00	1	SIM
0118	GRACIELE ANGELICA FERREIRA DOS SANT	7	9	10	92.00	2	CLASS
0074	JOSELIANE MATTOS DA CRUZ	6	9	10	90.00	3	CLASS
0142	ELIZANGELA MATOS COSTA	7	7	9	82.00	4	CLASS
0004	REJANE GRABOVSKI	8	8	8	80.00	5	CLASS
0057	RHAYZA ALVES DE ARRUDA	7	8	8	78.00	6	CLASS
0246	PRISCILLA RAIISSA SOUZA ANJOS	6	9	8	78.00	7	CLASS
0113	ROSANGELA WLODKOWSKI	4	7	9	76.00	8	CLASS
0044	ELIVELTON PIMENTEL BAQUER	9	7	7	74.00	9	CLASS
0227	ROSâNGELA PETUBA DE SOUSA	8	8	7	74.00	10	CLASS
0132	JULIANA KLAIS BARRETO	3	9	8	72.00	11	CLASS
0223	MARCELO VIEIRA VALADARES	5	10	7	72.00	12	CLASS
0075	MICHEL DI DOMENICO DOS SANTOS	4	4	9	70.00	13	CLASS
0250	FLÁVIA GRACIELA DOS SANTOS	5	6	8	70.00	14	CLASS
0003	CLEYTON DUDA MACEDO	4	7	8	70.00	15	CLASS
0014	SERGIO ROGERIO BERNARDI	4	7	8	70.00	16	CLASS
0106	SIMONE MACHADO DA SILVA	6	8	7	70.00	17	CLASS
0125	ELIANDRO APARECIDO ROVEDA	5	8	7	68.00	18	CLASS

0248	ADAIL JANUARIO DA SILVA JUNIOR	7	9	6	68.00	19	CLASS
0285	DAYANNE DIETRICH	3	6	8	66.00	20	CLASS
0205	ARIANY CAETANO ANDRADE	6	6	7	66.00	21	CLASS
0145	ADISONIR SCHNEIDERS DE PAULA	5	7	7	66.00	22	CLASS
0111	LUANA FACCO DOS SANTOS MANFIO	5	7	7	66.00	23	CLASS
0094	PAULO LEVI PINTO RIBEIRO	2	6	8	64.00	24	CLASS
0264	ROZALVO HEITOR FERREIRA	2	6	8	64.00	25	CLASS
0175	DAIELLE PABLINE BATISTA PEREIRA	6	5	7	64.00	26	CLASS
0146	PAULO CESAR GONçALVES	5	6	7	64.00	27	CLASS
0288	JOSIANE APARECIDA VILETE	5	6	7	64.00	28	CLASS
0203	CLAUDIA ALVES DA SILVA	4	7	7	64.00	29	CLASS
0038	CARINA ZINI CORDEIRO	4	7	7	64.00	30	CLASS
0032	JESSICA FRADE FEITOSA	7	7	6	64.00	31	CLASS
0242	JéSSICA DE ALMEIDA SANTANA	4	6	7	62.00	32	CLASS
0115	TAINARA CALEZIA CHIODELLI	6	3	7	60.00	33	CLASS
0240	LUCAS APARECIDO ZDEPSHI	3	6	7	60.00	34	CLASS
0043	ALEXIA KANANDA LOPES DA SILVA	6	2	7	58.00	35	CLASS
0147	LUCIANA MACARIO	4	4	7	58.00	36	CLASS
0157	CAROLINE RUTKAUSKIS DE SIQUEIRA	3	5	7	58.00	37	CLASS
0027	SIMONE PEREIRA JEDE	6	5	6	58.00	38	CLASS
0257	DEBORA TAIZA SIEPMANN	5	6	6	58.00	39	CLASS
0231	ROMARIO SOARES RODRIGUES	5	2	7	56.00	40	CLASS
0130	SILVANA CAETANO	4	3	7	56.00	41	CLASS
0266	DEIZE FALCHETTI	2	5	7	56.00	42	CLASS
0019	ALESSANDRA DE CAMARGO SILVA	6	4	6	56.00	43	CLASS
0051	ALINE PEREIRA CUSTODIO	5	5	6	56.00	44	CLASS
0261	ALAN BRUNO PONCIO VIEIRA	4	6	6	56.00	45	CLASS
0107	GIZELI ARTMANN KUHN	3	7	6	56.00	46	CLASS
0284	ALESSANDRO DOS SANTOS CADENE	3	7	6	56.00	47	CLASS
0035	RUAN ALéCIO CORRêA FONTEBASSE	3	7	6	56.00	48	CLASS
0010	CELSO DA COSTA FAGUNDES	1	5	7	54.00	49	CLASS
0244	ALEX SANTOS DA COSTA SILVA	3	6	6	54.00	50	CLASS
0274	JUCIELY VIEIRA DILLEMBURG	5	7	5	54.00	51	CLASS
0092	DINEIZE MARIA DA SILVA SOUZA	4	4	6	52.00	52	CLASS
0120	KETTY LEMPAULA MARTINS DOS SANTOS	4	4	6	52.00	53	CLASS
0053	KEROLLAYNNE FERREIRA MORAES	4	4	6	52.00	54	CLASS
0169	MáRCIA CANDIDO DA SILVA	3	5	6	52.00	55	CLASS
0258	RUTIELLY CARDOSO MONTEIRO	2	6	6	52.00	56	CLASS
0206	VANDERLEI BORGES	5	6	5	52.00	57	CLASS
0037	FRANCIELLI PALICER	5	6	5	52.00	58	CLASS
0191	DRIELLE DOS SANTOS CASTANHO	4	3	6	50.00	59	CLASS
0216	FRANCIELI RITA HERMANN DE COSTA	2	5	6	50.00	60	CLASS
0243	NADJA LOPES DE MORAES SOUZA	5	5	5	50.00	61	CLASS
0273	SILVIA ALVES SCHNORRENBERGER	4	6	5	50.00	62	CLASS
0137	ELISâNGELA ALEGRANCE	4	6	5	50.00	63	CLASS
0046	ALEX CRISTIANO CAVALCANTE	4	6	5	50.00	64	CLASS
0084	JANIA ANDRESSA MAGNAGNAGNO	3	7	5	50.00	65	CLASS
0108	JEFERSON REICHERT	6	7	4	50.00	66	CLASS
0098	LUCIMAR DALAVERA	3	6	5	48.00	67	NÃO
0041	JEANE DE CAMARGO	4	4	5	46.00	68	NÃO
0204	ADRIANO ROZANTE DA SILVA	5	6	4	46.00	69	NÃO
0054	RICARDO LEITE TEODORO	2	5	5	44.00	70	NÃO
0220	DAMIÃO OLIVEIRA SOARES	5	5	4	44.00	71	NÃO
0153	FABIANE LOURDES DE JESUS BENI SILVA	3	3	5	42.00	72	NÃO
0080	EGLIM LORANE BATISTA PEREIRA	4	5	4	42.00	73	NÃO
0183	DANIELA MARA GOMES DA SILVA	3	5	4	40.00	74	NÃO
0199	OLIVAN DELAPRIA FOSCHIERA	3	5	4	40.00	75	NÃO
0016	EVELY ALEXANDRINA GUERRA SALES	3	4	4	38.00	76	NÃO
0262	NELSON GUTIERRES MOREIRA	3	7	3	38.00	77	NÃO
0287	DJHONY VICTOR DE JESUS	2	4	4	36.00	78	NÃO
0028	PATRICIA DA SILVA COSMOS	6	3	3	36.00	79	NÃO
0015	LEIDIANE DE SOUZA ALVES DA SILVA	5	4	3	36.00	80	NÃO
0181	ELAINE DIDOMENICO BRESSAN	3	6	3	36.00	81	NÃO
0269	TAIZ BAMBIL SCARANARO	2	6	3	34.00	82	NÃO
0210	GRASIELA ELISA FONTANA	2	5	3	32.00	83	NÃO
0083	KEILA FARIAS DA SILVA	2	5	3	32.00	84	NÃO
0033	LETICIA SOUZA BEZERRA DA PAZ TURCZI	1	2	4	30.00	85	NÃO
0048	MATEUS CECHETTI ZANATTA	2	4	3	30.00	86	NÃO
0082	FRANCISCA SANTOS DE SOUSA	4	5	2	30.00	87	NÃO
0230	SHEYLIANE FERREIRA SILVA	3	5	2	28.00	88	NÃO
0148	DIVANILDA DE SOUSA SANTOS	2	3	2	22.00	89	NÃO
0077	JAIR JOSÉ VIEIRA DE OLIVEIRA	0	0	0	0	90	AUSENTE
0280	CRISTIANE SCHROTER BECKER	0	0	0	0	91	AUSENTE
0065	THIAGO CAMPOS FELIPE	0	0	0	0	92	AUSENTE
0186	ALINE ESPRENDOR	0	0	0	0	93	AUSENTE
0275	DINALVA MORAIS PREDIGER	0	0	0	0	94	AUSENTE

0139	KAROL DE SOUZA PINTO	0	0	0	0	95 AUSENTE
0126	ELIAS NOVACK DA CRUZ	0	0	0	0	96 AUSENTE
0278	FABIO CORTESIA FONTANA	0	0	0	0	97 AUSENTE
0006	FERNANDA DIAS PESSOA	0	0	0	0	98 AUSENTE
0052	SALOMãO HENRIQUE AFONSO DA SILVA	0	0	0	0	99 AUSENTE
0101	CRIS HEVERTY FERRAZ CAMASSOLA	0	0	0	0	100 AUSENTE
0229	MARCIELI BOZA	0	0	0	0	101 AUSENTE
0277	DIANE MACHADO	0	0	0	0	102 AUSENTE
0168	WELIDA NASCIMENTO COUTINHO	0	0	0	0	103 AUSENTE
0025	TAMARA SILVA	0	0	0	0	104 AUSENTE
0219	DOUGLAS CRISTIAN SIQUIERI	0	0	0	0	105 AUSENTE
0110	WILLIAN DUARTE	0	0	0	0	106 AUSENTE
0271	PAULO HENRIQUE BEUX	0	0	0	0	107 AUSENTE
0217	TALITA LOPES RAMOS	0	0	0	0	108 AUSENTE
0136	LAUANA EVA LETREILLE	0	0	0	0	109 AUSENTE
0172	ALINE GONCALVES MARTINS DOS SANTOS	0	0	0	0	110 AUSENTE

0214	RONALDO DA SILVA TEMPONE	0	0	0	0	111 AUSENTE
0114	AMANDA SAPELLI JACOBI	0	0	0	0	112 AUSENTE
0066	LAíZA SOUZA NUNES	0	0	0	0	113 AUSENTE
0096	CAROLINE ZIEM	0	0	0	0	114 AUSENTE
0207	EVERTON FELIPE DA SILVA SOUZA	0	0	0	0	115 AUSENTE
0056	ALANA INGRID DA ROCHA	0	0	0	0	116 AUSENTE
0215	ROSEANA CLAUDIA PEDROSO	0	0	0	0	117 AUSENTE
0251	JAQUELINE VIEIRA CASTRO	0	0	0	0	118 AUSENTE

Candidatos: 118

Candidatos Total : 150

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 030/2016

"Concede Férias a Contadora da Câmara Municipal e dá outras providências".

O Senhor **Sérgio Medeiros de Araújo,** Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas férias à Servidora **Francieli Baldin Raveda**, nomeada pela Portaria nº 004/2015 ao cargo de **Contadora** da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT.

Art. 2º - As Férias ora concedidas referem-se ao período aquisitivo do Exercício de 2015, que serão gozadas de 04 de julho de 2016 a 02 de agosto de 2016.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, aos 04 de julho de 2016.

_____

Sérgio Medeiros de Araújo

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIAS JUNHO 2016

PORTARIA N° 107/2016

SÚMULA: *"Disigna Função a Servidor Público Municipal, e dá outras providências."*

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. João Antonio Vieira, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a Srª. **Cirlene Natal Contreras**, portadora do R.G. nº. 4.309.703-2 SSP/PR e do CPF nº. 840.797.549-49, ocupante do cargo em comissão de Tesoureira, para assinar física e/ou eletrônica nos processos de pagamento compreendendo, empenhos, liquidações, ordens de pagamento, cheques e transferências bancarias, nos períodos de ausência do Secretário Municipal de Finanças, Sr° Daniel Rodrigues Magalhaes.

Art. 2° -Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Junho de 2016

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

DANIEL RODRIGUES MAGALHAES

Secretario Municipal de Finanças

PORTARIA N° 109/2016

SÚMULA: "Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º -Conceder ao servidor **Alexandre Kaminski**, portador do CPF 304.755,541-91, suas férias a que fez jus no período de 03/01/2015 a 02/01/2016, gozando-as no período de 01/06/2016 a 30/06/2016.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Junho de 2016.

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Aldo Loureiro da Silva

Assessor Jurídico

PORTARIA N° 110/2016

SÚMULA: "Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º -Conceder a servidora **Marilene Citadella da Silva, portador**a do CPF 357.211.541-87, suas férias a que fez jus no período de 01/10/2013 a 30/09/2014, gozando-as no período de 01/06/2016 a 30/06/2016.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Junho de 2016

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Aldo Loureiro da Silva

Assessor Jurídico

PORTARIA N° 111/2016

SÚMULA: "Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º -Conceder a servidora **Celia Maria Modesto Vieira, portador**a do CPF 482.227.201-04, suas férias a que fez jus no período de 01/01/2014 a 31/12/2014, gozando-as no período de 01/06/2016 a 30/06/2016.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Junho de 2016

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Aldo Loureiro da Silva

Assessor Jurídico

PORTARIA N° 112/2016

SÚMULA: "Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º -Conceder a servidora **Sandra Klassen Grzechota**, portadora do CPF **018.183.381-65**, suas férias a que fez jus no período de 03/06/2015 a 02/06/2016, gozando-as no período de 01/06/2016 a 30/06/2016.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Junho de 2016.

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Aldo Loureiro da Silva

Assessor Jurídico

PORTARIA N° 113/2016

SÚMULA: "Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º -Conceder a servidora **Janaina Lourenco de Oliveira**, portadora do CPF 040.279.471-00, suas férias a que fez jus no período de 24/10/2014 a 23/10/2015, gozando-as no período de 01/06/2016 a 30/06/2016.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Junho de 2016.

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Aldo Loureiro da Silva

Assessor Jurídico

PORTARIA N° 114/2016

SÚMULA: "Exonera servidor do cargo que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo art. 42, II, da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º **-** Exonerar a Servidora **Leonice Correa Godinho**, portadora do CPF n° 528.519.071-15 e RG n° 61891 SSP/MT, do cargo em comissão de Encarregado de saúde comunitário, do Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, a pedido da mesma.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Junho de 2016

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Aldo Loureiro da Silva

Assessor Jurídico

PORTARIA N° 115/2016

SÚMULA: "Concede Promoção por merecimento ao Servidor que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado

pelo artigo 63 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. **Solange Raquel Prates de Almeida**, portadora do CPF 983.990.710-72 e RG 1075092989 SSP/RS, Servidora efetiva do Município de Itanhangá, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Promoção por merecimento, em cumprimento ao art. 63, da Lei Complementar 023/2009, e suas alterações posteriores.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Junho de 2016

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Aldo Loureiro da Silva

Assessor Jurídico

PORTARIA N° 116/2016

SÚMULA: "Nomeia servidor que menciona a ocupar cargo de Agente Comunitário de Saúde conforme Processo Seletivo 01/2014 e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o cumprimento do disposto da Lei Federal 11.350/2006 que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Complementar Municipal 24/2009 alterada pela Lei Complementar 52/2012 e Lei Municipal 345/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora aprovada no Processo Seletivo Publico nº 001/2014, redigido pelo edital 001/2014 de 24 de Junho de 2014 para o preenchimento de vagas do cargo de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias.

Nome	CPF	Cargo
Lucimara Daniel da Silva	*007.475.311-88*	*Agente Comunitário de Saúde*

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de Junho de 2016

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Aldo Loureiro da Silva

Assessor Jurídico

PORTARIA N° 117/2016

SÚMULA: "Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º -Conceder ao servidor **Herivelton Correia de Oliveira**, portador do CPF 200.401.640-04, suas férias a que fez jus no período de 02/01/2015 a 01/01/2016, gozando-as no período de 13/06/2016 a 12/07/2016.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 13 de Junho de 2016.

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Aldo Loureiro da Silva

Assessor Jurídico

PORTARIA N° 118/2016

SÚMULA: "Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º -Conceder ao servidor **Daniel Rodrigues Magalhães**, portador do CPF 190.588.889-91, suas férias a que fez jus no período de 22/05/2014 a 21/05/2015, gozando-as no período de 13/06/2016 a 12/07/2016.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 13 de Junho de 2016.

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Aldo Loureiro da Silva

Assessor Jurídico

PORTARIA N° 119/2016

SÚMULA: "Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º -Conceder a servidora **Jacileide Xavier de Freitas**, portadora do CPF 998.930-025-91, suas férias a que fez jus no período de 24/10/2014 a 23/10/2015, gozando-as no período de 13/06/2016 a 12/07/2016.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 13 de Junho de 2016.

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Aldo Loureiro da Silva

Assessor Jurídico

PORTARIA N° 120/2016

SÚMULA: “Concede Férias ao Servidor que menciona, e dá outras providências. ”

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelos artigos 64 e 68 da Lei Complementar Municipal 002/2005

RESOLVE:

Art. 1º -Conceder a servidora **Maria José Rosa Brandão**, portadora do CPF 513.980.871-49, suas férias a que fez jus no período de 13/01/2015 a 12/01/2016, gozando-as no período de 13/06/2016 a 12/07/2016.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 13 de Junho de 2016.

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Aldo Loureiro da Silva

Assessor Jurídico

PORTARIA N° 121/2016

SÚMULA: “Concede Licença ao servidor que menciona, e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelo artigo 88 da Lei Complementar Municipal 023/2009, e suas alterações posteriores

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Sr°. **Paulo Sergio Barth**, portador do CPF 937.451.259-91, e RG nº 1945892-4 SSP/MT, servidor efetivo no cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Itanhangá, *Licença - prêmio* pelo período de 16/06/2016 a 16/07/2016.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 15 de Junho de 2016.

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Aldo Loureiro da Silva

Assessor Jurídico

PORTARIA N° 122/2016

SÚMULA: “Prorroga Licença ao servidor que menciona, e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOÃO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo art. 109 da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a *licença para tratamento de saúde*, concedida ao ao Sr°. **Marcio Sornberger**, portador do CPF 029.438.809-57 e do RG 71443493 SESP/PR, servidor do Município de Itanhangá, ocupante do cargo efetivo de Motorista de caminhão, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, *Licença para Tratamento de Saúde*, até a data de 20 de Agosto de 2016.

Art. 2° - A remuneração do servidor ora citado continua a correr à conta do RGPS.

Art. 3° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 20 de junho de 2016.

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Aldo Loureiro da Silva

Assessor Jurídico

PORTARIA N° 123/2016

SÚMULA: “Concede Licença ao servidor que menciona, e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e em aparado pelo artigo 77 da Lei Complementar Municipal 023/2009

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Srª. **Marlete Cassol**, portadora do CPF 975.219.811-20 e do RG 20702248 SSP/MT, servidora do Município de Itanhangá, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, *Licença para Tratamento de Saúde*, a partir do dia de 24 de junho de 2016 até 09 de julho de 2016.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 23 de junho de 2016.

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Aldo Loureiro da Silva

Assessor Jurídico

PORTARIA N° 124/2016

SÚMULA: “Exonera servidor do cargo que menciona e da outras providencias.”

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo art. 42, I, da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Servidor **Paulo Henrique Godoy**, Portador do CPF n° 407.411.171-34 e RG n° 314157 SSP/MS, do cargo em comissão de Secretário Municipal de Administração e Planejamento, do Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 23 de Junho de 2016

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Aldo Loureiro da Silva

Assessor Jurídico

PORTARIA N° 125/2016

SÚMULA: "Exonera servidor do cargo que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo art. 42, I, da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Servidor **James Fernando Faustino Marques,** portador do CPF n° 694.424.441-15 e RG n° 10872159 SSP/MT**, do** cargo em comissão de Secretário Adjunto, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, do Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 24 de Junho de 2016

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Aldo Loureiro da Silva

Assessor Jurídico

PORTARIA N° 126/2016

SÚMULA: "Exonera servidor do cargo que menciona e da outras providencias."

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. JOAO ANTONIO VIEIRA, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo art. 42, II, da Lei Complementar Municipal 002/2005:

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Servidor **Bruno Henrique Ascari Felix**, portador do CPF 040.765521-21 e RG 2308237-2 SSP/MT, do cargo Assessor de Gabinete lotado na Secretaria Municipal de Finanças, do Município de Itanhangá Estado de Mato Grosso, a pedido do mesmo.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 27 de Junho de 2016.

JOÃO ANTÔNIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e Afixe

Aldo Loureiro da Silva

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIAS DLC FISCAIS DE CONTRATOS - JUNHO 2016

PORTARIA DLC - N° 015/2016

Data: 06 de Junho de 2016

SÚMULA: "*Nomeia fiscal de contrato e da outras providencias."*

O Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr. João Antonio Vieira, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93

RESOLVE:

Art. 1º **-** Designar a Senhora***SUELY RODRIGUES DE QUEIROZ***, portadora do CPF 063.374.666-59, com observância da legislação vigente, atuar como fiscal do **Contrato n° 010/2016,** firmado entre oMunicípio de Itanhangá **e** como **LOCADORA**, a Srª. **ANA CRISTINA DA SILVA GAMA,** brasileira, casada, portadora do CPF n°. 613.894.041-53 e RG n°. 000759983 SSP/MT, residente e domiciliada na Rua São Jorge do Oeste, s/n°, bairro: centro, no município de Itanhangá-MT, cujo objeto a**locação de uma sala comercial com edificações em alvenaria, medindo aproximadamente 55m², destinado a realização do curso técnico administrativo realizado pela empresa SECITC/MT que será fornecido pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho da Prefeitura do Município de Itanhangá-MT.**

Art. 2° - **O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.**

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Itanhangá-MT, **06 de Junho de 2016**.

JOÃO ANTONIO VIEIRA

Prefeito Municipal

Resgistre – se, Publique – se e Afixe

CELIA MARIA MODESTO VIEIRA

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
JUNHO - 2016

Extrato de Contrato Administrativo n°. 010/2016

Espécie: Contrato **010/2016** firmado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ** e a locadora **ANA CRISTINA DA SILVA GAMA, CPF n°. 613.894.041-53**, Objeto: **LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL COM EDIFICAÇÕES EM ALVENARIA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 55M², DESTINADO A REALIZAÇÃO DO CURSO TÉCNICO ADMINISTRATIVO REALIZADO PELA EMPRESA SECITC/MT QUE SERÁ FORNECIDO PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT. Valor Contrato:** R$ 4.200,00(Quatro mil e duzentos reais). **Prazo de Vigência:** da data de assinatura até 31/12/2016. **Assinatura**: 06 de Junho de 2016. **JOAO ANTONIO VIEIRA -** Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço n°. 019/2016

A Pregoeira juntamente com sua Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), torna público que efetuou o Registro de Preços da Ata R. P. n°. 019/2016 na data de 20 de Junho de 2016, com a empresa **MAURO ALVES TRANSPORTES - ME– CNPJ: 08.580.753/0001-25**, conforme decisão alcançada referente ao Pregão Presencial n°. 012/2016, **"Futura e eventual contratação de empresa com caminhão pipa para prestação de serviços de aspersão de água nas ruas e avenidas não pavimentadas do Município de Itanhangá-MT." Valor Total:** R$52. 000,00(Cinqüenta e dois mil reais). A vigência da mesma será contada 12 (doze) meses a partir da assinatura. Itanhangá/MT 20 de Junho de 2016. ***JOAO ANTONIO VIEIRA -*** Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itaúba-MT, torna público aos interessados que o vencedor da Tomada de Preços nº 002/2016, para **Contratação de Empresa Especializada para a Ampliação da Escola Monte Verde com Construção de Refeitório com 65,20 m² no Município de Itaúba-MT**,

Foi a empresa: **ARLINDO PEREIRA AMARAL JUNIOR - ME, CNPJ Nº 15.343.991/0001-82.**

ITAÚBA-MT, 04 de Julho de 2016.

APARECIDO KOITI KIMURA

Pres. de C. P. L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2016

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ADESÃO Nº 003/2016 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO/FNDE

O prefeito da Prefeitura Municipal de Itiquira - MT, no uso de suas atribuições legais, torna público que aderiu a Ata de Registro de Preços n° 11/2015/FNDE do Pregão Eletrônico n° 015/2015, Processo Administrativo n° 23034.003470/2015-28 no dia 04/07/2016, contratando a empresa **MILANFLEX INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 86.729.324/0002-61, para a **AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS ESCOLARES, CONSTITUÍDOS POR MESA E CADEIRA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no valor total de **Valor total: R$ 19.576,50 (dezenove mil quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos),** nos termos do Art. 6º do Decreto nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013.

Itiquira - MT, 04 de julho de 2016.

Humberto Bortolini

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N° 037, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação da validade do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2015 da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, homologado em 25/06/2015, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira.

CONSIDERANDO a autorização de prorrogação prevista no artigo 4º Parágrafo Único da Lei Municipal nº 888/2015;

DECRETA:

Art. 1° Fica Prorrogado por 12 (doze) meses o prazo de validade do **Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2015** da Prefeitura Municipal de Itiquira - MT, **homologado em 25/06/2015, pelo Decreto Municipal nº 055 de 25 de junho de 2015**.

Paragrafo único – As contratações originadas do referido processo seletivo serão prorrogadas de acordo com as necessidades da administração municipal, atendendo o excepcional interesse público.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 24 de junho de 2016.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que fica CANCELADA A PUBLICAÇÃO do DECRETO MUNICIPAL Nº 014/2016, vinculado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 24/06/2016. Edição 2507 por motivo de erro na publicação da mesma.

Secretaria Municipal de Administração, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira – MT., 04 de julho de 2016.

ALEX ALVES DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 106, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

Exonerar a pedido o servidor que menciona de exercer cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor;

CONSIDERANDO que foi solicitada, pela servidora sua exoneração do cargo comissionado que ocupa neste Município de Itiquira/MT;

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonerar o servidor abaixo relacionado, do exercício do cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, bem como da representação em todos os Conselhos e Comissões, a qual esta servidora faz parte da composição, **a partir do dia 1º de julho de 2016**, conforme segue:

1. JOÃO MACAÚBA DA SILVA

CPF-MF: 303.990.171-00

Coordenador de Esporte e Lazer-SEMEL

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT. 30 de junho de 2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 40 DE 01 DE JULHO DE 2016.

DECRETO MUNICIPAL Nº 40 DE 01 DE JULHO DE 2016.

"Declara de Utilidade Pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel que se especifica, e dá outras providências".

O EXMO. SR. HUMBERTO BORTOLINI, PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Itiquira,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/1941 em seus artigos 2º e 5º, alínea "i e m" e art. 6º, com as alterações da Lei 9.785/99; e ainda, as Leis Municipais nº 903 de 22/06/2015, 927 de 17/12/2015 e 949 de 22/06/2016;

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarada de Utilidade Pública, a fim de ser desapropriado amigável ou judicialmente, em caráter de urgência, com fulcro no que dispõe o art. 5º, alínea "i e m", do Decreto-Lei nº. 3.365/1941 e suas alterações, 01 (uma) área de terras de 4.542,00 m² (quatro mil, quinhentos e quarenta e dois metros quadrados), conforme limites e confrontações descritas na MATRÍCULA Nº 499 do C.R.I. do 1º Ofício da Comarca de Itiquira/MT.

Art. 2º. O lote de terras ora desapropriado à Municipalidade destina-se à ampliação do espaço físico do Parque de Exposição "Inocentino Bortolini", construção de prédios públicos e vias públicas de acesso.

Art. 3º. A Comissão Permanente de Avaliação desta Prefeitura Municipal deverá avaliar a porção de terras em epígrafe para que seja pago, previamente e em dinheiro, o preço justo apurado.

Art. 4º. As despesas decorrentes deste Decreto serão custeadas por dotação específica do orçamento.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, em Itiquira/MT, em 1º de julho de 2016.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 031/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: E-COMBR – SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA;** OBJETO; Contratação da empresa E-COMBR – SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA, para fornecimento de licença de uso, otimizações, parametrizações, desenvolvimento, configuração, capacitação de usuários, operacionalização, manutenção e suporte técnico, direito temporário, não exclusivo, limitado e intransferível de uso do programa denominado "sisHABI PREFEITURAS";**PRAZO: 8 (oito) meses; VALOR GLOBAL R$** 5.455,00 (cinco mil quatrocentos e cinqüenta e cinco reais);**ASSINATURA: 27/06/2016.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

PREV-JACI
PORTARIA N.º 051/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por* Invalidez *a Sra. Maria Aparecida Soares."

O Diretor Executivo do PREV-JACI – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado;

Considerando o disposto no Artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, c/c o Artigo 6-A da Emenda Constitucional n.º 41/2003, acrescentado pela Emenda Constitucional n.º 70 de 29 de março de 2012, c/c o Artigo 12, inciso I e Art. 13 da Lei n.º 1.417 de 13/03/2012, que *reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Jaciara/MT e* Lei n.º 1.704, de 01/04/2016, que dispõe sobre a recomposição dos vencimentos dos servidores públicos efetivos ativos, inativos e pensionistas da Educação Exclusivamente ao Magistério, do poder Executivo Municipal de Jaciara-MT;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de **Aposentadoria por Invalidez**, **a Sra. MARIA APARECIDA SOARES**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 0673395-6- SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 468. 761.971-15, servidora efetiva no cargo de profissional da Educação Básica, Classe "C", Padrão "06", lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, com **proventos integrais**, conforme processo administrativo do PREV-JACI, n.º **2016.03.01534P**, a partir da data de sua publicação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Jaciara/MT, 30 de junho de 2016.

JOSÉ ROBERTO CARNEIRO Diretor Executivo do PREV-JACI

Homologo:

ADEMIR GASPAR DE LIMA Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

DECRETO Nº. 01/2016

Dispõe sobre a nomeação dos membros para compor o Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente e da outra providencias, alterando o Decreto n°027/2013.

Valdecir Kemer, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, no uso de suas Atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros para compor o Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente de Jangada MT, que terá as seguintes composições:

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL;

TITULAR: Rodrigo Jose Santos de Andrade

SUPLENTE: Cristiane de Morais

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE;

TITULAR: Claudemir Pereira Rodrigues

SUPLENTE: Lauriene Figueiredo Vasconcelos Silva

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

TITULAR: Dejacir Costa Almeida

SUPLENTE: Maria Aparecida Sabina de Campos

REPRESENTANTE DA CAMARA MUNICIPAL;

TITULAR: Flavio Lucio Almeida Rondon

SUPLENTE: Roberto Teixeira Damascena

REPRESENTANTE DA IGREJA CATOLICA;

TITULAR: Jessica Mendes Teixeira

SUPLENTE: Eder Trajano Oliveira

REPRESENTANTE DA PASTORAL DA CRIANÇA;

TITULAR: Orides de Jesus Nascimento

SUPLENTE: Eliane Siqueira Couto

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario

Gabinete do Prefeito, em Jangada - MT 20 de Junho de 2016.

(original Assinada)

VALDECIR KEMER

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

CÂMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 001/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 001/2016, tem como objeto:

Lote 01: Registro de Preços para eventual aquisição de Material de Expediente do tipo Informática. No valor de R$ 38.384,00 (Trinta e oito mil trezentos e oitenta e quatro reais).

Lote 02: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material Permanente: Monitor 19,5 Led, Gabinete, Nobreak e Impressoras. No valor de R$ 16.488,40 (Dezesseis mil quatrocentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos).

Assim perfazendo o valor de R$ 54.872,40 (Cinquenta e quatro mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos).

De conformidade com o Parecer Jurídico nº 003/2016 desta Câmara.

FAÇO SABER, que nesta data "HOMOLOGO" à empresa JUCINEI DA SILVA NAGLIAT - ME, inscrita no CNPJ nº 06.144.545/0001-58, vencedora do Pregão Presencial 001/2016, supra referenciado.

Gabinete da Presidência, Jauru - MT, 04 de julho de 2016.

MAURO ANTÔNIO DE LIMA

Presidente do Legislativo

DECRETO 058/2016

DECRETO Nº. 058 DE 01 DE JULHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA CONVOCAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA QUE ABAIXO MENCIONA, APROVADA EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS 01/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS, Prefeita Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

Considerando, a aprovação/classificação dos candidatos no processo seletivo simplificado de títulos 01/2016, conforme editais complementares 05 e 06/2016 de 19 de maio de 2016 (resultado final e homologação), e cumpridas às exigências e formalidades legais e,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Revogar a convocação da servidora,convocada conforme decreto 050 de 13 de junho de 2016.

CARGO: TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	
1	ELIZANGELA VALQUIRIA GARCIA MARTINS

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "José Perez", em Jauru-MT, 01 de julho de 2016.

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIAS 269 A 323

PORTARIA GP/Nº 269/2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA **NILZA DA SILVA COSTA.**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 19.624 de 09 de Dezembro de 2015, conforme a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Artigo 126, 127 e 128;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio,** no período de 01/06/2016 a 29/08/2016, referente ao período aquisitivo de 11/03/2009 a 11/03/2014, a servidora **NILZA DA SILVA COSTA**,brasileira, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 2145575 SSP/DF e do CPF Nº 818.108.061-00, que exerce o cargo de **TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO,** junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Educacional/Setor de Educação Infantil/FUNDEB/Creche**,** até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 01 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 270/2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA **ELUZIANE DA COSTA.**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 7534 de 05 de maio de 2016, conforme a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Artigo 126, 127 e 128;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 01/06/2016 a 30/06/2016, referente ao período aquisitivo de 01/07/2008 a 01/07/2013, a servidora **ELUZIANE DA COSTA**,brasileira, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 14688077 SSP/MT e do CPF Nº 008.979.851-17, que exerce o cargo de **AGENTE DE SERVIÇO,** junto a Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Hospitalar**,** até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 01 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 271/2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA **MARIA APARECIDA GONÇALVES LIMA.**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 8429 de 17 de maio de 2016, conforme a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Artigo 126, 127 e 128;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio,** no período de 01/06/2016 a 29/08/2016, referente ao período aquisitivo de 10/03/2009 a 10/03/2014, a servidora **MARIA APARECIDA GONÇALVES LIMA**,brasileira, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 981094 SSP/SE e do CPF Nº 600.836.625-53, que exerce o cargo de **AGENTE DE SERVIÇO,** junto a Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Hospitalar**,** até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 01 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 272/2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA **ADRIANA NUNCIA ALBARO.**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 8.727 de 20 de maio de 2016, conforme a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Artigo 126, 127 e 128;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 01/06/2016 a 30/06/2016, referente ao período aquisitivo de 07/07/2010 A 07/07/2015, a servidora **ADRIANA NUNCIA ALBARO**,brasileira, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 09218866 SSP/MT e do CPF Nº 551.751.041-87, que exerce o cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS URBANOS,** junto a Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Hospitalar**,** até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 03 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 273/2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDOR PÚBLICO **KLEBER EDUARDO BERTON .**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 5560 de 05 de abril de 2016, conforme a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Artigo 126, 127 e 128;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 01/06/2016 a 30/07/2016, referente ao período aquisitivo de 01/07/2008 a 01/07/2013, ao servidor **KLEBER EDUARDO BERTON,** brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 18278779 SSP/MT e do CPF Nº 034.962.201-98, que exerce o cargo de **AGENTE DE VIGILANCIA,** junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Administrativa**,** até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 01 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 274/2016.

DISPÕE SOBRE A TRANSFERENCIA DE LOTAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA WELLY MEDEIROS NEVES.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 9406 de 01 de junho de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Transferir a servidora: **WELLY MEDEIROS NEVES,** brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 13560034 SSP/MT e do CPF Nº 923.208.721-91, que exerce o cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação de Atenção Integral a Saúde/Setor de Assistência ao Portador de DST/AIDS para Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Administrativa

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 01 de junho 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 279/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO JOSÉ MOREIRA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 9.114 de 25 de maio de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 03/06/2016 a 02/07/2016, referente ao período aquisitivo de 09/07/2008 a 09/07/2013, ao servidor **JOSÉ MOREIRA**,brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 258.436 SSP/MT e do CPF Nº 266.002.421-91, que exerce o cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS COLETA SELETIVA PÚBLICA**, junto a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos/Coordenação de Obras Urbanas/Divisão de Trabalhos Urbanos, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 03 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO/INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 280/2016.

DISPÕE SOBRE A TRANSFERENCIA DE LOTAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA IVANILDE NORONHA DE FIGUEIREDO.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 9.599 de 03 de junho de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Transferir a servidora: **IVANILDE NORONHA DE FIGUEIREDO,** brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 1193626-6 SJ/MT e do CPF Nº 000.567.981-80, que exerce o cargo de **AGENTE DE SERVIÇO,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Administrativa para Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação de Atenção Integral a Saúde/Divisão de PSF.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 03 de junho 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 282/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA **VALDIRENE CAVICHIOLI.**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 20.254 de 22 de dezembro de 2015, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio,** no período de 06/06/2016 a 03/09/2016, referente ao período aquisitivo de 06/03/2006 a 06/03/2011, a servidora **VALDIRENE CAVICHIOLI**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 1.141.869-9 SJ/MT e do CPF Nº 837.131.231-87, que exerce o cargo de **PROFESSOR**, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Administrativa, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 06 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO/INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 283/2016.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAR CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO "LATU SENSU" EM PROTESE DENTARIA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 9.383 de 01 de junho de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

Considerando: Memorando nº 534/PAM/2016 de 01 de junho de 2016.

Considerando: Declaração de 24 de maio de 2016

Considerando: Parecer Jurídico de 27 de maio de 2015.

Considerando: O Deferimento do Prefeito Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a servidora: **FABRICIA CARLA MARTINS BEZERRA GARUTTI,** brasileira, maior, residente e domiciliada nesta Cidade de Juara-MT. , portadora da CI RG Nº 11273259 SSP/MT e do CPF Nº 692.859.691-00, exerce o cargo de **Especialista Saúde,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação de Atenção Integral a Saúde/Divisão de PSF, **REALIZAR CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO "LATU SENSU" EM PROTESE DENTARIA,** no período de 08/06/2016 a 31/12/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 06 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO/INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 284/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA **ROSELENE FERREIRA ALVES BARBOSA.**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 7.769 de 09 de maio de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 08/06/2016 a 07/07/2016, referente ao período aquisitivo de 06/04/2009 a 06/04/2014, a servidora **ROSELENE FERREIRA ALVES BARBOSA**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 11615184 SJ/MT e do CPF Nº 842.181.931-34, que exerce o cargo de **AGENTE DE SERVIÇO**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Hospitalar**,** a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 08 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 285/2016.

DISPOE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA GP Nº 244/2016 QUE DESIGNOU A SERVIDORA LUZIA MARESTONI SIMÕES PARA O CARGO DE OUVIDORA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Lei Municipal nº 2.349/2013 e o Decreto nº789/2013 de 15/10/2013;

Considerando, o Processo SAD nº 7.340 de 03 de maio de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria GP nº 244/2016 que designou a servidora Sra. **LUZIA MARESTONI SIMÕES,** brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 13139201 - SSP/SP e do CPF nº 015.399.608-03, para exercer sem ônus a Função de **OUVIDORA,** provido em comissão junto ao Gabinete do Prefeito/Chefia de Gabinete/Ouvidoria, retornando a mesma ao cargo de origem **AGENTE ADMINISTRATIVO DA SAÚDE**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Administrativa, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 08 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 287/2016.

DISPÕE SOBRE A TRANSFERENCIA DE LOTAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA LUZINEIDE APARECIDA DA SILVA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 10.054 de 09 de junho de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Transferir a servidora: **LUZINEIDE APARECIDA DA SILVA,** brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 23684780 SSP/MT e do CPF Nº 029.936.801-70, que exerce o cargo de **AGENTE DE SERVIÇO,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Administrativa para Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Hospitalar.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 09 de junho 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 288/2016.

DISPÕE SOBRE A TRANSFERENCIA DE LOTAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA NILZETE ROMILDA M. MORIMA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 10.055 de 09 de junho de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Transferir a servidora: **NILZETE ROMILDA M MORIMA,** brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 2113868-0 SS/MT e do CPF Nº 031.939.941-97, que exerce o cargo de **AGENTE DE SERVIÇO,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Hospitalar para Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação de Atenção Integral a Saúde/Divisão de PSF.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 09 de junho 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 289/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA **SANDRA JARSCHEL DIETRICH.**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 2.920 de 24 de fevereiro de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio,** no período de 09/06/2016 a 07/09/2016, referente ao período aquisitivo de 21/07/2008 a 21/07/2013, a servidora S**ANDRA JARSCHEL DIETRICH**, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 1151514-7 SJ/MT e do CPF Nº 839.148.461-00, que exerce o cargo de **TÉCNICO SAÚDE-READ**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/ Coordenação Hospitalar, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 09 de junho 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 290/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA **SANDRA VIEIRA MARQUES TEIXEIRA**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 9.976 de 08 de junho de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 13/06/2016 a 12/07/2016, referente ao período aquisitivo de 01/08/2008 a 01/08/2013, a servidora S**ANDRA VIEIRA MARQUES TEIXEIRA**, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 636049 SSP/MT e do CPF Nº 496.558.501-10, que exerce o cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, junto a Secretaria Municipal de Finanças/Departamento de Tesouraria, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 13 de junho 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA

Portaria GP/Nº 293/2016.

"Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO** do candidato aprovado no concurso público conforme Edital nº 001/2016, para o Cargo de **PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR– ZONA RURAL - CATUAI** e da outras providências"

Edson Miguel Piovesan, Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação da competência de que trata o art. 22, Seção III da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007, com base no art. 45, Seção II da Lei Orgânica do Município, c/c Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando, o Edital nº 001/2016 – Concurso Público Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, realizado no dia 15/05/2016 e Homologado através do Decreto nº 1.064 de 31 de maio de 2016, por meio do qual tornou-se público o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos acima especificado;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, o Srº **LEANDRO RAFAEL DE CAMARGO BARBOSA**. Brasileiro, maior, residente e domiciliada na Rua Oriva Alves Santos 113 E Centro, nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade (CI/RG) sob o nº 1324194-0–SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 925.852.301-63, para exercer o Cargo de **PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR– ZONA RURAL - CATUAI**, conforme lei complementar nº 068 de 30 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 028 de 26 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Será Tornado sem efeito o presente ato de provimento, caso não ocorra a posse e o exercício nos prazos especificados no Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 3º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

08	- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
08.01	- Divisão Educacional
08.01.03	- Setor de Ensino Fundamental/FUNDEB
2058	- Manutenção FUNDEB 60% Ensino Fundamental
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 17 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 294/2016.

DISPÕE SOBRE VACANCIA DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO DA SAÚDE PARA POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, prefeito do Município no uso de suas atribuições legais que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o requerimento da Servidora **LUZIA MARESTONI SIMOES**, protocolado na SAD sob o nº.10.614/2016; e

Considerando o disposto no Art. 061, Inciso VI da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar **Vacância** do cargo efetivo de **Agente Administrativo da Saúde** emClasse/Nível C/3, do quadro geral de cargos da Prefeitura Municipal de Juara, com exercício junto a Secretaria Municipal de Saúde, ocupado pela servidora **LUZIA MARESTONI SIMOES,** brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da CI RG nº 13139201 SSP/SP e do CPF nº 015.399.608-03, em razão de posse em outro cargo público inacumulável;

Art. 2º - Fica Suspenso o vínculo jurídico da servidora com o cargo de origem constante na Portaria GP/Nº 331/2008;

Art. 3º - O retorno ao Cargo de origem poderá ocorrer tanto por inabilitação no estágio probatório do cargo de destino, quanto a pedido, desde que exercido durante o período do estágio probatório do novo cargo, conforme previsto no artigo 41 da Constituição Federal;

Art. 4º - Decorrido o prazo de três anos a que se refere o artigo 3º, cessará os efeitos da presente declaração de vacância, a qual passará a ter os mesmos efeitos da exoneração em relação ao cargo de origem da servidora.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 20 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

Portaria GP/Nº 295/2016.

"Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO** do candidato aprovado no concurso público conforme Edital nº 001/2016, para o Cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS URBANOS- SEDE** e da outras providências"

Edson Miguel Piovesan, Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação da competência de que trata o art. 22, Seção III da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007, com base no art. 45, Seção II da Lei Orgânica do Município, c/c Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando, o Edital nº 001/2016 – Concurso Público Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, realizado no dia 15/05/2016 e Homologado através do Decreto nº 1.064 de 31 de maio de 2016, por meio do qual tornou-se público o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos acima especificado;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, a Srª **ROSILDA DE OLIVEIRA**. Brasileira, maior, residente e domiciliada na Rua Paraíba 541 Centro, nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da Cédula de Identidade (CI/RG) sob o nº 2076854-0–SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 036.069.941-33, para exercer o Cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS URBANOS- SEDE**, conforme lei complementar nº 069/2010 de 04 de fevereiro de 2010 e Lei Complementar nº 028 de 26 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Será Tornado sem efeito o presente ato de provimento, caso não ocorra a posse e o exercício nos prazos especificados no Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 3º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

13	- Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
13.02	- Coordenação de Obras Urbanas
13.02.02	- Divisão de Obras Urbanas
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 20 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO/INTERESSADO

Portaria GP/Nº 296/2016.

"Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO** do candidato aprovado no concurso público conforme Edital nº 001/2016, para o Cargo de **ESPECIAISTA EM SAÚDE/ NUTRIÇÃO-SEDE** e da outras providências"

Edson Miguel Piovesan, Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação da competência de que trata o art. 22, Seção III da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007, com base no art. 45, Seção II da Lei Orgânica do Município, c/c Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando, o Edital nº 001/2016 – Concurso Público Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, realizado no dia 15/05/2016 e Homologado através do Decreto nº 1.064 de 31 de maio de 2016, por meio do qual tornou-se público o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos acima especificado;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, a Srª **PRISCILLA RINALDI,** Brasileira, maior, residente e domiciliada na Rua Piracicaba Centro, nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade (CI/RG) sob o nº 2440577-9–SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 039.573.679-05, para exercer o Cargo de **ESPECIAISTA EM SAÚDE/NUTRIÇÃO-SEDE**, conforme Lei Complementar N° 031 de 26/12/2007 e Lei Complementar nº 028 de 26 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Será Tornado sem efeito o presente ato de provimento, caso não ocorra a posse e o exercício nos prazos especificados no Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 3º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

09	- Secretaria Municipal de Saúde
09.02	- Unidades Administrativa Ambulatorial
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 20 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO/INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 297/2016.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR PÚBLICO NO CARGO DE PROFESSOR.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 10.745 de 17 junho de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido Srº **RADAMS CAPELETI**, brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da CI RG nº 15161765 SSP/MT e do CPF nº 003.244.131-22, que exercia o cargo de **PROFESSOR,** junto Secretaria Municipal de Educação e Cultura/ Divisão Educacional/Setor Ensino Fundamental-FUNDEB, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 20 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 298/2016.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 10.870 de 20 junho de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido Srª **CRISTIANE EDILEUZA DA SILVA**, brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 1.490.858-1 SSP/MT e do CPF nº 984.382.471-72, que exercia o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** junto Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação de Atenção de Atenção Integral a Saúde/Divisão de PACS, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 20 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 299/2016.

DISPÕE SOBRE VACANCIA DO CARGO DE TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO PARA POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, prefeito do Município no uso de suas atribuições legais que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o requerimento da Servidora **DENISE FERREIRA DA COSTA SILVA**, protocolado na SAD sob o nº. 10.602/2016; e

Considerando o disposto no Art. 061, Inciso VI da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar **Vacância** do cargo efetivo de **TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO** emClasse/Nível B/2, do quadro geral de cargos da Prefeitura Municipal de Juara, com exercício junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Educacional/Setor de Educação Infantil/FUNDEB/Creche, ocupado pela servidora **DENISE FERREIRA DA COSTA SILVA,** brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 13110675 SSP/MT e do CPF nº 998.619.251-04, em razão de posse em outro cargo público inacumulável;

Art. 2º - Fica Suspenso o vínculo jurídico da servidora com o cargo de origem constante na Portaria GP/Nº 436/2010

Art. 3º - O retorno ao Cargo de origem poderá ocorrer tanto por inabilitação no estágio probatório do cargo de destino, quanto a pedido, desde que exercido durante o período do estágio probatório do novo cargo, conforme previsto no artigo 41 da Constituição Federal;

Art. 4º - Decorrido o prazo de três anos a que se refere o artigo 3º, cessará os efeitos da presente declaração de vacância, a qual passará a ter os mesmos efeitos da exoneração em relação ao cargo de origem da servidora.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 20 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

Portaria GP/Nº 300/2016.

"Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO** do candidato aprovado no concurso público conforme Edital nº 001/2016, para o Cargo de **PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR-SEDE** e da outras providências"

Edson Miguel Piovesan, Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação da competência de que trata o art. 22, Seção III da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007, com base no art. 45, Seção II da Lei Orgânica do Município, c/c Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando, o Edital nº 001/2016 – Concurso Público Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, realizado no dia 15/05/2016 e Homologado através do Decreto nº 1.064 de 31 de maio de 2016, por meio do qual tornou-se público o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos acima especificado;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, a Srª. **DENISE FERREIRA DA COSTA SILVA**, brasileira, maior, residente e domiciliada na Rua Guatemala 638 N Jardim América, nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da Cédula de Identidade (CI/RG) sob o nº 1311067-5 -SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 998.619.251-04, para exercer o Cargo de **PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR-SEDE**, conforme lei complementar nº 068/ 2009 de 30 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 028 de 26 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Será Tornado sem efeito o presente ato de provimento, caso não ocorra a posse e o exercício nos prazos especificados no Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 3º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

08	- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
08.01	- Divisão Educacional
08.01.05	- Setor de Educação Infantil/FUNDEB/Creche
2059	- Manutenção FUNDEB 60% Educação Infantil-Creche
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 20 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 301/2016.

DISPÔE SOBRE A ELEVAÇÃO DE CLASSE DA SERVIDORA MARIA JOSÉ DOS SANTOS ALVES.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 5.648 de 06 de abril de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora abaixo relacionada, elevação de Classe em virtude de Ensino Médio, de acordo com o Art. 11, Inciso I, alínea C, e Art. 14 – da Lei Complementar N° 069 de 04/02/2010, a partir desta data;

Nome	Cargo	Classe / Nível	
Maria Jose dos Santos Alves	Agente de Serviços	De: B/3	Para: C/3

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 20 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 302/2016.

DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE CLASSE DA SERVIDORA ELIZABETE DILENBURG

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, O Processo SAD nº 10.230 de 10 de junho de 2016 da Lei Municipal 068 de 30 de Dezembro de 2009, Titulo IV – da Movimentação da Carreira – Capitulo I – da Movimentação Funcional - Art. 41;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora abaixo relacionada, elevação de Classe em virtude de Pós Graduação, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir desta data :

Nome	Cargo	Data da Posse	Classe / Nível	
Elizabete Dilenbug	Professor	17/02/2012	De B/2	Para C/2

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 20 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 303/2016.

DISPÔE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NIVEL POR TEMPO DE SERVIÇO DA SERVIDORA MARINHA FRANCISCA DA SILVA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, O Processo SAD nº 10.460 de 14 de junho de 2016, e a Lei Municipal nº 068 de 30 de Dezembro de 2009 Titulo IV – da Movimentação da Carreira – Capitulo I – da Movimentação Funcional – Seção II – da Progressão Funcional - Arts. 42 e 67;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder as servidoras abaixo relacionadas, elevação de Nível por Tempo de Serviço, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Nome	Posse	Período	Cargo	Classe / Nível	
MARINHA FRANCISCA DA SILVA	04/06/2001	04/06/2013 A 04/06/2016	TECNICO ADMINSTRATIVO EDUCACIONAL	De C/5	Para C/6

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 20 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 304/2016.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DA LC Nº 068/2009, SEÇÃO II, ART. 5º, PARÁGRAFO 2º,QUE DISPÕE SOBRE A CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BÁSICA DO MUNICIPIO DE JUARA.

RESOLVE:

Art. 1º - Enquadrar a servidora **ALINE BARBARA ANDRADE DA SILVA**, por profissionalização, em virtude de ter concluído o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Infantil, conforme Processo SAD Nº : 7.282/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 20 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 305/2016.

DISPÔE SOBRE O ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA MARIA DAS GRAÇAS ARAUJO

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 9.342 de 01 de junho de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Enquadrar a servidora **MARIA DAS GRAÇAS ARAUJO**, concursada para o cargo de Assistente Técnico de Saúde , no cargo de **Técnico de Saúde Readequado – Em extinção – Classe C – Nível 5**, de acordo com a Lei Complementar nº 031 de 26 de Dezembro de 2007 -Anexo II e Lei Complementar nº 46/2008 Art. 47º, lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Hospitalar, a partir desta data .

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 20 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP Nº 306/2016.

"Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO** do candidato aprovado no concurso público conforme Edital nº 001/2016, para o Cargo de **TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR/ADMINISTRADOR- SEDE** e da outras providências"

Edson Miguel Piovesan, Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação da competência de que trata o art. 22, Seção III da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007, com base no art. 45, Seção II da Lei Orgânica do Município, c/c Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando, o Edital nº 001/2016 – Concurso Público Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, realizado no dia 15/05/2016 e Homologado através do Decreto nº 1.064 de 31 de maio de 2016, por meio do qual tornou-se público o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos acima especificado;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, a Srª **LUZIA MARESTONI SIMOES**. Brasileira, maior, residente e domiciliada na Rua Paraíba 580 Centro, nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade (CI/RG) sob o nº 13.139.201–SSP/SP e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 015.399.608-03, para exercer o Cargo de **TÉCNICO NIVEL SUPERIOR/ADMINISTRADOR- SEDE**, conforme lei complementar nº 069/2010 de 04 de fevereiro de 2010 e Lei Complementar nº 028 de 26 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Será Tornado sem efeito o presente ato de provimento, caso não ocorra a posse e o exercício nos prazos especificados no Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 3º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

09	- Secretaria Municipal de Saúde
09.01	- Coordenação Hospitalar
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 20 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO/ INTERESSADO

PORTARIA GP Nº 307/2016.

"Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO** do candidato aprovado no concurso público conforme Edital nº 001/2016, para o Cargo de **ENFERMEIRO-SEDE** e da outras providências"

Edson Miguel Piovesan, Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação da competência de que trata o art. 22, Seção III da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007, com base no art. 45, Seção II da Lei Orgânica do Município, c/c Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando, o Edital nº 001/2016 – Concurso Público Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, realizado no dia 15/05/2016 e Homologado através do Decreto nº 1.064 de 31 de maio de 2016, por meio do qual tornou-se público o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos acima especificado;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, a Srª **ELIZABETE FANTIN SILVEIRA DE CARVALHO**. Brasileira, maior, residente e domiciliada na Rua Paraíba 580 Centro, nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade (CI/RG) sob o nº1623375-1–SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 014.246.741-31, para exercer o Cargo de **ENFERMEIRO- SEDE**, conforme Lei Complementar N° 031 de 26/12/2007 e Lei Complementar nº 028 de 26 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Será Tornado sem efeito o presente ato de provimento, caso não ocorra a posse e o exercício nos prazos especificados no Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 3º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

09	- Secretaria Municipal de Saúde
09.01	- Coordenação Hospitalar
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 21 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO/ INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 308/2016.

DISPÕE SOBRE VACANCIA DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO PARA POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, prefeito do Município no uso de suas atribuições legais que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o requerimento do Servidor **LUIZ FERNANDO CARDENA**, protocolado na SAD sob o nº. 10.844/2016; e

Considerando o disposto no Art. 061, Inciso VI da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar **Vacância** do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** emClasse/Nível A/2, do quadro geral de cargos da Prefeitura Municipal de Juara, com exercício junto a Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Hospitalar, ocupado pelo servidor **LUIZ FERNANDO CARDENA,** brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da CI RG nº 1662686-9 SSP/MT e do CPF nº 025.467.891-20, em razão de posse em outro cargo público inacumulável;

Art. 2º - Fica Suspenso o vínculo jurídico do servidor com o cargo de origem constante na Portaria GP/Nº 220/2012.

Art. 3º - O retorno ao Cargo de origem poderá ocorrer tanto por inabilitação no estágio probatório do cargo de destino, quanto a pedido, desde que exercido durante o período do estágio probatório do novo cargo, conforme previsto no artigo 41 da Constituição Federal;

Art. 4º - Decorrido o prazo de três anos a que se refere o artigo 3º, cessará os efeitos da presente declaração de vacância, a qual passará a ter os mesmos efeitos da exoneração em relação ao cargo de origem da servidora.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 21 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

Portaria GP/Nº 309/2016.

"Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO** do candidato aprovado no concurso público conforme Edital nº 001/2016, para o Cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/INFRA ESTRUTURA-SEDE** e da outras providências"

Edson Miguel Piovesan, Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação da competência de que trata o art. 22, Seção III da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007, com base no art. 45, Seção II da Lei Orgânica do Município, c/c Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando, o Edital nº 001/2016 – Concurso Público Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, realizado no dia 15/05/2016 e Homologado através do Decreto nº 1.064 de 31 de maio de 2016, por meio do qual tornou-se público o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos acima especificado;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, a Srª. **CRISTIANE EDILEUZA DA SILVA**, brasileira, maior, residente e domiciliada na Rua José Martins da Silva Jardim Primavera, nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da Cédula de Identidade (CI/RG) sob o nº 1490858-1 -SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 984.382.471-72, para exercer o Cargo **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/INFRA ESTRUTURA-SEDE**, conforme lei complementar nº 068/2009 de 30 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 028 de 26 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Será Tornado sem efeito o presente ato de provimento, caso não ocorra a posse e o exercício nos prazos especificados no Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 3º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

08	- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
08.01	- Divisão Educacional
08.01.05	- Setor de Educação Infantil/FUNDEB/Creche
2059	- Manutenção FUNDEB 60% Educação Infantil-Creche
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 21 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP Nº310/2016.

"Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO** do candidato aprovado no concurso público conforme Edital nº 001/2016, para o Cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** e da outras providências"

Edson Miguel Piovesan, Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação da competência de que trata o art. 22, Seção III da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007, com base no art. 45, Seção II da Lei Orgânica do Município, c/c Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando, o Edital nº 001/2016 – Concurso Público Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, realizado no dia 15/05/2016 e Homologado através do Decreto nº 1.064 de 31 de maio de 2016, por meio do qual tornou-se público o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos acima especificado;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, a Senhorita **FRANCIELY SOARES FIGUEIREDO** Brasileira, maior, residente e domiciliada na Rua Moacir Semensato 480 N Centro, nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da Cédula de Identidade (CI/RG) sob o nº 19060815–SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 022.558.885-48, para exercer o Cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, conforme lei complementar nº 069/2010 de 04 de fevereiro de 2010 e Lei Complementar nº 028 de 26 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Será Tornado sem efeito o presente ato de provimento, caso não ocorra a posse e o exercício nos prazos especificados no Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 3º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

10	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho
10.03	- Divisão de Desenvolvimento do Trabalho, Habitação e Social
10.03.02	- Setor de Emissão de CTPS
2086	- Manutenção com Secretaria Municipal de Assistência Social
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 21 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP Nº 311/2016.

"Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO** do candidato aprovado no concurso público conforme Edital nº 001/2016, para o Cargo de **TÉCNICO SAUDE/ TECNICO RAIO X - SEDE**e da outras providências"

Edson Miguel Piovesan, Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação da competência de que trata o art. 22, Seção III da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007, com base no art. 45, Seção II da Lei Orgânica do Município, c/c Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando, o Edital nº 001/2016 – Concurso Público Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, realizado no dia 15/05/2016 e Homologado através do Decreto nº 1.064 de 31 de maio de 2016, por meio do qual tornou-se público o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos acima especificado;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, o Srº **LUIZ FERNANDO CARDENA**. Brasileiro, maior, residente e domiciliado na Rua Genésio Borges Teixeira 401 S Parque Kennedy, nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade (CI/RG) sob o nº 162686-9–SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 025.467.891-20, para exercer o Cargo de **TÉCNICO SAUDE/TECNICO RAIO X - SEDE**, conforme lei complementar nº 069/2010 de 04 de fevereiro de 2010 e Lei Complementar nº 028 de 26 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Será Tornado sem efeito o presente ato de provimento, caso não ocorra a posse e o exercício nos prazos especificados no Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 3º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

09	- Secretaria Municipal de Saúde
09.01	- Coordenação Hospitalar
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 21 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO/ INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 312/2016.

DISPÕE SOBRE VACANCIA DO CARGO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO PARA POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, prefeito do Município no uso de suas atribuições legais que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o requerimento da Servidora ELAINE CRISTINA MATEUS NOVACOWSKI, protocolado na SAD sob o nº. 10.974/2016; e

Considerando o disposto no Art. 061, Inciso VI da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar **Vacância** do cargo efetivo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO** emClasse/Nível B/5, do quadro geral de cargos da Prefeitura Municipal de Juara, com exercício junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Educacional/Setor de Ensino Fundamental, ocupado pela servidora **ELAINE CRISTINA MATEUS NOVACOWSK,** brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 14345030 SSP/MT e do CPF nº 951.977.291-04, em razão de posse em outro cargo público inacumulável;

Art. 2º - Fica Suspenso o vínculo jurídico do servidor com o cargo de origem constante na Portaria GP/Nº248/2004.

Art. 3º - O retorno ao Cargo de origem poderá ocorrer tanto por inabilitação no estágio probatório do cargo de destino, quanto a pedido, desde que exercido durante o período do estágio probatório do novo cargo, conforme previsto no artigo 41 da Constituição Federal;

Art. 4º - Decorrido o prazo de três anos a que se refere o artigo 3º, cessará os efeitos da presente declaração de vacância, a qual passará a ter os mesmos efeitos da exoneração em relação ao cargo de origem da servidora.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 22 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

Portaria GP/Nº 313/2016.

"Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO** do candidato aprovado no concurso público conforme Edital nº 001/2016, para o Cargo de **PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR– SEDE** e da outras providências"

Edson Miguel Piovesan, Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação da competência de que trata o art. 22, Seção III da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007, com base no art. 45, Seção II da Lei Orgânica do Município, c/c Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando, o Edital nº 001/2016 – Concurso Público Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, realizado no dia 15/05/2016 e Homologado através do Decreto nº 1.064 de 31 de maio de 2016, por meio do qual tornou-se público o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos acima especificado;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, o Srº **CASSIUS CLEY FERREIRA**. Brasileiro, maior, residente e domiciliada na Rua Nelson Taborda Lacerda 955 Jardim Primavera, nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade (CI/RG) sob o nº 1905334-7–SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 003.590.891-27, para exercer o Cargo de **PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR– SEDE**, conforme lei complementar nº 068 de 30 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 028 de 26 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Será Tornado sem efeito o presente ato de provimento, caso não ocorra a posse e o exercício nos prazos especificados no Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 3º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

08	- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
08.01	- Divisão Educacional
08.01.03	- Setor de Ensino Fundamental/FUNDEB
2058	- Manutenção FUNDEB 60% Ensino Fundamental
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 22 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

Portaria GP/Nº 314/2016.

"Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO** do candidato aprovado no concurso público conforme Edital nº 001/2016, para o Cargo de **PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR– SEDE** e da outras providências"

Edson Miguel Piovesan, Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação da competência de que trata o art. 22, Seção III da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007, com base no art. 45, Seção II da Lei Orgânica do Município, c/c Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando, o Edital nº 001/2016 – Concurso Público Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, realizado no dia 15/05/2016 e Homologado através do Decreto nº 1.064 de 31 de maio de 2016, por meio do qual tornou-se público o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos acima especificado;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, a Srª **ELAINE CRISTINA MATEUS NOVACOWSKI** . Brasileiro, maior, residente e domiciliada na Rua Moacir Semensato 244 N Centro, nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade (CI/RG) sob o nº 1434503-0–SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 951.977.291-04, para exercer o Cargo de **PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR– SEDE**, conforme lei complementar nº 068 de 30 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 028 de 26 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Será Tornado sem efeito o presente ato de provimento, caso não ocorra a posse e o exercício nos prazos especificados no Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 3º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

08	- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
08.01	- Divisão Educacional
08.01.03	- Setor de Ensino Fundamental/FUNDEB
2058	- Manutenção FUNDEB 60% Ensino Fundamental
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 22 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 315/2016.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE OFICIO DA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE CHEFE DE SETOR

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 11.079 de 23 de junho de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

Considerando Ofício nº 0352/2016/SMS/GS de 22 de junho de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar através de ofício a Srª **JAQUELINE VIOLADA**, brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 1359249-1 SSP/MT e do CPF nº 947.374.791-87, que exercia o cargo de **CHEFE DE SETOR,** junto Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Administrativa/Setor de Programas Especiais, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 22 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 316/2016.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICO.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 11.043 de 22 de junho de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Art. 41, “caput”, da Constituição Federal, com redação dada pela EC n° 19/98, de que os servidores públicos após 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo são estáveis;

Considerando o que estatui o Art. 46º da Lei Complementar nº 028 de 26 de Dezembro de 2007, (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Juara);

Considerando ainda as nomeações através de Concurso Público para preenchimento de **vagas realizado em 11 de Março de 2010 e Concurso Público 001/2011 para preenchimento de vagas realizado em 08/01/2012.**

Considerando finalmente o Relatório final de Comissão Especial de Avaliação de Desempenho, nomeada de conformidade com o Art.42º da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Juara;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a estabilidade as servidoras públicas constantes do Anexo Único da presente Portaria, nomeado após a aprovação em Concurso Público, para provimento de cargos nesta Prefeitura Municipal, no mês de junho/2016:

Art. 2º - O prazo para interposição de recurso será de 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 22 de Junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

ANEXO ÚNICO

SERVIDOR	CARGO
Luiz Ricardo Monteiro São Miguel	Auxiliar Administrativo
Welly Medeiros Neves	Agente Administrativo
Aline Aparecida Porto	Auxiliar Administrativo
Aline Cassia Mazutti	Auxiliar Administrativo

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 317/2016.

DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIDORES PÚBLICOS.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos servidores abaixo relacionados, Elevação de Nível em virtude do Tempo de Serviço, de acordo com os Artigos Nº 12 – I e Art. Nº 13º - § 1º, da Lei Complementar Nº. 069 de 04/02/2010, e Art. Nº 13 – I e Art. Nº 14 - § 1º da Lei Complementar Nº 031/2007, e Art. Nº 11 e Art. Nº 12 da Lei Complementar Nº 029 de 26/12/2007, a partir desta data;

Nome	Período	Classe / Nível	
ALINE APARECIDA PORTO	03/06/2013 A 03/06/2016	De A/1	Para A/2
ALINE CASSIA MAZUTTI	03/06/2013 A 03/06/2016	De A/1	Para A/2
FLAVIA BONFIM DA SILVA	22/06/2013 A 22/06/2016	De B/2	Para B/3
LAURA FALKOSKI	13/06/2013 A 13/06/2016	De B/7	Para B/8
LUIZ RICARDO M SÃO MIGUEL	13/06/2013 A 13/06/2016	De A/1	Para A/2
NAIR FARIAS BEZERRA	30/06/2013 A 30/06/2016	De B/7	Para B/8
NATANAEL FERREIRA MARTINS	23/06/2013 A 23/06/2016	De C/4	Para C/5
VELCIDIA FUR	22/06/2013 A 22/06/2016	De B/2	Para B/3

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 22 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 318/2016.

DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NÍVEL DA SERVIDORA PÚBLICA WELLY MEDEIROS NEVES.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora abaixo relacionada, Elevação de Nível em virtude do Tempo de Serviço, de acordo com os Artigos Nº 12 – I e Art. Nº 13º - § 1º, da Lei Complementar Nº. 069 de 04/02/2010, e Art. Nº 13 – I e Art. Nº 14 - § 1º da Lei Complementar Nº 031/2007, e Art. Nº 11 e Art. Nº 12 da Lei Complementar Nº 029 de 26/12/2007**, com efeitos retroagindo no mês de 2016**, a partir desta data;

Nome	Período	Classe / Nível	
WELLY MEDEIROS NEVES	22/05/2013 A 22/05/2016	De A/1	Para A/2

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 22 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO/INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 319/2016.

DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE CLASSE DO SERVIDOR CLOVIS GONÇALVES DOS SANTOS.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 10.782 de 20 de junho de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo relacionado, elevação de Classe em virtude de Conclusão de Curso de Capacitação Profissional na área de atuação, de acordo com o Art. 11, Inciso II, alínea B, e Art. 14 – da Lei Complementar N° 069 de 04/02/2010, a partir desta data;

Nome	Cargo	Classe / Nível	
CLOVIS GONÇALVES DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS URBANOS	De: A/2	Para: B/2

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 22 de Junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 320/2016.

DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE CLASSE DO SERVIDOR KLEBER EDUARDO BERTON.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 10.702 de 17 de junho de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo relacionado, elevação de Classe em virtude de Ensino Médio, de acordo com o Art. 11, Inciso I, alínea C, e Art. 14 – da Lei Complementar N° 069 de 04/02/2010, a partir desta data;

Nome	Cargo	Classe / Nível	
KLEBER EDUARDO BERTON	AGENTE DE VIGILANCIA	De: B/3	Para: C/3

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 22 de Junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 321/2016.

DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE CLASSE DA SERVIDORA ALINE CASSIA MAZUTTI.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 10.192 de 10 de junho de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora abaixo relacionada, elevação de Classe em virtude de Conclusão de Curso de Capacitação Profissional na área de atuação, de acordo com o Art. 11, Inciso II, alínea B, e Art. 14 – da Lei Complementar N° 069 de 04/02/2010, a partir desta data;

Nome	Cargo	Classe / Nível	
ALINE CASSIA MAZUTTI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	De: A/2	Para: B/2

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 22 de Junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

Portaria GP/Nº 322/2016.

"Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO** do candidato aprovado no concurso público conforme Edital nº 001/2016, para o Cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/INFRA ESTRUTURA-SEDE** e da outras providências"

Edson Miguel Piovesan, Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação da competência de que trata o art. 22, Seção III da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007, com base no art. 45, Seção II da Lei Orgânica do Município, c/c Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando, o Edital nº 001/2016 – Concurso Público Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, realizado no dia 15/05/2016 e Homologado através do Decreto nº 1.064 de 31 de maio de 2016, por meio do qual tornou-se público o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos acima especificado;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, a Srª. **MIRIAN DA SILVA SANTOS**, brasileira, maior, residente e domiciliada na Rua Hortência 371 Portal das Flores, nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da Cédula de Identidade (CI/RG) sob o nº 1340881-0-SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 003.664.811-69, para exercer o Cargo **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/INFRA ESTRUTURA-SEDE**, conforme lei complementar nº 068/2009 de 30 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 028 de 26 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Será Tornado sem efeito o presente ato de provimento, caso não ocorra a posse e o exercício nos prazos especificados no Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 3º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

08	- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
08.01	- Divisão Educacional
08.01.05	- Setor de Educação Infantil/FUNDEB/Creche
2059	- Manutenção FUNDEB 60% Educação Infantil-Creche
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 23 junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 323/2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA **ELAINE CRISTINA DA SILVA MOREIRA.**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 11.376 de 28 de Junho de 2016, conforme a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Artigo 126, 127 e 128;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio,** no período de 15/06/2016 a 12/09/2016, referente ao período aquisitivo de 10/06/2011 a 10/06/2016, a servidora **ELAINE CRISTINA DA SILVA MOREIRA**,brasileira, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 1177996-9 SSP/MT e do CPF Nº841.134.641-20, que exerce o cargo de **PROFESSOR,** junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/ Divisão Educacional/Setor de Educação Infantil/FUNDEB/Pré Escola**,** até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos retroagindo em dia 15 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 23 de junho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIAS 220 A 263

PORTARIA GP/Nº 220/2016.

DISPOE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA ALINE FRANCISCO DA SILVA NO CARGO DE ASSESS OR DE IMPRENSA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 7.204 de 29 de abril de 2016, nos termos da Lei Complementar nº 049/2008;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Srª. **Aline Francisco da Silva**, brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 1521069-3 SSP/MT e do CPF nº 006.093.681-92, para exercer o cargo de confiança provido em comissão de **Assessor de Imprensa**, junto ao Gabinete do Prefeito/Chefia de Gabinete/Assessoria de Imprensa, a partir desta data até posterior deliberação. Art. 2º Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

02	- Gabinete do Prefeito
02.04	- Chefia de Gabinete
02.04.01	- Assessoria de Imprensa
2006	- Manutenção com Assessoria de Imprensa
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 02 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 221/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA FABIANA FATIMA PEREIRA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 7.335 de 03 de maio de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo de 01/07/2008 A 01/07/2013, a servidora **FABIANA FATIMA PEREIRA**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 001379980 SSP/MS e do CPF Nº 005.338.881-07, que exerce o cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO SAÚDE**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/ Coordenação Administrativa, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 02 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 222/2016.

DISPOE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSE PARTICULAR DA SERVIDORA ZENILDA DE OLIVEIRA GUANDALIN.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 6.565 de 19 de abril de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **Licença para Tratamento de Interesse Particular** sem ônus para Prefeitura Municipal de Juara-MT., no período de 02/05/2016 a 02/05/2018, a servidora pública Srª **ZENILDA DE OLIVEIRA GUANDALIN,** brasileira, residente e domiciliada nesta Cidade de Juara-MT., portadora do CI RG Nº 1215350-8 SJ/MT e do CPF Nº 581.049.761-68, que **PROFESSOR,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Educacional/Setor de educação Infantil/FUNDEB/Creche, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 02 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 223/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO FRANCISCO DE ALMEIDA FILHO.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 5.486 de 05 de abril de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio,** no período de 02/05/2016 a 30/07/2016, referente ao período aquisitivo de 12/03/2011 A 12/03/2016, ao servidor **FRANCISCO DE ALMEIDA FILHO**,brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 1021101-2 SSP/MT e do CPF Nº 411.995.291-68, que exerce o cargo de **PEDREIRO**, junto a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos/Coordenação de Obras Urbanas/Divisão de Trabalhos Urbanos, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 02 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 224/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO HAROLDO FERREIRA COUTINHO.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 4.918 de 28 de março de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio,** no período de 02/05/2016 a 30/07/2016, referente ao período aquisitivo de 05/03/2009 a 05/03/2014, ao servidor **HAROLDO FEEREIRA COUTINHO**,brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 597.420 SSP/MT e do CPF Nº 428.066.821-34, que exerce o cargo de **PROFESSOR**, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Educacional/Setor de Ensino Fundamental-FUNDEB, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 02 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 225/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA ELIANE CRISTINA DA SILVA FRIGO.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 5.601 de 06 de abril de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo de 07/07/2010 a 07/07/2015, a servidora **ELIANE CRISTINA DA SILVA FRIGO**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 1.174.474-0 SSP/MT e do CPF Nº 831.317.791-87, que exerce o cargo de **TÉCNICO SAÚDE**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Unidades Administrativas Ambulatoriais, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 02 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 226/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO CLAUDOMIRO PEREIRA GALDAS.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 5.010 de 29 de março de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo de 01/07/2008 a 01/07/2013, ao servidor **CLAUDOMIRO PEREIRA GALDAS**,brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 20829755 SSP/SP e do CPF Nº 099.306.368-38, que exerce o cargo de **AGENTE OPERACIONAL**, junto a Secretaria Municipal de Agricultura Desenvolvimento Econômico/Divisão Desenvolvimento Agrícola, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 02 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 227/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MARIA MARTA OLA PRESTES.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 20.127 de 18 de dezembro de 2015, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio,** no período de 02/05/2016 a 30/07/2016, referente ao período aquisitivo de 11/03/2009 a 11/03/2014, a servidora **MARIA MARTA OLA PRESTES**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 17715520 SSP/MT e do CPF Nº 009.048.031-71, que exerce o cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO**, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Educacional/Setor de Educação Infantil/Creche, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 02 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 228/2016.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE ESPECIALISTA SAÚDE.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 6.946 de 27 de abril de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido Srª **ADRIANA PEREIRA MIGUEL**, brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 24712462-X SSP/SP e do CPF nº 258.132.908-42, que exercia o cargo de **ESPECIALISTA SAÚDE,** junto Secretaria Municipal de Saúde/Unidades Administrativas Ambulatoriais, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 02 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 231/2016.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE CHEFE DE SETOR.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 7.070 de 28 de abril de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Srª **VANIA DA SILVA**, brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 1549215-0 SSP/MT e do CPF nº 003.446.961-38, que exercia o cargo de **CHEFE DE SETOR,** junto ao Gabinete do Prefeito/Chefia de Gabinete/ Setor de Expediente e Cerimonial, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 02 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 232/2016.

DISPÕE SOBRE A TRANSFERENCIA DE LOTAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MARIA CÉLIA LOUREIRO H. F. ROCHA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 7.345 de 03 de maio de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Transferir a servidora: **MARIA CELIA LOUREIRO H. F. ROCHA,** brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 2373153-2 SSP/MT e do CPF Nº 967.248.389-91, que exerce o cargo de **TÉCNICO SAÚDE,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação de Atenção Integral a Saúde/Divisão de PSF para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho/Divisão de desenvolvimento Trabalho Hab. e Social

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 03 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 233/2016.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº459/2013 DA SERVIDORA PÚBLICA DO CARGO DE CHEFE DO SETOR DE EMISSÃO DE CTPS.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria GP nº 459/2013 que designou a Servidora Sra. **DENISE TINTI**, brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 2190448-0 SSP/MT e do CPF nº 036.143.761-76, para exercer o cargo de confiança provido em comissão de **Chefe do Setor de Emissão de CTPS**, junto a Secretaria Municipal de Administração/ Divisão de Serviços Gerais/ Setor de Emissão de CTPS, designar a mesma para exercer o cargo de **Chefe do setor de Protocolo e Arquivo**, junto a Secretaria Municipal de Administração/Coordenação de Recursos Humanos/Setor de Protocolo e Arquivo, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 04 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 234/2016.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA ANA LUCIA DE ARAUJO TAVARES PARA O CARGO DE CHEFE DO SETOR DE EMISSÃO DE CTPS.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora Sra. **ANA LUCIA DE ARAUJO TAVARES**, brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 20072015 SSP/MT e do CPF nº 009.995.461-39, para exercer o cargo de confiança provido em comissão de **Chefe do Setor de Emissão de CTPS**, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho/Divisão de desenvolvimento do Trabalho, Habitação e Social/Setor de Emissão de CTPS, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

10	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho
10.03	- Divisão de Desenvolvimento do Trabalho, Habitação e Social
10.03.02	- Setor de Emissão de CTPS
2086	- Manutenção com Secretaria Municipal de Assistência Social
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 04 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

Portaria GP/Nº 235/2016.

"Dispõe sob a **NOMEAÇÃO** do candidato aprovado no concurso público de provas e de títulos Edital nº 001/2014, para o Cargo de **ESPECIALISTA DA SAÚDE - ODONTÓLOGO,** e da outras providências"

Edson Miguel Piovesan, Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação da competência de que trata o art. 22, Seção III da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007, com base no art. 45, Seção II da Lei Orgânica do Município, c/c Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando, o Edital nº 001/2014 – Concurso Público Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, de 17 de agosto de 2014, por meio do qual tornou-se público e foi homologado o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos acima especificado;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, a Srª. **GIOVANA MATHILDE OLIVEIRA**, brasileira, maior, casada, residente e domiciliada na Rua Sorocaba Nº 80 - Bairro Centro, nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da Cédula de Identidade (CI/RG) sob o nº 30.903.927-7 -SSP/SP e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 309.045.418-19, para exercer o Cargo de **Especialista da Saúde - Odontólogo**, conforme lei complementar nº 031/2007 de 26 de Dezembro de 2007 e Lei Complementar nº 028 de 26 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Será Tornado sem efeito o presente ato de provimento, caso não ocorra a posse e o exercício nos prazos especificados no Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 3º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

09	- Secretaria Municipal de Saúde
09.05	- Coordenação de Atenção Integral a Saúde
09.05.08	- Divisão de PSF
2027	- Manutenção com a Saúde da Família
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 04 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 236/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO JOSÉ MOREIRA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 7.327 de 03 de maio de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 04/05/2016 a 02/06/2016, referente ao período aquisitivo de 09/07/2008 a 09/07/2013, ao servidor **JOSÉ MOREIRA**,brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 258.436 SSP/MT e do CPF Nº 266.002.421-91, que exerce o cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS COLETA SELETIVA PÚBLICA**, junto a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos/Coordenação de Obras Urbanas/Divisão de Trabalhos Urbanos, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 04 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 237/2016.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 7.750 de 09 de maio de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Srª **ERICA DUARTE FLORIANO**, brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 20685955 SSP/MT e do CPF nº 031.778.561-33, que exercia o cargo de **AGENTE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL,** junto a Secretaria Municipal Desenvolvimento Social e Trabalho/Divisão de Programas e Projetos Sociais/Setor Atenção a Criança e ao Adolescente, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 05 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 238/2016.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 7.564 de 06 de maio de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Srª **DENISE WURZLER**, brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 15112152 SJSP/MT e do CPF nº 061.527.451-0008.107.071-36, que exercia o cargo de **TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL,** junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Educacional/Setor de Educação Infantil/FUNDEB/Creche, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 05 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 239/2016.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE AGENTE DE SERVIÇO.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 7.493 de 05 de maio de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Srª **DARLANY RANNIELE BRITO DA SILVA**, brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 3481994-0 SDS/AL e do CPF nº 061.527.451-01, que exercia o cargo de **AGENTE DE SERVIÇO,** junto a Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Hospitalar, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 09 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 240/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA EVA RODRIGUES DE SOUZA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 6.331 de 18 de abril de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio,** no período de 09/05/2016 a 06/08/2016, referente ao período aquisitivo de 27/07/2003 a 27/07/2008, a servidora **EVA RODRIGUES DE SOUZA**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 423.315.8 SSP/MT e do CPF Nº 766.910.121-00, que exerce o cargo de **PROFESSOR**, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Educacional/Setor de Educação Infantil/FUNDEB/Pré Escola, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 09 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 241/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA IVONE APARECIDA DOS SANTOS.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 5.642 de 06 de abril de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 09/05/2016 a 07/06/2016, referente ao período aquisitivo de 11/03/2004 a 11/03/2009, a servidora **IVONE APARECIDA DOS SANTOS**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 17848067 SSP/MT e do CPF Nº 015.377.551-37, que exerce o cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO**, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Educacional/Setor de Educação Infantil/Creche, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 09 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 242/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA ROSANGELA FELICIANO DE SOUSA ROCHA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 5.643 de 06 de abril de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (ttrinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 09/05/2016 a 07/06/2016, referente ao período aquisitivo de 01/07/2008 a 01/07/2013, a servidora **ROSANGELA FELICIANO DE SOUSA ROCHA**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 14346435 SSP/MT e do CPF Nº 630.141.061-00, que exerce o cargo de **TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO**, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Educacional/Setor de Educação Infantil/FUNDEB/Creche, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 09 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

Portaria GP/Nº 243/2016.

"Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO** da candidata aprovada no concurso público conforme Edital nº 001/2014, para o Cargo de **TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – SEDE DO MUNICPIO** e da outras providências"

Edson Miguel Piovesan, Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação da competência de que trata o art. 22, Seção III da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007, com base no art. 45, Seção II da Lei Orgânica do Município, c/c Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando, o Edital nº 001/2014 – Concurso Público Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, de 17 de agosto de 2014, por meio do qual tornou-se público e foi homologado o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos acima especificado;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, a Srª. **VANILDA APARECIDA DA SILVA**, brasileira, maior, residente e domiciliada na Rua Parati 74 Vila Operaria, nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da Cédula de Identidade (CI/RG) sob o nº 1215619-1 -SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 882.474.141-04, para exercer o Cargo de **Técnico de Desenvolvimento Infantil- Sede do Município**, conforme lei complementar nº 068/2009 de 30 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 028 de 26 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Será Tornado sem efeito o presente ato de provimento, caso não ocorra a posse e o exercício nos prazos especificados no Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 3º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

08	- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
08.01	- Divisão Educacional
08.01.05	- Setor de Educação Infantil/FUNDEB/Creche
2059	- Manutenção FUNDEB 60% Educação Infantil-Creche
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 09 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 244/2016.

DISPOE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA LUZIA MARESTONI SIMÕES PARA O CARGO DE OUVIDORA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Lei Municipal nº 2.349/2013 e o Decreto nº789/2013 de 15/10/2013;

Considerando, o Processo SAD nº 7.340 de 03 de maio de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Sra. **LUZIA MARESTONI SIMÕES,** brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 13139201 - SSP/SP e do CPF nº 015.399.608-03, para exercer sem ônus a Função de **OUVIDORA,** provido em comissão junto ao Gabinete do Prefeito/Chefia de Gabinete/Ouvidoria, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 09 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

Portaria GP/Nº 245/2016.

"Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO** da candidata aprovada no concurso público conforme Edital nº 001/2014, para o Cargo de **TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – SEDE DO MUNICPIO** e da outras providências"

Edson Miguel Piovesan, Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação da competência de que trata o art. 22, Seção III da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007, com base no art. 45, Seção II da Lei Orgânica do Município, c/c Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando, o Edital nº 001/2014 – Concurso Público Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, de 17 de agosto de 2014, por meio do qual tornou-se público e foi homologado o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos acima especificado;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, a Srª. **ANGELICA FLORENTINO DE OLIVEIRA**, brasileira, maior, residente e domiciliada na Rua das Guianas 684 Jardim América, nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da Cédula de Identidade (CI/RG) sob o nº 2701596-3 -SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 052.030.131-52, para exercer o Cargo de **Técnico de Desenvolvimento Infantil- Sede do Município**, conforme lei complementar nº 068/2009 de 30 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 028 de 26 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Será Tornado sem efeito o presente ato de provimento, caso não ocorra a posse e o exercício nos prazos especificados no Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 3º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

08	- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
08.01	- Divisão Educacional
08.01.05	- Setor de Educação Infantil/FUNDEB/Creche
2059	- Manutenção FUNDEB 60% Educação Infantil-Creche
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 09 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 246/2016.

DISPÕE SOBRE A TRANSFERENCIA DE LOTAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA EDNA APARECIDA AMORIM SOARES.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 7.791 de 09 de maio de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Transferir a servidora: **EDNA APARECIDA AMORIM SOARES,** brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 698.983 SSP/MT e do CPF Nº 489.065.221-34, que exerce o cargo de **AGENTE DE SERVIÇO,** lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente Turismo e Lazer/Divisão de Desenvolvimento do Turismo para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho/Divisão de Programas e Projetos Sociais/Setor de Atenção a Criança e ao Adolescente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 10 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

Portaria GP/Nº 248/2016.

"Dispõe sob a **NOMEAÇÃO** do candidato aprovado no concurso público de provas e de títulos Edital nº 001/2014, para o **Especialista Saúde-Médico Veterinário – Sede do Município** e da outras providências"

Edson Miguel Piovesan, Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação da competência de que trata o art. 22, Seção III da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007, com base no art. 45, Seção II da Lei Orgânica do Município, c/c Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando, o Edital nº 001/2014 – Concurso Público Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, de 17 de agosto de 2014, por meio o qual tornou-se público e foi homologado o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos acima especificado;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, o Srº. **JOÃO VITOR DA CRUZ**, brasileiro, maior, residente e domiciliado na Rua Maranhão s/n Centro, nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade (CI/RG) sob o nº 1100350-2 SSP/MT e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 037.256.969-26 para exercer o Cargo de **Especialista Saúde- Médico Veterinário – Sede do Município**, conforme lei complementar nº 069/2010 de 04 de fevereiro de 2010 e Lei Complementar nº 028 de 26 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Será Tornado sem efeito o presente ato de provimento, caso não ocorra à posse e o exercício nos prazos especificados no Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 3º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:1

11	- Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico
11.02	- Divisão de Desenvolvimento Agrícola
11.02.01	- Setor de desenvolvimento a produção Animal
2097	- Manutenção com as Atividades da Secretaria de Agricultura
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 11 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 257/2016.

DISPÕE SOBRE A TRANSFERENCIA DE LOTAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MAILSON DE SOUZA GUIMARÃES.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 8.538 de 18 de maio de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Transferir o servidor: **MAILSON DE SOUZA GUIMARÃES, matrícula 4802,** brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 853.64162 SSP/PR e do CPF Nº 046.938.609-64, que exerce o cargo de **ESPECIALISTA SAÚDE,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação de Atenção Integral a Saúde/Divisão de PSF para Secretaria Municipal de Saúde/Unidades Administrativas Ambulatoriais.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 18 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº259/2016.

DISPÔE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NIVEL POR TEMPO DE SERVIÇO DAS SERVIDORAS ELMA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS E MAURIZA PEREIRA BATISTA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, O Processo SAD nº 8.768 de 20 de maio de 2016, e a Lei Municipal nº 068 de 30 de Dezembro de 2009 Titulo IV – da Movimentação da Carreira – Capitulo I – da Movimentação Funcional – Seção II – da Progressão Funcional - Arts. 42 e 67;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder as servidoras abaixo relacionadas, elevação de Nível por Tempo de Serviço, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Nome	Posse	Período	Cargo	Classe / Nível	
ELMA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS	05/05/2004	05/05/2013 A 05/05/2016	APOIO ADMINSTRATIVO EDUCACIONAL	De B/4	Para B/5
MAURIZA PEREIRA BATISTA	02/05/1995	02/05/2013 A 02/05/2016	APOIO ADMINSTRATIVO EDUCACIONAL	De B/7	Para B/8

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 20 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSAD

PORTARIA GP/Nº 260/2016.

DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE CLASSE DO SERVIDOR LUIZ CARLOS CORREIA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 2.690 de 19 de fevereiro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo relacionado, elevação de Classe em virtude de Conclusão de curso de Pós Graduação, de acordo com o Art. 11, Inciso V, alínea C, e Art. 14 – da Lei Complementar N° 069 de 04/02/2010, a partir desta data;

Nome	Cargo	Classe / Nível	
Luiz Carlos Correia	Técnico Nível Médio	De: B/3	Para: C/3

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 20 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 261/2016.

DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE CLASSE DA SERVIDORA ROSIMEIRE RIBEIRO DA SILVA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, O Processo SAD nº 7.680 de 06 de maio de 2016 da Lei Municipal 068 de 30 de Dezembro de 2009, Titulo IV – da Movimentação da Carreira – Capitulo I – da Movimentação Funcional - Art. 41;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora abaixo relacionada, elevação de Classe em virtude de Graduação, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir desta data :

Nome	Cargo	Data da Posse	Classe / Nível	

ROSIMEIRE RIBEIRO DA SILVA	**TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**	**02/05/2000**	**De A/6**	**Para B/6**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 20 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 262/2016.

DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE CLASSE DA SERVIDORA LOURDES LUCILENE WERNIER.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, O Processo SAD nº 7.773 de 09 de maio de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora abaixo relacionada, elevação de Classe em virtude de Ensino Médio, de acordo com o Art. 11, Inciso I, alínea C, e Art. 14 – da Lei Complementar N° 069 de 04/02/2010, a partir desta data;

Nome	**Cargo**	**Classe / Nível**	
Lourdes Lucilene Wernier	**Agente de Serviço**	**De: B/4**	**Para: C/4**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 20 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 263/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA EDNEUSA MARIA DE BRITO CORREIA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 2.917 de 24 de fevereiro de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 23/05/2016 a 21/06/2016, referente ao período aquisitivo de 06/03/2006 a 06/03/2011, a servidora **EDNEUSA MARIA DE BRITO CORREIA**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 3.130.426 SSP/PE e do CPF Nº 507.557.304-53, que exerce o cargo de **PROFESSOR**, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Educacional/Setor de Educação Infantil/FUNDEB/Pré Escola, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 23 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 264/2016.

DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIDORES PÚBLICOS.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos servidores abaixo relacionados, Elevação de Nível em virtude do Tempo de Serviço, de acordo com os Artigos Nº 12 – I e Art. Nº 13º - § 1º, da Lei Complementar Nº. 069 de 04/02/2010, e Art. Nº 13 – I e Art. Nº 14 - § 1º da Lei Complementar Nº 031/2007, e Art. Nº 11 e Art. Nº 12 da Lei Complementar Nº 029 de 26/12/2007, a partir desta data;

Nome	Período	Classe / Nível	
Eva Vitoria de S da Silva	02/05/2013 a 02/05/2016	De C/7	Para C8
Valmir Neves	06/05/2013 a 06/05/2016	De C/4	Para C/5

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 23 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIAS 186 A 218

PORTARIA GP/Nº 186/2016.

DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE CLASSE DE GRADUAÇÃO DA SERVIDORA PATRICIA DA SILVA CAMPOS.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, O Processo SAD nº 3.097 de 26 de Fevereiro de 2016 da Lei Municipal 068 de 30 de Dezembro de 2009, Titulo IV – da Movimentação da Carreira – Capitulo I – da Movimentação Funcional - Art. 41;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora abaixo relacionada, elevação de Classe em virtude de Graduação, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir desta data :

Nome	Cargo	Data da Posse	Classe / Nível	
PATRICIA DA SILVA CAMPOS MACEDO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	07/07/2010	De A/2	Para B/2

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 01 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 187/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO **CLOVIS CANDIDO.**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 3.614 de 04 de março de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 01/04/2016 a 30/04/2016, referente ao período aquisitivo de 01/07/2008 a 01/07/2013, ao servidor **CLOVIS CANDIDO**,brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 30009010 SSP/PR e do CPF Nº 957.392.468-49, que exerce o cargo de **TÉCNICO NÍVEL MÉDIO**, junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico/Divisão de Desenvolvimento Econômico, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 01 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 188/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA **NAIR FARIAS BEZERRA.**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 4.228 de 16 de março de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 01/04/2016 a 30/04/2016, referente ao período aquisitivo de 30/06/2010 A 30/06/2015, a servidora **NAIR FARIAS BEZERRA**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 732.034 SSP/MT e do CPF Nº 481.214.791-34, que exerce o cargo de **AGENTE DE SERVIÇO**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Hospitalar, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 01 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 189/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA **FABIANA BATISTA DA SILVA .**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 4.222 de 16 de março de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 01/04/2016 a 30/04/2016, referente ao período aquisitivo de **12/03/2004 A 12/03/2009**, a servidora **FABIANA BATISTA DA SILVA**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 15404358 SSP/MT e do CPF Nº 002.182.701-00, que exerce o cargo de **ASSISTENTE TÉCNICO SAUDE**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Unidades Administrativas Ambulatoriais, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 01 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 190/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA **LAURA FALKOSKI.**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 4.177 de 15 de março de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 01/04/2016 a 30/04/2016, referente ao período aquisitivo de **13/06/2010 A 13/06/2015**, a servidora **LAURA FALKOSKI**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 428.364 SSP/MT e do CPF Nº 792.020.981-15, que exerce o cargo de **AGENTE DE SERVIÇO**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Hospitalar, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 01 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 191/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA **FABIANA FATIMA PEREIRA.**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 4.236 de 16 de março de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 01/04/2016 a 30/04/2016, referente ao período aquisitivo de 01/07/2008 A 01/07/2013, a servidora **FABIANA FATIMA PEREIRA**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 001379980 SSP/MS e do CPF Nº 005.338.881-07, que exerce o cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO SAÚDE**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Administrativa, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 01 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 193/2016.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 5.240 de 01 de Abril de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido Srª **LESSICA MARIA DE ARRUDA**, brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 2087237-2 SSP/MT e do CPF nº 039.741.991-01, que exercia o cargo de **CHEFE DE DIVISÃO,** junto Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho/Divisão Desenvolvimento Trabalho Habitação e Social, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 01 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 194/2016.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE PROFESSOR.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 5.131 de 30 de Março de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

Considerando Ofício nº 262/SMEC/2016 de 30 de março de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar através de ofício a Srª **SUSILAINE DE JESUS**, brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 001079652 SSP/MS e do CPF nº 945.746.001-44, que exercia o cargo de **PROFESSOR,** junto Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Educacional/Setor Ensino Fundamental- FUNDEB, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 01 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 195/2016.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA MARIA DO CARMO BARROS HATA PARA O CARGO DE CHEFE DO SETOR DE DOCUMENTAÇÃO E ESTATISTICA ESCOLAR.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 5.312 de 01 de Abril de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Sra. **MARIA DO CARMO BARROS HATA,** brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº - 14317451 SSP/MT e do CPF nº 945.261.331.91, para exercer o cargo de confiança provido em comissão de **Chefe do Setor de Documentação e Estatística Escolar,** junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/ Divisão de Administração/ Setor de Documentação e Estatística Escolar, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

08	- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
08.02	- Divisão de Administração
08.02.04	- Setor de Documentação e Estatística Escolar
2057	- Manut. C/ Secretaria e Divisão Administrativa
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 01 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº. 196/2016.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO QUE CONCEDEU LICENÇA PARA EXERCICiO DE MANDADO CLASSISTA; o servidor AMAURICIO ALVES CORDEIRO, e dá outras providências.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, prefeito do Município de Juara,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei orgânica do Município;

Considerando o Processo nº 027/2016 de 04/01/2016;

Considerando o Ofício nº 001/SISMUJ/2016;

Considerando a ATA nº 046 de 31 de maio de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 005/2016 que concedeu **Licença para Exercício de Mandado Classita,** ao servidor Sr**. Amauricio Alves Cordeiro,** brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 497.091 SSP/MT e do CPF Nº 361.387.701-53, que exerce o cargo de **Fiscal Tributário de Obras e Posturas,** lotado naSecretaria Municipal de Serviços Urbanos/Coordenação de Obras Urbanas/ Setor de Fiscalização de Obras e Posturas.

Art. 2º - A licença de que trata esta Portaria é com ônus para o órgão de origem.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 12 de outubro de 2015 a com vigência a 12 de outubro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 02 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 197/2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO PARA MANDADO ELETIVO PARA O SERVIDOR AMAURICIO ALVES CORDEIRO.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Afastamento para Exercício de Mandato Eletivo**, sem ônus para esta Prefeitura Municipal de Juara-MT., no período de 02/04/2016 a 31/12/2016, ao servidor público, Sr. ao servidor Sr**. Amauricio Alves Cordeiro,** brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 497.091 SSP/MT e do CPF Nº 361.387.701-53, o que exercia o cargo de **FISCAL TRIBUTARIO DE OBRAS E POSTURAS**, junto a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 02 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 198/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO **JOSÉ MOREIRA.**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 5.748 de 08 de abril de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 04/04/2016 a 02/05/2016, referente ao período aquisitivo de 09/07/2008 A 09/07/2013, ao servidor **JOSÉ MOREIRA**,brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 258.436 SSP/MT e do CPF Nº 266.002.421-91, que exerce o cargo de **AGENTE DE SERVIÇO E COLETA SELETIVA PÚBLICA**, junto a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos/Coordenação de Obras Urbanas/Divisão de Trabalhos Urbanos, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 04 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 199/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA **ELAINE CRISTINA MATEUS NOVACOWSKI.**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 3.855 de 09 de março de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 04/04/2016 a 02/05/2016, referente ao período aquisitivo de 17/03/2009 a 17/03/2014, a servidora **ELAINE CRISTINA MATEUS NOVACOWSKI**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 14345030 SSP/MT e do CPF Nº 951.977.291-04, que exerce o cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO**,junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Educacional/Setor de Ensino Fundamental, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 04 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 200/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA **MARIA DE FATIMA BERTON**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 1.257 de 27 de janeiro de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 04/04/2016 a 02/05/2016, referente ao período aquisitivo de 06/03/2011 a 06/03/2014, a servidora **MARIA DE FATIMA BERTON**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 27949435 SSP/MT e do CPF Nº 326.677.369-15, que exerce o cargo de **PROFESSOR**, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Educacional/Setor de Educação Infantil/FUNDEB/Creche, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 04 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 201/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA **ALAIDE APARECIDA COSTA.**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 1.291 de 27 de janeiro de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 04/04/2016 a 02/05/2016, referente ao período aquisitivo de 21/09/2008 a 21/09/2013, a servidora **ALAIDE APARECIDA COSTA**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 847.093 SSP/MT e do CPF Nº 503.645.451-00, que exerce o cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO**, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Administrativa, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 04 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 203/2016.

DISPÔE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIDORES PÚBLICOS.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos servidores abaixo relacionados, Elevação de Nível em virtude do Tempo de Serviço, de acordo com os Artigos Nº 12 – I e Art. Nº 13º - § 1º, da Lei Complementar Nº. 069 de 04/02/2010, e Art. Nº 13 – I e Art. Nº 14 - § 1º da Lei Complementar Nº 031/2007, e Art. Nº 11 e Art. Nº 12 da Lei Complementar Nº 029 de 26/12/2007, a partir desta data;

Nome	Período	Classe Nível	
Antonio Raymundo de Moraes Neto	12/03/2013 a 12/03/2016	De C/5	Para C/6
Abdisio Soares Mendes Junior	16/03/2013 a 16/03/2016	De B/4	Para B/5
Abel Dante	13/03/2013 a 13/03/2016	De B/5	Para B/6
Adilza Basília Fabrini	16/03/2013 a 16/03/2016	De B/4	Para B/5
Afonso Vasselli	12/03/2013 a 12/03/2016	De B/4	Para B/5
Altair Jose Cypel	20/03/2013 a 20/03/2016	De C/5	Para C/6
Aluisio Cassiano Sampaio	08/03/2013 a 08/03/2016	De A/4	Para A/5
Ana Teresinha Cypel	20/03/2013 a 20/03/2016	De D/5	Para D/6
Antonio Amaro de Oliveira	12/03/2013 a 12/03/2016	De B/5	Para B/6
Antonio Cirilo de Oliveira	12/03/2013 a 12/03/2016	De B/5	Para B/6
Antonio Jose Santana Neto	20/03/2013 a 20/03/2016	De D/5	Para D/6
Antonio de Padua A. Filho	09/03/2013 a 09/03/2016	De B/3	Para B/4
Aparecido da Silva	12/03/2013 a 12/03/2016	De B/5	Para B/6
Carla Fabiane Riva	12/03/2013 a 12/03/2016	De B/5	Para B/6
Carlos Roberto Aguiar	12/03/2013 a 12/03/2016	De B/4	Para B/5
Célio Pereira	08/03/2013 a 08/03/2016	De B/4	Para B/5
Claudemir Pereira Marques	14/03/2013 a 14/03/2016	De C/5	Para C/6
Dalva Coutinho Tobias	10/03/2013 a 10/03/2016	De B/4	Para B/5
Delmira Barbosa Menezes	12/03/2013 a 12/03/2016	De B/4	Para B/5
Dilce Graebin	25/03/2013 a 25/03/2016	De B/2	Para B/3
Donizete Lisboa	12/03/2013 a 12/03/2016	De C/5	Para C/6
Edimilson Nogueira da Silva	06/03/2013 a 06/03/2016	De B/5	Para B/6
Elsa Aparecida de Souza Silva	15/03/2013 a 15/03/2016	De A/5	Para A/6
Elza Maria Teodoro	12/03/2013 a 12/03/2016	De B/5	Para B/6

Eveline da Costa Zolandek	**09/03/2013 a 09/03/2016**	**De C/4**	**Para C/5**
Fabiana Batista da Silva	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De B/4**	**Para B/5**
Fátima Bezerra Chaves	**13/03/2013 a 13/03/2016**	**De D/5**	**Para D/6**
Francisco de Almeida Filho	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De B/5**	**Para B/6**
Geraldo Isidio de Sá	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De C/5**	**Para C/6**
Gilmar Freitas do Nascimento	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De C/5**	**Para C/6**
Gilmar Jose Martins	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De C/5**	**Para C/6**
Gilson Marques	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De B/5**	**Para B/6**
Jaire Barbosa dos Santos	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De C/5**	**Para C/6**
Joao Batista Rissotti	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De B/4**	**Para B/5**
João Venâncio da Silva	**28/03/2013 a 28/03/2016**	**De A/5**	**Para A/6**
Jorge Roberto Barboza	**08/03/2013 a 08/03/2016**	**De B/4**	**Para B/5**
Jose Gonçalves da Costa	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De B/5**	**Para B/6**
Jose Gonçalves Rocha	**20/03/2013 a 20/03/2016**	**De B/5**	**Para B/6**
Jose Luiz Teixeira	**21/03/2013 a 21/03/2016**	**De B/5**	**Para B/6**
Jose Rosa	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De B/5**	**Para B/6**
Jose Sebastião Barbosa da Silva	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De B/5**	**Para B/6**
Josélia Pereira da Silva	**29/03/2013 a 29/03/2016**	**De C/5**	**Para C/6**
Lazaro Gomes de Castro	**08/03/2013 a 08/03/2016**	**De B/4**	**Para B/5**
Leandro Francisco Schimitz	**09/03/2013 a 09/03/2016**	**De B/4**	**Para B/5**
Lidalva Pinheiro da Conceição	**21/03/2013 a 21/03/2016**	**De B/5**	**Para B/6**
Lucinda Silva de Almeida Tossi	**25/03/2013 a 25/03/2016**	**De B/4**	**Para B/5**
Luiz Carlos Botelho	**15/03/2013 a 15/03/2016**	**De C/4**	**Para C/5**
Luiz Ito	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De C/5**	**Para C/6**
Maisa Figueiredo de Sousa	**13/03/2013 a 13/03/2016**	**De B/5**	**Para B/6**
Manoel Saturnino Rosa	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De B/5**	**Para B/6**
Marcly Schelles de Lima	**14/03/2013 a 14/03/2016**	**De D/5**	**Para D/6**
Maria Aparecida Gonçalves Lima Cabral	**10/03/2013 a 10/03/2016**	**De B/4**	**Para B/5**
Maria das Dores Pinheiro	**16/03/2013 a 16/03/2016**	**De A/5**	**Para A/6**
Maria Elena B. P. da Silva	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De A/5**	**Para A/6**
Maria Jose dos Santos Alves	**29/03/2013 a 29/03/2016**	**De B/2**	**Para B/3**
Marina Miyako Takeda	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De D/5**	**Para D/6**
Meritawara Nibetad Baganha	**08/03/2013 a 08/03/2016**	**De A/4**	**Para A/5**
Mitode Brehula	**14/03/2013 a 14/03/2016**	**De B/5**	**Para B/6**
Nelson Correia	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De B/5**	**Para B/6**
Nicodemos Nunes	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De A/5**	**Para A/6**
Nilson Barbosa de Souza	**14/03/2013 a 14/03/2016**	**De B/5**	**Para B/6**
Osmar Barbosa Maia	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De B/5**	**Para B/6**
Oswaldo Akira Kishino	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De D/5**	**Para D/6**
Paulo Ramos Pereira	**08/03/2013 a 08/03/2016**	**De C/4**	**Para C/5**
Pedro Pavão	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De B/3**	**Para B/4**
Romildo Figueira	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De B/5**	**Para B/6**
Rosalina Maria Jesus	**16/03/2013 a 16/03/2016**	**De B/4**	**Para B/5**
Rosemar Ferreira Ignácio	**11/03/2013 a 11/03/2016**	**De B/4**	**Para B/5**
Silvana Marques Ribeiro	**22/03/2013 a 22/03/2016**	**De B/5**	**Para B/6**
Silvio Alves de Souza	**20/03/2013 a 20/03/2016**	**De C/5**	**Para C/6**
Simone Aparecida Minozzo	**12/03/2013 a 12/03/2016**	**De B/3**	**Para B/4**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 05 de abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 204/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA **MARIA ANGELA FELIX FERREIRA.**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 866 de 20 de janeiro de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio,** no período de 06/04/2016 a 05/07/2016, referente ao período aquisitivo de 06/03/2006 a 06/03/2011, a servidora **MARIA ANGELA FELIX FERREIRA**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 5.041.343-8 SSP/PR e do CPF Nº 785.915.541-91, que exerce o cargo de **PROFESSOR**, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Educacional/Setor de Educação Infantil/FUNDEB/Pré Escola, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 06 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 205/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA **CLARINDA GRAEBIN.**

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 4.417 de 18 de março de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de **Licença Prêmio,** no período de 08/04/2016 a 07/05/2016, referente ao período aquisitivo de 02/03/2010 a 02/03/2015, a servidora **CLARINDA GRAEBIN**,brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 928.871 SSP/MT e do CPF Nº 581.049.501-00, que exerce o cargo de **AGENTE DE SERVIÇO**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Hospitalar, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 08 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 206/2016.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº463/2014 DO SERVIDOR PÚBLICO DO CARGO DE COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 5.796 de 08 de Abril de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 463/2014 que designou o Sr. **ROMEU SEBASTIÃO BUCHELT,** brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da CI RG nº 384.516 - SSP/DF e do CPF nº 172.706.771-15, para responder sem ônus pelo cargo de confiança provido em comissão de **Coordenador do Departamento de Trânsito,** junto a Secretaria Municipal de Transportes/Coordenação do Departamento de Trânsito, retornando o mesmo ao cargo de origem **TRATORISTA-AGENTE OPERACIONAL**, junto a Secretaria Municipal de Transportes/Departamento de Transportes Rurais, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 08 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 207/2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO LUIZ EDUARDO DE BRITO CORREA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 6.028 de 12 de abril de 2016, de acordo com a Lei Municipal nº 028 de 26 de Dezembro de 2007 Capitulo V – Das Licenças – Seção X – Artigo 126 a 128º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias de **Licença Prêmio,** no período de 13/04/2016 a 11/07/2016, referente ao período aquisitivo de 09/07/2008 a 09/07/2013, ao servidor **LUIZ EDUARDO DE BRITO CORREA** brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 2814754-5 SSP/MT e do CPF Nº 511.799.544-91, que exerce o cargo de **PROFESSOR**, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/Divisão Educacional/Setor de Ensino Fundamental -FUNDEB**,** a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 08 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº208/2016.

DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NIVEL POR TEMPO DE SERVIÇO DA SERVIDORA NILZA DA SILVA COSTA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, O Processo SAD nº 6.249 de 14 de Abril de 2016, e a Lei Municipal nº 068 de 30 de Dezembro de 2009 Titulo IV – da Movimentação da Carreira – Capitulo I – da Movimentação Funcional – Seção II – da Progressão Funcional - Arts. 42 e 67;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora abaixo relacionada, elevação de Nível por Tempo de Serviço, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Nome	Posse	Período	Cargo	Classe / Nível	
NILZA DA SILVA COSTA	11/03/2004	11/03/2013 A 11/03/2016	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO	De B/4	Para B/5

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de Abril de 2016

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº209/2016.

DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NIVEL POR TEMPO DE SERVIÇO DA SERVIDORA OLIVIA MARIA DA SILVA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, O Processo SAD nº 6.248 de 14 de Abril de 2016, e a Lei Municipal nº 068 de 30 de Dezembro de 2009 Titulo IV – da Movimentação da Carreira – Capitulo I – da Movimentação Funcional – Seção II – da Progressão Funcional - Arts. 42 e 67;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora abaixo relacionada, elevação de Nível por Tempo de Serviço, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Nome	Posse	Período	Cargo	Classe / Nível	
OLIVIA MARIA DA SILVA	01/04/2004	01/04/2013 A	PROFESSOR	De C/4	Para C/5

		01/04/2016			

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de Abril de 2016

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº210/2016.

DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NIVEL POR TEMPO DE SERVIÇO DAS SERVIDORAS DESTA SECRETARIA MUNICIAPL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, O Processo SAD nº 6.251 de 14 de Abril de 2016, e a Lei Municipal nº 068 de 30 de Dezembro de 2009 Titulo IV – da Movimentação da Carreira – Capitulo I – da Movimentação Funcional – Seção II – da Progressão Funcional - Arts. 42 e 67;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora abaixo relacionada, elevação de Nível por Tempo de Serviço, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Nome	Posse	Período	Cargo	Classe / Nível	
CRISTIANE DE PAULA SANTOS	**23/04/2004**	**23/04/2013 A 23/04/2016**	**APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO**	**De B/4**	**Para B/5**
IRACI BELARMINO DOS SANTOS	**04/04/2001**	**04/04/2013 A 04/04/2016**	**APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO**	**De B/5**	**Para B/6**
LEONICE RUPOLO CARVALHO DOS SANTOS	**05/04/2001**	**05/04/2013 A 05/04/2016**	**APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO**	**De B/5**	**Para B/6**
MARIA LUCIA SMITH	**25/04/2001**	**25/04/2013 A 25/04/2016**	**APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO**	**De B/5**	**Para B/6**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de Abril de 2016

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº211/2016.

DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NIVEL POR TEMPO DE SERVIÇO DA SERVIDORA LENIR MARIA CASTANHO.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, O Processo SAD nº 6.250 de 14 de Abril de 2016, e a Lei Municipal nº 068 de 30 de Dezembro de 2009 Titulo IV – da Movimentação da Carreira – Capitulo I – da Movimentação Funcional – Seção II – da Progressão Funcional - Arts. 42 e 67;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora abaixo relacionada, elevação de Nível por Tempo de Serviço, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Nome	Posse	Período	Cargo	Classe / Nível	
LENIR MARIA CASTANHO	**25/04/2001**	**25/04/2013 A 25/04/2016**	**TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO**	**De B/5**	**Para B/6**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de Abril de 2016

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 212/2016.

DISPÕE SOBRE A TRANSFERENCIA DE LOTAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA GILMARA MARIA DAMIÃO FERREIRA DHERER.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 6.295 de 18 de Abril de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Transferir a servidora: **GILMARA MARIA DAMIÃO FERREIRA DHERER. b**rasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 4995140 SSP/PE e do CPF Nº 019.741.854-60, que exerce o cargo de **ESPECIALISTA SAÚDE,** lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho/Divisão de Desenvolvimento Social para Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação de Atenção Integral a Saúde/Divisão de Saúde Mental e Dep. Química.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 18 de Abril de 2016

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 213/2016.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal – **COPARP**.

O Senhor Edson Miguel Piovesan Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o disposto no § 2º do Artigo 271 da Lei Complementar nº 028/2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Juara;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros abaixo para comporem o Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal – **COPARP** do Município de Juara.

Nome	Entidade
Queila Silva do Carmo	Secretária Municipal de Administração
Mauro Sergio da Silva	Presidente Sindicato Servidores Municipais
Luiz Carlos Correia	Prefeitura – Funcionário Efetivo
Karla Cristina de Morais	Prefeitura – Funcionaria Efetiva
Fabio Alves Donizeti	Prefeitura – Advogado Publico
Wilson Jacob	Prefeitura – Funcionário Efetivo
Rosa Luzia Zanquete Ropelli	Sindicato – Eleito Aposentado
Alexandra Rosa Silva	Sindicato – Eleito Sindicato
Luiz Frederico Serpa Chormiak	Prefeitura – Funcionário Efetivo
Sandra Minozzo Malaquias	Câmara – Funcionária Efetiva

Art. 2º O mandato dos representantes dos servidores será de 02 (dois) anos, sendo permitido a reeleição.

Art. 3º - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario, e em especial a Portaria nº 643/2015 de 09 de novembro de 2.015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 19 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

Portaria GP/Nº 214/2016.

"Dispõe sob a **NOMEAÇÃO** da candidata aprovada no concurso público de provas e de títulos Edital nº 001/2014, para o Cargo de **Instrutor Esportivo – Sede do Município,** e da outras providências"

Edson Miguel Piovesan, Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação da competência de que trata o art. 22, Seção III da Lei Complementar 028 de 26 de Dezembro de 2007, com base no art. 45, Seção II da Lei Orgânica do Município, c/c Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando, o Edital nº 001/2014 – Concurso Público Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, de 17 de agosto de 2014, por meio do qual tornou-se público e foi homologado o Resultado Final do Concurso Público de Provas e Títulos acima especificado;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em caráter efetivo, a Srª. MADALENA DA CRUZ, brasileira, maior, residente e domiciliada na Avenida Maranhão 509 N Centro, nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade (CI/RG) sob o nº 3.189.266-0 -SSP/PR e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº 620.568.329-68, para exercer o Cargo de **Instrutor Esportivo – Sede do Município**, conforme lei complementar nº 069/2010 de 04 de fevereiro de 2010 e Lei Complementar nº 028 de 26 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Será Tornado sem efeito o presente ato de provimento, caso não ocorra a posse e o exercício nos prazos especificados no Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 3º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

12	- Secretaria Municipal de Desporto
12.01	- Divisão de Iniciação Esportiva
2107	- Manutenção com Secretaria de Desporto e Divisões
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 19 de abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 215/2016.

DISPÕE SOBRE A TRANSFERENCIA DE LOTAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MIRIAN COSTA FERREIRA ETIENE.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 6.528 de 19 de Abril de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Transferir a servidora: **MIRIAN COSTA FERREIRA ETIENE,** brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 13157892 SSP/MT e do CPF Nº 902.577.151-34, que exerce o cargo de **TÉCNICO SAÚDE,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação Hospitalar para Secretaria Municipal de Saúde/Coordenação de Atenção Integral a Saúde/Divisão de PSF.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 19 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 216/2016.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (dias) a partir do dia 17/06/2015 a 15/08/2015, a Portaria GP/Nº312/2015, que designou: **Mídia Andrea Rissotti**, brasileira, maior, efetiva no cargo de **Fiscal Sanitário e Ambiental**, Matricula nº 6339, **Alexandra Rosa Silva**, brasileira, maior, efetiva no cargo de **Agente Administrativo II extinção** ,Matrícula **016** e **Adenilson Silva de Carvalho,** brasileiro, maior, efetivo no cargo de Fiscal Tributário de Obras e

Posturas**,** matrícula nº1168, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de **Processo Administrativo Disciplinar,** com sede na Rua Niterói, número 81 N, no Município de Juara, Estado de Mato Grosso, incumbido de apurar atos e fatos e possíveis irregularidades do servidor **Hugo Diogo da Silva**.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, em 17 de junho de 2015.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 217/2016.

DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE NÍVEL DOS SERVIDORES PÚBLICOS.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos servidores abaixo relacionados, Elevação de Nível em virtude do Tempo de Serviço, de acordo com os Artigos Nº 12 – I e Art. Nº 13º - § 1º, da Lei Complementar Nº. 069 de 04/02/2010, e Art. Nº 13 – I e Art. Nº 14 - § 1º da Lei Complementar Nº 031/2007, e Art. Nº 11 e Art. Nº 12 da Lei Complementar Nº 029 de 26/12/2007, a partir desta data;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos servidores abaixo relacionados, Elevação de Nível em virtude do Tempo de Serviço, de acordo com os Artigos Nº 12 – I e Art. Nº 13º - § 1º, da Lei Complementar Nº. 069 de 04/02/2010, e Art. Nº 13 – I e Art. Nº 14 - § 1º da Lei Complementar Nº 031/2007, a partir desta data;

Nome	Período	Classe / Nível	
Antonia Braga de Lima	05/04/2013 a 05/04/2016	De A/5	Para A/6
Antonio Camargo Nogueira	14/04/2013 a 14/04/2016	De A/4	Para A/5
Dalva Barbosa de Souza	02/04/2013 a 02/04/2016	De B/5	Para B/6
Daniel Alexandre Serafim	25/04/2013 a 25/04/2016	De B/5	Para B/6
Divanir Maria Noronha dos Santos	14/04/2013 a 14/04/2016	De C/4	Para C/5
Francisco de Assis Domingues	02/04/2013 a 02/04/2016	De D/5	Para D/6
Ismael Figueiredo de Sousa	26/04/2013 a 26/04/2016	De B/4	Para B/5
Jose Vanderlei Serafim	14/04/2013 a 14/04/2016	De A/4	Para A/5
Marcia Petersen	28/04/2013 a 28/04/2016	De B/3	Para B/4
Maria Aparecida Pascoski	02/04/2013 a 02/04/2016	De D/4	Para D/5
Marlene Lourentino Bufolo	04/04/2013 a 04/04/2016	De B/5	Para B/6
Ocivaldo Leite Lourenço	01/04/2013 a 01/04/2016	De C/4	Para C/5
Sandra Irineia Ramos Savoine	02/04/2013 a 02/04/2016	De C/6	Para C/7
Tereza Antonia de Souza	20/04/2013 a 20/04/2016	De B/5	Para B/6

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 20 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

PORTARIA GP/Nº 218/2016.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 525/2014 DA SERVIDORA PÚBLICA DO CARGO DE ESPECIALISTA SAÚDE.

Edson Miguel Piovesan, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 6.667 de 20 de Abril de 2016, nos termos da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º - Revogar a Portaria GP/Nº525/2014 que concedeu **Licença para Tratamento de Interesse Particular** sem ônus para Prefeitura Municipal de Juara-MT., no período de 21/10/2014 a 21/10/2016, a servidora pública Srª. **FABRICIA CARLA MARTINS BEZERRA GARUTTI,** brasileira, residente e domiciliada nesta Cidade de Juara-MT, portador do CI RG Nº 11273259 SJ/MT e do CPF Nº 692.859.691-00, que exerce o cargo de **ESPECIALISTA**

SAÚDE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde/Unidades Ambulatoriais, retornando a mesma ao cargo de origem **ESPECIALISTA SAÚDE**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Unidades Administrativas Ambulatoriais, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 25 de Abril de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

RECURSOS HUMANOS
PRTARIA 291

PORTARIA GP/Nº291/2016.

Dispõe sobre a prorrogação da Portaria GP nº 252/2016 que nomeou do membros para compor processo de Comissão de Sindicância.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o disposto nos Artigos, 227, 228, 229 e 231 da Lei Complementar nº 28/2007;

Considerando, o memorando nº 618/2016 e seus apensos protocolado junto a SAD sob o nº. 8045 de 11/05/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir do dia 14 de junho de 2016 a 13 de julho de 2016, a Portaria GP nº 252/2016, que designou: **Patrícia Alves da Silva,** brasileira, maior, efetiva no cargo de Agente Administrativo, Vanilza Oliveira de Souza, brasileira, maior, efetiva no cargo de Agente Administrativo, **Creusa Cristina Carvalho da Mota,** brasileira, maior, efetivo no cargo de Técnico Nível Superior, para, sob a **presidência do primeiro**, constituírem **Comissão de Sindicância**, com sede a Rua Niterói, número 81 N, Centro, no Município de Juara, Estado de Mato Grosso, incumbido de apurar as possíveis irregularidades referentes a conduta, atos e fatos relatados em desfavor da servidora **Vilma Jaqueline Morima Manomuttsa**.

Art. 2º - A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para concluir o processo, assegurando a servidora o princípio da ampla defesa, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Municipal nº 028/2007.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 16 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO/ INTERESSADO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP/Nº. 333/2016

PORTARIA GP/Nº 333/2016

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA CONCORRER CARGO ELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Edson Miguel Piovesan, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que a Lei lhe confere, especialmente a Lei Orgânica;

Considerando o disposto na Lei Federal Complementar nº 64/1990 c/c com Art. 132 e 133 da Lei Municipal Complementar nº 028/2007 – Estatuto do Servidor Público Municipal; e

Considerando o Requerimento protocolado junto a SAD sob o nº. 11.583/2016 de 30 de junho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Licença para concorrer a cargo Eletivo,** no período de 02/07/2016 a 02/10/2016 ao servidor Sr. **Hélio Francisco Castão,** brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 0426148-4 SSP/MT e do CPF Nº 340.311.891-68, que exerce o cargo de **Professor**, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/ Escola Municipal Maria das Graças Calmon Requena, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 01 de julho de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

Secretária Municipal de Administração Prefeito do Município

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO

INTERESSADO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 324

PORTARIA Nº 324/2016.

Dispõe sobre a prorrogação da Portaria GP nº 265/2016 que dispõe sobre o afastamento preventivo da Servidora Vilma Jaqueline Morima Manomuttsa e dá outras providências.

EDSON MIGUEL PIOVESAN, prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o disposto nos Artigos, 227, 228, 229 e 231 da Lei Complementar nº 28/2007;

Considerando, o memorando nº 618/2016 e seus apensos protocolado junto a SAD sob o nº. 8045 de 11/05/2016;

Considerando, o teor do Ofício nº 345/2016/PJ Cível/ Juara;

Considerando a necessidade de assegurar que nenhum transtorno aconteça até que apure os indícios acima, bem como o efetivo cumprimento do que dispõe o Estatuto dos direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir do dia 23 de junho de 2016 a 16 de julho de 2016 o afastamento da servidora: **Vilma Jaqueline Morima Manomuttsa**, brasileira, maior, efetiva no cargo de Agente de Desenvolvimento Infantil, Matricula nº 5608, como medida cautelar e a fim de que a servidora não venha influir na apuração da irregularidade, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração até que seja concluído o processo disciplinar instaurado por meio da Portaria GP/ Nº. 252/2016.

Art. 2º - A servidora poderá ser convocada a qualquer momento para fins de esclarecimento, bem como reassumir suas funções, caso processo administrativo disciplinar seja finalizado antes do prazo acima estabelecido.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 23 de maio de 2016.

QUEILA CARMO EDSON MIGUEL PIOVESAN

SECRETÁRIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL

c/cópia: GP

SAD

PUBLICAÇÃO/INTERESSADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 031/2016

PESSOA FÍSICA CONTRATADA: AGRIMAL DOS SANTOS COELHO

CPF: 488.676.831-87

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL MEDINDO 56 M², SITUADO NA RUA SEPOTUBA, 2540, NO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT, DESTINADO ÀS FAMÍLIAS MUNICIPAIS ENLUTADAS, NA REALIZAÇÃO DE VELÓRIOS DE ENTES FALECIDOS.

VIGÊNCIA: De 02/06/2016 até 31/12/2016.

VALOR GLOBAL: R$2.100,00 (dois mil e cem reais).

FORMA DE PAGAMENTO: 06 (seis) parcelas mensais de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste – MT, 02 de Junho de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR AO CONTRATO 009/2014

LICITAÇÃO: Tomada de Preços 004/2013

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: W.P CONSTRUTORA LTDA – ME

CNPJ: 12.648.863/0001-59

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA COM VESTIÁRIO NA ESCOLA MUNICIPAL "LUIZ CARLOS ALVES DA CRUZ", NO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE - MT.

OBJETO DO ADITIVO: Acréscimo de Valor ao Contrato 009/2014, dentro da vigência do 4º Termo Aditivo de Prazo do mesmo, contados a partir de 22/06/2016 até 02/08/2016; para readequação dos preços conforme Planilha Orçamentária Comparativa, elaborada pelo Engenheiro Civil da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste - MT, contendo os valores atualizados dos serviços e materiais para execução dos serviços objeto do Contrato.

VALORES: O valor global do Contrato original, é de R$504.706,00 (quinhentos e quatro mil e setecentos e seis reais), mais 5.1882% (cinco inteiros e mil e oitocentos e oitenta e dois décimos de milésimo por cento), equivalente a R$26.185,10 (vinte e seis mil, cento e oitenta e cinco reais e dez centavos), passa para R$530.891,10 (quinhentos e trinta mil, oitocentos e noventa e um reais e dez centavos). Os pagamentos são conforme medição.

RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas, e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas.

FUNDAMENTO: O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Segunda, Parágrafo Segundo, e Cláusula Décima do referido Contrato, bem como no Artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

SOLICITANTE: Pessoa Jurídica Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste - MT, 22 de Junho de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 030/2016

LICITAÇÃO: Tomada de Preços 001/2016

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: W P CONSTRUTORA LTDA - ME

CNPJ: 12.648.863/0001-59

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA CONSTRUÇÃO DA ILUMINAÇÃO DO CANTEIRO CENTRAL DA AVENIDA BOA VISTA CONFORME ANEXO DO EDITAL e CONVÊNIO Nº 050/2013 SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID, NO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT.

VIGÊNCIA: De 02/06/2016 até 29/09/2016.

VALOR GLOBAL: R$258.969,62 (duzentos e cinquenta e oito mil, novecentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos), pagos conforme medições realizadas e aprovadas.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste – MT, 02 de Junho de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 055/2014

CONTRATADO: ELOYL APARECIDO CINTRA FRANCO

CPF: 985.089.461-04

OBJETO DO CONTRATO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL MEDINDO 120 M² (CENTO E VINTE METROS QUADRADOS), SITUADO NA AVENIDA BOA VISTA, CENTRO, LAMBARI D'OESTE – MT, DESTINADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA INCLUSÃO PRODUTIVA OFERTADO PARA AS FAMÍLIAS DO CRAS/PAIF NOS PROJETOS SOCIAIS ATT.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência por mais 06 (seis) meses, contados a partir de 01/06/2016 até 01/12/2016.

VALORES: O valor mensal é de R$800,00 (oitocentos reais), e o valor global para os próximos 06 (seis) meses de vigência, é de R$4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas, sem a aplicação de reajuste de valores.

FUNDAMENTO: O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Quarta do referido Contrato, bem como no Artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste - MT, 01 de Junho de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE RESCISÃO AO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 005/2014

PESSOA FÍSICA CONTRATADA: AGRIMAL DOS SANTOS COELHO

CPF: 488.676.831-87

OBJETO DO CONTRATO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL MEDINDO 56 M², SITUADO NA RUA SEPOTUBA Nº 2540 – NO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO PETI (PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL).

OBJETO DA RESCISÃO: Rescisão Amigável, não cabendo às partes qualquer indenização em razão do que se pactua.

FUNDAMENTO: O presente termo encontra embasamento legal na Cláusula Décima Primeira, do referido Contrato, bem como na Lei 8.666/93 e suas alterações.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste - MT, 01 de Junho de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 070/2009

LICITAÇÃO: Tomada de Preços 005/2007

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: MAXIMUS CONSTRUTORA LTDA

CNPJ: 05.870.164/0001-93

OBJETO DO CONTRATO: EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO PINGADOR EM LAMBARI D'OESTE - MT.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência contratual para mais 04 (quatro) meses, contados a partir de 08/06/2016 até 08/10/2016.

VALORES: O valor global do Contrato original é de R$615.736,26 (seiscentos e quinze mil, setecentos e trinta e seis reais e vinte e seis centavos); e o valor mensal é de acordo com medições.

RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas, sem a aplicação de reajuste de valores.

FUNDAMENTO: O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Quarta, parágrafos II e III do referido Contrato, bem como no Artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

SOLICITANTE: Pessoa Jurídica Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste - MT, 08 de Junho de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 046/2015

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: CELIO APARECIDO DE AVELAR DE SOUZA

CNPJ: 22.299.488/0001-32

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA NA ESCOLA MUNICIPAL FERNÃO DIAS PAES, LOCALIZADA NA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ DO PINGADOR, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE LAMBRI D'OESTE - MT.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência contratual para mais 07 (sete) meses, contados a partir de 01/06/2016 até 31/12/2016.

VALORES: O valor mensal é de R$1.223,34 (mil, duzentos e vinte e três reais e trinta e quatro centavos), e o valor global para os próximos meses será de R$8.563,38 (oito mil, quinhentos e sessenta e três reais e trinta e oito centavos).

RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas, sem a aplicação de reajuste de valores.

FUNDAMENTO: O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Quarta do referido Contrato, bem como no Artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste - MT, 01 de Junho de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 068/2013

LICITAÇÃO: Tomada de Preços 002/2013

PESSOA JURÍDICA CONTRATADA: M.W.V. TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO – LTDA - ME

CNPJ: 12.939.813.0001-20

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DA SAÚDE – MODALIDADE INTERMEDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência contratual, por mais 04 (quatro) meses, contados a partir de 01/06/2016 até 01/10/2016.

VALORES: O valor global do Contrato original é de R$109.459,30 (cento e nove mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos). O valor mensal é de acordo com medições.

RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo, ratificadas, sem a aplicação de reajuste de valores.

FUNDAMENTO: O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula X, Parágrafo III do referido Contrato, bem como no Artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

SOLICITANTE: Pessoa Jurídica CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste - MT, 01 de Junho de 2016.

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 043/2015

LICITAÇÃO: Pregão Presencial 011/2015

CONTRATADA: ETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

CNPJ: 04.176.501/0001-84

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA, CONSULTORIA TÉCNICA/ADMINISTRATIVA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO RELACIONADO À ÁREA DO GÊNERO TRIBUTOS (ISSQN), E ÁREA DE GESTÃO, PARA A EXECUÇÃO DE AUDITORIAS EM NOTIFICAÇÕES FISCAIS LANÇADAS CONTRA A MUNICIPALIDADE EM DATAS PRETÉRITAS, RECUPERAÇÃO ADMINISTRATIVA OU JUDICIAL DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DEVIDOS AO MUNICÍPIO E RETIDOS INDEVIDAMENTE PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E/OU OUTROS ÓRGÃO, ALÉM DE INTENTAR AÇÕES A FIM DE RECUPERAR IMPORTANTES VALORES DE TRIBUTOS MUNICIPAIS (ISSQN), INCIDENTES EM OBRAS E SERVIÇOS CONTRATADOS NOS ÚLTIMOS 5 (CINCO) ANOS COM O MUNICÍPIO, O ESTADO E A UNIÃO E/OU TERCEIROS NOS LIMITES DO MUNICÍPIO.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do Prazo de vigência contratual para mais 12 (doze) meses, contados a partir de 01/06/2016 até 01/06/2017.

VALORES: O valor global do Contrato original, é de R$650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais). Os valores mensais serão pagos sobre 20%

(vinte por cento) dos valores recuperados, conforme relatório de execução dos serviços.

RATIFICAÇÃO: As demais Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas, e são pelo presente Termo Aditivo ratificadas, sem a aplicação de reajuste de valores.

FUNDAMENTO: O presente aditivo encontra embasamento legal na Cláusula Quinta do referido Contrato, bem como no Artigo 57, Parágrafo 1º, inciso II e III da Lei 8.666/93 e suas alterações.

SOLICITANTE: Pessoa Jurídica Contratada.

PREFEITURA MUNICIPAL: Lambari D'Oeste - MT, 01 de Junho de 2016.

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 067/2016

PORTARIA Nº 067/2016,

DE 30 DE JUNHO DE 2016.

"Exonera a pedido o Servidor Público, **Fagno Ribeiro dos Santos** do cargo Comissionado de Diretor Escolar, e dá providências".

A Senhora **MARIA MANEA DA CRUZ**, Prefeita Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, o Servidor Público, **Fagno Ribeiro dos Santos,** portador do RG nº 16074335 SSP/MT e inscrito no **CPF nº 024.124. 291-62, do cargo comissionado de** Diretor Escolar,a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 029/2015 de 23/02/2015.

Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Executivo Municipal, aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

MARIA MANEA DA CRUZ

Prefeita Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 068/2016

PORTARIA Nº 068/2016,

DE 30 DE JUNHO DE 2016.

"Exonera a pedido o Servidor Público, **José Aparecido Fernandes** do cargo Comissionado de Coordenador de Assistência Técnica e Extensão Rural, e dá providências".

A Senhora **MARIA MANEA DA CRUZ**, Prefeita Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, o Servidor Público, **José Aparecido Fernandes,** portador do RG nº 0432640-7 SESP/MT e inscrito no **CPF nº 202.566.391-91, do cargo comissionado de** Coordenador de Assistência Técnica e Extensão Rural,a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 095/2015 de 08/07/2015.

Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Executivo Municipal, aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

MARIA MANEA DA CRUZ

Prefeita Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 069/2016

PORTARIA Nº 069/2016,

DE 30 DE JUNHO DE 2016.

"Exonera a pedido, a Servidora Pública, **Maria Eliana Alves da Silva** do cargo Comissionado de Orientadora do Programa Pro- jovem, e dá providências".

A Senhora **MARIA MANEA DA CRUZ**, Prefeita Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a Servidora Pública, **Maria Eliana Alves da Silva,** portadora do RG nº 13140361 SSP/MT e inscrita no CPF nº 723. 173.101-53, do cargo comissionado de Orientadora do Programa Pro-Jovem,a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 115/2013 de 02/07/2013.

Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Executivo Municipal, aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

MARIA MANEA DA CRUZ

Prefeita Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 070/2016

PORTARIA Nº 070/2016,

DE 01DE JULHO DE 2016.

"Exonera a pedido, a Servidora Pública, **Rivania de Lourdes Rocha** do cargo Comissionado de Chefe do Departamento de Convênios e Contratos,e dá providências".

A Senhora **MARIA MANEA DA CRUZ**, Prefeita Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerara pedido,a Servidora Pública, **Rivania de Lourdes Rocha,**portadora doRG nº MG-5.450.822 SSP/MG e inscrita noCPF nº823. 263.041-87,do cargo comissionado deChefe do Departamento de Convênios e Contratos,a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entraráem vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº110/2015 de 04/ 08/2015.

Gabinete da Prefeita, Edifício Sede do Executivo Municipal, ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis.

Publique-se, Registre-seeCumpra-se.

MARIA MANEA DA CRUZ

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

PORTARIA 058/2016

PORTARIA N.º 058/2016 DE 1.° DE JULHO DE 2016

"EXONERA DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

Fausto Aquino de Azambuja Filho, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **EXONERAR** o Senhor **MURILIO LUZ SOUZA,** portador do RG nº 18026850 SSP/MT e do CPF nº 025.729.961-03, do Cargo em Comissão de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS,** vinculado à Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 1. ° de julho de 2016.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA
DECRETO Nº 048/2016

DATA: 17/06/2016

SÚMULA: *ALTERA COMPOSIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – FUNDEB DO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, MT, PARA MANDATO DE DOZE MESES RESTANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O Senhor **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE** Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei e,

Considerando o falecimento da servidora Leonor Cleonice da Silva Soares, membro que ocupava a função de presidente do referido Conselho;

Considerando a licença para tratar de assuntos particulares da servidora Ana Nita da Silveira, membro que ocupava a função de secretária do referido Conselho,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada como conselheira a senhora Silvana de Souza André Oliveira para substituir a senhora Ana Nita da Silveira como representante titular dos professores da Educação Básica Pública no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, do Município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, com mandato vigente de 17/06/2016 a 17/06/2017.

Art. 2º - Para exercer a função de presidente do Conselho, em substituição a senhora Leonor Cleonice da Silva Soares, fica nomeada a eleita, senhora Silvia Bernardinelli Gasques Fiabane, para vice-presidente, o eleito, senhor Montes dos Santos Amarante e para secretária do Conselho, em substituição a senhora Ana Nita da Silveira, a eleita, senhora Silvana de Souza André Oliveira, ora nomeada.

Art. 3º - Os demais membros que compõem o Conselho, nomeados através do Decreto 052/2015, de 05/06/2015, permanecem inalterados.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Marcelândia - MT, 17 de junho de 2016.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
PORTARIA DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA

PORTARIA N. 277 DE 01 DE JULHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 100 da Lei Complementar nº 008/98, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **RONALDO JARDIM DOS SANTOS**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de **MOTORISTA, a partir de 02/07/2016, conforme requerimento protocolo nº 5760/2016.**

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 100 da Lei Complementar 008/98 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com remuneração comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 100 da Lei em questão.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, “Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho”, em 01 de julho de 2016. ELIAS MENDES LEAL FILHO Prefeito Municipal EMLF/rdt

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DO MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE

RUA JUSCELINO KUBITSCHEK N.3226 –CEP. 78280-000-MIRASSOL D'OESTE-MT

CNPJ: 03.756.178/0001-55

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

Tipo de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT, DE ACORDO COM A ESPECIFICAÇÃO E DISPOSIÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Entrega dos Envelopes até: 15/07/2016 às 13:30 horas.

Abertura dos Envelopes: 15/07/2016 14:00 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Juscelino Kubitschek, nº 3226, centro, Mirassol D'Oeste-MT, nos dias uteis, de Segunda à Sexta-feira, das 12:00 às 18:00 horas, informações pelo telefone (065) 3241-1454 ou pelo e-mail: licita_cm_mirassol@outlook.com

Mirassol D'Oeste/MT, 05 de Julho de 2016.

JOLDEMAR AGUEIRO

PREGOEIRO

DE ACORDO: SERGIO DOS SANTOS

Presidente CMMO

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
PORTARIA DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA

PORTARIA N. 274 DE 01 DE JULHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 100 da Lei Complementar nº 008/98, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **AGMAR RODRIGUE RIBEIRO**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de **MOTORISTA, a partir de 02/07/2016, conforme requerimento protocolo nº 5678/2016.**

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 100 da Lei Complementar 008/98 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com remuneração comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 100 da Lei em questão.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, “Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho”, em 01 de julho de 2016. ELIAS MENDES LEAL FILHO Prefeito Municipal EMLF/rdt

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
PORTARIA DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA

PORTARIA N. 273 DE 01 DE JULHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 100 da Lei Complementar nº 008/98, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **JOSE MARIO DO AMARAL E SILVA**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, no cargo de **AGENTE DE TRANSPORTES,** a partir de 02/07/2016, conforme requerimento protocolo nº 5865/2016.

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 100 da Lei Complementar 008/98 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com remuneração comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 100 da Lei em questão.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, “Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho”, em 01 de julho de 2016. ELIAS MENDES LEAL FILHO Prefeito Municipal EMLF/rdt

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
PORTARIA DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA

PORTARIA N. 272 DE 01 DE JULHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 100 da Lei Complementar n. 008/98, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **LAERCIO ALVES PEREIRA**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM,** a partir de 02/07/2016, conforme requerimento protocolo nº 5810/2016.

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 100 da Lei Complementar 008/98 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com remuneração comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 100 da Lei em questão.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, “Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho”, em 01 de julho de 2016. ELIAS MENDES LEAL FILHO Prefeito Municipal EMLF/rdt

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
PORTARIA DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA

PORTARIA N. 271 DE 01 DE JULHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 100 da Lei Complementar n. 008/98, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **ARISTIDES NUNES DA CONCEIÇÃO**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de **PROFESSOR, a partir de 02/07/2016, conforme requerimento protocolo nº 5556/2016.**

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 100 da Lei Complementar 008/98 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com remuneração comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 100 da Lei em questão.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, “Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho”, em 01 de julho de 2016. ELIAS MENDES LEAL FILHO Prefeito Municipal EMLF/rdt

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
PORTARIA DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA

PORTARIA N. 270 DE 01 DE JULHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 100 da Lei Complementar nº 008/98, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **EDELSON SURUBI**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania, no cargo de **VIGIA,** a partir de 02/07/2016, conforme requerimento protocolo nº 5860/2016.

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 100 da Lei Complementar 008/98 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com remuneração comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 100 da Lei em questão.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, “Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho”, em 01 de julho de 2016. ELIAS MENDES LEAL FILHO Prefeito Municipal EMLF/acqb

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DO MATO GROSSO

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE

RUA JUSCELINO KUBITSCHEK N.3226 –CEP. 78280-000-MIRASSOL D'OESTE-MT

CNPJ: 03.756.178/0001-55

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

Tipo de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA, JUNTO A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D’OESTE-MT, DE ACORDO COM A ESPECIFICAÇÃO E DISPOSIÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Entrega dos Envelopes até: 15/07/2016 às 13:30 horas.

Abertura dos Envelopes: 15/07/2016 14:00 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Juscelino Kubitschek, nº 3226, centro, Mirassol D’Oeste-MT, nos dias uteis, de Segunda à Sexta-feira, das 12:00 às 18:00 horas, informações pelo telefone (065) 3241-1454 ou pelo e-mail: licita_cm_mirassol@outlook.com

Mirassol D’Oeste/MT, 05 de Julho de 2016.

JOLDEMAR AGUEIRO

PREGOEIRO

DE ACORDO: SERGIO DOS SANTOS

Presidente CMMO

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO Nº 3034/2016

DECRETO Nº 3034 DE 29 DE JUNHO DE 2016.

“Regulamenta a Lei nº 1.334/2015, *institui o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor (CONDECON); o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor (FMDC) e dá outras providências”.*

O Excelentíssimo Sr. Elias Mendes Leal Filho, Prefeito Municipal Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1. A Coordenadoria Executiva Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON de Mirassol D´Oeste - MT, destinada a promover e implementar as ações direcionadas à educação, orientação, proteção e defesa do consumidor no âmbito deste ente federado, terá os seguintes objetivos permanentes:

I - Assessorar a Administração Municipal na implantação e implementação do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;

II - Planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção e defesa do Consumidor;

III - Receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

IV - Determinar o encaminhamento, aos órgãos competentes, de notícia de fatos tipificados como crimes contra as relações de consumo e as violações a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos;

V - Incentivar e apoiar a criação de associações civis de defesa do consumidor e as já existentes, bem como outros programas especiais;

VI - Promover parcerias com outros órgãos da Administração Pública e da sociedade civil;

VII - Atuar no sistema municipal de ensino, com o intuito de sensibilizar e, posteriormente, conscientizar os alunos e a comunidade escolar quanto aos direitos e deveres do consumidor;

VIII - Colocar à disposição dos consumidores, sempre que possível, mecanismos que possibilitem informá-los sobre os menores preços dos produtos básicos encontrados no mercado de consumo;

IX - Manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, nos termos do art. 44 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, e dos arts. 57 a 62 do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997;

X - Expedir notificação aos fornecedores para que prestem esclarecimentos das reclamações apresentadas pelos consumidores no PROCON;

XI - Fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, e Decreto 2.181, de 20 de março de 1997;

XII - Funcionar, no que se refere ao processo administrativo, como instância de instrução e julgamento, no âmbito de sua competência;

XIII - Solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos;

XIV - Instaurar, instruir e concluir processos administrativos para apurar a infrações à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, podendo mediar conflitos de consumo; e

XV - Realizar outras atividades correlatas.

Art. 2. A instrução e julgamento dos processos caberão ao PROCON, sendo que as decisões de primeira instância competem ao Coordenador Executivo do PROCON.

Art. 3. Da decisão de primeira instância caberá recurso aos Procuradores do Município, como segunda e última instância recursal na esfera administrativa.

Art. 4. A estrutura organizacional do PROCON Municipal, nos termos dos regramentos legais dispostos na Lei nº 1.334 de 25 de novembro de 2015, é composta da seguinte forma:

I - Coordenadoria Executiva;

II - Divisão de Atendimento e Orientação;

III - Divisão de Fiscalização;

IV - Divisão de Educação para o Consumo;

Art. 5. À Coordenadoria Executiva, será sempre exercida por servidor do quadro efetivo do município de Mirassol D´oeste, e será responsável pela elaboração de políticas públicas que possibilitem ao órgão alcançar seus objetivos permanentes estabelecidos no art. 1º deste Decreto, caberá:

I - Administrar o PROCON de Mirassol D´Oeste;

II - Representar administrativamente o PROCON de Mirassol D´Oeste, inclusive no âmbito do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor;

III - Fiscalizar e aplicar sanções administrativas previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e em outras normas pertinentes à defesa do consumidor;

IV - Celebrar convênios e termos de ajustamento de conduta, na forma do §6º do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985;

V- Desenvolver outras atividades compatíveis com as finalidades do órgão;

VI - Fiscalizar as relações de consumo, designar e credenciar os agentes de fiscalização, na forma prevista na Lei nº 1.334/2015 de 25 de novembro de 2015;

VII - Designar e credenciar servidores responsáveis pelos Setores do PROCON;

VII - Expedir os atos regulamentares gerais de serviço, atribuindo funções e delegando os poderes necessários para o bom funcionamento do órgão;

IX - Indicar seu substituto em caso de ausência ou impedimento, de acordo com a necessidade do serviço;

X - Proporcionar assistência jurídica aos atendentes, aos fiscais e aos técnicos do Procon Municipal;

XI - Acompanhar em todos os seus termos os processos administrativos em trâmite pelo órgão, até decisão final, cumprindo os prazos estabelecidos por este Decreto;

XII - Compor o corpo de fiscalização das relações de consumo;

XIII - Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios, anteprojetos de lei de atos em geral relativos à defesa do consumidor;

XIV - Realizar Audiências de Conciliação no âmbito do PROCON;

XV - Instruir e julgar os processos administrativos abertos no PROCON de Mirassol D´Oeste / MT como decisão de primeira instância, cabendo recurso à Procuradoria Geral do Município, com efeito suspensivo de segunda e última instância recursal na esfera Administrativa, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação;

XVI - Indicar o arquivamento dos processos solucionados e encaminhar as soluções ao Setor competente, para os devidos fins;

XVII - Emitir parecer relativo a produtos e serviços, no âmbito da defesa do consumidor, remetendo os assuntos pendentes de solução aos órgãos competentes, dentro de suas respectivas áreas de atuação e jurisdição, para subsequentes providências e medidas pertinentes; e

XVIII - Realizar outras atividades correlatas.

Art. 6. Nos procedimentos administrativos compete ao Coordenador do PROCON observar, entre outros, os critérios de:

I - Atuação conforme a lei e o Direito;

II - Atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;

III - Objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV - Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

V - Divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição Federal;

VI - Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - Indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII - Observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos das partes em conflito;

IX - Adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos das partes;

X - Garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI - Impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;

XII - Interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação; e

XIII - Delegar, através de portaria, as atribuições do seu cargo.

Art. 7. Ao Setor de Atendimento caberá:

I - Executar as ações de recepção, atendimento, orientação e encaminhamento do consumidor;

II - Registrar as denúncias;

III - Ser responsável pela produção de despachos, pela guarda e pelo trâmite dos processos administrativos;

IV - Encaminhar às áreas de competência as questões que assim exigirem;

V - Elaborar e divulgar a Agenda de Audiência;

VI - Marcar as audiências de conciliação entre as partes envolvidas seguindo agenda pré-definida;

VII - Participar de eventos, campanhas educativas de proteção e defesa do consumidor;

VIII - Distribuir material informativo ao consumidor;

IX - Executar outras atividades correlatas.

Art. 8. O atendimento inicial ao consumidor será feito por servidor capacitado que, verificando a existência de indícios de lesão, reduzirá a termo a reclamação com exposição sumária dos fatos e o seu correto enquadramento legal, sendo indispensável na formalização da reclamação que o consumidor apresente cópia dos seguintes documentos:

I - Documentos pessoais;

II - Identificação do fornecedor com seu CNPJ; e

III - Documentos que comprovam a relação de consumo, tais como notas fiscais, contratos, recibos, etc.

§ 1. Após relato dos fatos e da verificação dos documentos necessários, dever-se-á solicitar ao consumidor que tome ciência e assine a respectiva reclamação.

§ 2. A critério do PROCON, o técnico realiza a intermediação entre fornecedor e consumidor, neste primeiro momento, para a solução do caso apresentado através de contato telefônico e/ou fax. Restando infrutífera, poderá o Coordenador do Procon, se entender necessário, emitir ao fornecedor, a devida Carta de Investigação Preliminar – CIP, como instrumento preliminar ao Processo Administrativo, ou emitir intimação para realização de audiência preliminar sendo entregue ao consumidor uma via da reclamação formalizada com a data da audiência.

§ 3. Cabe ao atendente reunir todos os processos abertos ao longo do dia e realizar os procedimentos administrativos de formação cabíveis em cada processo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas de sua abertura.

Art. 9. A rotina dos processos administrativos do setor de Atendimento seguirá os seguintes passos:

I - Verificação do devido enquadramento de cada processo até 24 (vinte e quatro) horas depois de ter sido recebido do atendimento;

II - Encaminhamento do processo à Coordenadoria Executiva a fim de que esta indique, caso necessário, o teor da notificação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

III - Notificação do fornecedor, em até dez dias da data de abertura do processo, acerca da reclamação, bem como a participar da audiência de conciliação designada, sendo que todas as intimações e as notificações dirigidas ao reclamado serão feitas via postal, com aviso de recebimento – AR ou pessoalmente;

IV - Guarda e controle dos processos até que sejam julgados e arquivados;

V - Fixação da pauta de audiências da semana no quadro mural, sendo que os respectivos processos ficarão à disposição da Coordenadoria Executiva;

Art. 10. A conciliação e julgamento serão realizadas pelo Coordenador Executivo, ou conciliadores nomeados pelo Coordenador Executivo do PROCON, cuja nomeação deverá recair sempre sopre os Procuradores do Município de Mirassol D´Oeste-MT.

Parágrafo único. Na conciliação é indispensável à participação do Conciliador, que buscará a conciliação do conflito.

Art.11. A decisão final proferida no processo será aquela feita pelo Conciliador, cuja função sempre irá recair sobre um dos Procuradores do Município, como decisão de primeira instância.

§1º As questões incidentais, supervenientes ao julgamento de primeira instância, assim como as suspeições, impedimentos e declaração, serão decididas pelo Coordenador Executivo do PROCON.

§2º No caso de omissão ou obscuridade no julgamento, caberá Embargos de Declaração no prazo de 03 (três) dias do recebimento da notificação de ciência da decisão final.

Art. 12. Da decisão final caberá recurso à Procuradoria Geral do Município, como decisão de segunda e última instância recursal na esfera Administrativa e com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação.

Art. 13. Não será conhecido o recurso interposto fora dos prazos e condições estabelecidos neste Decreto e no Decreto Federal nº 2.181/97.

Art. 14. A decisão é definitiva quando não mais couber recurso, seja de ordem formal ou material.

Art. 15. Todos os prazos referidos são preclusivos.

Art. 16. A Divisão de Fiscalização caberá:

I - Apoiar e assessorar o órgão nas ações de fiscalização, elaboração de autos de infração, apreensão e constatação em consonância com os objetivos estratégicos de Defesa do Consumidor e das relações de consumo;

II - Fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor e seu regulamento;

III - Executar ações de fiscalização preventivas e punitivas do PROCON Municipal;

IV - Efetuar diligências para averiguação das denúncias e participação em campanhas;

V - Fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas em outras normas pertinentes à Defesa do Consumidor;

VI - Prestar orientações ao consumidor e ao fornecedor sempre que necessário durante as diligências; e

VII - executar outras atividades correlatas.

Parágrafo único. O Prefeito Municipal de Mirassol D´Oeste nomeará e estenderá competência aos fiscais municipais integrantes do quadro permanente do município, para atuarem como fiscais do PROCON.

Art. 17. Ao Setor de Educação para o Consumo caberá:

I - Planejar, elaborar, propor e executar projetos de implantação e implementação da política municipal de proteção e defesa do Consumidor;

II - Sensibilizar e conscientizar os alunos e a comunidade escolar quanto aos direitos e deveres do consumidor;

III - Disponibilizar para os consumidores, sempre que possível, mecanismos que possibilitem informá-los sobre os menores preços dos produtos básicos encontrados no mercado de consumo;

IV - Participar de eventos, campanhas educativas de proteção e defesa do consumidor;

V - Distribuir material informativo ao consumidor;

VI - Realizar outras atividades correlatas.

Art. 18. Após a instauração do processo, a autoridade competente determinará, no prazo de 10 (dez) dias, que o reclamado junte aos autos o Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE) ou faturamento bruto do último trimestre.

Parágrafo único. Para fins de fixação do valor da multa administrativa, havendo recusa na apresentação da documentação citada no caput, a renda mensal bruta média será estimada ou arbitrada pela autoridade competente nos termos do artigo 57 da Lei Federal 8.078/90.

Art. 19. A pena de multa será aferida em duas etapas:

I - Proceder-se-á a fixação da pena-base nos termos do parágrafo único do artigo 16 deste Decreto;

II - Sobre a pena base aplicar-se-á as circunstâncias agravantes e atenuantes previstas no artigo 24 e seguintes do Decreto Federal 2.181/97, de modo a determinar o valor final da penalidade;

§1º A ocorrência de cada uma das circunstâncias atenuantes, previstas no artigo 25 do Decreto Federal 2.181/97, implica na redução de 1/3 (um terço) sobre a pena base aplicada.

§ 2º A ocorrência de cada uma das circunstâncias agravantes, previstas no artigo 26 do Decreto Federal 2.181/97, implica no aumento de 1/6 (um sexto) sobre a pena-base fixada.

§ 3º No concurso de práticas infrativas, a pena de multa será aplicada para cada uma das infrações, podendo, a critério do órgão, desde que não agrave a situação do autuado, ser aplicada a multa correspondente à infração de maior gravidade com acréscimo de 1/3 (um terço).

Art. 20. Não havendo recurso da decisão, o valor da multa deverá ser recolhido em até 30 (trinta) dias ao Fundo Municipal de Defesa do Consumidor de que trata a Lei nº 1.334 de 25 de novembro de 2015.

§ 1º O fornecedor será advertido que, em caso de não haver recurso, o atraso do recolhimento fará incidir sobre o valor da multa:

I - Multa pela impontualidade no pagamento de 2,0 % (dois por cento) do valor da prestação;

II - Juros de mora são calculados à taxa de 1,0% (um por cento) ao mês;

III - E o valor será atualizado monetariamente de acordo com IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado acumulado mensalmente;

§ 2º As multas aplicadas deverão ser recolhidas pelas empresas infratoras ao Fundo Municipal de Defesa do Consumidor através de documento de arrecadação Municipal – DAM emitido pela Prefeitura Municipal de Mirassol D´Oeste/MT.

Art. 21. Não sendo recolhido o valor da multa, caso não haja recurso, em 30 (trinta) dias, o procedimento deverá ser encaminhado à Procuradoria Geral do Município, para que aquela promova a sua imediata inscrição em Dívida ativa para subsequente cobrança executiva.

Art. 22. A destinação dos valores arrecadados com a aplicação da multa nos termos da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, da Lei nº 1.334 de 25 de novembro de 2015, do presente Decreto e legislações complementares dar-se-á conforme o seguinte critério:

I- 70% (Setenta por cento) destinado às atividades, necessidades e melhoramento do PROCON Municipal de Mirassol D´Oeste/MT, bem como no desenvolvimento de projetos;

II- 30% (Trinta por cento) destinado para o Tesouro Municipal;

Art. 23. Fica instituído o conselho Municipal de defesa do consumidor - CONDECON, com as seguintes atribuições:

I - Atuar na formulação de estratégias e diretrizes para a política Municipal de defesa do consumidor;

II - Administrar e gerir financeira e economicamente os valores e recursos depositados no Fundo Municipais de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC, bem como deliberar sobre a forma de aplicação e destinação dos recursos na consecução dos objetivos previstos nesta Lei, e nas Leis nº 7.347/85 e nº 8.078/90, priorizando os programas e projetos de educação para o consumo e de proteção e defesa do consumidor;

III - Elaborar, revisar, atualizar e editar normas de procedimento;

IV - Realizar parceria com outros órgãos públicos e entidades civis ligadas à área de direito do consumidor, com o intuito de prestar e solicitar a cooperação técnica;

V - Autorizar a edição e a confecção de materiais informativos/ didáticos, para contribuir com a sensibilização dos cidadãos quanto aos direitos e deveres do consumidor;

VI - Promover, por meio de órgão da administração pública e de entidades civis interessas, eventos educativos ou científicos, relacionados à proteção e defesa do consumidor;

VII - Fiscalizar o cumprimento do objeto do convênio e contrato firmado entre a coordenadoria do PROCON do Município, órgãos públicos e demais entidades;

VIII - Examinar e aprovar projetos de caráter cientifica e de pesquisa na área de direito do consumidor;

IX - Analisar, aprovar e autorizar a publicação da prestação de contas anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, sempre na segunda quinzena do mês de dezembro;

X - Elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

Art. 24. O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON será composto por representantes do Poder Público e entidades representativas de fornecedores e consumidores, assim discriminados:

I - O Coordenador do PROCON Municipal,

II - Um representante da Secretaria Municipal de Educação;

III - Um representante da Vigilância Sanitária Municipal;

IV - Um representante da Secretaria de Finanças;

V - Um representante do Poder Executivo Municipal;

VI - Um representante da Secretaria de Agricultura;

VII - Um representante de associação ou entidade representativa dos fornecedores;

VIII - Dois representantes de associações de consumidores que atendam aos requisitos do inciso IV do artigo 82 da Lei nº 8.018/90;

XIX - Ouvidor geral do Município;

X - Um representante da OAB.

Parágrafo 1º. O Coordenador Executivo do PROCON é membro nato do CONDECON;

Parágrafo 2º. Todos os demais membros serão indicados pelos órgãos e entidades que a eles representam, sendo investidos na função de conselheiros. Mediante nomeação pelo Poder Executivo Municipal;

Parágrafo 3º. As indicações para nomeação ou substituição de conselheiros serão feitas pelas entidades ou órgãos, na forma de seus estatutos;

Parágrafo 4º. Para cada membro será indicado um suplente que o substituirá, com direito a voto, nas ausências ou impedimentos do titular;

Parágrafo 5º. Perderá a condição de membro do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON, o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas, no período de 01(um) ano;

Parágrafo 6º. Os órgãos e entidades relacionadas neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo ao disposto no parágrafo 2° deste artigo;

Parágrafo 7º. A função de membro do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON não será renumerada, sendo seu exercício considerado relevante serviço a promoção e preservação da ordem econômica social;

Parágrafo 8º. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON será de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução dos eleitos;

Art. 25. A presidência do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON recairá em membro do Conselho designado pelo Prefeito Municipal, nos termos do § 3º do Artigo 244 da Lei Orgânica do Municipio.

Art. 26. O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, 01(uma) vez por mês se necessário, e, extraordinariamente, sempre que convocados pelo presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

Parágrafo Único. As sessões plenárias do Conselho instalar-se-ão com a maioria absoluta de seus membros, que deliberará pela maioria dos votos presentes.

Art. 27. O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor- CONDECON, no exercício da gestão do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC, compete contribuir com a administração dos recursos depositados no Fundo, bem como deliberar sobre a forma de aplicação e destinação dos mesmos, cabendo-lhe ainda:

I - Zelar pela aplicação correta dos recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, para a consecução dos objetivos;

II - Aprovar e intermediar a realização de convênios e contratos a serem firmados pelo Município de Mirassol D ´Oeste- MT;

III - Examinar e aprovar projetos na área de direito do consumidor;

IV - Aprovar e liberar recursos para proporcionar a participação dos servidores do PROCON Municipal em reuniões, encontros, palestras, congressos e demais eventos;

V - Aprovar e publicar a prestação de contas mensal e anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor- FMDC;

VII - Estabelecer diretrizes a serem observadas para implantação das políticas públicas de defesa do consumidor no Município.

Art. 28. Fica instituído o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC, de que trata o art. 57, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, com o objetivo de receber recursos destinados ao desenvolvimento de ações e serviços de proteção e defesa dos direitos do consumidor.

Parágrafo Único. O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC será gerido pelo Conselho Gestor, composto pelos membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, nos termos do art. 24 deste Decreto.

Art. 29. Os recursos do Fundo ao qual se refere este artigo, serão assim aplicados:

I - Financiar total ou parcialmente os programas e projetos relacionados com os objetivos da política Nacional das Relações de Consumo;

II - Na modernização administrativa da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON, visando à melhoria da prestação dos serviços oferecidos a população;

III - Desenvolver programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos;

IV - No custeio de pesquisa e estudos sobre o mercado de consumo Municipal elaborado por profissional de notória especialização ou por instituição sem fins lucrativos, incumbida regimental e estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional;

V - Adquirir material permanente e de consumo e outros insumos, necessários ao desenvolvimento dos programas;

VI - Fomentar ações que visem à defesa do consumidor;

VII - Atender as despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessários a execução das ações do órgão Municipal;

VIII - Promover, através da implementação de programas especiais, o estimulo a criação de entidades civis e de defesa do consumidor;

IX - Na promoção de atividades e eventos educativos, culturais e científicos, na criação, confecção e edição de materiais informativos, relacionados a educação, proteção e defesa do consumidor;

X - No custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessários a instrução de procedimento investigatório preliminar instaurado para a apuração de fato ofensivo ao interesse difuso ou coletivo;

XI - No custeio da participação de representantes do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC em reuniões, encontros, cursos e congressos relacionados à proteção e defesa do consumidor no Estado e no país.

Parágrafo Único. Na hipótese do inciso X deste artigo, deverá o CONDECON considerar a existência de fontes alternativas para custeio da perícia, a sua relevância, a sua urgência e as evidencias de sua necessidade.

Art. 30. Constituem recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC, o produto da arrecadação de:

I - Das condenações judiciais de que tratam os artigos 11 e 13 da Lei nº 7. 347 de 24 de julho de 1985;

II - Dos valores arrecadados ao Município, em virtude da aplicação das multas previstas no art. 56, inciso I e art. 57 e seu parágrafo único da Lei nº 8.078/90, assim como aquela cominada por descumprimento de obrigação contraída em termo de ajustamento de conduta;

III - As transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas ou privadas;

IV - Os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

V - As doações de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

VI - O produto de convênios firmados com órgãos e entidades de direito público e privado;

VII - Os oriundos da cobrança da emissão de Certidões negativas e positivas, cujo valor será fixado em Decreto do Poder Executivo;

VIII - Outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo.

Art. 31. As receitas descritas no artigo anterior serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial, a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de credito, em nome do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor-FUNDECON.

Parágrafo 1º. As multas aplicadas deverão ser recolhidas pelas empresas infratoras ao Fundo Municipal de Defesa do Consumidor através de documento de arrecadação Municipal – DAM emitido pela prefeitura Município.

Parágrafo 2º. Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FMDC, em operações ativas de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

Parágrafo 3º. O saldo credor do FMDC, apurado em balanço no termino de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte a seu credito.

Parágrafo 4º. O presidente do conselho - CONDECON é obrigado a publicar, mensalmente, os demonstrativos de receitas e despesas realizadas com os recursos do FMDC.

Art. 32. Os recursos do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC poderão ser destinados as seguintes instituições:

I – Instituições públicas pertencentes ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC);

II – Organizações não governamentais (ONGS), que preencham os requisitos dos incisos I e II do Art. 5º da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Art. 33. O Conselho Municipal de defesa do consumidor reunir-se-á, ordinariamente em sua sede, no seu Município, podendo reunir-se, extraordinariamente, em qualquer ponto do território estadual.

Art. 34. No desempenho de suas funções, os órgãos do SMDC, poderão manter convênios de cooperação técnica entre si e com outros órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, no âmbito de suas respectivas competências e observado no art. 105 da Lei nº 8.078/90:

I – Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON – Ministério da Justiça;

II - Superintendência Estadual de Defesa do Consumidor- PROCON Estadual;

III - Promotoria de justiça;

IV - Juizados especiais;

V - Delegacia de polícia;

VI - Secretaria municipal de saúde (Vigilância Sanitária);

VII - Instituto de metrologia e qualidade industrial – IMEQ;

VIII - Associações civis da comunidade;

IX - Receita federal e estadual;

X - Conselhos de fiscalização do exercício profissional;

XI - Demais instituições do Estado e do Município;

XII - Assembleia legislativa.

Art. 35. Consideram-se colaboradores do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, as universidades públicas e privadas, ou ainda escolas públi-

cas e privada que desenvolvam estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo.

Parágrafo Único. Entidades, autoridades, cientistas e técnicos poderão ser convidados a colaborar em estudos ou participar de comissões instituídas pelos órgãos de proteção ao consumidor.

Art. 36. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias previstas no Orçamento Anual da Prefeitura Municipal.

Art. 37. A coordenadoria Municipal de defesa do consumidor- PROCON observará no que pertine a defesa do consumidor, as diretrizes das políticas públicas desenvolvidas pelo PROCON Estadual, que é o coordenador do sistema estadual de defesa do consumidor.

Art. 38. Com base na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, no Decreto nº 2,181, de 20 de março de 1997, na Lei nº 1.334/2015 de 25 de novembro de 2015, no presente Decreto e legislações complementares, o PROCON Municipal de Mirassol D´Oeste/MT poderá expedir atos administrativos e normativos, visando à fiel observância das normas de proteção e defesa do consumidor.

Art. 39. Em caso de impedimento à aplicação da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, do Decreto nº 2,181, de 20 de março de 1997, Lei nº 1.334/2015 de 25 de novembro de 2015, do presente Decreto e legislações complementares referentes as relações de consumo, ficam as autoridades competentes autorizadas a requisitar o emprego de força policial.

Art. 40. Para o cumprimento do exposto na Lei nº 1.334/2015 de 25 de novembro de 2015 e neste Decreto, a Prefeitura Municipal de Mirassol D´Oeste/MT *prestará apoio administrativo, fornecerá os recursos humanos, materiais e espaço físico, bem como se responsabilizará pela manutenção da Coordenadoria Municipal de defesa do consumidor PROCON e do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON. D*isponibilizará, no mínimo, 05 servidores públicos devidamente capacitados, sendo um servidor de nível superior, preferencialmente Bacharel em Direito para a Coordenação Executiva e para a Conciliação, três servidores de nível médio ou estagiários de direito para o Setor de Atendimento, um profissional da área de educação para elaborar projetos e desenvolver a área de educação para o consumo no Município, além de disponibilizar os fiscais do Município para atuarem na defesa do consumidor fiscalizando as relações de consumo, bem como ainda, os Procuradores Municipais que atuarão na Turma recursal.

Parágrafo único. Quando necessário, a Prefeitura Municipal de Mirassol D´Oeste/MT deverá dotar o PROCON Municipal de mais servidores para garantir um atendimento de qualidade à população.

Art. 41. Os fatos omissos nesse Regulamento serão tratados e deliberados pelo Coordenador Executivo do PROCON Municipal de Mirassol D´Oeste/MT, que expedirá atos administrativos com base na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e na Lei nº 1.334/2015 de 25 de novembro de 2015, visando à fiel observância das normas de proteção e defesa do consumidor.

Art. 42. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, em 29 de junho de 2016.

ELIAS MENDES LEAL FRILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
PORTARIA DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA

PORTARIA N. 284 DE 01 DE JULHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 100 da Lei Complementar nº 008/98, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **CARLOS ALBERTO FERREIRA PERES**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de **PROFESSOR,** a partir de 02/07/2016, conforme requerimento protocolo nº 5946/2016.

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 100 da Lei Complementar 008/98 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com remuneração comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 100 da Lei em questão.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, “Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho”, em 01 de julho de 2016. ELIAS MENDES LEAL FILHO Prefeito Municipal EMLF/rdt

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
PORTARIA DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA

PORTARIA N. 283 DE 01 DE JULHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 100 da Lei Complementar n. 008/98, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para a servidora **MARINEZ DE CAMPOS**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** a partir de 02/07/2016, conforme requerimento protocolo nº 5831/2016.

Artigo 2º - Fica a referida servidora sujeita às determinações do Artigo 100 da Lei Complementar 008/98 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com remuneração comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 100 da Lei em questão.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, “Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho”, em 01 de julho de 2016. ELIAS MENDES LEAL FILHO Prefeito Municipal EMLF/rdt

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
PORTARIA DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA

PORTARIA N. 275 DE 01 DE JULHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 100 da Lei Complementar nº 008/98, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **ELIZEU SALMERON**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de **VIGIA, a partir de 02/07/2016, conforme requerimento protocolo nº 5907/2016.**

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 100 da Lei Complementar 008/98 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com remuneração comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 100 da Lei em questão.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, “Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho”, em 01 de julho de 2016. ELIAS MENDES LEAL FILHO Prefeito Municipal EMLF/rdt

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
PORTARIA DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA

PORTARIA N. 282 DE 01 DE JULHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 100 da Lei Complementar nº 008/98, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **ENOQUE JOSE VIEIRA**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de **AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS,** a partir de 02/07/2016, conforme requerimento protocolo nº 5441/2016.

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 100 da Lei Complementar 008/98 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com remuneração comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 100 da Lei em questão.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, “Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho”, em 01 de julho de 2016. ELIAS MENDES LEAL FILHO Prefeito Municipal EMLF/rdt

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
PORTARIA DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA

PORTARIA N. 276 DE 01 DE JULHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 100 da Lei Complementar nº 008/98, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para a servidora **EDINEIA DUARTE DE SOUZA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS,** a partir de 02/07/2016, conforme requerimento protocolo nº 5808/2016.

Artigo 2º - Fica a referida servidora sujeita às determinações do Artigo 100 da Lei Complementar 008/98 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com remuneração comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 100 da Lei em questão.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, “Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho”, em 01 de julho de 2016. ELIAS MENDES LEAL FILHO Prefeito Municipal EMLF/rdt

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
PORTARIA DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA

PORTARIA N. 281 DE 01 DE JULHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 100 da Lei Complementar nº 008/98, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **CLAUDIO ROBERTO DUARTE NUNES**, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, no cargo de **AUXILIAR DE TRIBUTAÇÃO,** a partir de 02/07/2016, conforme requerimento protocolo nº 5844/2016.

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 100 da Lei Complementar 008/98 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com remuneração comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 100 da Lei em questão.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, “Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho”, em 01 de julho de 2016. ELIAS MENDES LEAL FILHO Prefeito Municipal EMLF/rdt

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
PORTARIA DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA

PORTARIA N. 280 DE 01 DE JULHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 100 da Lei Complementar n. 008/98, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para a servidora **MARLI ANDROMEDE FERREIRA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** a partir de 02/07/2016, conforme requerimento protocolo nº 5157/2016.

Artigo 2º - Fica a referida servidora sujeita às determinações do Artigo 100 da Lei Complementar 008/98 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com remuneração comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 100 da Lei em questão.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, “Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho”, em 01 de julho de 2016. ELIAS MENDES LEAL FILHO Prefeito Municipal EMLF/rdt

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
PORTARIA DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA

PORTARIA N. 279 DE 01 DE JULHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 100 da Lei Complementar nº 008/98, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **VALMIR HONORIO GABRIEL**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS,** a partir de 02/07/2016, conforme requerimento protocolo nº 5872/2016.

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 100 da Lei Complementar 008/98 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com remuneração comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 100 da Lei em questão.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, “Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho”, em 01 de julho de 2016. ELIAS MENDES LEAL FILHO Prefeito Municipal EMLF/rdt

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
PORTARIA DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA

PORTARIA N. 278 DE 01 DE JULHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 100 da Lei Complementar nº 008/98, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **ADEILSON JOSE DA ROCHA**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** a partir de 02/07/2016, conforme requerimento protocolo nº 5862/2016.

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 100 da Lei Complementar 008/98 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com remuneração comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 100 da Lei em questão.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, “Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho”, em 01 de julho de 2016. ELIAS MENDES LEAL FILHO Prefeito Municipal EMLF/rdt

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E A Srª ALINE ANDRADE COUTINHO.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES - MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 03.424.272/0001-07, com sede à Rua J, s/nº, Jardim Paraná, nesta cidade de Nobres, neste ato representado pelo Sr **SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres - MT, portador da Cédula de Identidade n.º 0429671-0 SSP-MT e CPF n.º 318.480.011-34, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a Srª **ALINE ANDRADE COUTINHO**, brasileiro(a), portador(a) do RG n° **2206771-0 SEJSP/MT**, e do CPF n° **029.703.271-20**, doravante denominado de CONTRATADO.

Nesta data, entre as partes contratantes acima qualificadas, ficou ajustado o aditamento ao contrato firmado entre as partes acima qualificadas em **01/07/2016,** mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO E VALIDADE

1.1 – Fica estabelecido a prorrogação do prazo do contrato original por mais 06 (Seis) meses e 04 (Quatro) dias, valido a partir do dia **01/07/2016 a 31/12/2016.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – As demais Clausulas do Contrato original permanecem inalteradas

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nobres, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

3.2 - E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nobres - MT, 01 de julho de 2016.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA ALINE ANDRADE COUTINHO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____ Assinatura: _____

LICITAÇÃO
RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 19/2016

A Comissão de Apoio de Pregão – CAP, torna público para amplo conhecimento a ADESAO ao PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº **19/2016**, da Ata de Registro de Preço n° 31/205, cujo Objeto é a Futura **e Eventual *Contratação De Empresa Para Fornecimento De Refeição Na Zona Rural, No Município De Nobres – MT, Por Período De 01(Um) Ano,*** com abertura no dia 04/07/2016, sagrou-se vencedora a empresa **EUNICE BORGES FERREIRA PRATES TOMAZ 01827196181**, inscrita no CNPJ n° 17.204.471/0001-14, com o valor global de ***R$ 66.000,00*** (sessenta e seis mil reais).

Nobres, 04 de Julho de 2016.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal De Nobres

NADIR DA SILVA

Pregoeira

LICITAÇÃO
PORTARIA Nº. 133/2016

"Dispõe sobre a revogação da Portaria nº 128/2016, que Concedia Afastamento com Remuneração ao Sr. ***Rogério Barbosa de Oliveira,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Sebastião Gilmar Luiz da Silva**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Revogar a Portaria nº. 128/2016, que Concedia Afastamento com Remuneração aoSr. ***Rogério Barbosa de Oliveira***, portador do RG nº. 15050297 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 980.387.961-87.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 128/2016 e seus efeitos.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 04 de Julho de 2016.

Sebastião Gilmar Luiz da Silva **Prefeito Municipal de Nobres**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 668/2016

SÚMULA: REVOGA A PORTARIA Nº 660/2016, DE 01 DE JULHO DE 2016 QUE CONCEDE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO DESTE MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA–MT QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. NEURILAN FRAGA, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, conforme as normas gerais de Direito Público, a Estrutura Administrativa, nos termos previstos no em seu art. 72, caput, e incisos IV e XXIV da Lei Orgânica Municipal (LOM), na Lei Municipal n° 021/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nortelândia - MT), em seu art. 94, caput e § 1º e 2º, e com fundamento no art. 1°, inciso II, alínea "I" da LCF n° 64/90, através da presente portaria,

R E S O L V E:

Art. 1° Revogar a Portaria nº 660/2016, de 1º de julho de 2016, que concedeu licença para exercício de atividade política com afastamento remunerado para efeito de desincompatibilização eleitoral à servidora **EVA SILVA DO CARMO,** brasileira, convivente,portadora da Cédula de Identidade RG nº 12049271 SJ/MT e inscrita no CPF nº 847.126.781-00, do cargo **Agente Comunitário de Saúde**, Matrícula Funcional nº 471, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, diante da ausência de requisitos formais para sua concessão.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 4º dia do mês de julho de 2016, 63º da Emancipação Político-Administrativa. 04/07/2016.

NEURILAN FRAGA

Prefeito Municipal

EDIVALDO DE SÁ TEIXEIRA

Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão.

NORMA FIRMIANO RODRIGUES BARRADAS

Secretário Municipal de Saúde.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016

A Pregoeira Oficial juntamente com a equipe de apoio do MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 653/2016 torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação Modalidade Pregão Presencial nº 022/2016, referente à **CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE CAMINHÃO PIPA PARA DE UMECTAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS E MANUTENÇÃO DAS DEMAIS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA**, sagrou-se vencedora do processo licitatório a empresa **WENDER DA SILVA SANTOS – ME inscrito no CNPJ – 08.966.638/0001-93** no valor de R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

Nortelândia-MT, 04 de julho de 2016

BRUNA BEATO DE MICHELI

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

DECRETO Nº: 00088/2016

DECRETO Nº: 00088/2016

O Prefeito Municipal de PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Estado do MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal Nº 00790, de 02/12/2015

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito SUPLEMENTAR no valor de R$ 1.500,00 (HUM MIL E QUINHENTOS REAIS), para reforço das seguintes dotações orcamentárias:

SECRETARIA DE ADM, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

04.001.339039.04.122.0002.02004 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

1.500,00

TOTAL SUPLEMENTAÇÕES

Art. 2º - Os recursos a serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior é o

proveniente de: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO nos termos de que dispõe o Art. 43, Parágrafo Primeiro, item II e III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme segue:

SECRETARIA DE ADM, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

04.001.339030.04.122.0002.02004 MATERIAL DE CONSUMO

1.500,00

1.500,00

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO 1.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 24 DE MAIO DE 2016.

CARLOS ROBERTO DA COSTA PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº: 00087/2016

DECRETO Nº: 00087/2016

O Prefeito Municipal de PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Estado do MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal Nº 00790, de 02/12/2015

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito SUPLEMENTAR no valor de R$ 67.500,00 (SESSENTA E SETE MIL E

QUINHENTOS REAIS), para reforço das seguintes dotações orcamentárias:	
SECRETARIA DE ADM, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
04.008.339039.04.122.0002.02089 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.006.339039.12.361.0016.02011 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.500,00
05.001.339039.12.361.0016.02045 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
05.005.339039.13.392.0015.02017 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.400,00
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DESV. HUMANO	
06.001.339039.08.122.0090.02022 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.339039.10.122.0002.02030 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00
07.002.319013.10.301.0022.02071 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	8.600,00
07.002.319013.10.301.0022.02270 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.000,00
SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA	
08.001.319013.04.122.0002.02074 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.000,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÕES	**67.500,00**
Art. 2º - Os recursos a serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior é o	
proveniente de: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO nos termos de que dispõe o Art. 43, Parágrafo Primeiro, item II e III, da Lei Federal nº	
4.320/64, conforme segue:	
SECRETARIA DE ADM, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
04.008.339030.04.122.0002.02089 MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.001.449061.12.361.0016.02045 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	500,00
05.006.339030.12.365.0014.02012 MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
05.001.339014.12.361.0016.02045 DIÁRIAS - CIVIL	2.000,00
05.001.339030.12.361.0016.02045 MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
05.001.339035.12.361.0016.02045 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	2.500,00
05.006.339033.12.366.0009.02063 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.500,00
05.006.339014.12.366.0009.02063 DIÁRIAS - CIVIL	1.500,00
05.006.339039.12.366.0009.02063 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.500,00
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DESV. HUMANO	
06.001.339030.08.122.0090.02022 MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.002.319004.10.301.0022.02270 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	4.000,00
07.002.319004.10.301.0022.02071 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	12.000,00
07.001.339030.10.122.0002.02030 MATERIAL DE CONSUMO	8.000,00
SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA	
08.001.319113.04.122.0002.02074 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.000,00
TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	**67.500,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 27 DE JUNHO DE 2016.

CARLOS ROBERTO DA COSTA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 08/2016- NOSSA PREVI

Portaria nº 08/2016, de 13 de junho de 2016.

"Dispõe sobre atribuição de assessoria e consultoria jurídica do Instituto Nossa Previ ao Procurador Municipal e dá outras providencias".

ELIAS EUGENIO DA SILVA, Diretor Executivo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **Resolve:**

Art. 1º Nos termos do Art. 3º da Lei n.796/2016 atribuir ao Procurador Municipal, Sr. Vladimir de Lima Brandão as atividades de Assessoria Jurídica do Instituto Nossa Previ.

.

Art. 2º Nos termos do Art.5º da Lei n.796/2016 fica fixada a gratificação de R$1.200,00 em retribuição ao aumento das atribuições do Procurador Municipal, retroagindo seus efeitos ao mês de maio de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 13.06.2016.

_____

ELIAS EUGENIO DA SILVA

Diretor Executivo

DECRETO Nº: 00089/2016

DECRETO Nº: 00089/2016

O Prefeito Municipal de PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Estado do MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal Nº 00790, de 02/12/2015

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito SUPLEMENTAR no valor de R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS), para reforço das seguintes dotações orcamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. RURAL

10.001.339039.04.122.0101.02036 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

2.000,00

TOTAL SUPLEMENTAÇÕES

Art. 2º - Os recursos a serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior é o

proveniente de: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO nos termos de que dispõe o Art. 43, Parágrafo Primeiro, item II e III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. RURAL

10.001.339014.04.122.0101.02036 DIÁRIAS - CIVIL

2.000,00

2.000,00

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO 2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 30 DE JUNHO DE 2016.

CARLOS ROBERTO DA COSTA PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº: 00084/2016

DECRETO Nº: 00084/2016

O Prefeito Municipal de PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, Estado do MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal Nº 00790, de 02/12/2015

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito SUPLEMENTAR no valor de R$ 16.800,00 (DEZESSEIS MIL E OITOCENTOS

REAIS), para reforço das seguintes dotações orcamentárias:	
SECRETARIA DE ADM, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
04.008.339039.04.122.0002.02089 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.005.339039.13.392.0015.02017 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	400,00
05.004.339039.27.812.0013.02020 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	400,00
05.006.339039.12.361.0016.02011 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.500,00
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DESV. HUMANO	
06.001.339039.08.122.0090.02022 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.002.319013.10.301.0022.02071 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.000,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÕES	**16.800,00**
Art. 2º - Os recursos a serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior é o	
proveniente de: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO nos termos de que dispõe o Art. 43, Parágrafo Primeiro, item II e III, da Lei Federal nº	
4.320/64, conforme segue:	
SECRETARIA DE ADM, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
04.008.339030.04.122.0002.02089 MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.006.339030.12.361.0016.02011 MATERIAL DE CONSUMO	1.500,00
05.005.339030.13.392.0015.02017 MATERIAL DE CONSUMO	400,00
05.004.319113.27.812.0013.02020 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	400,00
SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL DESV. HUMANO	
06.001.339030.08.122.0090.02022 MATERIAL DE CONSUMO	1.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.002.319113.10.301.0022.02071 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.000,00
TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	**16.800,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, 27 DE JUNHO DE 2016.

CARLOS ROBERTO DA COSTA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA 008/2016

Câmara Municipal de Nova Bandeirantes

Estado de Mato Grosso

C.N.P.J. n.º 33.683.798/0001-72

PORTARIA Nº 008/2016

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS ADQUIRIDAS A SERVIDOR, DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO.

Marino Francisco Domingues, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE *:*

ARTIGO 1º - Fica concedido férias de 30 (dias), conforme Lei nº 111/97, artigo 105 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, ao Sr. Thiago Alves de Souza Melo, lotado nesta Câmara Municipal.

Parágrafo 1º – As férias mencionadas no Caput do Art.1º compreende o período aquisitivo de 01/02/2015 à 31/01/2016.

Parágrafo 2º – As férias mencionadas no parágrafo anterior serão adquiridas do dia 01/07/2016 a 31/07/2016

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 01 de julho do ano de 2016.

ARTIGO 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Registre - se Publique - se Cumpra - se

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

EM 01 DE JULHO DE 2016

Marino Francisco Domingues

Presidente

Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MT

Fone/Fax: (66) 572-1182

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
SISTEMA APURADO DE CONTABILIDADE PUBLICA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES RELATÓRIO DE PROJETOS EM ANDAMENTOS – AMBOS

SISTEMA APURADO DE CONTABILIDADE PUBLICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

RELATÓRIO DE PROJETOS EM ANDAMENTOS – AMBOS

Art. 45 – parágrafo Único – lei 101/00

DETALHAMENTO	VALOR DO PROJETO	PAGO NO PERIODO	VALOR A EXECUTAR em 2017
Construção de Esgotos e Galerias no Município de Nova Bandeirantes, conforme carta consulta 504137380	5.985.230,52	0,00	1.167.046,37
Construção de Creche Padrão FIFA	2.013.173,69	442.479,64	1.570.694,05
Construção de e Reformas de Postos de Saúde.	435.972,79	0,00	435.972,79
Construção da Praça do Morro	984.939,84	150.000,00	834.939,84
Construção de Praça Municipal	300.000,00	150.000,00	150.000,00
SOLANGE SOUSA KREIDLORO Prefeita Municipal CPF: 270.723.668.30			

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2016

Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº 031/2016

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar a Licitação abaixo especificada:

PROCESSO Nº.: 047/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/2016

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA CONCERTOS, MONTAGENS E TROCA DE PNEUS, ATENDENDO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 15 (quinze) de Julho de 2016, às 9:00 horas.

LOCAL: Sala de Licitações, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Nova Bandeirantes/MT.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados noSetor de licitações **-** das 09:00 às 13:00 horas, de 2ª a 6ª feira, na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Nova Bandeirantes/MT, Tel.: 66-3572-1950/1968, ou através de solicitação pelo e-mail: **licitacaonovabanderantes2013@hotmail.com.br**

Nova Bandeirantes/MT, 04 de Julho de 2016.

Andressa Cristine Ferreira Moreira

Pregoeira Oficial (Decreto 103/2013)

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO CONTRATO 099/2016

ORDEM DE SERVIÇO

A Prefeitura Municipal de NOVA BANDEIRANTES/MT, inscrita no CNPJ sob o nº. 33683822/0001-73 autoriza como de fato autorizado a empresa **J M M E TERRAPLENAGEM LTDA ME,** inscrita no CNPJ: **17.329.688/0001-50**, a dar inicio ao **SERVIÇO** objeto da Tomada de Preço nº. 004/2016, Contrato nº. 099/2016, tudo nos termos da Lei Federal n°. 8.666 de 21/06/93.

Nova Bandeirantes, MT 04 de Julho de 2016.

_____

Solange Sousa kreidloro

Prefeita Municipal

_____

J M M E Terraplenagem LTDA ME

Contratada

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016 - B

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016 - B

Art. 1º - A Prefeita Municipal de Nova Bandeirantes - MT, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** as inscrições do Concurso Público, conforme ANEXO I, aberto através do Edital de Concurso Público Nº 001/2016.

Art. 2º - Informamos aos candidatos homologados que a **prova escrita objetiva** será realizada no dia **10 de julho de 2016**, com início às **08h30-min (horário local)**, na **Escola Estadual Prof. Valdomiro Teodoro Candido**, sito à Av. Comendador Luis Meneguel, s/nº – Centro, em Nova Bandeirantes – MT.

Art. 3º - O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de **UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL:**

- Cédula de Identidade - RG;

- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;

- Carteira de Trabalho e Previdência Social;

- Certificado Militar;

- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);

- Passaporte.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova Bandeirantes - MT, 01 de julho de 2016.

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

ANEXO I

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO

236958	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	ADRIETE DELPUPO ZUCULOTO	19749520
241645	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	ANTONIO FERNANDES DA SILVA	11362219
241674	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	CARLIANE DE OLIVEIRA VALE	24260843
236016	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	CARLOS ALBERTO ALVES DA COSTA	10721665
239138	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	DIRCEU COSTA	16365607
235512	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	EDSON FERREIRA	19870132
237485	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	ELIANE DE SOUZA	20044577
241146	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	GILBERTO PEREIRA DOS SANTOS	13339222
241493	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	HELEN CAROLINE AGUIAR BLANC	24769070
239122	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	IVO DA COSTA	16364201
236904	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	JONATAN GASQUES VITTI	27341330
238762	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	LUANA RODRIGUES BARACHO DOS SANTOS	17309603
238179	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	MARCELO JUNIOR DO NASCIMENTO	37385089
237359	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	MATHEUS FRANCIOLI MACHADO	28235223
239252	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	NELSON MIQUIAS EVANGELISTA	23768673
236964	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	REILA DIAS CAITANO	24001880
238217	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	ROSELI LEITE DA COSTA	21048312
241659	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	SONIA MARA BARROS	887038
236616	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	VALDIR GOMES DOS SANTOS	692338
237745	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	VANDA MARIA DOS SANTOS	16080335
237322	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	VIVIANE CRISTINA DA SILVA REGO	40594522
236781	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	WAGNER PEREIRA DE MELO DE OLIVEIRA	24000205
236173	AGENTE DE CONSERVAÇÃO (ENCARREGADO DO SERVIÇO DE ÁGUA)	WATIANE EVANGELISTA DE ARRUDA	16699319
240449	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL DE OBRAS)	ALEX SANDRO PIRES	18299679
236179	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL DE OBRAS)	AMIBSON EVANGELISTA DE ARRUDA	16889266
241716	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL DE OBRAS)	CARLOS ALENCAR DA SILVA MARTINS	16363426
241632	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL DE OBRAS)	ELTON DIONIS DOS SANTOS	22614818
237403	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL DE OBRAS)	ERIANE CUSTODIO DA SILVA	14002744
237374	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL DE OBRAS)	HEBERTHON MARQUES DE MENDONÇA	17769752
241490	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL DE OBRAS)	JOSÉ SIDNEI DE SOUZA	9500561
237853	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL DE OBRAS)	JULIANE FREITAS MOREIRA	24258709
236932	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL DE OBRAS)	MARCELO MARTINS COUTO DE ALMEIDA JUNIOR	1122025
238381	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL DE OBRAS)	SILMAR MAY	21588384
240102	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL DE OBRAS)	SILVANA ANDRADE VAZ	28234782
237572	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL DE OBRAS)	TATIANE REIS MOURA	27005356
237615	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL DE OBRAS)	WILSON RODRIGUES DE ARAUJO	361347
236177	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRÂNSITO)	ANDRESSA CRISTINE FERREIRA MOREIRA	17306930
239071	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRÂNSITO)	ANTONIO CARLOS DE AMEIDA	40671366
239086	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRÂNSITO)	BRUNA NEIVERTH	18267254
241713	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRÂNSITO)	CARLOS ALENCAR DA SILVA MARTINS	16363426
238889	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRÂNSITO)	CARLOS EDUARDO NICOLA PERIGO	23818182
235619	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRÂNSITO)	CELIO APARECIDO PEREIRA DE SOUZA	10426922
240815	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRÂNSITO)	DAIANA PATRICIA RHODEN	27730085
235990	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRÂNSITO)	GEREMIAS PINHEIRO DA SILVA	10511229
236361	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRÂNSITO)	KAROLINE CUESTA ANDRADE	6113320961
241694	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRÂNSITO)	MARTA DE FATIMA THEZOLIN	5868776 6
236507	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRÂNSITO)	WELLINGTON JOSE DA SILVA GALINDO	23818352
239774	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	ADEMIR URTADO JUNIOR	84026840
236976	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	ADENILSO LUCIO OTENIO	10828966
236329	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	ALEXANDRE CAPICHE	24083291
239237	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	ANA PATRICIA DE ASSIS LIMA	24470562
236632	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	ANDREIA MEDEIROS RIBEIRO	2072407
236305	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	ANDREZA ANDRADE SANTOS	36042340
239114	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	BARBARA PIMENTA SOARES	14666430
241617	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	DAYANE LIMA LISBOA	23834382
240570	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	EDIVANIA APARECIDA GIOLO DE OLIVEIRA	19128711
241588	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	ELISANDRA CLAUDIO FABRIS	16102320
239006	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	ELIZABETE MARIA DOS SANTOS	19073801
238671	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	ELTON RIBEIRO IANO	14285266
236975	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	ESTELA GARCIA ALVES	22000593
236231	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	FLÁVIA BARBOSA DE ARAUJO SILVA	308700995
236907	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	GREISSIELY NATALIA LIMA DO CARMO	16629272
241527	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	IRINEU DA COSTA	21157642
241619	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	JENAÍNA COSTA DE SALES CASSANI	3376784
236374	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	JONATHAN IAGO GONÇALVES ROSA	21991928
241614	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	KARINA DA SILVA TEIXEIRA	24155756
239415	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	LOURIVAL MORETTI	13160320

241515	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	MARCIA ROSANA RAMOS DA SILVA	12715433
237486	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	MARIA CLEUZA RODRIGUES	600548
240802	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	NAYARA SILVA DE LIMA RIBEIRO	23195983
237762	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	PABLO THAWANN RAMOS	1000406
238222	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	RAIZA DOLORES BENEDITO	24259659
238803	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	RAYNARA CUTRIM GOMES	29843235
241546	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	ROSILENE GONZAGA DE ARAUJO	11893958
237249	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	TANIA APARECIDA REIS MOURA	26746891
240126	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO (FISCAL TRIBUTÁRIO)	VANDERLEYA LIANDRO GOMES	16037537
241593	AGENTE DE MANUTENÇÃO (PEDREIRO)	RICARDO ALESSANDRO MIRANDA	1252086
236621	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	ALFEU ALVES DE OLIVEIRA	12808407
240438	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	ANGEL JALLISSON NEIVERTH	449644133
236459	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	ANISIO KARCZMARSKI MORANGUEIRA	17761338
235359	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	ANTONIO VALDECI SANTOS	363567
236646	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	APARECIDO ALVES COSTA	10828427
241649	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	CINTIA CHABOWSQI	24456691
236407	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	CLAUDEMIR DOS SANTOS	935044
241495	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	CLAUDETE SILVA DIAS GIRALDI	10289470
237303	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	CLAUDIOMAR DE CASTRO SILVA	15314618
238502	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	DENNES RENAN LIMA DO CARMO	23832630
240588	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	DIONE DA ROCHA DIAS	24456772
238935	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	EDIMAR LAGES DOS SANTOS	16819489
236730	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	ERONIDES CAMARGO SANTANA	14666189
240170	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	EUNICE RODRIGUES MARTINS	17446520
240940	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	GILBERTO VALERIO DE SOUZA	14327333
239283	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	GUSTAVO LOURENÇO CAMARGO	26796015
239165	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	IARA LIMA DE SOUZA ALVES	19542657
236875	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	JHON PLACIDO DOS SANTOS MESQUITA	22 474242
236393	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	JOAO BENEDITO DE OLIVEIRA	806646
236734	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	JOCEMAR MODA DE MELO	17107350
235865	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	JOSE RAIMUNDO GOMES DE SOUZA	405209
237408	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	LUCAS LEITE	23292385
236759	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	LUCIANA LUCIA DA SILVA NICOLA	24258814
240485	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	MARCOS ALVES FEITOZA	17991213
237390	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	MARIA LUCIA FERREIRA GUIMARAES	15459004
237567	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	MARILDA MARQUES	374498
237399	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	MARILUCI MOREIRA AUGUSTO	25212753
236944	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	MARINALVA FERREIRA COSTA	14362244
236727	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	MARLI RODRIGUES DOS SANTOS	16563565
240467	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	NEUDECIR DA CRUZ AUGUSTO BONIFACIO	19276265
235997	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	ROGERIO ANTONIO FERNANDES	2383235
235410	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	ROSANGELA PAULA	17561043
237581	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	ROSELI SALES FERNANDES SANTOS	65484137
238826	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	SIRLEI ROSA DE ARAUJO DA SILVA	21379793
236880	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	VALDECY FERNANDES DOMINGOS	1451109
239388	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	VALDELENE VIEIRA DANTAS	26183510
239307	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	VALDIRLEI APARECIDO FRAGA	15589714
240095	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	VALQUIRIA CASSIMIRO DA SILVA	91605295
235571	AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	WALDECY MARCULINO	26510685
235541	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	ADLER ZANROSSO	21356513
237560	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	ADNILSON CLAUDINO DE MELO	704740
238876	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	ALAN HABERMANN	12321796
237589	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	ALEX ARRUDA CASSEMIRO	93404750
236967	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	ALEX SANDRO DOS SANTOS BALSANI	17270723
241580	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	ANTONIO CARLOS FERNANDES	46200230
241535	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	ANTONIO PEREIRA GONÇALVES	10206264
240903	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	ATAIDE PIRES	517421
237711	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	CELIO LOPES	6012671
238379	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	CLEBER TEOBALDO LEITE	356114739
236697	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	CRISTIANO ALVES ROCHA	4556328
235898	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	DANILO SILVA CORREIA	20723636
241514	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	EDIVALDO LOPES MARTINS	16363051
241571	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	ELIAS VAZ	3740747
235806	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	EWERTON APARECIDO SANTOS DE SOUZA	24259004
236223	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	FABIO JOSE FERNANDES	14362597
239213	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	FADSON DE ALMEIDA CARDOSO	24309842
241500	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	GENIVALDO CARLOS DIAS	229339608

240712	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	GERSO JESUS BATISTA	6 756 065 5
241501	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	GETULIO APARECIDO SANTANA	23857174
241499	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	ITALO VARGAS FARAH JUNIOR	49873573
235956	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	JHONATHAN PASSARELLI DE SOUZA	19688393
238883	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	JOAB HAZAEL RAMOS	24432040
240975	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	JOAO BATISTA GONÇALVES	7449542
235476	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	JOÃO CORNELIO DA SILVA RODRIGUES	990387577
237947	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	JOÃO PEDRO SANTANA	15996980
237632	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	JOCELINO PAULO LUVISA	19595808
235650	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	JOSÉ FRANCISCO DA SILVA FILHO	37633976
241705	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	JOSIMAR CORDEIRO	38480642
235486	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	LILIANE KAREN GOMES DEODATO	25235010
236237	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	LINDON JONSHON DE AMORIM	12447064
238499	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	LÚCIO MORAIS SIMÕES	350988237
240979	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	LUIS CARLOS ODISIO	12578720
236850	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	LUIS HENRIQUE DE OLIVEIRA	14665760
236600	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	MARCOS ROGERIO DA SILVA ASSIS	19766130
237585	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	MOISES LUIZ	10721622
240642	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	NILTON ALEXANDRE DE ALMERIDA	13392719
236970	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	ODIRLEI PAULINO DIAS	14665565
240178	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	RENAN NICANOR MARTINS	22655417
241037	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	ROGERIO BRITO DOS SANTOS	23068370
241548	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	RONI CUSTODIO DA SILVA	20723938
236717	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	VALMIR ANTONIOR RAUBER	934598
237365	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	WEILLIS VELOSO RAMOS	27641970
241579	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	WILSON PINHEIRO	4009122
241680	AGENTE OPERACIONAL (MOTORISTA I, II E III)	WILSON SCHOTT DA SILVEIRA	12068055
239482	AGENTE OPERACIONAL (OPERADOR DE MÁQUINAS I, II E III)	ADEMIR APARECIDO BARBOSA	18515096
237594	AGENTE OPERACIONAL (OPERADOR DE MÁQUINAS I, II E III)	JOSIEL CAETANO DOS SANTOS	23194855
236242	AGENTE OPERACIONAL (OPERADOR DE MÁQUINAS I, II E III)	JURANDIR DA SILVA	14666260
238186	AGENTE OPERACIONAL (OPERADOR DE MÁQUINAS I, II E III)	MACIEL DA SILVA NASCIMENTO	21803730
238598	AGENTE OPERACIONAL (OPERADOR DE MÁQUINAS I, II E III)	MIGUEL CRISTO	9430954
236736	ASSISTENTE SOCIAL	ADRIANA RIBEIRO DE SOUZA BOUDNY	14995913
236679	ASSISTENTE SOCIAL	CLAUDIA FREIESLEBEN	11213523
235446	ASSISTENTE SOCIAL	CRISTIANE BLANK	18243460
239185	ASSISTENTE SOCIAL	DANUBIA PEREIRA DA SILVA CRUZ	16749162
241598	ASSISTENTE SOCIAL	EVA CAMPOS DE MELO	15625354
237287	ASSISTENTE SOCIAL	GISLENE NUNES XAVIER DA SILVA	10415750
240138	ASSISTENTE SOCIAL	JEANE MARIA TAVEIRA DOS SANTOS	3980521
241671	ASSISTENTE SOCIAL	KEILA MARIA GONCALVES	17794889
238383	ASSISTENTE SOCIAL	LEDA BRUMATI	10156992
241375	ASSISTENTE SOCIAL	LORDES DOS SANTOS MORAIS MOREIRA	10719440
238122	ASSISTENTE SOCIAL	MARCIA APARECIDA GONÇALVES	11363169
241706	ASSISTENTE SOCIAL	ROSICLEA SAUER DOERNER	77836390
238691	ASSISTENTE SOCIAL	SANTINA DAMIAN BIZIO	129219009
238556	BIOQUÍMICO	ADRIANA DOS SANTOS SILVA	16071085
241542	BIOQUÍMICO	AMARU IZANGELO ZAMBENEDETTI	17962722
239907	BIOQUÍMICO	ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA	15310752
241069	BIOQUÍMICO	BRUNO TIAGO PESSOA	19173202
235599	BIOQUÍMICO	LUCIANO DA SILVA PEREIRA	16054237
241609	BIOQUÍMICO	RUBENS VINICIUS TENCATI	334446260
239115	BIOQUÍMICO	SHIVA KAFFASHI	22274669
236478	BIOQUÍMICO	SUELLEN MOREIRA DA SILVA	23985054
236978	BIOQUÍMICO	TAYOLARA BABESKE WINGENBACH	23613076
241629	BIOQUÍMICO	VITOR KOITI OSAKU	25080105
241607	BIOQUÍMICO	VIVIANE TAVARES COELHO TENCATI	102570839
239792	CONTADOR	ALINE VIVIANE QUEIROZ URTADO	16561651
238418	CONTADOR	CARLOS RENATO CASARIN	14812002
240093	CONTADOR	ELEANDRO ANTONIO PERECO	11363487
237525	CONTADOR	ELISLEN DALILA DE OLIVEIRA	26239914
235755	CONTADOR	EZEQUIEL LUCIANO TIBURCIO	86027313
236061	CONTADOR	FABIO ROCHA DA SILVA	12777550
236353	CONTADOR	FRANCIELI SANTOS DE ABREU	16851420
238726	CONTADOR	GENISLAINE WALERIA DE OLIVEIRA ALVES	12446653
240842	CONTADOR	GILBERTO ROSA RIBEIRO	16318447
237990	CONTADOR	JOSIANE MICHALCZUK BARZON	96939124
240122	CONTADOR	JOSIMAR DOS SANTOS	18904874
237516	CONTADOR	JULIA VINDILINO DO NASCIMENTO	18515266
235360	CONTADOR	MARAISA LOPES DOS SANTOS	1385295
235535	CONTADOR	MARCIO EGIDIO DA SILVA	17980082
240148	CONTADOR	PABLY ESTÉR ROSSI	20775601
235350	CONTADOR	PATRICIA SILVA CARDOSO	22000941
241589	CONTADOR	PEDRO WASHINGTO PEREIRA SILVA	18486029
241496	CONTADOR	ROB EDSON LIMA DA SILVA	678930
237226	CONTADOR	TIAGO DA SILVA MULIZINE	22284044
235669	ENFERMEIRO	ADRIANA BAUMGARTNER	14969416
241666	ENFERMEIRO	AGENIR AMORIM PARANHA	770557
236099	ENFERMEIRO	ANA CARINA EFFTING	18898920
241647	ENFERMEIRO	ANDRESSA UINDILA BORBA	18184006
237808	ENFERMEIRO	BRUNO MAURICIO LOPES DA SILVEIRA COSTA	17078415
235716	ENFERMEIRO	CARLA DAYANE DE OLIVEIRA MARQUES	14260689
235433	ENFERMEIRO	DEBORA LUCIO DOS SANTOS	1263493

238627	ENFERMEIRO	DIANA DEBASTIANI	23079401
236633	ENFERMEIRO	EMILIA CHUINA TOMAZELI	22056823
240212	ENFERMEIRO	FABIANA PAULA BAUMGARTNER	16561210
236827	ENFERMEIRO	FABIANA REZER	24399760
239932	ENFERMEIRO	FERNANDA APARECIDA DOS SANTOS PINHEIRO	17375665
241249	ENFERMEIRO	GISELE DE OLIVEIRA FONZAR	17646618
238632	ENFERMEIRO	GLEICIEL DA SILVA DE ANDRADE	20028938
236064	ENFERMEIRO	JESIANE FÉLIX ROSA RAMOS	14001576
238173	ENFERMEIRO	JULIAN ELIZABETE DE SOUZA	17307112
241554	ENFERMEIRO	JULIANA CRISTINA LOPES DA SILVA	17040370
240180	ENFERMEIRO	JULIANA MARRA SEPULVEDA	28533488
237384	ENFERMEIRO	KARINA CAMPOS DA SILVA	25114972
241690	ENFERMEIRO	KLEBIANA BRAZ DA SILVA GAIA	11644060
235401	ENFERMEIRO	LEIDIANE DE OLIVIERA SANTIAGO	23768240
237167	ENFERMEIRO	LIDIANE FURLAN DE VANDERLEI	91146452
237332	ENFERMEIRO	LUZIA CASSENOTE	18324916
238464	ENFERMEIRO	MARCELO SHIGUEO YAMAMOTO	19748990
241675	ENFERMEIRO	MARCOS JORGE VIEIRA DOS SANTOS	17390605
238521	ENFERMEIRO	MARIANE COSTA SILVA	20073968
238511	ENFERMEIRO	MARLENE ASSUNÇÃO MARQUES	12213047
236628	ENFERMEIRO	NAYARA SCHEFFER DA SILVA OLIVEIRA	21175454
236556	ENFERMEIRO	SANDRA LISBOA DA SILVA	14453070
236505	ENFERMEIRO	SIANA KUFFEL ZARTH	16285158
239728	ENFERMEIRO	TALLES RODRIGO DA CUNHA NABÃO	106910626
241585	ENFERMEIRO	TELIRIO PINTO DE FARIAS	13796747
237145	ENFERMEIRO	THAMIRIS DA CRUZ ARAUJO	24260118
241594	ENFERMEIRO	VALLERIA NEDEIROS DOS SANTOS	18999875
237351	FISIOTERAPEUTA	CAROLINA VERONICA DE PAULA	20458509
240538	FISIOTERAPEUTA	LIZANDRA PAULA DA SILVA	940257
241669	FISIOTERAPEUTA	PETRONIO FERREIRA PANERARI	1001378
237727	FONOAUDIÓLOGA	JULIANA ZORQUETE LUPPI	90100475
235839	FONOAUDIÓLOGA	KARILA SOUSA PIO	20416792
236416	NUTRICIONISTA	BRUNA CUESTA ANDRADE	24898783
241171	NUTRICIONISTA	ERDILENE BUENO ONOFRE	23721382
235336	NUTRICIONISTA	GABRIELA TONINATTO BOTURA	479260400
237701	ODONTÓLOGO	AMANDA SILVA NOGUEIRA	22341269
241613	ODONTÓLOGO	ANIELY CORDEIRO DE ALMEIDA	123681720
239800	ODONTÓLOGO	DANNYLO DE ALMEIDA MACHADO	18579109
237360	ODONTÓLOGO	JANAINA BERNARDO PAULINA	17101646
241679	ODONTÓLOGO	LAMONE GONÇALVES FERRARI PILON	329355636
235820	ODONTÓLOGO	VANESSA MICHALCZUK BARZON	127328056
235973	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ADRIANA RODRIGUES FERREIRA	16991931
238316	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ADRIEU APARECIDO LIMA	67096908
235479	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ALEXSON BRUNO DA SILVA BRAZ	1084609
236266	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ALISON BALESTRIN	20256140
241623	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ANTONIO ISMAIR RUTH SCHMIDT MARTINS	20376782
240550	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	EDVALDO GABRIEL	19841698
235553	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ELIZEU DA SILVA BAIOCO	19683316
237777	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	ERICA DOS SANTOS CONTREIRAS	22139818
237253	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	EVERSON WIECHOREK	19895097
241291	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	JOSÉ LUIS DA SILVA	10125189
241592	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	JOSÉ PAULO NEVES DOS SANTOS	20376901
236865	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NELIZA NEIVERTH OTENIO	16561678
241583	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	NIQUY DE PAULA ROCHA	16905903
241536	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	PAULO HENRIQUE AGUIAR BLANC	17450861
241658	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	WERNHER SZUBRIS	17063728
241642	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	WILIAN OLIVEIRA	18981933
239402	PSICÓLOGO	ALICE SAYONARA MODESTO SANTOS	605642047
235982	PSICÓLOGO	ANGEÇA CIELO MANICA	20100604
236512	PSICÓLOGO	CAMILA DO NASCIMENTO	3118017742
238323	PSICÓLOGO	DAIANA PRISCILA SOUZA SIMÕES	48937332
236272	PSICÓLOGO	ELIANA DA SILVA	1424419
236806	PSICÓLOGO	GLEICIANE ORBEN	20871678
239558	PSICÓLOGO	JESSICA APARECIDA CAZELLA	21377189
241698	PSICÓLOGO	JESSICA RADO KURTZ	19852061
236641	PSICÓLOGO	JULIANO ANTONIO HEBERLE	22223940
241551	PSICÓLOGO	MELISSA ANJOS LOBATO	1285200004
235794	PSICÓLOGO	NARAYANNE DE SOUZA PEREIRA DE ALMEIDA LIMA	22998918
241486	PSICÓLOGO	NATHIELE DA SILVA MARTINS	20771002
241610	PSICÓLOGO	PATRICIA SOARES BITENCOURT	23805790
235713	PSICÓLOGO	RAISA NAYARA PINHEIRO	24269433
236691	PSICÓLOGO	ROSILEIDE ARAUJO RIBEIRO DE AZEVEDO	20293062
241665	PSICÓLOGO	SIMONE AMORIM GONÇALVES	17503558
239909	PSICÓLOGO	SIMONE GOMES DA SILVA	4302031
239212	PSICÓLOGO	TAMIRES DE SOUZA ARAUJO	21831041
235565	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	ADENILZA DE CASTRO GONÇALVES	1307079
235427	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	ADNA TEODORO CANDIDO	24447978
236707	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	ADRIELLY GOMES BINDANDI.	19795289
236642	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	ANA CLAUDIA	21670277
239239	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	ANGELA CRISTINA MARCHETTI	17346100
241525	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	ANGELA MARIA FEDRIGO SARTORI	77945261

236308	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	ANGÉLICA ANACLETO DE MELO CORREIA	23985232
240844	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	ANGELICA PATRICIA DOS SANTOS	360505843
240479	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	ANGELITA CHABOWSKI	23195231
238167	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	BIANCA XAVIER	2805780
240982	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	CAMILA DE OLIVEIRA ALVES	26686635
241433	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	CAROLAINE RIBEIRO DE SOUZA	24258288
238377	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	CLARICE DE SOUZA PINTO	24309893
236270	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	CLAUDINEIA MOREIRA DE CASTRO	13392247
236601	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	CLEIDIVANE LEMES DA SILVA FABRIS	16281071
239247	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	CLEONICE DOS SANTOS RIBEIRO	5420628
235631	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	CLEUZA GOMES DA SILVA	166112388
238271	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	DANIELA TEODORO CANDIDO	17771986
241601	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	DANIELLE NATALINE DOS SANTOS	23768754
237400	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	DAYANE TOLENTINO SOARES	509135444
238134	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	DENISE DE ARAUJO GALLO	26877031
240482	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	DENISE PEREIRA DO AMARAL	1062315 6
237828	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	DIENE APARECIDA DE OLIVEIRA	24000973
236251	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	EDILEUZA APARECIDA NEVES SCHIMIDT	25436627
241545	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	EDMA FLAVIA CARGNIM BREMM	25437127
238097	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	ELIANE GOMES DA SILVA DA COSTA	14819244
237576	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	ELISA BUENO DA SILVA	19654979
237224	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	ELLEN DOANE TEODORO LUIZ	
236928	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	ELOIZA CRISTIANE MARTIN MULLER	24002135
237821	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	ERICK AUGUSTO ORTIZ MARTINEZ	131857926
240629	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	EVA PEREIRA GONÇALVES	15347516
237604	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	FABIO BEZERRA DE ARAUJO	21516057
236522	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	FABIOLA FERREIRA NEIVERTH	16561732
235503	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	FÁTIMA TEREZINHA DE SANTANA	333101212
238098	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	FRANCISCO VIEIRA DE ARAUJO	21588503
241646	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	GEAM JOSE DA SILVA	16993250
238096	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	GEISIANA VOTH	23612592
239690	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	GISELE COSTA MOREIRA	24258997
237506	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	GRACIELA RODRIGUES DA COSTA	17467233
239499	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	ILDEIRES DE JESUS DIODATO DOS SANTOS	16111524
237425	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	ISABEL SIMÕES COLLE	341513
236981	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	JANETE BERKEMBROCK OTÊNIO	12806838
241596	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	JEFERSON RIBEIRO DA SILVA	23131675
240742	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	JHENNIFFER APARECIDA SALGUEIRO	28058070
235902	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	JHONATAS WILLIAN CANDIDO GRAIA	27477770
238983	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	JOICE LAURIANE FERREIRA	22474056
240460	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	JOSIANE ALVES VIEIRA PIRES	23195371
241281	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	JOSIANE MOURA PEREIRA	27477720
236534	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	JOSIANE RIBEIRO DOS SANTOS	1162914
241543	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	JOSIELE DA SILVA	23708573
236468	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	JULIANA DE MELO MARTINS	1245719
239523	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	JULIANA FRASSETTO SCHMOLLER	14001900
235816	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	JULIANA GARCIA ALVES	17466997
235610	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	KARINA MILANO JORDANO	15211533
237216	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	LAIS PESSOA RODRIGUES	21606102
238180	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	LARISSA GAMA DOS SANTOS	24258857
238148	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	LAURINDA DIAS DE MELO	20241183
238058	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	LEILA ALI DARWICHE	26795841
241568	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	LEILA PEREIRA DOS SANTOS	15154513
237164	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	LENICE CIRINO DE OLIVEIRA	15201180
237267	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	LIDIANE ALABARSE DOS SANTOS	20775658
240766	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	LUCIANA CARVALHO LARA	14200210
235380	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	LUCIMAR DA SILVA RONDON	16884477
238655	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	LUCINEIA APARECIDA DA ROCHA	16561376
235718	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	MACIA SOUZA SILVA TIBURCIO	22808353
235635	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	MAIARA PORFIRIO DE DEUS	22808175
240686	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	MARCIA BERTOLETO MOREIRA ALMEIDA	17548268
237166	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	MARCILENE CIRINO DE OLIVEIRA	17098670

240567	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	MARIA CLARA DE OLIVEIRA	14651173
237723	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	MARIA RODRIGUES DA COSTA	23195398
236624	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	MARINA BERTOLETO MOREIRA DE OLIVEIRA	17548420
240833	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	MARINALVA ALMEIDA GOMES	19870213
239808	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	MARLI DE CAMPOS GONÇALVES POLATO	14969130
238344	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	PÂMELA MEINHART OLIVEIRA	28148614
240562	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	PATRICIA MARIA DA CRUZ	83979453
235670	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	PRISCLA GUIMARAES DE ALMEIDA ALVES	23629525
241651	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	REGIANE ALVES DE SOUZA	23768258
236215	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	RETIELI RIBEIRO DA SILVA	23577592
236896	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	RITA EVA BOLDUAN NASCIMENTO	16818059
241650	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	ROSANA DE FATIMA CHABOWSQI	24002461
239478	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	SABRINA JANUÁRIO DE ALENCAR	14275600
237219	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	SILMARA DE FATIMA MARTINS SALAPATA	93048245
236992	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	SILVANA BENTO RODRIGUES DO AMARAL	17128056
240393	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	SILVANA SOUZA BURDA	21107670
236610	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	SIMONE CRISTINA BARBOSA DA SILVA	13184172
236863	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	SIMONE PEREIRA GUEDES	868415
238934	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	SIMONE PINTO DA SILVA	16210735
241569	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	SUE ELLEN DA SILVA TOMÉ	14004984
236963	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	SUELEN FUMIE UIENO	18068910
236383	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	TATIANE GOMES DE PAULA	23849797
236915	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	TATIANE LOURENÇO CAMARGO	27477797
235351	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	THAIS MERIELLI LAGES DE OLIVEIRA	23768770
236684	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	THARINY HAISSA RODRIGUES BENITES	16116801
241552	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	VANDA CRISTINA FERNANDES	15459519
236962	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	VANDERLEI DOS SANTOS GUILHERME	2169187
241491	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	VANDERLEIA DE AGUIAR VERLY	17852625
241494	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	VANESSA CLARA AGUIAR VERLY	27050319
239074	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	VANESSA RITA DE ALMEIDA	24002453
237911	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	VERONI RODRIGUES	15013154
238787	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	WILLIAM ROCHA SANTANA	1997077
236395	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MONITOR)	ZILPA MARIA DE SANTANA	24445240
238519	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ADRIANA DE OLIVEIRA	55709742
235460	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANA MARIA FREI MORAES	13626000
236858	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANASTACIA ELINA LOPES	23292636
238140	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ANDREIA MORENO	15633110
235810	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CÁSSIA PRISCILA ROSA CAPICHE	423646928
238532	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CELI CLAUDINO DOS SANTOS	42285170
236821	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CLAUDINEIA DE CARVALHO	12906190
236292	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DARINE FRANCIELE VALENTIM REIS	20305168
238185	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EDEVAN OLIVEIRA MARCOLINO	10721592
237586	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EDNA MARIA INACIO DE SOUZA	17489350
236349	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ELIANY RODRIGUES DOS SANTOS	412778
236622	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	EVERSON ALMEIDA SIQUEIRA	19235640
238685	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	GUILHERME QUINTANA HENRIQUE JACQUES	26827905
241089	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	IVONICE CHAPINA DE OLIVEIRA MACHADO	10280596
236973	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	JEIME DIAS	21104522
239106	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	JULISSANE APARECIDA DE OLIVEIRA CORSETTI	24782254
241630	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LELIANE SANTOS DA CUNHA	25030361
237659	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LEONI PEREIRA CANDIDO	8389217
241686	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LUCIENE RODRIGUES DE OLIVEIRA	19945386
236761	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LUCINEIA DE OLIVEIRA CORSETTI	15284042
238794	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	LUIZA MARIA WAGNER	6276814
239764	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MAIARA DE LIMA RODRIGUES	26539985
239762	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MARIA APARECIDA RAMOS	418736
238530	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MARIA LOPES DOS SANTOS	143445
241538	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MEIRE ELEN VIEIRA DOS SANTOS	18907512
239457	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	NEIDE CECILIA BOGO	547566
237794	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	NEUZA VIEIRA MAXIMIANO	71399168
236748	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	NILSA DE LIMA RODRIGUES	14666880
241627	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ODENIL GOMES DA SILVA	16505808
238104	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	REIVE SILVA ZANETTI	1225244
236862	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	RENATA FABRÍCIA ANUTO	16818237
235928	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ROSANA APARECIDA DIAS	12579580
237461	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ROSELI SANDRA DE ARAUJO	17574650
236322	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ROSENI GOMES DO NASCIMENTO	15478076
241014	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ROZELI MERCILIA DE OLIVEIRA	903414
239676	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	ROZILENE GOMES AMARO	13625136
238146	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SALETE TERESINHA WAGNER RHODEN	8054434033
237058	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SÉRGIO JOSE CAETANO	26704781

241670	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	TALLULAT AUXILIADORA DA SILVA	1001378
236750	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	VANUSA RIBEIRO DE SOUZA	10721746
237479	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	VERONICA ANTONELLI BORDIGNON	16566904
239438	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	VILMAR JULIANO WAGNER	20675429
239662	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	VIVIANE ALENCAR	83004665
241534	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	WILLIAN INACIO DA SILVA	23832398

*** CANDIDATO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE**

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO
239307	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS (TRABALHADOR BRAÇAL)	VALDIRLEI APARECIDO FRAGA	**15589714**

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE CONTRATADO:

RETIFICAÇÃO DE CONTRATADO:

DJANIRA MARIA DO NASCIMENTO CONRADO

CPF N°. 385.511.441-20

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MATRICULADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NOVA BANDEIRANTES, VERBA FNDE/PNAE DE 2016.

ONDE SE LÊ: VALOR GLOBAL R$ 2.543,20 (DOIS MIL QUINHENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E VINTE CENTAVOS) LEIA-SE R$ R$ 9. 000,00 (NOVE MIL REAIS)

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO

A Prefeitura Municipal de NOVA BANDEIRANTES/MT, inscrita no CNPJ sob o nº. 33683822/0001-73 autoriza como de fato autorizado a empresa **NOVA GUIA CONSTRUÇÕES LTDA,** inscrita no CNPJ 08.428.937/0001-74, a dar inicio ao **SERVIÇO** objeto da Tomada de Preço nº. 003/2016, Contrato nº. 098/2016, tudo nos termos da Lei Federal n°. 8.666 de 21/06/93.

Nova Bandeirantes/MT, 04 de Julho de 2016.

_____

Solange Sousa kreidloro

Prefeita Municipal

_____

Nova Guia Construções LTDA

Contratada

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO

A Prefeitura Municipal de NOVA BANDEIRANTES/MT, inscrita no CNPJ sob o nº. 33683822/0001-73 autoriza como de fato autorizado a empresa **J M M E TERRAPLENAGEM LTDA ME,** inscrita no CNPJ: **17.329.688/0001-50**, a dar inicio ao **SERVIÇO** objeto da Tomada de Preço nº. 004/2016, Contrato nº. 099/2016, tudo nos termos da Lei Federal n°. 8.666 de 21/06/93.

Nova Bandeirantes, MT 04 de Julho de 2016.

_____

Solange Sousa kreidloro

Prefeita Municipal

_____

J M M E Terraplenagem LTDA ME

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 025/2016

PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia -MT– CNPJ nº 15.023.963.0001/88 e Jociele Martins de Souza Greve.

OBJETIVO: Prestação de Serviços por Tempo Determinado com a finalidade de atender a Lei Municipal nº 577/2015 de 04 de Março de 2015, na Secretaria Municipal de Educação para o cargo de Professora.

VALOR: R$ - 2.002,68 (Dois Mil e dois reais e sessenta e oito centavos).

VIGÊNCIA: 01/07/2016 à 16/12/2016

ASSINAM: Jamar da Silva Lima – Prefeito Municipal e Jociele Martins de Souza Greve – Contratada.

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONVITE Nº.006/2016

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, torna – se público aos interessados que o Convite N°. 006/2016, Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para a restauração de pavimentação asfáltica - TSS (Tratamento Superficial Simples), no sistema Viário do Núcleo Urbano nas ruas e avenidas da cidade de Nova Brasilândia/MT, com área total de 67.401,95 m² conforme Projeto Básico, mediante especificações deste edital e seus anexos, cuja abertura ocorreu no dia 30 de Junho de 2016, as 14: 00 sagrou – se vencedora a empresa IPE ENGENHARIA LTDA -EPP, com uma proposta no valor global de R$: 277.696,03 (duzentos e setenta e sete mil seiscentos e noventa e seis reais e três centavos).

Nova Brasilândia – MT, 30 de Junho de 2016.

_____

MARCELO LEMES DE SOUZA

Portaria: 118/2016

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 026/2016

PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia -MT– CNPJ nº 15.023.963.0001/88 e Marcio Ferreira dos Santos Correa.

OBJETIVO: Prestação de Serviços por Tempo Determinado com a finalidade de atender a Lei Municipal nº 577/2015 de 04 de Março de 2015, na Secretaria Municipal de Educação para o cargo de Professora.

VALOR: R$ - 2.002,68 (Dois Mil e dois reais e sessenta e oito centavos).

VIGÊNCIA: 01/07/2016 à 16/12/2016

ASSINAM: Jamar da Silva Lima – Prefeito Municipal e Marcio Ferreira dos Santos Correa – Contratado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

CONTRATO N.º 021/16/SMA/PMNG.

PROCESSO N.º 303/2016.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT;

CONTRATADA: EDILAINE DA SILVA PEREIRA;

ESPÉCIE: RESCISÃO;

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA PARA O ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS PESSOAS ATENDIDAS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS E PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS/VOLANTE;

FUNDAMENTO: ARTIGO 79, INCISO II, DA LEI FEDERAL N. ° 8.666/93;

ASSINATURA: 04/07/2016.

CONSÓRSIO DE SAÚDE
ATA DE SESSÃO DE JULGAMENTO DE CREDENCIAMENTO

Ata de Sessão de Julgamento de Credenciamento

Ao01 dia do mês de Julho de 2016, às 09h00min, reuniu-se na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Norte Mato-grossense, os integrantes da Comissão Permanente de Licitação, constituída pela Portaria n.º 019/2015 e o (a)representante legal pela empresaHOSPITAL CÂNDIDO PORTINARI LTDA.(CNPJ/MF n.º08.860.004/0001-51, representada pelaSr.(a) SERGIO RICARDO EVANGELISTA inscrito no CPF nº102.025.318-56 e portador da cédula de identidade RG nº 3.843.854 SESP/MG, para, nos termos do item 10 do Edital de Credenciamento n.º 001/2015, especialmente quanto ao pedido de inscrição da empresa para os serviços de OFTALMOLOGIA (itens 02, 04, 05, 06), GASTROENTEROLOGIA (itens 01, 05), COLOPROCTOLOGIA (item 02), Após, procedeu-se a abertura do envelope da documentação de habilitação jurídica, fiscal e técnica, momento em que se verificou o pleno atendimento aos documentos exigidos pelo item 08 do instrumento convocatório, estando, pois, HABILITADA ao credenciamento. Assim, fica a interessada desde já intimada da decisão. Nada mais a tratar, eu Jucimara Candido de Oliveira Miliati, Secretária da CPL assino a presente ata junto com os demais.

Colíder/MT, 01 Julho de 2016.

NathallyEmmanuelly Silva de Nahum Pereira - Matrícula 271Presidente - CPL

Jucimara Candido de Oliveira Miliati - Matrícula 253Secretária

Maria de Lourdes Alencar - Matrícula 259Membro

HOSPITAL CÂNDIDO PORTINARI LTDA

Empresa / Licitante

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 273/2016/GP/PMNG

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. FRANCISCO ENDLER, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa), a(o) servidor(a) público(a) municipal Alcir Maciel, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, lotado no Gabinete do Secretario, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT, de acordo com a Lei nº. 023/95 e Lei nº. 108/2004, referente ao qüinqüênio do período de 01/07/2011 a 01/07/2016.

ART. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL: 010/16/SMA/PMNG

RECURSO: PRÓPRIO

PRAZO: 04/07/2016 À 30/12/2016

CONTRATADA: **ADAILTON SILVA DE CASTRO NASCIMENTO**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE ENGENHEIRO CIVIL, DEVENDO SEGUIR AS DIRETRIZES E ATRIBUIÇÕES DESIGNADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E PELO PREFEITO MUNICIPAL.

VALOR: R$ 3.000,00 (MENSAL)

DATAÇÃO: ELEMENTO: 3190.04.00.00.00: FUNCIONAL PROGRAMÁTICO: 04.122.0003.2036

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 274/2016/GP/PMNG

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2015, PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO DA MUINICIPALIDADE.”

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr Francisco Endler, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso n° 001/2015 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988 e;

Considerando a realização do Concurso Público n° 001/2015, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura estabelecidos no Edital n° 001/2015;

Considerando a homologação do mencionado concurso, por meio de Decreto de Homologação, de 22 de março de 2016;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento.

Considerando a Portaria de Convocação da candidata n° 255/2016/GP/PMNG, de 23/06/2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios nº 2.505 e demais publicações;

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e alterações posteriores;

RESOLVE

ART. 1° - NOMEAR, em caráter efetivo, o (a) candidato (a) Regiane de Fátima Arruda, para exercer o cargo de Agente de Convênios, lotado no Departamento de Contabilidade, da Secretaria Municipal de Fazenda, desta Prefeitura Municipal.

ART. 2° - A validade da nomeação desta Portaria fica condicionada ao cumprimento do disposto no artigo 37, inciso II da constituição Federal de 1988, juntamente com o inciso III do mesmo diploma legal, ou seja, dois anos, prorrogável uma vez por igual período.

ART. 3° - Será considerado desistente o candidato nomeado que não comparecer na data de publicação ou afixação da presente Portaria, para tomar posse no cargo, salvo justificativa amparada pelo estatuto dos Servidores Públicos do Município.

ART. 4° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

Francisco Endler

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISTRATO Nº 008/2016

Termo de Posse que assina o (a) Senhor (a) Regiane de Fátima Arruda, para o cargo de Agente de Convênios.

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, no Prédio da Prefeitura Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, sito a Avenida dos Migrantes, perante o Senhor Francisco Endler, Prefeito Municipal do Município de Nova Guarita – MT e demais autoridades, formalizou-se o Ato de Posse do(a) senhor(a) Regiane de Fátima Arruda, para exercer em caráter efetivo o cargo de Agente de Convênios, desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT, Tendo-se pelo presente termo comprometido a desempenhar fiel e honradamente os deveres inerentes ao cargo que foi-lhe dado a presente posse, obedecendo as normas da Lei Municipal nº 023/95, de 09/11/1995, alterações posteriores e as disposições contidas na portaria de convocação nº 255/2016 e na portaria de nomeação 274/2016.

Nada mais havendo a constar eu Idianês Teresinha Machado, Chefe de Recursos Humanos, lavrei o presente Termo de Posse que será assinado pelo empossado e pelas autoridades competentes.

Regiane de Fátima Arruda

Empossado(a)

Francisco Endler

Prefeito Municipal

Idianês Teresinha Machado

Chefe de Recursos Humanos

Tiago Augusto Pit

Sec. Mun. De Fazenda

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 275/2016/GP/PMNG

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr FRANCISCO ENDLER, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - EXONERAR, a partir da data da presente portaria, o(a) Servidor(a) Público(a) Municipal Cleberson Luiz Almeida Oliveira, Matrícula 1620, do cargo de provimento em comissão de Ouvidor Geral, lotado no Gabinete do Prefeito, da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, conforme nomeação efetuada através da Portaria n°. 263/2015/GP/PMNG, de 04/11/2015 aonde vinha desempenhando as atribuições do cargo.

ART. 2° A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos quatro dias do mês julho de do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

FRANCISCO ENDLER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO N º 018/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA;

CONTRATADA: R. M. DA SILVA JÚNIOR E CIA LTDA;

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS JUNTO A ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAIS, FEDERAIS E MUNICIPAIS, LOGÍSTICO DE RETIRADA E DESPACHO DE MEDICAMENTOS, ACOMPANHAMENTO DE ANALISES DE RENOVAÇÃO DE CONTRATOS, ACOMPANHAMENTO DE DEFESAS, ATUAÇÃO JUNTO AO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, ATUAÇÃO JUNTO AO CARTÓRIO DE REGISTRO. ORIENTAÇÃO SOBRE OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, TODOS A SEREM EXERCIDOS NA CAPITAL CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE, COM ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE DO ANEXO I, constantes no procedimento do Pregão Presencial 022/2016;

VALOR:de R$ 49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais) referente a contratação, que serão pagos mensalmente no valor de R$ 4.150,00 (quatro mil cento e cinquenta reais), em 12 parcelas;

PRAZO: 24/06/2016 à 23/06/2017;

Nova Lacerda - MT, 24 de junho de 2016

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 025/2016 – ASS – 02/06/2016- Vcto- 31/12/2016 - Vlr- 15.000,00- Contratado (a)**:** MENDONÇA ADVOGADOS – OBJ: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA DEFESA DOS

DIREITOS E INTERESSES DO MUNICÍPIO, NO ÂMBITO DA PRIMEIRA INSTANCIA DO PODER JUDICIÁRIO COM O OBJETIVO DE INGRESSAR COM A AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA EM DESFAVOR DA UNIÃO FEDERAL E OU/ CAIXA ECONÔMICA REPASSE Nº 1016679-35/2014.

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 04 DE JULHO DE 2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA Nº 49 /2016 DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ata nº 49 /2016 do Conselho Municipal da Assistência Social

Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e dezesseis as catorze horas, reuniram-se na Secretaria de Assistência Social de Nova Marilândia, os membros do Conselho Municipal de Assistência Social. Dando abertura à reunião a presidente do conselho senhora Sueni de Fátima Souto iniciou com oração após a mesma cumprimentou e agradeceu a todos pela presença em seguida passou a palavra para a Secretaria de Assistência Social senhora Osmarina Ferreira Dalfior agradeceu a todos pela presença na sequencia apresentou o Plano de Ação de dois mil dezesseis da Assistência Social, onde os conselheiros analisaram e aprovaram por unanimidade o Plano de Ação de dois mil dezesseis da Assistência Social. Não havendo nada mais a tratar a reunião foi encerrada Eu Cristiane Dalfior de Oliveira Silva Leite secretária executiva do conselho lavrei a presente ata que após lida e aprovada será por mim e demais presentes assinados. Cristiane Dalfior de Oliveira Silva Leite, Osmarina Ferreira Dalfior, Maria das Graças da Costa, Rayany Cristina Rinaldi, Waldirene Ferreira da Silva, Luci Oliveira Pinheiro, Sueni de Fátima Souto, Maria de Lourdes Dalfior de Oliveira.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 028/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 028/2016 – ASS – 17/06/2016- Vcto- 15/07/2016 - Vlr- 129.080,00- Contratado (a)**:** TELÓ SHOWS LTDA – OBJ: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR MICHEL TELO PARA A APRESENTAÇÃO NA EXPOMAR 2016 A SER REALIZADO NO DIA 08/07/2016.

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 04 DE JULHO DE 2016

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 14/2016 – CMAS – NM

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO / 2016

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O QUE FOI DELIBERADO, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA QUATRO DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, BAIXA A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Resolvem:

Art. 1º - AVALIANDO E APROVANDO o Plano de Ação de 2016 DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT;

Art. 2º - Fica AVALIADO E APROVADO o Plano de Ação de 2016 DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT;

Art. 3º - E assim, Avaliado e APROVADO o Plano de Ação pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Marilândia–MT, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

NOVA MARILÂNDIA-MT, EM 04 DE JULHO DE 2016.

SUENI DE FATIMA SOUTO

CPF: 947.820.401-72

Presidente do CMAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 191/2016

EMENTA: CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA AO SERVIDOR **FABIO SOARES DE OLIVEIRA**.

WENER KLESLEY DOS SANTOS,

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA O ART. 72 DA LEI MUNICIPAL Nº 30/1993 DE 24/05/1993, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO:

Art. 1º - A pedido do servidor, conceder Licença para Atividade Política ao Sr. **FABIO SOARES DE OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº 14701928 – SSP/MT, cadastrado no CPF Nº 007.769.241-17, ocupante do cargo de **"MOTORISTA CD"**, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, atendendo a requerimento do mesmo, a partir do dia 01 de Julho de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Nova Marilândia - MT, em 01 de Julho de 2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA - MT

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei**.**

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 029/2016 – ASS – 22/06/2016- Vcto- 31/12/2016 - Vlr- 26.059,14- Contratado (a)**:** G.C. FIGUEIREDO - ME – OBJ: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, MATERIAIS DE EXPEDIENTE, MATERIAIS PEDAGÓGICOS E MATERIAIS DE INFORMATICA.

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 04 DE JULHO DE 2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 192/2016

EMENTA: CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA AO SERVIDOR **PAULO SERGIO BUFFON**.

WENER KLESLEY DOS SANTOS,

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA O ART. 72 DA LEI MUNICIPAL Nº 30/1993 DE 24/05/1993, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO:

Art. 1º - A pedido do servidor, conceder Licença para Atividade Política ao Sr. **PAULO SERGIO BUFFON**, portador da Carteira de Identidade sob o RG Nº 622397 – SSP/RO, cadastrado no CPF Nº 684.449.662-15, ocupante do cargo de **"MOTORISTA CD"**, lotado na Secretaria Municipal de

Educação, Cultura, Esporte e Turismo, atendendo a requerimento do mesmo, a partir do dia 04 de Julho de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Nova Marilândia - MT, em 04 de Julho de 2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA - MT

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DA TOMADA DE PREÇO 009/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA NO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ATRAVÉS DO CONVÊNIO 0449/2016 – SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECID

O Município de NOVA MARILÂNDIA – Estado de Mato Grosso – pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Tiradentes , 211 N, Bairro Centro, CEP: 78.415-000, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para a todos os interessados, que o julgamento da Tomada de Preços 009/2016, resultou por vencedora a empresa PAULINI CONSTRUÇÕES EIRELI –ME, que apresentou proposta no valor global de R$ 355.381,10 (TREZENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL TREZENTOS E OITENTA E UM REAIS E DEZ CENTAVOS). Ficando desde já os autos dos processos franqueados para consulta dos interessados.

NOVA MARILANDIA MT, 01 DE JULHO DE 2016.

SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 024/2016 – ASS – 01/06/2016- Vcto- 10/07/2016 - Vlr- 1.440,00- Contratado (a)**:** IRIBERTO LESSA – OBJ: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR NA OFICINA PADARIA SOCIAL SABOR E ARTE.

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 04 DE JULHO DE 2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 030/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 030/2016 – ASS – 23/06/2016- Vcto- 31/12/2016 - Vlr- 51.031,35- Contratado (a)**:** MARCOS ADRIANO FELISBINO - ME - ME – OBJ: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, MATERIAIS DE EXPEDIENTE, MATERIAIS PEDAGÓGICOS E MATERIAIS DE INFORMATICA.

NOVA MARILÂNDIA – MT EM 04 DE JULHO DE 2016

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE SUPRESSÃO E REEQUILIBRIO ECONOMICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 016/2016. PREGÃO PRESENCIAL 007/2016.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE registrar os preços da Empresa **KIRST COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA** CNPJ 00.445.400/0001-00 neste ato representado pelo Sr. VILSON GONZALES KIRST portador do RG 1.384.949-2, CPF 326.046.370-49 nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, LC 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 001/2010 e Decreto Municipal nº. 22/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E ÓLEO DIESEL PARA ATENDER A FROTA DE VEICULOS E MAQUINAS DAS SECRETARIAS DO DISTRITO DE BRIANORTE E MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,**conforme especificações e condições constantes nesta Ata, no edital e seus anexos.

2. DOS PREÇOS

2.1. Os novos preços, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados neste termo de supressão ao reequilíbrio econômico, encontram-se indicados na Ata de registro de Preços conforme tabela abaixo:

EMPRESA KIRST COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA – inscrito no **CNPJ 00.445.400/0001-00.**

LOTE 07 - Óleo Diesel S-10 e Gasolina Comum – Para abastecimento em **"BOMBA"** no perímetro Urbano do **Município de Lucas do Rio Verde -MT**. O prazo de entrega é imediato após a ordem de fornecimento, mediante apresentação de requisição.

VALOR ANTERIOR:

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	Unid	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. TOTAL
01	12.000	Gasolina COMUM BOMBA	Litro	Petrobras	3,998	47.976,00
02	3.000	DIESEL S-10	Litro	Petrobras	3,565	10.695,00

VALOR ATUAL.

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	Unid	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. TOTAL
01	12.000	Gasolina COMUM BOMBA	Litro	Petrobras	3,879	46.548,00
02	3.000	DIESEL S-10	Litro	Petrobras	3,565	10.695,00

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. O reequilíbrio é justificável, pois no dia 22 de junho de 2016 a empresa detentora da Ata de registro de Preços nº 016/2016 resolve baixar seu preço por ter sido beneficiado com desconto na compra de combustível (gasolina comum) na refinaria distribuidora de petróleo no qual sãos seus fornecedores.

O valor a ser praticado para o licitante será de:

Menos - 0,119 (onze centavos e nove décimos) por litro de Gasolina Comum.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Os demais itens e cláusulas da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2015, PREGÃO PRESENCIAL 007/2015 original permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, 04 de Julho de 2016.

_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ

JOÃO BRAGA NETO

Contratante

KIRST COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA

CNPJ 00.445.400/0001-00

Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

MANOEL DA COSTA CAMPOS

Secretario Geral de Administração

_____

WELDER SOUZA CUNHA

CPF: 631.381.071.68

PORTARIA Nº.160 /2016

"Instaurar o Processo Administrativo do servidor público Sr. Sidney da Rocha"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando Comunicado de Decisão da Previdência Social, requerimento n° 173050888;

Considerando a Lei n.º 293/2003 e demais normas pertinentes;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR a Comissão Especial, composta pelos servidores, Sr. **Edi Carlos Rodrigues Julio, Sra. Rosimeire da Silva Souza e Sra. Ana Flavia Fachin**, ficando instaurado o Processo Administrativo.

Art. 2 º - Cabe a comissão nomeada acima a apuração de do auxilio doença do servidor municipal Sr. Sidney da Rocha.

Art. 3 º - A comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação para a conclusão do processo administrativo

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 15 de junho de 2016.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO PROCESSO SELETIVO 002/2016

EDITAL 036/2016

Quarta Convocação do Processo Seletivo Simplificado 002/2016

ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO realizado em 22 de maio de 2016 e homologado no dia 31 de maio de 2016, CONVOCA pelo presente Edital os candidatos aprovados para preenchimento de vagas existente, conforme relação abaixo:

CLASS.	NOME	LOTAÇÃO	CARGO
2°	GERTA TEREZINHA KIST	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – ESCOLA DOM JOÃO VI	AUXILIAR DE SALA

Considerando que a lotação ofertada pela presente convocação é diversa da lotação para a qual a candidata prestou Teste Seletivo, em caso de não aceitação, a candidata permanecerá em fila de espera caso surjam vagas futuras em sua unidade de lotação.

Os candidatos convocados por este Edital terão prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta data, para tomar posse no referido cargo.

O Candidato deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado e entregar 01 (uma) cópia dos seguintes documentos:

CARTEIRA DE IDENTIDADE;

CERTIDÃO DE NASCIMENTO (FILHOS) MESNORES DE 14(QUATORZE) ANOS;

CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO;

COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE;

DIPLOMA DO CURSO – REGISTRADO NO ÓRGÃO COMPETENTE;

CARTEIRA PROFISSIONAL DE ACORDO COM O CARGO;

TÍTULO DE ELEITOR COM COMPROVANTE DA ÚLTIMA ELEIÇÃO OU CERTIDÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL DE QUE ESTÁ QUITE COM A MESMA;

CARTEIRA DE RESERVISTA (se MASCULINO);

PIS/PASEP;

CPF;

CARTEIRA DE HABILITAÇÃO CONFORME EDITAL (PARA MOTORISTA E OPERADORDE MÁQUINAS CNH CATEGORIA C);

COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA;

COPIA DE DOCUMENTOS DO CONJUGE;

CARTEIRA DE TRABALHO;

ATESTADO DE SAUDE OCUPACIONAL;

DECLARAÇÃO DE BENS;

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGO;

01 FOTO 3X4;

NUMERO DA CONTA DO BANCO DO BRASIL.

A falta de quaisquer documentos, bem como a não apresentação em conformidade com o Edital, implicará na inabilitação do candidato.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 04 de Julho de 2016.

ARION SILVEIRA

Prefeito Municipal

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), residente e domiciliado na (endereço), declaro para os devidos fins que até a presente data o meu patrimônio é constituído pelos bens arrolados a seguir:

1) Bem... Valor

2) Bem... Valor

3) Bem... Valor

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo)

(assinatura)

OBS: Em sendo o caso, substituir a última parte por "declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar".

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS

Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), declaro para os devidos fins que, na presente data, não exerço outro cargo público.

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____

(nome completo)

Assinatura

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

LEI N° 463 DE 01 DE JULHO DE 2016

LEI N° 463 DE 01 DE JULHO DE 2016

(PROJETO DE LEI Nº. 014/2016 DE 22 DE JUNHO DE 2016 – Do Executivo).

"Dispõe sobre a autorização do Poder Executivo para assinatura de Termo de Parceria INCRA/UAVA/Barra do Garças, e dá outras providências."

A Senhora Railda de Fátima Alves Prefeita do Município de Nova Nazaré – MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a assinar Termo de parceria com o**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA – INCRA/UAVA/BARRA DO GARÇAS**, visando à cooperação entre Município e o Estado, cujo objetivo é a "Instalação e Funcionamento de um Posto de Identificação no Município de Nova Nazaré – MT".

Art. 2º - Os Objetivos e obrigações oriundas deste Termo de Cooperação Técnica estão constantes nas cláusulas do Termo Parceria em anexo, e passa a ser parte integrante desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, ao 01 dia do mês de julho de 2.016.

Raílda de Fátima Alves

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DECRETO 029/2016

"DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO USO DOS VEÍCULOS ADQUIRIDOS POR INTERMÉDIO DE PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL ATRAVÉS DO FNDE NO TRANSPORTE ESCOLAR DE ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei Municipal n° 767/2016;

DECRETA:

Art. 1º. Este decreto dispõe sobre a regulamentação do uso dos veículos da frota municipal, locados ou adquiridos por intermédio de programas do governo federal através do FNDE, para o transporte escolar de estudantes matriculados em instituições de educação superior, inclusive nos trajetos fora do município.

Parágrafo Primeiro. Considera-se trajeto fora do município aquele em que o ônibus percorre com destino à instituição de ensino superior instalada em outro município.

Parágrafo Segundo. O uso do transporte de que trata o *caput* é exclusivo para estudantes.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Educação deverá manter o controle atualizado dos estudantes da educação superior que necessitem do referido transporte escolar.

Art. 3º. O veículo após sua utilização para o transporte escolar da educação superior deverá ser imediatamente disponibilizado para o transporte dos alunos da rede básica.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Nova Santa Helena/MT, 04 de julho de 2016.

_____

Dorival Lorca

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Publicado e afixado no mural da Prefeitura Municipal no período de 04/07/2016 a 04/08/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

LEI MUNICIPAL N.º 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal pagar premiações, e dá outras providências.

O ***Prefeito do Município de Nova Xavantina***, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Nova Xavantina aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder ao pagamento de premiações, oriundas da realização do ***Festival de Pesca*** e ***Temporada de Praia 2016***, promovidos pelo Município, conforme discriminado abaixo:

I – Festival de Pesca:

a) Categoria pesca mirim:	
COLOCAÇÃO	***PREMIAÇÃO***
1º Lugar	150,00
2º Lugar	150,00
3º Lugar	150,00
4º Lugar	150,00
5º Lugar	150,00
b) Categoria pesca amadora (rabeta):	
1º Lugar	1.400,00
2º Lugar	700,00
3º Lugar	350,00
4º Lugar	210,00
5º Lugar	140,00
c) Categoria – pesca profissional (motor):	
1º Lugar	7.000,00
2º Lugar	3.500,00
3º Lugar	2.100,00
4º Lugar	1.400,00
5º Lugar	700,00

II – Garota e Garoto Praia 2016:

Garota e Garoto Praia		
COLOCAÇÃO	**Premiação**	
Feminino	**Masculino**	
1º Lugar	1.000,00	1.000,00
2º Lugar	500,00	500,00
3º Lugar	300,00	300,00

III – Festival da Canção – estilos musicais: Sertanejo, Pop e Gospel:

Festival da Canção – Sertanejo, Pop e Gospel			
COLOCAÇÃO	**Premiação por estilo musical**		
Sertanejo	**Pop**	**Gospel**	
1º Lugar	500,00	500,00	500,00
2º Lugar	300,00	300,00	300,00
3º Lugar	200,00	200,00	200,00

IV – Torneio de Futebol de areia:

Torneio de futebol de areia		
COLOCAÇÃO	**Premiação**	
Masculino	**Feminino**	
1º Lugar	600,00	600,00
2º Lugar	400,00	400,00

V – Torneio de *Hand beach*:

Torneio de Hand beach		
COLOCAÇÃO	**Premiação**	
Masculino	**Feminino**	
1º Lugar	500,00	500,00
2º Lugar	350,00	350,00
3º Lugar	150,00	150,00

VI – Torneio de vôlei de areia:

Torneio de vôlei de areia		
COLOCAÇÃO	**Premiação**	
Masculino	**Feminino**	
1º Lugar	500,00	500,00
2º Lugar	350,00	350,00
3º Lugar	150,00	150,00

VII – *Nova Xavantina Fight Open Praia - NXF Open Praia*

Nova Xavantina Fight Open Praia – NXF Open Praia		
COLOCAÇÃO	**Premiação *Nova Xavantina Fight Open Praia – NXF Open Praia***	
Masculino	**Feminino**	
1º Lugar MMA	**1.000,00**	**- * -**
1º Lugar Kickboxing	**1.000,00**	**1. 000,00**
1º Lugar Muay thai	**1.000,00**	**-*-**

Parágrafo único. Os prêmios a serem distribuídos de que trata o *caput* deste artigo, estão sujeitos à incidência de impostos nos termos da legislação vigente.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias previstas no Orçamento Anual da Prefeitura.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 28 de junho de 2016.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 1.943, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

LEI MUNICIPAL N.º 1.943, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a autorização para a concessão do serviço público de abatedouro de suínos, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado realizar licitação para concessão e exploração do serviço público de atribuição de abatedouro de suínos, mediante contrato de concessão pelo prazo de 15 (quinze) anos, em conformidade com o art. 37, inciso XXI c/c art. 175 ambos da Constituição Federal, Lei Federal n.º 8.987/95 e a Lei Federal n.º 8. 666/93 e suas alterações posteriores.

Art. 2º Os serviços público atinente ao abatedouro a ser explorado pelo(a) concessionário(a) objetiva proporcionar local adequado de abate de suínos para abastecimento da cidade de Nova Xavantina, atendendo-se as regras de fiscalização da saúde animal, higiene e proteção à saúde da população.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente Lei através de Decreto.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 28 de junho de 2016

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 1.948, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

LEI MUNICIPAL N.º 1.948, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

***PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 014 DE 27 DE JUNHO 2016**

Autoriza o Poder Legislativo a doar bens móveis a Prefeitura Municipal de Nova Xavantina - MT.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Legislativo autorizado a doar, sem condições ou encargos, ao Município de Nova Xavantina, os seguintes bens móveis:

I –Bandeira do Brasil – plaqueta n° 494 – medindo, 2.50X1.80;

II-Bandeira do Estado de Mato Grosso – plaqueta n° 495 – medindo 2. 50X1.80;

III – Bandeira do Município de Nova Xavantina plaqueta n° 496 – medindo 2.50X1.80.

§ 1º A doação de que trata o caput deste artigo, decorre do acordo entre os dois Poderes, por está ocioso no Legislativo e faltando no Executivo.

§ 2º Os bens móveis descritos no item fazem paz do patrimônio público existente na Câmara de Vereadores, de maneira que deverá, com a doação, ser dada a devida baixa na escrituração patrimonial.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina-MT, 28 de junho de 2016

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

Obs.: Projeto de autoria e redação do Legislativo Municipal.

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 1.944, DE 28 DE JUNHO DE 2016

LEI MUNICIPAL N.º 1.944, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Autoriza o Poder Executivo Municipal doar imóvel urbano a terceiros, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado proceder à doação por interesse público ao ***Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso - CREA*** - CNPJ n.º 03.471.158/0001-38, de 01 (um) lote de terras, situado na zona urbana desta cidade, sito à Av. Couto Magalhães, Centro, setor Nova Brasília, com área de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), locado sob o n.º 03 (três) da quadra n.º 68 (sessenta e oito), avaliado em R$ 100.000,00 (cem mil reais), devidamente registrado e matriculado sob o n.º 8.470, em nome do Município de Nova Xavantina – MT, junto ao Cartório do 1º Ofício – Registro de Imóveis da Comarca de Nova Xavantina – MT.

Art. 2º O imóvel urbano de que trata o art. 1º desta Lei, será destinado exclusivamente à ***construção da sede do CREA em Nova Xavantina - MT***.

§ 1º O CREA deverá apresentar no prazo de até 60 (sessenta) dias o projeto técnico e ART da construção a ser executada no imóvel de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º O CREA terá o prazo de 02 (dois) anos para construção das instalações especificadas no *caput* deste artigo.

§ 3º Findado o período fixado no § 2º do *caput* deste artigo, sem que estejam concluídas às obras, a área objeto desta Lei será reincorporada ao patrimônio público municipal, sem nenhum prejuízo aos cofres da municipalidade.

§ 4º Caso seja utilizada para fins que não esteja especificado no *caput* deste artigo, a referida área será reincorporada ao patrimônio público municipal, sem nenhum prejuízo aos cofres da municipalidade.

Art. 3º Deverá constar no Registro do Imóvel, junto ao Cartório de Registro de Imóveis, cláusula de reincorporação do imóvel ao patrimônio público municipal, se verificado o descumprimento de quaisquer dispositivos constante nesta Lei.

Art. 4º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 28 de junho de 2016

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 1.945, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

LEI MUNICIPAL N.º 1.945, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

Altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.733/2013, que Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Nova Xavantina, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina,** Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 40 da Lei Municipal n.º 1.733, de 18 de junho de 2013 passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 40. O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I – membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos:

a) Secretaria Municipal de Educação e Cultura: sendo, 02 (dois) representantes, 01 (um) deles o Secretário Municipal de Educação e Cultura (órgão nato);

b) Secretaria Municipal de Assistência Social: 02 (dois) representantes;

c) Câmara Municipal de Vereadores: 02 (dois) representantes.

d) Secretaria Municipal de Esportes: 02 (dois) representantes.

II – membros titulares e respectivos suplentes, representando as entidades culturais:

a) Projeto Desenvolvendo Teatro na Educação: 02 (dois) representantes;

b) Associação Cultural e Recreativa Balancê do Cerrado - ASCREBAC: 02 (dois) representantes;

c) Associação Nova Xavantina em Cores: 02 (dois) representantes;

d) Associação dos Artesões do Vale do Araguaia – AVA: 02 (dois) representantes.

III – membros titulares e respectivos suplentes, representando a Sociedade Civil Organizada:

a) Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT: 02 (dois) representantes;

b) Sociedade Brasileira de Eubiose – SBE: 02 (dois) representantes;

c) Lions Clube: 02 (dois) representantes;

d) UNAMB – União das Associações dos Moradores de Bairros: 02 (dois) representantes.

§ 1º O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral com os respectivos suplentes.

§ 2º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculado ao Poder Executivo do Município.

§ 3º O Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é detentor do voto de Minerva.

Art. 2º Continuam em vigor os demais dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.733/2013.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina - MT, 28 de junho de 2016.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 1.947, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

LEI MUNICIPAL N.º 1.947, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

***PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 013 DE 13 de JUNHO 2016**

Dispõe sobre o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas – COMUD, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas – COMUD de Nova Xavantina-Mt, órgão de Controle Social, do sistema descentralizado e participativo da Política Sobre Drogas, de caráter permanente, normativo, de deliberação coletiva e composição paritária entre governo e organizações da sociedade civil, responsável pela coordenação e execução da Política Municipal sobre drogas, que se integrará na ação conjunta e articulada de todos os órgãos de níveis federal, estadual e municipal que compõem o Sistema, de que trata o Decreto Federal n° 5.912 de 27 de Setembro de 2006 e pela Lei Estadual 10.190 de 26 Novembro de 2014.

Art. 2º São objetivos do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas de Nova Xavantina-Mt. Na forma da Lei 11.343 e o Decreto Federal 5.912/2006.

I – aprovar e controlar a Política Municipal sobre drogas;

II – deliberar sobre os assuntos encaminhados à apreciação e deliberação da plenária;

III – aprovar a criação e dissolução de *Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho*, suas respectivas competências, sua composição, procedimento e prazo de duração;

IV – estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Plure Anual- PPA Municipal de Politica Sobre Drogas;

VI - fixar normas para Inscrição e Renovação, das entidades beneficentes, prestadoras de serviços aos usuários dependentes químicos, seus familiares e profissionais da área da Política Sobre Drogas;

VII – conceder atestado de cadastramento e recadastramento a instituições Públicas e Privadas com atuação nas áreas de, prevenção, Tratamento, Redução de Danos e Reinserção Social de Usuários e Dependentes químicos e seus familiares, a entidades de Assessoramento, prestadores de serviços e de usuários de caráter beneficente e filantrópico (a cada 02 dois) anos, na forma do regulamento da Resolução 01 de Janeiro de 2014 do Conselho Estadual de Política Sobre Drogas do Estado de Mato Grosso, resolução da ANVISA, RDC 29 de junho de 2011 e da resolução do CONAD nº 01 de 19 de Agosto de 2015 ;

VIII – convocar ordinariamente a cada dois anos, ou extraordinariamente a qualquer tempo se necessário, por maioria simples de seus membros, a Conferência Municipal de Política Sobre Drogas, de acordo com o cronograma da Politica nacional Sobre Drogas, a qual terá a atribuição de avaliar a situação, a execução e os ganhos da Política Municipal Sobre Drogas e propor diretrizes para o aperfeiçoamento dessa política;

IX – elaborar o regimento da Conferência Municipal de Política Sobre Drogas, que será submetido à aprovação da plenária do referido conselho;

X – apreciar a proposta orçamentária da Política Sobre Drogas a ser encaminhada pelo órgão da Administração Pública Municipal responsável pela coordenação da Política Municipal Sobre Drogas e publicá-la;

XI – aprovar critérios de transferência de recursos nas 03 (três) esferas de Governo, para as instituições e organizações da Política Sobre Drogas, sem prejuízo das disposições de diretrizes orçamentária municipal;

XII – acompanhar, avaliar e validar a gestão e aplicação dos recursos repassados, bem como, os impactos sociais, por meio do cumprimento do objeto e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

XIII – acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços da Política Sobre Drogas prestados à população pelos órgãos públicos e privados no município, em cumprimento com a Política Nacional Sobre Drogas;

XIX- Articular, fomentar e apoiar a rede de prevenção, cuidado, reinserção, proteção e promoção social de dependentes químicos e seus familiares;

XX – propor programa de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas, compatibilizando-o com a política Nacional e Estadual, bem como acompanhar a sua execução, zelando pela efetivação e eficácia da Política Sobre Drogas no Município; ;

XXI – elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno, por meio de comissão especifica para esse fim, bem como atualizar o mesmo observando a legislação vigente da Política Sobre Drogas;

XXII– proceder o cancelamento do registro e do cadastro de entidades e organizações da Política Sobre Drogas, que incorrerem na violação de direitos humanos, em irregularidades na aplicação de recursos públicos, nas irregularidades documental e ainda, propor o seu cancelamento nas demais instancia correlatas;

XXIII – divulgar no jornal de maior circulação do município todas as suas decisões, (resoluções), bem como, as contas do Fundo Municipal de Politica sobre drogas e os respectivos pareceres emitidos, podendo ser também utilizados outros meios de comunicação para a transmissão de decisões e outras informações que o conselho julgar necessário;

XXIV - coordenar, desenvolver e estimular programas e atividades de prevenção da disseminação de tráfico e do uso indevido de álcool e outras drogas ;

XXV- estimular e cooperar com serviços públicos que visam ao encaminhamento e tratamento de dependentes de drogas;

XXVI - colaborar, acompanhar e formular sugestões para as ações de prevenção, cuidado, tratamento, fiscalização e redução da oferta de drogas, executadas pelo Estado e pela União;

XXVII - estimular estudos e pesquisas sobre o problema do uso indevido e abuso de drogas e substâncias que determinem dependência física e psíquica;

XXVIII - articular entre as secretarias estaduais e municipais (saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer e segurança publica, entre outras.), a promoção de atividades de prevenção ao uso indevido de drogas.

§ 1º Para fins desta Lei, considera-se redução da demanda o conjunto de ações relacionadas à prevenção do uso indevido de drogas, ao tratamento, à recuperação e a inserção social dos indivíduos que apresentem transtornos decorrentes do uso.

§ 2º O COMUD deverá avaliar, periodicamente a conjuntura municipal, mantendo atualizados os gestores e a comunidade quanto ao resultado das ações.

§ 3º O COMUD deverá, anualmente, apresentar os programas, as ações desenvolvidas e os resultados de sua atuação, assim como o demonstrativo econômico e financeiro do Fundo Municipal de Prevenção às Drogas, em audiência pública para esse fim na Câmara Municipal de Nova Xavantina. ***(criação do Fundo opcional)***

XXIX – fixar normas para Inscrição e Renovação, das entidades beneficentes prestadoras de serviços, das entidades representantes dos usuários e dos profissionais da área de Política Sobre Droga;

XXX – propor e aprovar critérios para financiar projetos de prevenção e redução da demanda de uso e abuso de Álcool e outras drogas, sem prejuízo das disposições de diretrizes orçamentária municipal;

XXXI – acompanhar, avaliar e validar a gestão e aplicação dos recursos repassados, bem como, os impactos sociais, por meio do Cumprimento do Objeto e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

XXXII – propor critérios para a programação da execução orçamentárias do Fundo Municipal de Politica sobre drogas- FMAS e fiscalizar a movimentação e aplicação de recursos;

XXXIII– acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de prevenção, cuidado, promoção e reinserção social prestados aos usuários dependentes químicos e seus familiares pelos órgãos públicos e privados no município, em cumprimento com a Política Nacional Sobre Drogas;

XXXIV- definir critérios para celebração de contratos e convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestem serviços na área de política sobre drogas no âmbito Municipal;

XXXV – apreciar, por meio de seu Colegiado e das comissões previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;

Art. 3º O Conselho Municipal de Política Sobre Droga - COMUD, é um espaço de participação e representação popular da democracia participativa, de composição paritária e assim constituída:

I. Plenário;

II. Presidência;

III. Secretaria-Executiva; e

IV. Comitê - Fundo .

Parágrafo único. Os membros do Conselho terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução, sem prejuízo de participar em mandatos alternados.

Art. 4º O Conselho Municipal sobre Drogas será composto de forma paritária por 12 membros titulares e respectivos suplentes, para desempenharem um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período, como sendo:

I. Representantes governamentais sendo:

a – um da Secretaria Municipal de Saúde

b – um da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

c – um da Secretaria Municipal de Educação

d – um da Secretaria Municipal de Cultura

e - um da Secretaria Municipal de Assistência Social

f - um representante de órgãos da segurança pública

II. Representantes da sociedade civil:

a- um representante das instituições que atuam na área de tratamento, recuperação e reinserção social de usuários de drogas.

b- um representante do Conselho Tutelar

c- um representante da comunidade cientifica, da área de estudos e pesquisas sobre drogas;

d- Médico, Psicólogo ou Professor com atuação na área sobre drogas;

e- Assistente social, com experiência relativa voltada para a questão sobre drogas;

f- um representante da sociedade civil organizada, indicado pele associação de bairros

Art. 5º As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, porém, consideradas relevantes ao serviço público. A relevância a que se refere, será atestada por meio de certificado expedido pelo Conselho no final de cada mandato;

Art. 6º O presidente do Conselho Será eleito entre seus pares na primeira reunião do pleno.

Art. 7º O Conselho poderá dispor de uma Secretaria, dirigida por funcionário indicado pelo seu Presidente e nomeado pelo Perfeito Municipal.

Art. 8º As despesas decorrentes da presente lei serão atendidas pelas verbas próprias do orçamento municipal, suplementadas, se necessário.

Art. 9º A eleição para escolha dos membros representantes da sociedade civil será conduzida por uma Comissão Eleitoral publicada por meio de Resolução, compostas por 03 (três) membros, indicados pela Plenária, que terá a atribuição de elaborar o regimento e calendário eleitoral.

Parágrafo único. O detalhamento da organização, do funcionamento do COMUD assim como as atribuições de sua diretoria, serão objeto do respectivo Regimento Interno.

CAPITULO I

DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS

Art. 10. Cabe ao COMUD instituir o Fundo Municipal de Prevenção às Drogas, com o objetivo de possibilitar a obtenção e a administração de recursos financeiros provenientes de doações, convênios, programas e projetos de que trata esta lei, os quais, serão destinados ao desenvolvimento de ações, visando a prevenção e cuidado ao uso e abuso de drogas, especificados na Legislação Federal, nos termos da política municipal para área e nas ações municipais, elaboradas pelo COMUD.

Art. 11. Os recursos obtidos pelo Fundo Municipal de Prevenção às Drogas, serão destinados exclusivamente para:

I.a realização de ações. projetos e programas de prevenção ao uso e abuso de álcool e outras drogas;

II. o incentivo à formação de grupos de apoio para atendimento aos usuários de drogas e aos seus familiares;

III. a elaboração de textos educativos para divulgação junto a grupos de risco com informação sobre prevenção e tratamento de usuários de drogas licitas e ilícitas, bem como a seus familiares;

IV.outras atividades determinadas pelo COMUD e constantes de seu regimento interno.

Art. 12. São recursos do Fundo Municipal de Prevenção às Drogas:

I. As receitas resultantes de doações da iniciativa privada e de pessoa física ou jurídica;

II. Dotações orçamentárias da União, do Estado e do Município consignadas especificamente para o atendimento do disposto nesta lei;

III. Rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

IV. Receitas de acordos, convênios ou termos de cooperação; e

V. Outros recursos que possam ser destinados ao Fundo Municipal de Prevenção às Drogas;

Art. 13. Os recursos do Fundo Municipal de Prevenção às Drogas serão geridos pelo Conselho Municipal sobre Drogas - COMUD de Nova Xavantina-Mt.

Art. 14. O Fundo Municipal de Prevenção às Drogas, de natureza e individuação contábeis, atuará por meio de liberação de recursos, observado as seguintes condições:

I - apresentação pelo beneficiário, de projetos ou planos de trabalho referentes aos objetivos previstos no artigo ....º desta lei;

II - demonstração da viabilidade técnica dos projetos e planos de trabalho e sua adequação aos objetivos de prevenção às drogas;

III - enquadramento do projeto ou plano de trabalho pelo Conselho Municipal sobre Drogas;

Parágrafo único. O detalhamento da constituição e gestão do Fundo Municipal de Prevenção às Drogas, assim como de todo aspecto que a este fundo diga respeito, constará do Regimento Interno do COMUD.

Art. 15. Os demonstrativos financeiros e o funcionamento do Fundo Municipal de Prevenção às Drogas obedecerão ao disposto na legislação vigente referentes à Administração Direta Municipal.

Art. 16. O COMUD providenciará as informações relativas à sua criação e sua atuação à Secretaria Nacional de Política sobre Drogas - Senad e ao Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CONESD, visando sua integração aos Sistemas Nacional e Estadual sobre Drogas.

CAPITULO II

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 17. O COMUD providenciará a elaboração do seu Regimento Interno, pela aprovação da maioria absoluta de seus membros, no prazo de 60 dias de sua instalação.

Art. 18. A primeira composição do Conselho Municipal sobre Drogas será formada por conselheiros governamentais indicados pelo prefeito e pelos conselheiros da sociedade civil escolhidos entre seus pares conforme representações elencadas no artigo 4° desta lei.

CAPITULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Esta lei deverá ser regulamentada no prazo de 30 dias após sua publicação.

Art. 20. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina-MT, 28 de junho de 2016

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

Obs.: Projeto de autoria e redação do Legislativo Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 133/2016

"PRORROGA PROCESSO ADMNISTRATIVO DISICPLINAR – PAD"

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso Sr. **João Antonio de Oliveira,** no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 001/2015, instaurado pela Portaria nº 219 de 25 de novembro de 2015, prorrogado pela portaria nº 032, de 21 de janeiro de 2016;

R E S O L V E:

Art. 1º- Prorrogar por mais 30 (trinta) dias a contar a partir da data do vencimento da Portaria nº 90/2016 que designou os servidores efetivos integrantes do quadro da prefeitura municipal, destinada a ultimar no prazo de 60 (sessenta) dias, o Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2015 que apura a pratica de irregularidade funcional pela servidora Simoni Bergamaschi da Fonseca.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor, dando ciência a imputada e publicada no jornal oficial dos Municípios, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 04 de julho de 2016.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2016

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004/2016

Edital Complementar nº 004/2016 - Divulgação da Análise de Recursos Interposto ao Edital Complementar nº 003/2016 de Homologação das Inscrições do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016 para os Cargos: Técnico de Enfermagem, Serviços Gerais e Zeladora do Município de Novo Horizonte do Norte/MT.

O Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016 da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Declarar para os devidos fins e a quem possa interessar que não houve recursos interpostos contra o Edital Complementar nº 003/2016 de Homologação das Inscrições do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, para os cargos: **Técnico de Enfermagem, Serviços Gerais e Zeladora.**

Art. 2º- O presente Edital Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte do Norte-MT, 01 de julho de 2016.

MARCOS RAFAEL DE SOUZA

Presidente da Comissão

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 132/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder ao Servidor **Reinaldo Aparecido Rodrigues de Oliveira,** brasileiro, maior, portador do RG: nº 1151470-1 SSP/MT e do CPF: nº 784.751.041-34, servidor público municipal lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer no cargo de **Professor Nível II,** licença para concorrer às Eleições Municipais de 2016 ao cargo de vereador, de acordo com a Lei Eleitoral e considerando o Art.83, §1º da Lei Municipal nº 429/98 - Estatuto dos Servidores Públicos do município de Novo Horizonte do Norte/MT, no período de 02 de julho a 03 de outubro de 2016.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 01 de julho de 2016.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2016

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016

PROCESSO Nº 023/2016

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, Estado de Mato Grosso torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, sob o nº. 013/2016, do tipo "**MENOR PREÇO**". O critério de julgamento **Menor Preço por Item**, Constitui objeto da presente licitação a Seleção da proposta mais vantajosa objetivando o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL S-10 E ARLA 32), OLEOS LUBRIFICANTES E GRAXA" DESTINADOS À MANUTENÇÃO E ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DO EDITAL,** especificado (s) no(s) Anexo(s) que acompanha(m) o presente editalde acordo com os ditames da Lei Federal nº. 10.520/02 Lei Federal n° 8.666/93 e demais leis pertinentes, instrumentos estes que são partes integrantes do presente instrumento convocatório/edital para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição. O Credenciamento será realizado das 08h: 00mim até às 08h: 50 min do dia 15 de Julho de 2016 (sexta - feira). Na Avenida 29 de setembro, nº 244 - Centro no Paço Municipal. "A Sessão terá início às 09h: 00 min, (horário de Brasília) na mesma data e local". A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados através do e-mail: **licitansa@outlook.com** ou retirar na própria sede da prefeitura das 13: h00min as 17h00min. Para maiores informações entrar em contato pelo tel.: **(66) 3548-1140 com a servidora Eva Rodrigues Brito**.

Novo Santo Antonio – MT, 04 de Julho de 2016.

Eva Rodrigues Brito

Pregoeira Oficial

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2015

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2015

Considerando o **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2015**, publicado no ***Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de MT (AMM)*** e no ***Diário Oficial de Contas TCE – MT***, no dia 09 de Maio de 2016, referente ao **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2015**, que tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL DO CONTRATO ORIGINAL Nº 17/2015 ATÉ O DIA 30 DE DEZEMBRO DE 2016 ALTERA O VALOR CONSTANTE NA CLÁUSULA QUARTA.

Resolve: **RETIFICAR** nos seguintes aspectos:

ONDE SE LÊ O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL DO CONTRATO ORIGINAL Nº 17/2015 ATÉ O DIA 30 DE DEZEMBRO DE 2016. ALTERA O VALOR CONSTANTE NA CLÁUSULA QUARTA QUE SERÁ AJUSTADO COM BASE NO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – IGP-M/FGV COM BASE NOS ACUMULADOS NO PERÍODO DE ABRIL/2015 A MARÇO/2016 NO PERCENTUAL DE 11,01 % (ONZE INTEIROS E UM CENTÉSIMOS DE POR CENTO). PORTANTO O VALOR MENSAL PASSARÁ DE (SEISCENTOS E SETENTA E OITO REAIS), PARA 752,64 (SETECENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS) NO DECORRER DOS PRÓXIMOS 08 (OITO) MESES E 20 (VINTE) DIAS

VIGÊNCIA: 09/04/2016 A 31/12/2016.

Novo Santo Antonio – MT, em 09 de Abril de 2016.

LEIA-SE:

O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL DO CONTRATO ORIGINAL Nº 17/2015 ATÉ O DIA 30 DE DEZEMBRO DE 2016. ALTERA O VALOR CONSTANTE NA CLÁUSULA QUARTA QUE SERÁ AJUSTADO COM BASE NO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – IGP-M/FGV COM BASE NOS ACUMULADOS NO PERÍODO DE ABRIL/2015 A MARÇO/2016 NO PERCENTUAL DE 11,01 % (ONZE INTEIROS E UM CENTÉSIMOS DE POR CENTO). PORTANTO O VALOR MENSAL PASSARÁ DE (SEISCENTOS E SETENTA E OITO REAIS), PARA 752,64 (SETECENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS) **NO DECORRER DOS PRÓXIMOS 08 (OITO) MESES E 15 (QUINZE) DIAS.**

VIGÊNCIA: 15/04/2016 A 30/12/2016.

Novo Santo Antonio – MT, em 15 de Abril de 2016.

EDUARDO PENNO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CT Nº 54/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contrato Administrativo nº 54/2016

Processo de Licitação nº 20/2016

Modalidade Pregão Presencial nº 14/2016

Objeto: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO REAJUSTAR OS PREÇOS DOS ITENS DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA Nº 54/2016, VISANDO MANTER O EQUILIBRIO ECONOMICO- FINANCEIRO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

Contratada: A.G. SILVA – MERCADO - ME.

Período de vigência: inalterado.

Fundamento legal: Este termo aditivo se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 01 de Julho de 2016.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CT Nº 68/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contrato Administrativo nº 68/2016

Processo de Licitação nº 30/2016

Modalidade Pregão Presencial nº 21/2016

Objeto: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO REAJUSTAR OS PREÇOS DOS ITENS DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BASICAS Nº 68/2016, VISANDO MANTER O EQUILIBRIO ECONOMICO- FINANCEIRO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

Contratada: A.G. SILVA – MERCADO - ME.

Período de vigência: inalterado.

Fundamento legal: Este termo aditivo se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 01 de Julho de 2016.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 201/2016

PORTARIA Nº 201/2016

04 DE JULHO DE 2016

"Concede afastamento para disputar cargo eletivo à Servidores".

LEONARDO FARIAS ZAMPA, Prefeito Municipal de Novo São Joaquim Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e Considerando o cancelamento do pedido de afastamento para concorrer a Cargo Eletivo do servidor:

Leandro de Souza Silva – Assessor Contábil

RESOLVE :

Art. 1º - Cancelar, os efeitos da portaria 195/2016 no tocante a concessão da Licença concedida ao servidor **Leandro de Souza Silva,** onde o mesmo desde esta data continua exercendo o seu labor.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dado Ciência Registre-se Publique-se Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO

04 DE JULHO DE 2016

LEONARDO FARIAS ZAMPA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CT Nº 38/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contrato Administrativo nº 38/2016

Processo de Licitação nº 13/2016

Modalidade Pregão Presencial nº 08/2016

Objeto: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO REAJUSTAR OS PREÇOS DOS ITENS DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR Nº 38/2016, VISANDO MANTER O EQUILIBRIO ECONOMICO- FINANCEIRO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

Contratada: A.G. SILVA – MERCADO - ME.

Período de vigência: inalterado.

Fundamento legal: Este termo aditivo se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 01 de Julho de 2016.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 94/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 94/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº.46/2016

PREGÃO PRESENCIAL: Nº .35/2016

Objeto: O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA RELACIONADA NESTE INSTRUMENTO, VISANDO O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA QUE ACOMPANHOU O EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

Contratada: CELIO JUNIOR SIQUEIRA MOREIRA 04057636110

Valor: R$ 10.685,00 (Dez mil, seiscentos e oitenta e cinco reais).

Período de vigência: 01/07/2016 à 31/12/2016

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 01 de Julho de 2016.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 95/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 95/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº.46/2016

PREGÃO PRESENCIAL: Nº .35/2016

Objeto: O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA RELACIONADA NESTE INSTRUMENTO, VISANDO O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA E RECAUCHUTAGEM DE PNEUS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA QUE ACOMPANHOU O EDITAL DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

Contratada: PEDRO AIER DA SILVA 02523649101

Valor: R$ 32.124,00 (Trinta e dois mil, cento e vinte e quatro reais).

Período de vigência: 01/07/2016 à 31/12/2016

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 01 de Julho de 2016.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CT Nº 22/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Contrato Administrativo nº 22/2016

Processo de Licitação nº 06/2016

Modalidade Pregão Presencial nº 01/2016

Objeto: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO REAJUSTAR OS PREÇOS DOS ITENS DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR Nº 22/2016, VISANDO MANTER O EQUILIBRIO ECONOMICO- FINANCEIRO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

Contratada: A.G. SILVA – MERCADO - ME.

Período de vigência: inalterado.

Fundamento legal: Este termo aditivo se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 01 de Julho de 2016.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ARP Nº 24/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2016 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEITOS DE CASA DE APOIO PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES, USUÁRIOS DO SUS, OFERECENDO DEPENDÊNCIAS MASCULINAS E FEMININAS PROVIDAS DE DORMITÓRIOS E BANHEIROS, FORNECENDO AINDA NO MÍNIMO, QUATRO REFEIÇÕES DIÁRIAS (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, CAFÉ DA TARDE E JANTAR) E AINDA DEVERÁ FORNECER TRANSPORTE PARA LOCOMOÇÃO CASA DE APOIO/UNIDADE DE SAÚDE/ CASA DE APOIO NA CIDADE DE CUIABÁ/MT, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Processo Nº 42/2016 - Pregão Presencial nº 31/2016

Validade: 06(seis) mesescontados a partir da data de sua publicação.

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, doravante denominada **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **LEONARDO FARIAS ZAMPA**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **CASA DE AMPARO A FAMILIA, IDOSO, CRIANCA E ADOLESCENTE - CAFICA**, cadastrada no CNPJ nº 07.770.350.0001.86 e Inscrição estadual nº (isenta), situada na Rua Miranda reis nº 498, Bairro Poção, CEP: 78015-640, cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso – neste ato representada por sua representante legal a Sra. **NILDA APARECIDA MEDEIROS CRISTIANO**, brasileira, portadora da RG nº 7604487/SSP-MT e inscrita no CPF sob nº 881.180. 706-97, nas quantidades estimadas na Seção 1.1 desta Ata de Registro de Preços.

NOME: CASA DE AMPARO A FAMILIA, IDOSO, CRIANCA E ADOLESCENTE - CAFICA					
CNPJ: 07.770.350. 0001.86	**INSCRIÇÃO:**				
ENDEREÇO: Rua Miranda reis nº 498, Bairro Poção					
CEP: 78015-640	**CIDADE/UF: Cuiabá - MT**				
TELEFONES:	**E-MAIL:**				
REPRESENTANTE LEGAL: NILDA APARECIDA MEDEIROS CRISTIANO					
RG: 7604487/SSP-MT	**CPF: 881. 180.706-97**				
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS					
Item	**Quant**	**Unid.**	**Descrição dos Produtos**	Pr. Unit.	Pr. Total
01	**1200**	**DIA**	DIÁRIAS DE CASA DE APOIO EM CUIABÁ-MT, COM O OBJETIVO DE PRESTAR OS SEGUINTES SERVIÇOS: **HOSPEDAGEM, FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (CAFÉ DA MANHÃ, CAFÉ DA TARDE, ALMOÇO E JANTAR - DE BOA QUALIDADE), TRANSPORTE (LOCOMOÇÃO DOS PACIENTES ATÉ OS LOCAIS DE CONSULTAS, LABORATÓRIO E TRATAMENTO MÉDICO).**	**40,00**	**48. 000,00**
Total Geral .... R$	**48.000,00**				

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93. A integra desta Ata encontra-se a disposição no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim. Novo São Joaquim - MT, 01 de Julho de 2016.

GERALDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO - Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
2015- BALANÇO GERAL DE GOVERNO - PREFEITURA - ANEXO BALANÇO ORÇAMENTARIO - DESPESA

ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE PARANATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2015 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	49.422.042,85	6.527.876,16	55.949.919,01	2.506.324,86	50.309.183,38	49.015.033,54	47.871.408,40	89,91	5.640.735,63
DESPESAS CORRENTES	40.678.511,32	9.563.163,61	50.241.674,93	2.845.409,35	46.761.385,00	45.988.841,37	44.892.868,23	93,07	3.480.289,93
Pessoal e Encargos Sociais	23.943.180,44	4.628.386,97	28.571.567,41	2.547.454,23	26.952.631,74	26.949.823,63	26.702.032,97	94,33	1.618.935,67
Juros e Encargos da Dívida	106.773,00	-60.500,00	46.273,00	1.206,33	18.455,41	18.455,41	18.455,41	39,88	27.817,59
Outras Despesas Correntes	16.628.557,88	4.995.276,64	21.623.834,52	296.748,79	19.790.297,85	19.020.562,33	18.172.379,85	91,52	1.833.536,67
DESPESAS DE CAPITAL	6.927.311,21	-2.228.929,86	4.698.381,35	-339.084,49	3.547.798,38	3.026.192,17	2.978.540,17	75,51	1.150.582,97
Investimentos	6.418.470,21	-1.988.869,86	4.429.600,35	-352.146,38	3.281.527,38	2.759.921,17	2.712.269,17	74,08	1.148.072,97
Inversões Financeiras	38.272,00	-38.120,00	152,00						152,00
Amortização da Dívida	470.569,00	-201.940,00	268.629,00	13.061,89	266.271,00	266.271,00	266.271,00	99,12	2.358,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.816.220,32	-806.357,59	1.009.862,73						1.009.862,73
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	1.478.278,75	-91.981,52	1.386.297,23	111.980,46	1.300.240,53	1.300.240,53	1.215.118,67	93,79	86.056,70
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	50.900.321,60	6.435.894,64	57.336.216,24	2.618.305,32	51.609.423,91	50.315.274,07	49.086.527,07	90,01	5.726.792,33
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	50.900.321,60	6.435.894,64	57.336.216,24	2.618.305,32	51.609.423,91	50.315.274,07	49.086.527,07	90,01	5.726.792,33
SUPERÁVIT (XIII)	2.168.553,60			3.175.642,52	7.311.661,56				-7.311.661,56
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	53.068.875,20	6.435.894,64	57.336.216,24	5.793.947,84	58.921.085,47	50.315.274,07	49.086.527,07	102,76	-1.584.869,23
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)	1.478.278,75	-91.981,52	1.386.297,23	111.980,46	1.300.240,53	1.300.240,53	1.215.118,67	93,79	86.056,70
Pessoal e Encargos Sociais	1.478.278,75	-91.981,52	1.386.297,23	111.980,46	1.300.240,53	1.300.240,53	1.215.118,67	93,79	86.056,70
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	1.478.278,75	-91.981,52	1.386.297,23	111.980,46	1.300.240,53	1.300.240,53	1.215.118,67	93,79	86.056,70
SUPERÁVIT (IV)				60.525,55	120.446,84	205.568,70			-120.446,84
TOTAL (V) = (III + IV)	1.478.278,75	-91.981,52	1.386.297,23	172.506,01	1.420.687,37	1.505.809,23	1.215.118,67	102,48	-34.390,14

Emissão: 31/12/2015 14:28:59

Page 1 de 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE PARANATINGA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
Dezembro/2015 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00
Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

EDSON PAULO DOS SANTOS
Secretario de Financas

SIVALDO PEREIRA DOS SANTOS
Contador - CRC - 006413/0 - 0 MT

Emissão: 31/12/2015 14:28:59 Page 2 de 2
Homologado

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 60/2016

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 197 de 20 de Junho de 2016, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 60/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Veículo e Materiais Permanentes para Unidade Básica de Saúde II, com recursos do Fundo a Fundo contemplados na proposta 12.031.426000/1140-01, emenda parlamentar para estruturação de Unidades Básicas de Saúde**,atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Data de abertura **19/07/2016**, Terça - feira ás 09:00 horas (Brasilia). O edital e os seus anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com - telefone 66-3573-1329. Ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h, em 04 de Julho de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

OUVIDORIA MUNICIPAL
2015- BALANÇO GERAL DE GESTAO - PREFEITURA - ANEXO BALANÇO ORÇAMENTARIO - RESTOS

ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE PARANATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2015 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES	3.220.653,20	695.103,57	445.042,19	410.712,71	2.468.719,66	1.001.994,92
Pessoal e Encargos Sociais	10.141,98	2.580,68			10.141,98	2.580,68
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	3.210.511,22	692.522,89	445.042,19	410.712,71	2.458.577,68	999.414,24
DESPESAS DE CAPITAL	8.593.293,96	2.609.640,93	1.902.546,47	1.872.952,42	5.391.375,72	3.909.012,70
Investimentos	8.578.293,86	2.609.640,93	1.902.546,47	1.872.952,42	5.376.375,62	3.909.012,70
Inversões Financeiras	15.000,10				15.000,10	
Amortização da Dívida						
TOTAL	11.813.947,16	3.304.744,50	2.347.588,66	2.283.665,13	7.860.095,38	4.911.007,62

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	273.145,95	1.764.249,69	1.796.798,86		240.596,78
Pessoal e Encargos Sociais	11.952,45	836.801,30	800.742,72		48.011,03
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	261.193,50	927.448,39	996.056,14		192.585,75
DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00	123.124,61	122.817,38		1.307,23
Investimentos	1.000,00	123.124,61	122.817,38		1.307,23
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL	274.145,95	1.887.374,30	1.919.616,24		241.904,01

ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE PARANATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2015 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

VILSON PIRES	EDSON PAULO DOS SANTOS	SIVALDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal	Secretario de Financas	Contador - CRC - 006413/0 - 0 MT

OUVIDORIA MUNICIPAL
2015- BALANÇO GERAL DE GESTAO - PREFEITURA - ANEXO BALANÇO ORÇAMENTARIO - RECEITA

ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE PARANATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2015 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	49.951.037,28	49.951.037,28	5.428.166,37	10,86	55.181.092,58	110,47	-5.230.055,30
RECEITAS CORRENTES	44.701.356,32	44.701.356,32	5.403.695,34	12,08	53.401.360,19	119,46	-8.700.003,87
RECEITA TRIBUTARIA	5.165.367,85	5.165.367,85	619.815,79	11,99	6.143.238,03	118,93	-977.870,18
Impostos	4.817.207,47	4.817.207,47	599.939,45	12,45	5.839.533,02	121,22	-1.022.325,55
Taxas	235.952,85	235.952,85	19.876,34	8,42	303.705,01	128,71	-67.752,16
Contribuição de Melhoria	112.207,53	112.207,53					112.207,53
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.401.729,07	1.401.729,07	170.138,33	12,13	1.718.303,28	122,58	-316.574,21
Contribuições Sociais	873.977,12	873.977,12	170.138,33	19,46	1.364.672,44	156,14	-490.695,32
Contribuições Econômicas	527.751,95	527.751,95			353.630,84	67,00	174.121,11
RECEITA PATRIMONIAL	937.849,17	937.849,17	156.863,32	16,72	1.722.030,27	183,61	-784.181,10
Receitas Imobiliárias	13.390,75	13.390,75					13.390,75
Receitas de Valores Mobiliários	917.203,52	917.203,52	156.863,32	17,10	1.722.030,27	187,74	-804.826,75
Receitas de Concessões e Permissões	2.586,57	2.586,57					2.586,57
Outras Receitas	4.668,33	4.668,33					4.668,33
RECEITA AGROPECUÁRIA	8.688,91	8.688,91					8.688,91
Receita da Produção Vegetal	7.932,34	7.932,34					7.932,34
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias	756,57	756,57					756,57
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	1.671.418,54	1.671.418,54	1.023,04	0,06	1.064.358,88	63,67	607.059,66
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.291.529,70	34.291.529,70	4.419.481,98	12,88	41.980.705,36	122,42	-7.689.175,66
Transferências Intergovernamentais	33.129.116,47	33.129.116,47	4.417.765,05	13,33	41.192.732,52	124,33	-8.063.616,05
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	1.162.413,23	1.162.413,23	1.716,93	0,14	787.972,84	67,78	374.440,39
Transferências para o Combate à Fomte							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.224.773,08	1.224.773,08	36.372,88	2,96	772.724,37	63,09	452.048,71
Multa de Juros de Mora	39.160,78	39.160,78	6.767,83	17,28	159.149,60	406,40	-119.988,82
Indenizações e Restituições	640.527,53	640.527,53					640.527,53
Receita da Dívida Ativa	503.667,72	503.667,72	18.225,20	3,61	375.143,99	74,48	128.523,73
Receitas Diversas	41.417,05	41.417,05	11.379,85	27,47	238.430,78	575,68	-197.013,73
RECEITAS DE CAPITAL	5.249.680,96	5.249.680,96	24.471,03	0,46	1.779.732,39	33,90	3.469.948,57
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.847,92	2.847,92					2.847,92
Operações de Crédito Internas	2.847,92	2.847,92					2.847,92
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	2.836,74	2.836,74					2.836,74
Alienação de Bens Móveis	1.418,37	1.418,37					1.418,37
Alienação de Bens Imóveis	1.418,37	1.418,37					1.418,37
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.242.000,53	5.242.000,53	24.471,03	0,46	1.779.732,39	33,95	3.462.268,14
Transferências Intergovernamentais	111.649,12	111.649,12					111.649,12
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	5.130.351,41	5.130.351,41	24.471,03	0,47	1.779.732,39	34,69	3.350.619,02
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.995,77	1.995,77					1.995,77
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas	1.995,77	1.995,77					1.995,77
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.117.837,92	3.117.837,92	365.781,47	11,73	3.739.992,89	119,95	-622.154,97
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	53.068.875,20	53.068.875,20	5.793.947,84	10,91	58.921.085,47	111,02	-5.852.210,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	53.068.875,20	53.068.875,20	5.793.947,84	10,91	58.921.085,47	111,02	-5.852.210,27
DÉFICIT (VI)		4.267.341,04					4.267.341,04
TOTAL(VII) = (V + VI)	53.068.875,20	57.336.216,24	5.793.947,84	10,10	58.921.085,47	102,76	-1.584.869,23
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos Ad	28.574,15	28.574,15					28.574,15
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais	28.574,15	28.574,15					28.574,15

Emissão: 31/12/2015 14:28:59

Page 1 de 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE PARANATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2015 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

ESTADO DE MATO GROSSO

MUNICÍPIO DE PARANATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2015 - CONSOLIDADO

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	949.284,32	949.284,32	172.506,01	18,17	1.420.687,37	149,65	-471.403,05
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	949.284,32	949.284,32	172.506,01	18,17	1.420.687,37	149,65	-471.403,05
Contribuições Sociais	949.284,32	949.284,32	172.506,01	18,17	1.420.687,37	149,65	-471.403,05
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	949.284,32	949.284,32	172.506,01	18,17	1.420.687,37	149,65	-471.403,05
DÉFICIT (IV)	528.994,43	437.012,91					437.012,91
TOTAL (V) = (III + IV)	1.478.278,75	1.386.297,23	172.506,01	12,44	1.420.687,37	102,48	-34.390,14

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

EDSON PAULO DOS SANTOS
Secretario de Financas

SIVALDO PEREIRA DOS SANTOS
Contador - CRC - 006413/0 - 0 MT

Emissão: 31/12/2015 14:28:59

Page 3 de 3
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO

A Presidente de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado da licitação a seguir caracterizada:

Ref.: Processo nº 050/2016

MODALIDADE: Tomada de Preço nº 006/2016

CRITÉRIO: PREÇO

APURAÇÃO: GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em reforma e reparo de pontes de madeira, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras de Pedra Preta/MT, de acordo com o edital e seus anexos. Tendo como vencedora a empresa:

STALO CONSTRUTORA LTDA

CNPJ 09.623.436/0001-01

Lote 01 – valor R$ 213.783,35.

Lote 02 – valor R$ 94.232,68.

Pedra Preta - MT, 04 de julho de 2016.

VALDETE MENDES DOS SANTOS

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 212/2016

PORTARIA Nº 236/2016 DE 30 DE JUNHO DE 2016.

Altera os membros da Comissãode **SINDICÂNCIA** nomeada para apuração dos fatos relacionados a servidor público do Município e dá outras providências;

***MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI*, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Ficam alterados os membros da Comissão de **SINDICÂNCIA** nomeada pela Portaria nº 188/2016, de 02/06/2016.

ART. 2º. A Comissão passa a ter a seguinte composição: Senhores **CLÁUDIO GONÇALVES DA CRUZ, LEVINO JOSÉ DE OLIVEIRA** e **CARLOS INÁCIO BALLIN SCHUSTER** para sob a presidência do primeiro, dar continuidade à averiguação dos fatos apontados pela Secretaria de Assistência Social sobre ato cometido por servidor público municipal, lotado na respectiva secretaria.

ART. 3º - A Comissão deverá, com censo de responsabilidade praticar todos os atos necessários à apuração dos fatos, em conformidade a Lei n.º 075/98 e outras pertinentes à espécie.

ART. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2.016.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A Prefeita Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e conforme o que consta no Edital Pregão Presencial SRP 015/2016;

RESOLVE:

HOMOLOGAR: o procedimento licitatório na modalidade registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar, da rede municipal de ensino da zona rural e universitário para a Secretaria Municipal de Educação do município de Pedra Preta/MT.

ADJUDICAR os serviços licitados das Empresas abaixo relacionadas, que se sagraram vencedoras do certame acima mencionado.

Razão Social: COOPERATIVA DE TRANSPORTE ESCOLAR RURAL ESTADO DE MATO GROSSO, inscrita no CNPJ nº. : 02.974.597/0001-09:

Valor da Proposta Lote01 – DIA - **R$ 694,93 (seiscentos e noventa e quatro reais e noventa e três centavos).**

ESPECIFICAÇÃO LINHA 01 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUN. DA ZONA RURAL (REGIAO DA SERRINHA E FAZENDAS POLATO, BRIGIDA, FURNAS, TROPICAL, JAGUARI, PAINEIRAS, BOM JESUS X ESCOLA MUNICIPAL ARI GRIESANG, PERIODO MAT/VESP*. *(LINHA 1).*

Valor da Proposta Lote02 – DIA - **R$ 224,16 (duzentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos).**

ESPECIFICAÇÃO LINHA 02 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DA ZONA RURAL (ASSENTAMENTO COLINA VERDE X ESCOLAS SEDE) PERÍODO VESP. - (LINHA 2).

Valor da Proposta Lote03 – DIA - **R$ 476,64 (quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).**

ESPECIFICAÇÃO LINHA 03 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DA Z. RURAL (REGIAO DA JIBOIA E FAZENDAS TOMÉ MACHADO, CONSOLO, TAMONE, E ASSENTAMENTO SAO JOSE OPERÁRIO X ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO FERREIRA GONVALVES, PERIODO NOTURNO (LINHA 3).

Valor da Proposta Lote04 – DIA - **R$ 559,32 (quinhentos e cinquenta e nove reais e trinta e dois centavos).**

ESPECIFICAÇÃO LINHA 04 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DA ZONA RURAL REGIAO DA JIBOIA, MT 040 E FAZENDAS 01, TOME MACHADO, STA HELENA, VALE SOL, CLAUDIA, GRUTA DA SERRA, X ESCOLA FRANCISCO FERREIRA GONÇALVES, PERÍODO MAT. (LINHA 4).

Valor da Proposta Lote05 – DIA - **R$ 789,88 (setecentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos).**

ESPECIFICAÇÃO LINHA 05 - SOLICITO PREST. SERV. DE TRANSP. DE ALUNOS DA REDE MUN. Z. RURAL (REGIAO SAO JOSE DO PLANALTO E FAZENDAS M. MENDONCA I, M. MENDONCA II, WT, EMBU, MATÃO, SAO GABRIEL, CARLO REZENDE, MT40, ASS. SAO JOSE OPERARIO X ESCOLA FRANC. F. GONCALVES, PERÍODO MAT. (LINHA 5).

Valor da Proposta Lote06 – DIA - **R$ 389,64 (trezentos e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos).**

ESPECIFICAÇÃO LINHA 06 - PREST. SERV. DE TRANSP. DE ALUNOS DA REDE MUN. Z. RURAL (REGIAO ASSENTAMENTO MONTE AZUL, ASS. WILSON MEDEIROS, SITIO CICERO, SITIO BAIANO X ESCOLA MONTE AZUL (LINHA 6).

Valor da Proposta Lote07 - DIA - **R$ 847,35 (oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e cinco centavos).**

ESPECIFICAÇÃO LINHA 07 - PREST. SERV. DE TRANSP. DE ALUNOS DA REDE MUN. Z. RURAL (REGIAO DO PRATA, SANTO ANTONIO, FAZ. SANTA MARIA, FAZ. BAMBU, FAZ. MATA, FAZ. CEU AZUL. FAZ. ELDORADO, FAZ. PONTA VERDE, FAZ. GIRASSOL, FAZ. CAMPO REAL E RETIRO DA FAZ, GIRASOL X ESCOLAS ARI GRIESANG, PERIODO MAT. E VESP. (LINHA 7).

Razão Social: LIONS TUR TRANSPORTES LTDA-ME, inscrita no CNPJ nº.: 23.615.998/0001-34:

Valor da Proposta Lote08 – DIA - **R$ 1.382,00 (um mil trezentos e oitenta e dois reais).**

ESPECIFICAÇÃO LINHA 08 - PRESTACAO DE SERVICOS DE TRANSPORTE DE UNIVERSITARIOS PARA RONDONOPOLIS EM SUBSTITUICAO AS LINHAS DAS FACULDADES, UFMT, UNIC ARNALDO ESTEVA E FLORIANO PEIXOTO, E ANHANGUERA, PERÍODO NOTURNO (LINHA 8).

Valor da Proposta Lote09 – DIA - **R$ 3.920,19 (três mil novecentos e vinte reais e dezenove centavos).**

ESPECIFICAÇÃO LINHA 09 - PRESTACAO DE SERVICOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL ZONA RURAL EM SUBSTITUICAO DAS LINHAS: CIFRÃO, BUGIU, SANTA ESCOLASTICA E ASSENTAMENTO VISTA ALEGRE X ESCOLAS MUNICIPAIS SEDE, PERÍODO NOTURNO (LINHA 9).

Valor da Proposta Lote10 – DIA - **R$ 3.920,19 (três mil novecentos e vinte reais e dezenove centavos).**

ESPECIFICAÇÃO LINHA 10 - PRESTACAO DE SERVICOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL ZONA RURAL EM SUBSTITUICAO DAS LINHAS: SAO JOAO DAS PEDRAS, BANCO DA TERRA, PROMISSAO E ASSENTAMENTO 26 DE JANEIRO X ESCOLAS MUNICIPAIS SEDE (LINHA 10).

Valor da Proposta Lote11 – DIA - **R$ 934,23 (novecentos e trinta e quatro reais e vinte e três centavos).**

ESPECIFICAÇÃO LINHA 11 - PRESTACAO DE SERVICOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL ZONA RURAL EM SUBSTITUICAO DAS LINHAS: SITIO ESTRELA DO SUL, FAZ. VOTUPORANGA E SUCURI X ESCOLAS MUNICIPAIS SEDE (LINHA 11).

Valor da Proposta Lote12 – DIA - **R$ 2.646,88 (dois mil seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos).**

ESPECIFICAÇÃO LINHA 12 - PRESTACAO DE SERVICOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL ZONA RURAL EM SUBSTITUICAO DAS LINHAS: FURNAS, FAZENDA MESA, SANTA CLARA X ESCOLAS MUNICIPAL ARI GRIESANG (LINHA 12).

Proceda - se o Registro de Preço da empresa**:**

COOPERATIVA DE TRANSPORTE ESCOLAR RURAL ESTADO DE MATO GROSSO

LIONS TUR TRANSPORTES LTDA-ME

Pedra Preta - MT, 04 de julho de 2016.

_____

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

PREFEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

EXTRATO CONTRATO N° 025/2016

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **GASPARINI CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA ME**

O presente Contrato é para: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE PROJETO AMBIENTAL, PARA PLEITEAR JUNTO A SEMA-MT (SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – MATO GROSSO), A LICENÇA PRÉVIA, INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL JOSÉ TIBURSKI".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 11.850,00 (Onze mil oitocentos e cinquenta reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **23 de junho de 2016 à 31 de dezembro 2016**.

Peixoto de Azevedo-MT, 23 de junho de 2016.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 87/2013

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **BR CARRARA CONSTRUÇÕES LTDA ME**

O presente Contrato é para: "CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE EMPRESA DO RAMO ENQUADRADA COMO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA PRESTAR SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (USB) PSF 07- IRINEU DOS SANTOS NO DISTRITO UNIÃO DO NORTE EM PEIXOTO DE AZEVEDO, CONFORME, TERMO DE REFERENCIA E PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO"

1- Fica alterada a Cláusula QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO: ficando acrescentado ao valor inicial de R$ 10.332,35 (Dez mil trezentos e trinta e dois reais e trinta e cinco centavos), passando ao valor total de R$ 207.503,10 (Duzentos e sete mil quinhentos e três reais e dez centavos).

2 - Fica alterada a Cláusula QUINTA – Dos prazos e suas prorrogações: Fica aditivado o prazo de vigência, expirando em 30/10/2016.

Peixoto de Azevedo-MT, 21 de junho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2016 RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é**"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVICOS DE RECARGA DE CARTUCHOS DE TINTA, TONNER E MANUTENÇÃO CORRETIVA E LIMPEZA DE IMPRESSORAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE: ADMINISTRAÇÃO; SAÚDE; AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMÉRCIO; ESPORTE E LAZER; EDUCAÇÃO E CULTURA; TRANSPORTE; ASSISTÊNCIA SOCIAL; MEIO AMBIENTE, MINERAÇÃO E TURISMO; PLANEJAMENTO E FAZENDA. CONFORME TERMOS DE REFERÊNCIA"**. Onde se sagrou vencedora a empresa**VR TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA – ME**, com o **CNPJ Nº 24.170.840/0001-60,** com o valor total de **R$ 211.433,00 (Duzentos e onze mil quatrocentos e trinta e três reais)**. Na fase de habilitação a concorrente atendeu ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão**.** Peixoto de Azevedo-MT, 01 de Julho de 2016.

EMERSON NUNES FREITAS

Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Peixoto de Azevedo-MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 005/2016, tendo por OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVICOS DE RECARGA DE CARTUCHOS DE TINTA, TONNER E MANUTENÇÃO CORRETIVA E LIMPEZA DE IMPRESSORAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**

DE: ADMINISTRAÇÃO; SAÚDE; AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMÉRCIO; ESPORTE E LAZER; EDUCAÇÃO E CULTURA; TRANSPORTE; ASSISTÊNCIA SOCIAL; MEIO AMBIENTE, MINERAÇÃO E TURISMO; PLANEJAMENTO E FAZENDA. CONFORME TERMOS DE REFERÊNCIA.

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, com sede administrativa à Rua Ministro César Cals, 226 – Centro – Peixoto de Azevedo-MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o **Sr. Sinvaldo Santos Brito**, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG 865.252 SSP/BA e CPF 090.597.765-34, residente e domiciliado a Rua Amazonas, Bairro Centro, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo-MT em obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 040, de 08/05/2008, 006 de 12/02/2010 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial para Registro de Preços nº 005/2016 Ata de julgamento de Preços**, e homologada pelo ordenador de despesas desta Prefeitura, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora(s) que incidirá no valor dos MATERIAIS/PRODUTOS, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alçada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referencia e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento de registrar os preços UNITARIOS obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 005/2016; enquanto o objeto MEDIATO será contratação futura da empresa **VR TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA – ME**, com o **CNPJ Nº 24.170.840/0001-60**, visando o fornecimento dos MATERIAIS/PRODUTOS constantes do aludido do anexo 1 que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do anexo 1 que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, serem acrescidas em conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, MARCA E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, marca, fornecedor, e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço, e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2- Registro de Preço da empresa **VR TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA – ME,** inscrita no CNPJ sob o Nº **24.170.840/0001-60** localizada na Avenida Ariosto da Riva, nº 1525, Bairro Centro, cidade de Alta Floresta-MT - CEP 78580-000, representada pelo seu Sócio Proprietário, Senhor Tiago Bartolo Romero portador da Carteira de Identidade RG nº 32.098.729-2 SSP/SP e do CPF nº 312.662.648-33, residente e domiciliada na Rua Mario Quintana, nº 100, Jardim Universitário, no município de Alta Floresta -MT, CEP: 78.580-000.

Planilha demonstrativa dos preços:

SEQ	COD	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
1	263722	PRESTACAO DE SERVICO TECNICO DE MANUTENCAO CORRETIVA E LIMPEZA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS EM IMPRESSORAS A LAZER		SERVIÇO	178	270,00	48.060,00
2	263721	PRESTACAO DE SERVICO TECNICO DE MANUTENCAO CORRETIVA E LIMPEZA COM FORNECIMENTO DE PECAS EM IMPRESSORAS JATO DE TINTA		SERVIÇO	69	118,00	8.142,00
3	263723	PRESTACAO DE SERVICO TECNICO DE MANUTENCAO CORRETIVA E LIMPEZA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS EM IMPRESSORAS MATRICIAIS		SERVIÇO	15	175,00	2.625,00
4	259757	SERVICO DE RECARGA DE CARTUCHO 21 COM EMPREGO DE MATERIAL, QUANTIDADE 20ML DE TINTA		SERVIÇO	160	11,00	1.760,00
5	259758	SERVICO DE RECARGA DE CARTUCHO 22 COM EMPREGO DE MATERIAL, QUANTIDADE 15ML DE TINTA		SERVIÇO	160	11,00	1.760,00
6	259769	SERVICO DE RECARGA DE CARTUCHO 60 COM EMPREGO DE MATERIAL, QUANTIDADE 10ML DE TINTA		SERVIÇO	80	11,00	880,00
7	268184	SERVICO DE RECARGA DE TONNER HP 05A COM EMPREGO DE MATERIAL, QUANTIDADE 150GR DE PO, MANUTENCAO COM TROCA OBRIGATORIA DE CHIP, CILINDRO OPC E REGUA DE DOSAGEM, RENDIMENTO MEDIO 2.000 PAGINAS		SERVIÇO	170	45,00	7.650,00
8	259756	SERVICO DE RECARGA DE TONNER HP 12A COM EMPREGO DE MATERIAL, QUANTIDADE 160GR DE PO, MANUTENCAO COM TROCA OBRIGATORIA DE CHIP, CILINDRO OPC E REGUA DE DOSAGEM, RENDIMENTO MEDIO 2.000 PAGINAS PADRAO		SERVIÇO	490	44,00	21.560,00
9	259768	SERVICO DE RECARGA DE TONNER HP 35A COM EMPREGO DE MATERIAL, QUANTIDADE 100GR DE PO ESPECIFICO, MANUTENCAO, TROCA DE CHIP SE NECESSARIO, RENDIMENTO MEDIO 1.500 PAGINAS STANDARD		SERVIÇO	860	39,00	33.540,00
10	259773	SERVICO DE RECARGA DE TONNER HP 36A COM EMPREGO DE MATERIAL, QUANTIDADE 140GR DE PO ESPECIFICO, MANUTENCAO, TROCA DE CHIP SE NECESSARIO, RENDIMENTO MEDIO 1.500 PAGINAS STANDARD		SERVIÇO	40	39,00	1.560,00
11	259779	SERVICO DE RECARGA DE TONNER HP 49A COM EMPREGO DE MATERIAL, QUANTIDADE 300GR DE PO, MANUTENCAO COM TROCA OBRIGATORIA DE CHIP, CILINDRO OPC E REGUA DE DOSAGEM, RENDIMENTO MEDIO 1.500 PAGINAS		SERVIÇO	300	48,00	14.400,00
12	273336	SERVICO DE RECARGA DE TONNER HP CE 913 COM EMPREGO DE MATERIAL, QUANTIDADE 45GR DE PO ESPECIFICO, MANUTENCAO, TROCA DE CHIP OBRIGATORIA, RENDIMENTO MEDIO 1.200 PAGINAS STANDARD		SERVIÇO	280	68,00	19.040,00
13	259774	SERVICO DE RECARGA DE TONNER LEXMARK E120 COM EMPREGO DE MATERIAL, QUANTIDADE 150GR DE PO, MANUTENCAO, TROCA DE CHIP OBRIGATORIA, RENDIMENTO MEDIO 2.000 PAGINAS COM COBERTURA		SERVIÇO	60	68,00	4.080,00
14	259776	SERVICO DE RECARGA DE TONNER SAMSUNG 2010 COM EMPREGO DE MATERIAL DE 150GR DE PO, MANUTENCAO, TROCA DE CHIP SE NECESSARIO, RENDIMENTO MEDIO 2.000 PAGINAS		SERVIÇO	150	44,00	6.600,00
15	259760	SERVICO DE RECARGA DE TONNER SAMSUNG 3050 COM EMPREGO DE MATERIAL DE 350GR DE PO, MANUTENCAO, TROCA DE CHIP OBRIGATORIA, RENDIMENTO MEDIO 2.000 PAGINAS		SERVIÇO	160	48,00	7.680,00
16	259761	SERVICO DE RECARGA DE TONNER SAMSUNG 4118 COM EMPREGO DE MATERIAL DE 300GR DE PO, MANUTENCAO, TROCA DE CHIP OBRIGATORIA, RENDIMENTO MEDIO 3.000 PAGINAS		SERVIÇO	80	49,00	3.920,00
17	268183	SERVICO DE RECARGA DE TONNER SAMSUNG ML1860 COM EMPREGO DE MATERIAL DE 150GR DE PO, MANUTENCAO COM TROCA OBRIGATORIA DE CHIP, CILINDRO OPC E REGUA DE DOSAGEM, RENDIMENTO MEDIO 3.000 PAGINAS		SERVIÇO	80	44,00	3.520,00

18	268170	SERVICO DE RECARGA DE TONNER SAMSUNG ML2850 COM EMPREGO DE MATERIAL DE 150GR DE PO, MANUTENCAO, TROCA DE CHIP OBRIGATORIA, RENDIMENTO MEDIO 2.000 PG		SERVIÇO	100	49,00	4.900,00
19	268168	SERVICO DE RECARGA DE TONNER SAMSUNG SCX1665 COM EMPREGO DE MATERIAL DE 150GR DE PO, MANUTENCAO, TROCA DE CHIP OBRIGATORIA, RENDIMENTO MEDIO 2.000 PAGINAS		SERVIÇO	60	44,00	2.640,00
20	268169	SERVICO DE RECARGA DE TONNER SAMSUNG SCX3200 COM EMPREGO DE MATERIAL DE 150GR DE PO, MANUTENCAO COM TROCA OBRIGATORIA DE CHIP, CILINDRO OPC E REGUA DE DOSAGEM, RENDIMENTO MEDIO 2.000 PAGINAS		SERVIÇO	60	44,00	2.640,00
21	259770	SERVICO DE RECARGA DE TONNER SAMSUNG SCX4200 COM EMPREGO DE MATERIAL DE 150GR DE PO, MANUTENCAO COM TROCA OBRIGATORIA DE CHIP, CILINDRO OPC E REGUA DE DOSAGEM, RENDIMENTO MEDIO 3.000 PAGINAS		SERVIÇO	148	47,00	6.956,00
22	268167	SERVICO DE RECARGA DE TONNER SAMSUNG SCX4600 COM EMPREGO DE MATERIAL DE 150GR DE PO, MANUTENCAO COM TROCA OBRIGATORIA DE CHIP, CILINDRO OPC E REGUA DE DOSAGEM, RENDIMENTO MEDIO 3.000 PAGINAS		SERVIÇO	160	47,00	7.520,00
						VALOR TOTAL	**211.433,00**

Valor total: R$ 211.433,00 (Duzentos e onze mil, quatrocentos e trinta e três reais).

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decretos nº 040/08 e 006/10.

3.2. Regularmente convocado para retirar a solicitação de empenho, o fornecedor cumprirá faze-lo no prazo mínimo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pela Prefeitura, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.

3.4. A assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre a Prefeitura e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços, por acordo entre as partes, poderá ser prorrogado por um perco de 12 (doze) meses, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme determina o Art. 4 do Decreto nº 3.931/2001.

4.3. Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a adquirir os MATERIAIS/PRODUTOS exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas clausulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerencia da Ata de Registro de Preços ficará cargo da Prefeitura, nos termos das normas que regem a matéria e normalizações internas.

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgão e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.

5.3. Os órgão ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação previa ao órgão gerenciador/Departamento Administrativo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT.

5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos MATERIAIS/PRODUTOS.

6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.

6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, órgão gerenciador Cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.

6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador realizará nova Pesquisa de preços.

6.6. Nos preços unitários registrados esta incluída todas as despesas e taxas de qualquer Espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que Verificará e confrontará qualidade do MATERIAL/PRODUTO entregue com o especificado no Termo de Referencia.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do MATERIAL/PRODUTO.

7.3. Em se verificando vícios ou defeitos no MATERIAL/PRODUTO, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para pagamento.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega do MATERIAL/PRODUTO será realizada pelo Fiscal do Contrato.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo os órgão adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP, nos termos do art. 65, § 1º, da mesma Lei.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto após recebimento da Solicitação de ordem de fornecimento.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará expedição da solicitação de empenho ou documento similar e notificará empresa para proceder à retirada do mesmo.

8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.

8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da Solicitação de ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da Solicitação de ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos MATERIAIS/PRODUTOS, o esgotamento dos MATERIAIS/PRODUTOS será o limite mínimo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.7. Na hipótese do Item 8.6, órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá restante dos MATERIAIS/PRODUTOS das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para esse mesmo item.

8.8. A empresa vencedora deverá encaminhar as páginas dos jornais com as respectivas publicações do período para o endereço desta prefeitura.

8.9. Os MATERIAIS/PRODUTOS serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.10. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referencia;

8.10.1. Em se verificando problemas na entrega dos MATERIAIS/PRODUTOS, a empresa será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.11. Os MATERIAIS/PRODUTOS, a cada requisição, deverão ser fornecidos de uma só vez no local indicado no Item 8.8 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente á data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos MATERIAIS/PRODUTOS poderá ser fracionada e/ou prorrogada.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e Previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.

9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

9.3. Responder ás notificações no prazo estabelecido.

9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.

9.5. Efetuar a execução o do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referencia.

9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.

10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgão aderentes. (em casos de adesão).

10.3. Encaminhar copias da ARP aos órgãos aderentes.

10.4. Conduzir o procedimento de sinalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.

10.4.1. Caberá ao órgão aderente a aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das clausulas desta ata, devendo ser encaminhada copias para conhecimento das decisões de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.

10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.

10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Órgão gerenciador ou aderente fiscalizará exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.

11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

a) O fornecedor não dispuser a substituir os MATERIAIS/PRODUTOS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

b) O fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste Instrumento;

c) O fornecedor não retirar a solicitação de empenho no prazo estabelecido, sem apresentar justificativa aceita pelo fiscal do contrato do órgão gerenciador ou órgão aderente;

d) O fornecedor, na execução do contrato, incorrer numa das hipóteses enumeradas nos artigo 17 do Decreto nº 006/2010 e no artigo 78 da Lei nº 8. 666/93;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado nos autos;

f) Demais sanções previstas no Edital e Termo de Referência.

12.2. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1. A Prefeitura efetuará retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for ocaso;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancaria emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o numero do banco, da agência e da conta- corrente onde deseja receber seu credito.

14.2. A cada pagamento será verificada a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.

14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado para regularizar.

14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá prazo de 15 (quinze) dias para proceder à Regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao Departamento Administrativo do órgão gerenciador para as providencias cabíveis.

14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixa-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.

14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e numero do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o numero do fac-símile.

14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderá ser corrigidos pela variação do ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, “a” da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.

15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo mansão expressa ao numero da Solicitação de Empenho e contendo todos os dados da mesma.

15.2.1. O numero de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da Solicitação de ordem de fornecimento.

15.3. Todos os tributos incidentes sobre os materiais ou serviços deverá estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributaria aplicável á espécie.

15.4. No documento de cobrança deverá constar o nome e o numero do banco, bem como o nome e numero da agência e o numero da conta corrente na qual se executará o deposito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.

15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.

15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da Solicitação de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a Solicitação de ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a previa defesa, de conformidade com o art. 13 do Decreto nº 006/2010 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93:

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos.

b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Publica, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará empresa, á multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria a Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar á vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da Prefeitura, será aplicado o limite mínimo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto á Administração Publica, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, /c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 006/2010.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.

16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminha-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

16.7. Será publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Publica.

16.8. O Possível órgão aderente a ARP será o responsável pelas sanções administrativas Aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelos Decretos nº 3.931/2001, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1- Considerando o prazo de validade estabelecido na clausula quarta da ata e, em atendimento ao órgão do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º 1º da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do Pregão Presencial nº 005/2016, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

17.2- Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis á espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se ás disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital de Pregão Presencial nº 005/2016 e Termo de Referência;

b) Ata da Sessão Pública;

c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:

a) Modifica-lo, unilateralmente, para melhor adequação ás finalidades do interesse público, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, respeitados os direitos do Fornecedor;

b) Cancela-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;

c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;

d) Fiscalizar o fornecimento dos MATERIAIS/PRODUTOS.

e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o numero deste instrumento e o assunto específico da correspondência.

20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas a:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Rua Ministro César Cals nº 226 Centro- Peixoto de Azevedo /MT

Secretaria Municipal de Administração

SETOR DE LICITAÇAO E CONTRATOS

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, 2º do Código Civil.

21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Clausula ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhando-a ao Prefeito para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, AMM em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 006/2010.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.

22.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em

02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerencia Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo - MT, 01 de Julho de 2016

EMERSON NUNES FREITAS	CECILIA PEREIRA DA SILVA
Pregoeiro	Membro da Equipe

MARCOS JUNEOR CERVANTES	SINVALDO SANTOS BRITO
Membro da Equipe	Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 040/2016.

FUNDAMENTO AO TERMO: Este termo aditivo referente a ALTERAÇÃO NO VALOR CONTRATUAL sob o contrato nº 040/2016. Altera-se a Cláusula III, será realizado com recursos oriundos do tesouro municipal, o aporte Financeiro 25% do valor do contrato original de R$ 26.121,79. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT CONTRATADO: JOÃO MOREIRA DE SOUZA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 24.307.952/0001-10.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

RESULTADO PREGÃO N.º 062/2016-PMPL

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO N.º210/2016

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, LOCAÇÃO DE TELÃO, CANHÃO E PALCO PARA ATENDER OS EVENTOS REALIZADOS PELAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICIPIO.**

O Pregoeiro, regido pelo Decreto n.º 006/2016 da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N.º 062/2016, cujo certame se deu às 08h do dia 04/07/2016; sagrou vencedora a empresa **CARLOS EDUARDO T. FLORENCIO & CIA LTDA-ME**, vencedora do Lote 01, com valor total de R$2.425.850,00 (dois milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil e oitocen tos e cinquenta reais). Maiores informações fone 0xx65 3266-2534, Leandro Narciso da Costa ou site www.ponteselacerda.mt.gov.br ATA. Pontes e Lacerda/MT, 04 de julho de 2016.

Leandro Narciso da Costa – Pregoeiro

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO/2016

Termo de **RESCISÃO** de Contrato nº. 106/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: Empresa **SISPROEL COM. E SERV. DE TELEINFORMÁTICA LTDA -ME**

OBJETO: Fica rescindido o Contrato nº. 106/2016 e aditivos posteriores, face a empresa **SISPROEL COM. E SERV. DE TELEINFORMÁTICA LTDA - ME**, decorrente do Processo de Licitação na modalidade Dispensa nº. 102/2016, que tem por objeto a prestação de serviços de acesso de Internet Banda Larga para atendimento do SINE no município, visando aumentar a capacidade de velocidade de internet que era de 2MB para 4MB, devido as CTPS, serem digitalizadas.

DISPOSIÇÕES GERAIS: Dispensa nº. 102/2016

DATA: 30/06/2016

ASSESSORIA JURIDICA
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JULHO/2016

PORTARIA Nº. 161/2016

Designa o Sr. Gilberto Acacio De Melo para exercer interinamente a função de fiscal de contrato abaixo especificada

Data: 01/07/2016

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/JUNHO/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 101/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA STUDIO COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA

OBJETO:O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA, ESTIPULADO NA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO CONTRATO INICIAL DE NÚMERO 101/2016, ESTENDENDO SEU TERMO PARA O DIA 31 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPOSIÇÕES GERAIS: PROCESSO DE ADESÃO Nº. 048/2016 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 008/2015, ADVINDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 006/2015

DATA: 29/06/2016

ASSESSORIA JURIDICA
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JULHO/2016

PORTARIA Nº. 162/2016

Dispõe sobre a nomeação do Sr. Aparecida Angélica Rodrigues Coelho para o cargo em comissão Coordenadora Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, nos termos da Lei Complementar 117/2013

Data: 01/07/2016

ASSESSORIA JURIDICA
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA JULHO/2016

PORTARIA Nº. 160/2016

Dispõe sobre a exoneração da Srª. Adrianne Fernandes Filgueira, do cargo efetivo de professora, e dá outras providências

Data: 01/07/2016

GABINETE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/JUNHO/2016

DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 302/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: EMPRESA CONSTRUTORA CAMPESATTO LTDA

OBJETO:O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO SEU TERMO FINAL PARA 30 DE JUNHO DE 2017

DATA: 30/06/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

Resultado de Licitação Pregão Presencial nº 030/2016.

O Município de Porto Alegre do Norte representado pela Prefeitura Municipal, através do Pregoeiro senhor Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira, torna público para conhecimento dos interessados resultado do Pregão Presencial nº.030/2016, cujo objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JURIDICA HABILITADA PARA AQUISIÇÃO FUTURAS E PARCELADAS DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, INSUMOS PARA FARMACIA BÁSICA PARA ATENDIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE E HOSPITAL MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT,** no tipo menor preço com julgamento por item, conforme normas da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores; Lei Federal 10.520/02 e decreto municipal nº 677/2010. Cuja abertura ocorreu as 09:00 horas do dia 27/06/2016, consagrou – se vencedora as empresas: CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA para os Itens: 1, 5, 7, 10, 14, 17, 19, 21, 24, 27, 29, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 44, 45, 46, 49, 51, 52, 55, 56, 57, 61, 62, 65, 66, 68, 70, 73, 75, 77, 79, 81, 83, 84, 86, 87, 89, 93, 94, 97, 99, 101, 104, 106, 109, 112, 115, 118, 120, 123, 125, 128, 129, 132, 137, 139, 140, 143, 146, 147, 149, 152, 156, 157, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 203, 206, 208, 209, 210, 213, 214, 218, 220, 222, 229, 231, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 245, 246, 250, 251, 256, 258, 259, 261, 263, 267, 268, 273, 275, 276, 277, 278, 281, 285, 288, 289, 292, 293, 294, 295, 298, 299, 302, 303, 305, 306, 314, 317, 320, 321, 323, 329, 333, 349, 355, 356, 357, 360, 362, 363, 365, 368, 375, 377, 383, 389, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 401, 402, 403, 404, 408, 409, 414, 415, 416, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 428, 429, 434, 436, 439, 440, 442, 443, 446, 448, 449, 450, 458, 462, 463, 464, 474, 475, 478, 479, 480, 481, 485, 486, 490, 491, 492, 497, 507, 508, 509, 510, a empresa RETFARMA DIST.DE MED.PROD.HOSP.LTDA para os seguintes Itens: 02, 03, 04, 06, 08, 09, 11, 15, 16, 18, 20, 22, 23, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 38, 39, 42, 43, 47, 48, 50, 53, 54, 58, 59, 60, 63, 64, 67, 69, 71, 72, 74, 76, 80, 82, 88, 90, 91, 96, 98, 100, 102, 103, 107, 108, 110, 111, 113, 114, 117, 119, 122, 124, 126, 127, 131, 133, 136, 141, 142, 144, 145, 148, 150, 153, 154, 155, 158, 159, 163, 164, 169, 172, 182, 184, 190, 191, 192, 196, 200, 201, 202, 204, 205, 211, 215, 216, 217, 219, 221, 228, 232, 233, 236, 243, 247, 248, 249, 252, 253, 255, 257, 260, 265, 266, 270, 274, 280, 283, 286, 290, 291, 296, 297, 300, 304, 307, 308, 309, 312, 313, 315, 316, 324, 334, 335, 339, 345, 348, 354, 358, 359, 361, 372, 374, 376, 378, 380, 381, 386, 387, 391, 405, 406, 407, 410, 417, 427, 430, 431, 432, 433, 435, 437, 438, 441, 444, 445, 447, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 459, 460, 461, 465, 466, 469, 470, 471, 472, 473, 476, 477, 482, 483, 484, 487, 488, 489, 493, 494, 495, 496, 498, 502, 503, 504, 505, 506 e a empresa NORGE PHARMA COMERCIO DE MEDIC. MAT. E SOLUÇÃO EM SAÚDE LTDA para os Itens: 78, 85, 92, 95, 116, 130, 134, 135, 151, 173 178, 179, 180, 207, 212, 223, 224, 225, 226, 227, 234, 244, 254, 262, 264, 269, 271, 272, 279, 282, 284, 287, 301, 310, 311, 318, 319, 322, 325, 326, 327, 328, 330, 331, 332, 336, 337, 338, 340, 341, 342, 343, 344, 346, 347, 352, 353, 364, 366, 367, 369, 370, 371, 373, 379, 382, 384, 385, 388, 390, 400, 411, 412, 413, 457, 467, 468, 499, 500, 501, 511 e 512. Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira, Porto Alegre do Norte/MT, 04 de Julho de 2016. Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira **/ Pregoeiro.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 132/2016, DE 01 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre Licença de Servidor para Atividades Políticas.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei Complementar 64/1990.

RESOLVE:

Art. 1º – **Conceder**, a partir desta data (01/JULHO/2016), aoservidora ANDRICELI APARECIDA DA ROCHA CAMPOS, servidora comissionada, lotado na Secretaria Municipal de Assistencia Social, cargo Membro do conselho Tutelar, portador do RG n. 1148699-6SSP/MTe CPF. 908.469.741-34, LICENÇA **PARA ATIVIDADE POLÍTICA**.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de JULHO de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 131/2016, DE 01 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre Licença de Servidor para Atividades Políticas.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o art. 103, inciso VII e art. 128 da Lei Complementar nº 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **Conceder**, a partir desta data (01/JULHO/2016), ao servidor AUSTROGILSON BOMPARTO PINTO DE MIRANDA, servidor efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, cargo de Vigia, portador do RG n. 957969 SSP/MTe CPF. 460.407.571-91, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA**.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de JULHO de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 124/2016, DE 01 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre Licença de Servidor para Atividades Políticas.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o art. 103, inciso VII e art. 128 da Lei Complementar nº 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **Conceder**, a partir desta data (01/JULHO/2016), ao servidor Odair Torres Gomes, servidor efetivo, lotada na Secretaria de Assistência Social, cargo Vigia, portador do RG n. 11633501 SSP/MT e CPF. 325.980.761-68, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA**.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de JULHO de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PUB DE ABERTURA CREDENCIAMENTO

PUBLICAÇÃO DE ABERTURA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 33/2016

INEXIGIBILIDADE Nº 6/2016

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião/MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Credenciamento de Enfermeiro Plantonista, cujo Objeto é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA/JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMEIRO PLANTONISTA, CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA DE MUN. DE SAÚDE**. Nas condições fixadas neste Edital e seus Anexos.

Período de Credenciamento: Apartir de 05/07/2016 NO SEGUINTE LOCAL DATA E HORARIO:

LOCAL: SALA DA LICITAÇÕES–Rua Arnaldo Jorge da Cunha-444-Centro–Porto Esperidião-MT.

HORARIO: 07:00 as 11:00 e das 13 às 17:00 horas

DATA DA SEESSÃO PUBLICA: 07/07/2016

Edital completo afixado no endereço acima e na internet no endereço: **www.portoesperidiao.mt.gov.br**

Porto Esperidião MT, 01 de julho de 2016.

JOSÉ GALVÃO SILVA SEBALHO

Presidente da CPL.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 130/2016, DE 01 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre Licença de Servidor para Atividades Políticas.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o art. 103, inciso VII e art. 128 da Lei Complementar nº 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **Conceder**, a partir desta data (01/JULHO/2016), aoservidora EVANILCE NARDELI DOS SANTOS, servidora efetiva, lotado na Secretaria Municipal de Saude, cargo de Motorista, portador do RG n. 29064848 SSP/MTe CPF. 001.547.321-09, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA**.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de JULHO de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 125/2016, DE 01 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre Licença de Servidor para Atividades Políticas.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o art. 103, inciso VII e art. 128 da Lei Complementar nº 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **Conceder**, a partir desta data (01/JULHO/2016), ao servidor Antonio Pereira da Silva, servidor efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, cargo Motorista, portador do RG n. 355804 SSP/MT e CPF. 318.545.241-00, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA**.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de JULHO de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 134/2016, DE 01 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre Licença de Servidor para Atividades Políticas.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o art. 103, inciso VII e art. 128 da Lei Complementar nº 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **Conceder**, a partir desta data (01/JULHO/2016), ao servidor GILVAN ALVES DE LIMA, servidor efetivo, lotado na Secretaria Municipal de

Educação, cargo de Motorista, portador do RG n.771330 SSP/MT e CPF. 787.435.676-49, LICENÇA **PARA ATIVIDADE POLÍTICA**.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de JULHO de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 123/2016, 27 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre concessão e encaminhamento a PREVIPORTO servidores efetivos com Licença Saúde do Município de Porto Esperidião-MT.

O senhor, GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA,Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no Insiso I, art. 103, da Lei Complementar n.º 016/2003 e Insiso II, Art. 53 da Lei Complementar nº. 017/2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **CONCEDER E ENCAMINHAR PARA PREVIPORTO OS FUNCIONARIOS COM LICENÇA SAÚDE.**

GILLIANY SOUZA LEÃO – matricula 1199, periodo de 23/05/2016 A 07/09/2016.

ANISSANDRA NUNES BEZERRA – matricula 435, periodo de 19/05/2016 A 18/08/2016

ROSIMEIRE LEITE DAMASIO – matricula 240 E 280, periodo de 29/05/2016 A 28/08/2016

NILDA DE JESUS DOS REIS – matricula 461, periodo de 08/07/2016 A 07/08/2016.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 30 de JUNHO de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA.

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 122/2016, DE 31 DE MAIO DE 2016.

Exonera professor efetivo para fins de aposentadoria do Município de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições preconizadas pelo art. 85 da Lei Complementar nº 017, de 15 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º – **EXONERAR** a partir de (30/junho/2016) JOÃO LINO PEREIRA**,** efetivo no cargo de Professora, com matricula 99,portador CPF nº 005. 245.968.32, para fins de aposentadoria do mesmo.

Art. 2° - Em função da exoneração acima o mesmo fará jus ao recebimento de todas as licenças-prêmio vencidas, bem como as férias proporcionais.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 30 de junho de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 126/2016, DE 01 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre Licença de Servidor para Atividades Políticas.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o art. 103, inciso VII e art. 128 da Lei Complementar nº 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **Conceder**, a partir desta data (01/JULHO/2016), ao servidor Joelb Ferreira de Godoy, servidor efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, cargo de Professor, portador do RG n. 1282356-2 SSP/MT e CPF. 836.722.651-87, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA**.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de JULHO de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 133/2016, DE 01 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre exoneração de servidor comissionado do cargo de Coordenador de Programa de Desenvolvimento Social do Município de Porto Esperidião-MT.

O Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar n.º 018/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **EXONERAR**, a senhora servidora LEILA MASSAI MENDES**,** portadora do RG n. 1209796-9SSP/MTe CPF. 902.159.901-53 do cargo de Coordenador de Progama de Desenvolvimento Social do Município de Porto Esperidião-MT.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de julho de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 121/2016, 06 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DAS FÉRIAS DE SERVIDOR DO MUNICIPIO DE PORTO ESPERIDIÃO.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições.

RESOLVE;

Art. 1º - REVOGAR, as férias da servidora ROSA DA SILVA CEBALHO – matricula 57.

Art. 2° - NOMEAR, a senhora Rosa da Silva Cebalho, matricula 57 inscrita no CPF nº 442.602.291.68 para ocupar o cargo de Chefe de Seção da Secretaria de Indústria e Comercio e designar a mesma para ser responsável pela inserção e acompanhamento das informações do "***Sistema GEOBRAS***" e inserção das informações do APLIC.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 06 de junho de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 120/2016, 06 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PORTO ESPERIDIÃO.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições preconizadas artigo 98, da Lei Complementar 016/2003 de 15 de Dezembro de 2003,

Art. 1º - CONCEDER, 30 dias de férias aos servidores, a partir de 01/06/2016.

ROSA DA SILVA CEBALHO – matricula 57, período aquisitivo 04/02/2012 a 03/02/2013.

SANDRA LOPES DE SOUZA – matricula 1597, período aquisitivo 01/04/2015 a 31/03/2016.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 06 de junho de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 129/2016, DE 01 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre Licença de Servidor para Atividades Políticas.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o art. 103, inciso VII e art. 128 da Lei Complementar nº 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **Conceder**, a partir desta data (01/JULHO/2016), ao servidor SAULO ALVES BARBOSA, servidor efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, cargo de Agente Administrativo, portador do RG n. 853.408 SSP/SP e CPF. 468.350.671-87, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA**.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de JULHO de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 119/2016, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre EXONERAÇÃO do servidor ocupante do cargo Comissionado de SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO do Município de Porto Esperidião-MT.

O Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar nº 018/2003 de 15 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR**, a partir desta data (06/JUNHO/2016), do cargo de **SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO** do Município de Porto Esperidião-MT, o senhor, **PAULO RODRIGO KUHN,** portadora do RG nº. 723097 SSP/MT e do CPF nº 696.020.421-68.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 06 de junho de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 127/2016, DE 01 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre exoneração de servidor comissionado do cargo de Chefe de Seção da Secretaria de Esporte do Município de Porto Esperidião-MT.

O Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e consoante o disposto no art. 52, da Lei Complementar n.º 018/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **EXONERAR**, a senhora servidora MARILDA LEAL DOS SANTOS SILVA**,** portadora do RG n. 03896889 SSP/MTe CPF. 496.272.871-72 do cargo de Chefe de Seção.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de julho de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 135/2016, DE 01 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre Licença de Servidor para Atividades Políticas.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o art. 103, inciso VII e art. 128 da Lei Complementar nº 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **Conceder**, a partir desta data (01/JULHO/2016), ao servidor CLEBSON MARIANO DE SOUZA, servidor efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, cargo de Auxiliar de Enfermagen, portador do RG n. 4329672 SSP/MT e CPF. 935.865.231-49, LICENÇA **PARA ATIVIDADE POLÍTICA**.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de JULHO de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 128/2016, DE 01 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre Licença de Servidor para Atividades Políticas.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o art. 103, inciso VII e art. 128 da Lei Complementar nº 016/2003 de 15 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º – **Conceder**, a partir desta data (01/JULHO/2016), ao servidora ELENIR ALVES, servidora efetiva, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cargo de Auxiliar de Consultoório Dentario, portador do RG n. 1633833-2 SSP/MT e CPF. 907.930.561-87, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA**.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 01 de JULHO de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 238/2016

(DISPOE SOBRE LICENÇA PARA SERVIDOR PARA CONCORRER CARGO ELETIVO).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Com base no art. 128, parágrafo Único da Lei Complementar nº 001 de 05 de Dezembro de 2006, (Que dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do município de Porto Estrela e dá outras providencias correlatas)

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder o Afastamento de 90 (noventa) dias ao Srº. **CRISTIANO DE JESUS MARTINS, Portador da Cedula de Identidade RG nº 1311872-2 SSP/MT e CPF: nº 967.339.001-06, servidor Efetivo no cargo** de **Motorista,** para a partir do dia **02 de Julho de 2016**, para concorrer as Eleições de 02/10/2016 neste Município.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Estrela, aos 01 dias de Julho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 241/2016

(QUE CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES DA SAUDE)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 036/2012 "Que autoriza a adequação do Anexo II – Tabela de Remuneração Cargos Efetivos da Lei Complementar nº 003/2006 "**INSTITUI A CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PORTO ESTRELA",** e dá outras providências".

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido Elevação de Nível aos Servidores conforme segue abaixo:

Nº.	NOME DO SERVIDOR	Data Adm.	CARGO	NÍVEL/ CLASSE	ELEVAÇÃO DE NIVEL
001	Alessa B. Polegati Seconello	05/06/2007	Enfermeira	B/06	B/07
002	Tereza Ferreira Ramos	14/06/2007	Tecnico Saude	C/06	C/07

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, com efeitos retroativos a 30 de Junho de 2016.

Artigo 3º) – Revogando-se a as disposições em contrário.

Publique, registre-se, comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Julho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 240/2016

(QUE CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. **015/2008** (Que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Porto Estrela, estabelece normas e enquadramentos e institui nova tabela de vencimentos), e dá outras providências".

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido **Elevação de Nivel** aos respectivos Servidores Municipais, conforme relação abaixo:

Nº.	NOME	DATA ADMISSÃO	FUNÇÃO	NÍVEL/ CLASSE	ELEVAÇÃODE NIVEL
001	Iracir Alves de Souza	01/06/2016	Ag. Administrativo	A/21	A/22
002	Fabio Nogueira de Almeida	30/06/1997	Aux. Contabil	A/19	A/20
003	Divina da Silva Ferreira	14/06/2013	Recepcionista	A/01	A/02
004	Orlando Pereira da Silva	30/06/1997	Ag. Serv. Publico	A/19	A/20
005	Jucenio de Sene	01/06/1998	Motorista	C/19	C/190

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de Junho de 2016.

Art. 3º. Revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Julho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 239/2016

(QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR COMISSIONADO).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº 058/2014 (“Dispõe Sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº 024/ 2009, Decreto Municipal n° 054 de 20 de Junho de 2016, e outras Providencias).

RESOLVE:

Artigo 1º) – Fica nomeado a **Srª. Viviane Barbosa Duarte**,Portador**a** da Cedula de Identidade **RG. Nº. 24.75987-2 SSP/MT e CPF. Nº 053.339. 101-62,** para exercer o cargo comissionado de **Chefe de Divisão de Limpeza Publica, lotada na Secretaria Municipal Administração e Finanças.**

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Artigo 3º) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 01 de Julho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 237/2016

(QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR COMISSIONADO).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº 058/2014 (“Dispõe Sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº 024/ 2009, Decreto Municipal n° 054 de 20 de Junho de 2016, e outras Providencias).

RESOLVE

Artigo 1º) – Fica nomeado o **Srº. CLEITON DE AZEVEDO**,Portadorda Cedula de Identidade **RG. Nº. 2036636-1 SSP/MT e CPF. Nº 031.741. 261-12,** para exercer o cargo comissionado de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Artigo 3º) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 01 de Julho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 236/2016

(QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR COMISSIONADO).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº 058/2014 (“Dispõe Sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº 024/ 2009, Decreto Municipal n° 054 de 20 de Junho de 2016, e outras Providencias).

RESOLVE

Artigo 1º) – Fica nomeado o **Srº. SANTOS FERREIRA RAMOS**,Portadorda Cedula de Identidade **RG. Nº. 1052485-1 SSP/MT e CPF. Nº 771. 022.821-68,** para exercer o cargo comissionado de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE RURAL, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Artigo 3º) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 01 de Julho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
PORTARIA N. 024/2016

PORTARIA Nº 024/ 2016

Dispõe sobre a Concessão de Férias Regulamentares a Servidora da Câmara Municipal de Porto Estrela- MT.

O Sr. Denisson Pedroso Brilhadori, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

CONSIDERANDO o requerimento e o deferimento do pedido de1/3 férias do Servidora abaixo supramencionado, RESOLVE:

Art. 1°. Conceder 1/3 de Férias regulamentares de 20 dias, a servidora efetivo desta Casa de Leis, cargo de Auxiliar LegislativoSrª. **Rosimara Rodrigues da Silva**, referente ao período aquisitivo serem gozadas a partir de **11/07/2016 a 30/07/2016**, referente o exercício 2015.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 01 de Julho de 2016

Denisson Pedroso Brilhadori.

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
PORTARIA N. 023/2016

PORTARIA Nº 023/ 2016

Dispõe sobre o Recesso da Câmara Municipal de Porto Estrela- MT.

O Sr. Denisson Pedroso Brilhadori, Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

CONSIDERANDO recesso com base no Art. 7º. Do Regimento Interno Municipal do, RESOLVE:

Art. 1°. Conceder o recesso parlamentar 30 dias, aos vereadores desta Casa de Leis, referente ao período de **30/06/2016 a 01/08/2016**.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 01 de Julho de 2016

Denisson Pedroso Brilhadori.

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO EXECUTIVO N.º 054/2016

(**QUE DISPÕES SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA NOMENCLATURA DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E A CRIAÇÃO DO ORGANOGRAMA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**).

MAURO ANDRE BUSINARO, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, no uso de suas atribuições legais, especialmente das que lhe é conferida em Lei Municipal Complementar 058/2014, *DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO, DO ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 044/ 2013, Que dispõe sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37, e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº 024/2009*, e Lei complementar 068/2016" QUE *CRIA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE ASSESSOR DE ORÇAMENTO E FINANÇAS",* e da outras Providências.

DECRETA:

Art. 1º. Os órgãos da Administração Direta, subordinados diretamente ao Chefe do Poder Executivo, competem observados os princípios, desempenho das atribuições enumerados na Lei Municipal Complementar n.º 044/ 2013.

Art. 2º. O Prefeito Municipal, por Decreto, baixará as respectivas atribuições e competências dos órgãos e organograma, observado o presente Decreto e a legislação hierarquicamente superior, enumerados no art. 3º deste Decreto.

Art. 3º. Integram a estrutura os seguintes órgãos do Poder Executivo:

A. Órgãos de Assessoramento:

I. Gabinete do Prefeito Municipal;

- Prefeito Municipal
- Vice-Prefeito Municipal
- Chefe de Gabinete
- Assessor Jurídico
- Assessoria de Prestação de Contas

II - Controladoria do Município;

B. Órgãos Auxiliares:

I - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

- Tesoureiro
- Assessor de Orçamentos e Finanças
- Assessor Técnico do APLIC
- Assessor de Licitação
- Assessor de Recursos Humanos
- Coordenadoria de Cadastro, Tributação e Arrecadação
- Coordenadoria de Planejamento de Aquisições
- Coordenadoria de Contabilidade
- Coordenadoria de Tesouraria
- Coordenadoria de Ouvidoria
- Coordenadoria de Instrução Processual
- Coordenadoria de Manutenção em rede elétrica
- Departamento de Transporte
- Departamento do Controle de Estoque e Abastecimento
- Departamento de Fiscalização
- Departamento de Patrimônio
- Departamento de Orçamentos de Bens e Serviços
- Divisão do Setor de Arquivo
- Divisão do Setor Administrativo
- Setor de Departamento de Água e Esgoto

C. Órgãos de Administração Específica:

I - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e lazer.

- Assessoria de Programas e Projetos
- Departamento de Transporte Escolar
- Departamento de transporte Rural
- Divisão de Limpeza Pública
- Divisão de Esportes
- Setor de Limpeza Publica

II - Secretaria Municipal de Saúde

- Assessoria de Vigilância Sanitária
- Coordenadoria de Informação de Sistema de Saúde
- Coordenadoria de Sala de Vacina

- Coordenador de Regulação
- Departamento de Farmácia Básica
- Divisão Odontológica
- Divisão de Transporte de Pacientes
- Divisão de Regulação

III - Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social

- Coordenadoria do CRAS
- Departamento do CRAS
- Divisão do Programa Bolsa Família
- Divisão de Limpeza
- Divisão de Apoio Administrativo
- Divisão do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
- Setor de Limpeza

IV - Secretaria Municipal Agricultura e Desenvolvimento Econômico

- Setor Técnico de Agricultura Familiar

V - Secretaria Municipal de Obras, Infra Estrutura e Serviços Urbanos.

- Coordenadoria de Conservação e Manutenção de Obras Públicas
- Coordenadoria do Departamento de Água e Esgoto (DAE)
- Coordenadoria de Oficina
- Coordenadoria de infra estrutura
- Coordenadoria de Conservação e Manutenção de Estradas Vicinais

- Coordenadoria de Conservação e Manutenção de Vias Públicas

- Departamento do DAE

- Departamento de serviços Públicos
- Departamento de Infra-Estrutura
- Divisão do DAE
- Divisão de Serviços Urbanos
- Setor de Limpeza Pública

- Setor do DAE

-Setor de Infraestrutura

D. Órgãos Consultivos.

I. Conselhos Municipais constituídos em Lei.

Art. 4º. O quadro de órgãos do Executivo Municipal é o constante do Anexo I do presente Decreto, observados os preceitos da Lei Municipal Complementar n.º 044, de 22 de Abril de 2.013.

Art. 5º. O Controle reger-se-á diretrizes estabelecidas pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, através do Sistema de Controle Interno.

Art. 6º. Os serviços de apoio referentes à pessoal, suprimentos, patrimônio, documentação, equipamentos, informática e transportes oficiais reger-se-ão por diretrizes gerais estabelecidas pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 7º. Os serviços de execução orçamentária e financeira serão regidos por diretrizes gerais estabelecidas pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 8º. Ficacriado organograma da estrutura administrativa através dos anexos **II a VIII.**

Art. 9º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº **048/2016, de 10 de Maio de 2016.**

Prefeitura de Porto Estrela/MT, 20 de Junho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 242/2016

(QUE CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 027/2010 “Altera os Anexos II e III da Lei Complementar nº 013/2008, de 18 de Março de 2008 **(Que dispõe sobre a reestruturação do Plano de carreira dos Profissionais da Educação do Municipio de Porto Estrela),** e dá outras providências”.

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido **Elevação de Nível** aos respectivos Servidores, conforme relação abaixo:

Nº.	NOME	DATA ADMISSÃO	FUNÇÃO	NÍVEL/ CLASSE	ELEVAÇÃODE NIVEL
001	Creide Faria Lopes	30/06/1997	Merendeira	A/19	A/20
002	Fatima Alves Campos	30/06/1997	Professora	A/19	A/20
003	Itamar Almeida da Silva	30/06/1997	Professora	B/19	B/20
004	Maria I. Costa Magalhaes	30/06/2016	Professora	C/19	C/20
005	Maria Divina da C. Ramos	17/06/2013	Merendeira	A/01	A/02

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de Junho de 2016.

Artigo 3º) – Revogando-se a as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela-MT, 01 de Junho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 235/2016**

(DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar Nº 001/2006- Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X - Da Licença prêmio por assiuidade do Art. 125. Após cada Qüinqüênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedida a **Licença Premio**, no período de **01/07/2016** a **28/09/2016,** sendo o periodo de aquisição de **02/01/2000 a 01/01/2005,** ao Sr° **ARNALDO NORONHA DA COSTA,** funcionario Efetivo no cargo de Orientador Escolar, Classe B, Nivel 22, lotado na secretaria Municipal de Educação, portador do **RG n° 3.570.624-0 SSP/MT e CPF n° 519.896. 549-91.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, com efeitos .

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Estrela-MT, 01 de Julho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 234/2016**

(**CONCEDER AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA Srª SILLEI DA SILVA ALMEIDA**)

CONSIDERANDO o Art. 101 item III, e 112 *caput* da Lei Complementar n° 001/2006 – Que dispõe sobre a Reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providencias correlatas.

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º) **CONCEDER** Licença para acompanhamento de seu Filho, a servidora Srª **SILLEI DA SILVA ALMEIDA** portadora do RG n° **136.53024 SSP/MT e CPF n° 823.275.561-04**, Lotada na Secretária Municipal de Educação no cargo efetivo de **Professora**, pelo período de **90 (Noventa) dias,** a partir do dia 03 de Junho de 2016, conforme firmado no Atestado Médico da mesma data.

Artigo 2º) – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03 de Junho de 2016.

Publique, registre-se, comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 01 de Julho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 233/2016**

(QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº 058/2014 ("Dispõe Sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº 024/ 2009, Decreto Municipal n° 054 de 20 de Junho de 2016, e outras Providencias).

RESOLVE:

Artigo 1º) – Fica nomeado o servidor Sr. **JULIO FERREIRA DA COSTA, portador do RG nº 1052485-1 SSP/MT e CPF nº 771.022.821-68**, para o cargo comissionado de **Encarregado de Setor de infraestrutura,** para exercer suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.**

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação

Artigo 3º) – Revogando-se a as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 01 de Julho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 232/2016**

(QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº 058/2014 ("Dispõe Sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº 024/ 2009, Decreto Municipal n° 054 de 20 de Junho de 2016, e outras Providencias).

RESOLVE:

Artigo 1º) – Fica nomeada o servidor Sr. **RAFAEL VASCONCELLOS ALVES, portador do RG nº 2163467-0 SSP/MT e CPF nº 041.857.181-36**, para o cargo comissionado de **Chefe de Divisão de Apoio Administrativo,** para exercer suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL AÇÃO SOCIAL E TRABALHO.**

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação

Artigo 3º) – Revogando-se a as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 01 de Julho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 231/2016**

(QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº 058/2014 (“Dispõe Sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº 024/2009, Decreto Municipal n° 054 de 20 de Junho de 2016, e outras Providencias).

RESOLVE:

Artigo 1º) – Fica nomeada a servidora Srª **NOELI LUIZA DA COSTA, portadora do RG nº 613335 SSP/MT e CPF nº 420.143.441-91**, para o cargo comissionado de **COORDENADORA DO CRAS,** para exercer suas funções na **SECRETARIA MUNICIPAL AÇÃO SOCIAL E TRABALHO.**

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação

Artigo 3º) – Revogando-se a as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 01 de Julho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 227/2016

(DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE SALARIO FAMILIA A SERVIDORA).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Federal n° 4.266 de 03 de Outubro de 1963 “Que institui o salário Familia do trabalhador.”

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido o **SALARIO FAMILIA**, a Srª **VANIA DA SILVA COSTA**, funcionario comissionado no cargo **Encarregada de Setor do Cras** ,lotado na Secretaria Municipal de Ação Social e Trabalho, portadora do RG **Nº. 1711303-2 SSP/MT e CPF. Nº 013.629.021-36**, referente a **Genniffer da Silva Marques e Kauãn da Silva Marques**, seus filhos menor de 14 (Quatorze) anos**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrario.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto estrela-MT, 01 de Julho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 226/2016

(DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE SALARIO FAMILIA A SERVIDORA).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Federal n° 4.266 de 03 de Outubro de 1963 “Que institui o salário Familia do trabalhador.”

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido o **SALARIO FAMILIA**, a Srª **GLAUCIA RAMOS DA SILVA**, funcionario comissionado no cargo **Encarregada de Setor do Cras** ,lotado na Secretaria Municipal de Ação Social e Trabalho, portadora do RG **Nº. 1813304-5 SSP/MT e CPF. Nº 046.895.361-20**, referente a **Alex da Silva Ferreira e Ingridi da Silva Ferreira**, seus filhos menor de 14 (Quatorze) anos**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrario.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto estrela-MT, 01 de Julho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 225/2016

(DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE SALARIO FAMILIA A SERVIDOR).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Federal n° 4.266 de 03 de Outubro de 1963 “Que institui o salário Familia do trabalhador.”

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido o **SALARIO FAMILIA**, ao Sraº **GRAUCINETE FERREIRA DO ROSARIO**, funcionario comissionado no cargo chefe de divisão,lotado na Secretaria Municipal de Ação Social e Trabalho, portador do RG **Nº. 1711504-3 SSP/MT e CPF. Nº 020.477.891-33**, referente a **JENNIFFER LAUANY FERREIRA LOPES**, sua filha menor de 14 (Quatorze) anos**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrario.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto estrela-MT, 01 de Julho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 224/2016

(DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE SALARIO FAMILIA A SERVIDOR).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Federal n° 4.266 de 03 de Outubro de 1963 “Que institui o salário Familia do trabalhador.”

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido o **SALARIO FAMILIA**, ao Srº **JOSIMAR BATISTA FERREIRA**, funcionario comissionado no cargo de **Encarregado do Setor DAE** lotado na Secretaria Municipal de Obras, portador do RG **Nº. 216. 7693-3 SSP/MT e CPF. Nº 035.350.331-28**, referente a **ELOIZA AWANE DE MIRANDA BATISTA FERREIRA**, sua filha menor de 14 (Quatorze) anos**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrario.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto estrela-MT, 01 de Julho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 223/2016

(DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE SALARIO FAMILIA A SERVIDOR).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Federal n° 4.266 de 03 de Outubro de 1963 "Que institui o salário Familia do trabalhador."

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido o **SALARIO FAMILIA**, ao Srº **JOSE ODINEI DE OLIVEIRA**, funcionario comissionado no cargo de **Encarregado do Setor DAE** lotado na Secretaria Municipal de Obras, portador do RG Nº. **1489250-2 SSPMT e CPF. Nº 012.355.011-40**, referente a **ISMAEL SANTOS DE OLIVEIRA**, seu filho menor de 14 (Quatorze) anos**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrario.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto estrela-MT, 01 de Julho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 222/2016

(DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE SALARIO FAMILIA A SERVIDOR).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Federal n° 4.266 de 03 de Outubro de 1963 "Que institui o salário Familia do trabalhador."

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido o **SALARIO FAMILIA**, ao Srº **RONALDO RIBEIRO DA SILVA**, funcionario comissionado no cargo de **Diretor Departamento DAE** lotado na Secretaria Municipal de Obras, portador do RG Nº. **957.721 SSP/MT E CPF. Nº 630.789.611-68**, referente a **GABRIEL FARIA SILVA**, seu filho menor de 14 (Quatorze) anos**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrario.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto estrela-MT, 01 de Julho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 221/2016

(DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE SALARIO FAMILIA A SERVIDOR).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Federal n° 4.266 de 03 de Outubro de 1963 "Que institui o salário Familia do trabalhador."

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido o **SALARIO FAMILIA**, ao Srº **SANTOS FERREIRA RAMOS**, funcionario comissionado no cargo de **Chefe de Divisão de Limpeza** lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte portador do RG Nº. **1052485-1 SSP/MT E CPF. Nº 771.022.821-68**, referente a **SAMIRA COSTA RAMOS**, sua filha menor de 14 (Quatorze) anos**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrario.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto estrela-MT, 01 de Julho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 220/2016

(DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE SALARIO FAMILIA A SERVIDOR).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Federal n° 4.266 de 03 de Outubro de 1963 "Que institui o salário Familia do trabalhador."

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido o **SALARIO FAMILIA**, ao Srº **VANDIR BISPO DA SILVA**, funcionario comissionado no cargo de **Encarregado de Setor DAE** lotado na Secretaria Municipal de Obras, portador do RG Nº. **1087254-0 SSP/MT E CPF. Nº 812.120.971-49**, referente a **VANDERSON BISPO DA SILVA**, seu filho menor de 14 (Quatorze) anos**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogando – se as disposições em contrario.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto estrela-MT, 01 de Julho de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2016

BENEFICIÁRIO: MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS COSTA

OBJETO: Prestação de serviços de Técnico em Enfermagem no Pronto Atendimento Municipal - Porto Estrela – MT.

VALOR APROXIMADO DE R$ 13.746,24(Treze mil setecentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos).

VIGÊNCIA: 01/07/2016 A 31/12/2016

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05 05005 10 302 0020 2033 31 90 04 00 00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2016

BENEFICIÁRIO: ABINEYSE SAN MARTIN DE SOUZA DENIS

OBJETO: Prestação de serviços de Professora na Escola Municipal Izabel dos Santos Faria - Porto Estrela – MT.

VALOR APROXIMADO DE R$5.218,92 (cinco mil duzentos e dezoito reais e noventa e dois centavos).

VIGÊNCIA: 01/06/2016 A 29/08/2016

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04 04002 12 361 0060 2023 31 90 04 00 00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 47/2016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2016

O Município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, Centro, CEP – 78.560-000, fone (66) 3526-2000, por meio de seu Pregoeiro, instituído pela portaria 272/2016 de 16/05/2016, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço por item,** objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL ODONTOLOGICO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

Modalidade de licitação: ---------- PREGÃO ELETRÔNICO

Tipo de licitação: ---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DATA INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

AS 14:00 HORAS DO DIA 04 DE JUNHO DE 2016.

DATA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:

AS 09:00 HORAS DO DIA 14 DE JULHO DE 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS:

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: AS 09:00 HORAS DO DIA 18 DE JULHO DE 2016.

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição no Site www.cidadecompras.com.br, na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, pelo telefone 66 3526 2000, ou no endereço eletrônico http://www.portodosgauchos.mt.gov.br/* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 13h00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Porto dos Gaúchos/MT, 04 de julho de 2016.

HELIELSON TEODORO ALVES

Pregoeiro

EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 49/2016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 07/2016

O Município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, Centro, CEP – 78. 560-000, fone (66) 3526-2000, por meio de seu Pregoeiro, instituído pela portaria 272/2016 de 16/05/2016, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço por item,** objetivando a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME O TERMO DE COMPROMISSO N° 025/2016 - APROVADA PELO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE. "DESCRIÇÃO SEGUE ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL" PARA MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT**.

Modalidade de licitação: ---------- PREGÃO ELETRÔNICO

Tipo de licitação: ---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DATA INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

AS 09:00 HORAS DO DIA 11 DE JULHO DE 2016.

DATA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:

AS 09:00 HORAS DO DIA 12 DE JULHO DE 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS:

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: AS 09:00 HORAS DO DIA 15 DE JULHO DE 2016.

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição no Site* ***www.bll.org.br****, na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, pelo telefone 66 3526 2000, ou no endereço eletrônico http://www.portodosgauchos.mt.gov.br/* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 13h00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Porto dos Gaúchos/MT, 04 de Junho de 2016.

Helielson Teodoro Alves

Pregoeiro

DECRETO Nº 042/2016

De: 20 de Junho de 2016.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais,e, ainda no que dispõe o Art 40 a 43 da Lei 4.320/64, e da Lei 606/2016 de 08 de junho de 2016.

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar criado pela Lei 577/2015 por Anulação de Despesa no valor total de R$ 6.000,00 (Seis Mil Reais), no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT, conforme discriminado abaixo:

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Saúde..... 05

UNIDADE: Fundo Municipal de Saúde..... 004

FUNÇÃO: Saúde..... 10

SUB FUNÇÃO: Assistência Hospitalar e Ambulatorial..... 302

PROGRAMA: Mac Assistência PPI..... 0056

PROJ/ATIV: Reforma do Hospital Municipal Gustav Adolf Isernhagen.. 2703

ELEMENTO DE DESPESA:

Obras e Instalações: 4490.51.00.00.00..... R$ 6. 000,00

TOTAL ADICIONADO..... R$ 6.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial na forma do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº. 4320/64 das seguintes dotações orçamentárias:

ANULA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Saúde..... 05

UNIDADE: Fundo Municipal de Saúde..... 004

FUNÇÃO: Saúde..... 10

SUB FUNÇÃO: Assistência Hospitalar e Ambulatorial..... 302

PROGRAMA: Mac Assistência PPI..... 0056

PROJ/ATIV: Construção e Reforma do Hospital Municipal..... 2649

ELEMENTO DE DESPESA:

Outros Serv. Terceiro P. Jurídica: 3390.39.00.00.00..... R$ 6. 000,00

TOTAL ANULADO..... R$ 6. 000,00

Art. 3º Fica incluída a seguinte meta de investimento da lei que instituiu o Plano Plurianual do Município para o período de 2014 a 2017 (Lei Municipal 468/2013) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 (Lei Municipal 579/2015).

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 20 de Junho de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 043/2016

De: 27 de Junho de 2016.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providencias"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAUCHOS-MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais, e, ainda no que dispõe o Art. 40 a 43 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal 608/2016 de 27 de junho de 2016.

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 166.598,27 (Cento e Sessenta e Seis mil Quinhentos e Noventa e Oito reais e Vinte e Sete Centavos), no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT, conforme discriminado abaixo:

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Saúde 05

UNIDADE: Fundo Municipal de Saúde 004

FUNÇÃO: Saúde..... 10

SUB FUNÇÃO: Assistência Hospitalar e Ambulatorial 302

PROGRAMA: Mac Assistência PPI 0056

PROJ/ATIV: Aquisição de Equipamentos Hospitalar.....2815

ELEMENTO DE DESPESA:

Equipamento e Material Permanente: 4490.52.00.00.00.....R$ **166.598,27**

TOTAL ADICIONADO.....R$ 166. 598,27

Art. 2º E para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial que ora se cria será utilizado recursos oriundos do Termo de Compromisso nº 025/2016 firmado com o Fundo Estadual de Saúde.

Art. 3º Fica incluída a seguinte meta de investimento da lei que instituiu o Plano Plurianual do Município para o período de 2014 a 2017 (Lei Municipal 468/2013) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 (Lei Municipal 579/2015), Aquisição de Equipamentos Hospitalar.

Art. 4º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito, em 27 de Junho de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO – CONVITE 001/2016

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna público aos interessados que no Convite Nº 001/2016, cuja abertura ocorreu às 09h 00min do dia 01/7/2016, na sede da Prefeitura de Poxoréu, situada a Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT, sagrou-se vencedora do certame a empresa: TIMIDATI & SANTOS LTDA, situada na Rua Caçador, 615 – Jardim das Tropical, na cidade de Sorriso–MT. Inscrita no CNPJ: 14.448.871/0001-87. Com o valor global de R$ 107. 900,00 (cento e sete mil e novecentos reais). Observando-se o prazo para interposição de recursos de 02 (dois) dias úteis, nos termos do Artigo 109, § 6°", da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Sala de Licitação da Prefeitura de Poxoréu-MT, 01 de julho de 2016.

Marcelo Marques Barbosa de Souza

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2016

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidia-

riamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço para**Contratação de empresa especializada para agenciamento de exames de laboratório conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.**

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 15/7/2016, A PARTIR DAS 09:00 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da PROPOSTA ELETRONICA para elaboração da proposta de preço **disponível** no mesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 04 de julho 2016.

MARCELO MARQUES BARBOSA DE SOUZA

PRESIDENTE DA CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 629/2016

PORTARIA Nº. 629/2016

DE 01 DE JULHO DE 2016

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE QUERÊNCIA, ESTADO DO MATO GROSSO, Sr. GILMAR REINOLDO WENTZ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Atividade Política, aos servidores abaixo relacionados, a titulo de desincompatibilização, por estar concorrendo ao cargo eletivo de Vereador nos termos da Lei Complementar Federal nº 64 de 18/05/1990 e Lei Municipal nº 851/2001, art.80 § 2º, no período de 02 de julho de 2016 à 02/10/2016, com retorno no primeiro útil subsequente ao da eleição.

Nome do Servidor	Rg nº	CPF nº
Ivanete Roncai Volpi	09985670 SSP/MT	622.080.551-87
Valneis A. R. Bottin	2953534-4 SSP/MT	841.557.521-15
Neiriberto M. S. Erthal	6639766 SSO/GO	068.630.391-17
Clair Bona	3744861 SSP/GO	814.906.311-00
Orleis Pires Teixeira	093531-0 SSP/MT	555.194.151-53
Alexandra Regina F. de Lira	6623880 SSP/MT	041.719.444-73
Zelia Delphin Fontoura	14791820 SSP/MT	622.523.051-34
Glaucia Glacer S. de Oliveira	5475477 SSP/GO	025.328.371-01

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso 01 de Julho de 2016.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 630/2016

PORTARIA Nº. 630/2016

DE 01 DE JULHO DE 2016.

NOMEIA PREGOEIRA

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conforme preceitua o anexo I da Lei Complementar n° 091/2015 de 22 de Março de 2016,

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear a partir de 01 de Julho de 2016, a Servidora **DAIANE ROSA MACHADO,** portadora da Cédula de Identidade n° 4140772 DGPC/GO e inscrita no CPF n° 714.560.231-87, como Pregoeira Oficial, enquadrando-o no anexo I, Cargo de provimento em Comissão da Lei Complementar n° 091/2016, de 22 de Março de 2016.

Art. 2° - As despesas decorrentes da presente Portaria correm por conta da dotação Orçamentária:

03 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

03.01 – Secretaria de Administração e Planejamento.

2.009 – Manutenção e Encargos com a Secretaria Municipal de Administração.

28-3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil.

Art. 3° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 01 de Julho de 2016.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com a Pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, tornam Público o Processo de Licitação nº **091/2016.**

MODALIDADE: Pregão Presencial **n. 069.2016.**

OBJETO: Pregão Presencial de Registro de preços para **Contratação de 01 Instrutor de aulas de Violão e 01 Instrutor de Jiu-Jitsu,** para atender as necessidades da Secretária de Educação, Desporto, Lazer e Cultura desteMunicípio de Querência - MT.

DIA: 18/07/2016

HORÁRIO: 08h30min (horário local)

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30-min às 11h30min e 13h30min às 17h30min ou e-mail licitacao.querencia@gmail.com ou no site: www.querencia.mt.gov.br/transparencia.

Querência – MT, 04 de julho de 2016.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

_____

Adriana Matias Rodrigues Malvessi

Pregoeiro (a)

ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 530/2016

PORTARIA N.º 530/2016

DE 13 DE MAIO DE 2016.

RETORNO DE AUXILIO DOENÇA E READAPTAÇÃO

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, conforme Lei Complementar 084/2015 de 29 de Maio de 2015;

R E S O L V E :

Art. 1° - Conceder retorno de Auxilio Doença a partir de 13 de Maio 2016, a servidora **SIMONE MARIA DE LIMA SILVA**,nomeada pelo Decreto 762/2008 de 08 de Abril de 2008, no cargo de Agente de Limpeza Escolar.

Art. 2° - Readaptar temporariamente a servidora supramencionada, em atenção aos termos de solicitação/atestado Médico e em conformidade com a Lei Complementar nº084/2015, de 29 de Maio de 2016, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Querência/MT Art. Seção VII - Da Readaptação, art. 30, § 1º e 2º e Art. 31, a partir de 12 de Maio de 2016.

Art. 3° - A presente Portaria entra em vigor na presente data, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 13 de Maio de 2016.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

ADMINISTRATIVO
ERRATA

ERRATA

Foi erroneamente publicado no dia 15 de Junho de 2016, Edição nº. 2.498 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, a Portaria nº530/2016, com ero material, motivo pelo qual anula-se a presente publicação:

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

PORTARIAS Nº. 103,104,105,106,107,108,109,110,111,112 DE 2016

As Portarias acima citadas, publicado na edição nº. 2.511, de 04 de julho de 2016, páginas 390,391 e 392, do Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, tem pela presente, por lapso de digitação, a seguinte correção:

Ficam alteradas as datas das Portarias de 01 de junho de 2016 para 01 de julho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

TOMADA DE PREÇOS N.° 005/2016

PROCESSO: 28/2016.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira torna público o resultado da Tomada de Preços n° 003/2016 cujo objetivo e a Contratação de empresa especializada para construção da praça da igreja no Distrito de Novo Paraíso, no município de Ribeirão Cascalheira – MT, conforme minuta de contrato, projeto básico, orçamento estimado em planilha de quantitativos e preços unitários e informações complementares em anexo ao edital.

Abertura aconteceu no dia 27 de junho de 2016, às 08:30 horas. Sagrou-se vencedora a empresa **JOSICLEA DOS SANTOS-ME CNPJ:18.157.020/0001-36** onde propôs um valor global de **R$: 89.700,72 (Oitenta e nove mil setecentos reais e setenta e dois centavos).**

Ribeirão Cascalheira, 30 de Junho de 2016.

Marly Severino dos Santos

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

PORTARIA 204/2016

Portaria Nº. 204/GP/16 Em, 01 de Junho de 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei",

APARECIDO MARQUES MOREIRA, Prefeito Municipal, de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o dispositivo constante da Lei Complementar nº 005/2001, (Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT) Art. 22 e Art. 30.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conforme art. 20 e 21 da Lei Complementar N°027/2007 de 21/12/2007 – Plano de cargos e salários dos servidores municipais, vem enquadrar na Classe D nível 02, a servidora KAMYLA PERES RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, conforme tabela salarial, lotada junto à Secretaria Municipal de Finanças, na Prefeitura Municipal Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Junho do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA 207/2016

Portaria nº 207/GP/16 Em, 01 de Julho de 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art. 1º - Considerando o teor do requerimento apresentado pelo Servidor de Carreira Sr. EDSON PEREIRA SANTOS, matricula nº 609, na função de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ficando deferido e comprometido a preencher os requisitos contidos no requerimento e na legislação eleitoral.

Parágrafo único – O setor de Recursos Humanos solicitará as documentações pertinente ao registro de candidatura, para verificar a veracidade dos atos e fatos

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e Dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA 208/2016

Portaria nº 208/GP/16 Em, 01 de Julho de 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art. 1º - Considerando o teor do requerimento apresentado pela Servidora de Carreira Sra. LUCIRENE DE FREITAS RIBEIRO, matricula nº 112, na função de Gari, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras, ficando deferido e comprometido a preencher os requisitos contidos no requerimento e na legislação eleitoral.

Parágrafo único – O setor de Recursos Humanos solicitará as documentações pertinente ao registro de candidatura, para verificar a veracidade dos atos e fatos

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e Dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA 215/2016

Portaria nº 215/GP/16 Em, 01 de Julho de 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art. 1º - Considerando o teor do requerimento apresentado pelo Servidor de Carreira Sr. GILBERTO DAVI FERREIRA, matricula nº 39, na função de Guarda, lotado na Secretaria Municipal de Saude, ficando deferido e comprometido a preencher os requisitos contidos no requerimento e na legislação eleitoral.

Parágrafo único – O setor de Recursos Humanos solicitará as documentações pertinente ao registro de candidatura, para verificar a veracidade dos atos e fatos

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e Dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA 214/2016

Portaria nº 214/GP/16 Em, 01 de Julho de 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art. 1º - Considerando o teor do requerimento apresentado pelo Servidor de Carreira Sr. FRANCISCO CAMILO NEVES, matricula nº 362, na função de Guarda, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ficando deferido e comprometido a preencher os requisitos contidos no requerimento e na legislação eleitoral.

Parágrafo único – O setor de Recursos Humanos solicitará as documentações pertinente ao registro de candidatura, para verificar a veracidade dos atos e fatos

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e Dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA 213/2016

Portaria nº 212/GP/16 Em, 01 de Julho de 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art. 1º - Considerando o teor do requerimento apresentado pela Servidora de Carreira Sra. ALCILENE MARIA CARNEIRO, matricula nº 12, na função de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ficando deferido e comprometido a preencher os requisitos contidos no requerimento e na legislação eleitoral.

Parágrafo único – O setor de Recursos Humanos solicitará as documentações pertinente ao registro de candidatura, para verificar a veracidade dos atos e fatos

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e Dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA 203/2016

Portaria nº 203/GP/16 E m, 01 de Junho de 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art.1º Conceder férias a servidora efetiva JUCIELLY DE O. A. LOPES, referente ao período aquisitivo de 14/07/2011 a 14/07/2012. A partir de 01/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 209/2016

Portaria nº 209/GP/16 Em, 01 de Julho de 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art. 1º - Considerando o teor do requerimento apresentado pelo Servidor de Carreira Sr. SANDRO CANDIDO NUNES, matricula nº 572, na função de Auxiliar de Controle Interno, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, ficando deferido e comprometido a preencher os requisitos contidos no requerimento e na legislação eleitoral.

Parágrafo único – O setor de Recursos Humanos solicitará as documentações pertinente ao registro de candidatura, para verificar a veracidade dos atos e fatos

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e Dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA 210/2016

Portaria nº 210/GP/16 Em, 01 de Julho de 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art. 1º - Considerando o teor do requerimento apresentado pelo Servidor de Carreira Sr. UIDMAN SEVERIANO CARRIJO, matricula nº 612, na função de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, ficando deferido e comprometido a preencher os requisitos contidos no requerimento e na legislação eleitoral.

Parágrafo único – O setor de Recursos Humanos solicitará as documentações pertinente ao registro de candidatura, para verificar a veracidade dos atos e fatos

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e Dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA 212/2016

Portaria nº 212/GP/16 Em, 01 de Julho de 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art. 1º - Considerando o teor do requerimento apresentado pela Servidora de Carreira Sra. ALCILENE MARIA CARNEIRO, matricula nº 12, na função de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ficando deferido e comprometido a preencher os requisitos contidos no requerimento e na legislação eleitoral.

Parágrafo único – O setor de Recursos Humanos solicitará as documentações pertinente ao registro de candidatura, para verificar a veracidade dos atos e fatos

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e Dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA 211/2016

Portaria nº 211/GP/16 Em, 01 de Julho de 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art. 1º - Considerando o teor do requerimento apresentado pelo Servidor de Carreira Sr. CLEVERSON ALVES DE OLIVEIRA, matricula nº 26, na função de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ficando deferido e comprometido a preencher os requisitos contidos no requerimento e na legislação eleitoral.

Parágrafo único – O setor de Recursos Humanos solicitará as documentações pertinente ao registro de candidatura, para verificar a veracidade dos atos e fatos

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e Dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PORTARIA 206/2016

Portaria nº 206/GP/16 Em, 01 de Junho de 2016

R E S O L V E:

Art. 1º - Art. 1º - Conforme reajuste do salário do Servidor Estadual em Mandato eletivo **APARECIDO MARQUES MOREIRA,** atualização da base desconto do FUNPREV de R$ 3.962,01 para R$ 4.239,00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

APARECIDO MARQUES MOREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 205/2016

Portaria nº 205/GP/16 Em, 01 de Junho de 2016.

"O Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei."

R E S O L V E:

Art. 1º - Considerando o atestado médico, Conceder Licença maternidade por 180 dias a servidora efetiva LUCILENE SILVA MACHADO, a mesma recebera salário maternidade por 120 dias através da Previdência Própria PREV RIB conforme legislação em vigor e 60 dias pela instituição contratante .

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Junho do ano de dois mil e Dezesseis.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Aparecido Marques Moreira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2016

Edital de convocação nº 03/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

O Excelentíssimo Sr. Antonio Xavier de Araújo, Prefeito do Município de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016.

Resolve:

CONVOCAR

O candidato abaixo relacionado, aprovado no Teste Seletivo Simplificado, homologado através do Edital nº 009/2016, de 31 de março de 2016 para, no período de 05 a 07 de Julho de 2016, apresentar os documentos relacionados abaixo constantes do Edital nº 001/2016, junto a Secretaria Municipal de Administração, Setor de Recursos Humanos.

1 – Da Nomeação

1.1. Para contratação, o candidato deverá apresentar fotocópia, que comprove o que segue abaixo:

1.1.1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

1.1.2. Certidão de Casamento ou Nascimento;

1.1.3. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

1.1.4. Certidão dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

1.1.5. Carteira de vacinação dos filhos menores de 07 anos (se for o caso);

1.1.6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

1.1.7. Cartão do PIS/PASEP;

1.1.8. Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecedem a contratação;

1.1.9. Título de Eleitor;

1.1.10. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência de ações cíveis e criminais (com transito em julgamento);

1.1.1. Certidão Negativa de Débitos para com o município de Rio Branco – MT;

1.1.12. Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido de acordo com exigências da Administração Municipal;

1.1.13. 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

1.1.14. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

1.1.15. Comprovante de Escolaridade;

1.1.16. Declaração contendo endereço residencial;

1.1.17. Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

1.1.18. Declaração de Bens;

CARGO: ENFERMEIRO

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	Nº RG/CPF	LOTAÇÃO
2º	JOÃO PAULO PEREIRA DOS SANTOS	1475801-6 SSP/MT	Secr. Saúde

Rio Branco, 04 de Julho de 2016.

ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2016 – PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2016

PROCESSO N° 114/2016

PREGÃO PRESENCIAL R.P - N° 046/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

1 - Acha-se aberta, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situado à Av. Joana Alves de oliveira, s/n°, Centro, nesta cidade de Rondolândia - MT, **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL pelo sistema de Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de Ferramentas, Material de Consumo e Materiais Permanentes para atender as necessidades das Secretarias do Município de Rondolândia/MT**, cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos.

2 - Rege a presente licitação a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, os Decretos Federais nº 3. 555/2000, 3.697/2000, 5.450/05 e 7892/13, os Decretos Municipais 118/ 2006 de 11/ 09/ 2006, 09/2010 de 27/07/2010 e 207/2013 de 25/01/2013 e demais legislações aplicáveis.

3 - A Sessão de abertura dos procedimentos licitatórios será conduzida por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto n° 1.179/2016, de 30 de Março de 2016.

4 - Cópias deste edital poderão ser obtidas mediante Requerimento, na Sala de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia – MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-Mato Grosso, www.rondolandia.mt.gov.br, cplrondolandia@hotmail.com Cep:78.338-000-Tel: 0xx (66) 3542-1177 .

Data da Abertura e Recebimento das Propostas: 20/07/2016

Horário: 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Rondolândia, Sala de Licitações.

Tipo: Menor Preço Por Item

Rondolândia - MT, 04 de Julho de 2016.

_____

Liliane Guedes Santos

Pregoeira

Decreto n° 1.179/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2015 – Prestação de Serviços sob a modalidade de Execução de obras de **"Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Vias Públicas na Rua Celcino Pereira" (esquina com Avenida Pedro Pedrossian, esquina com a Rua Mato Grosso e esquina com a Rua Minas Gerais), sendo 1.590,94 m² de Regularização do Subleito e 1.402,30 m² de Revestimento Asfáltico,** no município de Salto do Céu – MT**,** conforme Projeto Básico, Projeto de Engenharia, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e BDI em anexo e conforme **Convite 015/2015,** em atendimento a Secretaria Municipal de Obras, por um período de 120 (cento e vinte) dias, para os fins que especifica. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato, este estabelecido no Item 4.1 e 4.2, da cláusula quarta do contrato original. **CONTRATADA: NS CONSTRUTO-**

RA LTDA-ME CNPJ: 14.039.081/0001-48. Fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0100/SAD/2016

PORTARIA N° 0100/SAD/2016 DE 04 DE JULHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Considerando a realização do Concurso Público Municipal para provimento efetivo dos Cargos de Carreira do Serviço Público nos termos do edital n° **001/2012**.

Considerando a Homologação do referido Concurso Público, através do **DECRETO N°034/2012 de 19 de junho de 2012** e Prorrogado no **DECRETO Nº061/2014 de 13 de junho de 2014**.

Considerando a existência de vagas nos Órgãos da Administração Municipal.

Considerando o Edital n° **004/2016** de **10/06/2016** que dispõe sobre a convocação do mesmo.

Art. 1° - Fica nomeado o seguinte candidato aprovado em Concurso Público.

NOME DO CANDIDATO	N° DA INSCRIÇÃO	N °. CPF
Jessica Souza Silva Mendes	**Nº: 0362**	**046.092.101-00**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM 04 DE JULHO DE 2016.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EM 04 DE JULHO DE 2016.

FINANCEIRO
PORTARIA Nº. 014/2016

PORTARIA Nº. 014/2016

Santa Cruz do Xingu, em 30 de Junho 2016.

Dispõe sobre o Recesso Legislativo no período de 1º de julho até 31 de julho do corrente ano e dá outras providências.

O Sr. **Antonio de Souza Andrade Filho**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu/MT., no uso de suas atribuições legais previstas no art. 31 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu/MT resolve baixar a seguinte Portaria.

Art. 1º - Seguindo o disposto no § 1º do art. 5º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu/MT diz que os trabalhos e os expedientes internos, incluindo horário de funcionamento e atendimento ao público da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu/MT. Estarão suspensos no período de Recesso Legislativo compreendido do dia 1º de julho a 31 de julho de 2016.

Art. 2º - Durante o Recesso Legislativo todos os prazos e atos administrativos estarão suspensos, inclusive solicitações de adiantamentos e diárias, salvos apenas aqueles de natureza proveniente aos pagamentos de despesas ordinárias e folha de pagamento.

.**Art. 3º -** Para atendimento do plantão administrativo do Poder Legislativo Municipal, que funcionará apenas para o recebimento das convocações previstas nos incisos I e III do art. 156 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu/MT e outras circunstâncias previstas em lei, fica designada a servidora CLEIA MASSERANIA FERNANDES, residente e domiciliada na Rua Paulo Rodrigues de Castro, s/n, Centro, em Santa Cruz do Xingu/MT, fone (66) 98459 5003.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu/MT

_____

Antonio de Souza Andrade Filho

Presidente

Registra-se, Publica-se,

cumpra-se em 30 de junho 2016.

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2016.

Santa Cruz do Xingu/MT, 04 de julho de 2016.

Convoca candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado pelo ***Edital Nº 001/2016****, e da outras providências;*

O **Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu**, Estado de Mato Grosso, Senhor Marcos de Sá Fernandes da Silva, **no uso de suas atribuições legais**, considerando o resultado do **Processo Seletivo Simplificado regido pelo EDITAL Nº 001/2016,** e homologado pelo Decreto nº082/2016 de 27 junho de 2016, e publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso do dia 01 de julho de 2016.

Resolver Convocar os Candidatos a tomar Posse

Processo Seletivo Simplificado Regido pelo Edital Nº 001/2016

Cargo: – Professor do Ensino Fundamental – Sede do Município de Santa Cruz do Xingu-MT.

Inscrição	Nome	Pontuação
14	Alessandra da Silva Coutinho	48,0
20	Ruth de Oliveira Vargas	25,0

Cargo: – Motorista CNH-AD – Sede do Município de Santa Cruz do Xingu-MT

Inscrição	Nome	Pontuação
49	João Batista de Paula Pacheco	20,0

Cargo: – Motorista CNH-AD – Zona Rural Fazendas no Município de Santa Cruz do Xingu-MT

Inscrição	Nome	Pontuação
47	Adriano Nicacio Correa	16,0

Cargo: – Técnico de Enfermagem – Sede do Município de Santa Cruz do Xingu-MT

Inscrição	Nome	Pontuação
17	Kamila Souza Fernandes	17,0
24	Sandro Monteiro e Couso	16,0

Cargo: – Técnico de Enfermagem – PA Santa Clara Município de Santa Cruz do Xingu-MT

Inscrição	Nome	Pontuação
15	Marcilene Soares de Oliveira	21,0

Cargo: – Nutricionista – Sede do Município de Santa Cruz do Xingu-MT

Inscrição	Nome	Pontuação
56	Claudia Scaff Ferro Schwabe	50,0

Cargo: – Monitor de Educação Infantil – Sede do Município de Santa Cruz do Xingu-MT

Inscrição	Nome	Pontuação
35	Erivania Souza Santos	40,0
10	Alanna da Silva Oliveira	40,0
64	Alexandra dos Santos Camargo	32,0
22	Elenir Martins Kottwitz	29,0
50	Eber Barros Arantes	27,0
12	Marines Marcia Martins	27,0
37	Dnheneefry Thiagata dias Carvalho	26,0
19	Rosimeiry Rosa da Silva	23,5
04	Rubia Angelica Marmet	23,0
69	Mayza Pereira Bezerra	23,0
18	Leida Silva Miranda	21,5
45	Rosilda Pinto Figueiredo	20,0
39	Gisele Correia da Costa	20,0
38	Renilde Pinto Figueiredo Lopes	18,5

Cargo: – Monitor de Educação Infantil – PNE Portador de Necessidades Especiais - Sede do Município de Santa Cruz do Xingu-MT

Inscrição	Nome	Pontuação
01	Laiane Nascimento Martins	08,0

Santa Cruz do Xingu/MT, 04 de julho de 2016

Marcos de Sá Fernandes da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 139/2016

DE 04 DE JULHO DE 2016.

SÚMULA: "Dispõe sobre o afastamento do servidor municipal **Jari Angelo da Silva** para concorrer a cargo eletivo **E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE: Conceder afastamento do servidor municipal **Jari Angelo da Silva** para concorrer a cargo eletivo.

Art. 1º - Dispõe sobre o afastamento do servidor municipal **Jari Angelo da Silva** portador do RG nº: 1612164-3 SSP/MT e inscrito no CPF nº: 486. 876.181-15, lotada na secretária Municipal de Saúde, para concorrer a cargo eletivo nas eleições municipais de 2016.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 04 DE JULHO DE 2016.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 03/2015

CONVOCAÇÃO E POSSE

EDITAL 023/2016 DO PROCESSO SELETIVO 03/2015

O Sr. **HUGO GARCIA SOBRINHO**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado, aprovado no **PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2015**, realizado no dia 31/01/2016 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/ MT, para apresentar documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame de aptidão física e mental para o cargo;

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

c) Cópia da carteira de vacinação dos filhos;

d) Declaração de freqüência na escola dos filhos.

e) Comprovante de escolaridade.

f) Certidão negativa de antecedente criminal

g) Copia do CPF da Mãe e do Pai

TECNICO EM ENFERMAGEM

NOME	CLAS
LUCIMAR SILVEIRA LIMA BARROS	*3º*

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em 04 de Julho 2016.

_____

_____

MONIQUI EMANUELLA MARCANZONI HUGO GARCIA SOBRINHO

Presidente da Comissão Organizadora Prefeito municipal

DECRETO N.º 054/2016 DE 4 DE JULHO DE 2016.

SÚMULA: "ESTABELECE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

O Sr. **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º- Fica alterado o horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT para o seguinte horário das 07h00min às 13h00min de segunda-feira a sexta-feira. Fora deste horário nenhum servidor poderá permanecer nas dependências da Prefeitura Municipal sem a devida autorização do Secretario de Administração.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 04 DE JULHO DE 2016.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e, Afixe-se na data supra

RECURSOS HUMANOS
DECRETO MUNICIPAL N.º 052/2016

DE 04 DE JULHO DE 2016.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTEQUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **HUGO GARCIA SOBRINHO**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve emitir o seguinte:

DECRETO

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. **ismar luiz alves da silva,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 384140 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 205.363.131-72, residente na Avenida Matrinxã nº 2027, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, no Cargo Comissionado de **Secretário municipal DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE.**

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO EM 04 DE JULHO DE 2016.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0140/2016

DE 04 DE JULHO DE 2016

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO Sr. RODIMAR PONZONI NO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DAS PROVIDENCIAS".

O Senhor HUGO GARCIA SOBRINHO, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Sr.º **RODIMAR PONZONI**, inscrito sob o RG nº: 544322 SSP/MT e CPF: 770.628.501-44, no cargo em Comissão de **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 04 de Julho de 2016.

_____

HUGO GARCIA SOBRINHO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATOS E CONVENIO
2º SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO 042/2014

CONVÊNIOS E CONTRATOS

2º SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO

CONTRATO 042/2014

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**

Contratada:**TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLÓGICOS E TURISMO LTDA – ME, CNPJ nº 11.601.924/0001-60**

1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E FINALIDADE

1.1 O objeto do presente instrumento é a prorrogação do prazo de vigência, bem como, o aditivo de valor do contrato 042/2014.

2.0 CLÁUSULA SEGUNDA – PRORROGAÇÃO DE PRAZO

2.1– O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação de prazo da vigência, passando a nova vigência vigorando da data de assinatura até **18/12/2016**.

2.2 - A prorrogação faz-se necessária para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, de forma a garantir a continuidade dos serviços prestados à população, utilizando-se do sistema fornecido pela empresa.

3.0 CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO VALOR

3.1 – O presente termo Aditivo tem o valor de R$ 19.663,56 (dezenove mil seiscentos e sessenta e três reais e cinquenta e seis centavos) que será pago em 06 (seis) parcelas mensais de R$ 3.277,26 (três mil duzentos e setenta e sete reais e vinte e seis centavos), pagos de forma mensal até o décimo dia do mês subsequente.

Vigência: 19/06/2016 a 18/12/2016

Santa Rita do Trivelato, 27de Fevereiro de 2016.

CONTRATOS E CONVENIO
1º PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DE OBRAS/ CONTRATO 01/2016

CONVÊNIOS E CONTRATOS

1º PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DE OBRAS/

CONTRATO 01/2016

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**

Contratada: **ELETROTÉCNICA CENTRO OESTE LTDA - ME**, INSCRITA NO CNPJ/MF N.º 21.428.665/0001-70.

1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E FINALIDADE

1.1 – **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO DE INSTALAÇÃO DE REDE MONOFÁSICA EM TENSÃO NOMINAL DE 34.5 KV COM 03 POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO DE 10 KVA E 30 POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO DE 05 KVA COM 19. 583M (DEZENOVE MIL QUINHENTOS E OITENTA E TRÊS METROS) DE REDE NO ASSENTAMENTO PONTE DE BARRO, EM SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.**

2.0 CLÁUSULA SEGUNDA – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA.

2.1 – O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de execução da obra referente ao **contrato nº 001/2016**, acima descrita, que findaria em **14/06/2016**, e fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias.

2.2 - A prorrogação se faz necessária, eis que, embora o Contrato 01/2016 tenha o prazo de vigência até 31 de Dezembro de 2016, o sistema GEOBRAS considera o prazo de execução da obra a partir da ordem de serviço, que possui prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Vigência: 14/06/2016 a 15/08/2016

Santa Rita do Trivelato, 04 de Julho de 2016.

PREVIDENCIA
PORTARIA Nº 014/2016

DE 30 DE JUNHO DE 2016

***SÚMULA*: "NOMEIA E CONSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SANTA RITA DO TRIVELATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O SR Fábio Lohmann, Diretor Executivo da Previdência Municipal de Santa Rita do Trivelato, no Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal 048/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinada que a Comissão de Licitação da Prefeitura municipal de Santa Rita do Trivelato, para julgar e conduzir os processos licitatórios da Previdência Municipal de Santa Rita do Trivelato, nomeada através da Portaria 007/2016 de 07 de Janeiro de 2016, realizará os certames licitatórios da Previdência Social dos servidores públicos de Santa Rita do Trivelato, os servidores abaixo relacionados:

- Presidente: Artêmio Syperreck CPF nº 000.871.289-18

- **Secretario**: Arlito Francisco da silva CPF nº 023.113.731-10

MEMBROS:

§ Arilson Aniceto da Silva Fonseca;

§ Dieniffer Moura da Silva;

§ Pierre Francis Haubrickt;

Art.2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as demais disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, em 30 de Junho de 2016.

_____

Fabio Lohmann

Diretor Executivo

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

CONTRATOS E CONVENIO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO
CONTRATO 048/2015

CONVÊNIOS E CONTRATOS

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO AO

CONTRATO 048/2015

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT**

Contratada:**HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA,** inscrita no CNPJ/MF n.º 06.928.948./0001-98

1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E FINALIDADE

1.1 O objeto do presente instrumento é a execução de obras de Saneamento Básico para Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário de Santa Rita do Trivelato - MT

2.0 CLÁUSULA SEGUNDA – ADITAMENTO DO VALOR

2.1 – O presente Termo Aditivo tem como objeto o reequilíbrio financeiro da obra em questão, tendo em vista o imposto posterior à ordem de serviço que incidiu uma alíquota de 15% sobre o valor do insumo “manta pead” utilizada para impermeabilização das lagoas de tratamento do esgoto.

2.2 – Dessa forma, o reequilíbrio econômico importará em adição do valor de R$ 59.277,00 (cinquenta e nove mil duzentos e setenta e sete reais) ao valor originário do contrato, passando seu valor global para R$ 2.653. 634,58 (dois milhões seiscentos e cinquenta e três mil seiscentos e trinta e quatro reais e cinquenta e oito centavos).

Vigência do Contrato: 28/07/2015 a 31/12/2016

Santa Rita do Trivelato, 04 de Julho de 2016.

DECRETO MUNICIPAL N.º 053/2016. 4 DE JULHO DE 2016.

NOMEIA A PRESIDÊNCIA PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR HUGO GARCIA SOBRINHO, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, E

Considerando a Lei Municipal nº 135/2003 de 03 de Junho de 2003, que criou Conselho Municipal de Assistência Social, fixando o prazo de 02 anos para atuação de seus membros;

Considerando a Lei Municipal nº 234/2007 de 06 de Março de 2007, que alterou a composição do Conselho;

D E C R E T A:

Art.1º- Ficam nomeados a presidência para atuarem junto ao Conselho Municipal de Assistência Social no prazo de 02 anos:

PRESIDENTE

Simone Bello Pintado

CPF: 010.441.021-36

VICE-PRESIDENTE

Sandra Regina Haubrickt

CPF: 837.564.121-87

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 4 DE JULHO DE 2016.

HUGO GARCIA SOBRINHO

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - PORTARIA N. 057/2016

PORTARIA N.º 057/2016/ADM

DE 01 DE JULHO DE 2016

“Dispõem sobre concessão de licença a servidor público para concorrer cargo eletivo e dá outras providencias”

VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a pedido Licença de 90 (noventa) dias, a titulo de descompatibilização, para concorrer a cargo eletivo nas eleições municipais de 2.016, conforme Artigo 1º § 2º Aliena I da Lei 064/90, ao servidor público municipal comissionado **JOÃO EVILSON BARBOSA SANDES**, portador do CPF n. 355.431.911-20 e RG n. 398.796 SSP/MT, matricula 992, Cargo de Apoio Administrativo Educacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 01/07/2016.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretariade Administração, 01 de julho de 2.016.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 002/2013/GP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE POSSE 044/2016

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 044/2016

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e dezesseis, às 18h00min, compareceu no departamento de recursos humanos da Prefeitura de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso a Senhora, LUANA CARDOSO ABREU, brasileira, com união estável, inscrita no cadastro

de pessoas físicas sob o nº 021.182.731-26 e Registro Geral sob nº 2027287-1 SSP/MT, Residente e domiciliado, na Rua 50 n. 579, Centro CEP: 78650-000, no município de Santa Terezinha – MT, aprovado no Concurso Público para provimento de cargos públicos. Conforme edital nº 06/2015 de 13 de Agosto de 2015, clasificada em décimo segundo lugar, para tomar posse do cargo público de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM,** a que faz jus.

Tomada posse a Senhora LUANA CARDOSO ABREU, ficará investida na categoria de servidor Publico Municipal, através deste termo de posse onde contém a matricula nº 15.258 para efeito de identificação funcional.

Neste ato solene a servidora pública Municipal adquiriu seus direitos e deveres mais suas prerrogativas funcionais inerentes ao Cargo Público assumido, ficando à disposição da Administração para prestar relevante serviço público à coletividade no Município de Santa Terezinha – MT.

A servidora pública municipal assume ainda o compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo, e os constantes da legislação Municipal pertinente. A nomeada comprovou neste ato, através de inspeção médica, estar apta física e mentalmente para o exercício do cargo, bem como declara que não exerce outro cargo, emprego ou função pública remunerada da administração direta ou em autarquia, empresa publica, sociedade de economia mista, ou ainda, em fundação pública. A servidora apresenta neste ato declaração de seus bens e valores que constituem seu patrimônio.

Cabendo ainda a consciência de que o período probatório é de três anos, podendo neste espaço de tempo ser desligado em função do não cumprimento e desempenho no que lhe foi atribuído mediante processo administrativo.

A servidora estará automaticamente filiada ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Santa Terezinha (PREVIST).

Como expressão da verdade, para dar validade jurídica ao ato solene de posse, assina de livre e espontânea vontade, o presente termo, que é lavrado neste ato, com fornecimento de cópia ao funcionário.

Santa Terezinha - MT, 01 de Julho de 2016.

VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA

Secretário Mun. de Administração.

Portaria 002/2013-GP

LUANA CARDOSO ABREU

Servidor Público

Portaria 002/2013-GP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - PORTARIA 058/2016

PORTARIA N.º 058/2016/ADM

DE 01 DE JULHO DE 2016

"Dispõem sobre concessão de licença a servidor público para concorrer cargo eletivo e dá outras providencias"

VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a pedido Licença de 90 (noventa) dias, a titulo de descompatibilização, para concorrer a cargo eletivo nas eleições municipais de 2.016, conforme Artigo 1º § 2º Aliena I da Lei 064/90, ao servidor público municipal efetivo **JOSE MARIA PEREIRA BARROS**, portador do CPF n. 988.225.781-04 e RG n. 14416964 SSP/MT, matricula 487, Cargo de Apoio Administrativo Educacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 01/07/2016.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretariade Administração, 01 de julho de 2.016.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 002/2013/GP

EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha

CONTRATADA: A. ORSO & ORSO LTDA

OBJETO: Serviços de torno, embuchamento e mão de obra mecânica para toda frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha.

Vigência: 30/06/16 a 31/12/2016

Valor total: R$ 74.959,20 (setenta e quatro mil novecentos e cinqüenta e nove reais e vinte centavos).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha

CONTRATADA: RETIFICA ALVORADA LTDA - ME.

OBJETO: Serviços de retifica e mão de obra mecânica em motores e bombas injetoras a serem realizados em veículos e maquinas lotados nesta Prefeitura Municipal

Vigência: 30/06/2016 a 31/12/2016

Valor total: R$ 194.155,00 (cento e noventa e quatro mil cento e cinqüenta e cinco reais).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha

CONTRATADA: BATISTA DE SOUZA & CIA LTDA

OBJETO: Serviços de torno, embuchamento e mão de obra mecânica para toda frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha.

Vigência: 30/06/2016 a 31/12/2016

Valor total: R$ 49.193,00 (quarenta e nove mil e cento e noventa e três reais).

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - PORTARIA 055/2016

PORTARIA N.º 055/2016/ADM

DE 01 DE JULHO DE 2016

"Dispõem sobre concessão de licença a servidor público para concorrer cargo eletivo e dá outras providencias"

VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a pedido Licença de 90 (noventa) dias, a titulo de descompatibilização, para concorrer a cargo eletivo nas eleições municipais de 2.016, conforme Artigo 1º § 2º Aliena I da Lei 064/90, ao servidor público municipal efetivo **RAIMUNDO NONATO LIMA,** portador do CPF

n. 487.625.121-53 e RG n. 334.692 SSP/MT, matricula 889, Cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Assistencia Social, a partir de 01/07/2016.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretariade Administração, 01 de julho de 2.016.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 002/2013/GP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA 056/2016

PORTARIA N.º 056/2016/ADM

DE 01 DE JULHO DE 2016

"Dispõem sobre rescisão de contrato temporário de dá outras providencias"

VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA, Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Rescindir a pedido o contrato temporário da Sra. LUANA CARDOSO ABREU, portadora do CPF n. 021.182.731-26 e RG n. 2027287-1 SSP/MT, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Cargo de Tecnico em Enfermagem, matricula n. 1009, a partir de 01/07/2016.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretariade Administração, 01 de julho de 2.016.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

VIVALDO LOPES DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA 002/2013/GP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 038/2016

ADESÃO Nº 021/2016

Termo de Adesão á Ata de Registro de Preço referente ao Pregão Presencial 06/2016 Ata de Registro de Preço N 06/2016 - oriunda da Prefeitura Reserva do Cabaçal -MT

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT, ATRAVÉS DO PREFEITO SENHOR VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, TORNA-SE PÚBLICO A ADESÃO á Ata de Registro de Preço referente 06/2016 ao Pregão Presencial 06/2016 oriunda da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal Órgão Gerencial do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO e FRACIONADAS DE MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAS E EQUIPAMENTOS EM GERAL**, conforme especificações no Termo de Referencia do referido Pregão.

EMPRESA DETENTORA:L.P. COM. REP. ASSESSORIA E PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA , **inscrita no CNPJ: 10.832.896/0001-29.**

Santo Antonio de Leverger –MT , 27 de Junho de 2016.

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATO Nº. 058/2016

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **NAGHAI NARCIZIO DOS SANTOS E SILVA,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **1647376-0 SJSP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **015.742.021-38** e residente a Rua Passo Fundo, S/N, Centro, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 603/2016 de 20 de maio de 2016, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **PSICOLOGO**, enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E AÇÃO SOCIAL,** mediante a remuneração de R$ **4.942,20 (Quatro mil e novecentos e quarenta dois reais e vinte centavos),** com início em **04/07/2016** e término em **01/10/2016**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a consequente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 603/2016, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 03 (três) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão a contas da Dotação Orçamentária: **027.08.244.5009.2055.2055.3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA E AÇÃO SOCIAL** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 04 dias do mês de Julho de 2016.

NAGHAI NARCIZIO DOS SANTOS E SILVA

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____

Nome:

RG:

Assinatura: _____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO
CONTRATO Nº. 057/2016

Através do presente instrumento o MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO LESTE-MT, com sede na cidade de Santo Antonio do Leste - MT, Rua A, n° 367 – Jardim Santa Inês, CEP nº 78.628-000, inscrita no CGC/MF sob nº 04.217.362/0001-90, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr°. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG 1.427.577 SSP/PR e CPF sob o nº 326.034.369.53, e **ERICA COSTA DE CASTRO,** portador (a) da cédula de identidade RG sob nº. **2310958-0 SSP/MT,** e inscrito no CPF/MF sob o nº **041.579.201-04** e residente ao Assentamento Matrinchan, S/N, Bairro Rural, nesta cidade de Santo Antonio do Leste - MT, a seguir denominado (a) CONTRATADO (A), celebram CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, em conformidade com a Lei Municipal nº. 581/2016 de 26 de janeiro de 2016, e de acordo com as instruções a seguir especificadas:

CLÁUSULA 1ª - Fica o (a) CONTRATADO (A) admitido (a) no quadro de servidores da CONTRATANTE para exercer a função de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE**, enquadrado na Categoria / **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** mediante a remuneração de R$ **1.229,70 Hum mil e duzentos e vinte nove reais e setenta centavos),** com início em **04/07/2016** e término em **30/12/2016**. A circunstância, porém, de ser a função especificada não importa na intransferibilidade do (a) CONTRATADO (A) para outro serviço, no qual demonstre melhor capacidade de adaptação desde que compatível com sua condição pessoal.

CLÁUSULA 2ª - O horário de trabalho será anotado na sua ficha de registro e eventual redução da jornada, por determinação da CONTRATANTE, não inovará este ajuste, permanecendo sempre integra a obrigação do (a) CONTRATADO (A) de cumprir horário que lhe foi determinado, observado o limite legal.

CLÁUSULA 3ª - Obriga-se também o (a) CONTRATADO (A) a prestar serviços em hora extraordinária, sempre que lhe for determinado pela CONTRATANTE, na forma prevista em Lei. Na hipótese desta faculdade pela CONTRATANTE o (a) CONTRATADO (A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de compensação com a consequente redução de jornada de trabalho em outro dia.

CLÁUSULA 4ª - Aceita o (a) CONTRATADO (A), expressamente, a condição de prestar serviço em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia como à noite desde que sem simultaneidade. Observadas as prescrições legais reguladoras do assunto quanto à remuneração.

CLÁUSULA 5ª - Fica ajustado nos termos do que dispõe a legislação pertinente, que o (a) CONTRATADO (A) acatará todas as ordens emanadas da CONTRATANTE para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer seja essa transferência transitória, quer seja definitiva.

CLÁUSULA 6ª - O presente contrato obriga a CONTRATANTE a recolher os encargos sociais previstos na Legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª - No ato da assinatura deste contrato, o CONTRATADO (A) reconhece que a violação de qualquer determinação da CONTRATANTE, atitude incompatível com a ordem e os bons costumes implicarão em sanção, cuja graduação dependerá da gravidade da mesma, culminando com a rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA 8ª - Em caso de dano causado dolosamente ou culposamente pelo CONTRATADO (A), fica a CONTRATANTE, autorizada a efetivar o desconto da importância correspondente ao prejuízo, na remuneração mensal a que tem direito o CONTRATADO (A).

CLÁUSULA 9ª - O presente Contrato será regido pela Lei Municipal nº. 054/01 de 28 de Dezembro de 2.001 e Lei Municipal nº 078/2002 de 20 de dezembro de 2002 que disciplina o Plano de Cargos e Salários do Município na forma do anexo único, da Lei Municipal nº 581/2016, que autoriza a contratação temporária dos servidores Públicos Municipais por prazo determinado, os servidores, destinados ao preenchimento provisório, dos cargos constantes do anexo único da mencionada Lei.

CLÁUSULA 10ª - O presente contrato terá a duração de 06 (seis) meses a contar da data de assinatura, destinando-se a atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

CLÁUSULA 11ª - Em virtude da própria essência do presente contrato, ficam as partes, na hipótese de desejarem rescindi-lo, antes de decorrido o prazo estipulado na Cláusula anterior, desobrigado de qualquer indenização ou aviso prévio.

CLÁUSULA 12ª - Se durante a vigência do presente contrato o (a) CONTRATADO (A) der justo motivo para dispensa, poderá ser despedido por justa causa.

CLÁUSULA 13ª - As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão a contas da Dotação Orçamentária: **0205.10.301.5006.2031.2031.3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** constante do orçamento vigente e orçamentos futuros**.**

CLÁUSULA 14ª - E por estarem de pleno acordo as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, em duas vias, ficando a primeira em poder da CONTRATANTE, e a segunda com o (a) CONTRATADO (A), que dela dará o competente recibo.

As partes elegem o foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimirem eventuais desavenças decorrentes do presente contrato, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, aos 04 dias do mês de Julho de 2016.

ERICA COSTA DE CASTRO

SERVIDOR (A)

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____

Nome:

RG:

Assinatura: _____

Nome:

RG:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 284/2016.

DE: 01 DE JULHO DE 2016.

REVOGA A PORTARIA DE Nº 252/2016 NO QUAL CONCEDE A SERVIDORA PÚBLICA **RENATA SILVERIO CALHAO** LICENÇA REMUNERADA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - REVOGAR a portaria de Nº252/2016 no qual concede a servidora pública **RENATA SILVERIO CALHAO,** Licença Remunerada para concorrer a cargo eletivo.

Artigo 3º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE JULHO DE 2016

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 09/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW PARA A REALIZAÇÃO DA 28ª EDIÇÃO DO EVENTO TEMPORADA DE PRAIA – 2016 DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA-MT, CONFORME TERMO DE CONVENIO Nº0536/2016 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTES E LAZER – SECEL.

BANDA: JAVA DA BAHIA, NO DIA 09 DE JULHO DE 2016.

FAVORECIDA: ISAURA DE MATOS PIRES 05813179550/CNPJ Nº 15. 194.146/0001-92.

VALOR GLOBAL: R$ 13.696,00 (treze mil seiscentos e noventa e seis reais);

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, III da Lei n.º 8.666/93 e suas atualizações.

JUSTIFICATIVA: Anexa ao processo de Inexigibilidade de Licitação n. º 09/2016.

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada de acordo com o parecer constante dos autos do Processo de inexigibilidade n° 09/2016, nos termos do artigo 26 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

São Félix do Araguaia-MT, 04 de Julho de 2016.

JOSE ANTONIO DE ALMEIDA

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2016 PROCESSO Nº 45/2016 - INEXIGIBILIDADE Nº 07/2016

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SHOW PARA A REALIZAÇÃO DA 28ª EDIÇÃO DO EVENTO DE TEMPORADA DE PRAIA – 2016 DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA-MT, ATRAVES DE RECURSOS PROPRIOS.** Cantora: **NAIARA AZEVEDO, dia 10/07/2016** – 1:30h (uma hora meia) de show. Firmado em 05 de Julho de 2016. **FAVORECIDA**: NAIARA DE FATIMA AZEVEDO PRODUÇÕES ARTISTICAS- ME, inscrita no CNPJ nº 22.138. 129/0001-01. **PRAZO DE EXECUÇÃO**: 01 (um) mês. **VIGENCIA**: 06 (seis) meses. **VALOR R$ 63.696,00(sessenta e três mil seiscentos e noventa e seis reais). FUNDAMENTO LEGAL**: Artigo 25, III da LEI Nº 8.666/1993.

São Félix do Araguaia - MT, 05 de Julho de 2016.

JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 012/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW PARA A REALIZAÇÃO DA 28ª EDIÇÃO DO EVENTO TEMPORADA DE PRAIA – 2016 DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA-MT, CONFORME TERMO DE CONVENIO Nº0414/2016 - SECRETARIA DE ESTADO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEDEC.

BANDA: BUANA, NOS DIAS 14, 15 E 16 DE JULHO DE 2016.

FAVORECIDA: SAVANA REPRESENTAÇÕES ARTISTICAS LTDA - ME/ CNPJ Nº 11.783.569/0001-97.

VALOR GLOBAL: R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, III da Lei n.º 8.666/93 e suas atualizações.

JUSTIFICATIVA: Anexa ao processo de Inexigibilidade de Licitação n. º 012/2016.

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada de acordo com o parecer constante dos autos do Processo de inexigibilidade n° 012/2016, nos termos do artigo 26 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

São Félix do Araguaia-MT, 04 de Julho de 2016.

JOSE ANTONIO DE ALMEIDA

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 011/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW PARA A REALIZAÇÃO DA 28ª EDIÇÃO DO EVENTO TEMPORADA DE PRAIA – 2016 DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA-MT, CONFORME TERMO DE CONVENIO Nº0414/2016 - SECRETARIA DE ESTADO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEDEC.

BANDA: SWING DA COHAB, NOS DIAS 14, 15 E 17 DE JULHO DE 2016.

FAVORECIDA: C & A PROMOÇÕES E EVENTOS ME/CNPJ Nº 24.956. 103/0001-98.

VALOR GLOBAL: R$ 10.555,00 (dez mil quinhentos e cinquenta e cinco reais);

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, III da Lei n.º 8.666/93 e suas atualizações.

JUSTIFICATIVA: Anexa ao processo de Inexigibilidade de Licitação n. º 011/2016.

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada de acordo com o parecer constante dos autos do Processo de inexigibilidade n° 011/2016, nos termos do artigo 26 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

São Félix do Araguaia-MT, 04 de Julho de 2016.

JOSE ANTONIO DE ALMEIDA

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 010/2016.

O**BJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW PARA A REALIZAÇÃO DA 28ª EDIÇÃO DO EVENTO TEMPORADA DE PRAIA – 2016 DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA-MT, CONFORME TERMO DE CONVENIO Nº0536/2016 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTES E LAZER – SECEL.**

BANDA: DEVASSA DA BAHIA, NOS DIAS 21, 23 E 24 DE JULHO DE 2016.

FAVORECIDA: MAILDO PIRES NOGUEIRA 52604063549/CNPJ Nº 11. 853.463/0001-12.

VALOR GLOBAL: R$24.999,99 (vinte e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos);

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, III da Lei n.º 8.666/93 e suas atualizações.

JUSTIFICATIVA: Anexa ao processo de Inexigibilidade de Licitação n. º 010/2016.

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada de acordo com o parecer constante dos autos do Processo de inexigibilidade n° 010/2016, nos termos do artigo 26 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

São Félix do Araguaia-MT, 04 de Julho de 2016.

JOSE ANTONIO DE ALMEIDA

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 08/2016.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW PARA A REALIZAÇÃO DA 28ª EDIÇÃO DO EVENTO TEMPORADA DE PRAIA – 2016 DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA-MT, CONFORME TERMO DE CONVENIO Nº0536/2016 - SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, ESPORTES E LAZER – SECEL.

CANTORA: PAULA MATOS, NO DIA 15 DE JULHO DE 2016.

FAVORECIDA: ELCIO MENDES DA SILVA ME/CNPJ Nº 08.618.802/ 0001-71.

VALOR GLOBAL: R$ 70.000,00 (setenta mil reais);

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 25, III da Lei n.º 8.666/93 e suas atualizações.

JUSTIFICATIVA: Anexa ao processo de Inexigibilidade de Licitação n. º 08/2016.

Ratifico a Inexigibilidade de Licitação em consonância com a justificativa apresentada de acordo com o parecer constante dos autos do Processo de inexigibilidade n° 08/2016, nos termos do artigo 26 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

São Félix do Araguaia-MT, 04 de Julho de 2016.

JOSE ANTONIO DE ALMEIDA

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 076/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016

Contratado (a): GILENO GOMES DE ALMEIDA - ME.

OBJETO – O presente contrato tem por finalidade **"A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA 1º SEMANA CULTURAL DE SÃO JOSÉ DO POVO EM COMEMORAÇÃO AO 27º ANIVERSÁRIO DA CIDADE, DE ACORDO COM A PROPOSTA DE Nº 0774/2016,** Conforme processo licitatório "PREGÃO PRESENCIAL" nº 020/2016 e planilha com descrição e quantidade, como segue:

VALOR TOTAL–O valor global do presente contrato é de **R$ 99.499,90 (noventa e nove mil e quatrocentos e noventa e nove reais e noventa centavos)**, constante da proposta homologada em 01/07/2016, o pagamento será efetuado diretamente na Tesouraria da CONTRATANTE, que será pago mediante apresentação de nota fiscal e posterior repasse do Governo Estadual (Secretaria de Cultura), dentro do que ficou acordado entre as partes, por ocasião do julgamento e homologação da proposta relativa ao processo licitatório supracitado, através de depósito em conta bancária de titularidade do contratado.

VIGÊNCIA–O presente contrato terá vigência no período de 01 de julho de 2016 à 01 de agosto de 2016, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo e de comum acordo entre as partes, obedecendo à legislação específica (art. 57,II c/c §4 da Lei 8666/93).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PORTARIA N° 177/2016, DE 1° DE JULHO DE 2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Concorrer a Cargo Eletivo à servidora ROSANGELA ALVES DE OLIVEIRA, Agente Comunitário de Saúde, pelo prazo de 03 (três) meses, a partir de 02 de julho de 2016, conforme estabelece a LC 64/90.

Parágrafo Único: A licença acima mencionada será sem remuneração durante o período que mediar entre a escolha do servidor em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e o efetivo registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, nos termos do art. 117 da Lei Municipal 991/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 1°de julho de 2016.

Natanael Casavechia

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 170/2016, DE 1° DE JULHO DE 2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Concorrer a Cargo Eletivo ao servidor ANDRÉ LUIS VIEIRA ROSA, Professor de Educação Física, pelo prazo de 03 (três) meses, a partir de 02 de julho de 2016, conforme estabelece a LC 64/90.

Parágrafo Único: A licença acima mencionada será sem remuneração durante o período que mediar entre a escolha do servidor em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e o efetivo registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, nos termos do art. 117 da Lei Municipal 991/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 1°de julho de 2016.

Natanael Casavechia

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 169/2016, DE 1° DE JULHO DE 2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Concorrer a Cargo Eletivo ao servidor ADRIEL PEREIRA IRINEU, Engenheiro Agrônomo, pelo prazo de 03 (três) meses, a partir de 02 de julho de 2016, conforme estabelece a LC 64/90.

Parágrafo Único: A licença acima mencionada será sem remuneração durante o período que mediar entre a escolha do servidor em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e o efetivo registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, nos termos do art. 117 da Lei Municipal 991/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 1°de julho de 2016.

Natanael Casavechia

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 174/2016, DE 1° DE JULHO DE 2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Concorrer a Cargo Eletivo ao servidor GUERINO JOÃO OPENCOSKI, Motorista, pelo prazo de 03 (três) meses, a partir de 02 de julho de 2016, conforme estabelece a LC 64/90.

Parágrafo Único: A licença acima mencionada será sem remuneração durante o período que mediar entre a escolha do servidor em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e o efetivo registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, nos termos do art. 117 da Lei Municipal 991/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 1°de julho de 2016.

Natanael Casavechia

Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 034/2016 - RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que o julgamento do certame supracitado teve resultado **DESERTO**. São José do Rio Claro – MT, 04 de Julho de 2016.

TATIANA DOCKHORN – Pregoeira Oficial

PORTARIA N° 173/2016, DE 1° DE JULHO DE 2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Concorrer a Cargo Eletivo ao servidor GETÚLIO CABOCLO, Agente Administrativo, pelo prazo de 03 (três) meses, a partir de 02 de julho de 2016, conforme estabelece a LC 64/90.

Parágrafo Único: A licença acima mencionada será sem remuneração durante o período que mediar entre a escolha do servidor em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e o efetivo registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, nos termos do art. 117 da Lei Municipal 991/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 1°de julho de 2016.

Natanael Casavechia

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 171/2016, DE 1° DE JULHO DE 2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Concorrer a Cargo Eletivo à servidora DIVACI PRADO SANTOS BASSETTO, Assistente Social, pelo prazo de 03 (três) meses, a partir de 02 de julho de 2016, conforme estabelece a LC 64/90.

Parágrafo Único: A licença acima mencionada será sem remuneração durante o período que mediar entre a escolha do servidor em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e o efetivo registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, nos termos do art. 117 da Lei Municipal 991/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 1°de julho de 2016.

Natanael Casavechia

Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 032/2016 – RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que o julgamento do certame supracitado resultou vencedoras as empresas **P. M.C MORO - ME, CNPJ: 02.361.156/0001-23** com o valor total de **R$ 137. 823,07** e a empresa **ROBISON PIRES DE SOUZA ME, CNPJ: 21.178. 485/0001-88** com o valor total de **R$ 9.137,40.** São José do Rio Claro – MT, 04 de Julho de 2016.

Tatiana Dockhorn – Pregoeira Oficial

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO Nº 038/2016 – REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78. 435-000, fone (65) 3386-1222, informa a todos os interessados que realizará Pregão Presencial **para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção elétrica para atender a frota de veículos do Município São José do Rio Claro - MT.** Data de **Abertura: às 08h30min, do dia 15 de julho de 2016**, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhada e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h00min horas e das 13h00min às 15h00min, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo email: licitacaosjrc@gmail.com ou ainda no site do município: www.saojosedorioclaro.mt.gov.br. São José do Rio Claro – MT, 04 de julho de 2016.

Tatiana Dockhorn– Pregoeira Oficial

PORTARIA N° 175/2016, DE 1° DE JULHO DE 2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Concorrer a Cargo Eletivo ao servidor JAIR MONTEIRO ROCHA, Motorista Transporte Escolar, pelo prazo de 03 (três) meses, a partir de 02 de julho de 2016, conforme estabelece a LC 64/90.

Parágrafo Único: A licença acima mencionada será sem remuneração durante o período que mediar entre a escolha do servidor em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e o efetivo registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, nos termos do art. 117 da Lei Municipal 991/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 1°de julho de 2016.

Natanael Casavechia

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 176/2016, DE 1° DE JULHO DE 2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Concorrer a Cargo Eletivo ao servidor MAURO SÉRGIO THOMAZ, Motorista, pelo prazo de 03 (três) meses, a partir de 02 de julho de 2016, conforme estabelece a LC 64/90.

Parágrafo Único: A licença acima mencionada será sem remuneração durante o período que mediar entre a escolha do servidor em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e o efetivo registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, nos termos do art. 117 da Lei Municipal 991/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 1°de julho de 2016.

Natanael Casavechia

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 172/2016, DE 1° DE JULHO DE 2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para Concorrer a Cargo Eletivo ao servidor GERALDO DONIZETE DA SILVA, Motorista, pelo prazo de 03 (três) meses, a partir de 02 de julho de 2016, conforme estabelece a LC 64/90.

Parágrafo Único: A licença acima mencionada será sem remuneração durante o período que mediar entre a escolha do servidor em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e o efetivo registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, nos termos do art. 117 da Lei Municipal 991/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro – MT, 1°de julho de 2016.

Natanael Casavechia

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PORTARIA Nº. 175/2016

PORTARIA Nº. 175/2016

DE 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **manoel da silva barros**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 98, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Licença para Atividade Politica ao Sr. **ERNANDO VIEIRA DO NASCIMENTO**, Servidor Público Municipal no cargo de Gari, lotado na Sec. Municipal de Infraestrutura/Obras, a partir do dia 02/07/2016 a 02/10/2016, conforme Artigos 98 e 99 do Estatuto dos servidores Públicos Municipais e art. 38 da Constituição Federal.

Art. 2º - O servidor fica obrigado por força da Legislação vigente apresentar a **Ata da Convenção e Lista de aprovados, o Registro de Candidatura**, expedido pelo Tribunal de Contas Eleitoral, ao Órgão/Setorial de Recursos Humanos, no prazo previsto, bem como informar eventual **impugnação de candidatura**.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 01 DE JULHO DE 2016.

MANOEL DA SILVA BARROS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT
PORTARIA N° 011/2016

PORTARIA Nº 011/2016 DE 28 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA (AFASTAMENTO) A SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT.

O Presidente da Câmara Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. EDIMAR SILVÉRIO DA SILVA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor baixa a seguinte Portaria:

Art. 1º Fica concedida LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA ao Servidor SANDRO JOSÉ LUZ COSTA, Assessor Jurídico da Câmara Municipal de São José do Xingu – MT, estando o mesmo afastado de suas funções pelo período de 02 de julho de 2016 até o décimo quinto dia seguinte ao da eleição, em conformidade com os direitos garantidos pelo artigo 1º, inciso II, alínea "L", da Lei Complementar n. 64/90.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE

EM, 28 DE JUNHO DE 2016.

EDIMAR SILVÉRIO DA SILVA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EM, 28 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 180/2016

PORTARIA Nº. 180/2016

DE 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **manoel da silva barros**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 98, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Licença para Atividade Politica à Sr.ª **VALQUIRIA GUIMARÃES DE OLIVEIRA**, Servidora Pública Municipal no cargo de Professora, lotado na Sec. Municipal de Educação, a partir do dia 02/07/2016 a 02/10/2016, conforme Artigos 98 e 99 do Estatuto dos servidores Públicos Municipais e art. 38 da Constituição Federal.

Art. 2º - O servidor fica obrigado por força da Legislação vigente apresentar a **Ata da Convenção e Lista de aprovados, o Registro de Candidatura**, expedido pelo Tribunal de Contas Eleitoral, ao Órgão/Setorial de Recursos Humanos, no prazo previsto, bem como informar eventual **impugnação de candidatura**.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 01 DE JULHO DE 2016.

MANOEL DA SILVA BARROS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

PORTARIA Nº. 179/2016

PORTARIA Nº.179/2016

DE 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **manoel da silva barros**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 98, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Licença para Atividade Politica ao Sr. **THIAGO APARECIDO GARCIA**, Servidor Público Municipal no cargo de Operador de Motoniveladora, lotado na Sec. Municipal de Infraestrutura/Obras, a partir do dia 02/07/2016 a 02/10/2016, conforme Artigos 98 e 99 do Estatuto dos servidores Públicos Municipais e art. 38 da Constituição Federal.

Art. 2º - O servidor fica obrigado por força da Legislação vigente apresentar a **Ata da Convenção e Lista de aprovados, o Registro de Candidatura**, expedido pelo Tribunal de Contas Eleitoral, ao Órgão/Setorial de Recursos Humanos, no prazo previsto, bem como informar eventual **impugnação de candidatura**.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 01 DE JULHO DE 2016.

MANOEL DA SILVA BARROS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

PORTARIA Nº.178/2016

PORTARIA Nº.178/2016

DE 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **manoel da silva barros**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 98, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Licença para Atividade Politica à Sr.ª **SIMONE RODRIGUES DE SOUZA ZULIAN**, Servidora Pública Municipal, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Sec. Municipal de Gestão Social, a partir do dia 02/07/2016 a 02/10/2016, conforme Artigos 98 e 99 do Estatuto dos servidores Públicos Municipais e art. 38 da Constituição Federal.

Art. 2º - O servidor fica obrigado por força da Legislação vigente apresentar a **Ata da Convenção e Lista de aprovados, o Registro de Candidatura**, expedido pelo Tribunal de Contas Eleitoral, ao Órgão/Setorial de Recursos Humanos, no prazo previsto, bem como informar eventual **impugnação de candidatura**.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 01 DE JULHO DE 2016.

MANOEL DA SILVA BARROS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

PORTARIA Nº. 177/2016

PORTARIA Nº. 177/2016

DE 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **manoel da silva barros**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 98, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Licença para Atividade Politica ao Sr. **JOSÉ ALBERTO DE ARAGÃO,** Servidor Público Municipal no cargo de Supervisor Escolar, lotado na Sec. Municipal de Educação, a partir do dia 02/07/2016 a 02/10/2016, conforme Artigos 98 e 99 do Estatuto dos servidores Públicos Municipais e art. 38 da Constituição Federal.

Art. 2º - O servidor fica obrigado por força da Legislação vigente apresentar a **Ata da Convenção e Lista de aprovados, o Registro de Candidatura**, expedido pelo Tribunal de Contas Eleitoral, ao Órgão/Setorial de Recursos Humanos, no prazo previsto, bem como informar eventual **impugnação de candidatura**.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 01 DE JULHO DE 2016.

MANOEL DA SILVA BARROS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT
TERMO POSSE

TERMO DE POSSE

AOS VINTE QUATRO (24) DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS , ÀS 18 HORAS, NO EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU- MT, SITO A RUA JOSÉ GOMES FIGUEIRA, N° 62, NA PRESENÇA DO Sr. EDIMAR SILVÉRIO DA SILVA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU- MT, TOMOU POSSE O Sr. MANOEL DA SILVA BARROS, NO CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU- MT PARA O EXERCÍCIO NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE OS DIAS 25 DE JUNHO DE 2016 A 23 DE AGOSTO DE 2016, EM VIRTUDE DE LICENÇA DA PREFEITA MUNICIPAL, Sra. RAQUEL CAMPOS COELHO, CONCEDIDA ATRAVÉS DO DECRETO LEGISLATIVO N°003/2016.

FICA CONSIGNADO O PRESENTE TERMO, NÃO HAVENDO MAIS O QUE CONSTAR, FICA LAVRADO TERMO DE POSSE QUE DEVERÁ SER ASSINADO PELO EMPOSSADO E PELA AUTORIDADE COMPETENTE.

SÃO JOSÉ DO XINGU - MT, EM 24 DE JUNHO DE 2016

EDIMAR SILVÉRIO DA SILVA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU - MT

MANOEL DA SILVA BARROS

PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE SÃO JOSÉ DO XINGU - MT

PORTARIA Nº. 176/2016

PORTARIA Nº. 176/2016

DE 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **manoel da silva barros**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 98, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Licença para Atividade Politica ao Sr. **IRIS LOPES CARDOSO,** Servidor Público Municipal no cargo de Motorista lotado na Sec. Municipal de Saúde a partir do dia 02/07/2016 a 02/10/2016, conforme Artigos 98 e 99 do Estatuto dos servidores Públicos Municipais e art. 38 da Constituição Federal.

Art. 2º - O servidor fica obrigado por força da Legislação vigente apresentar a **Ata da Convenção e Lista de aprovados, o Registro de Candidatura**, expedido pelo Tribunal de Contas Eleitoral, ao Órgão/Setorial de Recursos Humanos, no prazo previsto, bem como informar eventual **impugnação de candidatura**.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 01 DE JULHO DE 2016.

MANOEL DA SILVA BARROS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT
DECRETO LEGISLATIVO N°003/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2016 DE 22 DE ABRIL DE 2016.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA AFASTAMENTO DO CARGO A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Regimento Interno, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e o Presidente da Câmara Municipal, Sr. EDIMAR SILVÉRIO DA SILVA, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO.

Artigo 1º. Fica autorizado o afastamento não remunerado do cargo de Prefeita Municipal de São José do Xingu, pelo prazo de 60 (sessenta dias), compreendido entre os dias 25 de junho de 2016 a 23 de agosto de 2016, a Sra. Raquel Campos Coelho, conforme requerimento constante do Oficio GAB N. 046/2016, de 20 de abril de 2016.

Artigo 2º. Este Decreto Legislativo entrará em Vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES

EM, 22 DE ABRIL DE 2016.

_____

EDIMAR SILVÉRIO DA SILVA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT

PORTARIA Nº.174/2016

PORTARIA Nº.174/2016

DE 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **manoel da silva barros**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 98, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Licença para Atividade Politica ao Sr. **EMERSON RODRIGUES SALLES**, Servidor Público Municipal, cargo de Auxiliar Administrativo, lotado na Sec. Municipal de Administração a partir do dia 02/07/2016 a 02/10/2016, conforme Artigos 98 e 99 do Estatuto dos servidores Públicos Municipais e art. 38 da Constituição Federal.

Art. 2º - O servidor fica obrigado por força da Legislação vigente apresentar a **Ata da Convenção e Lista de aprovados, o Registro de Candidatura**, expedido pelo Tribunal de Contas Eleitoral, ao Órgão/Setorial de Recursos Humanos, no prazo previsto, bem como informar eventual **impugnação de candidatura**.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 01 DE JULHO DE 2016.

MANOEL DA SILVA BARROS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

PORTARIA Nº. 169/2016

PORTARIA Nº. 169/2016

DE 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **manoel da silva barros**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 98, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Licença para Atividade Politica o Sr. **DENILSON ANTONIO PEREIRA DE MELO SILVA**, Servidor Público Municipal, cargo de Auxiliar Administrativa, lotado na Sec. Municipal de Finanças a partir

do dia 02/07/2016 a 02/10/2016, conforme Artigos 98 e 99 do Estatuto dos servidores Públicos Municipais e art. 38 da Constituição Federal.

Art. 2º - O servidor fica obrigado por força da Legislação vigente apresentar a **Ata da Convenção e Lista de aprovados, o Registro de Candidatura**, expedido pelo Tribunal de Contas Eleitoral, ao Órgão/Setorial de Recursos Humanos, no prazo previsto, bem como informar eventual **impugnação de candidatura**.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 01 DE JULHO DE 2016.

MANOEL DA SILVA BARROS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

PORTARIA Nº. 173/2016

PORTARIA Nº. 173/2016

DE 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **manoel da silva barros**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 98, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Licença para Atividade Politica ao Sr. **ALESSANDRO PEREIRA SILVA,** Servidor Público Municipal, cargo de Motorista, lotado na Sec. Municipal de Infraestrutura/Obras, a partir do dia 02/07/2016 a 02/10/2016, conforme Artigos 98 e 99 do Estatuto dos servidores Públicos Municipais e art. 38 da Constituição Federal.

Art. 2º - O servidor fica obrigado por força da Legislação vigente apresentar a **Ata da Convenção e Lista de aprovados, o Registro de Candidatura**, expedido pelo Tribunal de Contas Eleitoral, ao Órgão/Setorial de Recursos Humanos, no prazo previsto, bem como informar eventual **impugnação de candidatura**.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 01 DE JULHO DE 2016.

MANOEL DA SILVA BARROS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

PORTARIA Nº. 164/2016

PORTARIA Nº. 164/2016

DE 01 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO PARA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Manoel da Silva Barros, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 104, § 1º e 2º, do Estatuto dos Servidores, em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido Licença Premio ao servidor, LUDIO SOUSA BARROS, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, exercendo o cargo de Técnico Agropecuária, neste município de São Jose do Xingu – MT, no período de 02/07/2016 a 02/10/2016.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 01 DE JULHO DE 2016.

MANOEL DA SILVA BARROS

Mural da Prefeitura Municipal São José do Xingu – MT PUBLICADO DO MURAL São José do Xingu – MT _____/_____/____

_____

Autoridade competente

PREFEITO MUNICIPAL

Mural da Prefeitura Municipal São José do Xingu – MT PUBLICADO DO MURAL São José do Xingu – MT _____/_____/____

_____

Autoridade competente

Mural da Prefeitura Municipal São José do Xingu – MT PUBLICADO DO MURAL São José do Xingu – MT _____/_____/____

_____

Autoridade competente

Mural da Prefeitura Municipal São José do Xingu – MT PUBLICADO DO MURAL São José do Xingu – MT _____/_____/____

_____

Autoridade competente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

PORTARIA Nº. 172/2016

PORTARIA Nº. 172/2016

DE 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **manoel da silva barros**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 98, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Licença para Atividade Politica o Sr. **AROLDO NOGUEIRA DA SILVA**, Servidor Público Municipal, cargo de Gari lotado na Sec. Municipal de Infraestrutura/Obras, a partir do dia 02/07/2016 a 02/10/2016, conforme Artigos 98 e 99 do Estatuto dos servidores Públicos Municipais e art. 38 da Constituição Federal.

Art. 2º - O servidor fica obrigado por força da Legislação vigente apresentar a **Ata da Convenção e Lista de aprovados, o Registro de Candidatura**, expedido pelo Tribunal de Contas Eleitoral, ao Órgão/Setorial de Recursos Humanos, no prazo previsto, bem como informar eventual **impugnação de candidatura**.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 01 DE JULHO DE 2016.

MANOEL DA SILVA BARROS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

PORTARIA Nº. 171/2016

PORTARIA Nº.171/2016

DE 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **manoel da silva barros**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 98, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Licença para Atividade Politica o Sr. **ARIOSVALDO OLIVEIRA MOURA,** Servidor Público Municipal, cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Sec. Municipal de Saúde, a partir do dia 02/07/2016 a 02/10/2016, conforme Artigos 98 e 99 do Estatuto dos servidores Públicos Municipais e art. 38 da Constituição Federal.

Art. 2º - O servidor fica obrigado por força da Legislação vigente apresentar a **Ata da Convenção e Lista de aprovados, o Registro de Candidatura**, expedido pelo Tribunal de Contas Eleitoral, ao Órgão/Setorial de Recursos Humanos, no prazo previsto, bem como informar eventual **impugnação de candidatura**.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 01 DE JULHO DE 2016.

MANOEL DA SILVA BARROS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

PORTARIA Nº.166/2016

PORTARIA Nº.166/2016

DE 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **manoel da silva barros**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 98, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Licença para Atividade Politica ao Sr. **ADAILTON PEREIRA CARNEIRO**, Servidor Público Municipal, cargo de Motorista lotado na Sec. Municipal de Saúde a partir do dia 02/07/2016 a 02/10/2016, conforme Artigos 98 e 99 do Estatuto dos servidores Públicos Municipais e art. 38 da Constituição Federal.

Art. 2º - O servidor fica obrigado por força da Legislação vigente apresentar a **Ata da Convenção e Lista de aprovados, o Registro de Candidatura**, expedido pelo Tribunal de Contas Eleitoral, ao Órgão/Setorial de Recursos Humanos, no prazo previsto, bem como informar eventual **impugnação de candidatura**.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 01 DE JULHO DE 2016.

MANOEL DA SILVA BARROS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

PORTARIA Nº. 163/2016

PORTARIA Nº. 163/2016

DE 01 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO PARA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Manoel da Silva Barros, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. 104, § 1º e 2º, do Estatuto dos Servidores, em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido Licença Premio a servidora, ROSICLEIA DA SILVA CRUZ, lotada na Secretaria Municipal de Saúde exercendo o cargo de recepcionista, no município de São Jose do Xingu – MT, no período de 01/07/2016 a 01/09/2016, conforme requerimento em anexo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 01 DE JUNHO DE 2016.

MANOEL DA SILVA BARROS

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

PORTARIA Nº. 168/2016

PORTARIA Nº. 168/2016

DE 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **manoel da silva barros**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 98, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Licença para Atividade Politica o Sr. **ALCINO OLIVEIRA MOURA**, Servidor Público Municipal, cargo de Pedreiro, lotado na Sec. Municipal de Infraestrutura/Obras, a partir do dia 02/07/2016 a 02/10/2016, conforme Artigos 98 e 99 do Estatuto dos servidores Públicos Municipais e art. 38 da Constituição Federal.

Art. 2º - O servidor fica obrigado por força da Legislação vigente apresentar a **Ata da Convenção e Lista de aprovados, o Registro de Candidatura**, expedido pelo Tribunal de Contas Eleitoral, ao Órgão/Setorial de Recursos Humanos, no prazo previsto, bem como informar eventual **impugnação de candidatura**.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 01 DE JULHO DE 2016.

MANOEL DA SILVA BARROS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

PORTARIA Nº 162/2016

PORTARIA Nº 162/2016

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA PORTARIA Nº 146/2016 QUE INSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU- MT.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Manoel da Silva Barros, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1º Fica instituído a COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO, da Prefeitura Municipal de São José do Xingu/MT, que será composta pelos seguintes membros:

PRESIDENTE – Aline Michelly Leoncini Vieira.

SECRETÁRIO – Marcos Rogerio Pereira Nunes

MEMBRO – Weniskley Rodrigues Paulino

Art. 2º - Os membros nomeados no artigo anterior integrarão a Comissão durante o Exercício de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 01 de julho de 2016.

Manoel da Silva Barros.

Prefeito Municipal

Registre-se publique-se

DECRETO Nº 051/2016.

DECRETO Nº 051/2016.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Manoel da Silva Barros, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerado o Senhor **RANULFO CARVALHO COELHO**, do cargo em Comissão de Diretor de Departamento de água e esgoto-DAE, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura/Obras, de prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 01 de julho de 2016.

Manoel da Silva Barros

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se

PORTARIA Nº.167/2016

PORTARIA Nº.167/2016

DE 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **manoel da silva barros**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 98, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Licença para Atividade Politica ao Sr. **AGEU OLIVEIRA BRAGA**, Servidor Público Municipal, cargo de Auxiliar Administrativo lotado na Sec. Municipal de Administração, a partir do dia 02/07/2016 a 02/10/2016, conforme Artigos 98 e 99 do Estatuto dos servidores Públicos Municipais e art. 38 da Constituição Federal.

Art. 2º - O servidor fica obrigado por força da Legislação vigente apresentar a **Ata da Convenção e Lista de aprovados, o Registro de Candidatura**, expedido pelo Tribunal de Contas Eleitoral, ao Órgão/Setorial de Recursos Humanos, no prazo previsto, bem como informar eventual **impugnação de candidatura**.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 01 DE JULHO DE 2016.

MANOEL DA SILVA BARROS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

PORTARIA Nº.170/2016

PORTARIA Nº.170/2016

DE 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **manoel da silva barros**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 98, § 1º e 2º e art. 99, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, baixa a seguinte PORTARIA:

Art. 1° - Fica Concedida Licença para Atividade Política ao Sr. **ANTONIO REIS BEZERRA MOREIRA**, Servidor Público Municipal, cargo de guarda, lotado na Sec. Municipal de Saúde, a partir do dia 02/07/2016 a 02/10/2016, conforme Artigos 98 e 99 do Estatuto dos servidores Públicos Municipais e art. 38 da Constituição Federal.

Art. 2º - O servidor fica obrigado por força da Legislação vigente apresentar a **Ata da Convenção e Lista de aprovados, o Registro de Candidatura**, expedido pelo Tribunal de Contas Eleitoral, ao Órgão/Setorial de Recursos Humanos, no prazo previsto, bem como informar eventual **impugnação de candidatura**.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 01 DE JULHO DE 2016.

MANOEL DA SILVA BARROS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

DECRETO Nº 050/2016.

DECRETO Nº 050/2016.

SÃO JOSÉ DO XINGU – MT, 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR EM CARGO DE COMISSÃO.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Manoel da Silva Barros, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa o seguinte **DECRETO**:

Art. 1º Fica exonerado o Senhor, **DENILSON ANTONIO PEREIRA MELO SILVA**, do cargo de Dirigente de Setor, Junto a Secretaria Municipal de Finanças, de prestar serviços junto ao município de São José do Xingu – MT.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Em, 01 de julho de 2016.

Manoel da Silva Barros

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 026/2016

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 026/2016

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. MANOEL DA SILVA BARROS**, de agora em diante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado o(a) sr(a) **MAURINA PEREIRA DA LUZ**, residente e domiciliado no Rua Rio Preto, 12, Bairro: Sol Nascente, Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) do CPF nº 013.286.071-60, portador (a) do RG 001453065 SSP/MS, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de servidor temporário está embasado na Lei Municipal nº 648/2016, de 25/04/2016 e no Título VII, artigos 247 e 248, inciso I, II, III, IV, V, VI e VII do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal e no art. 37, inciso IX da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O objeto do presente Contrato Temporário é a prestação de serviços ao Município, no exercício das atribuições como **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**,conforme a lei autorizativa e demais normas regulamentares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados de forma pessoal, conforme as disposições da Lei nº 648/2016, normas internas e regulamentos da **Secretaria Municipal de Educação**e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado(a) o(a) contratado(a), atendendo a conveniência, oportunidade e interesse da Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

Durante a vigência do presente contrato de trabalho o(a) contratado(a) perceberá a importância mensal bruta de **R$ 929,63(novecentos e vinte nove reais e sessenta e três centavos).**

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços a qual se refere este contrato será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O(A) CONTRATADO(A) obrigatoriamente estará vinculado(a) ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme o disposto na legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO E DISTRATO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

a) Quando cessarem os motivos que ensejaram sua celebração.

b) Pelo descumprimento da disposição legal e regulamentar aplicáveis à relação ou das cláusulas contratuais.

8.2. O Distrato ocorrerá:

a) Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja a comunicação a(o) CONTRATADO(A), com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

b) Por iniciativa do(a) CONTRATADO(A), que deverá comunicar por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Pessoal e Recursos Humanos do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 01/07/2016 a 01/07/2017 ou até a realização de Concurso Público.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, que correrão à conta das seguintes dotações do Orçamento-Programa: **Pessoal Civil – Secretaria Municipal de Educação.**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

As partes em comum acordo elegem o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte - MT para dirimir quaisquer dúvidas do presente contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

São José do Xingu - MT, **01 de Julho de 2016.**

_____

Manoel da Silva Barros

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado(a)

Testemunhas:

1ª_____

2ª_____

PORTARIA Nº. 165/2016

PORTARIA Nº. 165/2016

DE 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Manoel da Silva Barros, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Fica concedido Licença para tratar de assuntos de interesses particulares o Servidor, JOÃO BATISTA DE SOUZA, no cargo de Operador de Motoniveladora, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura/Obras, neste município de São Jose do Xingu – MT, no período de 02 de julho de 2016 a 02 de julho de 2018, conforme a Lei Complementar 007/2004, alterada pela Lei Complementar nº 005/2012, que reza:,

Art. 101. A critério da Administração poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos, prorrogáveis por igual período, sem remuneração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 01 DE JULHO DE 2016.

MANOEL DA SILVA BARROS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 025/2016

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 025/2016

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU** - MT, com sede à Av. Mauro Pires Gomes, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 37.465. 317/0001-03, neste ato representado pelo digníssimo Prefeito Municipal **Sr. MANOEL DA SILVA BARROS**, de agora em diante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado o(a) sr(a) **PEDRO BATISTA DA SILVA**, residente e domiciliado no distrito de Santo Antônio do Fontoura, Município de São José do Xingu – MT, Portador(a) do CPF nº 092.398.041-53, portador (a) do RG 214944 2ªvia SSP/MT, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, tem justo e acertado pelo presente instrumento as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO SUPORTE LEGAL

O presente contrato de servidor temporário está embasado na Lei Municipal nº 648/2016, de 25/04/2016 e no Título VII, artigos 247 e 248, inciso I, II, III, IV, V, VI e VII do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal e no art. 37, inciso IX da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O objeto do presente Contrato Temporário é a prestação de serviços ao Município, no exercício das atribuições como **BIOQUIMICO FARMACEUTICO**,conforme a lei autorizativa e demais normas regulamentares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados de forma pessoal, conforme as disposições da Lei nº 648/2016, normas internas e regulamentos da **Secretaria Municipal de Saude** e demais disposições deste instrumento, segundo as necessidades da Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O local da prestação dos serviços será determinado pela autoridade superior hierárquica a que estiver subordinado(a) o(a) contratado(a), atendendo a conveniência, oportunidade e interesse da Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

Durante a vigência do presente contrato de trabalho o(a) contratado(a) perceberá a importância mensal bruta de **R$ 4.097,40 (quatro mil e noventa e sete reais e quarenta centavos).**

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços a qual se refere este contrato será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O(A) CONTRATADO(A) obrigatoriamente estará vinculado(a) ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para o qual contribuirá, sendo descontado em sua remuneração mensal bruta, o percentual devido, conforme o disposto na legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO E DISTRATO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

a) Quando cessarem os motivos que ensejaram sua celebração.

b) Pelo descumprimento da disposição legal e regulamentar aplicáveis à relação ou das cláusulas contratuais.

8.2. O Distrato ocorrerá:

a) Por iniciativa do CONTRATANTE, desde que haja a comunicação a(o) CONTRATADO(A), com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

b) Por iniciativa do(a) CONTRATADO(A), que deverá comunicar por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência ao Departamento de Pessoal e Recursos Humanos do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 01/07/2016 a 01/07/2017 ou até a realização de Concurso Público.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros necessários e suficientes à contratação constam da Lei Orçamentária Municipal, que correrão à conta das seguintes dotações do Orçamento-Programa: **Pessoal Civil – Secretaria Municipal de Assistencia Social.**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

As partes em comum acordo elegem o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte - MT para dirimir quaisquer dúvidas do presente contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim e efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram.

São José do Xingu - MT, **01 de Julho de 2016.**

_____

Manoel da Silva Barros

Prefeito Municipal

Contratante

_____

Contratado(a)

Testemunhas:

1ª_____

2ª_____

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2016

DE 04 de julho DE 2016.

“DISPÕE SOBRE CONVOCAÇÃO DOS

CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO

SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016 DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE

DO XINGU-MT.”

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr.ª MANOEL DA SILVA BARROS,** no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o disposto nos arts. 247 e 248 da Lei Complementar nº 007/2004 e a Lei Municipal nº 648/2016 de 25 de Abril de 2016, convoca:

Os aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, abaixo relacionados, deverão comparecer até o dia 06 de julho de 2016 (quarta-feira), no Departamento de Pessoal e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT, no horário das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h, para assumir suas funções, apresentando a documentação constante neste Edital.

DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

O candidato classificado no Processo Seletivo Simplificado de que se trata este Edital será contratado até o limite estabelecido para o cargo pelo qual optou por concorrer, desde que atendida às seguintes exigências:

a) Ter sido classificado no Concurso Público na forma estabelecida neste edital;

b) Ter nacionalidade brasileira ou ser naturalizado que tenha adquirido a igualdade direito e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto n° 70.436, de 18/04/1972, Constituição Federal - §1° do art.12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional n° 19, de 04/06/1998- art.3°);

c) Estar em dia com as obrigações eleitorais;

d) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar (sexo masculino);

e) Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

f) Ter nível compatível com a exigida para o cargo;

g) Ter, na data da posse, 18 (dezoito) anos completos;

h) Ter aptidão física e mental para o exercício das atividades devidamente comprovada por meio de exame;

i) Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo, à época da contratação;

j) Ter disponibilidade para o cumprimento da jornada de trabalho em tempo integral, conforme preceitua a lei específica para cada cargo.

1ª FASE:

k) Apresentar cópias autenticadas com seus respectivos originais dos seguintes documentos: RG, CPF, Titulo Eleitoral com o comprovante da última votação, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 anos (se tiver), Carteira de Trabalho, PIS/PASEP, Carteira de Reservista (somente para homens até 45 anos), Diploma ou Certificado de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida para o cargo;

l) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vinculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

m) Comprovante de endereço;

n) Certidão Negativa de Débito Municipal;

o) Certidão Negativa Cíveis e Criminal da Justiça Federal e Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos;

p) Declaração de não acumulo de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, Sociedades de Economia Mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;

q) Declaração de Bens Patrimoniais.

r) Apresentação de atestado médico, firmado por profissional da área de medicina do trabalho.

2ª FASE:

SEGUE ABAIXO A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SÃO JOSÉ DO XINGU)

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
372348	Eleuza da Silva Barbosa	Professora	3º	Esc. M. C. Fontoura (60 dias – substituição de professor que está de licença saúde)
373136	Rosely Rodrigues de Bessa Marmet	Professora	4º	Esc. M. C. Fontoura (90 dias – substituição de professor que está de Licença para Atividade Política)

OBS: o não comparecimento do(a) convocado no prazo de 02 (dois) dias, a partir da data especificada, e a apresentação da documentação completa prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado(a), reservando-se à administração o direito de convocar outro candidato.

São José do Xingu, 04 de julho de 2016.

MANOEL DA SILVA BARROS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 181/2016

PORTARIA Nº. 181/2016

DE 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE PEDIDO DE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Manoel da Silva Barros, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação em vigor:

Art. 1° - Fica exonerada a servidora MEIRIA MARIA DA SILVA, do cargo de Professora lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de São Jose do Xingu – MT, conforme pedido da servidora em anexo.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 01 de julho de 2016.

Manoel da Silva Barros

Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

CHEFIA DE GABINETE
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT**, através da Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento, **torna público**:

I. Comunicar que não HOUVE recursos sobre a divulgação do Resultado Classificatório das Provas Objetivas e de Títulos;

II. Divulgar o Resultado Final Definitivo das Provas Objetivas e de Títulos;

III. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e afixada no Mural da Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

São Pedro da Cipa/MT, 29 de Junho de 2016.

ALEXANDRE RUSSI - Prefeito Municipal

ELIANA VANDERLI DO NASCIMENTO - Presidente Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento

ROSANA RITA CASTELLI DE ALMEIDA - Secretária da Comissão

FABIANA NUNES RUIZ SILVA - Membro da Comissão

KATIA MARIA RIBEIRO - Suplente da Comissão

RICARDO MARQUES DE ABREU - Representante da OAB/MT, inscrito na **OAB/MT 11.683.**

RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 009/2016

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa, através de Pregoeira designada, torna público que, referente ao PREGÃO **n.º 009/2016** foi vencedora as Empresas **INGRID DOS SANTOS MATOS nos itens 1,6,8,11,12,29,36,60** no valor global de **R$ 59.421,00** (Cinquenta e nove mil, quatrocentos e vinte e um reais**),** a empresa **ANTONIO VEIRA DO**

NASCIMENTO – ME, nos itens **3,5,22,24,26,28,30,38,40,48,49** no valor global de **R$ 64.436,00** (Sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e seis reais), a empresa **ADILENO M. BARBOSA & CIA**,nos **itens 4,7,9,10,13,14,15,17,18,19,20,21,23,25,27,31,32,33,34,37,39,41,44,45,46 ,47, 50,51,52,53,54, 55,56,57,61,62,** no valor global de R**$ 205.567,50** (Duzentos e cinco mil quinhentos e sessenta e sete reais e cinqüenta centavos), a empresa **COREMA ALIMENTOS LTDA ME** nos itens **16,35,42,43** no valor global de **R$49.440,00 (Quarenta e nove mil, quatrocentos e quarenta reais).** Totalizando o valor global de **R$378.864.50 (Trezentos e setenta e oito mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e cinqüenta centavos).** Conforme Relatório Geral da Sessão anexo a Ata. São Pedro da CIPA-MT, 04 de Julho de 2016. ***FABIANA NUNES RUIZ SILVA*** Pregoeira

CHEFIA DE GABINETE
RESULTADO FINAL- RELAÇÃO- CONCURSO PÚBLICO 001/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2016
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA

RESULTADO FINAL

ADVOGADO - SEDE

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	MAT	C.GE	ESP	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	NASC.	RESULTADO	RESULTADO
0000140	POTYRA IRAÊ LOUREIRO	20,00	2,00	16,00	36,00	-	74,00	1º	21/09/1992	Classificado	Aprovado
0000280	MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS	17,50	2,00	18,00	33,00	-	70,50	2º	14/01/1994	Classificado	Excedente
0000340	WAGNER TOSHIO SHIMOSAKAI	17,50	6,00	18,00	27,00	2,00	70,50	3º	06/03/1979	Classificado	Excedente
0000290	EMANUELLY SPEISS FERREIRA DE ARAUJO	12,50	4,00	14,00	36,00	-	66,50	4º	26/12/1993	Classificado	Excedente
0000510	WELLYSON BRAGA MENDES	10,00	4,00	16,00	36,00	-	66,00	5º	12/05/1992	Classificado	Excedente
0000260	FANAVIA CANDIDA NOGUEIRA SILVA	15,00	4,00	14,00	30,00	-	63,00	6º	03/08/1990	Classificado	Excedente
0000540	MAYWMY EDWARDA ARAUJO SILVA	15,00	2,00	16,00	30,00	-	63,00	7º	01/08/1989	Classificado	Excedente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2016

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA

RESULTADO FINAL

CONTADOR - SEDE

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	MAT	C.GE	ESPE	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	NASC.	RESULTADO	RESULTADO
0000480	THALES AUGUSTO DE ARAÚJO SCHMITZ	20,00	4,00	12,00	27,00	-	63,00	1º	12/04/1993	Classificado	Aprovado
0000220	ROSANGELA DE JESUS NUNES	15,00	4,00	12,00	24,00	-	55,00	2º	02/04/1989	Classificado	Excedente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2016

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA

RESULTADO FINAL

CONTROLADOR INTERNO - SEDE

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	MAT	C.GE	ESPE	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	NASC.	RESULTADO	RESULTADO
0000070	FABRICIA AZEVEDO DONIZETH	17,50	6,00	6,00	24,00	-	53,50	1º	20/03/1985	Classificado	Aprovado

CHEFIA DE GABINETE
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT**, através da Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento, **torna público**:

I. Considerando que todos os recursos administrativos protocolados foram devidamente analisados e publicados;

II. Considerando que foram executadas todas as fases do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2016;

III. Considerando que foram esgotados todos os prazos recursais, previsto no Edital de Concurso Público nº 001/2016;

IV. Considerando que nada mais havendo a tratar e dando por encerrada suas atividades, a **COMISSÃO COORDENADORA DO CONCURSO PÚBLICO**, por seus integrantes infra-assinados, apresenta o **RELATÓRIO FINAL**, contendo o Resultado Final, por ordem de cargo e classificação dos candidatos "**CLASSIFICADOS /APROVADOS, CLASSIFICADOS/ EXCEDENTE e ELIMINADOS**", os quais comporão a Relação de Candidatos, sendo de parecer Favorável, ratificando sua apresentação para a devida homologação do Resultado Final, colocando-os à disposição do Prefeito Municipal, para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessário;

V. Publicar o Resultado Final Definitivo do Concurso Público nº 001/2016, em anexo, organizado por área, cargo e ordem de pontuação, já contemplado o critério de desempate e os cargos que não houve candidatos aprovados e classificados. Não houve candidatos portadores de necessidades especiais aprovados ou classificados. O mapa com o número de inscritos, aprovados, reprovados e vagas, por cargo, está em forma de anexo ao presente relatório.

VI. Sendo este o relatório da Comissão de Concurso Público (Edital nº 001/2016);

VII. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br e afixada no Mural da Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

São Pedro da Cipa/MT, 30 de Junho de 2016.

ALEXANDRE RUSSI - Prefeito Municipal

ELIANA VANDERLI DO NASCIMENTO - Presidente Comissão Especial para Coordenação e Acompanhamento

ROSANA RITA CASTELLI DE ALMEIDA - Secretária da Comissão

FABIANA NUNES RUIZ SILVA - Membro da Comissão

KATIA MARIA RIBEIRO - Suplente da Comissão

RICARDO MARQUES DE ABREU - Representante da OAB/MT, inscrito na **OAB/MT 11.683.**

CHEFIA DE GABINETE
RESULTADO FINAL, CONCURSO PÚBLICO 001/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2016
ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA

RESULTADO FINAL

ADVOGADO - SEDE

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	MAT	C.GE	ESP	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	NASC.	RESULTADO	RESULTADO
0000140	POTYRA IRAÊ LOUREIRO	20,00	2,00	16,00	36,00	-	74,00	1º	21/09/1992	Classificado	Aprovado
0000280	MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS	17,50	2,00	18,00	33,00	-	70,50	2º	14/01/1994	Classificado	Excedente
0000340	WAGNER TOSHIO SHIMOSAKAI	17,50	6,00	18,00	27,00	2,00	70,50	3º	06/03/1979	Classificado	Excedente
0000290	EMANUELLY SPEISS FERREIRA DE ARAUJO	12,50	4,00	14,00	36,00	-	66,50	4º	26/12/1993	Classificado	Excedente
0000510	WELLYSON BRAGA MENDES	10,00	4,00	16,00	36,00	-	66,00	5º	12/05/1992	Classificado	Excedente
0000260	FANAVIA CANDIDA NOGUEIRA SILVA	15,00	4,00	14,00	30,00	-	63,00	6º	03/08/1990	Classificado	Excedente
0000540	MAYWMY EDWARDA ARAUJO SILVA	15,00	2,00	16,00	30,00	-	63,00	7º	01/08/1989	Classificado	Excedente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2016

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA

RESULTADO FINAL

CONTADOR - SEDE

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	MAT	C.GE	ESPE	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	NASC.	RESULTADO	RESULTADO
0000480	THALES AUGUSTO DE ARAÚJO SCHMITZ	20,00	4,00	12,00	27,00	-	63,00	1º	12/04/1993	Classificado	Aprovado
0000220	ROSANGELA DE JESUS NUNES	15,00	4,00	12,00	24,00	-	55,00	2º	02/04/1989	Classificado	Excedente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA/MT

CONCURSO PÚBLICO - 001/2016

ORGANIZAÇÃO: W2 AUDITORIA E CONSULTORIA

RESULTADO FINAL

CONTROLADOR INTERNO - SEDE

INSCRIÇÃO	NOME	PORT	MAT	C.GE	ESPE	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	NASC.	RESULTADO	RESULTADO
0000070	FABRICIA AZEVEDO DONIZETH	17,50	6,00	6,00	24,00	-	53,50	1º	20/03/1985	Classificado	Aprovado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

PORTARIA Nº 522/2016.

PORTARIA Nº 522/2016.

EXONERA A SRA. VANILZA MARIA DE SOUZA ANTONI DO CARGO DE DIRETOR DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL – CRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILMA GRISOSTE BARBOSA, Prefeita Municipal de Sapezal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a **Sra. VANILZA MARIA DE SOUZA ANTONI,** portador(a) do CPF **nº 864.969.481-00,** do cargo de **DIRETOR DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL – CRAS,** do quadro de pessoal de provimento em comissão da Secretaria de Assistência Social do município de Sapezal, a partir de 01 de julho de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Sapezal, ao primeiro dia do mês de julho de 2016.

ILMA GRISOSTE BARBOSA

Prefeita Municipal

REGIMENTO DA 6ª CONFERENCIA DA CIDADE DE SAPEZAL /MT

REGIMENTO DA 6ª CONFERENCIA DA CIDADE DE SAPEZAL /MT

Aprova o Regimento da 6ª Conferência da Cidade de Sapezal /MT.

O Conselho Municipal da cidade no uso de suas atribuições aprova o Regimento da 6ª Conferência da Cidade de Sapezal /MT.

CAPITULO I

DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 1º. A Conferência Municipal da Cidade de Sapezal como Etapa Preparatória para a 6ª Conferência Estadual das Cidades, convocada pelo decreto nº. 020, de 19 de Fevereiro de 2016 terá, em consonância com o Regimento da 6ª Conferência Nacional e 6ª Conferência Estadual das Cidades, os seguintes objetivos e finalidades:

I – São objetivos da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Sapezal

A) propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos Município com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política e o Desenvolvimento Urbano;

B) sensibilizar e mobilizar a sociedade sapezalense para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade de Sapezal;

C) propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre a função social da cidade e da propriedade, e;

D) propiciar e estimular a gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no Município.

II – São finalidades da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Sapezal:

A) indicar prioridades de atuação para a União, Estado e Municípios;

B) Se a época tiver o Conselho da Cidade constituído, eleger as entidades municipais que comporão o Conselho da Cidade, para o período de Março de 2017 a Fevereiro de 2020 (correspondente ao triênio 2017/2019), conforme Regimento Nacional.

CAPÍTULO II

DO TEMÁRIO

Art. 2º. A Conferência Municipal da Cidade de Sapezal terá como temática: “A Função Social da Cidade e da Propriedade”, e; como lema: “Cidades Inclusivas, Participativa e Socialmente Justas”, em conformidade com o temário da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

Art. 3º. Os eixos do debate, assim como a metodologia a ser aplicada na 6ª Conferência Municipal da Cidade de Sapezalserão elaborados pela Comissão Preparatória de Metodologia e Sistematização, em conformidade com os eixos da 6ª Conferência Nacional das Cidades.

CAPÍTULO III

DA CONVOCAÇÃO, PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO

Art. 4º. As etapas da 6ª Conferênciadas Cidades serão realizadas nos seguintes períodos:

I - Etapa Municipal de 5º de julho de 2016, das 07:00 as 11:15 e das 13:00 as 17:15;

II - Etapa Estadual de 1º de novembro de 2016 a 31 de março de 2017,

III - Etapa Nacional de 05 a 09 de junho de 2017, em Brasília-DF.

§1º A Etapa Nacional da 6ª Conferência Nacional das Cidades será realizada em Brasília;

§2º A etapa estadual em Cuiabá-MT;

§3º A não realização da etapa prevista municipal, impedirá o município de participar da etapa Estadual;

§4º O respeito aos prazos previstos para a realização da Conferência Municipal é condição à participação das respectivas delegadas e delegados para a Etapa Estadual;

Art. 5º. A Conferência Municipal da Cidade de Sapezal será realizada em local definido pela Comissão Organizadora, com recursos próprios da prefeitura do município.

Art. 6º. A 6ª Conferência da Cidade de Sapezal será composta de painéis, grupos de discussão e plenárias.

Art. 7º. A 6a Conferência da Cidade de Sapezal produzirá um relatório final, a ser encaminhado à Comissão da 6ª Conferência Nacionaldas Cidades e à Secretaria de Estado de Cidades.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal da Cidadepromoverá sua publicação e divulgação junto à sociedade e às esferas de governo.

Art. 8º. O processo da 6ª Conferência da Cidade de Sapezal terá etapas, em consonância com este Regimento.

Art. 9°. A 6ª Conferência da Cidade de Sapezal, que será integrada por representantes eleitos na forma prevista neste Regimento e, consequentemente, suas análises, formulações e proposições devem tratar das políticas de desenvolvimento urbano.

§ 1º A 6ª Conferência da Cidade de Sapezal tratará de temas de âmbito Municipal;

§ 2º Todas as delegadas e delegados com direito a voz e voto, presentes à 6ª Conferência da Cidade de Sapezal, devem reconhecer a precedência das questões de âmbito municipal e atuar sobre elas, em caráter avaliador, formulador e propositivo;

§ 3º Os debates, proposições, e os documentos de todas as etapas da 6ª Conferência da Cidade de Sapezal devem se relacionar diretamente com o temário, objetivos e lema definido por este Regimento.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I

Art. 10 A 6ª Conferência da Cidade de Sapezal será presidida pelo Conselho Municipal da Cidade e, na sua ausência ou impedimento eventual, por umintegrante da Coordenação Executiva da 6ª Conferência da Cidade de Comissão preparatória.

Art. 11 A organização e realização da 6ª Conferência da Cidade de Sapezal será conduzida pelo Conselho Municipal da Cidade.

§1º Os membros que compõem a Comissão Organizadora da 6ª Conferência da Cidade de Sapezal estão relacionados no Anexo III deste Regimento.

Art. 12 Compete ao Conselho das Cidade:

I - mobilizar os parceiros e filiados de suas entidades e órgãos membros, no âmbito de sua atuação no estado, para preparação e participação nas Conferências locais e estadual;

II - acompanhar e deliberar sobre as atividades da Coordenação Executiva da 6ª Conferência Estadual das Cidades, devendo ser apresentados relatórios em todas as reuniões ordinárias, e;

III-homologar o Relatório Final elaborado pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Art. 13 Compete à Comissão Preparatória da 6ª Conferência da Cidade de Sapezal

I - dar cumprimento às deliberações do Conselho Estadual das Cidades;

II - coordenar, supervisionar, e promover a realização da 6ª Conferência da Cidade de Sapezal, atendendo os aspectos técnicos, políticos e administrativos;

III – Utilizar documento sobre o temário central e textos de apoio que subsidiarão as discussões no processo da 6ª Conferência da Cidade de Sapezal

VI - elaborar o relatório final e os anais da 6ª Conferência da Cidade de Sapezal;

V- Utilizar a metodologia de sistematização Nacional para as contribuições e as propostas aprovadas na Conferência Municipal

Art. 14 Cabe à Comissão Preparatória Municipal:

I - adotar o Regimento Nacional e Estadual, no que se refere ao âmbito Municipal, definindo data, local e pauta;

II - elaborar o Regimento da Conferência Municipal, respeitadas as diretrizes e as definições do Regimento Estadual;

III - a Comissão Preparatória Municipal poderá constituir as Comissões de Infraestrutura e Logística, Mobilização e Articulação, Sistematização e Metodologia, que serão responsáveis por toda organização e realização da etapa municipal;

IV – planejar a infraestrutura para a realização da etapa municipal;

V - mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no município, para sensibilização e adesão à 6ª Conferência das Cidades;

VI - Prever na programação da Conferência Municipal o tempo necessário para debater o temário, sem prejuízo do conteúdo, sendo que este tempo não pode ser inferior a carga horária de 8 horas, excluindo a cerimônia de abertura, excetuando as capitais dos estados, que terão carga horária mínima de 12 horas, excluindo a cerimônia de abertura;

VII - ao final da Conferência Municipal das Cidades, elaborar o relatório, de acordo com o modelo disponível no sitio da 6ª Conferência Nacional das Cidades, e enviar à Comissão Organizadora Estadual competente no prazo de 10 (dez) dias após a realização da conferência;

VIII - preencher o formulário disponibilizado pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades por meio do sítio eletrônico a ser disponibilizado pelo Ministério das Cidades, com as informações da Conferência Municipal, até 10 dias após a realização da Conferência, e;

IX - encaminhar à Comissão Estadual Recursal e de Validação, os recursos impetrados contra atos da Comissão Preparatória Municipal ou quaisquer questionamentos referentes a atos ou omissões de agentes envolvidos na realização ou participação na referida conferência, no prazo regimental.

Parágrafo único. O número de delegadas e delegados reservados está estabelecido pelo Regimento da respectiva Conferência Estadual, conforme Anexo II

Art. 15 Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pelas Comissões Preparatórias Municipais, cabendo recurso à Comissão Preparatória Estadual e, em última instância, à Comissão Nacional Recursal e de Validação.

SEÇÃO II

DAS SUBCOMISSÕES

Art. 16 - Para desempenho das suas funções, a Comissão Preparatória Municipal poderá constituir as seguintes subcomissões, com suas respectivas atribuições mínimas:

I – Mobilização e Articulação:

a) dialogar com os gestores públicos e sociedade civil organizada, com o objetivo de sensibilizar e mobilizar visando a realização da Conferência Municipal;

b) estimular, apoiar e acompanhar a realização da Conferência Municipal;

c) apoiar o município nos processos de convocação, preparação e realização das sua conferência;

d) divulgar as ações e deliberações da Comissão Preparatória Municipal;

e) promover a ampla divulgação da Conferência, utilizando os recursos e mídias disponíveis;

f) estimular o debate na mídia dos temários da Conferência e a participação da sociedade local na Conferência;

g) manter cadastro de todas as entidades participantes da conferência municipal.

II - Infraestrutura e logística:

a) acompanhar todo o processo de estruturação do evento e definição dos serviços, como espaço físico, transporte, viabilização materiais de apoio e textos;

b) organizar e coordenar o credenciamento dos participantes da Conferência;

c) programar e coordenar as atividades de montagem e organização das instalações e equipamentos, articulando parcerias para garantir a maior participação da sociedade civil na 6ª Conferência Municipal da Cidade de Sapezal .

III- Metodologia e sistematização:

a) produzir textos e materiais que orientarão os debates na 6ª Conferência Municipal da Cidade;

b) providenciar os textos para nortear os debates no processo da conferência municipal e palestrantes sobre o temário;

c) elaborar a programação e a pauta da 6ª Conferência Municipal da Cidade;

d) estimular, apoiar e acompanhar a Conferência Municipal;

e) apoiar e estimular as atividades preparatórias de discussão do temário da 6ª Conferência das Cidades, no âmbito do Município;

f) avaliar os relatórios e documentos da Conferência Municipal para subsidiar as discussões sobre a 6ª Conferência Municipal da Cidade;

g) aprovar o projeto de divulgação para a 6ª Conferência Municipal da Cidade;

h) elaborar o relatório final e os anais da 6ª Conferência Municipal da Cidade;

i) propor metodologia de sistematização para as contribuições e as propostas aprovadas nas Conferência Municipal;

j) sistematizar as propostas resultantes da Conferência Municipal, consolidando-as, para encaminhá-las à Etapa Estadual;

§1º As subcomissões indicadas nos incisos deste artigo deverão ser integradas por membros da Comissão Preparatória Municipal, podendo ser ampliada com outros membros do Conselho da Cidade, ou similar, no caso de existir, respeitando a proporcionalidade regimental.

CAPÍTULO V

DAS DELEGADAS E DOS DELEGADOS

Art. 17 A composição de delegadas e delegados na 6ª Conferência da Cidade de Sapezal, deve respeitar os seguintes segmentos e respectivos percentuais:

I - gestores, administradores públicos e legislativos – estaduais e municipais, 42,3%;

II - movimentos populares, 26,7%;

III - trabalhadores, por suas entidades sindicais, 9,9%;

IV - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, 9,9%;

V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais, 7%, e;

VI – Organizações Não Governamentais com atuação na área do Desenvolvimento Urbano, 4,2%.

§ 1º Todas as entidades dos segmentos deverão ter atuação fim na área de desenvolvimento urbano conforme segue:

a) Poder Público Estadual - gestores, administradores públicos e legislativos - estaduais - são os representantes de órgãos da administração direta, empresas públicas, fundações públicas e autarquias em seus respectivos níveis, e membros do Legislativo: deputados;

b) Poder Público Municipal - gestores, administradores, servidoras (es) e funcionárias (os) públicas (os) municipais - são os representantes de órgãos da administração pública direta e indireta, representantes das entidades municipalistas de caráter nacional e membros do Legislativo: vereadores (as);

c) Movimentos Populares – são as associações comunitárias ou de moradores, movimentos por moradia e demais organizações populares voltadas à questão do desenvolvimento urbano;

d) Trabalhadores – representantes de suas entidades sindicais (sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais de trabalhadores e trabalhadoras urbanos e rurais);

e) Empresários – empresas vinculadas às entidades de caráter estadual representativas do empresariado, inclusive cooperativas, voltadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;

f) Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa – entidades de âmbito nacional e estadual representativas de associações de profissionais autônomos ou de empresas, assim como associações nacionais de ensino e pesquisa. Enquadram-se, também, neste segmento os conselhos profissionais (regionais ou federais). Em todos os casos a representação do segmento deve estar vinculada a questão do desenvolvimento urbano, e;

g) Organizações Não Governamentais - para fins do ciclo de conferências das cidades o segmento de Organizações Não Governamentais é formado por associações civis ou fundações (art. 44, I e III, do Código Civil 2002), para fins não econômicos, formalmente constituídas há no mínimo 2 anos, que têm por finalidade estatutária a atuação no campo do desenvolvimento urbano, comprovado mediante apresentação de estatuto no ato da inscrição para a conferência municipal.

§ 1º Conselhos temáticos, municipais, estaduais e nacionais bem como Orçamentos Participativos não constituem segmentos, visto que são instâncias institucionais representativas de vários segmentos sociais;

§ 2º Não se enquadram nos segmentos acima descritos partidos políticos, igrejas e seus movimentos de base, instituições filantrópicas, clubes esportivos, desportivos e recreativos, Lions, lojas maçônicas e Rotary, corpo discente de universidades, bem como toda e qualquer agremiação que tenha por atividade ações discriminatórias, segregadoras, xenófobas, entre outras;

Art. 18 – O Município de Sapezal terá direito a 6 delegados (as) para a etapa estadual, conforme o critério estabelecido pelo Conselho Estadual das Cidades

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 19 As despesas com a organização da 6ª Conferencia da Cidade de Sapezal correrão por conta da Secretaria Administração e outros advindos de patrocínio.

]

ANEXO II

Nº de Delegados(as) a serem eleitos na Conferência da Cidade de Sapezal /MT

NOME DO MUNICÍPIO	POP	Poder Público Municipal	Movimentos Sociais	Empresários	Trabalhadores	Profis. Acadêmicos e Cons. Classe	Ong´s	Nº Del
Sapezal	**22.665**	2	2	1	1	0	0	**6**
Nº de Delegados(as) a serem eleitos nas Conferências Municipais	**06**							

ANEXO III

Membros da Comissão preparatória da 6ª Conferência da Cidade de Sapezal /MT

Nome	Segmento
ANGELA PEREIRA BARROS	PODER PUBLICO
DELVIS SOSTISSO MAGGI	REPRESENTANTE ASSOC. DE PROFISSIONAIS AUTONOMOS
LARISSABERTOCCO GIMENEZ	PODER PUBLICO
ISOLDE BECKENKAMP BARBOSA DOS SANTOS	REPRESENTANTES MOVIMENTOS SOCIAIS
IZAIAS ROQUE DOS SANTOS	REPRESENTANTE MOVIMENTOS SOCIAIS
MARISA GUADANIN	REPRESENTANTEPODER PÚBLICO
SIMONE G. SATURNINO	REPRESENTANTE PODER PUBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

DECRETO Nº 15 /16, 29 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 15 /16, 29 de junho de 2016

"DISPÕE SOBRE AS CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS NO PERÍODO ELEITORAL DO ANO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA-MT, no uso de suas atribuições legais e na qualidade de defensor do interesse público

Considerando que, neste ano, serão realizadas eleições para o cargo de Prefeito e Vereador;

Considerando a possibilidade de candidaturas de agentes públicos a esses cargos;

Considerando a necessidade de manutenção da qualidade, da continuidade e da eficiência dos serviços públicos mesmo em período eleitoral; e,

Considerando a necessidade de se dar publicidade às vedações de condutas dirigidas aos agentes públicos em anos eleitorais, nos termos da legislação respectiva,

DECRETA:

Art. 1º - Em todos os serviços municipais, especialmente neste ano de eleição, deverá ser rigorosamente observado o princípio da impessoalidade, nos atos, obras, programas e divulgações institucionais da Prefeitura de Serra Nova Dourada-MT.

Art. 2º - Os agentes públicos municipais devem observar estritamente o disposto na legislação eleitoral, especialmente a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 e demais alterações e a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 23450/2015 e demais alterações, a fim de que suas ações não afetem a igualdade de oportunidades entre os candidatos nos pleitos eleitorais.

Parágrafo único. Considera-se agente público, nos termos do art. 73, § 1º da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta, ou fundacional.

Art.3º - São proibidas aos agentes públicos municipais, especialmente, nos termos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, as seguintes con-

dutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta do Município;

II - usar materiais ou serviços custeados pelo Município que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;

III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta municipal, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal;

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público;

V - a partir de 02 de julho de 2016, na realização de inaugurações, a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos;

VI - a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior;

VII - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, a partir de 02 de julho de 2016 até a posse dos eleitos, ressalvadas:

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

b) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;

c) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo;

VIII - a partir de 02 de julho de 2016 até a realização do pleito:

a) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;

b) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;

IX - realizar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos 03 (três) últimos anos que antecedem o pleito.

X - fazer revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir de 05 de abril de 2016 até a posse dos eleitos.

Parágrafo único. A vedação do inciso I, deste artigo não se aplica ao uso, em campanha, pelos candidatos à reeleição de Prefeito e Vice-Prefeito, de suas residências oficiais, com os serviços inerentes à sua utilização normal, para realização de contatos, encontros e reuniões pertinentes à própria campanha, desde que não tenham caráter de ato público (Lei nº 9. 504/97, art. 73, § 2º).

Art. 4º - É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento de despesa com pessoal expedido nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo poder.

Art. 5º - É proibido a qualquer candidato comparecer, nos 03 (três) meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas.

Art. 6º - Fica expressamente vedado aos agentes públicos no ano eleitoral:

I - a prática no horário de expediente, de qualquer ato de natureza político-eleitoral, sujeitando-se o agente às penalidades da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

II - as manifestações silenciosas, em horário de expediente, de preferência por determinado candidato, tais como a colocação de cartazes, adesivos ou qualquer tipo de peça publicitária nas dependências internas do local de trabalho, em veículos oficiais ou custeados com recursos públicos, bem como a utilização de camisetas, bonés, broches, dísticos, faixas e qualquer outra peça de vestuário que contenha alusão, ainda que indireta, de caráter eleitoral;

III - a menção, divulgação ou qualquer outra forma de alusão a candidatos, partidos ou coligações no momento da prestação dos serviços ou da distribuição gratuita de bens.

§ 1º A violação do disposto neste artigo, deverá ser imediatamente comunicada à Procuradoria Jurídica do Município para a adoção dos procedimentos administrativos cabíveis para a apuração e responsabilização dos infratores.

§ 2º A conduta vedada por este artigo deverá ser imediatamente suspensa pela autoridade hierarquicamente superior do responsável por sua prática, tão logo tenha ciência do fato, sob pena de responsabilidade na forma da lei.

Art. 7º - Nenhuma propaganda institucional da Prefeitura poderá ser realizada a partir do dia 02 de julho de 2016, notadamente em relação à divulgação de obras e das ações dos Secretários Municipais e do Prefeito.

§ 1º A vedação não se aplica às publicações do Diário Oficial do Município, bem como das licitações, previstas na Lei nº 8.666/93.

§ 2º A partir do dia 02 de julho de 2016, o sítio institucional da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada-MT, não sofrerá qualquer atualização, a não ser aquelas estritamente essenciais à prestação de serviços aos munícipes.

Art. 8º - Na entrega de quaisquer bens aos munícipes, decorrentes de programas sociais, tais como cestas básicas e medicamentos, deverão ser obedecidos rigorosamente os critérios definidos quando da criação do respectivo programa.

Parágrafo único. Fica vedado a qualquer servidor municipal atender a postulações de munícipes em desacordo com os critérios definidos na instituição do respectivo programa.

Art. 9º - Os Secretários Municipais deverão cientificar o inteiro teor deste Decreto aos seus respectivos Diretores, Coordenadores, Chefes de setores e demais servidores subordinados.

Parágrafo único. Os servidores que não atenderem a esta determinação estarão sujeitos às sanções penais, administrativas, cíveis e eleitorais.

Art. 10 - Os agentes públicos municipais, deverão respeitar os prazos de desincompatibilização em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990 e Constituição Federal.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Serra Nova Dourada-MT, 29 de junho de 2016.

EDSON YUKIO OGATHA

Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N.º 026/2014

PUBLICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: N.º 026/2014

PARTES: Câmara Municipal de Sinop e OI S/A.

OBJETO: Prestação de Serviço de Fornecimento de Internet Link Dedicado 50 Mbps.

VALOR GLOBAL: R$ 75.216,00 (setenta e cinco mil, duzentos e dezesseis reais).

VIGENCIA: 25.06.2016 A 24.06.2017

COD. ORÇAMENTÁRIO . 01.001.01.031.0001.2001.3390.39.00

Mauro Garcia

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
TERMO DE CONTRATO: N.º 14/2016

PUBLICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO: N.º 14/2016

PARTES: Câmara Municipal de Sinop e TAPEÇARIA CELESTE LTDA - ME

OBJETO: Prestação de Serviços de Reforma das Cadeiras do Plenário da Câmara Municipal de Sinop – MT.

VALOR GLOBAL: R$ 24.704,00 (vinte e quatro mil setecentos e quaro reais)

VIGENCIA: 06.06.2016 A 06.09.2016

COD. ORÇAMENTÁRIO . 01.01.001.031.0010.2001 – 3390.39.00

Mauro Garcia

Presidente

AGER SINOP
PORTARIA Nº006/2016

DATA: 04 de Julho de 2016

SÚMULA: Designa a servidora SILMARA NARDONI, Diretora Técnica Operacional da AGER, para exercer a função de Fiscal do Contrato Nº 003/2016, CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE.

JOSÉ ALMIRO MULLER, DIRETOR PRESIDENTE DA AGER – AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomeia a servidora SILMARA NARDONI *Diretora Técnica Operacionalpara exercer a função de Fiscal do Contrato nº003/2015* – CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE.

Art. 2º. Este ato terá validade à partir de 14 de Março de 2016

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO DIRETOR DA AGER, ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 04 de Julho de 2016.

JOSÉ ALMIRO MULLER

DIRETOR PRESIDENTE DA AGER

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
TERMO DE CONTRATO: N.º 15/2016

PUBLICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO: N.º 15/2016

PARTES: Câmara Municipal de Sinop e SILVA ROSA IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA.

OBJETO: Fornecimento de material de permanente (armários sob medida) para atender as necessidades da Câmara Municipal de Sinop – MT.

VALOR GLOBAL: R$ 35.075,00 (trinta e cinco mil e setenta e cinco reais)

VIGENCIA: 06.06.2016 A 15.08.2016

COD. ORÇAMENTÁRIO . 01.01.001.031.0010.2001 – 3390.39.00

Mauro Garcia

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LICENÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP CNPJ: 15.024.003/0001-32. Torna publico que requereu a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Licença Previa (LP) e a Licença de Instalação (LI), para aplicação de revestimento asfaltico (recuperação), nas ruas e avenidas do município de Sinop-MT. Não EIA/RIMA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2016 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2016

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. DATA: 28/06/2016 VIGÊNCIA: 28/06/2017.

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada em prestação de serviços auxiliares de transporte aéreo, na modalidade proteção da aviação civil no Aeroporto João Batista Figueiredo, em Sinop – MT, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESA DETENTORA:

ATA Nº. 168/2016 – EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO LTDA - CNPJ 13.815.968/0001-18, **BRASÍLIA/DF**

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	12	MESES	MODULO DE INSPEÇAO DE PASSAGEIROS TRIPULANTES E BAGAGEM DE MAO CONFORME DESCRITO NO RBAC 107 DE 16/07/2015 OU LEGISLAÇAO VIGENTE. COM NO MINIMO 03 AGENTES DE PROTEÇAO DA AVIAÇAO CIVIL OPERADORES DE RAIO X E 01 APAC SUPERVISOR. PARA CADA 02 MODULOS, POR TURNO DE 06 HORAS SENDO ESTA DAS 04:00 AS 10:00 HS DE SEGUNDA -FEIRA A SÁBADO.	EMBRASATA	17.508,60	210.103,20
2	12	MESES	MODULO DE INSPEÇAO DE PASSAGEIROS TRIPULANTES E BAGAGEM DE MAO CONFORME DESCRITO NO RBAC 107 DE 16/07/2015 OU LEGISLAÇAO VIGENTE. COM NO MINIMO 03 AGENTES DE PROTEÇAO DA AVIAÇAO CIVIL OPERADORES DE RAIO X E 01	EMBRASATA	20.284,08	243.408,96

			APAC SUPERVISOR. PARA CADA 02 MODULOS, POR TURNO DE 06 HORAS SENDO ESTA DAS 10:00 AS 16:00 HS DE SEGUNDA -FEIRA A DOMINGO.			
3	12	MESES	MODULO DE INSPEÇAO DE PASSAGEIROS TRIPULANTES E BAGAGEM DE MAO CONFORME DESCRITO NO RBAC 107 DE 16/07/2015 OU LEGISLAÇAO VIGENTE. COM NO MINIMO 03 AGENTES DE PROTEÇAO DA AVIAÇAO CIVIL OPERADORES DE RAIO X E 01 APAC SUPERVISOR. PARA CADA 02 MODULOS, POR TURNO DE 06 HORAS SENDO ESTA DAS 22:00 AS 04:00 HS DE SEGUNDA -FEIRA A DOMINGO.	EMBRASATA	35.418,92	425.027,04
4	12	MESES	MODULO PADRAO PARA INSPEÇAO DE PASSAGEIROS E VEICULOS CONFORME DESCRITO NO RBAC 107 DE 16/07/2015 OU LEGISLAÇAO VIGENTE. E DE 01 AGENTE DE PROTEÇAO DE AVIAÇAO CIVIL POR TURNO DE 06 HS, SENDO ESSA DAS 06:00 AS 12:00 HS DE SEGUNDA -FEIRA A DOMINGO.	EMBRASATA	7.946,09	95.353,08
5	12	MESES	MODULO PADRAO PARA INSPEÇAO DE PASSAGEIROS E VEICULOS CONFORME DESCRITO NO RBAC 107 DE 16/07/2015 OU LEGISLAÇAO VIGENTE. E DE 01 AGENTE DE PROTEÇAO DE AVIAÇAO CIVIL POR TURNO DE 06 HS, SENDO ESSA DAS 12:00 AS 18:00 HS DE SEGUNDA -FEIRA A DOMINGO.	EMBRASATA	3.973,05	47.676,60
VALOR TOTAL	**R$ 1.021.568,88**					

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, 04 DE JULHO DE 2016.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2016 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2016

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. DATA: 30/06/2016 VIGÊNCIA: 30/06/2017.

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada em serviços de plantio de grama, com a grama da própria contratada, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos , conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESA DETENTORA:

ATA Nº. 176/2016 – GRAMEIRA SINOP LTDA ME - CNPJ 04.778.991/0001-99, **SINOP/MT**

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	150.000	METRO QUADRADO	CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA — ZOYSIA JAPONICA — EM ROLO (INCLUSIVE AQUISIÇAO DE GRAMA) DE 40 CM DE LARGURA POR 1,25 METRO DE COMPRIMENTO, UNIFORME, BEM ENRAIZADA E ISENTA DE PRAGAS E DOENÇAS	GRAMEIRA SINOP	11,89	1.783.500,00
VALOR TOTAL	**R$ 1.783.500,00**					

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, DIA 04 DE JULHO DE 2016.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2016 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2016

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. DATA: 30/06/2016 VIGÊNCIA: 30/06/2017.

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de empresa especializada em serviços de locação de trator esteira, incluindo manutenção, combustível, e operação, para atender às necessidades das Secretarias Municipais, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESA DETENTORA:

ATA Nº. 177/2016 – DIOGO RODRIGUES - ME - CNPJ 13.418.319/0001-83, **SINOP/MT**

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	2000	HORA	LOCAÇAO DE TRATOR DE ESTEIRAS, POTENCIA 150 HP, PESO OPERACIONAL 16,7 T, COM LAMINA 3,18 M3 (INCLINDO MANUTENÇAO, OPERAÇAO E COMBUSTIVEL) - CHP DIURNO	FIATALIS	280,00	560.000,00
2	500	HORA	CAMINHAO TRUCK BASCULANTE DE 160HP, CAPACIDADE DE CARGA DE 12 TONELADAS COM OPERADOR E COMBUSTIVEL, COM MANUTENÇAO	MERCEDES BENZ	80,00	40.000,00
VALOR TOTAL	**R$ 600.000,00**					

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, DIA 04 DE JULHO DE 2016.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2016 SRP 057/2016

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Presencialnº 041/2016, SRP 057/2016, referente: **Contratação de Empresa Especializada em Fornecimento de Revestimento Asfáltico e Recapeamento de Pavimento CBUQ — Concreto Betuminoso Usinado Quente em atendimento as necessidades do Aeroporto Municipal de Sinop - MT**. Empresa Vencedora: **PISSINATTI EMPREENDIMENTOS LTDA**. **CNPJ/M**F: 05.841.963/0001-31. Item: 01, 02, 03. H**omologado em 04 de Julho de 2016.**

Adriano dos Santos

Pregoeiro - Portaria nº 168/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
TERMO DE CONTRATO: N.º 16/2016

PUBLICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO: N.º 16/2016

PARTES: Câmara Municipal de Sinop e Dura-Lex Sistemas de Gestão Pública LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Aquisição de Licenças de uso, manutenção e consultoria técnica nos seguintes softwares: Orçamento, Tesouraria, Contabilidade Pública, RH e Folha de Pagamento, Compras, Licitação, Patrimônio, Protocolo, Almoxarifado, Controle de Frotas e Portal da Transparência, para atender a Administração da Câmara Municipal de Sinop/MT.

VALOR GLOBAL: R$ 92.400,00 (noventa e dois mil e quatrocentos reais)

VIGENCIA: 06.06.2016 A 06.06.2017

COD. ORÇAMENTÁRIO . 01.001.01.031.0001.2001.3390.39.00

Mauro Garcia

Presidente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATAS DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2016 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2016

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. DATA: 27/06/2016 VIGÊNCIA: 27/06/2017.

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Limpeza e de Higiene para atender às necessidades das Secretarias Municipais, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESAS DETENTORAS:

ATA Nº. 159/2016 – AÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA ME - CNPJ 16.793.330/0001-11, **VÁRZEA GRANDE/MT**

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	6523	UNIDADE	ALCOOL ETILICO GEL 70% - EMBALAGEM DE 800ML	START	R$ 5,88	R$ 38.355,24
10	14070	UNIDADE	COPO DESCARTAVEL PARA CAFE DE 50ML, CONFECCIONADO EM POLIESTIRENO, NAO TOXICO, TRANSPARENTE, REFORÇADO COM FRISOS LATERAIS,BORDAS ARREDONDADAS NAO CORTANTES E SEM TELESCOPAMENTO, MASSA MINIMA 0,75G, CONFORME ABNT NBR 14.865/2002 ACONDICIONAMENTO: PACOTE PLASTICO LACRADO COM 100 UNIDADES.	COPOSUL	R$ 1,31	R$ 18.431,70
12	13770	UNIDADE	DESINFETANTE CONCENTRADO, PERFUMADO, ACAO BACTERICIDA E GERMICIDA, PARA DESINFECCAO DE SUPERFICIES, EMBALAGEM -FRASCO COM 750 ML.	PLAB	R$ 1,90	R$ 26.163,00
70	700	UNIDADE	TOALHA DE BANHO, TECIDO FELPUDO, 100% ALGODAO, COER A ESCOLHER, TAMANHO 70X130CM.	MARTINS	R$ 10,32	R$ 7.224,00
71	2079	UNIDADE	VASSOURA TIPO CAIPIRA, COM CABO DE MADEIRA TAMANHO APROXIMADO 1 METRO E 20 CM.	PLASTGRAN	R$ 12,57	R$ 26.133,03
	VALOR TOTAL	**R$ 116.306,97**				

ATA Nº. 160/2016 – BELAFORTE COMERCIAL LTDA ME - CNPJ 24.296.486/0001-15, **SORRISO/MT**

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
3	4193	UNIDADE	DESODORIZADOR DE AR AEROSOL, PERFUME SUAVE EMBALAGEM: RECICLAVEL, INOFENSIVO A CAMADA DE OZONIO, VOLUME: 400 ML	PURO AR	R$ 6,91	R$ 28.973,63
4	1302	UNIDADE	BALDE, FABRICADO EM MATERIAL PLASTICO, ULTRA-RESISTENTE, COM ALÇA, SEM TAMPA, CAPACIDADE PARA 12 LITROS	ARQPLAST	R$ 4,21	R$ 5.481,42
17	1612	UNIDADE	FOSFORO, MAÇO COM 10 CAIXAS COM 40 PALITOS	GABOARDI	R$ 1,88	R$ 3.030,56
19	2452	UNIDADE	LIMPADOR DE VIDROS, EMBALAGEM PLASTICA - FRASCO CONTENDO 500 ML.	TRIEX	R$ 2,59	R$ 6.350,68
49	1362	UNIDADE	BALDE, FABRICADO EM MATERIAL PLÁSTICO, ULTRA-RESISTENTE, COM ALÇA, SEM TAMPA, CAPACIDADE PARA 20 LITROS	ARQPLAST	R$ 5,79	R$ 7.885,98
50	664	UNIDADE	CESTO PARA LIXO (TAMBOR), COM TAMPA, FABRICADO EM MATERIAL PLASTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE PARA 15LITROS.	ARQPLAST	R$ 6,29	R$ 4.176,56
56	562	UNIDADE	LIXEIRA DE PLASTICO TELADO 10LT	ARQPLAST	R$ 2,46	R$ 1.382,52
69	1093	UNIDADE	SAPONACEO CREMOSO 500 ML	AUDAX	R$ 3,40	R$ 3.716,20
75	337	UNIDADE	LIXEIRA PLASTICA PEQUENA 20 LITROS-REFORÇADA	ARQPLAST	R$ 6,90	R$ 2.325,30
83	504	UNIDADE	CREME DENTAL 90 GR, COM FLUOR, REGISTRADO NA ANVISA	ICEFRESH	R$ 1,83	R$ 922,32
	VALOR TOTAL	**R$ 64.245,17**				

ATA Nº. 161/2016 – COMERCIAL HF DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEL LTDA - CNPJ 73.905.341/0001-80, **CUIABÁ/MT**

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
9	34050	UNIDADE	COPO DESCARTAVEL PARA AGUA DE 180ML, CONFECCIONADO EMPOLIESTIRENO, NAO TOXICO, TRANSPARENTE, REFORCADO COM FRISOS LATERAIS,BORDAS ARREDONDADAS NAO CORTANTES E SEM TELESCOPAMENTO.MASSA MINIMA 0,75G, CONFORME ABNT NBR 14.865/2002, ACONDICIONAMENTO: PACOTE PLASTICO LACRADO COM 100 UNIDADES.	TOTALPLAST	R$ 2,39	R$ 81.379,50
14	1676	UNIDADE	ESCOVA SANITARIA COM SUPORTE, CERDAS EM POLIPROPILENO FLEXIVEIS, COM CABO EM PLASTICO RESISTENTE.	GUIRADO	R$ 5,04	R$ 8.447,04
15	1594	PACOTE	ESPONJA LA DE COMPOSIÇÃO: AÇO CARBONO. EMBALAGEM CONTENDO 8 ESPONJA.	KIBRILHO	R$ 1,00	R$ 1.594,00
16	1655	UNIDADE	FLANELA PARA LIMPEZA, 100% DE ALGODAO, COR AMARELA DE TOM FORTE, LISA, DIMENSOES MINIMAS 56X38CM, EMBALADAS EM PLASTICO HERMETICO COM IDENTIFICAÇAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	ROSABELA	R$ 1,39	R$ 2.300,45
21	4163	PAR	LUVA DE LATEX NATURAL, CANO MEDIO, ALTA SENSIBILIDADE TATIL, PALMA ANTIDERRAPANTE E INTERIOR EM ALGODAO FLOCADO, ANATOMICA CONFORTAVEIS, RESISTENTES E DURAVEIS, TAMANHO G.	VOLK	R$ 2,27	R$ 9.450,01
22	6700	METRO	MANGUEIRA CRISTL 3/4 2.5	AQUAFLEX	R$ 2,18	R$ 14.606,00
23	1046	UNIDADE	MULTI INSETICIDA AEROSOL 300ML (SIMILAR SBP)	ULTRA INSET	R$ 5,84	R$ 6.108,64
24	696	UNIDADE	PALHA DE AÇO N. 1, COMPOSIÇÃO 100% AÇO INOX. EMBALAGEM COM 25 GRAMAS CADA.	VEGGA	R$ 0,68	R$ 473,28
25	1500	UNIDADE	PANO DE PRATO ALVEJADO, 100% ALGODAO, MEDINDO 50 X 100 CM	PRIMAVERA	R$ 2,79	R$ 4.185,00
27	2455	UNIDADE	PAPEL TOALHA INTERFOLHAS, COM 2 DOBRAS, PAPEL BRANCO, COMPOSICAO: 100% FIBRAS CELULOSICAS, MACIO E HIGIÊNICO, EMBALAGEM PLASTICA PACOTE CONTENDO 4.800 TOALHAS DE 22,5 CM X 22,5 CM.	FINEZZA	R$ 45,63	R$ 112.021,65
30	77	UNIDADE	RODO DE MADEIRA, DUPLO EM BORRACHA, TAMANHO 40CM, CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO MEDINDO 1,20 MTS.	GUIRADO	R$ 4,52	R$ 348,04
31	2307	UNIDADE	RODO PLASTICO DE EVA DUPLO 40 CM. CEPA PLSTICA ROSQUEAVEL E RESISTENTE. DIVERSAS CORES, COM CABO MADEIRA PLASTIFICADO MEDINDO 1,40 CM	GUIRADO	R$ 4,51	R$ 10.404,57
36	19450	UNIDADE	SACO PARA LIXO 100 LITROS, PRETO, DE BOA QUALIDADE, RESISTENTE, COM CERTIFICAÇAO DA ABNT 9191/2002 TAMANHO 75CM DE LARGURA X 1,05MTS DE COMPRIMENTO X 0,12 MICRAS DE ESPESSURA. PACOTES CONTENDO 05 UNIDADES.	ALPHAPLAST	R$ 1,70	R$ 33.065,00
42	158	CAIXA	COLHER DESCARTÁVEL REFEIÇÃO (SOPA) CRISTAL - CAIXA COM 1.000 UNIDADES	STRAWPLAST	R$ 46,19	R$ 7.298,02
45	2345	UNIDADE	SABONETE BARRA DERMATOLOGICAMENTE TESTADO COM BASE 100% VEGETAL. COMPOSIÇÃO: GLICERINA VEGETAL, NATURAL E NEUTRA COM PROPRIEDADES EMOLIENTE E HIDRATANTE. EMBALAGEM 90 GR	MOTIVUS	R$ 1,38	R$ 3.236,10
48	8674	LITRO	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 92,8. EMBALAGEM PLÁSTICA, FRASCO CONTENDO 01 LITRO	SANTA CRUZ	R$ 4,90	R$ 42.502,60
51	809	UNIDADE	ESCOVA PARA LAVAR ROUPA, COM CABO DE PLÁSTICO, CERDAS DE NYLON.	GUIRADO	R$ 1,73	R$ 1.399,57
52	139	UNIDADE	ESPANADOR DE PO, TAMANHO GRANDE.	DANSTER	R$ 14,79	R$ 2.055,81
53	13565	UNIDADE	ESPONJA PARA LAVAR LOUÇA DE COZINHA, COM DUPLA FACE, ESPUMA POLIURETANO E FIBRA TÊXTIL, TAMANHO 99 X 69 X 19MM	TININDO	R$ 0,53	R$ 7.189,45
55	492	FRASCO	LIMPADOR PARA FORNO, COMPOSIÇÃO SODA CÁUSTICA, ESPESSANTE, ÓLEO DE MENTA E ÁGUA, INFORMAÇÃO ADICIONAL, REMOVE GORDURA INCRUSTADA SEM RASPAR, DEIXA FORNOS, GRELHAS E QUEIMADORES DE GÁS LIMPO E BRILHANDO FRASCO COM 230G.	DIABO VERDE	R$ 6,75	R$ 3.321,00
57	600	UNIDADE	LUSTRA MOVEIS, EMBALAGEM - FRASCO CONTENDO 200 ML	INGLEZA	R$ 3,79	R$ 2.274,00
59	287	UNIDADE	PA, PARA RECOLHER LIXO, FABRICADA EM MATERIAL ZINCO, COM CABO LONGO DE MADEIRA	GUIRADO	R$ 4,07	R$ 1.168,09
61	8528	UNIDADE	PAPEL TOALHA BRANCO BOBINA C/ 60FL DUPLAS PCT 02 ROLOS	SOCIAL CLEAN	R$ 2,84	R$ 24.219,52
64	937	UNIDADE	RODO DE PASSAR CERA, COM CABO DE MADEIRA MEDINDO 1,20 MTS	GUIRADO	R$ 5,13	R$ 4.806,81
66	1475	UNIDADE	SACO DE ALGODAO CRU DE LIMPEZA 42X70	PRIMAVERA	R$ 2,14	R$ 3.156,50
67	4230	UNIDADE	SACO PARA LIXO 30 LITROS, PRETO, DE BOA QUALIDADE, RESISTENTE, COM CERTIFICAÇAO DA ABNT 9191/2002 TAMANHO 50CM DE LARGURA X 68 CM DE COMPRIMENTO X 0,12 MICRAS DE ESPESSURA. PACOTES CONTENDO 10 UNIDADES.	ALPHAPLAST	R$ 1,48	R$ 6.260,40
68	9180	UNIDADE	SACO PARA LIXO 50 LITROS, PRETO, DE BOA QUALIDADE, RESISTENTE, COM CERTIFICAÇAO DA ABNT 9191/2002 TAMANHO 63CM DE LARGURA X 80 CM DE COMPRIMENTO X 0,12 MICRAS DE ESPESSURA. PACOTES CONTENDO 10 UNIDADES.	ALPHAPLAST	R$ 2,35	R$ 21.573,00
76	680	UNIDADE	AGUA SANITARIA CONCENTRADO PH (1%) 10,5 A 11,5 DENSIDADE (25ºC) 1,20 A 1,25. COMPOSICAO HIPOCLORITO DE SODIO. TEOR DE CLORO ATIVO MINIMO 10% P/P DE CLORO. REGISTRADO NA ANVISA, A ENTREGA SERA EM EMBALAGEM MINIMA DE 05 LITROS	FLORA QUIMICA	R$ 7,42	R$ 5.045,60
78	2135	UNIDADE	PAPEL HIGIENICO, ROLO, FOLHA SIMPLES, GRAMATURA 20GM² (VARIAÇÃO +-5%), ALVURA MINIMA 80%, PAPEL 100% VIRGEM, UMIDADE MAXIMA 10%, FOLHA UNIFORME, SEM FUROS, ROLO 300M.	BRISA	R$ 5,43	R$ 11.593,05
79	865	UNIDADE	PAPEL TOALHA ROLO, MEDIDAS: 20CMX200M, SEM PICOTE, GRAMATURA 28GM², FOLHA SIMPLES, UMIDADE MAXIMA 10%, PAPEL 100% FIBRAS CELULOSICAS VIRGENS, ALVURA MINIMA 80%.	WHITECARE	R$ 11,19	R$ 9.679,35
84	500	UNIDADE	CREME PARA PENTEAR INFANTIL, 250GR, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, REGISTRADO NA ANVISA	TRALALA	R$ 8,57	R$ 4.285,00
86	1360	UNIDADE	ESPONJA GRIL PARA LAVAR LOUÇA, DE FIBRA SINTETICA ABRASIVA , ESPUMA DE POLIURETANO 110MM X 75MM X 35 MM	BETTANIN	R$ 1,84	R$ 2.502,40
87	6029	PAR	LUVA DE LATEX NATURAL, CANO MEDIO, ALTA SENSIBILIDADE TATIL, PALMA ANTIDERRAPANTE E INTERIOR EM ALGODAO FLOCADO, ANATOMICA CONFORTAVEIS, RESISTENTES E DURAVEIS, TAMANHO P.	VOLK	R$ 2,49	R$ 15.012,21
88	600	UNIDADE	SHAMPOO INFANTIL 300ML NEUTRO, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, REGISTRADO NA ANVISA	TRALALA	R$ 9,37	R$ 5.622,00
92	132	UNIDADE	RODO DE MADEIRA, DUPLO EM EVA, TAMANHO 40CM, CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO MEDINDO 1,20 MTS.	GUIRADO	R$ 5,39	R$ 711,48

93	202	UNIDADE	RODO DE MADEIRA, DUPLO EM EVA, TAMANHO 60 CM, CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO MEDINDO 1,20 MTS.	GUIRADO	R$ 6,49	R$ 1.310,98
94	215	UNIDADE	VASSOURA PARA JARDIM 22 ARAMES EM METAL REGULAVEL COM CABO 1,20 CM	FAMASTIL	R$ 17,73	R$ 3.811,95
96	600	UNIDADE	ESCOVA PARA LIMPEZA DE UNHAS. CERDAS DE NYLON COM CABO ANATOMICO ANT I-DESLIZANTE. 35 X 85 X 24 MM	BETTANIN	R$ 2,52	R$ 1.512,00
	VALOR TOTAL	**R$ 475.930,07**				

ATA Nº. 162/2016 – COMERCIAL LUAR EIRELE EPP - CNPJ 02.545.557/0001-33, **CUIABÁ/MT**

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
13	24509	UNIDADE	DETERGENTE LIQUIDO NEUTRO COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO IÔNICO, SAIS INORGÂNICOS, SEQUESTRANTE, NEUTRALIZANTE, CONSERVANTE, COADJUVANTE, CORANTES, EMBALAGEM: EM POLIETILENO VIRGEM COM TAMPA PUSH POOL, 500 ML, VALIDADE 36 MESES A PARTIR DA FABRICACAO.	OESTE	R$ 1,34	R$ 32.842,06
32	2599	UNIDADE	SABAO EM BARRA, NEUTRO, PRODUTO DESTINADO PARA LAVAGEM DE ROUPAS E LOUCAS. COMPOSICAO: SABAO A BASE DE SODIO, EDTA, ACIDO ETILENOHIDROXI DIFOSFÔNICO, CLORETO DE SODIO, SULFATO DE SODIO, GLICERINA, FORMALDEIDO, PERFUME, CORANTE E AGUA. PACOTE DE 1 KG, CONTENDO 05 UNIDADES DE 200 GRAMAS CADA.	KRAKRA	R$ 4,80	R$ 12.475,20
33	10498	UNIDADE	SABÃO EM PO COM SISTEMA BIO-ATIVO, COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO, COADJUVANTES, SINERGISTA, BRANQUEADOR OPTICO, ENZIMAS, ALCALINIZANTES, CORANTES, PERFUME E AGUA. EMBALAGEM (CAIXA) DE PAPELÃO COM 500 GRAMAS E REGISTRO JUNTO AO MINISTERIO DA SAUDE.	KLIP	R$ 2,51	R$ 26.349,98
38	140	UNIDADE	LIMPA VIDROS, LIQUIDO PH (1%) 7,5 A 8,5 DILUIÇAO MINIMA DE 1/4 REGISTRADO NA ANVISA A ENTREGA EMBALAGEM DE 05 LITROS.	PLAB	R$ 12,10	R$ 1.694,00
39	815	UNIDADE	DESINFETANTE PERFUMADO LIQUIDO, PH PURO: 7,0 A 8,0 COMPOSICAO: CLORETO DE DIALQUIL-DIMETIL BENZIL AMONIO, NONIFENOL EXOTILADO, ESSÊNCIA, CORANTE. DILUIÇAO MINIMA: 1/5, REGISTRADO NA ANVISA, A ENTREGA SERÁ EM EMBALAGEM DE 05 LITROS.	FLORAQUIMÍCA	R$ 7,80	R$ 6.357,00
40	262	UNIDADE	MUITI USO PERFUMADO, LIQUIDO, PH 1% (10,8 A 12,5), COMPOSICAO: LAURIL ETER SULFATO DE SODIO, SEQUESTRANTES ALCALINIZANTES, SOLVENTE, NONIFENOL EXOTILADO, DILUIÇAO MINIMA 1/100- REGISTRADO NA ANVISA A EMBALAGEM DE 05 LITROS	FLORAQUIMICA	R$ 13,60	R$ 3.563,20
41	259	UNIDADE	DETERGENTE DE USO GERAL, GEL. DESENGORDURANTE, PH NEUTRO, UTILIZAÇAO EM PISOS, SUPERFICIES FIXAS E LAVA LOUÇAS. COMPOSIÇAO: TENSOATIVO NÃO IONICO, TESOATIVOS ANIONICOS, ALCALINIZANTES, CONSERVANTE, COADJUVANTES, OPACIFICANTE, SEQUESTRANTE, ANTI-REDEPOSITANTE E VEICULI DILUIÇAO MINIMA DE 1/30- REGISTRO NA ANVISA EMBALAGEM DE ENTREGA 05 LITROS.	FLORAQUIMICA	R$ 12,25	R$ 3.172,75
47	13710	UNIDADE	AGUA SANITARIA, ALVEJANTE, DESINFETANTE E BACTERICIDA, COMPOSIÇAO: HIPOCLORITO DE SODIO, HIDROXIDO DE SODIO, CLORETO DE SODIO E AGUA, TEOR DE CLORO ATIVO: 2,0% A 2,5% P/P., ACONDICIONADOS EM FRASCOS PLASTICOS DE 01 LITRO. REGISTRO JUNTO AO MINISTERIO DA SAUDE.	PLAB	R$ 1,75	R$ 23.992,50
60	876	UNIDADE	PANO DE PRATO, ATOALHADO COM BAINHA, ESTAMPAS VARIADAS, 100% ALGODAO, MEDINDO NO MINIMO 40X66CM.	GUAPEX	R$ 2,62	R$ 2.295,12
63	139	UNIDADE	RASTELO, FABRICADO EM MATERIAL DE FERRO, PARA LIMPEZA DE JARDIM, COM CABO DE MADEIRA MEDINDO 1,20 MTS.	TRAMONTINA	R$ 12,95	R$ 1.800,05
65	1687	UNIDADE	RODO PLASTICO DE EVA DUPLO 60 CM. CEPA PLASTICA ROSQUEAVEL E RESISTENTE. DIVERSAS CORES, COM CABO MADEIRA PLASTIFICADO MEDINDO 1,40CM	C.C.T	R$ 7,78	R$ 13.124,86
72	342	QUILO	BOBINA DE SACOS PICOTADOS TRANSPARENTES PARA ACONDICIONAR ALIMENTOS. TAMANHO 34 X 50	C.P	R$ 14,99	R$ 5.126,58
73	342	QUILO	BOBINA DE SACOS PICOTADOS TRANSPARENTES PARA ACONDICIONAR ALIMENTOS. TAMANHO 25 X35	C.P	R$ 14,99	R$ 5.126,58
74	342	QUILO	BOBINA DE SACOS PICOTADOS TRANSPARENTES PARA ACONDICIONAR ALIMENTOS. TAMANHO 30X40	C.P	R$ 14,99	R$ 5.126,58
77	327	UNIDADE	SABONETE LIQUIDO ESPUMA, PH 6,5-7,5, DENSIDADE CELULOSICAS VIRGENS, ALVURA MINIMA 80%. 0,950-1,050 G/CM³ - REGISTRADO NA ANVISA,EMBALAGEM REFIL DE 800ML.	BIO STAR	R$ 8,40	R$ 2.746,80
80	265	CAIXA	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ 103 - C/ 40 UN.	JOVITA	R$ 3,10	R$ 821,50
81	9690	UNIDADE	PAPEL HIGIENICO, BRANCO, MACIO, FOLHA SIMPLES PICOTADA, BOA QUALIDADE - ROLO DE 30MX10CM.	SENSATO	R$ 0,45	R$ 4.360,50
82	380	UNIDADE	CERA LIQUIDA VERDE 750 ML.	BIO STAR	R$ 2,89	R$ 1.098,20
85	120	UNIDADE	CREME PARA TRATAMENTO DOS CABELOS COR BRANCA EMBALAGEM 1KG	SKALA	R$ 5,80	R$ 696,00
90	1283	UNIDADE	VASSOURA LEVE PARA FOLHAS E GRAMAS DENTES SUPER RESISTENTE PLASTICO DE ALTA DENSIDADE COM CABO PESO KG: 0,6KG	TRAMONTINA	13,50	17.320,50
91	184	PACOTE	CANUDO PLÁSTICO PARA REFRIGERANTE - EMBALAGEM COM 600 UNIDADES	SOL	R$ 7,20	R$ 1.324,80
95	100	UNIDADE	CERA EM PASTA, VERDE, EMBALAGEM COM 400 GRAMAS.	CANARIO	R$ 13,15	R$ 1.315,00
	VALOR TOTAL	**R$ 172.729,76**				

ATA Nº. 163/2016 – DELFIOL & DELFIOL LTDA - CNPJ 01.315.636/0001-95, **SINOP/MT**

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
5	1320	UNIDADE	CERA LIQUIDA INCOLOR 750 ML.	COMBRILHO	R$ 2,42	R$ 3.194,40
6	519	UNIDADE	CERA EM PASTA, INCOLOR, EMBALAGEM COM 400 GRAMAS.	CANARIO	R$ 11,55	R$ 5.994,45
29	97	UNIDADE	RODO DE MADEIRA, DUPLO EM BORRACHA, TAMANHO 60 CM, CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO MEDINDO 1,20 MTS.	DURABEM	R$ 4,99	R$ 484,03
35	4530	UNIDADE	SACO ALVEJADO, 100% ALGODAO, FORMATO APROXIMADO 80 X 50 CM.	ITATEX	R$ 4,04	R$ 18.301,20

37	2735	UNIDADE	TOALHA DE ROSTO, TECIDO FELPUDO, 100% ALGODAO, COR A ESCOLHER, TAMANHO 48 CM X 75 CM.	ITATEX	R$ 4,95	R$ 13. 538,25
46	1725	UNIDADE	ACIDO MURIATICO, COMPOSIÇÃO: CLORIDRICO AGUA E INIBIDORES, EMBALAGEM PLASTICA FRASCO COM 1000 ML.	TRIOL	R$ 4,44	R$ 7. 659,00
58	6248	PAR	LUVA DE LATEX NATURAL, CANO MEDIO, ALTA SENSIBILIDADE TATIL, PALMA ANTIDERRAPANTE E INTERIOR EM ALGODAO FLOCADO, ANATÔMICA CONFORTAVEIS, RESISTENTES E DURAVEIS, TAMANHO M.	DANY	R$ 2,65	R$ 16. 557,20
62	716	UNIDADE	PRENDEDOR DE ROUPA, FABRICADO EM MADEIRA, PACOTE COM 12 UNIDADES, TAMANHO MEDIO.	ENCAVAS	R$ 1,09	R$ 780,44
	VALOR TOTAL	**R$ 66. 508,97**				

ATA Nº. 164/2016 – M DE L P ALMEIDA – PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE ME - CNPJ 15.337.202/0001-09, **CUIABÁ/MT**

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
7	287	UNIDADE	CESTO PARA LIXO (TAMBOR), COM TAMPA, FABRICADO EM MATERIAL PLASTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE PARA 100 LITROS.	ARQPLAST	R$ 40,50	R$ 11. 623,50
18	5270	UNIDADE	GUARDANAPO DE PAPEL FOLHA DUPLA, MATERIAL CELULOSE, DIMENSOES APROXIMADAS 24X24, COR BRANCA, CARACTERISTICAS ADICIONAIS EXTRA MACIO, PACOTE COM 50 UNDIDADES.	NOBRE	R$ 1,72	R$ 9. 064,40
26	98354	UNIDADE	PAPEL HIGIENICO, BRANCO, MACIO, FOLHA DUPLA PICOTADA, BOA QUALIDADE -ROLO DE 60MX10CM.	BRISA	R$ 1,16	R$ 114. 090,64
34	3722	UNIDADE	SABONETE LIQUIDO DE 1ª QUALIDADE, PERFUMADO, INCOLOR, PH ENTRE 7,0 E 8,0, PARA HIGIENE DAS MAOS, APRESENTADO EM REFIL DE 400 ML, COM AGENTES UMECTANTES E EMOLIENTES ANTIALERGICOS.	START	R$ 7,05	R$ 26. 240,10
54	6585	UNIDADE	FLANELA PARA LIMPEZA, 100% ALGODAO, 40 X 60 CM, COR BRANCA, BORDAS OVERLOCADAS, EMBALADAS EM PLASTICO HERMETICO COM IDENTIFICAÇAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	ROSA BELA	R$ 1,48	R$ 9. 745,80
	VALOR TOTAL	**R$ 170. 764,44**				

ATA Nº. 165/2016 – MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - CNPJ 12.811.487/0001-71, **ERECHIM/RS**

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
28	1340	UNIDADE	PEDRA SANITARIA COMPLETA, COM AGENTES ANTIMICROBIANOS, PESO LIQUIDO 25GR	SANILAR	R$ 0,80	R$ 1. 072,00
43	1708	UNIDADE	VASSOURA COM CERDAS DE NYLON CEPA PLASTICA ROSQUEAVEL E RESISTENTE. DIVERSAS CORES, COM CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO, MEDINDO 1,20CM.	GAUCHA	R$ 5,20	R$ 8. 881,60
44	677	UNIDADE	VASSOURA DE PELO COM CEPA PLASTICA ROSQUEAVEL E RESISTENTE. DIVERSAS CORES, COM CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO, MEDINDO 1,20CM.	GAUCHA	R$ 5,38	R$ 3. 642,26
	VALOR TOTAL	**R$ 13. 595,86**				

ATA Nº. 166/2016 – PERUIBE COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO ELETRÔNICOS LTDA - CNPJ 09.117.368/0001-09, **SÃO PAULO/SP**

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
8	817	UNIDADE	CESTO PARA LIXO (TAMBOR), COM TAMPA, FABRICADO EM MATERIAL PLASTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE PARA 30LITROS.	PLASUTIL	R$ 11,80	R$ 9. 640,60
11	527	LITRO	DESENTUPIDOR LIQUIDO PARA LIMPEZA DE TUBULAÇÕES, EMBALAGEM COM 1 LITRO. (SIMILAR DIABO VERDE)	UNILEVER	R$ 12,94	R$ 6. 819,38
20	14714	UNIDADE	LIMPADOR INSTANTANEO - MULTI-USO, COM AROMA AGRADAVEL, INOFENSIVO A PELE, DE 1ª QUALIDADE, AUTORIZADO PELO MINISTERIO DA SAUDE - ANVISA, EM EMBALAGEM PLASTICA DE 500 ML.	FUZETTO	R$ 2,48	R$ 36. 490,72
	VALOR TOTAL	**R$ 52. 950,70**				

ATA Nº. 167/2016 – TRIOL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA - EPP - CNPJ 02.292.135/0001-01, **SINOP/MT**

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
2	2370	UNIDADE	AMACIANTE PARA ROUPAS, SUPER CONCENTRADO, FRAGRANCIA DE LAVANDA, COMPOSIÇAO: CLORETO DE DIALQUÍL DIMETIL AMONIO, COADJUVANTES, PRESERVANTE, ACIDULANTE, CORANTE, PERFUME E AGUA. EMBALAGEM COM 02 LITROS.	FOFURA	3,17	7. 512,90
89	651	UNIDADE	SODA CAUSTICA EM POTE DE 1 KG	EFICAZ	8,37	5. 448,87
	VALOR TOTAL	**R$ 12. 961,77**				

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, DIA 04 DE JULHO DE 2016.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2016 SRP Nº 66/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: **Aquisição de Papel Sulfite A4 para atender às necessidades das Secretarias Municipais**. ENVIO DE PROPOSTAS: 04/07/2016, a partir das 14h30min (horário de Brasília/DF). ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 15/06/2016 às 14h30min (horário de Brasília/DF). REALIZAÇÃO: por meio do site www.**bll**.org.br. INTEGRA DO **EDITAL**: por meio do site www.bll.org.br e www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/3520-7272/3520-7523.

Sinop/MT, 01 de julho de 2016.

ADRIANO DOS SANTOS

Pregoeiro - Portaria nº 168/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
EXTRATO DE CONVÊNIO PARA EXECUÇÃO DO TRABALHO SOCIAL – PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV - FAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

OPERAÇÃO: 0402471-07, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida FAR, para a realização das atividades constantes do Projeto de Trabalho Técnico Social, no empreendimento RES. ERNANDY MAURÍCIO BARACAT DE ARRUDA 2ª ETAPA, localizado no Bairro Angélica, no Município de Sinop/MT.

VALOR: 246.240,00 (DUZENTOS E QUARENTA E SEIS MIL, DUZENTOS E QUARENTA REAIS).

VIGÊNCIA: 06/06/2016 A 05/10/2017

FIRMADO EM: 06/06/2016

ASSINADO POR:

VALMIR CAMPOS BATISTA

CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CNPJ 00.360.305/0001-04

JUAREZ ALVES DA COSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP – CNPJ 15.024.003/001-32

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

EXTRATO DE CONVÊNIO PARA EXECUÇÃO DO TRABALHO SOCIAL – PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV - FAR

OPERAÇÃO: 0402.485-60, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida FAR, para a realização das atividades constantes do Projeto de Trabalho Técnico Social, no empreendimento RES. ERNANDY MAURÍCIO BARACAT DE ARRUDA 4ª ETAPA, localizado no Bairro Angélica, no Município de Sinop/MT.

VALOR: 246.240,00 (DUZENTOS E QUARENTA E SEIS MIL, DUZENTOS E QUARENTA REAIS).

VIGÊNCIA: 06/06/2016 A 05/10/2017

FIRMADO EM: 06/06/2016

ASSINADO POR:

VALMIR CAMPOS BATISTA

CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CNPJ 00.360.305/0001-04

JUAREZ ALVES DA COSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP – CNPJ 15.024.003/001-32

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

EXTRATO DE CONVÊNIO PARA EXECUÇÃO DO TRABALHO SOCIAL – PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV - FAR

OPERAÇÃO: 0402.811-81, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida FAR, para a realização das atividades constantes do Projeto de Trabalho Técnico Social, no empreendimento RES. ERNANDY MAURÍCIO BARACAT DE ARRUDA 6ª ETAPA, localizado no Bairro Angélica, no Município de Sinop/MT.

VALOR: 246.240,00 (DUZENTOS E QUARENTA E SEIS MIL, DUZENTOS E QUARENTA REAIS).

VIGÊNCIA: 06/06/2016 A 05/10/2017

FIRMADO EM: 06/06/2016

ASSINADO POR:

VALMIR CAMPOS BATISTA

CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CNPJ 00.360.305/0001-04

JUAREZ ALVES DA COSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP – CNPJ 15.024.003/001-32

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

EXTRATO DE CONVÊNIO PARA EXECUÇÃO DO TRABALHO SOCIAL – PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV - FAR

OPERAÇÃO: 0402.521-05, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida FAR, para a realização das atividades constantes do Projeto de Trabalho Técnico Social, no empreendimento RES. ERNANDY MAURÍCIO BARACAT DE ARRUDA 1ª ETAPA, localizado no Bairro Angélica, no Município de Sinop/MT.

VALOR: 246.240,00 (DUZENTOS E QUARENTA E SEIS MIL, DUZENTOS E QUARENTA REAIS).

VIGÊNCIA: 06/06/2016 A 05/10/2017

FIRMADO EM: 06/06/2016

ASSINADO POR:

VALMIR CAMPOS BATISTA

CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CNPJ 00.360.305/0001-04

JUAREZ ALVES DA COSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP – CNPJ 15.024.003/001-32

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

EXTRATO DE CONVÊNIO PARA EXECUÇÃO DO TRABALHO SOCIAL – PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV - FAR

OPERAÇÃO: 0402.566-48, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida FAR, para a realização das atividades constantes do Projeto de Trabalho Técnico Social, no empreendimento RES. ERNANDY MAURÍCIO BARACAT DE ARRUDA 3ª ETAPA, localizado no Bairro Angélica, no Município de Sinop/MT.

VALOR: 246.240,00 (DUZENTOS E QUARENTA E SEIS MIL, DUZENTOS E QUARENTA REAIS).

VIGÊNCIA: 06/06/2016 A 05/10/2017

FIRMADO EM: 06/06/2016

ASSINADO POR:

VALMIR CAMPOS BATISTA

CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CNPJ 00.360.305/0001-04

JUAREZ ALVES DA COSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP – CNPJ 15.024.003/001-32

AGER SINOP
PORTARIA Nº007/2016

DATA: 04 de Julho de 2016

SÚMULA: Designa a servidora SILMARA NARDONI, Diretora Técnica Operacional da AGER, para exercer a função de Fiscal do Contrato Nº 004/2016 - empresa Instituto Linha Pública Ltda.

JOSÉ ALMIRO MULLER, DIRETOR PRESIDENTE DA AGER – AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomeia a servidora SILMARA NARDONI *Diretora Técnica Operacionalpara exercer a função de Fiscal do Contrato nº004/2016* – - empresa Instituto Linha Pública Ltda.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO DIRETOR DA AGER, ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 04 de Julho de 2016.

JOSÉ ALMIRO MULLER

DIRETOR PRESIDENTE DA AGER

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
TERMO DE CONTRATO: N.º 17/2016

PUBLICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO: N.º 17/2016

PARTES: Câmara Municipal de Sinop e MR Fernandes EPP.

OBJETO: Fornecimento de material de permanente (cadeira executiva anatômica, longarina de 03 lugares, armários, par de braço digitador e estação de trabalho) para atender as necessidades da Câmara Municipal de Sinop – MT.

VALOR GLOBAL: R$ 8.450,00 (oito mil quatrocentos e cinquenta reais)

VIGENCIA: 14.06.2016 A 23.08.2016

COD. ORÇAMENTÁRIO . 01.01.001.031.0001.1001 – 4490.52.00

Mauro Garcia

Presidente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATAS DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2016 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2016

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. DATA: 30/06/2016 VIGÊNCIA: 30/06/2017.

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Materiais Esportivos para atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESAS DETENTORAS:

ATA Nº. 169/2016 – AGNUS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ 14.676.091/0001-94, **SÃO JOSE/SC**

ITEM	QUANT.	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
58	10,00	UN	DISCO DE ATLETISMO OFICIAL DE ACO/MADEIRA 1,50 KG. INDICADO PARA COMPETICOES OU TREINAMENTO. 70% DE PESO NAS BORDAS. NIVEL TECNICO INICIANTE CATEGORIAS OFICIAIS MASCULINAS MENOR (16-17ANOS), MASTER (50-59 ANOS).	VINEX	R$ 207,98	R$ 2. 079,80
TOTAL	**R$ 2. 079,80**					

ATA Nº. 170/2016 – ANDRE LUIZ BERTOLASCE CIA LTDA ME - CNPJ 04.611.754/0001-39, **MARINGÁ/PR**

ITEM	QUANT.	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
25	62,00	UN	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL COM 12 GOMOS, TERMOTEC, CONFECCIONADA EM PU, COM CIRCUNFERENCIA DE 68 - 70 CM, COM PESO DE 410 - 450 GR, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	87,00	5. 394,00
57	31,00	UN	BOMBA DE INFLAR COMPOSICAO: TUBO: OLICARBONATO. HASTE: ACRILATO NITRILICA BUTADIENO ESTIRENO. THANDLE: POLIPROPILENO, FECHOS: ACRILATO NITRILICA BUTADIENO ESTIRENO BIG DOUBLE ACTION.	PENALTY	44,60	1. 382,60
TOTAL	**R$ 6. 776,60**					

ATA Nº. 171/2016 – GERAÇÃO 2000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MATERIAIS ESPORTIVOS – LTDA - EPP - CNPJ 03.449.844/0001-02, **CUIABÁ/MT**

ITEM	QUANT.	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
29	75,00	UN	BOLINHA P/ TÊNIS DE MESA, JOGOS OFICIAIS MUNDIAIS E OLIMPIADAS, MATERIAL ACETATO DE CELULOIDE	VOLLO	6,30	472,50
30	212	UN	RAQUETE PARA TÊNIS DE MESA EST. CANETA PROFISSIONAL	VOLLO	45,00	9. 540,00
48	4	UN	TRENA 30 MT	VONDER	55,80	223,20
49	4	UN	TRENA 50 MT	VONDER	93,42	373,68
TOTAL	**R$ 10. 609,38**					

ATA Nº. 172/2016 – MONICA R. DE MELLO FARIA-ME - CNPJ 17.353.208/0001-97, **CAMPINA GRANDE DO SUL/PR**

ITEM	QUANT.	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
60	35,00	UN	MESA DE TENIS DE MESA (MDF, 18 MM, 76 KG) MEDIDAS OFICIAIS QUE ATENDEM AOS PADROES DA ITTF (INTERNATIONAL TABLE TENNIS FEDERATION) TAMPO EM MDF; ACABAMENTO EM PRIMER AZUL COM SECAGEM UV, MEDIDAS DA MESA: C X L X A - (2,74 X 1,52 X 0,76) M	KLOPF	500,00	17. 500,00
TOTAL	**R$ 17. 500,00**					

ATA Nº. 173/2016 – P. MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME - CNPJ 21.395.275/0001-41, **VÁRZEA GRANDE/MT**

ITEM	QUANT.	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	22,00	UN	REDE DE FUTSAL OFICIAL, MODELO EUROPEU, CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO (SEDA), DE FILAMENTO CONTÍNUO DE FIO 4MM, MALHA 12 X 12 CM, COR BRANCA, MEDINDO ENTRE 3,00 E 3,20 METROS DE COMPRIMENTO X 2,00 METROS DE ALTURA, COM PROFUNDIDADE ENTRE 1,00 E 1,20 METROS NA PARTE INFERIOR.	PANGUÉ	R$ 129,90	R$ 2. 857,80
2	14,00	UN	REDE DE FUTSAL OFICIAL, MODELO TRADICIONAL, CONFECCIONADA EM POLIETILENO (NYLON), DE FILAMENTO CONTÍNUO DE FIO 3MM, MALHA 12 X 12 CM, COR BRANCA, MEDINDO ENTRE 3,00 E 3,20 METROS DE COMPRIMENTO X 2,00 METROS DE ALTURA, COM PROFUNDIDADE ENTRE 1,00 E 1,20 METROS NA PARTE INFERIOR.	PANGUÉ	R$ 73,90	R$ 1. 034,60

3	10,00	UN	REDE DE BASQUETE OFICIAL, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO (SEDA), DE FILAMENTO CONTINUO DE FIO 6 MM, MALHA 7 X 7.	PANGUÉ	R$ 19,80	R$ 198,00
4	4,00	UN	REDE DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL, MODELO EUROPEU, CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO (SEDA), DE FILAMENTO CONTINUO DE FIO 4MM, MALHA 15 X 15 CM, COR BRANCA, MEDINDO 7,50 METROS DE COMPRIMENTO X 2,50 METROS DE ALTURA, COM PROFUNDIDADE SUPERIOR E INFERIOR DE 2,00 METROS.	PANGUÉ	R$ 323,10	R$ 1. 292,40
5	16,00	UN	REDE DE FUTEBOL SOCIETY OFICIAL, MODELO TRADICIONAL, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO (SEDA), DE FILAMENTO CONTINUO DE FIO 4MM, MALHA 14 X 14 CM, COR BRANCA, MEDINDO 5 METROS DE COMPRIMENTO X 2,30 METROS DE ALTURA, COM PROFUNDIDADE SUPERIOR E INFERIOR DE 1,50 METROS.	PANGUÉ	R$ 184,75	R$ 2. 956,00
6	10,00	UN	REDE DE FUTEBOL SOCIETY OFICIAL, MODELO TRADICIONAL, CONFECCIONADA EM POLIETILENO (NYLON), DE FILAMENTO CONTINUO DE FIO 3MM, MALHA 14 X 14 CM, COR BRANCA, MEDINDO 5 METROS DE COMPRIMENTO X 2,30 METROS DE ALTURA, COM PROFUNDIDADE SUPERIOR E INFERIOR DE 1,50 METROS.	PANGUÉ	R$ 94,90	R$ 949,00
7	7,00	UN	REDE DE VOLEI DE AREIA OFICIAL 4 X 4, PROFISSIONAL, CONFECCIONADA EM POLIETILENO (NYLON), DE FILAMENTO CONTINUO DE FIO 2MM, MALHA 10 X 10 CM, 4 LONAS SINTETICAS, COM PONTEIRAS GALVANIZADAS NAS 4 PONTAS.	PANGUÉ	R$ 68,90	R$ 482,30
8	6,00	UN	REDE DE VOLEI OFICIAL 4 FAIXAS DE ALGODAO MALHA 10 CM X 10 CM, COR PRETA, CONFECCIONADA EM FIO 2 MM 100% VIRGEM DE POLIPROPILENO (SEDA) DE 1À. LINHA, TAMANHO OFICIAL 9,50M X 1,00M.	PANGUÉ	R$ 89,70	R$ 538,20
9	12,00	UN	REDE DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL, MODELO TRADICIONAL, CONFECCIONADO EM POLIETILENO (NYLON), DE FILAMENTO CONTINUO DE FIO 3MM, MALHA 15 X 15 CM, COR BRANCA, MEDINDO 7,50 METROS DE COMPRIMENTO X 2,50 METROS DE ALTURA, COM PROFUNDIDADE SUPERIOR E INFERIOR DE 2,00 METROS.	PANGUÉ	R$ 144,00	R$ 1. 728,00
31	104,00	UN	KIT P/ TENIS DE MESA (SUPORTE + REDE)	BELL	R$ 16,70	R$ 1. 736,80
32	22,00	UN	FITA DEMARCATORIA P/ QUADRA DE AREIA	PANGUÉ	R$ 56,90	R$ 1. 251,80
33	2,00	UN	ANTENA P/ VOLLEY (FIBRA DE VIDRO)	PANGUÉ	R$ 54,50	R$ 109,00
34	284,00	UN	COLCHONETE DE ESPUMA REVESTIDO EM COURVIN (SINTETICO), COR AZUL ROYAL, 0, 95X0, 44X0, 03 D-20.	PERON	R$ 19,80	R$ 5. 623,20
35	40,00	UN	CONE FABRICADO EM PVC, MATERIAL RESISTENTEFLEXIVEL DE ACORDO COM A NORMA NBR 15071. UTILIZADO PARA TREINAMENTOS E TESTES DE CONDICIONAMENTO FISICO. ALTURA 20 CM.	PLASTISUL	R$ 4,50	R$ 180,00
36	40,00	UN	CONE PLASTICO 23 CM	PLASTISUL	R$ 8,12	R$ 324,80
37	75,00	UN	CONE PLASTICO 50 CM	PLASTISUL	R$ 17,22	R$ 1. 291,50
38	30,00	UN	CONE PRATO DEMARCATORIO	PLASTISUL	R$ 6,03	R$ 180,90
41	65,00	UN	VALVULA P/ BICO DE BOLA TERMOTEC	PENALTY	R$ 2,93	R$ 190,45
45	2,00	UN	DARDO DE BAMBU FEMININO	PANGUÉ	R$ 84,50	R$ 169,00
46	2,00	UN	DARDO DE BAMBU MASCULINO	PANGUÉ	R$ 118,80	R$ 237,60
50	83,00	UN	KIT DE FRESCOBOL (2 RAQUETES BEACH TENNIS, BOLINHA E RAQUETEIRA)	VOLLO	R$ 17,90	R$ 1. 485,70
51	70,00	UN	KIT BADMINTON VOLLO (RAQUETE, 3 PETECAS, RAQUETEIRA)	VOLLO	R$ 73,00	R$ 5. 110,00
55	20,00	UN	TATAME DE ETILENO ACETATO DE VINILA PROFISSIONAL, CONFECCIONADOS SEGUINDO AS RECOMENDACOES E NORMAS TECNICAS FEDERACOES DE LUTAS MARCIAIS, DIMENSOES: 1M X 2M. ESPESSURA DE 40 MM DE ENCAIXE, COMPOSICAO: E. V. A COPOLIMERO ETILENO ACETATO DE VINILA.	HAITI	R$ 212,90	R$ 4. 258,00
56	120,00	UN	PETECA PENA BRANCA, BASE COM SINALIZADOR E AMORTECEDOR, PENAS BRANCA, TAMANHO MINIMO 18 CM DE ALTURA, COM IDENTIFICAO E MARCA DO FABRICANTE (OBRIGATORIO A APRESENTACAO DA AMOSTRA O DIA DO CERTAME).	BONFIM	R$ 20,90	R$ 2. 508,00
59	3. 200,00	M2	REDES PARA PROTEÇAO ESPORTIVA DE QUADRA, PRODUTO CONFECCIONADO COM O FIO 3,0 EM POLIPROPILENO (SEDA) CORDA TRANÇADA COM TRATAMENTO ULTRAVIOLETA, SOL E CHUVA. ENTRE NOS (QUADRADOS) 10 X 10 CENTÍMETRO. REDES COM SUPORTE DE FIXAÇAO AO CABO DE AÇO DE METAL, EM FORMATO DE ARGOLAS GALVANIZADAS NA PARTE SUPERIOR A CADA 0,80 CM, PARA FACILITAÇAO DA INSTALAÇAO E MAIOR DURABILIDADE DAS REDES.	PANGUÉ	R$ 5,95	R$ 19. 040,00
TOTAL	**R$ 55. 733,05**					

ATA Nº. 174/2016 – ROCA COMÉRCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS EPP - CNPJ 10.203.240/0001-47, **SÃO JOSE DO RIO PRETO/SP**

ITEM	QUANT.	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
11	98,00	UN	BOLA DE BASQUETE OFICIAL MASCULINO, MATRIZADA, CONFECCIONADA EM BORRACHA, CIRCUNFERENCIA 75 - 78 CM, PESO 600 - 650 G, CAMARA BUTIL, MIOLO REMOVIVEL.	PENALTY	15,58	1. 526,84
TOTAL	**R$ 1. 526,84**					

ATA Nº. 175/2016 – STAUDT E FRANCESQUETT LTDA EPP - CNPJ 13.674.709/0001-14, **FELIZ/RS**

ITEM	QUANT.	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
17	6,00	UN	BOLA DE VOLEI DE PRAIA OFICIAL, TERMOTEC, CONFECCIONADA EM MICROFIBRA, COM CIRCUNFERENCIA DE 65 - 67 CM, COM PESO DE 260 - 280 GR, CAMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVIVEL E LUBRIFICADO.	PENALTY	R$ 92,90	R$ 557,40
28	310,00	UN	BOLINHA P/ TÊNIS DE MESA 40 MM TREINAMENTO	VOLLO	R$ 1,49	R$ 461,90
40	112,00	UN	PEÇA P/ XADREZ CHUMBADA, REI 10 CM (PLÁSTICO) TABULEIRO MADEIRA	XALINGO	R$ 76,00	R$ 8. 512,00
43	40,00	UN	BARALHO TIPO COPAG 157 OU SIMILAR	COPAG	R$ 6,15	246,00
44	44,00	UN	BARALHO TIPO COPAG 1001 OU SIMILAR	COPAG	R$ 6,25	R$ 275,00

47	8,00	UN	CRONOMETRO 10 TEMPOS PROFISSIONALK (PROVA DÁGUA)	VOLLO	R$ 47,00	R$ 376,00
52	120,00	UN	BAMBOLE DE PLASTICO COLORIDO	CEMAR	R$ 1,70	R$ 204,00
53	150,00	UN	CORDA DE PULAR DE SIZAL COM CABO DE MADEIRA 2,2 METROS	ALAMANDAS	R$ 4,39	R$ 658,50
TOTAL	**R$ 11. 290,80**					

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, DIA 04 DE JULHO DE 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 333/2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

Portaria:

Artigo 1º - Designar a Senhora **JESSIKA ALINE LEITE TOME,** brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2.263.603-0 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº. 045.282.881.33, **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,** desta Prefeitura, para responder como ***GESTORA*** do **Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tabaporã mt** - **PREVIPORÃ, cnpj** 14.994.961/0001-73, nos termos das Leis Municipais nº. **218/1999, 482/2004** e de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 01, de Junho de 2016 e revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã, 01 de Julho de 2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGAPREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº47/ADM/2016.

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/ ROBERTO PEREIRA GIMENEZ. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº 390/ADM/SEMEC/2016, passando aCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item 15.2. *R$/00/*DATA DE ASSINATURA 20/06/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº56/ADM/2016.

M**UNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA / ARVITOR AMARO DE MEDEIROS**. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº 378/ADM/SEMEC/2016, passando aCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item 15.2, *R$/00/*DATA DE ASSINATURA: 20/06/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº50/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA / **JOSÉ RAIMUNDO NETO**. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº 385/ADM/SEMEC/2016, passando a*CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item 15.2. R$/00/*DATA DE ASSINATURA 20/06/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº49/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA / **JÚLIO MUNHOZ RIO RODRIGUES**. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº 386/ADM/SEMEC/2016, passando a **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item 15.2**. *R$/00/*DATA DE ASSINATURA: 20/06/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº45/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA / **JAIR CORREIA** . O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº 394/ADM/SEMEC/2016, passando a **CLÁUSULA DÉCIMA** QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item **15.2**, *R$/00/*DATA DE ASSINATURA: 20/06/2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/PP/2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT, por meio do pregoeiro designado pela Portaria nº 2 de 4 de janeiro de 2016, torna público à sociedade e aos demais interessados a abertura do Processo Licitatório 11/2016 da Câmara Municipal de Tangará da Serra, que será realizado na modalidade Pregão Presencial para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA FROTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA,** conforme especificações e quantidades descritas no Anexo I do Edital. A sessão em que serão recebidos os envelopes contendo as propostas comerciais e habilitação será realizada no **dia 18 de julho de 2016 as 14 horas**, no plenário Daniel Lopes da Silva, na Câmara Municipal de Tangará da Serra.

O edital na íntegra estará disponível no site **http://www.camaratga.mt.gov.br/admin/portaltranspa...** ou na Câmara Municipal, sito à Rua Julio Martinez Benevides nº 195 S, centro, em Tangará da Serra-MT, no horário de atendimento ao público, das 7:00 às 11:00 h e das 13:00 às 17:00 h.

Tangará da Serra-MT 1 de julho de 2016.

CAIO GARCIA DA SILVEIRA

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 775, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 775, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR I SENHOR CLEBER DE MATOS MACÊDO.

O Senhor **SILVIO SOMMAVILLA**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 43, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município, e combinado com a Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º - **A EXONERAÇÃO** do Senhor **CLEBER DE MATOS MACÊDO,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 0946519-7 SSP/MT e CPF. Nº. 776.936.121-49, nomeado através do Decreto nº 645 de seis de Janeiro de 2014, o qual exercia o Cargo de Assessor Parlamentar I, de provimento comissionado, símbolo DA-III, constante do anexo II da Lei Complementar Municipal nº 143 de 29/09/2009.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor nesta data e será publicado e afixado em local de costume e revoga as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos 20 dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezesseis.

SILVIO SOMMAVILLA

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

WELLINGTON BEZERRA

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 776, DE 01 DE JULHO DE 2016.

DECRETO Nº 776, DE 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE APOSTILAMENTO DO DECRETO Nº 732 DE 3 DE AGOSTO DE 2015.

O Senhor **SILVIO SOMMAVILLA**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 43, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município, e combinado com a Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009.

DECRETA

Art. 1º - Fica apostilado o Decreto nº 732, 03/08/2015, que nomeou a Senhora **KAMILLA NAISER LIMA**, portador da cédula de identidade RG nº 2254472-0 SSP/MT e CPF nº 038.814.911-63, para declarar que a mesma passa a exercer o Cargo de **Assessora Parlamentar I** de provimento comissionado, símbolo DA-III, constante do anexo II da Lei Complementar Municipal nº 143 de 29/09/2009, devendo a mesma cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao mencionado cargo.

Art. 2º - Fica o departamento de pessoal obrigado a observar os tramites legal para os pagamentos de férias e 13º salário e saldo de salário de acordo com a proporcionalidade dos cargos em datas oportunas.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e dezesseis.

SILVIO SOMMAVILLA

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

WELLINGTON BEZERRA

1º Secretario

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO ADITIVO Nº00020000011/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / PERSIART PERSIANAS – IARA DE SOUZA. Este Termo Aditivo tem por objeto: CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS*)* ADITAR o valor de R$ 2.278,00 (Dois mil duzentos e setenta oito reais), correspondendo a 11,13% (onze vírgula treze por cento) do valor contratado. Data de Assinatura: 27/06/2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 777, DE 1 DE JULHO DE 2016.

DECRETO Nº 777, DE 1 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE HORÁRIO ESPECIAL DE ATENDIMENTO DURANTE O RECESSO PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA.

O **PRESIDENTE** da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de atendimento a partir o dia 18 de julho de 2016 ao dia 31 de julho de 2016.

Parágrafo único. Durante o período previsto no caput a Câmara Municipal atenderá ao público das 7h às 13h.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, 40º Aniversário de Emancipação Político Administrativa.

SILVIO SOMMAVILLA

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

WELLINGTON BEZERRA

1º Secretário

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO ADITIVO Nº00010000011/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ PERSIART PERSIANAS – IARA DE SOUZA - Este Termo Aditivo tem por objeto a SUPRESSÃO do valor de R$ 3.534,00 (Três mil quinhentos e trinta e quatro reais), referente ao Contrato nº011/ADM/2016. (Objeto: *Confecção e Instalação de Persianas)*. DATA DE ASSINATURA: 10/06/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO CONTRATO Nº 046/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ ELOMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA –EPP. O presente contrato tem por objeto, a AQUISIÇÃO DE ITs MÉDICOS, preconizado pela NBR 13.534 e RDC 50 para atendimento da UTI e do Centro Cirúrgico do Hospital Municipal de Tangará da Serra, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital., sujeitando-se a contratada a atender rigorosamente os termos do Pregão Presencial nº 023/2016. R$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais) Assinatura: 01/06/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO CONTRATO Nº 042/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ MARCOPOLO S/A /O presente Contrato tem por objeto à aquisição de veículos acessíveis de trans-

porte escolar diário de estudantes, denominado de ônibus rural escolar (ore), para atender o Transporte Escolar, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. R$249.740,00,(Duzentos e quarenta e nove mil, setecentos e quarenta reais). /Data de Assinatura: 16/05/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO ADITIVO Nº00030000065/2013/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/MATERDEI HOSPITAL MATERNO INFANTIL LTDA/Este Termo Aditivo de prazo tem por objeto prorrogar por mais 02 (dois) meses, a Cláusula Quarta, item 4.1,do Contrato nº 065/ADM/2013(objeto: *O LOCADOR dá em locação ao LOCATÁRIO, de conformidade com a Lei nº8245, de 18/10/91, o imóvel de sua propriedade consoante escritura de compra e venda e certidão RGI apresentadas, situado na Rua 03, s/n, Cidade Alta II, neste município, com área de 450 m², tendo por finalidade específica a instalação e funcionamento do HOSPITAL MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA*), passando a vigência de 12/06/2013 à 12/06/2016 para 12/06/2013 a 12/08/2016, R$ 49.483,98 (quarenta e nove mil quatrocentos e oitenta e três reais e noventa e oito centavos),Data de Assinatura: 10/06/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº32/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/ MATERDEI HOSPITAL MATERNO INFANTIL LTDA –ME / O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº 485/SMS/2016, passando a CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item 51 do TERMO DE ADITIVO Nº0002000065/2013/ADM/2015. *R$/00/*DATA DE ASSINATURA : 10/06/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº40/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA / EDGAR REINOLDO ROHLING EHLE /O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº 396/ADM/SEMEC/2016, passando aCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item 15.2, *R$/00/*DATA DE ASSINATURA : 17/06/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº42/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/ SANDRA ROCHA /. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº 392/ADM/SEMEC/2016, passando a CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item 15.2. *R$/00/*DATA DE ASSINATURA : 17/06/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº41/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA / JOSÉ APARECIDO CUSTÓDIO/. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº 397/ADM/SEMEC/2016, passando aCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item 15.2**.** *R$/00/*DATA DE ASSINATURA : 17/06/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº43/ADM/2016.

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA / SANDRA MARIA PRESTES DA SILVA. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº 391/ADM/SEMEC/2016, passando aCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO**,** item 15.2**.** *R$/00/*DATA DE ASSINATURA : 20/06/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº44/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA / NILVO ILDEFONSO BULEGON ROCHA . O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº 388/ADM/SEMEC/2016, passando aCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA FISCALIZAÇÃO, item 15.2**.** *R$/00/*DATA DE ASSINATURA : 20/06/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº48/ADM/2016.

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA / **MANOEL JOÃO DE OLIVEIRA.** O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº 387/ADM/SEMEC/2016, passando aCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item 15.2. *R$/00/*DATA DE ASSINATURA : 20/06/2016.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2016. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 351/GP/2016 de 15.06.2016, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **19 DE JULHO DE 2016, às 09:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.350- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, na modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço Por Item. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SEMÁFOROS INSTALADOS NAS AVENIDAS DESTE MUNICIPIO A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA**,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo II e Anexo III, parte Integrante deste Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 05 de Julho de 2016**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 04 de Julho de 2016. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº46/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA / **REINALDO GIMENEZ PEREIRA**. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº 389/ADM/SEMEC/2016, passando aCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item 15.2. *R$/00/*DATA DE ASSINATURA 20/06/2016.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADIAMENTO- PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2016.

AVISO DE ADIAMENTO- PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2016. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E MATERIAIS PERMANENTES, DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DO NOVO HOSPITAL MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, A FIM DE ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO**,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante deste Edital. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Pregoeira nomeada pela Portaria nº 351/GP/2016 de 15.06.2016, torna público aos interessados que, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, considerando os

pedidos de impugnação ao edital anexo aos autos, constatou-se a necessidade de readequações no referido edital. Considerando que tais alterações influenciam na elaboração de propostas, o certame acima, cuja data de abertura das Propostas Comercias e documentos habilitatórios, estava marcada para o dia **06 DE JULHO DE 2016, às 08:00 horas,** foi **ADIADO,** para o dia **21 DE JULHO DE 2016, às 08:00 horas.** O edital retificado estará disponível para acesso dos interessados à partir do dia 07 de Julho de 2016, através do site http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 04 de Julho de 2016. Tatiana Ávila Grigoletti - Chefe do Departamento de Licitações.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº57/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA / SAMUEL ALVES DA SILVA. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº393/ADM/SEMEC/2016, passando aCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item 15.2, *R$/00/*DATA DE ASSINATURA: 20/06/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº54/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA / CÍCERO ALVES PEÇANHA. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº380/ADM/SEMEC/2016, passando aCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item 15.2, *R$/00/*DATA DE ASSINATURA: 20/06/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº55/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA / CAMILO MOREIRA DA SILVA . O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº379/ADM/SEMEC/2016, passando aCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item 15.2, *R$/00/*DATA DE ASSINATURA: 20/06/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº52/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA / DIRCEU MUNHOZ RIO SILVEIRA . O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº382/ADM/SEMEC/2016, passando aCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item 15.2, *R$/00/*DATA DE ASSINATURA: 20/06/2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 088/2016 - P S 006/2015 - CONVOCAÇÃO SEMEC

EDITAL COMPLEMENTAR 088/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2015

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n° 006/2015, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Infraestrutura.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I - Dia 05/07/2016 às 08h00min para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

654 -PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA – ZONA URBANA							
	Nº	**Nome**	**Data Nasc.**	**Prova de Títulos**	**Prova Objetiva**	**Total**	**Resultado**
32	949	MARLES ANTONIO FERREIRA	08/11/1975	0,00	40	40,00	CLASSIFICADO

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias **06/07/2016 e 07/07/2016** das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 munidos com cópia e original:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Carteira Nacional de Habilitação – CNH “D” para o cargo de motorista;

c) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangarada-serra.mt.gov.br**;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos, do pai, mãe e cônjuge;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão do Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2015);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar, conforme descrito no item 2.1.2 do edital de abertura;

2. O prazo de apresentação segue o item 1 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 04 de Julho de 2016.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº61/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA / 2.M.M CONSTRUTORA E TRANSPORTES LTDA –ME . O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº399/ADM/SEMEC/2016, passando aCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item 15.2, *R$/00/*DATA DE ASSINATURA: 23/06/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº39/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA / APARECIDO VALDOMIRO MASSAROTTO . O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº395/ADM/SEMEC/2016, passando aCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item 15.2, *R$/00/*DATA DE ASSINATURA: 17/06/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº58/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA / ADEMAR NUNES DE ARAÚJO. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº364/ADM/SEMEC/2016, passando aCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item 15.2, *R$/00/*DATA DE ASSINATURA: 20/06/2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 777, DE 1 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE HORÁRIO ESPECIAL DE ATENDIMENTO DURANTE O RECESSO PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA.

O **PRESIDENTE** da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de atendimento a partir o dia 18 de julho de 2016 ao dia 31 de julho de 2016.

Parágrafo único. Durante o período previsto no caput a Câmara Municipal atenderá ao público das 7h às 13h.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, 40º Aniversário de Emancipação Político Administrativa.

SILVIO SOMMAVILLA

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

WELLINGTON BEZERRA

1º Secretário

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº59/ADM/2016

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA / FRANCISCA BEZERRA DE SOUZA LADEIA. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº383/ADM/SEMEC/2016, passando aCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item 15.2, *R$/00/*DATA DE ASSINATURA: 20/06/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº51/ADM/2016.

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA / JOSÉ MOACIR BARBOZ . O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº384/ADM/SEMEC/2016, passando aCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item 15.2, *R$/00/*DATA DE ASSINATURA: 20/06/2016.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº53/ADM/2016.

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA / ADILSO AFONSO DA SILVA . O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos Fiscais do contrato supramencionado, conforme memorando nº 381/ADM/SEMEC/2016, passando aCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO, item 15.2, *R$/00/*DATA DE ASSINATURA: 20/06/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

EXTRATO DO CONTRATO: Nº 191/2016

EXTRATO DO CONTRATO: Nº 191/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: POTULSKI & POTULSKI ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LEVANTAMENTO DE PLANO ALTIMETRICO COM LOCAÇÃO DE RUAS ABRANGENDO UMA ÁREA APROXIMADA DE 15HA.

VALOR: R$ 18.000,00

VIGÊNCIA 30/06/2016 A 11/08/2016

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 192/2016

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 192/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: COXIPO MATERIAIS ELETRICOS LTDA -ME

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICOS E DIVERSOS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE – MT. EDITAL DO PREGÃO N°. 26/2016

VALOR: R$ 7.693,82

VIGÊNCIA: 30/06/2016 A 13/07/2017

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

MILTON JOSE TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2016

Prorroga o mandato dos Membros do **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS** e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no inciso VI do art. 69 da Lei Orgânica do Município;

Considerando a proximidade do final do atual mandato dos Conselheiros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS;

Considerando também, por ser o corrente ano o último ano de mandato do atual gestor municipal, e assim não ser prudente uma total reformulação do Conselho neste ano com impacto na futura gestão;

Considerando ainda a necessidade de se proceder, ainda no corrente ano, a ajustes na legislação municipal sobre o CMDRS, visando melhor regular a sua composição e atribuições;

Diante do acima exposto e em caráter provisório;

R E S O L V E:

Art. 1º - Prorrogar, até a data de 31 de dezembro de 2016, o mandato em curso dos atuais Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, do Município de União do Sul, nomeados pela Portaria nº 062/2014, abaixo relacionados:

I – Representantes da Prefeitura Municipal:

1. Sr. ANTONIO SÉRGIO FIORÍLLIO – Conselheiro Titular;

2. Sr. ERINEU DIESEL – Suplente;

II – Representantes da Câmara de Vereadores:

1. Vereador GILMAR MARCON – Conselheiro Titular;

2. Vereador CLODOALDO VOSNIACK – Suplente;

III – Representante da Unidade Local do INDEA/MT:

1. Sr. VALTUIR CAMILLO – Conselheiro Titular;

IV – Representantes da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Sorriso – SICREDI Celeiro do MT:

1. Sr. EZEQUIEL ANTONIO ZUCCO – Conselheiro Titular;

2. Sr. JOSÉ CARLOS GUARDA JÚNIOR – Suplente;

V – Representantes da Associação dos Produtores Rurais "Jaguar" - ASPROJAGUAR:

1. Sr. CARLOS FERAREZE – Conselheiro Titular;

2. Sr. ANTONIO CARLOS DE LIMA – Suplente;

VI - Representantes dos Agricultores Familiares de União do Sul:

1. Sr. AMÉLIO ROBINI – Conselheiro Titular;

2. Sr. OVANIL POLACK DE OLIVEIRA – Conselheiro Titular;

3. Sr. GELSON TONIAL – Conselheiro Titular;

4. Sr. ADELMO RAGNINI – Conselheiro Titular;

5. Sr. VALDOMIRO GOTARDO – Conselheiro Titular.

1. Sr. MIGUEL CHAGAS LOURENÇO – Suplente;

2. Sr. JOSÉ ZANIN – Suplente;

3. Sr. OLÁCIO USINGER – Suplente;

4. Sr. ARCÍDIO SCHMEING – Suplente;

5. Sr. ILOVI ALTENHOFEM – Suplente.

Parágrafo Único - Os Suplentes não estão obrigados a freqüentar as reuniões do CMDRS, sendo facultada sua participação, porém sem direito a voto, exceto quando designados para substituir ou suceder Conselheiros Titulares em suas ausências ou impedimentos.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, continuará sendo dirigido pelos seguintes Conselheiros, até o final do mandato ora prorrogado (31/12/2016):

I – Presidente: Conselheiro Antonio Sérgio Fioríllio;

II – Vice-Presidente: Conselheiro Valtuir Camillo;

III – Secretário: Conselheiro Gilmar Marcon.

Parágrafo Único – Nas eventuais ausências ou impedimentos dos membros da Diretoria do CMDRS, será procedido na forma do Regimento Interno do Conselho.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 09 de março de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

Espécie: Termo de Cessão de Uso Nº 01/2016.

Cedente: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS JAGUAR - ASPROJAGUAR.

CNPJ: 04.548.869/0001-26.

Cessionário: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL.

CNPJ: 01.614.538/0001-59.

Objeto: Cessão de uso remunerado de 01 (um) Caminhão marca FORD CARGO, ano/modelo 2003, cor vermelho, com carroceria baixa, motor a diesel, com 170 CV de potência, chassi nº 9BFXTNAF43BB28958, placa KAH7757, em regular estado de conservação.

Valor: R$ 6.000,00 (seis mil reais).

Prazo de Cessão: 90 (noventa) dias contados da data de assinatura.

Vigência do Termo: até 110 (cento e dez) dias da data de assinatura.

Data de assinatura do Termo: 01/07/2016.

Dotação Orçamentária:

(291) 08.002.26.782.0027.2.054 – 3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

Signatários:

CARLOS FERAREZE

Pela Cedente.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Pelo Cessionário.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 030/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2016, de 04/01/2016, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e nos termos dos Decretos Municipais nºs. 593 de 12/01/2010, e 901 de 24/03/2014, torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016 – REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação sob nº 030/2016, cujo objeto refere-se à Registro de Preços para futuras e eventuais Aquisições de Impressos, Carimbos e Outros Materiais de Gráfica, para uso das Secretarias da Administração Municipal mencionadas no Anexo II, durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, de conformidade com a descrição detalhada no Anexo I - Termo de Referência do Edital da licitação.

Data de Expedição do Edital: 04/07/2016.

Data de abertura/julgamento: 15/07/2016.

Horário: 09:00 horas.

Local: Prédio Sede da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, sito à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT.

Critério de julgamento: Menor Preço por Item.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal, no endereço acima, ou pelos fones: 0xx 66 9292-4781 0xx 66 9230-2649.

União do Sul – MT, 04 de julho de 2016.

ANTONIO SERGIO FIORILLIO

Pregoeiro

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 129/2016

Dispõe sobre licença para tratamento de saúde da servidora que menciona e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS,Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 100, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando o teor da Comunicação de Decisão, expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Agência de Sinop/MT;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida licença para tratamento de saúde, à servidora contratada Srª. LEONOR TEIXEIRA DAMIAN – *Professora Graduada - 20 horas/semanais*,vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portadora do RG nº 0881656-5 SSP/MT e do CPF nº 632.088.061-9, pelo período de 01 de julho de 2016 a 15 de agosto de 2016, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 01 de julho de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 130/2015

Dispensa a servidora Luciani Regina Bulla da designação ao cargo em comissão de Secretária Municipal de Saúde e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o teor do requerimento subscrito pela servidora abaixo identificada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Dispensar nesta data, a servidora LUCIANI REGINA BULLA, portadora do RG nº 11/R 2.632.151 SSP/SC e CPF nº 753.252.259-87, da designação ao cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Saúde, efetuada pela Portaria nº 072/2016, de 14 de abril de 2016.

Parágrafo Único - Com a dispensa de designação na forma do *caput*, a servidora Luciani Regina Bulla retorna às atribuições de seu cargo efetivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as Portarias: nº 008/2016 de 04/01/2016 e nº 072/2016 de 14/04/2016.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 04 de julho de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA 474/CPSPAD/SAD/2016

A Secretária Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010 e considerando o contido na Portaria 380/CPSPAD/SAD/2015, que determina a Instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº 029/2015, que investiga possível enquadramento da servidora**,** nos artigos 126, III e IX; 127, XII e XIV e 142, X, todos da Lei Municipal 1.164/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, contados **a partir da data da publicação** desta Portaria, o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar 029/2015, instaurado para apurar as supostas infrações estatutárias, relacionadas à mesma servidora.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 04 de julho de 2016.

Vivian D. de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 100/2016

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR no cargo em comissão, Wellithon da Silva Moura , Assistente de Gabinete do Gabinete do Ver. Ivan dos Santos Oliveira.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de julho de 2016.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

ATO Nº. 443/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Ires Ribeiro de Oliveira, no cargo em comissão de Gerente de Difusão e Intercambio Cultural DNS 6, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de julho de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de julho de 2016.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 431/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Michel Pratini Borges de Arruda, no cargo em comissão de Assessor Técnico DNS 6, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de julho de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de julho de 2016.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 432/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Danilo José Bee, no cargo em comissão de Gerente de Transporte DNS 6, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de julho de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de julho de 2016.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de EducaçãoCultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 432/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Danilo José Bee, no cargo em comissão de Gerente de Transporte DNS 6, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de julho de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de julho de 2016.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de EducaçãoCultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 101/2016

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR do cargo em comissão, Deonizia de Moraes Amorim Silva, Auxiliar de Gabinete do Gabinete da Ver. Sumaia Leite de Almeida.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de julho de 2016.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

ATO Nº. 444/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Alexandra da Silva Fernandes, no cargo em comissão de Assessor Técnico DNS 6, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de julho de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de julho de 2016.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 445/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Dalila de Arruda Felfili, no cargo em comissão de Gerente de Oficinas e Cultura DNS 6, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de julho de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de julho de 2016.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura,Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 446/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR José Augusto de Campos, no cargo em comissão de Gerente de Transportes DNS 6, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de julho de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de julho de 2016.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 433/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Margareth Rose da Silva Negrão, no cargo em comissão de Gerente de Memória e Patrimônio Cultural DNS 6, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de julho de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de julho de 2016.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 102/2016

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR no cargo em comissão, Alex Azevedo da Silva Nascimento, Auxiliar de Gabinete do Gabinete da Ver. Sumaia Leite de Almeida.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de julho de 2016.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

PORTARIA Nº 40/2016 GAB/SMECEL/VG

Dispõe sobre a constituição de uma Comissão responsável pelo encaminhamento, organização, e realização do processo de escolha de diretores das unidades de ensino da Rede Pública Municipal de Várzea Grande, regido pela Lei de Gestão Democrática e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, Prof. Silvio Aparecido Fidelis, no uso de suas atribuições legais, e:

Considerando a lei Municipal n.º 2.380/01 que se configurou na materialização, em forma de texto político, da vontade e decisão de todos envolvidos no debate para formulação e estruturação da escolha Democrática da Equipe Gestora das Unidades Escolares da rede Municipal de Educação de Várzea Grande e outras providencias para o fortalecimento da democracia no interno das escolas;

Considerando ainda a Lei Municipal n. 3.520/2010 e Decreto n. 61/2011.

RESOLVE:

Artigo 1°- Constituir uma Comissão cuja atribuição se pautará na organização e realização do processo eleitoral para escolha de diretores das unidades de ensino da Rede Municipal de Várzea Grande;

Artigo 2º - Fará parte da Comissão, os membros abaixo relacionados, sendo que a mesma será presidida pela Subsecretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Prof. Catarina Sena Barros de Toledo e coordenada pelo primeiro nome mencionado na listagem abaixo, a saber:

I. Catarina Monteiro Mayer;

II. Benedita Santana Ponce;

III. Gonçalina Auxiliadora Leite Rondon;

IV. Isliêne Auxiliadora Corrêa de Magalhães;

V. Marileide Trindade Fonseca;

VI. Odinéia Terezinha do Prado;

VII. Maria José de Paula Lima.

Artigo 3º- O trabalho da Comissão se findará com a posse dos novos diretores.

Artigo 4°- Esta Portaria entra em vigência na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.

Registra- se, publica-se, cumpra- se.

Várzea Grande - MT, 30 de junho de 2016.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Catarina Sena Barros de Toledo

Subsecretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

AVISO DE PRORROGAÇÃO CONCORRÊNCIA PUBLICA N. 03/2016

O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público a PRORROGAÇÃO da licitação **CONCORRENCIA PÚBLICA N.03/2016,** na forma **MENOR PREÇO**, sob o regime de execução indireta de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL,** cujo objeto Contratação de empresa especializada para execução das obras de duplicação da avenida Filinto Muller, conforme projeto e planilhas anexo ao termo de referência, conforme edital**e anexos, p**ara o **dia 05 de agosto de 2016**, às 09h00min (horário local). A devida alteração por meio de **ADENDO** está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande - Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 08h00min às 18h00min, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT e no site institucional: www.varzeagrande.mt.gov.br. Informações pelo telefone (65) 3688-8020.Várzea Grande-MT, 04 de julho de 2016. LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA - Secretário Municipal de Viação e Obras

---

PORTARIA Nº 041/2016/GAB/SMECEL/VG

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR por 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Tomada de Contas Especial designada pela Portaria 025/2016/GAB/SMECEL/VG, relativos ao Processo n° 248979/2014, Convênio 11/2014.

Artigo 2°- Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Várzea Grande – MT, 01 de julho de 2016.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

AVISO DE REABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO N. 46/2016

REGISTRO DE PREÇOS Processo n. 373664/2016

O Município de Várzea Grande, por meio do Pregoeiro Oficial, designado pela portarias n. 022/2016**,** torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, tendo como critério de julgamento o menor preço por item, cujo objeto**:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de ferramentas e equipamento de Proteção Individual – EPI's, para atender a Secretaria de Viação e Obras . A realização esta prevista para o dia **15** de julho de 2016, às 10h00min (horário Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 12h00min às 18h00min, mediante recolhimento da taxa de R$ 0,13 por cópia não restituível e gratuitamente sitio: www.bllcompras.org.br. Várzea Grande-MT, 04 de julho de 2016, Vivian Danielle de Arruda e silva e pires, Secretária de Administração .

ATO Nº. 451/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Matheus Magalhães, no cargo em comissão de Assistente Técnico JSM DNS 7, da Secretaria Municipal de Defesa Social, a partir de 01 de julho de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de julho de 2016.

Alexander Torres Maia

Secretário Municipal de Defesa Social

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO A PARTIR DE 01 DE JULHO DE 2016

MATRICULA	SERVIDOR CONTRATADO	INICIO	RESCISÃO	CARGOS	SALÁRIO BASE	FINALIDADE CONTRATO	AMPARO LEGAL
2059/01	PEDRO PINTO DA SILVA FILHO	01/07/2016	31/12/2016	OPERADOR DE SIST. ÁGUA ESGOTO	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
2060/01	VICTOR HUGO MENDES ASSUNÇÃO	01/07/2016	31/12/2016	OPERADOR DE SIST. ÁGUA ESGOTO	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
2061/01	PAULO GUILHERME DA COSTA RIBEIRO	01/07/2016	31/12/2016	OPERADOR DE SIST. ÁGUA E ESGOTO	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
2062/01	ELIZELLE FATIMA GOMES MORAES	01/07/2016	31/12/2016	OPERADORA FATURAMENTO	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
2036/01	ANDERSON VIEIRA DE SOUZA	01/07/2016	31/12/2016	TÉC. NIVEL SUPERIOR	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014
2065/01	DANIEL LIRA	01/07/2016	31/12/2016	FISCAL DE CORTE	880,00	PRESTAÇÃO SERVIÇO	DECRETO 64/2014

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

VÁRZEA GRANDE 01 DE JULHO DE 2016

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

DIRETOR PRESIDENTE DAE/VG

PORTARIA 473/CPSPAD/SAD/2016

A Secretária Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas: pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010 e considerando o contido na Portaria 596/CPSPAD/SAD/2015, que determina a Instauração do Processo Administrativo Disciplinar 083/2015, que investiga possível enquadramento do servidor**,** nos artigos 126, III e IX; 127, XIV e 142, I, IV, VIII e X, todos da Lei Municipal 1.164/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, contados **a partir da data da publicação** desta Portaria, o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar 083/2015, instaurado para apurar as supostas infrações estatutárias, relacionadas ao mesmo servidor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 04 de julho de 2016.

Vivian D. de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

ATO Nº. 435/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Charles Fabiano Araujo Quadro, no cargo em comissão de Assessor Técnico DNS 6, da Secretaria Municipal de Planejamento, a partir de 01 de julho de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de julho de 2016.

Edson Roberto Silva

Secretário Municipal de Planejamento

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 436/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Ires Ribeiro de Oliveira, no cargo em comissão de Assessor Técnico DNS 6, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de julho de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de julho de 2016.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de EducaçãoCultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 103/2016

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR do cargo em comissão, Wallati Douglas Silva da Cunha, Assistente de Gabinete da Primeira secretaria.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de julho de 2016.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 104/2016

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - NOMEAR no cargo em comissão, Jenyffer Átila Castrillon Silva, Assistente de Gabinete, da Primeira secretaria.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de julho de 2016.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

ATO Nº. 437/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Alexandra da Silva Fernandes, no cargo em comissão de Gerente de Difusão e Intercambio Cultural DNS 6, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de julho de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de julho de 2016.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de EducaçãoCultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 447/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Margareth Rose da Silva Negrão, no cargo em comissão de Assessor Técnico DNS 6, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de julho de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de julho de 2016.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura,Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 438/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Dalila de Arruda Félfili, no cargo em comissão de Gerente de Patrimônio e Logística DNS 6, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de julho de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de julho de 2016.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 448/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Danilo José Bee, no cargo em comissão de Assessor Técnico DNS 6, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de julho de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de julho de 2016.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 449/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Michel Pratini Borges de Arruda, no cargo em comissão de Gerente de Memória e Patrimônio Cultural DNS 6, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de julho de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de julho de 2016.

Silvio Aparecido Fidelis

***Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer*Lucimar Sacre de Campos**

Prefeita Municipal

ATO Nº. 439/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR José Augusto de Campos, no cargo em comissão de Assessor Técnico DNS 6, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de julho de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de julho de 2016.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 99/2016

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - EXONERAR do cargo em comissão, Angelo Nonato Correa, Assistente de Gabinete do Gabinete do Ver. Ivan dos Santos Oliveira.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 01 de julho de 2016.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

ATO Nº. 427/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Edwirges Aparecida de Moraes Camargo, no cargo em comissão de Assessora Jurídica DNS 5, na Procuradoria Geral do Município, a partir de 23 de junho de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 29 de junho de 2016.

Sadora Xavier Fonseca Chaves

Procuradora Geral do Município

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 441/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Charles Fabiano Araujo Quadro, no cargo em comissão de Gerente de Ensino Fundamental DNS 6, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 01 de julho de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de julho de 2016.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 490/2016

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 155/2016 de 23 de março de 2016 e tendo em vista o que consta do Processo nº 384469/2016,

RESOLVE:

Interromper a Licença para tratar de assuntos de Interesse Particular sem Ônus (01/07/2015 a 01/07/2017) concedido ao servidor **IOSSEF GAYOSO,** Matrícula 82265, exercendo o cargo de Agente de Segurança e Manutenção, **retornando às atividades laborais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito retroativo a partir de 01/07/2016.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 04 de julho de 2016.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 68/2016

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Designar a servidora Tania Mara Resende Matos Silva, matrícula 179, para atuar como secretária no Processo Administrativo instituído pela portaria n.º 53/2016, em substituição à servidora Josaide Nunes Ferreira Leite.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 01 de julho de 2016.

Vereador **CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO**

Presidente

Vereador **PEDRO PAULO TOLARES**

1.º Secretário

ATO Nº. 442/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Josuel de Paula Maria, no cargo em comissão de Assistente Técnico DNS 7, na Secretaria Municipal de Comunicação Social, a partir de 25 de junho de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 01 de julho de 2016.

Pedro Marcos Campos Lemos

Secretário Municipal de Comunicação Social

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 69/2016

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Designar o servidor Zelito Oliveira Ribeiro, matrícula n.º 190, como defensor dativo para acompanhar o servidor João Bosco de Faria, no Processo Administrativo n.º 09/2016, instituído pela portaria n.º 53/2016.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 01 de julho de 2016.

Vereador **CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO**

Presidente

Vereador **PEDRO PAULO TOLARES**

1.º Secretário

PORTARIA Nº 06/SGEFAZ/2016:

Constitui grupo de trabalho para verificação do processo de migração, quanto às informações pertinentes aos ISSQN e dá outras providencias.

A Secretária Municipal de Gestão Fazendária, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 3.535/2010 e,

Considerando a necessidade de conferência e validação quanto à integralidade dos dados e informações cadastrais e financeiras para arrecadação municipal quanto ao processo de migração e implantação de sistema fornecido pela empresa Staf Sistemas Ltda – EPP.

RESOLVE:

Art. 1° – Constituir o grupo de trabalho com a finalidade de verificação dos dados quanto a implantação e migração para o sistema FlyNotas, Betha Tributos e Livro Eletrônico, conforme roteiro de validação da empresa Staf Sistema Ltda, em anexo.

Art. 2º - O grupo de trabalho será composto pelos servidores abaixo designados:

Elizangela Batista de Oliveira - Coordenador

Atila A. C. Cardoso - Membro

Eder Silva Lourenço - Membro

Maryele Tsuneda - Membro

Edvaldo Lima de Melo - Membro

Equipe Técnica de Apoio:

Adriana Schlitter

Christian Laert Campos de Almeida

Hellen Mamede Ferreira

José Carlos Calegari Filho

Kelma Karolina da Costa Amorim

Marcia Françoso

Mario Marcio de Almeida Barros

Maxwel Silva Alves

Mirian Helena Crepaldi de Barros

Rafael Odilio Ramos dos Santos

Ricardo dos Santos Guim

Stefania Borges da Silva Folch

Art. 2º - Caberá a equipe técnica de apoio, sempre que acionada pelo Coordenador do Grupo de Trabalho analisar e verificar, a fim de validar as informações referentes ao processo de transição de dados do (ISSnet) para o Fly e-notas, utilizando para tanto, amostragens nos segmentos quanto ao regime de recolhimento: Próprio, Substituto e Simples Nacional.

Art. 3º - O grupo de trabalho deverá apresentar relatório conclusivo quanto a analise e consistência dos dados e informações conferidas em até 48 (quarenta e oito) horas após o encerramento das atividades de homologação.

Art. 4° – O prazo para conclusão dos trabalhos será de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa pormenorizada.

Art. 5° – Ficam todas as licenças prêmios, licenças especiais e férias suspensas aos servidores designados para integrar o referido o grupo de trabalho (membros e equipe técnica de apoio) até a entrega do relatório conclusivo.

Art. 6° – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Várzea Grande, 04 de Julho de 2016.

João Benedito Gonçalves Neto

Secretário Municipal de Gestão Fazendária

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

LEI Nº 1.284/2016 DE 04 DE JULHO DE 2016

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências"

Anderson Gláucio Andrade, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Para atender às necessidades *Orçamentárias do Poder Executivo*, fica autorizada a abertura de **Crédito Adicional Suplementar** ao Orçamento do Município no valor de **R$ 1.000.000,00(Um milhão de reais)**,alocados nas seguintes dotações:

05–SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03– DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12–EDUCAÇÃO

361–ensino fundamental

1001-Educar – Ensino Fundamental

2.015 –Folha de Pagamento e Encargos Sociais - Departamento Ensino Fundamental **3.1.90.00–**Aplicações Diretas

Valor.....R$ 280.000,00

3.1.91.00 – Aplic. Direta Decor. de Op. entre Órgãos, Fundos e Ent.Integ. dosOrç. Fiscal e da Seg. Social

Valor.....R$90*.000,00*

FONTE DE RECURSO: 2999 **–** Recursos Ordinários

09–SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERV. PUBLICOS

01–SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERV. PUBLICOS

15–URBANISMO

451–Infra-Estrutura Urbana

1014-Expansão e Melhoria da Infraestrutura

2.047–Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Serv. Públicos

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Valor.....R$ 450.000,00

FONTE DE RECURSO: 2999 **–** Recursos Ordinários

05–SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03– DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12–EDUCAÇÃO

361–ensino fundamental

1001-Educar – Ensino Fundamental

2.016–Manutenção do Departamento de Ensino Fundamental

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Valor.....R$ 50.000,00

FONTE DE RECURSO: 2999 **–** Recursos Ordinários

07–SECRETARIA MUNICIPAL DE FOMENTO À AGROPECUÁRIA

01–SECRETARIA MUNICIPAL DE FOMENTO À AGROPECUÁRIA

20–AGRICULTURA

608–PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

1011-Desenvolvimento da Agropecuária e Melhoria do Abastecimento

2.029–Manutenção da Secretaria de Fomento à Agropecuária

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Valor.....R$ 50.000,00

FONTE DE RECURSO: 2999 – Recursos Ordinários

09–SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E SERV. PUBLICOS

02–DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

17–SANEAMENTO

512–SANEAMENTO BÁSICO URBANO

1014-Expansão e Melhoria da Infraestrutura

2.049–Manutenção do DAE

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Valor.....R$ 50.000,00

FONTE DE RECURSO: 2999 – Outros Recursos

03–SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01–SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04–ADMINISTRAÇÃO

122–ADMINISTRAÇÃO GERAL

1016-Apoio Administrativo

2.008–Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Valor.....R$ 30.000,00

FONTE DE RECURSO: 2999 **–** Outros Recursos

Art. 2º Os recursos orçamentários para dar cobertura ao Crédito Suplementar autorizado no Art. 1º para a fonte de recursos **2999 – Recursos Ordinários**, serão resultantes de Excesso de Arrecadação registrado na mesma fonte, considerando a tendência do exercício nos termos do § 3º - Art. 43 da lei 4.320/64.

Art. 3º Ficam autorizadas, as alterações/inclusões necessárias, na Lei 1. 098/2013 – Plano Plurianual bem como na Lei 1.233/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 para a abertura deste crédito suplementar.

Art. 4º Fica autorizado, se necessário, a suplementação das dotações criadas nesta lei, utilizando o limite estabelecido no Art. 4º alínea "b" da Lei 1. 238/15 Lei Orçamentária Anual, ou de lei aproada posteriormente que aumente o limite atual.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. 006/2016

Em consonância às disposições da **Lei Federal n. 8.666/93**, com suas alterações posteriores, e considerando que a Licitante, desistiu do direito recursal nela previsto, **RATIFICO** o julgamento da Comissão Permanente de Licitação proferido sobre a **TOMADA DE PREÇOS N° 006/2016**, e **HOMOLOGO** seu objeto à empresa: **SÃO PAULO TERRAPLENAGEM LTDA - ME, CNPJ: nº 10.335.350/0001-62,** que apresentou proposta no valor global de **R$ 497.000,00** (quatrocentos e noventa e sete mil reais), vencedora do referido procedimento licitatório, nos termos da minuta contratual que dele faz parte integrante, observadas as demais normas e formalidades legais e regulamentares vigentes.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE

PREFEITO

AVISO DO PREGÃO Nº 065/2016 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº. 065/2016 Regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Estadual nº. 7.217/2006,Decreto Municipal nº. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA.**

CREDENCIAMENTO: **07:30 às 08:00 do dia 15/07/2016.**

INICIO DA SESSÃO: 07:30 do dia **15/07/2016.** Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **Anésio Braga Ortêncio Munhoz**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

SEC. ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 190/2016. DE 01 DE JULHO DE 2016.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder **Progressão Vertical** aos(as) servidores(as) abaixo discriminados por terem alcançado a pontuação exigida, previsto no Plano de Carreira dos Servidores Municipais:

AVALIAÇÃO PROGRESSÃO 2015/2016

Profissionais da Saúde

Capitulo IV seção II *Art. 15 da lei n.º 750/08 de 22/02/2008*

MAT	NOME	NIVEL	ATS %
73	JOEL DE SOUZA ROCHA	A 13	14 %
188	MARIA DO AMPARO NOLETO AIRES	B 21	16 %
754	MARCIA ANDREIA THEVES	B 11	16 %
755	NESTO ALVES DA SILVA	B 11	16 %
1034	MARIA CONCEICAO DOS SANTOS BARBOSA	A 11	08 %
2713	JOANIMEIRE TEIXEIRA SOARES	A 03	04 %

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01 de Abril de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

SEC. ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 189/2016. DE 01 DE JULHO DE 2016.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder **Progressão Vertical** aos(as) servidores(as) abaixo discriminados por terem alcançado a pontuação exigida, previsto no Plano de Carreira dos Servidores Municipais:

AVALIAÇÃO PROGRESSÃO 2015/2016

Profissionais do Quadro Geral

Capitulo V seção II *Art. 31 da lei n.º 749/08 de 22/02/2008*

MAT	NOME	NÍVEL	ATS %
545	DAVI APARECIDO OLIVEIRA MOREIRA	C 11	16 %
947	IVONEI RENGEL	A 11	16 %

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01 de Abril de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

SEC. ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 199/2016 VILA RICA, 04 DE JULHO DE 2016

Designa o Engenheiro Responsável para acompanhamento, fiscalização e recebimento da Obra de Rede de Esgotamento Sanitário em diversos logradouros do Município de Vila Rica.

Luciano Marcos Alencar Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas.

RESOLVE:

Art. 10Designar o Engenheiro Civil, RAUDIEGO DA SILVA SANTOS FIGUERÊDO, inscrito no CPF sob n 010.638.131-82, CREA nº 121118777-2, para fiscalizar, acompanhar e receber as obras realizadas referente **a Rede de Esgotamento Sanitário em diversos logradouros do Município de Vila Rica,** no valor de R$ 5.031.041,52(Cinco milhões, trinta e um mil, quarenta e um reais e cinquenta e dois centavos). Contrato nº 017/2016 empresa COEL- COMPANHIA DE OBRAS DE ENGENHARIA EIRELI- EPP.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

LUCIANO MARCOS ALENCAR

Prefeito Municipal

Gestão 2013/2016

SEC. ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 196/2016. DE 04 DE JULHO DE 2016.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Art. 1º- Conceder **Progressão Vertical** aos(as) servidores(as) abaixo discriminados por terem alcançado a pontuação exigida, previsto no Plano de Carreira dos Servidores Municipais:

AVALIAÇÃO PROGRESSÃO 2015/2016

Profissionais da Educação Básica

Titulo IV Capitulo I seção II Art. 27 da lei n.º 748/08 de 22/02/2008

MAT	NOME	NIVEL	ATS %
22	CLAUDIO EMIDIO NEVES	A 11	16 %
801	MONICA LIGORI MOTA DE SOUZA	B 13	16 %
808	MARIA ESTER INACIO DE MELO	C 11	16 %
843	PAULO ROBERTO DE PAIVA	A 11	16 %
1082	POLIANA ALVES DAMACENA MENEZES	B 11	16 %
1086	FRANCILEI MARINHO FONSECA	A 11	16 %
1094	ADEMIRO SOUZA GOULART	A 11	16 %

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de Maio de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

SEC. ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 200/2016. DE 04 DE JULHO DE 2016.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder **Progressão Vertical** aos(as) servidores(as) abaixo discriminados por terem alcançado a pontuação exigida, previsto no Plano de Carreira dos Servidores Municipais:

AVALIAÇÃO PROGRESSÃO 2015/2016

Profissionais do Quadro Geral

Capitulo V seção II *Art. 31 da lei n.º 749/08 de 22/02/2008*

MAT	NOME	NÍVEL	ATS %
784	LOVANE SCHMITZ	B 11	16 %

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de Maio de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

SEC. ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 202/2016. DE 04 DE JULHO DE 2016.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Art. 1º- Conceder **Progressão Vertical** aos(as) servidores(as) abaixo discriminados por terem alcançado a pontuação exigida, previsto no Plano de Carreira dos Servidores Municipais:

AVALIAÇÃO PROGRESSÃO 2015/2016

Profissionais da Educação Básica

Titulo IV Capitulo I seção II Art. 27 da lei n.º 748/08 de 22/02/2008

MAT	NOME	NIVEL	ATS %
152	LEOMAR ANTONIO RAUBER	A 27	16 %
813	SIDENEI MEURER	A 11	16 %
1463	ADINAMAR CALIXTO DA SILVA	C 07	14 %

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01 de Junho de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

SEC. ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 203/2016. DE 04 DE JULHO DE 2016.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder **Progressão Vertical** aos(as) servidores(as) abaixo discriminados por terem alcançado a pontuação exigida, previsto no Plano de Carreira dos Servidores Municipais:

AVALIAÇÃO PROGRESSÃO 2015/2016

Profissionais da Saúde

Capitulo IV seção II *Art. 15 da lei n.º 750/08 de 22/02/2008*

MAT	NOME	NIVEL	ATS %
48	CILIRA BENICIO DE SOUZA SOARES	C 22	16 %
291	EDISON KIST HAAB	A 23	16 %
1988	GISLANE DA SILVA MORAES	B 06	10 %

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01 de Junho de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

SEC. ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 201/2016 DE 04 DE JULHO DE 2016.

***LUCIANO MARCOS ALENCAR*,** Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando, o oficio nº 051/2016 do Instituto Municipal de Previdência Social - IMPREV, que comunica a aposentadoria e solicita a exoneração do servidor;

R E S O L V E:

Art. 1º- **Exonerar a pedido** da servidora **MARTA LEIZ PEREIRA SOBRINHO,** Matricula 2306,portadora do CPF sob o nº 006.277.611-86 lotada na Secretaria de Saúde, do cargo de **Agente de Serviços de Limpeza Hospitalar**.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

SEC. ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 197/2016. DE 04 DE JULHO DE 2016.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora MARA CRISTINA COLOMBO ALMEIDA, matrícula nº 1297 lotada na Secretaria de Saúde no cargo de Enfermeira, conforme processo de solicitação a partir de 27/06/2016 a 25/08/2016, e em conformidade com o exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n. º 747/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 27/06/2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

SEC. ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 198/2016. DE 04 DE JULHO DE 2016.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora GIRLENE DOS SANTOS CRUZ, matrícula nº 367 lotada na Secretaria de Educação no cargo de Professor de I a IV, conforme processo de solicitação a partir de 01/07/2016 a 29/08/2016, e em conformidade com o exposto no Capítulo I Seção IV Subseção II Art. 78 da lei n. º 747/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

SEC. ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Janeiro à Maio
Página: 1/2

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES	47.134.825,89	47.134.825,89	19.417.732,74	-27.717.093,15
RECEITA TRIBUTARIA	5.066.302,82	5.066.302,82	3.003.299,73	-2.063.003,09
Impostos	4.711.591,50	4.711.591,50	2.784.605,30	-1.926.986,20
Taxas	354.382,14	354.382,14	218.694,43	-135.687,71
Contribuição de Melhoria	329,18	329,18	0,00	-329,18
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	392.266,88	392.266,88	129.461,21	-262.805,67
Cosip - contrib.p/ o cust.do serv. ilum.pública	392.266,88	392.266,88	129.461,21	-262.805,67
RECEITA PATRIMONIAL	373.065,00	373.065,00	348.449,64	-24.615,36
Receitas de Valores Mobiliarios	373.065,00	373.065,00	348.449,64	-24.615,36
RECEITA AGROPECUARIA	318,20	318,20	0,00	-318,20
Outras Rec. Agropecuárias	318,20	318,20	0,00	-318,20
RECEITA DE SERVIÇOS	354.499,52	354.499,52	183.262,89	-171.236,63
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	39.397.739,78	39.397.739,78	15.422.624,07	-23.975.115,71
Transferências Intergovernamentais	39.397.739,78	39.397.739,78	15.419.253,77	-23.978.486,01
Transf. de Conv.	0,00	0,00	3.370,30	3.370,30
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.550.633,69	1.550.633,69	330.635,20	-1.219.998,49
Multas e Juros de Mora	165.794,47	165.794,47	54.740,24	-111.054,23
Indenizações e Restituições	31.929,97	31.929,97	71.396,24	39.466,27
Receita da Divida Ativa	1.298.046,75	1.298.046,75	198.954,96	-1.099.091,79
Receitas Diversas	54.862,50	54.862,50	5.543,76	-49.318,74
RECEITAS DE CAPITAL	4.741.401,45	4.741.401,45	606.604,31	-4.134.797,14
ALIENAÇÃO DE BENS	54.862,50	54.862,50	170.630,00	115.767,50
Alienação de Bens Móveis	54.862,50	54.862,50	170.630,00	115.767,50
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.686.538,95	4.686.538,95	435.974,31	-4.250.564,64
Transferências Intergovernamentais	488.276,25	488.276,25	22.774,31	-465.501,94
Transferências de Convênios	4.198.262,70	4.198.262,70	413.200,00	-3.785.062,70
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	51.876.227,34	51.876.227,34	20.024.337,05	-31.851.890,29
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	51.876.227,34	51.876.227,34	20.024.337,05	-31.851.890,29
DEFICIT (IV)	-	425.526,29	-	-
TOTAL (V) = (III + IV)	51.876.227,34	52.301.753,63	20.024.337,05	-32.277.416,58
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	0,00	-
Superávit Financeiro	-	0,00	0,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES	33.615.345,06	34.459.045,06	17.043.615,48	15.839.383,80	15.525.113,59	17.415.429,58
PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	20.368.736,94	20.351.236,94	9.210.774,02	9.189.429,14	9.184.973,29	11.140.462,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.246.608,12	14.107.808,12	7.832.841,46	6.649.954,66	6.340.140,30	6.274.966,66
DESPESAS DE CAPITAL	9.811.657,53	15.424.917,82	3.190.427,63	305.821,26	304.471,26	12.234.490,19
INVESTIMENTOS	9.741.657,53	15.354.917,82	3.178.911,71	294.305,34	292.955,34	12.176.006,11
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	70.000,00	70.000,00	11.515,92	11.515,92	11.515,92	58.484,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	453.913,67	453.913,67	0,00	0,00	0,00	453.913,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	453.913,67	453.913,67	0,00	0,00	0,00	453.913,67
DESPESAS CORRENTES INTRA-OR	1.991.377,08	1.963.877,08	844.528,97	844.528,97	844.528,97	1.119.348,11

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Direta

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	1.991.377,08	1.963.877,08	844.528,97	844.528,97	844.528,97	1.119.348,11
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	45.872.293,34	52.301.753,63	21.078.572,08	16.989.734,03	16.674.113,82	31.223.181,55
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	45.872.293,34	52.301.753,63	17.463.257,31	15.767.005,09	14.857.921,19	34.838.496,32
SUPERÁVIT (IX)	6.003.934,00	-	2.561.079,74	-	-	-2.561.079,74
TOTAL (X) = (VIII + IX)	51.876.227,34	52.301.753,63	20.024.337,05	15.767.005,09	14.857.921,19	32.277.416,58

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	552,71	829.742,64	504.940,88	501.083,90	0,00	329.211,45
PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARDGS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	552,71	829.742,64	504.940,88	501.083,90	0,00	329.211,45
DESPESAS DE CAPITAL	2.718.683,28	1.323.601,64	440.079,99	407.836,69	0,00	3.634.448,23
INVESTIMENTOS	2.718.683,28	1.323.601,64	440.079,99	407.836,69	0,00	3.634.448,23
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.719.235,99	2.153.344,28	945.020,87	908.920,59	0,00	3.963.659,68

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	17.509,49	546.654,14	543.332,54	0,00	20.831,09
PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	15.331,09	278.344,70	278.344,70	0,00	15.331,09
JUROS E ENCARDGS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.178,40	268.309,44	264.987,84	0,00	5.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,02	7,85	7,85	0,00	0,02
INVESTIMENTOS	0,02	7,85	7,85	0,00	0,02
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	126.779,38	126.769,38	0,00	10,00
PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	0,00	126.779,38	126.769,38	0,00	10,00
TOTAL	17.509,51	673.441,37	670.109,77	0,00	20.841,11

VILA RICA, 01/07/2016

LUCIANO MARCOS ALENCAR
PREFEITO MUNICIPAL

CONSUELO ROCA SILES
CONTADORA CRC/MS 006107/0-7

SEC. ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 194/2016. DE 01 DE JULHO DE 2016

LUCIANO MARCOS ALENCAR, PREFEITO MUNICIPAL DE VILA RICA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder Licença Maternidade à servidora CLEIDE MENDES DE CARVALHO matricula nº 1284 no cargo de GARI no período de 01/07/2016 a 28/10/2016 com base no que dispõe o Capitulo I Seção IV Art. 73 Subseção IV da Lei Municipal nº 747//2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
Administração Direta

EXERCÍCIO:2016
PERÍODO (MÊS): Janeiro à Maio
DATA DE EMISSÃO:01/07/2016
PAGINA:1

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Receita Orçamentária (I)	**20.024.337,05**	**Despesa Orçamentária (VII)**	**17.463.257,31**
Ordinária	11.293.893,97	Ordinária	10.729.711,94
Vinculada	8.730.443,08	Vinculada	6.733.545,37
Recursos Ordinarios	8.730.443,08	Recursos Ordinarios	6.733.545,37
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**0,00**	**Transferências Financeiras Concedidas (VIII)**	**807.340,54**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	807.340,54
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**3.493.154,36**	**Pagamentos Extraorçamentários (X)**	**2.379.593,07**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	1.696.252,22	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	7.713,92
Inscrição de Restos a Pagar Processados	909.083,90	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	792.731,52
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	7.713,92	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	117,27
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	879.987,05	RP NAO PROCESSADOS PAGOS	908.920,59
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	117,27	RP PROCESSADOS PAGOS	670.109,77
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)	**7.117.267,64**	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (XI)**	**9.984.568,13**
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	77.092,87	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	53.865,42
BANCO C/ MOVIMENTO	4.756.978,99	BANCO C/ MOVIMENTO	6.937.159,07
BANCOS C/ VINCULADAS	1.616.936,14	BANCOS C/ VINCULADAS	2.380.231,89
CREDITOS - PGTOS EM DUPLICIDADE	7.243,35	DIÁRIAS NÃO DEVOLVIDAS	2.396,71
POUPANÇA	659.016,29	POUPANÇA	610.793,36
		TARIFAS BANCÁRIAS PARA RESSARCIMENTO	121,68
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	**30.634.759,05**	**TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)**	**30.634.759,05**

VILA RICA, 01/07/2016

LUCIANO MARCOS ALENCAR
PREFEITO MUNICIPAL

CONSUELO ROCA SILES
CONTADORA CRC/MS 006107/0-7

SEC. ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 195/2016. DE 04 DE JULHO DE 2016.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder **Progressão Vertical** aos(as) servidores(as) abaixo discriminados por terem alcançado a pontuação exigida, previsto no Plano de Carreira dos Servidores Municipais:

AVALIAÇÃO PROGRESSÃO 2015/2016

Profissionais da Saúde

Capitulo IV seção II *Art. 15 da lei n.º 750/08 de 22/02/2008*

MAT	NOME	NIVEL	ATS %
1956	JESSICA DE JESUS MACHADO	B 06	10 %
2719	FABIA PEREIRA DA SILVA COSTA	A 03	04 %
2746	EDUARDO LOURENCO FERNANDES	A 03	04 %

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02 de Maio de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

SEC. ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 192/2016. DE 01 DE JULHO DE 2016.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Art. 1º- Conceder **Progressão Vertical** aos(as) servidores(as) abaixo discriminados por terem alcançado a pontuação exigida, previsto no Plano de Carreira dos Servidores Municipais:

AVALIAÇÃO PROGRESSÃO 2015/2016

Profissionais da Educação Básica

Titulo IV Capitulo I seção II Art. 27 da lei n.º 748/08 de 22/02/2008

MAT	NOME	NIVEL	ATS %
193	MARIA HELENA PEREIRA DE FIGUEREDO MIRANDA	C 11	16 %
239	PEDRO LUIZ SCHMITZ	B 35	16 %
381	OLGA DA SILVA MACEDO	B 11	16 %
463	MARIA ALVES DE MEDEIROS	B 11	16 %
464	GISELE MENDES CARNEIRO TRANNI	C 11	16 %
603	CLAURENI PINTO ARAUJO	C 11	16 %
653	MARIA DO ESPIRITO SANTO ALVES PEREIRA	B 11	16 %
655	JOCIMAR APARECIDA NUNES FREITAS	C 11	16 %
661	MARIA ADELAIDE LOPES	C 11	16 %
711	JOELITON SANTOS MACHADO	C 11	16 %
716	GELZA ALVES DINIZ NEVES	C 11	16 %
791	ROSIMEIRE ALVES PACHECO	C 11	16 %
796	ROSIMER MOREIRA SILVA	B 13	16 %
797	MARLENE MARQUES DA SILVA	B 14	16 %
844	MARILENE VIEIRA DE AMORIM COSTA	C 11	16 %
848	MARIA JOSE BATISTA DA ROCHA	C 11	16 %
849	SONIA MARIA TAVARES DE FREITAS	C 11	16 %
851	MARIA SILVANA ALVES FIGUEREDO CARDOSO	C 11	16 %
870	ARLETE SILVA DE MORAES COSTA	A 10	14 %
944	ELIANE CRISTINA BREIER WEBBER	B 11	16 %
945	JOAO IZABEL DA SILVA	A 11	16 %
956	JOCILEIDE COELHO BEZERRA GUEDES	C 11	16 %
1048	FLORISMAR VIEIRA BARROS	A 11	16 %
1068	IVONIS ALVES DE SOUZA	C 11	16 %
1077	ARNALDO COSTA PEREIRA	C 11	16 %
2565	UESLEI LOPES FONSECA	A 04	06 %

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01 de Abril de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

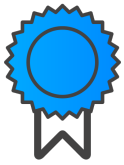
C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Jul 04 22:30:46 UTC 2016
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)